



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 154ª SESSÃO À 159ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 48
20 SET. A 29 SET.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2006

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro
BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão
PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará
PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco
PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais
BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás
PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso
PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Shlessarenko**

Rio Grande do Sul
PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará
PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba
PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PRB – Roberto Cavalcanti**^S

Espírito Santo
PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí
PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte
PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina
PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas
P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho**

Sergipe
PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas
PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná
PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre
BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul
PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal
PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins
PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá
PMDB – José Sarney*
PMDB – Geovani Borges**^S
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia
PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima
PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
AGROINDÚSTRIA			
Considerações sobre projeções dada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo – CEPEA, que mostram queda de participação do agronegócio no PIB brasileiro. Senador Alvaro Dias.	149	Pedido para que seja considerado lido o artigo publicado na <i>Gazeta Mercantil</i> do dia 21 de setembro de 2006, sob o título: “Refis não gera sonegação”, de autoria do Presidente da Abiplast, Sr. Merheg Cachum. Senador Roberto Cavalcanti.	74
Comentário sobre a influência da conjuntura econômica mundial na determinação dos preços da agricultura e do agronegócio no Brasil. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Sibá Machado.....	151	Registro da matéria intitulada “Governo pagou a ONG de amigo de Lula R\$ 7,4 milhões”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 25 de agosto de 2006. Senador Leonel Pavan.....	92
ARTIGO DE IMPRENSA			
Comentários sobre artigo da jornalista Eliane Cantanhêde, intitulado “Lula escala culpado”. Senador Almeida Lima.....	24	Comentários sobre a matéria intitulada “Vou cortar impostos e fazer o País crescer, promete Alckmin”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 17 de agosto de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	93
Registro da matéria publicada no dia 19 de setembro de 2006, no jornal <i>Correio Braziliense</i> , intitulada “O dia em que o sonho virou lei”, da jornalista Conceição de Freitas. Senador Paulo Octávio.....	49	Registro do artigo intitulado “A baixaria do presidente”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 22 de agosto de 2006. Senador Sérgio Guerra.	94
Esclarecimentos a respeito da matéria intitulada “Pavan protesta conta ‘mentiras deslavadas’ de Ideli Salvatti”, publicada no <i>Jornal do Senado</i> , na edição de 20 de setembro de 2006. Senadora Ideli Salvatti.	50	Registro da matéria publicada no jornal <i>O Globo</i> , do dia 26 de setembro de 2006, intitulada “Polícia conclui que não houve grampo no TSE. Laudo do Instituto de Criminalística não encontra sequer indícios de escutas clandestinas nos telefones do Tribunal”. Senadora Ideli Salvatti.....	111
Registro da matéria intitulada “PIB brasileiro na lanterna”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 31 de agosto de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	60	Registro do artigo publicado no jornal <i>Hoje em Dia</i> sobre a urna eletrônica. Senador Eduardo Azeredo.....	130
Registro do artigo intitulado “De ataques e quadrilha”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 22 de agosto de 2006. Senador Leonel Pavan.....	61	Registro do artigo intitulado “Dez anos da Lei de Arbitragem”, da autoria de Arnold Wald e Ives Gandra da Silva Martins, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , na edição de 25 de setembro de 2006. Senador Marco Maciel.....	133
Registro do artigo intitulado “Nem as crianças escapam”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 5 de setembro de 2006. Senador Sérgio Guerra.	62	Transcrição nos Anais do Senado Federal, da matéria intitulada “O pior dos emergentes”, de autoria do Professor Ives Gandra Martins. Senador Marcos Guerra.....	141
		Comentários sobre o artigo intitulado “PMDB alega crime eleitoral para tirar governador do PI da disputa”, publicado no jornal <i>O Estado de S.</i>	

	Pág.		Pág.
<i>Paulo</i> , edição de 28 de agosto de 2006. Senador Leonel Pavan.....	143	da Educação do governo Fernando Henrique, Paulo Renato Souza, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 27 de agosto de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	281
Registro do editorial intitulado “O definitivo divórcio petista”, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 23 de agosto de 2006. Senador Sérgio Guerra....	144		
Comentários sobre a matéria intitulada “Presidente do TSE critica Lula pela antecipação do 13º”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 24 de agosto de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	145	ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
Registro do artigo intitulado “A urna eletrônica saiu de dentro dele”, de autoria do Professor José Anis Leão, publicado no jornal <i>Hoje em Dia</i> , edição de 26 de setembro de 2006. Senador Eduardo Azeredo.	147	Elogios ao Senador Pedro Simon pela figura excepcional que ele é como parlamentar. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Jefferson Péres.....	15
Comentários sobre matérias publicadas no jornal <i>O Globo</i> , na página de economia, que trazem um retrato da carga tributária e da queda de competitividade do Brasil no “ranking” mundial. Senador Paulo Octávio.....	188	BANCO	
Citação de matéria do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , sintetizando a inconsistência da lógica “lulista”. Senador José Jorge.....	195	Crítica pela omissão do Senhor Meirelles, Presidente do Banco Central, por se mostrar conivente com a ação criminosa de membros do PT no transporte ilegal de malas com dinheiro. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Heráclito Fortes.....	199
Registro da matéria intitulada “Presidente diz que varre a corrupção”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 30 de agosto de 2006. Senador Leonel Pavan.	210	Solicitação de audiência com o Presidente do Banco Central para que sejam explicados alguns detalhes nebulosos em relação aos dólares encontrados em malas de militantes petistas. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Tasso Jereissati.....	203
Registro do artigo intitulado “Os bobos da Corte”, de autoria da jornalista Dora Kramer, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 25 de agosto de 2006. Senador Sérgio Guerra....	211	BRASÍLIA	
Comentários sobre a matéria intitulada “Mensalão afastou investimentos do País”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 24 de agosto de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	212	Comentário a respeito da contribuição que a transferência da capital brasileira para o Planalto Central trouxe para o crescimento integrado do País. Aparte ao Senador Paulo Octávio. Senador Marco Maciel.....	49
Registro da matéria intitulada “Um Lula como nunca se viu”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 30 de agosto de 2006. Senador Leonel Pavan.....	263	CONSELHO DE ÉTICA	
Registro do artigo intitulado “Lula e a mídia”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 31 de agosto de 2006. Senador Sérgio Guerra.....	266	Indagações e esclarecimentos sobre a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Senador Heráclito Fortes.....	48
Registro do editorial intitulado “Conter os gastos”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 25 de agosto de 2006. Senadora Lúcia Vânia.....	267	CONSTITUIÇÃO	
Comentários à matéria intitulada “Críticas a encontro secreto”, publicada no jornal <i>Correio Brasileiro</i> , edição de 1º de setembro de 2006. Senador Leonel Pavan.....	279	Comentário sobre o discurso da Senadora Ideli Salvatti e sobre o desrespeito à Constituição demonstrado pelo Partido dos Trabalhadores. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Heráclito Fortes.....	27
Comentários ao artigo intitulado “A nova carreira diplomática”, publicado na seção Notas & Informações, do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 4 de setembro de 2006. Senador Sérgio Guerra.....	280	(CPI)	
Comentários ao artigo intitulado “As virtudes do Enem”, de autoria do economista e ex-ministro		Comentário a respeito da reunião da CPI, realizada dia 19 de setembro de 2006, que investiga o conteúdo dos documentos apresentados pelo	

	Pág.		Pág.
senhor Luiz Antonio Vedoin. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Sibá Machado.....	21	pelo TSE, objetivando cassar o registro da candidatura do presidente Lula à reeleição. Senadora Ideli Salvatti.....	18
Anúncio da intenção de instalação de uma CPI destinada a apurar a real utilização de recursos do país com as ONGs. Senador Heráclito Fortes.....	35	Comentário a respeito da campanha feita pela Justiça Eleitoral para incentivar os eleitores brasileiros a votar, para exercer seu direito consagrado na Constituição Federal. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Eduardo Suplicy.....	19
Considerações sobre a necessidade de investigação das atividades das ONGs neste País. Senador Heráclito Fortes.....	58	Lamento pelas denúncias e dossiês surgidos nos últimos meses que antecedem as eleições de 2006. Recomendação ao presidente Lula no sentido de que possa aceitar participar de debates eleitorais, através dos meios de comunicação, o que só o engrandeceria perante o povo brasileiro. Senador Eduardo Suplicy.....	23
Esclarecimentos sobre a intenção de apresentar requerimento para a instalação de uma CPI com o escopo de investigar as ONGs e os recursos destinados as mesmas. Senador Heráclito Fortes.....	82	Registro de evento ocorrido no Rio de Janeiro, de lançamento do programa do candidato do PSDB/PFL à Presidência da República, Geraldo Alckmin. Senador Marco Maciel.....	54
Apoio à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito pra apurar o que exatamente ocorre no âmbito das Organizações Não Governamentais. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Almeida Lima..	83	Comentários acerca da decisão do Supremo Tribunal Federal de liberar a divulgação de pesquisas eleitorais por meio de comunicação ampla na imprensa. Senador Almeida Lima.....	77
Comentário sobre o episódio da tentativa de compra do dossiê que continha documentos a respeito da atuação dos ex-Ministros da Saúde José Serra e Barjas Negri, com a Máfia das Ambulâncias e sobre a existência de uma CPI em funcionamento para apurar esses fatos. Senadora Ideli Salvatti.....	86	Comentário sobre a divulgação de pesquisas eleitorais e sobre o direito que a sociedade tem de acesso à informação. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....	79
Comentário favorável à utilização de CPIs como instrumento do Congresso Nacional para apurar fatos e dar satisfação ao País. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Roberto Saturnino.....	128	Análise sobre os noticiários da mídia televisiva e impressa no período de pré-eleição. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. Senador José Jorge.	110
Comentário sobre a resistência do Partido dos Trabalhadores à instalação de CPI para esclarecer o episódio do dossiê. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Sérgio Guerra.....	250	Esclarecimentos sobre as matérias lidas pela Senadora Ideli Salvatti em Plenário a respeito do Partido dos Trabalhadores. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador José Jorge.	113
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		Comentário sobre a necessidade de acontecer um segundo turno nas eleições presidenciais para que o Presidente Lula compareça aos debates e exponha suas propostas. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Paulo Octávio.	121
Elogios à iniciativa científica do Instituto Butantan, instalando uma base avançada de pesquisa científica em biodiversidade e bioprospecção, às margens do Rio Tapajós, o que terá como resultado a interiorização da ciência em prol do desenvolvimento da região e do País. Senador Valdir Raupp.....	146	Comentário sobre as pesquisas eleitorais, que indicam vitória do Presidente Lula no primeiro turno. Senadora Ideli Salvatti.....	122
EDUCAÇÃO		Comentário sobre os contínuos escândalos que aparecem sucessivamente às vésperas das eleições. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador José Jorge.....	124
Considerações sobre a necessidade de um sistema educacional eficiente para o País, por ser o mais importante entre os instrumentos capazes de assegurar uma sociedade mais justa que garanta a inclusão social. Senador Marcos Guerra.....	208	Registro de dados divulgados pelo IBGE, constatando que o Brasil possui população de cento e oitenta e três milhões de habitantes, bem como 125 milhões de eleitores, dos quais apenas 21 milhões possuem o segundo grau. Considerações sobre o voto obrigatório, sua importância como exercício da	
ELEIÇÃO			
Questionamentos sobre a representação apresentada pela coligação PSDB/PFL, acolhida			

	Pág.		Pág.
cidadania, e apelo pela participação dos brasileiros nas eleições. Senador Marco Maciel.....	183	defendido em sua campanha para vice-governador do DF. Senador Paulo Octávio.....	217
Comparação entre o sistema eleitoral brasileiro com o do México e Estados Unidos, ressaltando a consolidação da democracia no Brasil e o aprimoramento da regras eleitorais. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador José Jorge.....	184	Apelo à candidatura de Arruda ao Governo do Distrito Federal. Crítica ao Presidente Lula por não explicitar seu plano de governo na campanha eleitoral. Aparte ao Senador Paulo Octávio. Senador José Jorge.....	218
Comentário sobre a importância de um segundo turno nas eleições para a Presidência da República. Senador Paulo Octávio.....	188	Comparação entre o ex-Presidente JK e o candidato Geraldo Alckmin. Aparte ao Senador Paulo Octávio. Senador João Batista Motta.....	219
Comentário sobre a importância do voto no dia 1º de outubro de 2006 pra decidir novos rumos pra o Brasil. Aparte ao Senador Paulo Octávio. Senador Marco Maciel.....	188	Registro de visita feita ao Banco Central, por parlamentares do PFL e do PSDB, a fim de buscar informações sobre os dólares do episódio do dossiê contra a candidatura Alckmin e Serra. Destaque para a importância de um segundo turno nas eleições presidenciais e esperança de que o Presidente Lula revele a origem dos dólares apreendidos pela Polícia Federal, no debate na TV Globo. Senador José Jorge.....	247
Críticas ao Partido dos Trabalhadores e ao Presidente Lula pelo jogo sujo na campanha eleitoral da compra do dossiê contra candidatos adversários. Aparte ao Senador Paulo Octávio. Senador José Jorge.....	189	Comentário sobre a necessidade de se tornar obrigatória a participação de candidatos em debates. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Heráclito Fortes.....	252
Afirmção da importância do segundo turno nas eleições presidenciais de 2006, em que os candidatos assumirão ou não a responsabilidade por alguns atos de corrupção cometidos no Brasil. Aparte ao Senador Paulo Octávio. Senador Marcos Guerra.....	192	Comentário sobre a visita feita ao Banco Central, por parlamentares do PFL e do PSDB, a fim de buscar informações sobre os dólares do episódio do dossiê contra a candidatura Alckmin e Serra. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Tasso Jereissati... ..	256
Apelo ao povo brasileiro para meditar bem, a fim de escolher os melhores candidatos aos cargos eletivos nas eleições de 2006. Senador João Batista Motta.....	192	Considerações sobre o debate realizado pela Rede Globo, entre os candidatos à Presidência da República e críticas à ausência do presidente Lula no debate no referido debate, de modo que continua a expectativa com relação à origem dos dólares para a compra do dossiê. Senador Heráclito Fortes.....	269
Crítica ao Presidente Lula por não dizer a verdade em seu programa eleitoral. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador José Jorge.....	193	Questionamentos com relação ao motivo pelo qual o Presidente Lula não compareceu ao debate entre os candidatos à Presidência da República, na Rede Globo. Senador João Batista Motta.....	272
Expectativa quanto ao debate do dia 28 de setembro de 2006 entre os candidatos à Presidência da República, em canal de televisão, especialmente com relação à presença do Presidente Lula. Senador Heráclito Fortes.....	201	Apelo por reparo no blog do jornalista Ricardo Noblat, que em matéria da jornalista Maria Helena, mostra o encanto e o desencanto com o candidato Lula, mas comete um erro, ao referir-se a Humberto Souto, homem de reputação ilibada, quando deveria referir-se a Humberto Costa. Senador Heráclito Fortes.....	277
Comentário sobre a presença do Presidente Lula no debate eleitoral em canal de televisão. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador José Jorge.....	202		
Comentário acerca da necessidade de o Presidente Lula esclarecer no debate do dia 28 de setembro de 2006 os responsáveis pelo caso do dossiê, pra que os eleitores possam ir para a eleição com a consciência tranqüila. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador José Jorge.....	205		
Apelo à população no sentido de que reflita bem antes de votar no próximo domingo. Senador João Batista Motta.....	213		
Considerações sobre a proposta de governo de Geraldo Alckmin, intitulada “Coligação por um Brasil decente”. Expectativa de que haja segundo turno nas eleições para Presidente da República. Transcrição, nos Anais do Senado, do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para Brasília,		EXPORTAÇÃO	
		Denúncia sobre fiscalização realizada pela União Européia, estabelecendo novas barreiras para as exportações brasileiras, atingindo o setor de pesca. Senador João Batista Motta.....	125

	Pág.		Pág.
GOVERNO FEDERAL			V
Considerações sobre o tratamento que o Rio Grande do Sul vem recebendo do Governo Federal e comentários sobre acontecimentos ocorridos na área política durante o Governo Lula. Senador Pedro Simon.	12	Críticas ao governo Lula e ao Partido dos Trabalhadores pelo escândalo do caso do dossiê. Senador João Batista Motta.	213
Avaliação sobre os escândalos que se sucedem, desde o início do governo do Presidente Lula. Senador César Borges.	28	Crítica pela má coordenação por parte do Governo da apuração dos fatos que envolvem o caso do dossiê. Senador Heráclito Fortes.	253
Comentário sobre a distribuição de dinheiro pelos cofres federais. Aparte ao Senador César Borges. Senador Almeida Lima.	32	HABITAÇÃO	
Análise sobre situação política do Brasil em 2006, evitada de escândalos. Senador Heráclito Fortes.	35	Apelo em favor da oficialização do pacote de incentivo habitacional lançado pelo Governo, tendo em vista que a expectativa em torno do mesmo paralisou os financiamentos. Senador Roberto Cavalcanti.	74
Solicitação de transcrição integral da nota oficial da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - Rede Unitrabalho, a respeito de denúncias publicadas na imprensa de repasses irregulares de recursos pelo Governo Federal para o desenvolvimento de projetos e pesquisas. Transcrição da nota à imprensa, do Ministério do Trabalho e Emprego, sobre a celebração de convênios entre o Ministério e a Rede Unitrabalho. Senadora Ideli Salvatti.	69	HOMENAGEM	
Comentário a respeito do discurso da Senadora Ideli Salvatti sobre o dossiê contra candidatos do PSDB. Senador Heráclito Fortes.	89	Justificação de encaminhamento do requerimento de voto de aplauso ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o primeiro no Brasil a instalar três Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nas Comarcas de Florianópolis, Chapecó e Tubarão. Senadora Ideli Salvatti.	9
Apoio ao discurso do Senador Heráclito Fortes criticando o pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti sobre o dossiê contra candidatos do PSDB. Senador Almeida Lima.	90	Justificação de encaminhamento do requerimento de voto de aplauso à população gaúcha pelo transcurso, no dia 20 de setembro de 2006, do centésimo septuagésimo primeiro aniversário da Revolução Farroupilha. Senador Pedro Simon.	12
Críticas ao Partido dos Trabalhadores e ao Governo Federal por se apropriar de obras alheias. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Heráclito Fortes.	119	Saudação a todos os gaúchos, pela comemoração do aniversário, dia 20 de setembro de 2006, da Revolução Farroupilha. Senadora Ideli Salvatti.	18
Crítica e pedido de explicação ao Governo Federal pelo fato de parte dos membros do seu Palácio estar envolvida em corrupção. Senador Heráclito Fortes.	122	Homenagem e solidariedade ao Banco do Brasil, uma das instituições mais sérias e respeitadas do País. Senador Heráclito Fortes.	126
Crítica pela falta de compromisso com a verdade por parte do Presidente Lula e a obrigação da Polícia Federal de informar a verdade sobre a origem do dinheiro que seria usado para a compra do dossiê. Senador Jorge Bornhausen.	123	Registro das comemorações alusivas ao Dia do Técnico, na Câmara Municipal de São Paulo, no dia 21 de setembro de 2006. Senador Marcos Guerra.	141
Registro do desencanto que varre todo o País, através de atitude da Sra. Ana Elizabeth Prudente, empresária de São Paulo, que encaminhou um requerimento ao Presidente da Câmara, propondo a instauração de procedimentos para o impeachment do atual Presidente da República. Senador Alvaro Dias.	149	HOMENAGEM PÓSTUMA	
Demonstração de estarrecimento diante da postura e atuação do Partido dos Trabalhadores e do Governo Federal. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Heráclito Fortes.	150	Homenagem à figura do paraibano e jornalista Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, que em 5 de outubro de 2006, completaria 114 anos de idade. Senador Roberto Cavalcanti.	10
		IMPrensa	
		Registro da importância da TV Senado para a manutenção do regime democrático no Brasil. Senador Heráclito Fortes.	58

	Pág.		Pág.
Elogios à imprensa brasileira, que tem se destacado na divulgação de detalhes da triste situação política por que passa o País. Senador João Batista Motta.	213	POLÍCIA	
INDÚSTRIA		Comentário sobre a atuação e evolução da Polícia Federal. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Romeu Tuma.....	26
Comentário sobre a implantação do Ensino Técnico Industrial no Brasil. Senador Marcos Guerra.....	141	Registro do recebimento da nota da Federação Nacional dos Servidores da Polícia Federal, na qual consta reclamação pelo uso político da Polícia Federal. Senador Tasso Jereissati.....	259
MANIFESTAÇÃO		POLÍTICA	
Registro da manifestação ocorrida no município de Aracruz, em protesto contra as ações de supostas tribos indígenas, que alegam direito de propriedade sobre área cultivada pela empresa Aracruz Celulose. Senador Marcos Guerra.....	263	Considerações sobre a atual situação política do País. Senador Almeida Lima.....	24
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA		Análise do quadro político brasileiro e sobre a reeleição do Presidente Lula. Senador Roberto Saturnino.	108
Mensagem nº 221, de 2006 (nº 797/2006, na origem), de 15 de setembro de 2006, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2006 (nº 6.047/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.	106	Comentário sobre as elites brasileiras no âmbito da política. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. Senador Heráclito Fortes.	109
Mensagem nº 222, de 2006 (nº 828/2006, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas. A matéria, juntada ao processado da Mensagem nº 9, de 2006, vai à Primeira-Secretaria do Senado Federal.	141	Crítica à Senadora Ideli Salvatti por fazer um discurso baseado em fatos passados, enquanto o País deseja saber de fatos atuais. Senador Heráclito Fortes.	115
MINISTÉRIO PÚBLICO		Considerações sobre o episódio da compra do dossiê contra candidatos do PSDB. Senador José Jorge.....	116
Defesa do Procurador Geral da República pelo exercício íntegro e responsável de suas funções. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Heráclito Fortes.	43	Considerações sobre o episódio da compra do dossiê contra candidatos do PSDB e apelo à Polícia Federal para solucionar esse caso o mais rapidamente possível. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Roberto Saturnino.....	117
PARTIDO POLÍTICO		Comentário sobre a grande necessidade de se esclarecer o escândalo político da compra do dossiê contra candidatos do PSDB antes de as eleições acontecerem, para que o eleitor possa votar nas eleições presidenciais sem qualquer dúvida quanto aos envolvidos nesse fato. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Marco Maciel.....	118
Comentário sobre a conduta dos membros do Partido dos Trabalhadores. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador César Borges.....	20	Considerações sobre a série de escândalos na área política no Brasil. Senador Heráclito Fortes.	126
Críticas ao Partido dos Trabalhadores por demonstrar abuso de poder. Aparte ao Senador José Jorge. Senador João Batista Motta.....	252	Registro do transcurso dos dez anos da sanção da Lei 9.307/96, ocorrido em 23 de setembro, que dispõe sobre a arbitragem no País, lei que representou um avanço muito grande na solução dos conflitos no âmbito da política. Senador Marco Maciel.....	133
		Questionamentos sobre as responsabilidades no episódio do dossiê contra candidatos do PSDB. Senador José Jorge.....	195
		Comentário a respeito das declarações do Senador José Jorge em relação às acusações ao Partido dos Trabalhadores de transporte ilegal de	

	Pág.		Pág.
dinheiro em viagens aéreas para incriminar candidatos da oposição. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Marcos Guerra.....	196	PROJETO DE LEI DA CÂMARA	
POLÍTICA EXTERNA		Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2006 (nº 7.432/2006, na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República), que denomina “Rodovia Santos-Dumont” a rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero), em Fortaleza, no Estado do Ceará, até o entroncamento com a BR-040, no Estado do Rio de Janeiro.	259
Considerações sobre as negociações do Brasil com a Bolívia. Senador Sibá Machado.....	39		
Considerações a respeito da política externa brasileira e lamento pelos achaques sucessivos que sofreu a empresa Petrobras, por parte da Bolívia. Senador Eduardo Azeredo.	130	PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
Comentário do discurso do Senador Eduardo Azeredo a respeito da política externa brasileira. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Marco Maciel.	132	Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2006, que altera o inciso III do art. 15 da Constituição Federal. Senador Marcos Guerra.....	5
POLÍTICA FISCAL		REFORMA TRIBUTÁRIA	
Considerações a respeito da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a exclusão do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, da base de cálculo da Cofins, sinalizada como a correção de uma das injustiças tributárias do País. Senador Marcos Guerra.....	63	Protesto contra a “perversidade tributária” do Estado brasileiro. Senador Marcos Guerra.....	278
POLÍTICA NACIONAL		REQUERIMENTO	
Considerações sobre a boa administração financeira do País. Defesa da necessidade de priorização das reformas institucionais, com destaque para uma reforma política que contribua para a melhoria da governabilidade. Senador Marco Maciel.....	65	Requerimento nº 1.000, de 2006, que solicita Voto de Aplauso para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por ter aprovado no dia 6 de setembro, resolução que institui Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas comarcas de Florianópolis, Chapecó e Tubarão, em cumprimento à Lei nº 11.340/06. Senadora Ideli Salvatti.....	1
POLÍTICA SOCIAL		Requerimento nº 1.001, de 2006, que requer Voto de Aplauso à população gaúcha pelo transcurso, no dia 20 de setembro de 2006, do 171º aniversário da Revolução Farroupilha. Senador Pedro Simon.	1
Registro das comemorações, dia 21 de setembro de 2006, do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Senador Eduardo Azeredo.	63	Requerimento nº 1.002, de 2006, que solicita seja concedida licença para S. Exª representar o Senado Federal em visita à República Islâmica do Irã e ao seu Parlamento, de 7 a 13 de outubro de 2006. Senador Leonel Pavan.....	58
Considerações sobre o Relatório Global, apresentado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, intitulado “A eliminação do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance”. Senador Valdir Raupp.....	95	Requerimento nº 1.003, de 2006, de tramitação conjunta das PECs nos 38, de 1999, 86, de 2003, 3, de 2004 e 31, de 2005. Senador João Batista Motta.	141
PRESIDENTE DA REPÚBLICA		SENADO FEDERAL	
Comentários sobre o discurso do Presidente Lula, na sexagésima primeira Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Senador Sibá Machado.....	39	Comentário a respeito do debate do qual S. Exª participou com a candidata ao Senado Alda Marco Antônio, em que foi colocado em discussão o tema da ética no parlamento. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Eduardo Suplicy.....	16
Críticas às palavras do Presidente Lula ao povo brasileiro, comparando-se ao herói Tiradentes e a Jesus Cristo. Senador Heráclito Fortes.	201		

Ata da 154ª Sessão Não Deliberativa, em 20 de setembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. João Alberto Souza, Marcos Guerra,
Romeu Tuma, César Borges e Wellington Salgado de Oliveira*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.000, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 222 do RISF, Voto de Aplauso para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por ter aprovado no último dia 6-9, resolução que institui Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas comarcas de Florianópolis, Chapecó e Tubarão, em cumprimento à Lei nº 11.340/06. É O primeiro Estado no País a ter este tipo de juizado.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2006.

– Senadora **Ideli Salvatti**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.001, DE 2006

Requeremos voto de aplausos à população gaúcha pelo transcurso, no dia 20 de setembro de 2006, do 171º aniversário da Revolução Farroupilha.

Requeremos, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e, ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais da Casa, ato de aplauso à população do Rio Grande do Sul, pelo transcurso, no dia 20 de setembro de 2006, do 171º aniversário da Revolução Farroupilha. Requeremos, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Senhor

Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, e, por seu intermédio, ao povo gaúcho.

Justificação

O povo gaúcho celebra, hoje, o mais importante evento de sua história política, a Revolução Farroupilha, que incorporou todas as etnias que, naquela época integravam a população do Rio Grande do Sul.

A Revolução Farroupilha foi um evento nascido a partir de um movimento que surgiu na Praia da Alegria, às margens do Rio Guaíba e se compunha de um grupo de pessoas – os chamados Farrapos – que decidiu marchar sobre a capital, Porto Alegre, às vésperas do dia 20 de setembro de 1835.

O movimento visava combater os altos impostos que, à época, eram cobrados no local de venda de produtos como animais, couro, charque, mate e outros produzidos nas diversas estâncias que representavam, então, a economia gaúcha.

A Revolução durou 10 anos, sem vencedor nem vencido, com assinatura de Tratado de Paz em Ponche Verde, pelo Duque de Caxias e o General Davi Canabarro, em 28 de fevereiro de 1845. É comemorada, todos os anos, com desfiles militares e das diversas etnias que compõem a população gaúcha, sendo hoje feriado do estadual para propiciar maior brilhantismo às comemorações.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2006. – Senador **Pedro Simon** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Sérgio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB

– ES) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2005**, de autoria do Senador Flávio Arns, que *altera o inciso II do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para prorrogar o prazo de renovação do Certificado de En-*

tidade Beneficente de Assistência Social, para fins de isenção previdenciária.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 – Complementar**, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre

prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS.

Ao projeto foi oferecida uma emenda.

A matéria encontra-se em regime de urgência e consta da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa do próximo dia 3 de outubro, dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Emenda nº 2, de Plenário.

É a seguinte a Emenda oferecida:

SENADO FEDERAL

EMENDA (de Plenário) OFERECIDA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2006, QUE ALTERA O ART. 20 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PARA PRORROGAR OS PRAZOS PREVISTOS EM RELAÇÃO À APROPRIAÇÃO DOS CRÉDITOS DE ICMS.

EMENDA Nº 2 - PLEN

Acrescente-se ao projeto o seguinte dispositivo:

“Art. 2º O art. 20 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 20.

§ 5º - Para efeito do disposto no caput deste artigo, relativamente aos créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente deverá ser observado:

I – a apropriação será feita à razão de 1/6 (um sexto) por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento;

.....

III – para aplicação do disposto nos incisos I e II, o montante do crédito a ser apropriado será obtido multiplicando-se o valor total do respectivo

crédito pelo fator igual a 1/6 (um sexto) da relação entre o valor das operações de saídas e prestações tributadas e o total das operações de saídas e prestações do período, equiparando-se às tributadas, para fins deste inciso, as saídas e prestações com destino ao exterior;

IV – o quociente de 1/6 (um sexto) será proporcionalmente aumentado ou diminuído, *pro rata die*, caso o período de apuração seja superior ou inferior a um mês;

V – na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de 6 (seis) meses contado da data de sua aquisição, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento de que trata este parágrafo em relação à fração que corresponderia ao restante do semestre;

.....
.....

VII – ao final do sexto mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado.

JUSTIFICATIVA

No caso de prevalência do art. 20, § 5º com a redação que possui atualmente, bens cuja vida útil seja inferior a quatro anos (= 48 meses) não permitirão a recuperação do imposto pago na aquisição dentro de seu período de vida útil, o que viola o disposto no artigo 155, § 2.º, I, da Constituição Federal. Além disso, gera desvalorização do crédito ao longo dos quarenta e oito meses que as pessoas jurídicas tem para o creditamento do ICMS.

Ora, uma empresa, por exemplo, ao adquirir máquinas, está, logicamente, praticando um ato de comércio e participando de uma operação relativa à circulação de mercadorias, nada importando o desígnio com o qual foram elas adquiridas (revenda, destinação ao ativo fixo ou qualquer outro). Logo, quando ela se tornar devedora do ICMS, deverá abater do débito o 'montante cobrado nas operações anteriores', inclusive - é claro - o ICMS incidente na aquisição desses bens ou mercadorias, já que a CF não estabeleceu qualquer reserva a esse respeito, como o fez em relação à não-incidência ou isenção.

Ao restringir o creditamento do ICMS relativo à aquisição de mercadorias para o ativo permanente, em quarenta e oito meses, o artigo 20, § 5º em questão tentou, ao arrepio dos ditames constitucionais vigentes, ripristinar o sistema do crédito físico. Evidente, pois a inconstitucionalidade e desproporcionalidade do dispositivo.

Ora, há várias mercadorias que, adquiridas, passam a integrar o ativo permanente, mas cujo prazo de vida útil é inferior a 48 meses. Para ficar com situações já reconhecidas pelo Fisco Federal, podemos citar os seguintes exemplos, extraídos dos anexos das Instruções Normativas 162/98 e 130/99, da Secretaria da Receita Federal:

O que o referido artigo faz, desarrazoadamente, é desencorajar o avanço tecnológico industrial, que deveria ser saudavelmente fomentado pelo poder público. Nos dias atuais, a modernização do processo de produção é um dos grandes fatores determinantes do nível de competitividade de qualquer indústria.

Nesse contexto, a emenda que altera o prazo para creditamento para seis meses vem de encontro, não só com os anseios do setor produtivo, mas também do próprio governo, pois a partir do momento em que se permite o creditamento do ICMS em um prazo menor, as indústrias poderão recuperar parcela do imposto pago na aquisição de maquinário (ativo fixo), incentivando o investimento em tecnologia e competitividade, também gerando renda e crescimento econômico.

Sala das sessões, em 19 de setembro de 2006.



SENADOR MARCOS GUERRA

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

– Nº 141/2006, de 13 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 83, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso:

AVISO

DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– **Aviso nº 40, de 2006 – CN** (Nº 1.456 – SGS – TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.506, de 2006 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/MI – DNOCS, no período de 07-6-2006 a 13-6-2006, execução das obras civis, fornecimento e montagem de equipamento da 2ª Etapa do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos – TC nº 010.514/2006 – 6.

O expediente lido retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte;

(*) MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 107, de 2006-CN (nº 796/2006, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual para 2004-2007.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2006

Altera o inciso III do art. 15 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso III do art. 15 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15.....

III – condenação criminal, enquanto durarem seus efeitos, exigido o trânsito em julgado da sentença condenatória para a perda da capacidade eleitoral ativa. (NR).

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A coletividade brasileira assiste, a cada ano, a ocorrência de escândalos praticados por políticos inescrupulosos, aos quais foi confiada a representação popular.

Creemos que o ordenamento jurídico brasileiro não prevê, de forma satisfatória, maneiras de coibir fato tão danoso à Democracia, que exige a maior lisura possível no trato da coisa pública.

A nossa Constituição Federal, embora calcada em princípios que consolidam o Estado de Direito, precisa, a nosso ver, ser aprimorada nesse terreno, para que as leis possam impedir a assunção do mandato por aqueles que não souberam honrar o resultado obtido nas urnas.

Assim, surgiu-nos a idéia de tornar os preceitos constitucionais relativos aos direitos políticos mais rígidos e severos, de modo a vedar a elegibilidade dos cidadãos condenados criminalmente. Pensamos que a condição imposta pelo legislador constituinte, vinculando a inelegibilidade, no caso de condenação criminal, ao trânsito em julgado da sentença condenatória, dificulta e muitas vezes até obsta a suspensão dos direitos

políticos daqueles que não se mostram merecedores de representar a cidadania. Dessa impossibilidade, decorre verdadeira ineficácia do preceito magno, erigido para moralizar a vida pública, e, conseqüentemente, auxiliar na edificação do sistema democrático.

Por tais razões, a Emenda que ora apresentamos objetiva permitir que a condenação criminal, ainda que em primeira instância já se mostre suficiente para desautorizar o cidadão a postular cargo eletivo.

Pensamos que a alteração aqui proposta não fere a cláusula pétreia da presunção de inocência, contida no inciso LVII do art. 5º da Constituição, pois no caso de assunção a cargos públicos, configura-se uma situação especial, em que o interesse público deve preponderar sobre o interesse individual. No ensinamento de Celso Antônio Bandeira de Mello, ninguém duvida que, em direito público, é princípio elementar o da supremacia do interesse público sobre o interesse privado. Onde, qual a interpretação prevalente: a que faz preponderar um interesse estritamente privado, de um único indivíduo, ou a que confere predomínio ao interesse público? Não há nem sequer necessidade de responder a essa questão. (Folha de S. Paulo, em 7-7-98).

A medida está em consonância com a exigência constitucional relativa à reputação ilibada para os magistrados, e não tem por objetivo rotular o cidadão de culpado antes do trânsito em julgado da sentença, mas apenas impedir que o sujeito com reputação já manchada por primeira ou segunda condenação assumas missões tão importantes, que são a representação parlamentar e o governo administrativo dos vários níveis da Federação.

Procura-se, dessa forma, o resguardo do interesse público, que anseia por maior seriedade e ética por parte dos mandatários e representantes da Nação.

A proposição a nosso ver está em consonância com vários outros preceitos constitucionais, entre os quais o art. 37 da Lei Maior, que arrola a moralidade como um dos princípios a serem atendidos pela Administração Pública, e o § 9º do art. 14, que confia à lei complementar o estabelecimento de outros casos de inelegibilidade, considerando a vida pregressa do candidato. Sabe-se que uma lei, e acima de tudo a Lei das leis, deve ser vista no seu contexto, em que as disposições se conciliam para formar um todo lógico. As incongruências são apenas aparentes, e assim cabe ao intérprete do Direito harmonizar os diversos dispositivos para, a partir daí, vislumbrar coerência com as diversas células do diploma legal no seu conjunto. No caso em questão, pensamos possível conciliar a cláusula de presunção de inocência com o rigor requerido

para o exercício dos mandatos populares, rigor que se assenta no princípio fundamental proclamado no art. 1º da Constituição Federal, que insere a cidadania e a dignidade da pessoa humana como fundamentos da República Federativa do Brasil.

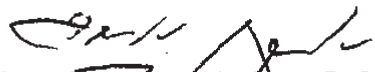


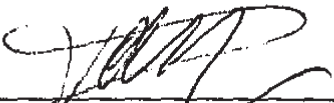

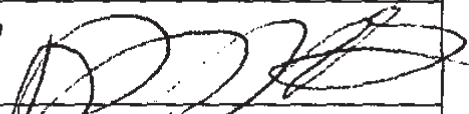
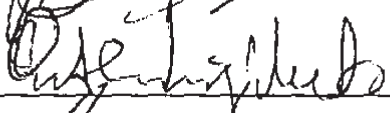


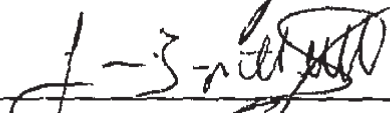

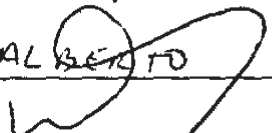
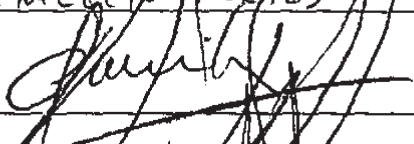
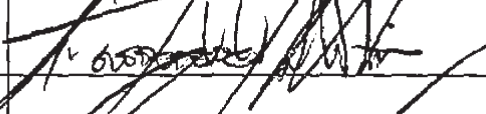
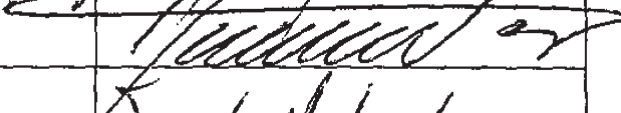


Em países onde vigora o sistema parlamentarista de governo, consegue-se com desenvoltura conciliar os dois princípios tão importantes – a presunção de inocência com o rigor relativo ao resguardo da moralidade pública no exercício dos mandatos. Como exemplo citamos a Holanda, uma das nações mais democráticas do mundo, que adotou o regime político de monarquia constitucional. Naquele país, de um modo geral todos podem se candidatar, desde que não tenham sofrido sentença definitiva de condenação criminal. No entanto, desde certo tempo, o Ministério da Justiça investiga todos os nomes formalmente aceitos pelos partidos para disputar as eleições, para, dessa forma, verificar a eventual existência de anulações judiciais dos direitos políticos decretados anteriormente em caso de atos terroristas. Além disso, os partidos averiguam a vida pregressa do candidato e expulsam de seus quadros aquele contra o qual pesem práticas passadas de irregularidades.

No caso dos postulantes a cargos que deverão cumprir funções governamentais, tais cidadãos terão entrevista com o Primeiro-Ministro, para responder se há fatos passados desabonadores. Se o candidato mentir, e se a mentira for posteriormente descoberta, o ocupante do cargo poderá ser sumariamente demitido.

Naturalmente, o parlamentarismo possibilita melhor tal vigilância sobre os agentes públicos. Sobretudo no que concerne aos responsáveis pelas tarefas do governo administrativo, pelo próprio caráter do regime é mais fácil garantir a lisura das instituições. Mas pensamos que o regime presidencial de governo também deve, na medida do possível, aprimorar suas leis para adotar mecanismos que possam evitar a prática da corrupção, que tantos danos causa à coletividade de um país.

No intuito, pois, de aperfeiçoar o nosso Estatuto Maior, dotando-o de mecanismos que resultem em benefício do interesse público, esperamos de nossos ilustres pares a acolhida da presente proposta de emenda constitucional, certos de que sua aprovação, ajudará a evitar a vitória nas urnas daqueles que não reúnem condições de honrar as aspirações dos cidadãos brasileiros.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2006.
– Senador **Marcos Guerra**.

NOME	ASSINATURA
1- 	EDUARDO AZOREDO
2- 	
3- PAULO PAEM	
4- Augusto Bolke	
5- Almeida Lima	
6- ARTHUR VERGUELO	
7- 	
8- João Baptista Motta	
9- JOÃO ALBERTO	
10- 	HENRIQUE FOLTES
11- Luiz A'vio	
12- FLEXA RIBEIRO	
13- AELTON FREITAS	
14- SIBA MACILADO	
15- VALDIR RAUPP	

	NOME	ASSINATURA
16-	<i>[Handwritten signature]</i>	<i>[Handwritten signature]</i>
17	Flávio Alves	<i>[Handwritten signature]</i>
18-	<i>[Handwritten signature]</i>	ROMERO JUCA
19-	<i>[Handwritten signature]</i>	PEDRO SEMON
20-	<i>[Handwritten signature]</i>	ALVARO DEAS
21-	<i>[Handwritten signature]</i>	ROMEO YUMA
22-	<i>[Handwritten signature]</i>	
23-	<i>[Handwritten signature]</i>	Mário Park
24-	<i>[Handwritten signature]</i>	Geovani Lucheno Bress
25-	<i>[Handwritten signature]</i>	ERINDIA ACRIST
26-	HELOISA HELENA	Melrose Helene Pittom
27-	<i>[Handwritten signature]</i>	ROBERTO GUERREIRO
28-	<i>[Handwritten signature]</i>	<i>[Handwritten signature]</i>
29-	<i>[Handwritten signature]</i>	MARCO ASSIS
30-	<i>[Handwritten signature]</i>	

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A proposta que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Há oradores inscritos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estamos apresentando um requerimento de voto de aplauso para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Na próxima sexta-feira, dia 22 de setembro, entrará em pleno vigor a Lei nº 11.340, apelidada de Lei Maria da Penha, que modifica as penas para os agressores de mulheres, estabelecendo que o Poder Judiciário deve instituir juizados especializados para o andamento desses processos de violência contra a mulher.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina será o primeiro no Brasil, na próxima sexta-feira, a instalar

três juizados especiais nas comarcas de Florianópolis, Chapecó e Tubarão.

Visitamos o Presidente do Tribunal, Desembargador Pedro de Abreu, parabenizando-o, e gostaríamos de aqui deixar o registro, até para incentivar que outros tribunais de justiça dos demais Estados brasileiros também acelerem, agilizem a instalação desses juizados especiais, para que a Lei possa ser aplicada na íntegra efetivamente e de forma homogênea em todo o Brasil

Por isso, já está protocolado, e faço muita questão de fazer o registro, porque, para todos aqueles que defendem a harmonia entre os seres humanos e principalmente entre homens e mulheres, a Lei Maria da Penha, a Lei nº 11.304, é muito importante, é um grande avanço, e o Judiciário do meu Estado – felizmente, eu diria tratar-se de um Estado feminino, pois Santa Catarina tem mesmo essa marca feminina –, com nosso Tribunal, fez jus a esta tradição catarinense de dar o exemplo num procedimento tão importante.

Muito obrigada.

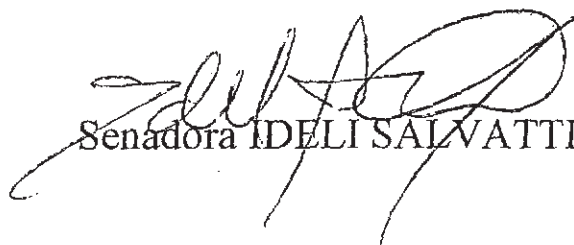
**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO , DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 222 do RISF, Voto de Aplauso para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por ter aprovado no último dia 6/09, resolução que institui Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas comarcas de Florianópolis, Chapecó e Tubarão, em cumprimento à lei 11.340/06. É o primeiro Estado no País a ter este tipo de juizado.

Sala das Sessões,


Senadora IDELI SALVATTI

06/09/2006 18:24

O Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina aprovou nesta quarta-feira (6/09), por maioria de votos, resolução que institui **Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas comarcas de Florianópolis, Chapecó e Tubarão. As novas unidades vão funcionar a partir de 22 de setembro, quando entra em vigor a Lei 11.340, de 7 de agosto deste ano, também conhecida como Lei Maria da Penha, em homenagem à mulher que se transformou em símbolo de luta contra a violência doméstica no Brasil. Desta forma, a Justiça de Santa Catarina será a primeira do país a se adequar aos ditames da nova legislação, ainda que o Estado não se notabilize por índices alarmantes de violência contra a mulher.** Segundo o presidente do TJ, desembargador Pedro Manoel Abreu, o pioneirismo da iniciativa teve por base sugestão formulada pelos próprios magistrados titulares das varas que sofrerão alteração de competência, que demonstraram sensibilidade diante da questão. Por outro lado, acrescentou Abreu, a nova legislação – ao entrar em vigor – ampliará automaticamente a atual competência das varas criminais para também atender os casos de violência contra a mulher. “Estamos nos adiantando para uma realidade, com a criação de varas especializadas no tema, que servirão de projeto piloto para iniciativas deste quilate em outras comarcas catarinenses”, explicou o magistrado. **Na Capital e em Chapecó, as novas unidades funcionarão anexas às respectivas 3ª Varas Criminais, que passarão a se chamar 3ª Vara Criminal e Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.** Seus titulares serão, respectivamente, os juízes Leopoldo Bruggemann e Sílvio Franco. **Já em Tubarão, a nova unidade funcionará anexa à Unidade Judiciária de Cooperação da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), que doravante se chamará Unidade Judiciária de Cooperação da Unisul e Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.** O titular será o juiz Paulo da Silva Filho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Senadora, o requerimento está sobre a Mesa e será encaminhado na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Cavalcanti, por cessão do Senador Ney Suassuna, ambos do Estado da Paraíba. Em seguida, concederei a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, permitam-me rememorar, hoje, a figura de um paraibano que, em 5 de outubro próximo, completaria 114 anos. Ele trouxe o signo revolucionário daquele mês: revolucionário de 30 e revolucionário em todas as iniciativas do seu tempo – o jornalista Assis Chateaubriand Bandeira de Melo.

O lugar, o cenário onde menos se avultou o prodígio de suas iniciativas, o seu arrojo, foi o desta Casa, que ocupou por dois mandatos, um pela Paraíba e outro pelo Maranhão, nos anos 50. É que já tinha as suas tribunas.

Seu teatro de guerra era o “O JORNAL”, multiplicado em dezenas de outros títulos e em emissoras

de rádio e de TV por todo o Brasil, como se tomasse em seus ombros a obra da integração nacional que os outros meios comuns de civilização não haviam conseguido em séculos.

Seu contemporâneo e grande amigo, José Américo de Almeida, assim o definiu: “Tudo o que faz é loucura até ser feito”.

“Inquietava os amigos” – continua José Américo – “arrojava-se às empresas mais ousadas, quase sempre sem apoio material, sem nada de nada, dispondo apenas do fundo inesgotável de confiança em si próprio. Não lhe falassem no impossível, que não passava de um espantalho, atravessando no seu caminho, fácil de ser removido a pontapés”.

Num momento em que todas as iniciativas parece renderem-se à globalização, em que a auto-estima nacional se amofina, em que as decisões dos países centrais são recebidas como fatalismo, Assis Chateaubriand, um homem de direita acusado de entreguista, se vivo fosse, haveria de surgir como uma voz autônoma. Porque ninguém teve mais coragem de sustentar as suas convicções. E ninguém foi mais orgulhoso dos talentos de sua terra, do seu Brasil, do

seu Nordeste, do que esse vulto internacional encourado de vaqueiro.

Quando recebeu a Ordem do Vaqueiro das mãos do prefeito de Jequié, Lomanto Júnior, no remoto ano de 1952, com a qual condecorou também a Rainha da Inglaterra, ele se definiu como um visionário “dos tabuleiros calcinados dos nossos sertões”.

Homem que sabia alternar a fúria das paixões com a poesia da alma romântica. Homem que se sentia à vontade no gibão de couro das caatingas nordestinas ou nos museus de arte nos centros maiores da civilização e da cultura brasileira.

Homem de ferro, de palavra tóxica, de temas explosivos e homem de São Francisco de Assis, pois nasceu em 5 de outubro, abriu postos de puericultura nos lugares mais ermos do Brasil. Também aprisionou beija-flores em viveiros ricamente cultivados, para lhes dar a ilusão da liberdade.

Biografado como gênio e demônio, como rei do Brasil, a sua legenda nunca se esgota.

A memória desse homem sempre nos vem à tona, a cada crise nova ou a cada falta de uma presença capaz de mobilizar homens e idéias, instituições e empresas por uma grande causa.

Nessa crise da aviação comercial, em que empresas-símbolo perdem asas, ouve-se a voz de Assis Chateaubriand. Deve muito a ele a aviação comercial, pois aquele paraibano, entre outras coisas, disseminou aeroclubes pelo Brasil afora, iniciativa que culminou com o apostolado do gaúcho porto-alegrense, Salgado Filho, em favor do “império do ar para os brasileiros”.

Instituiu a Campanha Nacional de Aviação e conseguiu a doação de 700 aviões “Paulistinha”, aeronave na qual tirei o meu brevê em 1965 e que ainda hoje voa pelos céus do Brasil.

A imprensa de Assis Chateaubriand antecipava-se a tudo isso. Não se limitava a informar, mas, sobretudo, a formar opiniões, a plantar idéias, a induzir os poderes da Nação, as lideranças nacionais e o próprio Estado a dar o salto que a modernidade exigia.

Mais uma vez, é José Américo quem dá este testemunho: “Fazia relações e, sem ser um aproveitador, metia na cabeça de amigos abastados, como forma de redistribuição da riqueza, que também tinham deveres. Se houve alguém capaz de arrancar dinheiro de um morto, ele fez mais difícil ainda: arrancou dinheiro dos ricos”.

Menino gago, emperrado, de pele e beijos de índio, reverteu tudo isso no mais ousado homem do seu tempo. Aos 16 anos, escrevia no mais tradicional jornal do Nordeste, o **Diário de Pernambuco**; aos 23, emulava com Sílvio Romero e José Veríssimo nas questões polêmicas da época. Nessa idade, conquista a cadeira

de Direito Romano da Faculdade de Direito do Recife. Vai para o Rio, torna-se redator chefe do **Jornal do Brasil**, e logo depois segue para a Europa, onde viveu proveitosa experiência cultural e jornalística, que é reunida em seu primeiro livro, **Alemanha**. Ganha o mundo, é a expressão que melhor o define.

Em 1924, adquire **O Jornal**, que viria a ser o líder da cadeia Associada. Em 1928, lança **O Cruzeiro**, que, em 1952, num Brasil de meio século atrás, chegou a circular com 740 mil exemplares.

Pasmem, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores!

No Brasil de hoje, isso significaria uma circulação superior a dez milhões de exemplares, vendidos unicamente em bancas, sem contar com nenhuma assinatura.

Pioneiro em tudo, inaugura, em 18 de setembro de 1950 – há justamente 56 anos –, a primeira emissora de televisão da América Latina e a quarta do mundo: a TV Tupi, em São Paulo.

Em 21 de abril de 1960, inaugura, na mesma data em que a cidade de Brasília era inaugurada, o jornal **Correio Braziliense** e a TV Brasília.

Entre os inúmeros feitos e as inúmeras iniciativas, sugere a Marconi a iluminação do Corcovado no Rio de Janeiro.

Expande seu império de comunicação a todo o País, chegando a 99 empresas.

É nomeado Embaixador do Brasil na Grã-Bretanha. Marqueteiro nato, põe por toda Londres faixas em perfeito português: “Umbuzeiro saúda Chatô”, em uma referência à cidade em que nascera, na nossa Paraíba. É lógico, deixou atônita a platéia que buscava nos dicionários a tradução do texto.

Brasileiro como nenhum outro, aspergia “canela de pau” pelos salões da nossa Embaixada na Inglaterra, para que todos pudessem sentir o aroma do Brasil, que ele chamava de “cheiro do Brasil”.

Seu nacionalismo está permanentemente caracterizado ao nomear todas as suas empresas com palavras indígenas, tais como: Tupi, Tamoio, Guarani, Poti, Itacolomi, Piratini, Marajoara.

Gigante em todas as militâncias de sua vida, seu grande heroísmo foi no ato final. Privado das mãos, imobilizado pela trombose, escreve e atua até a última palavra do seu ser consciente.

A memória que ele nos deixou é um filão que nunca se esgota.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Roberto Cavalcanti.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, dois motivos me trazem à tribuna. O primeiro diz respeito ao requerimento que está na Mesa, na frente de V. Ex^a, assinado pelos três Senadores do Rio Grande do Sul – Senador Paulo Paim, Senador Sérgio Zambiasi e eu –, solicitando a esta Casa uma referência de homenagem ao 20 de setembro, data de mais um aniversário da Revolução Farroupilha.

O Presidente da Câmara dos Deputados, que é uma pessoa de grande cultura, muito conhecedora da história do Rio Grande do Sul e simpática a ela, por conta própria solicitou, hoje, na Câmara dos Deputados, também uma referência à Revolução Farroupilha.

Andando ontem à noite por aquele acampamento, foi impressionante ver como ali, na beira do rio, milhares e milhares de gaúchos de todo o Rio Grande do Sul acampam ou passeiam. Fico impressionado como um Estado pode conservar, por tanto tempo, uma tradição tão profunda e pode guardar dentro de si um sentimento tão arraigado de amor à terra, de amor aos seus princípios, de amor à sua história. É emocionante como o Rio Grande do Sul guarda na sua alma o carinho, o afeto e o respeito aos feitos da Revolução Farroupilha.

Não me lembro, no Brasil, de nenhuma outra tradição, de nenhuma outra história eminentemente regional que esteja tão apegada a uma gente como a epopéia Farroupilha ao povo do Rio Grande do Sul.

Na verdade, foi emocionante a história do Rio Grande do Sul e do Brasil. Um povo se levanta clamando por liberdade, clamando pelo direito de viver, de evoluir, de crescer, não aceitando a pressão esmagadora do poder central, querendo manifestar o seu pensamento, querendo que a sua economia, que estava florescendo, tivesse chance de avançar.

Um movimento empolgou o Estado inteiro. O Rio Grande viveu um momento de desafio, uma guerra contra o Império. Os farrapos, assim chamados, gente humilde, gente simples, ao lado dos grandes da época, chegaram a proclamar a República de Piratini, chegaram a ter o seu hino, a sua bandeira e a sua história, chegaram a lutar por dez anos contra as tropas federais em número infinitamente superior, em condições econômicas maciçamente maiores.

A história conta páginas fantásticas da Revolução Farroupilha. A história conta epopéias de glória, de luta, onde o nosso presidente nomeado e eleito,

Bento Gonçalves, com tantos heróis, como Garibaldi, com tantas figuras geniais, com grande capacidade de luta, conseguiram, durante dez anos, viver o seu ideal e conseguiram, apesar da trégua feita por intermédio de Duque de Caxias – após o que foi, inclusive, eleito Senador pelo Rio Grande do Sul –, que os ideais da Revolução Farroupilha se mantivessem até hoje.

É interessante olhar o povo do Rio Grande e procurar uma explicação. Qual a diferença do gaúcho que o marca e o caracteriza tanto, que o faz tão diferente da média, da normalidade das criaturas? Nas suas qualidades, nos seus defeitos, na sua garra, na sua história, no amor ao seu cavalo, no amor à liberdade, no apego à terra, enfim, o gaúcho vive até hoje uma história que se chama amor à dignidade, amor à família, à sociedade, ao pampa e ao Brasil.

Que movimento tão fantástico é este? Derrotado, era para ter sido extinto, para ter desaparecido. No entanto, ninguém se lembra de nenhum dos outros movimentos vitoriosos na história deste País que tenham uma página tão magnífica escrita na alma da gente gaúcha como a Revolução Farroupilha. E ela tem servido de apanágio nas horas amargas, nas horas difíceis, nas horas conturbadas que vivem o Brasil e o Rio Grande. Sempre fomos buscar na alma, na luta campeira, as razões de ser da nossa ação. O Rio Grande vive hoje uma hora difícil. O Rio Grande recebe um tratamento hoje, de parte do Governo Federal, tão duro e tão mau quanto o que recebia do Império em relação às questões do charque e às questões da economia do Rio Grande, que, deliberadamente, não desejava ver avançando.

Hoje vivemos uma hora muito dura no Rio Grande do Sul, uma hora difícil. Apesar de uma gestão excepcional, o nosso Governador Germano Rigotto vem enfrentando, por enquanto, com muita categoria, as dificuldades que temos pela frente. Com grandeza e com espírito público, ele vem melhorando – e melhorando muito – a economia do Rio Grande do Sul, apesar das dificuldades que encontra, muitas delas provenientes do Governo Federal.

Eu fico a imaginar se, naquela época, acontecessem as coisas que estão acontecendo agora. O que fariam os farrapos em defesa da sua terra? De um lado, o Rio Grande, há muito tempo, vem lutando para crescer. Foi uma guerra – e eu fui Presidente da Comissão – para conseguir que o Rio Grande do Sul conseguisse ter uma usina de aços planos, a Aços Finos Piratini, uma usina de aços especiais. Foi uma guerra para que o Rio Grande do Sul conseguisse ter uma unidade da Petrobras – a Refinaria Alberto Pasqualini. Foi uma luta tremenda para que o Rio Grande do Sul tivesse um pólo petroquímico.

Todos os investimentos destinados ao Rio Grande do Sul tinham o poder federal contra. E o argumento era que o Rio Grande do Sul estava muito longe, estava lá na fronteira com Argentina, e que o Rio Grande não tinha petróleo, não tinha gás, não tinha minério.

Lembro-me de que eu, Presidente das três Comissões Especiais – a da Usina de Aços Finos Piratini, a da Refinaria Alberto Pasqualini e a do 3º Pólo Petroquímico –, embora Líder e Presidente do MDB, partido de oposição, dizia aos Ministros da ditadura da época: pena que os senhores não são ministros no Japão, pena que os senhores não tenham nascido no Japão. Se vocês fossem japoneses e ministros no Japão, o Japão seria até hoje um conjunto de ilhas vulcânicas, e não esse país fantástico que cresce a cada dia. O Japão não tem minério, o Japão não tem petróleo, o Japão não tem matéria-prima e, no entanto, é essa economia fantástica. Os senhores querem nos reduzir a uma posição secundária de produtores de matéria-prima, o que nós não aceitamos. Luta difícil!

Hoje, o Rio Grande do Sul, como vários Estados, tem uma dívida com a União que federalizou, diga-se de passagem, no Governo anterior, todas as dívidas dos Estados. Só que essa dívida, hoje, tornou-se praticamente impagável, pois é uma importância que chega a ser de 18% do orçamento do Rio Grande do Sul.

Quando o Rigotto assumiu o Governo do Estado, negociou e, conversando com o Ministro da Fazenda e com autoridades brasileiras, foi ao exterior e conseguiu que o Banco Mundial assumisse essa dívida. O Rio Grande, em vez de pagar 18%, pagaria a metade disso, ganharia uma importância espetacular de cerca de R\$600 milhões anuais que poderiam ser aplicados em sua economia.

Resolvida a questão – e já mostrei isso nesta Casa –, o Banco Mundial, por intermédio de uma carta de seu diretor, enviou à Secretaria do Tesouro a comunicação e o pedido para buscar a competente autorização, necessária para a realização do empréstimo. O Governador Rigotto, o Secretário Caçapava, os três Senadores, a Bancada insistiram junto ao Governo Lula e aos Ministros para que essa carta, essa autorização saísse e a questão fosse resolvida. Não houve jeito. O tempo passou, passou e não houve jeito.

Agora, às vésperas da campanha, alguém do PT, no Rio Grande do Sul, levanta a tese de que é um erro absurdo o Estado estar pagando essa importância de juros para a União e que deve tentar negociar com um banco de fora um juro inferior. E o Presidente Lula, em campanha política, estando no Rio Grande do Sul, respondeu que a tese era absolutamente viável e compreensível e que ele estava totalmente de acordo.

Escrevi uma carta ao Presidente Lula, li-a na tribuna e a enviei a Sua Excelência, dizendo que estava muito satisfeito em saber que Sua Excelência era favorável àquele desejo do Governo do Rio Grande do Sul de trocar a dívida do Estado pelo empréstimo com o Banco Mundial. E se Sua Excelência era favorável, era muito simples: bastava dar um telefonema à Secretaria do Tesouro e determinar: “Faça-se”.

É claro que não houve resposta. Mas no Rio Grande do Sul continuam a cobrar: “Não, vamos chegar lá; e, se o Olívio ganhar o Governo do Estado, vamos resolver o problema dessa dívida do Estado”.

Aí parece que se estabelece uma chantagem política. Aí fica uma situação muito difícil, principalmente porque o cidadão foi três anos e meio ministro e podia, como os outros ministros provenientes do Rio Grande do Sul, ter ajudado para que isso acontecesse. Pelo contrário, parece que a frase era “não mexa, deixe como está. Por que vamos permitir que o Governo do PMDB do Rio Grande do Sul tenha mais R\$600 milhões para aplicar em investimento?”

Isso não é maneira de fazer política! Aprovamos o projeto nesta Casa. Aliás, recebi apoio das bancadas de praticamente todos os Estados quando mostrei o projeto em que o Rio Grande do Sul, tido como um Estado rico e poderoso, tinha algumas áreas que não poderiam continuar como estavam. Havia um empobrecimento dramático e cruel exatamente na zona mais linda, onde ocorreu a Revolução Farroupilha e nasceu o Rio Grande – a fronteira Oeste e a Zona Sul, Bagé, Pelotas, Rio Grande, São Borja, Uruguaiana, Alegrete, Livramento. Toda aquela região passa hoje por grandes dificuldades.

E nós nos encontramos numa posição difícil. Conseguimos aprovar no Senado um projeto de minha autoria, quando se tratou da matéria, permitindo que aquela região do Rio Grande do Sul fosse identificada à região do Nordeste no sentido de que pudesse receber empresas novas com estímulos do Governo Federal. O projeto foi recebido como um sopro de liberdade, de novidade e futuro de grandiosidade. Conseguimos aprová-lo no Senado e, mesmo sendo muito difícil, também na Câmara dos Deputados. No entanto, o Presidente Lula o vetou.

Tratava-se de um projeto singelo, cuja ação era por tempo determinado. Sempre disse que não queríamos que ele durasse o tempo todo, mas apenas o tempo necessário para reimpulsionar aquela região para que ela volte a ter condições de crescer e de se desenvolver.

O Rio Grande do Sul, repito, construiu a Aços Finos Piratini. O Governo Federal deixou, mas não foi ele que construiu a usina de aço; foi o Governo do

Rio Grande do Sul, com seu dinheiro. O Rio Grande do Sul construiu o Pólo Petroquímico, mas, para que pudesse sair, porque havia uma discussão se saía ou não saía, o Governo do Estado gastou US\$300 milhões nas obras de infra-estrutura, principalmente no tratamento dos poluentes, considerado até hoje o mais moderno do mundo. E o Dr. Fernando Henrique Cardoso resolveu privatizar o Pólo – num dos absurdos do Dr. Fernando Henrique, ele fez isso – e privatizou a Aços Finos Piratini.

Eu, em nome do Rio Grande do Sul, entrei com um projeto nesta Casa. O Governo do Estado construiu o início do Pólo, construiu a Aços Finos Piratini e entregou-os, de graça, para o Governo Federal levá-los adiante, sem nenhuma indenização, sem pedir nada. Mas no momento em que o Governo Federal privatizou-os, entramos com um projeto dizendo que o Rio Grande do Sul tinha o direito de receber de volta o dinheiro que havia aplicado.

O Senado aprovou o projeto por unanimidade, e o Governo vetou-o por inteiro.

No Governo Sarney, eu era Governador do Rio Grande do Sul. O Presidente Sarney viveu um governo difícil: a morte do Dr. Tancredo e inúmeros outros problemas. Para conseguir fazer alguma coisa em termos de obras federais no Estado, tive de aplicar o dinheiro do Governo do Rio Grande do Sul. Então, fiz um acordo com o Presidente Sarney e com o Ministro dos Transportes, por escrito, assinado em palácio: construiríamos centenas de quilômetros de estradas federais, com a autorização do Governo Federal, que se responsabilizaria a, no futuro, devolver-nos aquela quantia. Isso foi feito, as estradas foram construídas.

O tempo passou e, quando se concluiu o projeto e provado estava que se deveria receber o dinheiro, o Governo Lula disse que não; disse que não e não.

Quando eu era Governador, o PT promoveu praticamente uma convulsão social. Deputados novos, de primeiro mandato, queriam mostrar presença e fizeram uma rebelião. Estávamos às vésperas de ver, de um lado, os sem-terra invadirem grandes propriedades e, de outro, os proprietários se defenderem. Íamos para um caminho que eu não sabia aonde iria dar.

Falei com o Presidente Sarney, mas não havia dinheiro. Fui o único Governador no Brasil, que eu conheça, que, com o dinheiro do Governo, comprei terra a vista. É verdade que comprei terra a vista chorando no preço – um preço bastante razoável porque era pagamento a vista. E o fiz com o compromisso, assinado pelo Ministro da Reforma Agrária e pelo Presidente Sarney, de que aquele dinheiro não seria devolvido ao Rio Grande do Sul e que o Rio Grande do Sul, com aquele dinheiro, faria um fundo. Os recursos não vol-

tariam para o Tesouro do Estado, mas passariam a constituiria um fundo pelo qual se continuaria a prover dinheiro para comprar terras.

O projeto, aprovado aqui no Congresso Nacional por unanimidade, foi vetado pelo Dr. Lula.

Esse é o tratamento que o Rio Grande do Sul tem tido deste Governo. Eu digo isso neste dia 20 de setembro, dia de homenagem aos farrapos da Revolução Farroupilha, para mostrar que, de certa forma, a nossa luta continua. A luta por um Estado independente, forte, autônomo continua e continuará pelo tempo que for necessário.

As agressões de alguns candidatos lá no Rio Grande, nessa campanha – estranho, porque tenho um carinho tão grande aqui no Congresso e um carinho tão grande do povo do Rio Grande do Sul –, eu não consigo entender. Do candidato do PT, por exemplo, não consigo entender. Ele não fala da situação brasileira, não fala em nada do que está acontecendo. “O que está acontecendo de mal no Brasil tem uma culpa. O Senador Pedro Simon, nesses anos todos, foi muito fraco, não fez nada pelo Rio Grande. É um Senador incompetente e incapaz. Diga uma coisa que ele fez pelo Rio Grande do Sul!” Essa é a campanha do meu adversário.

Eu disse, ontem, quando estivemos num debate que terminou à 1 hora da madrugada, que viria aqui hoje. Viria para lembrar a Revolução Farroupilha, mas viria também porque não poderia deixar de falar, neste momento e nesta hora, sobre o que está acontecendo. Como é fantástico a sociedade brasileira se manter da forma como se está mantendo!

Hoje de manhã, mesmo com o compromisso de ter quórum no Conselho de Ética para uma decisão importante, não houve quórum, e ficou por isso mesmo. O Senado deveria ter decidido se as votações de cassação seriam feitas em voto aberto e não secreto, como é agora... Ficou por isso mesmo. E, agora, quando menos se espera, vemos, primeiro, o caso do grampo no telefone do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e de mais alguns colegas seus. É claro que sabemos que o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral é uma figura que não digo controvertida, porque para mim não é controvertida, é uma figura brilhante, extraordinária. É uma figura que tem voz, que tem autoridade, que fala, e às vezes fala coisas de que não gostamos, quando diz, por exemplo, que o Brasil é um País de faz-de-conta. É, parece que fazemos de conta. Mas abrir, como se abriu ontem, o levantamento de uma denúncia feita pelo PSDB e pelo PFL, para investigação do Presidente da República, que é convocado, e do Ministro da Justiça, a vinte dias das eleições! Meu Deus, aonde vamos chegar?

E é a Oposição que está fazendo isso, é a Oposição que criou esse fato? Ele veio ao jornal pela Polícia Federal, pela imprensa; ele veio ao jornal quando a revista **Época** disse que foi procurada por pessoas que queriam vender um dossiê contra líderes de oposição.

E, mais uma vez, o homem envolvido está no Palácio, é amigo do Presidente. Não sei, mas o Presidente Lula deveria fazer... Não sou dessas histórias, pelo amor de Deus, sou cristão, mas, mesmo no Cristianismo, às vezes, tem-se de expulsar o que há em volta de uma pessoa e que está fazendo mal.

Olha, Presidente, como Vossa Excelência andou mal-acompanhado esse tempo todo! E o pior é que as pessoas que lhe faziam boa companhia estão saindo, como o Frei Betto, que disse que não podia mais agüentar, que não dava para ficar.

Na reunião do grupo católico em que ele comunicou isso, eu lhe disse: "Mas você não podia sair, deveria ter ficado, porque num país onde as pessoas boas como V. S^a, que podem influenciar para o bem, saem, ficam as outras que influenciam para o mal". E ele respondeu: "Mas há momento em que sabemos que não dá mais para ficar. Não havia mais ambiente para ficar".

Ora, quantas pessoas... Eu gostaria que este grande nome, que é o nosso Suplicy, relembresse aqui os grandes nomes da política, da economia, da cultura, que foram os heróis do PT e que, hoje, estão afastados. Quantos nomes que foram os que construíram a história do PT! Porque dessa turma de vigaristas que tem aparecido aí, de amigos do Lula que estão aí, nunca ouvimos falar, são pessoas que apareceram na campanha. Toda corrupção no Brasil começa na campanha – essa experiência nós temos. É na campanha que começa toda corrupção: a do Lula, a do Collor e qualquer uma outra.

Mas os homens, os outros, estão saindo. Tenho procurado telefonar, Presidente, para esses líderes do PT que se afastaram e que eram e que são meus amigos: "Escuta aqui, tu não achas que cometeu um erro em sair? Tu não achas que devias ter ficado lá?" Um agora é candidato a Governador de São Paulo. "Tu não achas que devias ficar lá?" "Não dava, Senador Simon, eu fiquei até o último momento que eu achei que dava para fazer alguma coisa. Em determinado momento, quando tu sabes que é mal recebido, que as tuas palavras não são nem interpretadas, nem analisadas, mas são recebidas com deboche por parte do Governo..."

Eu vim de Brasília a Porto Alegre, especificamente, para ouvir o parecer de V. Ex^a.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – V. Ex^a está me concedendo um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, o aparte é seu.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Pedro Simon, como é bom e reconfortante ouvi-lo e vê-lo na tribuna deste Senado. Como V. Ex^a engrandece esta Casa, como V. Ex^a verbaliza a indignação sincera de grande parte do povo brasileiro, porque V. Ex^a está hoje na tribuna verberando o Governo e o Presidente Lula, como estaria se o Presidente fosse Fernando Henrique Cardoso, como estaria se o Presidente fosse do PMDB. E tenho certeza de que eu faria o mesmo se o Presidente fosse do PDT. V. Ex^a não é do país do faz-de-conta, V. Ex^a não faz de conta que é ético, V. Ex^a não finge indignação se a bandidagem for dos seus adversários e não silencia ou compactua se a bandidagem for dos seus correligionários. V. Ex^a é realmente uma figura excepcional. Meus parabéns! Tenho grande orgulho de ser seu colega neste Senado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

A Folha de S. Paulo publicou uma foto enorme, em Belém do Pará, do Lula, do Jader e de mais quatro figuras, três do meu Partido, todas processadas no Supremo. O Sr. Jader está para ser julgado – não sei por que o Supremo não julga. A denúncia foi apresentada pelo Procurador-Geral e foi aceita no Supremo.

Outro dia, o Presidente Lula falou – o que é uma barbaridade! – que o Senado e o Congresso estão abusando das imunidades. Não, não estão abusando. O projeto teve origem em iniciativa de nossa autoria. Hoje, não precisamos mais dar autorização; não precisamos autorizar ninguém a processar Senador e Deputado. Podem fazer o que bem entenderem! Estão sendo processados? Mas o processo está na gaveta. Um é o Jader, o outro é um Senador também do Pará, também do PMDB; outro é um Deputado do PT que esteve envolvido com o mensalão; há também uma Senadora que está comprometida.

Diz a manchete, com palavras do nosso querido Presidente Lula: "Este palanque é uma aula de sociologia política para o Brasil". Meu Deus do céu! Onde é que nós estamos, Dr. Lula? "Este palanque é uma aula de sociologia política para o Brasil." Ele é o único que não está sendo processado. Agora, não está sendo processado, mas quem está sendo chamado para depor no Supremo Tribunal Federal é ele, Lula.

Hoje, são todas essas figuras. A aula de sociologia foi ampliada, porque até o Presidente Lula está sendo convocado pelo Supremo.

Não é possível!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei.

Fui visitar o Senador Jefferson em seu gabinete e perguntei-lhe: “Eu vim aqui e cadê o negócio?” “Pois é! Garantiram-me que haveria quórum, mas não houve”. O Senador Jefferson tem uma pureza! Apesar de eu ser cristão, ser franciscano, não chego até ele. Perguntei: “Quer dizer que não apresentou o parecer?” “Não, não havia **quorum**”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, vamos lá!

“Não, não havia quórum”. “Mas, Jefferson, não havia quórum? Mas, se tu apresentas o teu parecer, o Brasil inteiro vai ficar sabendo.” “Mas isso seria uma indelicadeza com os colegas.”

Vejam a beleza e a grandeza do espírito do Senador Jefferson: “Mas eu estaria cometendo uma indelicadeza”! Numa hora como essa, em que os Parlamentares não compareceram, e o assunto era da maior importância, ele seguiu as mínimas letras de um comportamento ético perfeito. Alguém podia condená-lo se ele dissesse: “Bom, não veio ninguém. Era para ser hoje. Entrego para a imprensa”.

Nem eu lhe pedi. Estive em seu gabinete, falei e não lhe pedi, nem toquei no assunto, até porque V. Ex^a, provavelmente, não teria dado. Mas não pedi.

Pois não, Senador. Concedo-lhe um aparte

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, primeiro, quero externar, mais uma vez, a minha afinidade com a sua história e com as suas atitudes.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só quero dizer uma coisa a V. Ex^a: O **Estadão** fez uma matéria exagerada e injusta com relação a mim, mas, com relação a V. Ex^a, assino embaixo. Foi uma matéria linda e que espelha realmente o que é V. Ex^a. Sinceramente, meus cumprimentos. Não estava em boa companhia, mas V. Ex^a merece.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe que tenho estima e expresse meu apoio a um dos seus adversários, o candidato ao Senado Miguel Rossetto, que foi Ministro do Desenvolvimento Agrário. Mas ele sabe também da estima e do respeito que tenho por V. Ex^a. Há poucos dias, participei de dois debates com a candidata Alda Marco Antonio, do seu Partido, o PMDB, ao Senado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Gosto dela, sabia?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ela, então, ressaltou o quão importante é que o povo de São Paulo eleja também uma mulher, como há aqui a Senadora Ideli Salvatti e outras que dignificam o povo da sua terra. No debate, eu lhe disse que também há homens que dignificam o Senado, como o Senador Pedro Simon. Senti-me bem ao seu lado, e houve, na oportunidade, a citação do Senador Jefferson Péres na matéria. Felizmente, há um reconhecimento no Rio Grande do Sul e em São Paulo do vigor da sua atuação, pela maneira como V. Ex^a aqui expressa seus sentimentos, os sentimentos de quem sempre deseja saber e dizer a verdade. V. Ex^a também solicita de cada pessoa, tanto do Poder Executivo quanto do Parlamento, que tenha procedimentos os mais éticos. Quando V. Ex^a recordava alguns diálogos que teve ora com o Presidente Lula, ora com amigos do Presidente Lula, como o Frei Betto, lembrei-me de uma citação que considero tão importante e que está contida no livro do Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen, que dei ao Presidente Lula no início do seu Governo. O livro se chama **Desenvolvimento como Liberdade**. Nesse livro, Senador Pedro Simon, há uma referência de como é importante para um governante, para um chefe de uma organização comportar-se para prevenir problemas. Ele menciona os autores do Hui-Nan Tzu, inscrito nas pedras da China antiga, em 122 a.C. Vou ler a citação, e V. Ex^a saberá muito bem por que ela é relevante para o que há pouco disse: “Se a linha medidora estiver certa, a madeira será reta, não porque se faz algum esforço especial, mas porque aquilo que dirige faz com que assim seja...”

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Para não perder o raciocínio, vou precisar repetir. Peço a sua atenção: “Se a linha medidora estiver certa, a madeira será reta, não porque se faz algum esforço especial, mas porque aquilo que dirige faz com que assim seja. Da mesma maneira, se o dirigente for sincero e íntegro, funcionários honestos servirão em seu governo, e os velhacos se esconderão. Mas se o dirigente não for íntegro, os perversos farão como querem, e os homens leais se afastarão”. Senador Pedro Simon, quero dizer com toda a amizade que tenho pelo Presidente Lula: em razão de fatos como os que ocorreram em alguns momentos – e, agora, de novo –, é muito importante que ele tenha uma atitude segundo o que disse em Nova Iorque: “Vamos procurar esclarecer inteiramente os episódios, com o maior rigor, doa em quem doer”. Vamos deixar claro isso e responsabilizar quem porventura agir de maneira a prejudicá-lo e a prejudicar, inclusive, o Senador Aloizio Mercadante, candidato em

quem tenho a maior confiança, meu parceiro nas eleições em São Paulo. É importante que todos tomemos uma atitude a fim de colaborar para desvendar inteiramente esses tristes episódios. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a e digo o seguinte: houve apenas um momento, desde que esses fatos aconteceram, em que inclusive vim a esta tribuna prestar homenagens: foi quando o então Ministro da Educação Tarso Genro, que, diga-se de passagem, estava fazendo um trabalho muito bom no Ministério da Educação, renunciou a sua Pasta, assumiu a Presidência do PT e lançou a sua proposta para o Partido: “Temos de refundar o PT. Não nos interessa a decisão da Comissão de Ética, da CPI, da Polícia Federal, da Procuradoria-Geral da República ou do Supremo Tribunal Federal. Devemos ter a nossa comissão de ética. O problema é nosso, do PT. Precisamos nos reunir com o nosso Partido, com a nossa tradição, com a nossa história, com a nossa biografia, observar as coisas que aconteceram e ver o que vamos fazer, punindo quem tem que ser punido, doa em quem doer, nem que se tenha que renovar o PT”.

Vim a esta tribuna e o endeusei, mas o Lula cedeu àqueles que não queriam o Tarso com essas idéias. E ele não foi escolhido Presidente. O Presidente é esse que está aí, agora comprometido novamente.

A questão é esta: até quando o Lula vai permanecer nessa posição?

Tudo começou quando denunciámos o Waldomiro, que não foi demitido. Ele pediu demissão. Agora, no último caso, o cidadão que trabalhava com ele, no Palácio, também pediu demissão. Não foi demitido.

A pergunta é uma só: há uma palavra de esperança de que o Governo do Lula será diferente? Estando nos palanques, com a equipe do PT, o Sr. Jader, de um lado, e o Sr. Suassuna, de outro, o que vai ser o Governo do Lula no segundo mandato? No primeiro Governo, ele tinha o Brasil do seu lado e o respeito do Congresso. No segundo, em 1º de janeiro, terá que começar a prestar contas. É capaz de, nessa data, quando vier para cá, ele ainda estar respondendo, perante o Tribunal Superior Eleitoral, à investigação que começou agora, porque ele está sendo comunicado lá em Nova Iorque. Mas qual é o ato, qual é a ação, qual é a movimentação, qual é a expectativa que esse Governo dirá ter para essa sociedade que está aí, estarecida, não sabendo o que vai fazer?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, quero expressar a minha confiança de que o Presidente Ricardo Berzoini, que esteve com o Presidente no final da manhã de hoje, esclarecerá, ainda nesta tarde, todos os pontos, tornando claro tudo o que, efetivamente, aconteceu. Nós, do Partido dos

Trabalhadores, precisamos contribuir para o esclarecimento desses episódios, assim como da questão do dossiê sobre os ex-Ministros José Serra e Barjas Negri. Essa é a minha expectativa, porque conheço bem o ex-Ministro José Serra, que foi nosso colega no Senado. Por tudo aquilo que ele sempre defendeu, acredito que será o primeiro interessado em contribuir para esclarecer por que houve aquilo durante o tempo em que era Ministro. Que ele explique por que aconteceram aquelas comemorações mostradas no dossiê e por que aqueles Deputados, hoje envolvidos no caso dos sanguessugas, estavam ali, como que fazendo uma festa. Como houve aquilo? Que grau de conhecimento ele tinha?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concordo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Acredito que o Presidente Ricardo Berzoini, ainda hoje, esclarecerá inteiramente esses fatos. Também é próprio que a Nação brasileira espere que José Serra e o atual Prefeito de Piracicaba, Barjas Negri, com quem sempre tive uma relação de maior respeito e seriedade, manifestem-se a respeito. Sempre ouvi de José Serra e Barjas Negri palavras na defesa do interesse público, mas, numa situação como essa, eu me sentiria na responsabilidade de logo esclarecê-la. E que tudo seja esclarecido antes de 1º de outubro. Faltam 11 dias para as eleições e é importante que o povo brasileiro tenha essas coisas esclarecidas o quanto antes. Essa é a nossa responsabilidade. Que a Polícia Federal, a Justiça, a Justiça Eleitoral e o Ministério Público estejam averiguando os fatos, muito bem, mas o que é de responsabilidade nossa, eu, como candidato ao Senado envolvido nesses episódios, em São Paulo, sinto-me na responsabilidade de esclarecer. Conversei com o Senador Aloizio Mercadante e tenho plena confiança de que ele jamais teria admitido a compra de dossiê, da forma como foi descrita pela imprensa nestes dias.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a.

Encerro, Sr. Presidente. Ainda haverá tempo de voltar. Talvez, quando V. Ex^a estiver mais calmo ou outro Presidente mais tranquilo, eu volte para continuar o debate dessa tese.

O Brasil está com uma interrogação, perguntando o que vai acontecer. A 12 dias de uma eleição, o Presidente da República, em Nova Iorque, é interpelado. O que vai acontecer?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O requerimento referente à Revolução Farroupilha, de autoria de V. Ex^a e dos Senadores Paulo Paim

e Sérgio Zambiasi, encontra-se sobre a mesa e será encaminhado na forma do Regimento.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, em permuta com o Senador Marco Maciel.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu apenas gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável muito breve se, porventura, não puder fazer uso da palavra até às 16 horas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, primeiramente, eu gostaria de saudar todos os gaúchos no dia de hoje pela passagem desta data muito importante na história do Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha. Nós, que temos uma convivência fraterna mas acirrada com todos os gaúchos, sabemos o quanto eles têm de realce e de relevância para as comemorações cívicas que dizem respeito à história dessa parcela importante do povo brasileiro, do “povo do Pampa”, como costumamos chamar.

Sr. Presidente, inicio meu pronunciamento exatamente por onde começou o Senador Pedro Simon. O noticiário de hoje dá conta de que o Tribunal Superior Eleitoral acolheu a representação apresentada pela Coligação PSDB–PFL, que tem como candidato à Presidência da República Geraldo Alckmin.

Essa coligação tem como objetivo cassar o registro da candidatura do Presidente Lula à reeleição. E, ontem – porque a ação foi protocolada e já estava repercutindo na imprensa –, o professor e jurista Dalmo Dallari, da Universidade de São Paulo, respondendo a algumas perguntas do **Terra Magazine**, já tratou desse assunto. Entendo que as observações feitas pelo jurista Dalmo Dallari sobre essa questão são absolutamente pertinentes. Entendo que elas merecem ter o registro aqui da tribuna para colaborar com todo esse debate que o Senador Pedro Simon iniciou nesta tarde.

Quando o **Terra Magazine** pergunta ao Dr. Dalmo Dallari qual pode ser o resultado do pedido feito ao Tribunal Superior Eleitoral pela Coligação PSDB – PFL, ele responde desta forma:

Isso é pura encenação eleitoral. Esse pedido não tem a mínima consistência. Um

dado que me chama a atenção é que essas ameaças de ação judicial estão sendo usadas como cortina de fumaça para que não se pergunte sobre o conteúdo do dossiê. Que tipo de acusações ele tem? Seria essencial conhecer isso.

Terra Magazine faz nova pergunta: “Mas, independente disso, o TSE pode tomar alguma medida contra a candidatura de Lula?”

O Professor Dalmo Dallari responde:

Se não houver alguma coisa consistente, o TSE não pode fazer nada. O que foi publicado até agora pela imprensa não dá base nenhuma para uma medida judicial. Se não for mostrado o dossiê, o assunto morre. São apenas intrigas, sugestões, acusações vagas.

Terra Magazine insiste: “E existe algum outro fórum competente para fazer algo?”

Dalmo Dallari responde:

Não. Num outro fórum, seria a mesma coisa. Porque o Judiciário não se movimenta a não ser com base concreta. De fato, essa encenação toda é absolutamente inconsistente. O PSDB faz bravata com a intenção de desviar a atenção para o conteúdo do dossiê.

Considerarei importantes essas respostas do jurista e professor Dalmo Dallari, reconhecido por todos como uma pessoa extremamente ponderada, para que possamos ter a clareza. Vários jornais trataram do assunto ontem, mas, infelizmente, eu não pude estar presente no Plenário do Senado, tendo em vista que tinha uma agenda de acompanhamento do Ministro dos Transportes em Santa Catarina, uma agenda extremamente positiva, atendendo a muitos pleitos do meu Estado. Mas a imprensa deu a entender – pelo menos está nos noticiários – que a Oposição tenta criar esse clima de crise institucional, de que haverá cassação de registro, voltando-se, novamente, em alguns discursos, também, à questão do **impeachment** do Presidente.

Quero deixar consignadas algumas questões, além dessas afirmações muito fortes do jurista e professor Dalmo Dallari, e trazer para este debate algumas questões que reputo absolutamente pertinentes. Ao se falar em cassação de candidatura, em **impeachment**, em crise institucional, a primeira pergunta que deve ser feita é: houve omissão do Presidente no exercício do cargo? Houve omissão? O Presidente deixou de agir? O Governo deixou de agir? Isso cai por terra de forma retumbante, porque o episódio que causa tanta celeuma, inclusive foi motivo da ação junto ao Tribunal Superior Eleitoral, encaminhada pelo PSDB

e pelo PFL, é a tal possível negociação – ou sabe-se lá o quê – desses documentos que atingiriam o Serra. Como isso veio a público? De onde saiu? Como é que eclodiu? Nada mais, nada menos, de uma ação da Polícia Federal. Não foi ninguém, a não ser um órgão de Governo no exercício pleno da sua tarefa institucional de investigar, de buscar estar atento a toda e qualquer ação que possa ter incidência criminosa. Foi daí que saiu. Então, como é que isso pode passar pela cabeça ou dar sustentação a qualquer pedido de cassação de registro de candidatura ou de **impeachment**, como alguns voltam a falar, se foi exatamente a Polícia Federal, esta Polícia Federal que vem demonstrando à exaustão essa sua atuação republicana, com operações em cima de operações, operações significativas, contundentes, numerosas, prendendo, atuando, de forma inequívoca, doa a quem doer... Foi a Polícia Federal, que está sob as ordens do Ministro Márcio Thomaz Bastos, que está sob as ordens, em última instância, do Presidente da República, que fez com que isso viesse a público. Assim, a questão da omissão está absolutamente derrubada pela ação de Governo nesse episódio; absolutamente derrubada.

A outra questão que poderia subsidiar essa crise institucional ou a ação para cassação ou para um processo de **impeachment** do Presidente é a do benefício. O candidato se beneficiou. Isso também cai por terra. Eu fico às vezes ouvindo determinadas coisas... A população tem capacidade de analisar bem, apesar de muitos não acreditarem na capacidade de avaliação das pessoas. O Presidente Lula lidera as pesquisas. Todas as pesquisas apontam, há vários dias, há várias semanas, que ele ganha no primeiro turno. Inclusive o **Datafolha** anunciou ontem. Já com três dias da tal crise institucional que tentam construir, a pesquisa do Datafolha de ontem confirmou: ganha no primeiro turno; mantém-se estável o quadro.

Se não bastassem as pesquisas, o que ele ganharia? O que o Presidente Lula, em uma situação eleitoral tão favorável a ele, ganharia? Que benefício ele, candidato a Presidente da República, apontado por todas as pesquisas, já há um tempo significativo, ganharia com um dossiê contra o Serra, que é candidato ao governo do Estado, não é nem seu opositor na campanha à Presidência da República, como a coligação do candidato Geraldo Alckmin encaminhou?

Se não fosse isso, a pesquisa do Ibope divulgada na semana passada, que tenho em mãos, coloca ainda uma outra questão que considero absolutamente relevante. Vou pegar aqui não as intenções de voto, mas todo um processo de monitoramento da avaliação do Governo desde o início. Nessa rodada da pesquisa CNI/Ibope, a avaliação positiva do Governo Federal

atingiu seu segundo patamar mais elevado, perdendo apenas para a marca de 51% registrada em 2003, no início, nos três primeiros meses após a posse. Foi de 51% nos três primeiros meses. Agora, em setembro, a avaliação “ótimo” e “bom” é 49%. É a melhor avaliação desde o início do Governo. O saldo de avaliação retornou ao mesmo nível registrado no primeiro ano de Governo, com ganhos em praticamente todos os segmentos investigados. Apenas entre os que recebem mais de dez salários mínimos por mês houve queda na avaliação do Governo Federal.

O Presidente candidato à reeleição, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, tem, em todas as pesquisas, a liderança. Todas as pesquisas apontam que Sua Excelência ganha no primeiro turno. Recebeu uma avaliação de Governo... Olha, depois de tudo o que aconteceu, da contundência da Oposição, de tudo o que houve neste período, terminar o Governo com “ótimo” e “bom”, equivalente a quando começou, demonstra que, efetivamente, a avaliação da população sobre as ações do Governo está muito desconectada da de determinados Líderes da Oposição.

Ouçõ V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a faz uma análise muito precisa da conjuntura política e sobretudo dessas tentativas de desestabilizar a candidatura do Presidente Lula. Muito bem faz V. Ex^a em ressaltar a importância das palavras do Professor Dalmo Dallari, mencionando algumas das respostas. Gostaria de complementar, citando outro trecho.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Penso que essas reflexões do Professor Dalmo Dallari são muito importantes, até pela maneira como todos aqueles que são do meio jurídico brasileiro o respeitam. Quem sabe o Ministro Marco Aurélio de Mello possa ver as palavras do Professor Dalmo Dallari como uma recomendação de bom senso, porque S. Ex^a diz que o Judiciário não se movimenta a não ser com base concreta. Toda essa encenação, de fato, é absolutamente inconsistente. O PSDB faz bravata com a intenção de desviar atenção para o conteúdo do dossiê. E, quando o **Terra Magazine** pergunta sobre a declaração do Ministro Marco Aurélio de Mello de que “a eventual participação de um assessor de Lula no caso é ‘um elo muito forte, e que isso é ruim’”, vem a recomendação de Dalmo Dallari ao Ministro, Presidente do TSE:

Antes de mais nada, acho que o Ministro está abandonando a prudência, que é um requisito essencial de um bom juiz. Porque ele

emite uma opinião política, e não jurídica. Com isso, quando o processo chegar ao Tribunal, se chegar, ele deverá declarar-se impedido pra julgar. Ele tem uma opinião pré-concebida. Ele mesmo está se impedindo.

Pergunta novamente o **Terra Magazine**: “Ele também está com uma postura política, então?”. E Dalmo Dallari responde: “Eu acredito que sim. Só posso interpretar dessa maneira. Ele está abandonando a prudência que deve ser marca fundamental de um juiz e entrando na disputa eleitoral”.

Gostaria que o Presidente Marco Aurélio de Mello, que tem todo nosso respeito, ouvisse isso como uma recomendação. S. Ex^a tem tido muitos méritos ao desenvolver essa campanha de bem informar os eleitores brasileiros sobre o que vai ocorrer dia 1º de outubro. Todos nós precisamos estar muito bem informados a respeito de quem vamos escolher para Presidente, Governador, Senador, Deputado Estadual e Federal. Aliás, trata-se de uma campanha que merece todo o nosso elogio, feita pela Justiça Eleitoral no Brasil, caracterizada pela neutralidade, pela maneira adequada com que chama a consciência dos eleitores para votar, para exercer seu direito consagrado na Constituição. Felizes somos nós brasileiros, por estarmos vivendo diferentemente do que há 20 ou 25 anos, período em que não podíamos escolher o Presidente e o Governador por eleições diretas. Espero que o Presidente Marco Aurélio de Mello possa até levar adiante as averiguações, mas com uma postura de isenção e de imparcialidade recomendada pelo Professor Dalmo Dallari.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Eduardo Suplicy.

Vou conceder o aparte aos dois outros Senadores, César Borges e Sibá Machado, mas queria terminar a linha de raciocínio que comecei. Está derrubado por terra o argumento da omissão, uma vez que todo esse episódio veio a nu, a público, por ação de Governo, da Polícia Federal. Em segundo lugar, a hipótese de benefício do Presidente, do candidato à reeleição, também se derruba, porque Sua Excelência não ganha nada com isso; pelo contrário, não teria necessidade disso em hipótese alguma – estão aí todas as avaliações das intenções de voto e a avaliação de Governo. Se não bastasse isso, o IBGE, na semana passada, apresentou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que traz dados extremamente relevantes a respeito de como a melhoria da qualidade de vida da população vem-se desenrolando durante o Governo Lula.

Está aqui: o rendimento médio real do trabalhador brasileiro apresentou, em 2005, crescimento de quase 5% em relação ao ano anterior. Como o ganho foi maior entre os mais pobres, o IBGE considera que

houve queda na concentração das remunerações, mais uma vez. Em 2005, o nível da inflação foi mais baixo do que no ano anterior, e houve crescimento em setores importantes da economia. O IBGE demonstrou que a inflação mais baixa, aliada ao reajuste do salário mínimo, fez com que os ganhos de renda mais expressivos ocorressem exatamente na metade inferior. Inclusive, vários jornais noticiaram que, diferentemente do ano passado, a classe média também – além dos que ganham menos – teve ganhos significativos de renda nessa evolução. O índice de Gini, que mede a distribuição de renda, exatamente essa diferença entre pobres e ricos no mundo, apresentou, em 2005, o menor resultado desde 1981. A taxa de ocupação, ou seja, o percentual de pessoas ocupadas, tem o maior índice desde 1996. Portanto, são as pesquisas de intenção de voto, a avaliação de Governo, o resultado concreto no cotidiano das pessoas.

Se isso não bastasse para demonstrar que o Presidente Lula, indiscutivelmente, não tinha absolutamente nada a ganhar com uma operação desse porte... Não sei como se adjetiva uma operação como essa; já há vários adjetivos, que não quero citar, mas o próprio Presidente Lula declarou como abominável. E Sua Excelência tem, em sua biografia, uma prova inquestionável de não admitir, de não se utilizar desse tipo de procedimento, porque, na eleição passada, que não tinha a intenção de voto que tem hoje, a avaliação que tem hoje, os resultados no cotidiano, na vida das pessoas para apresentar, Sua Excelência rechaçou de pronto o dossiê Cayman. Não só rechaçou, como fez mais: foi comunicar ao alvo, às pessoas que seriam alvejadas na divulgação daquele dossiê. Sua Excelência fez isso.

Portanto, os dois pressupostos para embasar tanto a ação no TSE, como qualquer questão relacionada à retomada de discurso de **impeachment** estão derrubados peremptoriamente pela ação de Governo nesse episódio e por ficar configurado, de forma indiscutível, que esse tipo de procedimento não traz benefício algum, pelo contrário, ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

Ouçó, com muito prazer, o Senador César Borges e, em seguida, o Senador Sibá Machado.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Agradeço-lhe, Senadora Ideli Salvatti. Estranha-me, na sua fala, a relativa confusão que V. Ex^a faz com relação ao uso da Polícia Federal. V. Ex^a imagina que a Polícia Federal seja uma política de Governo. A Polícia Federal tem de ser republicana; ela é do cidadão brasileiro. Ela não pode, em hipótese nenhuma, e nunca deveria estar a serviço de governo ou política de governo. Ela tem uma política, sim, de segurança para a população.

Polícia de investigação. Muitas vezes, a Polícia Federal não tem de obedecer à ordem do Sr. Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Para ser republicana, ela tem autonomia. Lamentavelmente, V. Ex^a confunde isso e imagina que essa é uma política do Governo Lula. Não é política coisa nenhuma, mas uma tarefa da Polícia Federal. Lamentavelmente, a Polícia Federal está privilegiando esses criminosos, agora presos, dando-lhes um tratamento diferenciado, em primeiro lugar, porque não divulgou as fotos dos R\$1,7 milhão apreendidos em moedas nacional e americana. Para quê? Para proteger a candidatura do Presidente Lula. Em segundo lugar, não expôs, em momento nenhum, esses criminosos à imprensa livre. Essa é a realidade. Pergunto a V. Ex^a: a quem beneficiaria isso? Devemos perguntar quem são os criminosos que estão por trás. Até agora, tudo leva a crer que é o Partido dos Trabalhadores, o partido de V. Ex^a. Uma pessoa que estava, não digo no porão, mas na sala vizinha ao Presidente da República teve de pedir demissão rapidamente. Demissão a pedido, porque o Presidente Lula não demite absolutamente ninguém. Nunca demitiu um ministro. Todos são seus companheiros. É pedido de demissão voluntária do Sr. Freud Godoy. É o que aconteceu. Qual o benefício? Muito claro. O Presidente Lula é o representante do Partido dos Trabalhadores, ele privilegia, faz a promiscuidade entre Partido dos Trabalhadores e Governo em todas as áreas do Governo. O objetivo era desestabilizar uma figura política como José Serra, que deve ganhar o governo do principal Estado do País, o mais forte, o Estado de São Paulo. Está muito claro. Imaginem se ele pudesse alavancar a candidatura do Senador Mercadante para ganhar em São Paulo? Estaria aí perfeito o plano. Segundo V. Ex^a, as pesquisas indicam que o Presidente Lula vai ganhar. Não interessa a mim se a pesquisa indica isso ou não, não interessa saber se ele está popular ou não, o que interessa saber – e V. Ex^a deve fazer a reflexão – é que, para o bem das instituições brasileiras e para o bem do País, temos de averiguar tudo que for criminoso e contra a lei. E, lamentavelmente, desde maio de 2005, este País tem assistido, estarecido, ao Partido de V. Ex^a, aos Ministros do Partido de V. Ex^a, que trabalham na sala ao lado do Presidente Lula, e aos assessores especiais, que cuidam dos negócios pessoais dele, como o Sr. Freud Godoy, envolvidos nessas questões. Eu gostaria de estar discutindo com a senhora a questão de economia, que V. Ex^a abordou agora. Mas, não. Temos de estar discutindo esse lamaçal que o Partido dos Trabalhadores promoveu, sob a leniência ou a conivência do Presidente Lula. Passar o tempo todo dizendo: “Eu não sabia de nada” ou “Todos fazem da mesma forma” e não explicar a origem desses R\$1,7

milhão, não é possível. De onde saiu esse dinheiro? É dinheiro público? Saiu do contribuinte brasileiro? De onde veio? Nunca vi! “Abominável” é simplesmente uma palavra lançada pelo Presidente, mas, ele não abominou as ações dos Correios. Ao contrário, tentou aqui impedir a CPMI dos Correios. Portanto, agradeço a V. Ex^a e peço que não faça essa confusão. A Polícia Federal não está aí para fazer a política do Sr. Lula nem do Partido dos Trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores partidizou até a Petrobrás. O Partido dos Trabalhadores usa dinheiro de uma empresa como a Petrobras, que tem a participação de toda a sociedade brasileira, para fazer política em vários Estados na tentativa de eleger partidários do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, para eu poder, depois, concluir.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti, tenho, desde ontem, acompanhado os debates na Casa e gostaria de separar o episódio em si da emoção de um momento pré-eleitoral. Quero só reafirmar que a Polícia Federal é, sim, um instrumento de Estado. Agora, sabemos que na história da Polícia Federal, de vez em quando, ela foi utilizada a bel-prazer do governante, ela foi instrumentalizada em alguns momentos. Sabemos que, quando se quer deixar livre uma instituição para trabalhar, deixa-se, mas, quando não se quer, pode-se muito bem dar pitacos no seu rumo, no seu futuro, nas coisas que deve fazer. Sr. Presidente, recebi uma nota, divulgada pela **Agência Estado**, que mostra plenamente isso. Quero concordar em que o ex-Senador e ex-Ministro José Serra, candidato ao governo do Estado de São Paulo, deve estar chocado porque ele deveria ser o alvo dessas coisas, como o foi por ocasião do famigerado relatório das Ilhas Cayman. Agora, o que ele diz na nota é inaceitável! Agredir duramente o Senador Aloizio Mercadante é algo que não pode ser aceito! Quero até admitir que ele esteja agindo dessa maneira por ter sido citado o nome dele. Concordei plenamente, na reunião de ontem da CPI, em deixar a investigação de todos esses episódios, do conteúdo dos documentos apresentados pelo Sr. Luiz Antonio Vedoin para depois das eleições, porque qualquer análise que for feita agora estará no calor da paixão. Não pode ser feita agora. Então, sabiamente, foi decidido deixar para depois das eleições. Assim com certeza será o papel que a Polícia Federal e outras instituições deverão fazer: vão analisar, sim, o conteúdo. Independentemente do crime de se ter utilizado um artifício desse no período de uma eleição, tem-se que analisar também o conteúdo. Sabe-se que foram tiradas fotos do ex-Ministro José Serra ao lado de Parlamen-

tares que estavam envolvidos com a Planam, e essas fotos são de conhecimento público, já foram divulgadas e não merecem que lhes destinemos tempo. Sabe-se que há indícios de que foi naquela época que mais de seiscentas ambulâncias foram negociadas. São tantas coisas que merecem, sim, explicações, e nós não fomos fazer cavalo-de-batalha na CPI porque estamos vivendo um período de eleições. Deixemos que aconteçam as eleições. Agora, os fatos serão analisados, sim, depois das eleições. O que queremos fazer aqui é separar uma coisa da outra: quem cometeu esse crime, que é um crime, tem que ser rejeitado, tem que ser recusado, refutado, tem que pagar por ele, separar isso de uma discussão eleitoral. E, neste caso, a defesa que V. Ex^a faz elucida os fatos, a Polícia Federal trata do assunto com a isenção que o caso merece e, com certeza, trará à tona todas as explicações que se fizerem necessárias. Qualquer nome citado, se lhe for perguntado, ele vai jurar inocência. Portanto, deixa virem as eleições e nós teremos, digamos assim, a cabeça mais tranqüila para analisar esse fato após as eleições. E, nas urnas, o povo é que vai dizer se quer governador A, governador B; presidente A, presidente B. Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço-lhe, Senador Sibá.

Para encerrar o meu pronunciamento, quero dizer que é claro que a Polícia Federal é Polícia de Estado. Ela não é do governo A, nem do governo B. Agora, no Governo Lula, a Polícia Federal tem dado demonstração inequívoca de agir assim. E quando pega algum indício de ilegalidade de alguém, seja de que partido for, prende. Prende! Toma a iniciativa, desmonta a quadrilha. E eu não tenho de outros governos esse tipo de exemplo. Eu gostaria até de fazer um levantamento assim: o Presidente do partido tal; ações da Polícia Federal que levaram à prisão correligionários do seu próprio partido. Seria interessante fazermos essa pesquisa, Senador Sibá, seria talvez muito interessante!

Quanto a essa história de CPI, está muito ruim ficarmos aqui fazendo contraponto. Mas, vamos lembrar – até peço a ajuda para o Senador Suplicy que é de São Paulo – quantas CPIs, na Assembléia Legislativa, não foram possíveis de serem abertas? Quantas, Senador Suplicy?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Ideli Salvatti, o Governo, por suas Lideranças, o PSDB e o PFL, impediram que se realizasse qualquer comissão parlamentar de inquérito. Foi necessário que a Oposição de lá, constituída pelo Partido dos Trabalhadores, obtivesse, junto ao Supremo Tribunal Federal, o direito de realizar as CPIs, o que agora estará sendo

efetivado. Estão, então, escolhendo quais, porque mais de 70 iniciativas de CPIs ficaram na fila.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Na fila: 70 CPIs; ficaram “setentando”.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mais de 70. Agora, estão escolhendo quais são as cinco que podem, simultaneamente, ser realizadas.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a foi a favor da CPI dos Correios?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Por isso, tudo tem de ser apurado. É preciso punir quem estiver envolvido, e isso tem de ser feito de forma muito contundente.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senadora Ideli Salvatti, por favor, responda se V. Ex^a foi favorável à CPI dos Correios.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador César Borges, posso terminar minha fala?

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Por favor, responda-me só essa perguntinha.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador César Borges, já concedi um aparte a V. Ex^a. Por favor, deixe-me terminar, para não prejudicar o andamento da sessão.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a não pode responder somente “sim” ou “não”?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador César Borges, se V. Ex^a me permitir, vou terminar o meu discurso.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Claro que permito. É a resposta. V. Ex^a foi contra ou a favor da CPI dos Correios?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador César Borges, não lhe concedi o aparte e vou terminar o meu pronunciamento.

Tudo tem que ser apurado, tudo. Nós, inclusive, e o próprio Presidente Lula temos interesse inquestionável nessa apuração. Se alguém do PT esteve comprovadamente envolvido com isso, com o dinheiro, tem de ser punido mesmo, porque realizar uma operação dessas, quando estamos a poucos dias da eleição, que tem todos os elementos para ser uma eleição de recondução do Presidente a um segundo mandato, é algo que precisa ser apurado mesmo, mesmo! Como tem que ser apurado e, às vezes, a tendência é buscar desviar o assunto, quero até fazer o registro, já que o Senador Roberto Cavalcanti, o primeiro orador, deixou algo para mim aqui. S. Ex^a não pôde usá-la, mas me passou esta matéria do **Correio Braziliense** de quinta-feira. As questões relacionadas à necessidade de se investigar a atuação dos sanguessugas na gestão do Serra já estava no **Correio Braziliense** de quinta.

Como há outra manchete: “Máfia atuava também na época de Serra”, no **Correio Braziliense** de quinta.

Isso já estava na imprensa, já estava vindo, e temos de apurar e investigar tudo. Agora, *impeachment*, cassação de registro de candidatura a poucos dias da eleição, isso efetivamente é algo que não podemos admitir, porque o povo brasileiro vai...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou concluir. O povo brasileiro vai às urnas no dia 1º. O povo brasileiro vai decidir o que quer, com a capacidade de análise, de entendimento, de avaliação que tem a respeito de tudo o que acontece neste País. Tenho ouvido coisas, Senador Marcos Guerra, a respeito do povo brasileiro que são de envergonhar. Primeiro, porque há voto envergonhado do povo brasileiro, depois desinformado, depois comprado pelo Bolsa-Família.

A sensação que me dá é que há os que não se conformam com o direito soberano que o povo brasileiro tem de decidir na eleição, mesmo que isso não agrade a determinadas lideranças. O Presidente Lula já até comentou: “Parece que tem gente que quer trocar de povo”. Como não conseguem trocar a avaliação do povo brasileiro, querem trocar de povo.

É muito importante que, nesse processo eleitoral, respeitemos o povo, respeitemos sua avaliação, bem como o resultado das urnas. Devemos debater sobre isso e nos comprometer com as apurações e com as punições devidas. No entanto, em primeiro lugar, devemos estar comprometidos com a Constituição do Brasil, que diz que o poder emana do povo brasileiro e, em seu nome, será exercido, por delegação, pelo voto soberano e democrático.

Por isso, Sr. Presidente, às vezes, fico muito preocupada com determinadas avaliações e até com demonstrações de despreço por esse maravilhoso povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy para uma comunicação inadiável. V. Ex^a disporá de até cinco minutos para seu pronunciamento.

Peço aos Srs. Senadores que não ultrapassem o tempo determinado, pois há vários oradores inscritos presentes no plenário.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marcos Guerra, prezada Líder, Senadora Ideli Salvatti, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs.

Visitantes do Senado Federal, muitas pessoas devem estar se perguntando o que eu, Senador Eduardo Suplicy, estou achando dessas lamentáveis denúncias e dossiês publicados nos últimos dias.

Estou triste.

Eu estou na política porque acredito que é possível praticá-la com ética. Acredito que é possível fazer política e ter como objetivo principal a construção de uma nação justa. É possível fazer política sem mentir, sem enganar o povo, sem dar golpes baixos. Acredito que dá para fazer política falando e buscando a verdade, toda a verdade.

Eu acredito nisso.

É assim que tenho agido em toda a minha vida. Vou me empenhar ao máximo para ajudar a esclarecer tudo em mais esse episódio. É muito importante que o PT, que nós, do Partido dos Trabalhadores, a Polícia Federal, o Ministério Público, a CPI e a Justiça Eleitoral se empenhem, com toda a nossa colaboração, para apurar os fatos. Que fatos e informações tão graves eles revelam?

Acho que José Serra e Geraldo Alckmin também devem ser os primeiros a colaborar para a revelação completa da verdade. Isso também vale para todos nós do PT, para o Presidente Lula, para o Senador Aloizio Mercadante e para mim próprio. Todas as pessoas no Brasil, todos nós, o povo brasileiro quer a verdade.

É com ética, com seriedade, com honestidade e com a verdade que, um dia, vamos mudar a sofrida vida do povo brasileiro.

Sr. Presidente, quando aqui houve a votação da sistemática de procedimentos de registro de arrecadação de recursos e das despesas de nossas campanhas eleitorais, defendi, assim como a Senadora Patrícia Saboya Gomes, no dia em que votamos essa matéria, que pudéssemos ter a transparência, em tempo real, tanto das fontes de arrecadação como das despesas de nossas campanhas. O Deputado Chico Alencar, quando era nosso companheiro, apresentou essa idéia como sugestão à Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Consistentemente com aquela minha posição, que infelizmente não prevaleceu, resolvi tornar transparente, mesmo antes de 1º de outubro, toda a arrecadação, as respectivas fontes e despesas.

E, Sr. Presidente, qualquer eleitor, qualquer pessoa, poderá acessar o meu *site*, que é www.suplicy131.com.br. Vou repetir e peço à TV Senado que mostre corretamente para os nossos telespectadores, porque tenho um *site* do Senado, mas, para efeito da campanha eleitoral, tenho um *site* específico, de responsabilidade da Glória Di Mônaco, contratada com a responsabilidade pela minha campanha. A despesa

para ter esse *site*, que é da ordem de pouco mais de R\$30 mil, também está devidamente registrada junto à Navigators, cuja diretora responsável é a Glória Di Monaco. Então, www.suplicy131.com.br e ali poderão as pessoas analisar todas as receitas e despesas da minha campanha eleitoral, as respectivas fontes. E gostaria até de registrar que eu me sinto honrado de ter entre as pessoas que contribuíram quatro dos maiores juristas brasileiros, como Celso Antonio Bandeira de Mello, Fábio Konder Comparato, Godofredo da Silva Telles e Dalmo de Abreu Dallari, com contribuições que cada um poderá ver ali. Há também contribuições de algumas instituições, inclusive financeiras, de empresas brasileiras. Com cada pessoa com que dialoguei eu disse: “O senhor (ou a senhora) está dando uma contribuição para que eu, no Senado, possa defender o interesse público, nunca qualquer interesse de grupo privado, de grupo econômico”. E as pessoas disseram: “Exatamente por isso, então, quero dar uma contribuição”. E assim o fizeram. Fiz questão de que isso fosse registrado a fim de que se tornasse transparente, no tempo da eleição. Era esse o registro que gostaria de fazer.

Ainda quero fazer uma recomendação ao meu querido amigo que tanto quero ver eleito novamente, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sua Excelência, na última segunda-feira, ao dar uma entrevista à jornalista Mônica Bergamo, mencionou que não recomenda o sistema de reeleição. Prefere que ele não exista mais. Mas agora se sentiu na responsabilidade de ser candidato novamente a fim de assegurar que o Partido dos Trabalhadores continuasse no Governo, na Presidência.

Faço, aqui, uma recomendação. Levando em conta que o Presidente tem a consciência crítica de que quem está no âmbito da Presidência tem mais vantagens na disputa eleitoral, considerando esse aspecto, a minha recomendação ao Presidente é que ele aceite, ainda nos próximos dez dias de campanha, participar de debates pelos meios de comunicação – quem sabe até reunindo todos os meios de comunicação –, uma vez que outros que o haviam convidado não contaram com a presença de Sua Excelência.

A minha recomendação é que ele aceite, ainda no primeiro turno, o debate, dando um exemplo fortíssimo que levaria, inclusive, o candidato José Serra a aceitar participar de um debate com os candidatos Aloizio Mercadante, Orestes Quércia, Plínio de Arruda Sampaio e outros.

Portanto, eu tenho a convicção...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – ...de que os candidatos Geraldo Alckmin, Heloísa Helena, Cristovam Buarque e os demais tratariam com o maior respeito o Presidente Lula, e ele seria engrandecido perante o povo brasileiro se resolvesse aceitar este conselho que espero chegue ao Conselho Político da campanha.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Almeida Lima.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria apenas de aproveitar este momento histórico para mostrar ao Brasil que o povo é sábio, soberano e consciente. Felizmente, ainda existem petistas que podem ser aplaudidos neste plenário, como o foi o Senador Eduardo Suplicy. Eu me congratulo com o Senador Suplicy por passar ao largo de todo esse mar de lama em que seu Partido está metido. Se o Presidente Lula tivesse ouvido S. Ex^a e o compositor Chico Buarque de Holanda, que o aconselharam a criar aquele Ministério, certamente estaria livre dos problemas que enfrenta hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Como anteriormente anunciado, tem a palavra o Senador Almeida Lima.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, povo brasileiro, a jornalista Eliane Cantanhêde, colunista da **Folha** em Brasília e comentarista do telejornal SBT Brasil, da Rede SBT, escreve o seguinte artigo, colhido há poucos instantes na Internet, que faço questão de ler neste instante:

Lula escala “culpado”

O governo recorreu a uma estratégia óbvia e que não é nenhuma novidade: tirou do Planalto e jogou para o PT a culpa pela compra de um dossiê contra tucanos pela bagatela de R\$1,7 milhão. Lula mantém o poder, mas transforma o PT na sua Geni.

Mantém-se, assim, o mesmo script de todos os escândalos que têm aparecido no atual governo, e que não são poucos: o Planalto leva um susto, Lula fica indignado, um Ministro é escalado para falar em “armação”,

Márcio Thomaz Bastos entra em ação para reduzir danos e a culpa acaba sempre nas costas do partido.

No final, Lula vai amontoando cadáveres: José Dirceu, Antonio Palocci, Jose Genoíno, Waldomiro Diniz, Delúbio Soares, Silvio Peireira, aos quais vêm se somar, agora, Freud Godoy que trabalha há 16 anos com Lula e com o PT, tem gabinete no Palácio do Planalto e função na campanha da reeleição, e Jorge Lorenzetti, petista desde criancinha e também linha de frente do comitê.

Prossegue a jornalista:

A diferença entre Freud e Lorenzetti é justamente o gabinete. Então, Lula, Tarso Genro, Mercadante, Ricardo Berzoini e todos os lulistas criam a tese de que Freud, na verdade, não teve nada a ver. Foi um pequeno equívoco. Quem estava metido com a compra do dossiê era mesmo o Lorenzetti. Porque um, Freud, é Lula, de Lula, de dentro do Planalto. E o outro, Lorenzetti, é PT, do PT e fora do Planalto. Então, pau no Lorenzetti e pau no PT.

Encontrado o culpado de plantão, agora é rezar para não ter que encontrar os chefes. Porque, senão, coitado do Berzoini, ou coitado do Gilberto Carvalho, secretário particular de Lula e, em tese, chefe direto de Freud no Planalto. A cabeça de um dos dois, ou dos dois, terá que ser dada de bandeja para salvar a pele do chefe Lula.

Completado o círculo, é só manter a mesma ladainha do complô das elites: da oposição, da imprensa, dos ricos. Só não dá para citar a Febraban, que essa não acha nada demais na compra de dossiês contra adversários, desde que os lucros bancários continuem como estão – na estratosfera.

É assim que a eleição passa, as pesquisas vão confirmando o favoritismo de Lula já no primeiro turno e nada muda. Só tem um detalhe. Essa história toda não acaba em primeiro de outubro e, se Lula vencer, já vai começar o segundo mandato com a classe média de cara virada, formadores de opinião enojados e um monte de cadáveres que, na verdade, não são cadáveres. São mortos-vivos. E estes sempre aparecem. Para assombrar.

Ora, senhor presidente,

Até quando esse povo vai brincar com a gente. É muita cara de pau. É muito fingimento. Vamos tirar a máscara desse povo.

Sinceramente, ninguém agüenta mais isso. Sempre a mesma conversa de que Lula não viu nada, não sabe de nada. Estão brincando com as nossas consciências. Vamos dar um basta nisso!

Chega de hipocrisia!

Essa história de vir falar da Polícia Federal dos outros Governos não vem ao caso. É uma matéria que não está na ordem do dia, em pauta. Quando digo isso, digo com muita tranqüilidade, porque nunca pertenci a governo algum. Sempre estive na Oposição, embora não seja profissional de Oposição. Desejo chegar ao Governo, mas não para fazer dele um instrumento de barganhas ilícitas como este está fazendo. Portanto, posso muito bem falar. Tenho autoridade moral para tanto.

Eles não têm nada que falar da Polícia Federal de outros Governos. Aliás, é bom que se frise, a deste Governo, como disse a Senadora Ideli Salvatti há poucos instantes, não vem cumprindo a sua obrigação coisíssima nenhuma! O comportamento da Polícia Federal e do Sr. Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, são completamente diferentes. Quando falo da Polícia Federal, não falo dos seus quadros; falo exatamente dos agentes que têm o comando da Polícia Federal e que integram este Governo, pois quando determinados fatos, investigações, apurações não são controladas pelos escalões superiores, vêm a público e, depois, não há condição de segurar. Mas aquelas que podem ser seguradas são seguradas, a exemplo das imagens, das fotografias desse episódio que não vieram a público. E não venha o Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos afirmar que a Polícia Federal, no Governo de Lula da Silva, tem se comportado dessa forma, porque não é dessa forma que se tem comportado.

Quanta hipocrisia! Quantos e quantos escândalos neste País vimos a televisão mostrar quase que diariamente! A prisão de políticos. Políticos algemados. Aqueles que declaram à Polícia Federal que vão se apresentar saem de um Estado distante de helicóptero, de avião, para irem se entregar em São Paulo, e, quando o helicóptero encosta, está ali a rede de televisão para filmar aquele político ou filho de político que vêm deliberadamente se apresentar; e ali vai para a televisão.

Portanto, o Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos mentiu. E essa é uma postura de hipocrisia – e é preciso que se diga com todas as letras. S. Ex^a, no dia de ontem, Sr. Presidente, assumiu os canais de televisão para dizer que as imagens e fotografias do R\$1,7 milhão não foram mostradas porque se trata de um comportamento da Polícia Federal, que, neste Governo, não faz as coisas de forma espalhafatosa,

não procura transformar determinados episódios em fatos políticos.

Isso é mentira, isso é hipocrisia, isso não é verdade! Em quantos episódios, neste País, essa mesma Polícia Federal – não os seus quadros, pois, quando me refiro a essa instituição, não estou fazendo referência aos seus delegados ou aos seus agentes, mas ao Governo, que tem o poder de mando e de controle – age dessa forma quando deseja, porque não pode mostrar?

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Desculpe-me, Senador Almeida Lima, interromper o seu discurso, mas eu até havia me inscrito hoje para falar sobre esse assunto. Permita-me roubar um minuto do seu pronunciamento. A jornalista Denise Rothenburg dá uma nota à “Questão de Ângulo” de que haveria alguma influência minha sobre a Polícia Federal, o que teria precipitado a prisão dos dois que estavam no hotel com o dinheiro. Seria glória para mim se esse fato fosse verdade.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Eu diria o mesmo, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Entretanto, Sr. Presidente, eu seria um policial fora de forma ao não permitir que se completasse a operação com a prisão em flagrante quando da entrega do dinheiro. Eu nunca diria “prenda já” para explodir a operação antes que se tomasse conhecimento de que havia gente do Governo envolvida. Ontem, com todo o respeito que tenho pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos, que é meu amigo de São Paulo, assustei-me quando S. Ex^a foi à televisão – e eu estava na Conferência da Interpol com S. Ex^a – e disse: “Não vamos gerar a imagem do dinheiro para não servir de instrumento político à Oposição”. Então, S. Ex^a está intervindo no processo. Foi o questionamento que me fiz e assustei-me, notadamente pela formação jurídica que S. Ex^a tem. Desse modo, há realmente intervenção, porque o delegado que preside o inquérito – e V. Ex^a, como jurista, sabe – é a autoridade competente, no processo penal, para decidir o que se deve ou não fazer no inquérito. Se quiser, que avoque para nova distribuição. Mas intervir diretamente é assustador. Conheço a Polícia Federal e afirmo que não há nenhuma mudança entre os Governos anteriores e este. Há, sim, evolução tecnológica, o que é natural, porque, desde a época em que lá estava, tornou-se praxe a realização de cursos no exterior, formação profissional, a inteligência como objetivo principal, a compra de equipamento. Enfim, ela vem evoluindo,

o que é natural em uma estrutura policial que, tendo nascido ruim na época de Getúlio Vargas, pois era só do Distrito Federal, ao se tornar nacional, começou a procurar a sua evolução institucional, com a criação da academia, com a formação profissional, com a ida de centenas de policiais ao exterior a fim de fazerem cursos – eu mesmo autorizei a irem ao exterior – de especialização, de investigação, de infiltração, com o uso, por exemplo, do grampo telefônico, instrumento que a nossa legislação permite, desde que com a autorização judicial – contribuição que o Congresso tem dado. Então, não adianta dizer que é a polícia de fulano ou de beltrano; a polícia é do povo brasileiro, é nacional, e, portanto, tem obrigação e não crédito. Ela pode sofrer o débito por falhas no seu comportamento, mas tem tido sucesso porque está cumprindo com a sua obrigação legal. Agora, várias operações foram feitas, de vulto, com a cobertura da televisão e das rádios, algemando parlamentares e tudo isso sem nenhuma restrição de qualquer autoridade de comando. Não se podem repetir fatos passados dessa administração, com televisão e tudo, inclusive de dinheiro. Quer dizer, são as culpas...

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Romeu Tuma, só para somar ao que V. Ex^a diz. Naqueles casos, naqueles fatos, quando há esse espalhafato noticioso, o Ministro da Justiça disse que não poderia intervir, que isso era natural. Agora, entretanto, ele intervém. Veja que V. Ex^a tem toda razão. A hipocrisia está presente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Pura hipocrisia.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – O que me assusta é ter assumido que interveio. Ele deixou claro que não permitiria a geração da imagem do dinheiro. Pelo menos, eu ouvi isso. Não sei se estou ficando fora de órbita. Quero homenagear a Polícia Federal pelo amor que lhe tenho e pela ética que o seu Diretor-Geral tem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Vi e ouvi.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Ele me disse claramente que nunca permitiria qualquer tipo de intervenção na atividade-fim da Polícia Federal, que é prestar serviço ao povo brasileiro. A Interpol está reunida no Rio de Janeiro; em evento a cuja abertura compareci, porque tenho essa vocação policial que não sai do meu sangue nem com a idade, Senador Almeida Lima, e lá ficou claro que o Brasil tem um papel importantíssimo nessa atividade internacional. Essa troca de informações, essa ida permanente ao exterior para a realização de cursos, enfim, tudo isso colabora com a eficiência e a definição de uma atividade mais

responsável e que deve, sem dúvida alguma, passar para as polícias estaduais. Agora, intervir é destruir toda a infra-estrutura que se formou para bem servir e garantir os direitos da sociedade. Desculpe-me, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e o contra- aparte do Senador César Borges. Devo dizer que vou incorporá-los todos ao meu pronunciamento, visto que muito me honram. Permita-me apenas discordar de uma colocação que V. Ex^a fez, Senador Romeu Tuma. Aliás, não se trata nem de discordância, mas é que o perfil de V. Ex^a é – quem sabe – até mais elevado do que o meu, quando fala de sua estranheza em ver o Ministro se comportar dessa forma. Devo dizer que, para mim, não é mais desde muito tempo. Há muito digo que S. Ex^a não merece mais minha credibilidade – já o fiz da tribuna desta Casa em outra ocasião. Porque, como todo o Brasil sabe, não se trata de um Ministro de Estado da Justiça. Trata-se, na verdade, de um advogado criminal do Palácio do Planalto, de um advogado criminal de todos esses que estão a cometer crimes na esfera do Poder Executivo brasileiro, o que é lamentável.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Almeida Lima, e nós que pensávamos que Lorenzetti fosse apenas aquela ducha que se usa no banheiro das nossas casas para esfriar ou para esquentar a água. Mas eu queria apartear V. Ex^a, jurista que é – e fez citações aí –, sobre o vazio pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti. Aliás, como tudo do PT, as verdades são só pela metade. Queria até convidá-la a vir a plenário porque vamos discutir o seu pronunciamento ponto por ponto. Queria até pedir permissão a V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Fique à vontade.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ela citou a Constituição, só que tem de fazê-lo sem desrespeitá-la. O cidadão exerce o mandato em nome do povo brasileiro, mas não pode desonrá-lo no seu exercício. Como ela não é obrigada a ser constitucionalista, nem eu – V. Ex^a é que o é –, estou mandando para o gabinete, com um cartão meu, um exemplar da Constituição. Sempre é bom ter ao lado para que, quando citar o artigo, cite aqui também o Capítulo VII, Seção I, Art. 37. Senadora Ideli Salvatti, a senhora receberá

um exemplar da Constituição para não citá-la mais à toa, apenas no que lhe interessa. O Art. 37 diz: “A administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:” E segue uma série de itens. De forma que a Senadora Ideli Salvatti, para exercer a função de Senadora da República, que lhe foi conferida pelo povo, tem de obedecer às regras da Constituição que citou. O Presidente da República está também obrigado a obedecer a esta Constituição. O que está se querendo na realidade, o que o PT quer é rasgá-la. Ora, querer que não se cumpra a lei no Brasil virou piada, meu caro Senador Almeida Lima. De modo que queria apenas fazer esse registro. Vou fazer chegar às mãos dela essa Constituição, para que, tendo ao seu lado, ela não cometa impropriedades como cometeu agora, quando o Brasil todo ouve a sua interpretação, evidentemente favorável e em defesa dos criminosos que, a toda hora, são descobertos no Governo a que ela pertence. Aliás, eu pensei que ela viesse à tribuna explicar a ONG de Santa Catarina e o Lorenzetti ligado a ela. Pensei que ela viesse à tribuna pedir desculpas ao povo brasileiro pelo fato de seus companheiros estarem envolvidos nisso. Falarei a seguir. Muito obrigado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, permitindo-me crescer que não devemos esquecer que ela, assim como o Presidente da República e todos nós, assumimos o solene compromisso de cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil. Isso é extremamente importante.

Ora, nós não podemos conviver com esse tipo de situação. Sempre que há um fato, vamos nos reportar aos Governos anteriores e a outros fatos, como se esses legitimassem a bandalheira que se pratica hoje? Quando se fala em CPI, vem uma referência às CPIs de São Paulo. O que nos interessam as CPIs de São Paulo? Interessam à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e aos Deputados Estaduais de São Paulo. Dizer que aqui tem havido um comportamento diferente do adotado em São Paulo? O que podemos dizer com isso, Senador César Borges?

O Brasil todo sabe e vai se recordar que, em 2004, quando desejávamos abrir, aqui neste Senado, a CPI dos Bingos, não só o PT, como toda a Base de sustentação, negou, e a Mesa, mesmo com maioria suficiente, presidida pelo Senador José Sarney, indeferiu

o encaminhamento de instalação daquela Comissão Parlamentar de Inquérito. E foi necessário exatamente um mandado de segurança proposto, salvo engano, pelo Senador Jefferson Péres e pelo Senador José Agripino, Líder do PFL, ao Supremo Tribunal Federal, para que o Supremo pudesse determinar a instalação daquela Comissão Parlamentar de Inquérito. Porque, pela vontade do Presidente Lula e pela vontade da própria Senadora Ideli Salvatti, aquela CPI não teria sido instalada.

E, agora, vem à tribuna, como se os demais fossem tolos, bobos, como se o povo brasileiro não tivesse memória, falar de CPIs e de outros Estados. O que é preciso, Sr. Presidente, é a apuração dos fatos; o que é preciso é vir dizer onde foram buscar esse dinheiro. Não estamos precisando, neste momento, de palavras de juristas, nacionais e de renome, que mais parecem ou transpiram parecer ser uma tentativa de amordaçar o trabalho, a opinião, a palavra, de uma autoridade constituída da magnitude do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Marco Aurélio Mello. Admoestações ao Ministro? O que eu ouvi aqui do nobre Senador Eduardo Suplicy, pela leitura de uma palavra do jurista Dalmo Dallari, é admoestação ao Ministro-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, como se S. Ex^a, o Ministro, não tivesse se comportado com dignidade no exercício de suas funções.

Quem mais do que o Ministro Marco Aurélio Mello tem-se comportado com dignidade? Quem mais no exercício da Magistratura? Dispensáveis, portanto, as palavras do nobre jurista que, para mim, soam mais como admoestação, como mais uma tentativa de frear a atitude e a atividade do Judiciário, que, aí sim, precisa, cada vez mais, ser cobrada, exigida. Como instituição, já deveria ter tomado providências mais sérias, mais firmes. Não apenas o Ministro-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, mas todo o corpo judiciário deste País.

Portanto, Sr. Presidente, concluo minhas palavras, afirmando que não adianta o Palácio do Planalto tentar dar uma de caça às bruxas e nomear culpados. O que é preciso fazer neste momento, diante da suspeição de parcialidade de S. Ex^a o Ministro da Justiça, é que o Tribunal Superior Eleitoral avoque para si toda a investigação desse episódio, valendo-se, sob a sua direção judiciária, dos instrumentos de investigação que o Estado brasileiro possui, inclusive a Polícia Federal, mas não sob as ordens, orientações e comando do Ministro Márcio Thomaz Bastos, que, neste instante, a meu ver,

de acordo com a minha consciência, não reúne condições para, enquanto Ministro de Estado, exercer tal função e tal comando nessa investigação.

A suspeição de parcialidade de S. Ex^a está mais do que caracterizada. Portanto, S. Ex^a não pode assumir a administração, o comando, a direção, a direção de uma investigação de tamanha magnitude.

Em outros países, houve histórias idênticas. Vimos presidentes renunciarem para não sofrerem *impeachment*. Não se esqueçam do *watergate*, que se tratou de uma espionagem não em um departamento de governo, mas na sede de um partido político.

Aqui, só nesta semana, presenciamos este episódio do dossiê, e o mais grave: a espionagem; não na sede de um partido político, mas na sede, no gabinete e no telefone da autoridade jurídica superior eleitoral deste País quinze dias antes das eleições gerais. E não estamos vendo nenhuma tomada de decisão a respeito, nenhuma providência à altura para dar um basta em tudo isso e poder-se estabelecer a legitimidade do pleito.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, por cessão do Senador Leonel Pavan.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a verdade é que o País está estarecido com tudo o que tem vivenciado neste malfadado Governo do Partido dos Trabalhadores.

O Presidente Lula assumiu o Governo com uma proposta de modificar, no País, as práticas políticas, criticando as práticas do Governo passado e dizendo que empunhava a bandeira da moralidade, a bandeira da ética, enfim, dos princípios republicanos no trato da coisa pública. Ganhou a confiança de 53 milhões de brasileiros, que depositaram seu voto nele. O povo brasileiro deu ao Presidente Lula um crédito de confiança: ouviu, aceitou e acatou a proposta do PT de forma democrática, justa. Não houve nenhuma tentativa golpista de se desestabilizar o Governo. Ao contrário, Senador Sibá Machado, vi aqui membros do meu Partido dando apoio ao Governo do Presidente Lula, apoiando a aprovação inclusive da reforma da Previdência, aquela minirreforma, tímida reforma que foi feita e que, se não houvesse alguns votos da Opo-

sição, não teria sido aprovada. Quer dizer, a própria Oposição predispôs-se a ajudar o novo Governo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que não esperávamos, o que lamentamos profundamente é que, decorridos menos de dois anos, os escândalos começassem a espocar. Primeiro, o caso do Waldomiro Diniz, que também não foi demitido. Começou por ali, pediu demissão. Negou-se tudo e abafou-se o caso pela força da maioria em determinado momento. Vencida a maioria pela consciência dos Parlamentares, abafou-se pela Mesa. A Mesa não permitiu a instalação da CPMI dos Bingos, e aqui disse muito bem o Senador Almeida Lima: foi preciso recorrer-se à Justiça, ao Supremo Tribunal Federal para se instalar a CPMI. E os escândalos se sucederam.

Depois, houve o problema dos Correios. Mais uma vez, o Presidente da República, a Senadora Ideli Salvatti e tantos membros do Partido dos Trabalhadores foram contra. Ela não respondeu, mas respondo agora por ela. O Senador Sibá Machado, que está aqui, era contra a CPMI dos Correios. Foram vencidos. Vencidos por quê? Porque eles chegaram à conclusão de que deveria haver uma CPMI? Não. Foram vencidos porque houve uma fala pública do ex-Deputado Roberto Jefferson, dizendo que havia, sim, um esquema, o que assombrou todo o País. E aí a CPMI foi instalada.

Tentaram abafar o caso elegendo uma Comissão Diretora, composta de um membro do PT, Senador Delcídio Amaral, hoje candidato ao Governo do PT no Mato Grosso, e do PMDB, o Deputado Osmar Serraglio. O Governo queria abafar tudo, e nós, depois, verificamos os escândalos sucessivos: a primeira negativa pública do Delúbio Soares, respaldado pela direção do PT, pelo Deputado José Genoíno; depois apareceram os empréstimos, o Marcos Valério e outro fatos. A própria Mesa Diretora e o Relator da Comissão não puderam fazer o que o Governo desejava. A partir daí, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios elaborou um relato, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que apontava o mensalão, seus autores e indicava ao Ministério Público os que deveriam ser indiciados.

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador-Geral da Justiça, indiciou nada menos do que 40 pessoas, revelando muito bem que ali havia uma organização criminosa. Ora, meu Deus! Isso dentro do Governo Federal, em que estavam envolvidos membros do Partido dos Trabalhadores, pessoas do calibre do capitão do time.

Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, na Bahia, veicula-se uma propaganda do PT em que aparece o time do Presidente Lula. Apresentam os deputados federais que o apóiam. Por que não apresentam o capitão do time, José Dirceu? Por que não apresentam José Genoíno? Por que não apresentam Delúbio Soares? Por que não apresentam o Silvío Pereira, aquele do *land rover*, e assim por diante?

Todos eles, paulatinamente, pediram exoneração de seus cargos, nunca demitidos. Saíram do Governo sempre com elogios e agradecimentos do Presidente Lula. Os escândalos vão se sucedendo. Há uma cartilha de R\$11 milhões para tecer loas sobre a atuação do Governo Federal. Ninguém sabe como essas cartilhas foram feitas. A desculpa para encobrir, talvez, o desvio de recursos públicos foi colocar-se a culpa no PT, que virou realmente a “Geni” do Governo do Presidente Lula. As cartilhas foram entregues ao PT porque este faria a distribuição. Pelo amor de Deus! É inaceitável, Sr. Presidente! É uma promiscuidade entre Governo e Partido, entre sindicatos, com a CUT, com a UNE, todos municiados financeiramente com recursos federais!

Estamos vivendo um momento extremamente grave na República Brasileira. Sobe uma defensora do PT e diz: “Não. O Presidente está popular. As pesquisas indicam que vai ganhar a eleição”. E daí? Se o Presidente ganhar a eleição e estiver popular, devemos rasgar as constituições? Devemos jogar fora a moral, a ética? Tudo é permitido porque o Presidente está popular? Ora, vamos ter um pouco, um mínimo de consciência política, de honestidade intelectual. Não podemos aceitar isso, Sr. Presidente. A cada dia um novo escândalo, agora há mais um, em uma tentativa insidiosa de destruir candidaturas, reconhecida até pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos, por meio de dossiê falso. De onde saíram os recursos para pagar esse dossiê? De onde veio o valor de R\$1,7 milhão, Senador Sibá Machado? Dos sindicatos? Dos Ministérios? Será que foi de Marcos Valério? Marcos Valério depositou dinheiro na conta do Sr. Freud Godoy. Não sei se V. Ex^a sabia desse depósito, mas ele existe. O Sr. Freud Godoy tem uma empresa de segurança em nome da esposa dele, Senador Romeu Tuma, trabalhando para a CUT e para o PT! Pelo amor de Deus! Se é popular, o Presidente não precisa ser digno!? Se é popular, o Presidente pode ser imoral?! Se é popular, o Presidente pode malversar os recursos públicos!? Aonde vamos chegar?

Eu já vim a esta tribuna dizer do meu receio com o futuro do País, numa eventual vitória do Partido dos Trabalhadores e do Presidente Lula, que não se desassociam. O Presidente Lula e o PT são a mesma coisa. O Presidente Lula coloca a culpa no PT, porque sabe que o PT tem, por dever de ofício, aceitá-la, para livrar a cara do Presidente Lula, que mantém o poder. Mantendo o poder, o Presidente vai continuar com essas práticas.

Agora, com esse novo escândalo, cada vez mais, comprova-se o envolvimento íntimo proveniente do Planalto, não da casa de alguém do PT. Não é o Presidente Berzoini, que já deu três versões para o fato. O coordenador da campanha do Presidente já deu a versão e revelou que sabia do fato. Já há a terceira versão, Senador Romeu Tuma, que, com muita propriedade, preside esta Casa nesta hora. Terceira versão!

Não é apenas isso, mas é também o auxiliar, amigo íntimo do Presidente, que cuida dos seus negócios, que assiste a seus filhos, que cuida de sua vida pessoal, que é fotografado com ele, usando traje informal, caminhando lado a lado, em diversas fotografias. Refiro-me ao Sr. Freud Godoy, que lhe disse: “Durma tranqüilo, Presidente”. Por que disse isso? Porque, provavelmente, alguém assumirá a culpa em lugar do Presidente, como dizendo “nada chega ao Presidente Lula!”.

Assim, fica a Nação brasileira à mercê dessas ações, e o Partido dos Trabalhadores com duas linhas deploráveis de raciocínio: a primeira é simplesmente dizer sempre que o Presidente Lula não sabia de nada; o Presidente Lula não sabe de nada; o Presidente Lula não vê nada. Ora, meu Deus! No Palácio do Planalto, auxiliar da sua inteira confiança, amigo íntimo de décadas, que trabalhou em todas as suas campanhas! Ora, temos amigos assim, com os quais trocamos idéias. E esse era um amigo íntimo dele, assim como José Dirceu,

E a linha de raciocínio é: “O Presidente Lula não sabe de nada”. Então, ele não pode governar um País da complexidade do Brasil. Não pode governar um País que quer se ver livre de corrupção, do uso indevido da máquina governamental para favorecer partido político.

E o outro raciocínio, Senador Tuma, é: “Todos fazem”. É como naquela entrevista dada em Paris: “Todos fazem”. Então, vamos banalizar a ilegalidade, a corrupção. É o que fez aqui, agora, a Senadora Ideli Salvatti, dizendo que, com relação à CPI, em São Paulo

não se deixou implantar. Então, aqui também, qual é o problema? Vamos nivelar. S. Ex^a pensa que esse é o raciocínio que justifica ela, o seu Partido e o Presidente da República terem sido contra as CPIs.

Nesse último escândalo, toda a Nação está comentando e, particularmente, a mídia está noticiando à larga, fazendo uma cobertura enorme sobre o assunto. Hoje, todos os jornais noticiam na primeira página que o Presidente Lula diz o seguinte: “Oposição quer melar o jogo”. Os culpados desses atos somos nós! O culpado da ilegalidade, da criminalidade dentro do Governo é a Oposição, porque queremos “melar o jogo”! Pelo amor de Deus! É pedir um pouco ao povo brasileiro que raciocine. Vamos raciocinar. Esses fatos estão aí. Foi a Polícia Federal, que tem que ser republicana, mas não cumpriu inteiramente seu papel, porque as fotos deveriam estar publicadas, porque só assim o povo entende claramente. Quando o assalariado vê aquele monte de dinheiro, cédulas de 50 e de 100 dólares, a rodo, é que ele entende.

Aí o Ministro Márcio Thomaz Bastos logo passou a ser legalista: “Não! Nós não permitiremos!” Paciência... Hipocrisia, muita hipocrisia.

E o Presidente Lula diz que nós queremos “melar o jogo”. Fizemos alguma coisa para que acontecesse compra de dossiê, Senador Romeu Tuma? O que tem a Oposição com isso? Estamos aqui cumprindo o nosso papel de denunciar, de repercutir na Casa do povo o que está acontecendo. A grande imprensa está fazendo isso, mas nem todos têm acesso ao **Globo**, ao **Estado de S. Paulo**, à **Folha de S. Paulo**, ao **Jornal do Brasil**, ao **Correio Braziliense** ao **Valor Econômico**, todos estão noticiando. Então, é nosso papel vir aqui falar, para quem nos ouve, a população brasileira, do perigo que corre este País, até de uma ditadura, porque há um Presidente que quer fechar o Congresso, um Presidente que disse que não liga para o que se diz aqui desta tribuna, nem da Câmara dos Deputados. Para ele pouco importa. E que, por meio de uma procura de fidelização do voto dos mais humildes, num populismo barato, inaceitável para os tempos modernos, um populismo “à la Chávez”, quer se perpetuar no poder, porque o projeto desse Governo é manter o poder.

Agora, vejam bem: será que nós, Oposição, estamos manipulando os escritos dos articulistas mais respeitados do País, de uma Dora Kramer, de uma Eliane Catanhede, de um Clóvis Rossi, para citar alguns de tantos que estão escrevendo a cada dia sobre isso? De

Merval Pereira? Vejam o que Merval Pereira diz em seu artigo “Sinais de Lula”, Sr. Presidente e aqueles que nos ouvem. Observem que todos esses articulistas, há quatro anos, tinham sinceras esperanças de que o País mudaria para melhor com o governo do PT, o governo do Presidente Lula. E todos reconhecem, sem exceção – fora aqueles pelegos que estão, manipulados, recebendo recursos e aqueles falsos filósofos ou falsas filósofas a serviço do PT –, mas, felizmente, a grande imprensa tem até essa capacidade de autocrítica, de ver: “Confiamos, demos um voto de confiança...”, porque, afinal de contas, foram 53 milhões de brasileiros! Eu não votei em Lula, mas tenho amigos que votaram, e a decepção é muito grande.

Ouçam o que diz Merval Pereira em “Sinais de Lula”. Com isso, estou respondendo à Senadora Ideli Salvatti, porque S. Ex^a usou como linha de raciocínio do seu discurso exatamente o que está aqui sendo destruído por Merval Pereira. Ele diz:

A tese de que não interessava a Lula criar nenhum tipo de tumulto estando com a eleição praticamente ganha no primeiro turno – o que nova pesquisa do Datafolha confirmou ontem – não exime o presidente de culpa, pelo menos indireta, no caso da compra de um suposto dossiê contra os candidatos tucanos. Supondo que Lula não tenha sido informado da operação, mesmo com tanta gente ligada a ele diretamente envolvida, é o responsável pelo clima de leniência que envolve, desde o primeiro momento, os autores dos crimes, eleitorais e comuns, que vêm sendo cometidos nas cercanias do Palácio do Planalto.

Quem está dizendo isso não é o Senador pela Bahia César Borges, do PFL. Eu acabei de ler o que diz Merval Pereira no jornal **O Globo**, de 20 de setembro de 2006.

E mais, Sr. Presidente:

Desde quando, na famosa e estranha entrevista que concedeu na Embaixada do Brasil em Paris, o presidente Lula justificou o dinheiro que circulou do PT para os partidos aliados como sendo de caixa dois de campanha eleitoral, “o que se faz tradicionalmente no Brasil”, ele acendeu o sinal verde não apenas para os que participaram das operações de caixa dois, que aconteceram, como também dos outros tipos de transações que comprovadamente ocorreram, como o mensalão.

Então, Sr. Presidente, mais uma vez o Presidente...

(Interrupção do som)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...desonra aqueles que dizem que o fundamental é a sinceridade, o reconhecimento do erro e a sua correção. Se não houver esse **animus** da sinceridade, da crítica sincera, da autocrítica que todos aqueles que militaram numa esquerda utópica, mas idealista, sabem do que se trata, desde que seja uma autocrítica sincera, não há salvação.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador, permite-me um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não há salvação. Vamos continuar nesse mesmo mar de lama. E, se as eleições vierem a favorecer o Presidente Lula, fico entristecido. Lamento, porque sei que o nosso País vai sofrer mais escândalos perante os seus concidadãos e perante a comunidade internacional, como está acontecendo hoje.

Concedo um aparte, com muita satisfação, ao Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador César Borges, sei que o meu aparte vai causar muita indignação ao povo brasileiro neste momento. Vasculhando os *e-mails* que recebemos e a Internet, deparo-me aqui com o endereço <http://contasabertas.uol.com.br>: “ONG ligada a Lorenzetti recebeu R\$18,5 milhões do Governo Federal”.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quem é Lorenzetti, Senador?

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Lorenzetti, o churrasqueiro do Planalto, exatamente um dos...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É o churrasqueiro do Planalto?

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Aponta o Siafi o número, o convênio, o cadastro, a consulta do convênio, conveniente: Fundação Interuniversitária de Estudo e Pesquisa. E diz a matéria: “A ONG Unitrabalho, que tem como colaborador Jorge Lorenzetti, acusado de estar envolvido na compra do dossiê para incriminar tucanos, recebeu R\$18,5 milhões da União desde o início do governo petista até setembro deste ano. Coincidência ou não...”

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Qual é o nome da ONG, Senador?

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Unitrabalho.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Será que daí saíram R\$1,7 milhão? De R\$18 milhões, R\$1,7 milhão significa 10%.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – E diz: “Coincidência ou não, desse dinheiro, R\$4,1 milhões foram pagos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) na última quinta-feira (15/9), um dia antes de Gedimar Pereira Passos e Valdebran Padilha serem presos portando R\$1,7 milhão. Este ano, a Unitrabalho (Fundação Interuniversitária de Estudo e Pesquisa sobre o Trabalho) recebeu R\$ 4,4 milhões dos cofres federais, dos quais mais de 90% foram pagos na semana passada”. E a matéria prossegue. Ou seja, vejam os senhores e o povo brasileiro quem está recebendo dinheiro deste Governo e para o que está recebendo. Vejam o perfil, o cadastro, a vida pregressa, os atos, as ações dessa camarilha. É o que eu disse na tribuna na tarde de ontem, Senador César Borges: existe o dinheiro que sai “pela via oficial” – entre aspas –, a exemplo dessa, que se investigarmos saberemos aonde chega, e existe o dinheiro saído pela via oficial, como os mais de R\$10 milhões das cartilhas em que o TCU conseguiu colocar as mãos, identificando a ilegalidade; e existe o dinheiro que é pego nas cuecas, nas malas e malotes. Veja que Governo é este e em que País nos encontramos! Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a. Acatando o seu aparte, faço uma contribuição a ele com uma matéria de **O Globo**, de hoje: “Jorge Lorenzetti é petista, já foi dirigente da CUT...”

(Interrupção do som)

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador César Borges, cometi uma injustiça. Não vou citar o nome, mas quero agradecer ao colaborador, um cidadão brasileiro que me encaminhou essa informação. Eu fui checar exatamente no *site* “contasabertas” e constatei isso. Portanto, quero retribuir a esse cidadão – não citarei o nome porque não estou autorizado para tanto – a grandiosa colaboração que ele prestou neste instante. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigdo.

Jorge Lorenzetti é petista, já foi dirigente da CUT, candidato do PT à Prefeitura de Florianópolis, ligado ao presidente do PT, Ricardo Berzoini, e ao Deputado cassado José Dirceu. Trabalhava até ontem na campanha pela reeleição de Lula, e é acusado de interme-

diar a compra de dossiê contra tucanos. Foi ele quem apresentou Freud Godoy a Gedimar Passos, preso pela Polícia Federal com R\$1,7 milhão em dinheiro vivo para a compra do dossiê. Lorenzetti fazia churrascos para Lula na Granja do Torto.

Também quero falar sobre Oswaldo Bargas, uma nova personagem:

Ex-secretário e ex-chefe de gabinete do Ministro do Trabalho no Governo Lula [que, inclusive, é candidato a Governador da Bahia, mas que aquele Estado vai rejeitar porque vai dar vitória ao Governador Paulo Souto, Jaques Wagner, que criou o programa Primeiro Emprego. Lula disse “vá, Wagner, crie duzentos e cinqüenta mil empregos por ano”. E ele criou dois: para ele, no Ministério do Trabalho, e para a filha, na GDK. Lamentavelmente.], petista, ex-dirigente da CUT, é muito ligado a Berzoini e também teria negociado a compra do dossiê. [Veja bem, Sr. Presidente!] É casado com a secretária particular de Lula no Palácio do Planalto. É coordenador do programa de governo de Lula, na campanha pela reeleição, sobre reforma trabalhista.

Ora, é a campanha do Presidente e seu alto *staff* fabricando dossiê contra partido adversário. Será que isso não é motivo de investigação, de análise e de cassação de registro pelo Tribunal Superior Eleitoral? Se não o for, nada mais o é, tudo é permitido.

Eu pedi, Sr. Presidente, a cassação de registro do PT quando aquele Partido reconheceu o caixa dois, porque reconheceu um crime; foi réu confesso o Partido dos Trabalhadores. Quem pratica um crime desse e, inclusive, confessa-o não pode continuar na cena democrática brasileira, Sr. Presidente. É esse o receio que tenho.

Espero que, nessa eleição, o povo brasileiro decida. E vamos respeitar. Não há nenhum golpista. Agora, lamentarei profundamente pelo destino da minha Pátria, desta Nação, se continuarmos desta forma: tratando as coisas públicas como se fossem coisas privadas, particulares, de forma patrimonialista e partidária.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÉSAR BORGES EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL

O GLOBO

DIÁRIO MÊS/ANO:

20 set. 06

EDITORIA:

País

CADERNO:

A

PÁGINA:

413

7) Naquela mesma noite, Bargas telefonou para avisar que o denunciante voltara atrás e não queria mais apresentar o material, nem dar entrevista.

Uma semana depois, a revista 'IstoÉ' publicou a entrevista em que Darci e Luiz Antonio Vedoin, os donos da Planam, acusavam Serra e Barjas Negri".

MERVAL PEREIRA

Sinais de Lula

• A tese de que não interessava a Lula criar nenhum tipo de tumulto estando com a eleição praticamente ganha no primeiro turno — o que nova pesquisa do Datafolha confirmou ontem — não exime o presidente de culpa, pelo menos indireta, no caso da compra de um suposto dossiê contra os candidatos tucanos. Supondo que Lula não tenha sido informado da operação, mesmo com tanta gente ligada diretamente a ele envolvida, é o responsável pelo clima de leniência que envolve, desde o primeiro momento, os autores dos crimes, eleitorais e comuns, que vêm sendo cometidos nas cercanias do Palácio do Planalto.

Desde quando, na famosa e estranha entrevista que concedeu na Embaixada do Brasil em Paris, o presidente Lula justificou o dinheiro que circulou do PT para os partidos aliados como sendo de caixa dois de campanha eleitoral, "o que se faz tradicionalmente no Brasil", ele acendeu um sinal verde não apenas para os que participaram das operações de caixa dois, que aconteceram, como também dos outros tipos de transações que comprovadamente ocorreram, como o mensalão.

Lula emitiu diversos sinais de que não abandonaria "os companheiros", e disse isso em diversas ocasiões, não se vexando de receber no próprio Palácio do Planalto os petistas acusados de crimes eleitorais.

Além de insistir, em diversos pronunciamentos, em que não sabia se houve o mensalão — chegou mesmo a afirmar em certa ocasião que não existiu —, o presidente acobertou todos os políticos ligados àquela operação e, à medida que seu prestígio popular foi se firmando, passou a se sentir mais e mais seguro para avançar na direção de garantir a impunidade aos envolvidos no esquema.

A tal ponto que, dias antes de eclodir o mais recente e mais explosivo escândalo de seu governo até o momento, o da compra de um dossiê que supostamente continha provas contra adversários tucanos, Lula se sentiu forte o suficiente para atacar toda a sociedade com atitudes desafiadoras de banqueiros políticos em

diversos estados do país.

Num dado momento, abraçou o ex-governador de Minas Newton Cardoso, candidato ao Senado por uma coligação branca esdrúxula com o PMDB, e chamou-o de "estadista". Em outra ocasião, foi ao Pará e beijou a mão do deputado Jader Barbalho, em tempos idos o exemplo mais acabado para o PT de político corrupto.

Na Paraíba, fez questão de abraçar o senador Ney Suassuna, acusado de estar envolvido no escândalo dos sanguessugas, e chamou-o de "leal", o que, na lógica sindicalista que rege as relações deste governo, significa mais do que "honesto" ou "competente".

Essas atitudes aparentemente extemporâneas têm uma razão política de ser: todos os envolvidos são do PMDB, partido do qual Lula dependerá num segundo governo para ter um mínimo de governabilidade. O que o presidente está fazendo é demonstrar que topa fazer qualquer tipo de jogada política, desde que conte com a "lealdade" do PMDB.

Da mesma maneira que transmite a idéia de que, com sua popularidade, enfrentará qualquer crítica da sociedade para apoiar seus

"companheiros", Lula dá um sinal para dentro de suas hostes de que não devem temer represálias ou punições, pois ele estará sempre disposto a dar a mão a quem precisar, mesmo que num primeiro momento tenha que jogar cargas ao mar. No momento seguinte, todos encontrarão abrigo no seu governo, de uma maneira ou outra.

A lógica do jogo bruto sindicalista que predomina nas relações internas deste governo fica exposta nas figuras que agora estão envolvidas no episódio da compra do dossiê dos sanguessugas. Já na campanha de 2002, enquanto a farsa marqueteira do "Lulinha paz e amor" era montada para as aparências, não apenas pagava-se com depósitos em paraísos fiscais as contas de Duda Mendonça, como montava-se uma "equipe de guerrilha" na campanha para atacar os adversários e evitar ataques.

O grupo era formado por membros da confiança pessoal de Lula, muitos deles sindicalistas ligados à Central Única dos Trabalhadores, conforme reportagem da revista "Veja" de 2003. O hoje presidente do PT, Ricardo Berzoini, era o orientador político e, com base em pesquisas, passava as instruções sobre os alvos a atacar. O sindicalista Osvaldo Bargas, velho amigo de Lula, era a ligação entre o grupo e o candidato, levando-lhe as informações mais relevantes.

Os dois aparecem agora na história do dossiê, segundo revista "Época", que foi procurada por Bargas antes de material ter ido parar na "IstoÉ". Hoje, na campanha de reeleição de Lula, o grupo tem um outro nome, mais pomposo. "Núcleo de Informação e Inteligência", mas a função continua a mesma.

Quem chefia a equipe de "analistas de informação" é o petista histórico Jorge Lorenzetti, ex-dirigente da CUT, enfermeiro de profissão, que exercia a função de diretor financeiro do Banco do Estado de Santa Catarina e

DOCUMENTA (O QUE SE REFERE)
DOCUMENTO REFERE

JORNAL

O GLOBO

DATA MÊS/ANO:

20 set. 06

EDITORIA:

País

CADERNO:

A

PAGINA:

2A

no comitê para a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Coincidência número 4.

As investigações do arrombamento levaram a outros nomes ligados a Nixon, entre eles, John Mitchell, presidente do escritório eleitoral de Nixon e "attorney general" do governo — o equivalente americano ao advogado-geral da União. Ele autorizou as despesas para a invasão do Watergate. Ontem, o ex-secretário do Ministério do Trabalho Osvaldo Bargas, ligado ao presidente do PT, Ricardo Berzoini, disse ter oferecido à revista "Época" o dossiê contra os tucanos. E afirmou ter aval de Berzoini. Coincidência número 5.

Apesar do escândalo, Nixon venceu com folga as eleições de 1972. Reeleito, governou sob o permanente fantasma do impeachment. O rolo compressor das investigações arrastou boa parte dos "homens do presidente". E ele, encurralado, renunciou a 8 de agosto de 1974.

Divergência número 1.

O 'corte' do goleiro Rojas

• A farsa montada pelo goleiro chileno Roberto Rojas na partida entre a sua seleção e o Brasil, no Maracanã, foi um dos maiores escândalos do futebol mundial. Os chilenos precisavam vencer para ir à Copa de 1990, na Itália, e eliminar o Brasil. Além do goleiro, participaram da fraude e foram punidos pela Fifa o técnico Orlando Aravena, o médico Daniel Rodríguez e o zagueiro Astengo. O incidente aconteceu em 3 de setembro de 1989, no Maracanã, e o Brasil venceu por 1 a 0, gol Careca. Após um lanche atirado no campo, uma torcedora, Rojas ou o supercílio com o estilete que tinha na mão simulando ter sido ferido. Os chilenos honraram o campo.



'A quem interessa?'

Em viagem a Nova York, o presidente Lula preferiu insistir que as acusações partiram da coação, ignorando que tudo foi formado por assessores próximos de Lula e Berzoini.

1

O acusado de intermediar a negociação da compra do dossiê contra os tucanos José Serra e Geraldo Alckmin é Freud Godoy, assessor direto do

presidente Lula. Intido na Presidência da República até ontem, quando foi exonerado a pedido. Freud trabalha com Lula desde a campanha de

1989, cuida de imóveis da família Lula em São Paulo, tem uma empresa de segurança que presta serviço à campanha do PT, ao diretório do partido e a órgãos ligados ao partido

2

Jorge Lorenzetti é petista, já foi dirigente da CUT, candidato do PT a prefeito de Florianópolis, ligado ao presidente do PT, Ricardo Berzoini, e ao deputado cassado José Dirceu. Trabalhava até ontem na campanha pela reeleição de Lula, e é acusado de intermediar a compra do dossiê contra tucanos. Foi ele quem apresentou Freud Godoy a Gedimar Passos, preso pela PF com R\$ 1,7 milhão em dinheiro vivo para a compra do dossiê. Lorenzetti fazia churrascos para Lula na Granja do Torto

3

Gedimar Passos O ex-agente federal também trabalhava na campanha do presidente Lula, cuidando da parte de análise de mídia, subordinado a Jorge Lorenzetti. Afirmou em depoimento à PF que agiu a mando da executiva nacional do PT.

4

Osvaldo Bargas Ex-secretário e ex-chefe de gabinete do Ministério do Trabalho no governo Lula, petista, ex-dirigente da CUT, é muito ligado a Berzoini e também teria negociado a compra do dossiê. É casado com a secretária particular de Lula no Palácio do Planalto. É coordenador do programa de governo de Lula, na campanha pela reeleição, sobre reforma trabalhista

5

Valdebran Carlos Padilha da Silva Petista, foi preso juntamente com Gedimar com R\$ 1,7 milhão para a compra do dossiê

ANTIGOS COMPANHEIROS

ROBERTO JEFFERSON

Depois de um indicado pelo PTB do então deputado ser flagrado recebendo propina nos Correios, O GLOBO publicou reportagem mostrando que o então presidente do partido conseguira postos importantes na máquina federal e usava estes cargos para arrecadar recursos para campanhas eleitorais. Lula chegou a se solidarizar publicamente com Jefferson, quem já tinha dito que daria um cheneque em branco. Mas quando o deputado viu que seu assento estava vindo à tona e

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por vinte minutos.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me esclareça, então, qual o momento da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desculpe-me. V. Ex^a pode repetir?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Peço que V. Ex^a me diga qual o momento da minha inscrição, pois fiquei agora em dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a falará após o Senador Heráclito Fortes. O Senador Marcos Guerra teve de se retirar, então, V. Ex^a será o próximo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senador Heráclito Fortes está com a palavra, por permuta com o Senador Marco Maciel.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, confesso que poucas vezes assomei a tribuna com a cabeça embarralhada como está hoje. Tentei selecionar fatos graves que envolvem o Governo do Presidente Lula, mas isso é impraticável, porque, ao abrirmos qualquer jornal deste País hoje, vemos notícias estarrecedoras. É o churrasqueiro, é o marido da secretária, é o protegido, é uma verdadeira quadrilha instalada no Palácio do Planalto.

Imagino a tristeza de Oscar Niemeyer. Ao conceber Brasília, chamado por Juscelino Kubitschek, inspirou-se na simplicidade da sua arquitetura moderna, no arrojo das suas linhas, para construir um palácio onde seriam abrigados não só o Presidente da República, mas também as principais e mais importantes figuras de Governo. Niemeyer, nos seus 98 anos, jamais imaginou que um palácio presidencial fosse servir de abrigo e ter as suas dependências utilizadas por quadrilheiros.

Não há outro termo, Sr. Senador César Borges, para se usar.

Não fique o Governo pensando que é com alegria que tratamos de um assunto dessa natureza. Como político, gostaria que a situação não chegasse ao ponto que chegou, de uma verdadeira degradação moral de um governo que a tudo diz que não sabe e cujos líderes se sucedem na tribuna para dizer que é

perseguição da Oposição, como se esses fatos fossem gerados por nós.

Venho dizendo, ao longo destes três anos, Sr. Presidente, o que vou repetir agora, com este plenário vazio e as galerias repletas de jovens e de senhores que vêm aqui ver o funcionamento desta Casa. Meus jovens, a Oposição brasileira, neste momento, tem uma frustração muito grande: em três anos, quase quatro anos de governo, não tivemos a capacidade de criar uma crise sequer para o Governo Lula, porque o próprio Governo criou todas. Será que o Waldomiro saiu da Oposição? Será que o Delúbio era do PSDB ou do PFL?

Será que aquele rapaz que transportou, num ato de coragem, dólares na cueca, pertencia a que quadro e a quem? Todas as crises – e vou ficar por aí – do Governo são de sua geração própria.

Este Governo, que, quando na Oposição, criticava a tudo e a todos, destruiu reputações, condenou homens que, ao longo do tempo, conseguiram mostrar sua inocência. Aquele partido que era senhor absoluto da virtude, proprietário exclusivo dos bons propósitos, não resistiu ao contato com a caneta; a caneta que, a princípio, o Brasil todo esperava que servisse para construir uma grande Nação, com os olhos voltados para as questões sociais e não para a ostentação de luxo e de riqueza. Nunca o trabalhador foi tão maltratado. Lembrem-se as filas que o Sr. Ricardo Berzoini impôs aos aposentados no primeiro ano de Governo. A Varig fecha por insensibilidade do Governo, a Volkswagen entra em crise, a Bolívia humilha os trabalhadores da Petrobras, um brasileiro é morto na Inglaterra, outro desaparece no Iraque, e o Governo dos trabalhadores silencia.

Quando as greves acontecem, a Liderança do Partido dos Trabalhadores faz uma pergunta diferente da que fazia antigamente: o que o trabalhador pode perder?

Sr. Presidente, é triste ver – os jornais mostram isso – que, nos setores de atividade produtiva do País, só uma classe apóia e está a favor deste Governo: os banqueiros. Vamos ter oportunidade de ver, nas doações de campanha, que eles são justos, são reconhecidos, são gratos, porque nunca ganharam tanto dinheiro como ganham agora. Os lucros são mostrados sucessivamente. Não tivemos ninguém importunado.

Mas o estarrecedor é ver a Liderança do PT vir aqui para tentar, com meias-verdades, enganar a Nação. A Líder do PT foi aguardada pela imprensa ansiosamente, os brasileiros ligaram a televisão no canal da TV Senado para ouvir a justificativa do Governo, que começa, minhas senhoras e meus senhores, já da premissa errada: querer se basear nos erros do passado.

O atual Governo não foi eleito para corrigir tudo isso, para romper com as estruturas arcaicas com as quais o Brasil convivia? O Partido das virtudes de ontem e que hoje sabe que está no banco dos réus procura uma companhia desesperadamente, não quer ficar sozinho, e cita fatos com meias-verdades.

Diz que não aconteceram apurações no governo passado. Aconteceram, sim. Deputados do partido do governo foram cassados, Deputados renunciaram, o Presidente do Banco Central foi preso, em uma CPI, nas dependências do Senado. A memória seletiva deste Governo não faz bem à Nação.

A verdade tem de ser transparente. Não se justifica um erro com outro. Não se justifica o malfeito com outro malfeito.

Reconheço que, neste momento, as apurações e as prisões são em número bem maior. Mas é preciso que este Governo tenha humildade de reconhecer que o número de ladrões que colocou a serviço da sua estrela é infinitamente maior do que aquele com que a Nação brasileira acostumou-se a conviver em governos passados, com focos isolados de corrupção, sempre combatidos. Verificados **in loco** os fatos, os responsáveis eram afastados e punidos.

Agora, os responsáveis são promovidos.

Abrimos o jornal, caro Sibá Machado, e lemos a notícia, que vem do Ceará, de que o Deputado Federal mais votado poderá ser aquele beneficiário do dólar na cueca. Pela televisão, vemos o Presidente Lula saltitando, com uma alegria de fazer inveja a hiena, ao lado dos cassados, dos punidos, dos corruptos. Vemos, Senador Sibá Machado – o PT, pela sua história, não merecia isso –, um ex-Governador de Minas Gerais que, em um passado não tão distante, foi condenado, agredido, espezinhado e denunciado pelo PT – hoje de braços dados com o PT –, dizer que não aceita subir no palanque do PT ladrão; que só subirá no palanque do PT honesto. Quem é o julgador dos honestos do PT, Senador Sibá Machado? É Newton Cardoso? Aliás, que saudade daquele PT de V. Ex^a que se reunia para punir os que saíam dos trilhos. Foi-se o tempo em que o Partido expulsou Beth Mendes e Aírton Soares porque votaram – vejam só, minhas senhoras e meus senhores – no Colégio Eleitoral, quando o Brasil pedia democracia e a única porta, no fim daquele túnel de longos anos de escuridão, era exatamente a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral. No entanto, foram punidos. A última punição foi a da Senadora Heloísa Helena, cujo pecado foi pedir que o PT continuasse fiel à sua pregação de 25 anos, em busca de liberdades e de proteção aos menos favorecidos do País.

No entanto, Senador Sibá Machado, o PT, que prometeu investir no social, na primeira oportunidade que teve, comprou um avião por R\$180 milhões, pagando adiantado. Eu não discuto a compra do avião, até porque o Presidente Lula tinha de copiar o seu colega Chávez, que tinha comprado um avião igual – o Presidente queria aparecer para o colega! Vi, na minha vida inteira, a Venezuela seguir os passos do Brasil; hoje vejo o Brasil imitar a Venezuela e querer também – pasmem, senhores! – imitar a Bolívia, instalando uma Constituinte no Brasil neste momento. Uma Constituinte é paralisante e somente pode ser instalada quando o comandante maior da Nação tem autoridade moral para fazer isso.

As Constituições brasileiras foram votadas ou em mudança de regime ou em crise institucional, mas nunca para mudar leis e regras de jogo, em atendimento a governantes de plantão com vocação fina para ditadores.

Meu caro Senador Romeu Tuma, a Senadora Ideli Salvatti, Líder do Governo, vem aqui, num momento em que esperávamos que apresentasse justificativas, para dizer à Nação que a ONG instalada em seu Estado e que recebeu R\$18 milhões, R\$4 milhões dos quais recentemente, presta grande serviço à pobreza de Santa Catarina.

Quanto ao Sr. Jorge Lorenzetti – eu pensava que Lorenzetti, meu caro Presidente, fosse apenas aquele chuveiro que regula a temperatura da água –, esse veio para jogar uma ducha de água fria nesse grupo palaciano que infelicitou o País.

Não quer o Governo – e a Senadora deixou bem claro – que a Oposição reclame no Tribunal contra o uso da máquina feito pelo atual Governo. Ele quer que nos calemos, que sejamos acusados de prevaricação, que sejamos coniventes, que silenciemos. Seria melhor para ele.

Eu esperava que a Líder viesse explicar de onde veio esse dinheiro, de duas origens: uma parte em moeda nacional, em real; a outra parte em dólar. O mais grave, meus senhores, é que esse dólar está ainda com aquela cinta branca de segurança de um banco americano, com o código original do banco mostrando, portanto, que entrou no Brasil de maneira ilegal. Não foi conferido, não foi internalizado legalmente pelo Banco Central. O Sr. Meirelles está sendo omissivo, porque tem obrigação moral de mostrar à Nação por que esse dinheiro entrou assim.

O Sr. Meirelles, banqueiro internacional que, no passado, foi muito criticado pelo PT e que hoje é um dos seus grandes expoentes, tem obrigação de mostrar à Nação como esse dinheiro chegou aqui ou pelo menos

de dizer, Presidente João Alberto, que não chegou de maneira legal, pelos trâmites do Banco Central.

Aí vem, triunfante, orgulhosa, dizer que acompanhou o Ministro dos Transportes a Santa Catarina, para anunciar boas novas, Senador César Borges, para o seu Estado. Não estaria ela e o Ministro dos Transportes cometendo crime eleitoral, de uso de obra pública com fim eleitoral?

Meu caro Sibá, como um servidor do Palácio – no caso o Sr. Freud, que terá muito que explicar –, contrariando a lei eleitoral, participava de maneira direta da campanha do Senhor Presidente da República em horário de trabalho?

É preciso que essas coisas sejam explicadas.

Eu gostaria que houvesse uma explicação convincente para a distribuição de R\$18 milhões para a ONG do Sr. Lorenzetti. O que ela faz de tão importante em Santa Catarina?

Aliás, era hora de o Ministério Público bloquear as contas dessa ONG e exigir, imediatamente, que fossem revelados os repasses feitos nos últimos três anos para se saber realmente o destino benemerente dessa obra.

Senador Marco Maciel, estou aqui com um pedido de instalação de uma CPI e assumo, para que não se diga que ela é eleitora, Senador João Alberto, o compromisso de só pedir a sua instalação no dia seguinte ao da eleição. Quero uma CPI para investigar as ONGs neste País, quanto receberam e o que fizeram desse dinheiro.

Houve há dois ou três meses a invasão da Câmara dos Deputados por membros do MLST. Depois, se descobriu que esses cidadãos tinham várias ONGs espalhadas em diversos pontos do País, recebendo dinheiro do povo brasileiro de maneira pouco clara.

Ninguém sabe com o que gasta, quanto gasta, como gasta e por que gasta uma ONG dessa natureza. Disseram-me inclusive, Senador Sibá, que, no Acre, há algumas ONGs em atividade. V. Ex^a, como é um homem atento e vai falar em seguida, vai mostrar ao País que as ONGs do Acre funcionam bem, prestam contas do dinheiro aplicado – tenho certeza disso.

Mas isso ocorre no Brasil inteiro. Quando falta dinheiro para os hospitais, quando falta dinheiro para as estradas, ninguém sabe por que o Orçamento é contingenciado a bel-prazer do Governo; e esse dinheiro é usado também a bel-prazer para atender essas ONGs com profunda ligação com o Governo.

Senador Marco Maciel, a minha CPI é para que se apure a real utilização de recursos públicos do País com essas ONGs.

Quando acompanho o nosso candidato Geraldo Alckmin em visita às cidades, tenho o costume de

afastar-me um pouco, exatamente para ver e sentir a reação popular. Se eu ficar ao lado dele, atrapalho, e a função de coordenação não é aquela. Tenho tido boas lições.

Em Blumenau, várias pessoas me puxaram e disseram: “manda investigar umas ONGs que existem aqui”; “aqui há umas ONGs que não andam certo”; “os homens das ONGs têm tudo, até carro de luxo”. Eu pensei que fosse uma questão local. Pensei que fosse uma questão da política de Santa Catarina. Mas me parece que não. O chuveiro do Palácio vinha irrigando há muito tempo o Sr. Lorenzetti. Era uma ducha de recursos que agora é preciso averiguar.

Aliás, a primeira providência que temos que tomar nessa CPI, quando instalada, Senador César Borges, é examinar quem dessa turma está envolvido ou tem direta ou indiretamente ONGs para atender os seus caprichos.

Senhores e senhoras, povo brasileiro, meu caro Sibá Machado, o jornal **O Estado de S. Paulo** traz todos os companheiros do Presidente candidato. Vejam aqui.

Sr. Presidente, V. Ex^a me permite que eu leia? Vou ler os nomes: Luiz Gushiken, Henrique Pizzolato – esse já foi demitido. Como me parece que o Gushiken sabe mais coisa do Lula, por isso, há um certo temor, ele foi retirado da condição de Ministro, está ali embaixo numa função importante, não é Senador Siba? Está ali no Palácio, ali ao lado, mas continua. Ricardo Berzoini, Oswaldo Bargas – esse surgiu agora, é novidade, é lançamento o Sr. Bargas, poderoso; é um lançamento.

Feliz é o partido que pode lançar novas vocações para a corrupção neste País. Lançamento, coisa nova.

Continuo a leitura: Delúbio Soares – esse, inclusive, se aposentou como professor em Goiás; Silvino Pereira, aquele do *Land Rover*, Presidente; Luiz Eduardo Greenhalgh, Gilberto Carvalho, José Carlos Espinoza, Paulo César de Oliveira Campos.

Quem é Paulo César de Oliveira Campos, Senador Sibá? Para mim, esse é novidade, é lançamento. Aqui diz que é “carregador-de-piano”. O Presidente toca? Que piano é esse? “Carregador-de-piano”.

João Paulo Cunha, Freud Godoy, outro lançamento para nós; Paulo Okamoto, aquele “doador universal” que pagava as contas do Presidente, as dificuldades, as necessidades; Devanir Ribeiro – quem é Devanir Ribeiro?

O Sr. César Borges (PFL – BA) – É Deputado, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ah, é um Deputado de São Paulo.

O nosso “chuveiro” aqui, Jorge Lorenzetti; outro que para mim é novidade, Gedimar Pereira... E aviso à Senadora Ideli Salvatti que Gedimar Pereira – e vi ontem no jornal – é do Piauí, de uma cidade chamada Monte Alegre. Que S. Ex^a não queira fazer comigo o mesmo que fez na situação do caseiro, e dizer que sou ligado a ele. Não o conheço e não sabia sequer que esse cidadão era piauiense.

Temos José Dirceu... E aqui terei de ler para ser fiel, com muita tristeza, Senador Siba Machado, Celso Daniel, vítima dessa turma toda. Rogério Buratti, aquele que tomou um porre. Juntou-se com o jornalista da **Veja** e contou aquela história do dinheiro de Cuba. V. Ex^a se lembra? Pegou um avião aqui e disse que era *whisky*. Ninguém carrega *whisky* em avião com o querosene do preço que está. Foi descer em Campinas, mas parece que tinha fiscalização e aí foi para outro aeroporto. É aquela história do dinheiro de Cuba. Será que esses dólares têm a ver com isso?

E tem aqui também... Ave Maria! Um nome como este tem muita coisa a ver também: Carlos Alberto Grana. Grana, sindicalista. Esse para mim é novidade. Eu queria os nomes que não conheço, Senador Sibá Machado, para ver se consigo me atualizar, antes que outros lançamentos surjam.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Heráclito, apenas para acrescentar a essa lista mais um novo lançamento: Expedito Veloso, Diretor do Banco do Brasil, que está sob investigação como sendo um dos que fabricaram o dossiê e inviabilizaram a sua...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E imaginar que as nossas contas, o nosso sigilo bancário está nas mãos desse pessoal!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Peço que conclua, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Digo isso com a maior tristeza, que aumenta quando vejo a covardia daqueles petistas ufanistas que somem do plenário e dão essa missão, essa tarefa inglória para o mais puro dos petistas, que é o meu velho conterrâneo Sibá Machado. Se V. Ex^a olhar hoje à noite, na TV, seu semblante de abatimento, de tristeza, de vergonha com o que está acontecendo... Sei o quanto é triste para V. Ex^a acompanhar tudo isso. V. Ex^a é um homem humilde, está sempre com o Cheque-Ouro estourado, não recebe ajuda dessas ONGs, e se elas oferecessem ajuda, V. Ex^a não aceitaria, eu sei disso.

Mas quero fazer justiça. Se há uma pessoa que peca pela vaidade, pela arrogância e pela soberba é o Senador Aloizio Mercadante. Mas não quero crer que tenha instrumentalizado esse escândalo...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Talvez seja uma das vítimas. Mas nem por isso esses fatos podem deixar de ser apurados. Porque o que o PT estava fazendo em São Paulo era uma molecagem, preparando panfletos envolvendo José Serra. Essas fotografias foram mostradas aqui há uns 20 dias pela Liderança do Partido dos Trabalhadores. E eu vi, mais uma vez naquele dia, Sr. Presidente, o quanto a população brasileira estava atenta ao que acontecia. Pegaram a fotografia de Geraldo Alckmin e José Serra em uma feira no Anhembi, em São Paulo, ao lado de veículos em exposição, e trouxeram. Ato contínuo, recebi um telefonema de um ouvinte que me mandou...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vamos concluir, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou concluindo, com a sua generosidade.

Recebi um telefonema de um ouvinte que me mandou uma foto do Presidente Lula com os mesmos sanguessugas e as mesmas ambulâncias, e nem um caso nem o outro caracterizando crime.

Mas a minha última palavra é para o Senador Sibá Machado, o mais puro dos petistas, o único que teve a coragem de publicamente reconhecer que o PT devia ao Banco Rural e ao Sr. Marcos Valério, e que ia pagar. Não sabia quando porque a quantia era muito grande. Vai ver que o dinheiro de ONG não é para pagar conta atrasada, mas para contas novas. A sua atitude foi de coragem.

Sei que V. Ex^a foi repreendido. Sei que ralharam, como se diz lá em União, lá na Liberdade, com o pobre do Sibá. Mas V. Ex^a dormiu com a consciência tranqüila, como vão dormir hoje com a consciência tranqüila os Senadores Aloizio Mercadante e Eduardo Suplicy...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quando elogiam aqui Geraldo Alckmin e José Serra. E isso é bom. Nós vamos ver que o Partido de V. Ex^a não está de todo contaminado. Espero que tenha salvação, que tenha a humildade de recomeçar, e que volte a ter aquele Conselho de Ética para cassar corruptos,

e não os que discordavam ou discordam dos rumos que o seu PT tomou.

Fique certo o Presidente da República que o PFL, o PSDB e a Nação brasileira não querem o seu mal. O que todos queremos é apenas uma coisa: a verdade, que terá de vir, custe o que custar, doa a quem doer. Ninguém quer melar sucessão, ninguém quer condenar culpados. Nós queremos apenas que o PT honre o que prometeu há quatro anos ao povo brasileiro, pois a Nação está atenta e atônita com os rumos que os fatos tomaram.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. César Borges, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí, ex-Prefeito de Teresina.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, do PT do Acre.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, Senador César Borges, Senador Almeida Lima, Senador Heráclito Fortes, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o que considero muito importante, que foi o discurso do Presidente Lula na 61ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.

O **Jornal do Brasil** trata o discurso do Presidente como “discurso de líder mundial”, que pauta assuntos naquele tão importante fórum internacional que até então o mundo inteiro não queria discutir, por vergonha ou seja lá por que motivo. O Presidente Lula chama a atenção, desde o início do seu Governo, para a fome no mundo, matéria de interesse de todos. Não podemos mais aceitar que daqui para frente países venham a tratar de democracia, tentar falar, dar recados, dar orientações, como paladinos da democracia no mundo, se não democratizar as oportunidades, fazer com que todos tenham acesso ao mínimo necessário para viver e não apenas para sobreviver.

Este assunto, que às vezes até incomoda alguns ouvidos, continuará muito presente e muito vivo, em

qualquer ambiente de trabalho que tivermos de tratar daqui para a frente!

E, aqui, nos termos do discurso do Presidente, gostaria de fazer a V. Ex^a algumas comparações. Os números apresentados mostram a população mundial de 6 bilhões de pessoas, das quais quase 1 bilhão vive em situação de extrema miséria. São pessoas que não sabem o que vai acontecer no dia seguinte, que não têm renda, que não têm um pedaço de pão, que não têm um abrigo para viver, que não têm nem água para beber, que não têm o mínimo necessário para continuar sendo tratadas como seres humanos.

E o Presidente, em seu discurso, diz que uma situação como essa leva inevitavelmente a uma situação de injustiça, que, por sua vez, leva a contrariedades, que levam a reações, reações essas que, por separatismo ou deposição de políticas, levam à alta concentração de renda e assim por diante. E aqui ele faz um quadro comparativo com o Oriente Médio e com os diversos países da chamada periferia da economia do mundo.

Esse bilhão de pessoas que passa hoje necessidade é de interesse de todos. Portanto, o Presidente apresenta o dever de casa brasileiro, e o nosso dever foi ter instalado, no seu Governo, o Programa Fome Zero. Dentro desse programa, temos uma série de atividades que levam a compensação financeira para aquelas famílias que não têm sequer um pedaço de pão para colocar na mesa no dia seguinte.

Até de maneira emocionada, há duas semanas, reportei-me a uma fase da minha vida. Certo dia, tínhamos para almoçar um punhado de arroz apodrecido, com gosto de barata. Era o que salário do meu pai, vigilante de uma companhia de eletricidade do Estado do Piauí, permitia comprar para alimentar uma família de 12 pessoas. Era o que ele podia colocar na nossa mesa.

Imagine o que vi em São Paulo e em tantas outras cidades brasileiras e que me levou a crer que, nas grandes cidades, há duas realidades: de um lado, a cidade que todos gostariam de ver como o retrato do mundo; de outro, a cidade que representava o submundo da vida humana relegada ao flagelo. Em 1978, em São Paulo, fiquei estarrecido ao ver um mendigo cobrando aluguel para que outro mendigo tivesse o direito de dormir à noite debaixo de um viaduto. Em situações como essa, o País precisa, no mínimo, criar condições para que essas pessoas possam se sentir novamente seres humanos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, no debate com a Oposição, ouvimos que a política é eleitoreira. Todos nós já discutimos esse assunto de forma muito apaixonada. Mas o que dizer de uma pessoa que está na situação de não ter onde dormir, de não ter o que comer, de não ter um copo de água potável para beber, de não ter acesso a absolutamente nada?

Por isso o discurso do Presidente, segundo o jornal, é um discurso de líder mundial.

Faço aqui essas referências para mostrar o dever de casa do nosso País, chamando a atenção de todos os países mais pobres.

Falam da política de Cuba e do comandante Fidel Castro como sendo uma ditadura, um governo que cerceia as liberdades e tudo o mais. Chamou minha atenção uma matéria da revista **Época** que discorre sobre o governo de Fidel Castro.

Fidel Castro enfrentou os maiores líderes mundiais, esteve com quase todos, se não todos. Seu governo nunca enfrentou confrontos, a não ser de dissidentes, que têm o direito de ir embora e vão embora. Não existe unanimidade em nada. O governo sofreu bloqueio econômico desde seu primeiro dia e, até então, continua vivendo o bloqueio. Todos diziam que, quando os russos retirassem o aporte ao açúcar, o governo, no outro dia, seria extinto, e está aí até hoje, sobreviveu. É claro que, quando se olham Havana e outras cidades de Cuba, vêem-se prédios e carros degradados e caindo aos pedaços. Mas superaram uma série de questões sociais, como o analfabetismo, uma política de saúde de atendimento a todos etc.

Vimos o caso da Argentina, que enfrentou diversas atrocidades, erros em suas políticas econômicas, chegou a quebrar por uma vez e viveu um momento que não se deseja a ninguém no mundo. Assim também o México. São países que seguiam a orientação de uma cartilha internacional ditada pelo FMI.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Daqui a pouco, vou conceder o aparte a V. Ex^a.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Eu não queria perder o momento. Queria apenas entender seu raciocínio. Quer dizer que se justifica a ditadura de Cuba, de mais de quarenta anos...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador César Borges, há uma controvérsia do que vamos configurar como ditadura e democracia.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Há várias espécies de ditadura.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estou fazendo um quadro comparativo que leva em conta a democracia pregada pelos donos do dinheiro no mundo, pelos países mais ricos, o G-7, que coloca do lado de fora do direito à sobrevivência mínima um bilhão de pessoas. Então, o que é democracia nessa hora e o que é ditadura?

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Se chegássemos a uma situação parecida com a de Cuba, V. Ex^a justificaria que o País poderia passar quarenta anos com o mesmo dirigente, sem eleições?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Nós temos que discutir, temos que conceber a nossa democracia. Falo da nossa democracia. Estou fazendo um paralelo aqui entre dois extremos. Um extremo é capitaneado pelos Estados Unidos, pelo FMI, e o outro é o modelo cubano. O que é melhor para cada país, que cada um escolha. Nós temos que aperfeiçoar, de um lado...

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Então, V. Ex^a acha que o povo cubano tem capacidade de escolha?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Acho que tem.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Está escolhendo livremente?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Qualquer povo tem direito de escolha.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Está escolhendo livremente?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Tem capacidade de escolha e de reação.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Lá há democracia? Há eleições livres?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Há todas as condições. Qualquer povo tem condição. Qualquer povo tem condição de continuar apostando...

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Há eleições livres em Cuba? V. Ex^a crê que um dirigente que está há quarenta anos no poder, que é único no país...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A população, Senador César Borges, escolheu o governo que tem. Aquele povo escolheu o governo que tem.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Escolheu como? Pelas armas?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Se não o quisessem, já o teriam tirado.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Nunca foi votado Fidel Castro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Se não o quisessem já o teriam tirado, assim como os americanos usam a força bélica para entrar no Iraque, para entrar em outros lugares.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Não estou entrando na questão americana. Estou falando de Cuba.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quero voltar ao meu assunto, não quero entrar no seu.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Quero saber se V. Ex^a defende a ditadura.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – No meu assunto, quero discutir aqui o que é a democracia no mundo.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a relativiza o que é ditadura e democracia.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Democracia no mundo é o direito de livre expressão e, principalmente, o direito das mínimas condições necessárias para ser uma pessoa humana neste planeta.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Não havendo, então, vamos para a ditadura, sem eleições?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não havendo, é ditadura, sim.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a defende a ditadura?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Defendo a democracia plena; a democracia plena.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Centralismo democrático. Ditadura do proletariado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estão chamando a atenção aqui para isso. Centralismo da democracia plena neste mundo.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Convenhamos que V. Ex^a está aqui por eleições livres.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador César Borges, democracia é para todas as pessoas neste planeta.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senão, ditadura.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou citar uma frase que gosto de utilizar. Eu a ouvi do Prof. Pedro Vicente Sobrinho, que foi da Universidade Federal do Acre e que hoje está na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Eu ouvi uma palestra em que ele traçava um quadro comparativo entre a democracia e o direito de viver. Para isso, ele utilizou a figura de

dois cães: um russo e um francês. O cachorro russo, que estava gordo, bonito e rosado, chegou à França e estava passeando pelas ruas de Paris, quando encontrou um cachorro francês, que estava magro, esquelético, passando fome e virando lata de lixo para poder comer. O cachorro russo pergunta para o cachorro francês por que ele estava virando lata de lixo. O cachorro francês disse que era porque ele precisava comer. O cão russo disse que, na Rússia, tinham muita comida e tudo de que eles precisavam para poder viver. Então, o cão francês perguntou por que ele tinha vindo para a França. O cachorro russo respondeu que tinha vindo latir.

A democracia tem de ser plena: direito de fala e direito de comida. Eu não concordo que o modelo cubano seja pleno, mas o modelo que estamos discutindo aqui, pregado pelo FMI, também não o é. Não pode ser.

As duas coisas dessa forma não existem. Portanto, o discurso do Presidente é dizer que a democracia no Brasil e no mundo é plena, com direito a fala e a comida. É isso que estamos debatendo neste momento.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a se esquece de dizer que o Partido dos Trabalhadores e o Presidente Lula adotam exatamente o modelo do FMI, uma vez que não faz investimento, não deixa o País crescer, que pratica juros elevados.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É um ponto de vista de V. Ex^a.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Crescemos 2,3% ao ano, não geramos o número necessário de empregos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É um ponto de vista de V. Ex^a. O debate que tenho acompanhado pelo rádio e pela TV sobre os presidenciais...

O Sr. César Borges (PFL – BA) – E é uma farsa ser liberado no FMI. O acordo deve ter sido pago porque satisfiz ao FMI, mas contém a mesma política do FMI.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, não é a mesma política, não, Senador César Borges. A política anterior foi um desastre! O Brasil se endividou em 61%. Tenho trazido esse debate para o plenário do Senado com a convicção de que, na história da nossa República, não conseguimos fazer aquilo que o Senador Cristovam Buarque disse quando era Ministro da Educação, ou seja, que, na República brasileira, a coisa mais difícil para um governante é conciliar o

crescimento econômico com o equilíbrio de contas e a democracia. É muito difícil conciliar esses três fenômenos. Houve sempre o cerceamento de uma dessas partes. Agora estamos tentando, a duras penas, conciliar as três partes: democracia, distribuição de renda e equilíbrio de contas.

O discurso do Presidente Lula chama a atenção dos países mais ricos do mundo para o fato de que no cenário da democracia mundial tem que haver a distribuição de renda, pois um bilhão de pessoas também têm o direito de comer.

Vi no programa do Jô Soares, em determinada ocasião, uma pessoa falando que a coisa mais difícil de se encontrar é um cavalo abandonado, uma vaca abandonada, uma galinha abandonada, mas crianças abandonadas, idosos abandonados são vistos. Mas ninguém se sente doído por isso com algumas exceções. Então chamo a atenção desta Casa para o discurso do Presidente Lula numa reunião como essa.

O mundo escolhe o modelo bélico ou o modelo da disputa científica – essa é outra tese que gosto também de estudar. O caminho do capitalismo do mundo trilhou em algum momento pelo domínio via das armas ou pelo domínio via das finanças, do dinheiro, ou domínio via tecnologia. Daí, chamar a atenção do que é a verdadeira independência brasileira.

A independência do Brasil até hoje é uma luta constante; não atingimos ainda essa plenitude. Estamos caminhando para isso. Daí as negociações oficiais com o FMI de forma a impedi-lo de dar pitaco no nosso planejamento brasileiro. Está fora! O FMI não vem mais aqui dar pitaco. Está paga a sua conta, tem que ir pregar em outras praias. E esse é o caminho que os países mais pobres têm que trilhar.

Outra coisa é ir para a OMC, tratando com soberania. Temos que quebrar as barreiras econômicas, já que os países mais industrializados não podem querer competir em tudo, inclusive na agricultura, que é uma economia eminentemente dos países mais pobres. Chamar a atenção da América do Sul, debatendo a liderança desse cone, dessa região do mundo.

Digo, com toda a segurança, que vamos discutir o assunto da Bolívia, Sr. Presidente, com muita responsabilidade.

Peguei algumas notas que gostaria de lembrar a V. Ex^a. O povo boliviano – analisando inicialmente do ponto de vista histórico – teve uma história de muita dor. O Brasil teve uma história de muita dor. Todos esses países tiveram história de muita dor. Mas o caso

boliviano é pior. Nos livros de Eduardo Galeano, ele coloca como foi a situação dos espanhóis ao aportarem naquelas terras. A Bolívia sofreu por muitos e muitos anos, desde a chegada dos espanhóis ali: expropriaram, vilipendiaram tiraram tudo o que puderam; suas riquezas minerais, a prata principalmente. O que sobrou para aquela gente foram apenas recordações de muitas angústias, muita tristeza.

A Bolívia, Sr. Presidente, tem tentado, ao longo de sua história, um governo um pouco mais coeso, mais fortalecido e que possa falar um pouco a linguagem daquela gente. Temos que respeitar. Se Evo Morales está conseguindo, de uma maneira ou de outra, o que vamos tratar daqui para frente é como vamos nos relacionar civilizadamente. Por quê? Porque o Brasil precisa da Bolívia, a Bolívia precisa do Brasil; ambos precisam um do outro.

A nossa querida jornalista Lúcia Hipólito fez uma avaliação assim que começaram esses conflitos do gás. Vale dizer que o Brasil não precisa estar todos os dias gritando aos quatro ventos que é o líder da América do Sul porque a própria condição da economia brasileira já o coloca assim. É incomparável a distância entre o PIB brasileiro e o PIB do Paraguai; o PIB brasileiro e o PIB do Uruguai e assim por diante. Agora, precisamos estar juntos – isso é um gesto simbólico.

A entrada da Venezuela no Mercosul coloca agora o Mercosul com o seu primeiro trilhão de dólares de PIB. Discussão feita numa das vindas do Ministro Celso Amorim. Isso tem uma importância lógica muito grande para o mundo. Temos de nos pronunciar nos fóruns internacionais dessa maneira.

Temos ouvido também da Oposição aqui, Sr. Presidente, uma dura crítica sobre a política externa brasileira atual, no Governo do Presidente Lula, de querer insistir na obtenção de uma cadeira permanente do Conselho de Segurança do ONU. Mas isso está correto! Qualquer pessoa que se sentar na cadeira da Presidência da República tem de trilhar esse caminho, nós haveremos de sentar lá, o Brasil merece isso. E para tal, o Brasil tem de ter compromissos internacionais; ter participado, sim, daquela missão no Haiti, e participar de outras missões. Agora, do Iraque não participou. Correto, porque aquela tinha outro viés, não esse aqui do Haiti, que precisava, sim, do apoio de todo o mundo.

Então, Sr. Presidente, continuo dizendo que em termos dos acertos do nosso Governo e quando o Presidente Lula se pronuncia na ONU dessa maneira

é novidade. Não podemos ir lá apenas para tratar do óbvio e do ululante.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O óbvio e o ululante já estão sendo tratados há muitos anos: como participar da distribuição das riquezas e isso haveremos de perseguir até o fim.

Sim, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Queria que V. Ex^a me explicasse a real prioridade do Governo Lula: ter assento permanente no Conselho de Segurança da ONU ou combater a corrupção implantada no Brasil? Qual das duas é a maior prioridade de Sua Excelência no momento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ambos os assuntos, Senador Heráclito Fortes, são de competência do Governo, do chefe da Nação, naquilo que Sua Excelência puder, naquilo que estiver na sua competência imediata. Nesse caso da corrupção, vamos repetir aqui quantas vezes se fizerem necessárias – e podem alguns ouvidos não gostarem – que as instituições brasileiras têm, sim, hoje maior liberdade de atuação.

Este é o papel primordial de um Chefe de Estado, de um Chefe da nossa Nação, deixar essas coisas acontecerem livremente.

Vou reproduzir: o Brasil se encontrava bastante preocupado ao tempo do ex-Procurador-Geral da República, Brindeiro, que era considerado um engavetador de processos, os processos não andavam. Agora, na Procuradoria-Geral da República, os processos tramitam como o próprio Ministério considerar...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a há de conhecer o Deputado Hildebrando Pascoal. Lembra-se dele? Por sinal, do seu grupo político hoje; apóia o Partido de V. Ex^a no Acre.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, essa é uma história muito macabra para o povo do meu Estado. Essa é uma história que lembra muitas coisas ruins.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Então o relator não é engavetador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E a Justiça Federal, a Polícia Federal, o Governo do Estado contribuíram substancialmente para essa matéria ser encerrada.

Eu só quero lembrar que Hildebrando Pascoal era filiado ao Partido da Frente Liberal! Quero dizer que

depois que os eventos se tornaram daquela natureza é que ele foi retirado!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – E agora apóia o PT.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu só queria pedir a V. Ex^a que não nos reportássemos à pessoa de Hildebrando Pascoal porque esse é um nome que, a cada vez que é lembrado, só traz tristezas, muitas tristezas para muitas pessoas. Eu peço que possamos tratar: politicamente, como está a aliança política do Acre? Disso poderíamos tratar. Mas esse assunto é complicado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a se lembra de Orleir Cameli?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Lembro.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Onde ele está hoje? Apoiando o partido de V. Ex^a no Acre. Não é verdade?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Se ele quiser votar em nossos candidatos... Qualquer pessoa que queira votar em nós, até o Senador Heráclito Fortes, se quiser, destinar um voto no 13, nós aceitamos. Mas respeitamos do fundo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não é bem voto, é a companhia em palanque, Senador. Estou fazendo a defesa de um Procurador da República que foi um dos homens mais íntegros no exercício das suas funções, responsável, correto e atuou na maioria do período do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, como o atual Procurador vem fazendo. Agora, pergunto a V. Ex^a: cadê aquele herói que vocês consagraram, Procurador Luiz Francisco, que cresceu atuando no Acre? Onde ele está? Cadê o Procurador Celso Três, que vocês idolatravam?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pelo que me consta, continuam trabalhando em suas funções normalmente. Normalmente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas por que estão recolhidos? Decepcionados?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, não sei.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Onde o Celso Três está agora?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não sei, isso é de foro íntimo do Procurador. Não posso

dizer a V. Ex^a o que ele está sentindo. Não converso com essas pessoas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Vai ver que engavetaram os dois.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Meu trato com essas pessoas é estritamente oficial. Já faz tempo ...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Aí vai ver que, ao invés de engavetarem processos, engavetaram os procuradores. Onde está o Procurador Celso Três? Está trabalhando onde?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria de saber. Certamente está nas suas funções.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a se lembra, ele esteve na CPI do Banestado, prestou depoimentos. Onde ele está? Senador, não vamos olhar muito para passado, porque isso não condiz bem com a história do Partido de V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes,

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não fica bem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes,...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...o debate aqui tem que ter o nível o mais alto possível. Quero dizer a V. Ex^a que se há uma ou outra pessoa com dificuldade de trabalho no Ministério Público, isso não me interessa. O que nos interessa é a instituição trabalhando e prestando a sua contribuição para o País. E há uma diferença muito grande entre como o Ministério Público agia na época e o que faz hoje. Muitas vezes até, alguns procuradores agiam da maneira mais pública do que a própria Casa, porque a Casa tinha dificuldade de encaminhar os processos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá, eu gostaria que V. Ex^a concluísse, por gentileza. É possível concluir?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de pedir ao Senador Sibá Machado que tornasse mais clara essa denúncia gravíssima que ele faz contra o Ministério Público do Brasil, apontando os nomes, porque é um grande serviço que V. Ex^a...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu citei o nome: Geraldo Brindeiro. O País conhece esse nome.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não. V. Ex^a não citou só Geraldo Brindeiro. V. Ex^a citou vários procuradores. Eu gostaria que dissesse à Nação quem são esses procuradores.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu não sei onde estão, não vou perguntar, porque o que me interessa é o trabalho da Casa, da instituição. Estou muito feliz com o trabalho do Ministério Público, que, no meu entendimento, está cumprindo rigorosamente com suas funções. Por isso, não me interessa saber onde está uma pessoa ou outra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O curioso é que o atual Governo não desengavetou nada. Por quê?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pelo contrário. Tem trabalhado muito bem.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não. Isso é crime novo, é lançamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Tem trabalhado muito bem.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – A capacidade de escândalo do Partido de V. Ex^a e do atual Governo é infinitamente superior à capacidade de apuração do Ministério Público.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, o Presidente pediu-me que concluísse, mas eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sem mais apartes.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu tinha de iniciar outro assunto exclusivo sobre a Bolívia. Vou encerrar o meu pronunciamento, dizendo que as negociações com a Bolívia têm trilhado pelo caminho da responsabilidade. O Governo não faz pirotecnia. Não vamos aceitar provocação.

O Governo brasileiro vai tratar a questão com toda a responsabilidade que lhe recai sobre os ombros. No caso da Bolívia, a indústria do gás está funcionando a todo o vapor. Pela primeira vez, atinge a plenitude do fornecimento, Agora é que está sendo feito o contrato, depois de dez anos. A participação da Petrobras no refino de petróleo na Bolívia é um assunto que será trilhado pela negociação e jamais vamos aceitar a provocação de quem que seja.

Portanto, quero pedir a V. Ex^a que dê como lido essa parte do meu pronunciamento.

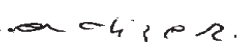
SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR SIBÁ MACHADO.

Bolívia: um pleito manifestado contra Petrobras

1. Tenho a compreensão que o processo de transformações por que passa a Bolívia atende a legítimo pleito de toda a população boliviana. Um pleito manifestado por meio de inúmeras insurreições populares ocorridas nos últimos 5 anos e que redundaram na queda de vários presidentes e na convocação de novas eleições democráticas.
2. Tais insurreições populares ocorreram devido à revolta do povo boliviano que percebeu que fora enganado pela cantilena das privatizações. Perceberam que os bolivianos estavam ficando cada vez mais pobres enquanto sua riqueza era apropriada por empresas de outros países, inclusive o Brasil.
3. Fruto desse processo de conscientização e de inúmeros conflitos, houve um plebiscito em que a população decidiu que a exploração dos recursos naturais de gás e petróleo da Bolívia deveriam ser nacionalizada. O Congresso Boliviano, bem antes da eleição e posse do Presidente Evo Morales, aprovou uma nova Lei de Hidrocarbonetos que determinava aquilo que a população tinha decidido, ou seja, a nacionalização da exploração dos hidrocarbonetos bolivianos.
4. A partir de sua posse, o Presidente Evo Morales, vem adotando medidas para fazer cumprir a vontade de seu povo, como seria de se esperar de um presidente eleito democraticamente.
5. Compreendemos e temos o maior respeito pelo processo de reordenamento democrático que vem sendo implementado na Bolívia. Porém, quero deixar registrada a minha perplexidade pela forma como foram adotadas algumas medidas, principalmente essa última Resolução.
6. A Resolução foi baixada quando os dois governos estavam trabalhando para um acordo que preservasse o interesse dos dois países. Estava estabelecido que não haveria negociação pela imprensa, entretanto, a Petrobras tomou conhecimento

pela imprensa. Não é exagero dizer que foi mais um desrespeito com os negociadores brasileiros.

7. Também lamentável e inaceitável foi o anúncio do seqüestro de receita das refinarias brasileiras. Ora, se o governo Boliviano de resolver quebrar contratos, espero sinceramente que não faça isso, afinal o Brasil está aberto para sentar à mesa. Se isso vier a ocorrer efetivamente, a Petrobras não terá por que continuar atuando naquele país. Não restará outra possibilidade a não ser encerrar as atividades de refino de nossa estatal na Bolívia.
8. Se isso acontecer, quem mais perderá será a própria Bolívia. Hoje, quase 20% do PIB daquele país é gerado pela empresa brasileira. Para um País com tantos problemas sociais, acredito, seria desastroso. Espero que eles coloquem na balança as perdas econômicas e os danos políticos que essa decisão poderá causar.
9. Outra insensatez, fruto de um sectarismo fora de época, foi à declaração do ex-ministro Andrés Soliz de que a empresa brasileira teve lucro de pelo menos US\$ 320 milhões desde que se instalou lá. Na verdade, nos últimos seis anos, a empresa obteve lucro de US\$ 85,3 milhões. Só posso entender isso como uma difamação do ex-ministro com o objetivo de criar uma imagem negativa da estatal brasileira. Para justificar um tratamento depreciativo da petrolífera.
10. Por isso, senhores senadores, concordo com a posição firme do presidente da Petrobrás: se tiver que sair da Bolívia, a Petrobras sai, mas num processo que tem que ter resolução dos contratos, eliminação de pendências, ressarcimento de investimentos. Sair, mas não ser expulso da Bolívia. Sair da forma legal, da forma que entramos. É assim que se procede no mundo sustentado pelo direito.

11. O Governo Brasileiro, dentro da solidariedade que deve presidir a relação entre povos irmãos, conhece sua responsabilidade como o País de maior relevância do continente sul-americano. Conhece as dificuldades e respeita a decisão soberana do povo boliviano em estabelecer um novo ordenamento social.
12. Não interessa ao Brasil e ao povo brasileiro a instalação de conflitos com nossos irmãos bolivianos. Nosso Governo trabalha para que consigamos uma negociação boa para as partes.
13. Entretanto, caso não seja possível, a Petrobras já anunciou que tomará, medidas duras se os seus interesses legítimos não forem respeitados. A declaração do presidente Lula a esse respeito não deixa dúvida: "Se a Bolívia teimar em tomar essas atitudes unilaterais, o Brasil vai ter de pensar em como fazer uma coisa mais dura com a Bolívia". Apesar disso, governo e a Petrobras trabalham para resolver essa crise de forma serena.
14. Se as negociações não chegarem a termo satisfatório, a Petrobras vai recorrer ao Centro Internacional para Arbitragem de Disputa sobre Investimento, órgão do Bird (Banco Mundial), em Washington. Importante ressaltar que esse recurso só pode ser apresentado seis meses após o início das negociações. O centro não tem poderes para revogar a resolução do governo boliviano, mas que, se considerar que o governo brasileiro foi prejudicado pelo boliviano, poderá exigir um ressarcimento dos investimentos realizados. A Petrobras pagou US\$ 100 milhões pelas duas refinarias. Se a Bolívia se recusar a cumprir a decisão do Centro Internacional, sofrerão as conseqüências das sanções no mercado internacional.
15. Era o que tinha .

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de dar a palavra ao próximo orador, o Senador Paulo Octávio, gostaria de fazer uma comunicação a esta Casa como Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Comunico que a representação do relatório do Senador Jefferson Péres, Relator da Representação nº 1, de 2006, referente ao Senador Ney Suassuna, anteriormente marcada para esta data, foi transferida para a 15ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no dia 4 de outubro, quarta-feira, às 10 horas, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho. Estivemos presentes, mas não houve quórum. Fizemos apenas as oitavas que estavam marcadas.

O Senador Jefferson Péres já tem o seu relatório pronto.

Comunico, igualmente, que está convocada a 16ª reunião do Conselho para o próximo dia 5 de outubro, quinta-feira, às 10 horas, no mesmo local, destinada a ouvir o Deputado Walter Pinheiro e os Srs. Wilerson Moreira da Costa, Valdir Agostinho Piran e Valcir José Piran, nos autos da Representação nº 3, de 2006, referente ao Senador Magno Malta.

Gostaria que os Srs. Senadores estivessem presentes nessa data; é muito importante. Nos dias 4 de outubro, quarta-feira, e 5 de outubro, quinta-feira, teremos aqui sessões plenárias deliberativas e, pela manhã, reuniremos o Conselho de Ética.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é oportuno esse esclarecimento que V. Ex^a presta, mas gostaria também de esclarecer fatos sobre a reunião marcada para hoje. Semana passada, numa reunião presidida por V. Ex^a, ficou acertado que hoje seria feita uma nova reunião para a leitura do relatório por parte do Senador Jefferson Péres. Ontem, procurei V. Ex^a e o Senador Jefferson Péres, comunicando-lhes que tínhamos compromissos assumidos no Rio de Janeiro hoje, pela manhã, e sugeri que a reunião fosse marcada para hoje à tarde. O Senador Jefferson Péres ficou de tratar do assunto com V. Ex^a e então marcar essa reunião para a tarde, por um motivo muito simples: nós tínhamos três ou quatro membros – não sou preciso aqui nos números – dessa Comissão, que participam da coligação Brasil Decente. E nós – eu, o Senador Sérgio Guerra, não me lembro exatamente dos outros membros – tínhamos o lançamento de um programa

hoje, no Rio de Janeiro. Daí por que não podíamos comparecer hoje, pela manhã, e eu ter feito esse apelo. Mas houve, de pronto, a solicitação de que essa reunião fosse feita à tarde.

Estou lhe falando isso, porque estou sendo cobrado por vários órgãos de imprensa por essa ausência. Quero dizer o que ocorreu. Ontem conversei com V. Ex^a. Fui à Mesa, a qual V. Ex^a estava presidindo. Conversei com V. Ex^a e com o Relator, pedindo que fosse marcado para a parte da tarde, até porque, na semana passada, não marcamos um horário preciso, no qual seria feita a reunião.

Presto esses esclarecimentos, porque acho que é dever, não só no meu caso pessoal, mas também dos companheiros que não estavam aqui hoje, pela manhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a está com toda razão. Ontem, aqui, quando eu cheguei – eu até presidi a sessão de ontem também -, V. Ex^a, juntamente com o Senador Sérgio Guerra, procuraram-me para dizer da impossibilidade do PFL e do PSDB participarem da reunião do Conselho de Ética.

O Relator falou também com V. Ex^{as}, e S. Ex^a tentou hoje, já na parte da manhã, pois, com a ausência do PFL e do PSDB, que são majoritários, não dava número no Conselho de Ética. Então, tentamos fazer a reunião e não houve número. De qualquer maneira, já marcamos para o dia 04, quando será lido o relatório, porque o Senador Jefferson Péres gostaria de ler o relatório com a maioria do Conselho Presente. Não foi possível hoje, mas no dia 04 nós o leremos.

Concedo a palavra o Senador Paulo Octávio, do PFL do Distrito Federal, candidato a vice-governador do Distrito Federal. Em seguida, como último orador, o ex-Presidente da República, ex-governador de Pernambuco, ex-Presidente da Câmara Federal, o Senador Marco Maciel.

O Relator falou também com V. Ex^{as}, e S. Ex^a tentou hoje, já na parte da manhã, pois, com a ausência do PFL e do PSDB, evidentemente, não dava número no Conselho de Ética, uma vez que ali o PSDB e o PFL são majoritários. Então, tentamos fazer a reunião, mas não houve número. De qualquer maneira, já marcamos para o dia 4, quando será lido o relatório, com a presença da maioria do Conselho, porque assim gostaria o Senador Jefferson Péres.

Concedo a palavra agora ao Senador Paulo Octávio, do PFL do Distrito Federal, candidato a Vice-Governador do Distrito Federal, por 20 minutos.

Em seguida, o último orador será o ex-Presidente da República, ex-governador de Pernambuco, ex-Pre-

sidente da Câmara Federal, o Senador Marco Maciel, por 20 minutos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, declino dos 20 minutos em homenagem ao nosso Presidente Marco Maciel. A minha posição hoje aqui é no sentido de, até como presidente da Comissão que comemora os 50 anos da posse do Presidente Juscelino, registrar, para os Anais do Senado, a matéria que ontem foi publicada no **Correio Brasileiro** intitulada “O dia em que o sonho virou lei”. Ela foi publicada ontem, 19 de setembro, e é de autoria da jornalista Conceição de Freitas.

Trata-se de uma matéria sobre o fato ocorrido nessa data, há 50 anos, que foi justamente a lei que sancionou a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, a Novacap, responsável pelo planejamento e execução do serviço de localização, urbanização e construção da futura Capital, Presidente Marco Maciel, que hoje habitamos com muita alegria.

A matéria ocupa toda uma página e traz uma foto, também de caráter histórico, onde aparece o Presidente JK assinando o texto que autoriza a construção da nossa cidade. Atrás do Presidente Juscelino, destaca-se a figura ilustre do então Deputado Israel Pinheiro, que viria a ser o homem de confiança de JK para tocar sua grande obra e também o primeiro Prefeito de Brasília.

Também está estampada na página uma cópia da lei, onde podemos ler em seu cabeçalho: “Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, o texto da Conceição de Freitas é muito interessante no ponto em que ela diz:

Era cobra contra cobra. O Presidente JK contra a UDN (União Democrática Nacional) de Carlos Lacerda. Aprovar uma lei que determinava a construção de Brasília era uma ousadia quase risível diante da incansável oposição lacerdistas. [...] O projeto estava empacado, mas Juscelino, não. Articulava-se com os políticos goianos que, apesar de udenistas, tinham um interesse maior, a transferência da nova capital para Goiás. Essa articulação, somada à crença da UDN de que JK jamais construiria uma cidade no meio do cerrado inabitado, permitiu que 50 anos depois Brasília fosse uma realidade de 2,3 milhões de habitantes [quase 2,5 milhões].

A reportagem traz depoimentos importantes, como o do ex-Governador de Brasília Ronaldo Costa Couto, do médico e pioneiro Dr. Ernesto Silva, da

professora Cleusa Neves, que ministra um curso de história de Brasília para professores da rede pública do Distrito Federal, e de professores da rede pública do Distrito Federal.

No final da matéria, a repórter conclui que “os 50 anos da lei que autorizou a transferência da nova Capital são também a constatação de que o Brasil perdeu a capacidade de sonhar”.

“O Brasil precisa de sonhos”, afirma o depoimento de Ronaldo Costa Couto. E ele prossegue:

Naquele tempo, duvidava-se de que os brasileiros eram capazes de fabricar carros e, mais ainda, de construir uma cidade. Esse povo, aos trancos e barrancos, fez uma obra que espantou o mundo. Obra de afirmação de um povo, numa época em que a economia era muito menor.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é esse sonho que não podemos deixar morrer. Brasília cresceu mais do que seu sonho. E é esta cidade, criada por lei há 50 anos, que embala todos os nossos sonhos futuros.

Era o que tinha dizer e não poderia deixar de registrar.

Com prazer, ouço o aparte do Senador Marco Maciel, que muito honra este pequeno pronunciamento.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Paulo Octávio, cumprimento V. Ex^a pela iniciativa de trazer à memória da Casa e do País a lei que criou a então futura e hoje pujante Capital do Brasil aqui no Planalto Central. Aproveito a ocasião para lembrar a capacidade empreendedora de Juscelino Kubitschek, porque Brasília foi muito mais do que a transferência da Capital do Rio de Janeiro, porque se converteu também numa mudança de eixo no nosso processo de desenvolvimento. Brasília propiciou a integração nacional. O historiador Frei Vicente Salvador, certa feita, disse que a população do Brasil vivia como caramujo: arranhando o litoral, porque, de fato, o Brasil era basicamente uma nação litorânea. Com a criação de Brasília, houve um acentuado processo de interiorização, que se refletiu inclusive no florescimento de regiões até então de baixa participação na economia nacional, como o Centro-Oeste e o próprio Norte do País. Além da significação política e da realização do sonho de Dom Bosco de trazer a Capital para o Planalto Central, isso representou também uma importante contribuição para o crescimento integrado do País e, sobretudo, pela oportunidade do surgimento de alternativas de desenvolvimento no País. Acredito que não é sem razão que Brasília pode merecer o título de Capital da Integração. Cumprimento V. Ex^a, portanto.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Presidente Marco Maciel, agradeço seu aparte. É isto o que buscamos efetivamente: Capital da Integração Nacional. É a missão de Brasília.

Sr. Presidente, duas lei importantes marcaram a história de Brasília. A primeira é essa que estamos registrando, do dia 19 de setembro de 1956, que criou Brasília. Outra lei muito importante foi sancionada em dezembro de 2002, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso e por V. Ex^a, então Vice-Presidente da República, Marco Maciel, que criou o Fundo Constitucional de Brasília.

Tal fundo é a verdadeira autonomia financeira da cidade; permite que Brasília caminhe a passos largos para um futuro melhor; é hoje o responsável pelo pagamento dos salários dos servidores da educação, saúde e segurança e dá dignidade à Capital de todos os brasileiros.

Por isso, fica registrado meu profundo agradecimento, em nome do povo de Brasília, ao Presidente Marco Maciel, que apoiou essa iniciativa do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Octávio, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Salgado de Oliveira.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, hoje, no **Jornal do Senado**, há uma matéria, na contracapa, cujo título diz: “Pavan protesta contra ‘mentiras deslavadas’ de Ideli Salvatti”. Já tive, nesta Casa, em outras oportunidades, esse tratamento de mentirosa ou coisa que se equivalha.

Em primeiro lugar, gostaria de trazer toda a documentação que, depois, oficialmente, vou encaminhar à Mesa do Senado. É claro que se trata de uma situação estadual, que diz respeito a um debate dentro do processo eleitoral do meu Estado, sobre a BR-282, importante rodovia de Santa Catarina.

Foi proibida a aplicação de recursos por parte do Governo Federal nessa rodovia porque havia um processo no Tribunal de Contas da União. A licitação é antiga, de 2000 ou 2001. Teve que ser toda repactuada. A empreiteira teve que fazer um desconto considerável, de R\$ 43 milhões. O Tribunal de Contas da União, depois de muito tempo, terminou o processo.

No entanto, só poderemos voltar a aplicar recursos depois que o Congresso Nacional votar o decreto legislativo. Esse decreto legislativo está na Comissão Mista de Orçamento.

No esforço concentrado, houve uma reunião em cuja pauta estavam vários assuntos, incluindo esse.

No debate eleitoral, surgiu essa questão, porque estamos discutindo os problemas do Estado.

Na propaganda, tive oportunidade de relatar essa situação. Registrei que, no dia da reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, não houve quórum e não foi possível que a matéria fosse votada. Dos três Parlamentares catarinenses efetivos, dois estavam presentes – ou pelo menos assinaram a lista de presença –, mas o terceiro, exatamente o Senador Leonel Pavan, não assinou a lista, apesar de estar no Senado Federal.

E, diferentemente do que disse o Senador ao se pronunciar da tribuna ontem, o Plenário do Senado Federal não estava na apreciação da Ordem do Dia. Quem estava em votação da Ordem do Dia era a Câmara dos Deputados. A Ordem do Dia do Senado Federal somente começou às 20 horas.

O Senador Leonel Pavan se pronunciou várias vezes ao longo da tarde. De fato, não houve quórum para a reunião e não foi a ausência do Senador Leonel Pavan a responsável por essa falta de quórum – e não foi isso que veiculei na propaganda eleitoral, no debate que estamos fazendo sobre os problemas de Santa Catarina.

Portanto, para que não paire nenhuma dúvida, encaminho à Mesa a degravação do que falei no programa eleitoral do dia 11 de setembro; trago a lista de presença da reunião de Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em que fica claro quem compareceu – quem assinou – e quem não compareceu; trago a ata da reunião, mostrando por que ela não aconteceu; e também trago todos os pronunciamentos feitos pelo Senador Leonel Pavan no dia 5 de setembro, por ocasião da reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em virtude das declarações e da agressão verbal que o Senador fez a mim em discurso proferido ontem, na minha ausência, hoje esperei que S. Ex^a aparecesse. Mas para que não paire nenhuma dúvida, não posso deixar de fazer alusão ao fato, tendo em vista que a matéria do **Jornal do Senado** é realmente muito agressiva à minha pessoa. O Senador disse que estava tranquilo porque ganhou o direito de resposta pelo Tribunal Regional Eleitoral, mas não obteve direito de resposta na propaganda da qual participei e na qual está a minha fala, o meu pronunciamento, o meu depoimento a respeito do que aconteceu e da

importância da BR-282 para Santa Catarina. S. Ex^a obteve direito de resposta no programa de rádio do qual não participei.

Portanto, não aceito, como já não aceitei, ser agredida, ter meu nome enxovalhado, caluniado. Em episódios anteriores, Parlamentares que me chamaram de mentirosa, tiveram depois, em face de toda a documentação apresentada, a dignidade de reconhecer de público que se tinham equivocado, como ocorreu na CPI dos Correios, com o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. Espero que sejam suficientes todos os documentos que estou apresentando e que, pelo

menos, o comportamento do Senador Leonel Pavan, na próxima vez em que comparecer ao plenário, seja equivalente ao que o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto teve a partir da documentação apresentada.

Agradeço e peço desculpas, Sr. Presidente, por ter tomado esse tempo, mas não poderia permanecer sem me pronunciar sobre essa questão.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA.. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Esta é a transcrição do áudio do programa político da coligação Força do Povo em Santa Catarina onde a senadora Ideli Salvatti fala da votação de um decreto legislativo na Comissão Mista de Orçamento no Congresso Nacional. A inserção com o áudio da senadora foi ao ar no dia 11 de setembro.

"A 282 é uma novela ruim que se arrasta há muito tempo, teve uma licitação lá em 2000/2001, que foi superfaturada, quando foi descoberto este superfaturamento o Tribunal de Contas da União barrou a obra, nós não pudemos no governo Federal, no governo Lula colocar dinheiro na 282, porque havia uma proibição do tribunal de contas, teve que ser repactuado, teve que ter um desconto, a empresa teve que reduzir o preço mais de 40 milhões, só agora isto está resolvido mas antes de podermos colocar dinheiro do governo federal de novo na 282 tem que ser votado um decreto legislativo no congresso nacional. Dois esforços concentrados, em agosto e em setembro, não deu quorum na comissão mista de orçamento pra votar este decreto e autorizar o governo Lula a colocar o 48 milhões que estão no orçamento este ano para podermos andar com esta obra importante, só que não deu quorum, dos três catarinenses que compõem a comissão mista de orçamento como efetivos dois foram, Cláudio Vignhati e o Carlito Merss, mas o Senador Pavan preferiu fazer discurso no plenário contra o Presidente Lula do que estar na Comissão Mista de Orçamento pra votar esta importante autorização pra gente poder fazer esta obra tão importante andar."

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO DE PRESENÇA

Termo de Reunião 006/2006, realizada em 05/09/2006, referente

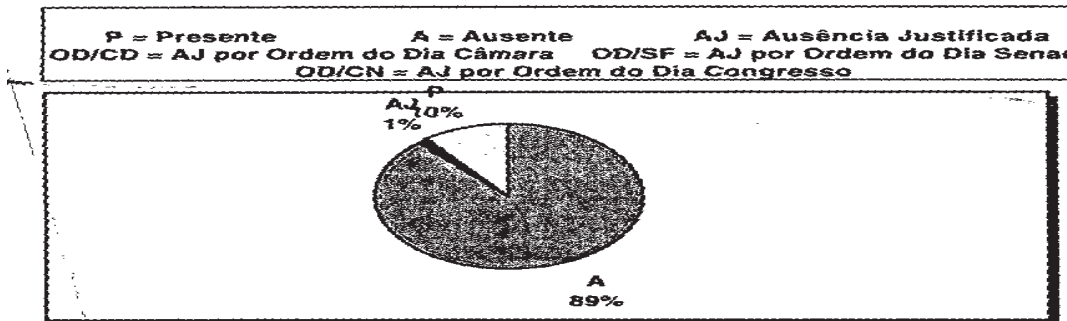
	CÓD. PARLAMENTAR	TIPO PARL.	TIT/SUPL.	Partido	UF	FREQ.
1	3481 ALMIR SÁ	Deputado(a)	Titular	FL	RR	P
2	1239 BISMARCK MAIA	Deputado(a)	Titular	PSOB	CE	P
3	3653 CARLITO MERSS	Deputado(a)	Titular	PT	SC	P
4	1428 CARLOS ABICALIL	Deputado(a)	Suplente	PT	MT	P
5	3166 CLAUDIO CAJADO	Deputado(a)	Titular	PFL	BA	P
6	3438 COLBERT MARTINS	Deputado(a)	Suplente	PPS	BA	P
7	1967 EDUARDO SCIARPA	Deputado(a)	Titular	PFL	PR	P
8	3520 EUNÍCIO OLIVEIRA	Deputado(a)	Titular	PMDB	CE	P
9	2091 FLEXA RIBEIRO	Senador(a)	Titular	PSDB	PA	P
10	1445 GERALDO RESENDE	Deputado(a)	Titular	PPS	MS	P
11	3590 GILMAR MACHADO	Deputado(a)	Titular	PT	MG	P
12	3523 MARCELO CASTRO	Deputado(a)	Titular	PMDB	PI	P
13	2057 NAZARENO FONTELES	Deputado(a)	Suplente	PT	PI	P
14	3332 RICARDO BARROS	Deputado(a)	Titular	PP	PR	P
15	1478 ROBERTO BALESTRA	Deputado(a)	Titular	PP	GO	P
16	2024 SÉRGIO ZAMBIASI	Senador(a)	Suplente	PTB	RS	P

17	1976	VIGNATTI	Deputado(a)	Titular	PT	SC	P
18	2013	ANA JÚLIA CAREPA	Senador(a)	Suplente	PT	PA	AJ
19	1640	OSVALDO REIS	Deputado(a)	Titular	PMDB	TO	AJ
20	2018	AELTON FREITAS	Senador(a)	Suplente	FL	MG	A
21	1914	ALCESTE ALMEIDA	Deputado(a)	Suplente	PPB	RR	A
22	3680	ALEX CANZIANI	Deputado(a)	Titular	PTB	RR	A
23	3113	ALEXANDRE CARDOSO	Deputado(a)	Titular	PSB	RJ	A
24	2036	ALMEIDA LIMA	Senador(a)	Suplente	PMDB	SE	A
25	2336	ALVARO DIAS	Deputado(a)	Titular	PDT	RN	A
26	1524	AMALFI GASQUES	Deputado(a)	Titular	FL	SP	A
27	2213	AMIR LANDO	Senador(a)	Suplente	PMDB	RO	A
28	3122	ANÍBAL GOMES	Deputado(a)	Suplente	PMDB	CE	A
29	3123	ANIVALDO VALE	Deputado(a)	Suplente	PSDB	PA	A
30	2337	ANTERO PAES DE BARROS	Senador(a)	Suplente	PSDB	MT	A
31	3518	ANTONIO CAMBRAIA	Deputado(a)	Suplente	PMDB	CE	A
32	1438	ANTONIO CRUZ	Deputado(a)	Suplente	PP	MS	A
33	1214	ANTONIO JOAQUIM	Deputado(a)	Suplente	PSDB	MA	A
34	2037	ARTHUR VIRGÍLIO	Senador(a)	Suplente	PSDB	AM	A
35	1619	ÁTILA LINS	Deputado(a)	Suplente	PMDB	AM	A
36	2050	AUGUSTO BOTELHO	Senador(a)	Titular	PDT	RR	A
37	3144	BENEDITO DE LIRA	Deputado(a)	Suplente	PP	AL	A
38	2074	BENJAMIN MARANHÃO	Deputado(a)	Titular	PMDB	PB	A
39	3145	BETINHO ROSADO	Deputado(a)	Suplente	PFL	RN	A
40	9014	BETO ALBUQUERQUE	Deputado(a)	Suplente	PSB	RS	A
41	3155	CARLOS MELLÉS	Deputado(a)	Titular	PFL	MG	A
42	1964	CEZAR SILVESTRI	Deputado(a)	Suplente	PFS	RR	A
43	3588	CLEUBER CARNEIRO	Deputado(a)	Suplente	PTB	MG	A
44	1126	CORONEL ALVES	Deputado(a)	Suplente	PL	AP	A
45	2069	CRISTOVAM BUARQUE	Senador(a)	Suplente	PDT	DF	A
46	1339	DANIEL ALMEIDA	Deputado(a)	Titular	PC DO B	BA	A
47	1473	DELEY	Deputado(a)	Suplente	PSC	RJ	A
48	2020	DEMÓSTENES TORRES	Senador(a)	Suplente	PFL	GO	A
49	1531	DEVANIR RIBEIRO	Deputado(a)	Titular	PT	SP	A
50	1122	DR. RODOLFO PEREIRA	Deputado(a)	Suplente	PDT	RR	A
51	1540	DURVAL ORLATO	Deputado(a)	Suplente	PT	SP	A
52	2254	EDISON LOBÃO	Senador(a)	Suplente	PFL	MA	A

	CÓD. PARLAMENTAR	NOME	TIPO PARL.	TIT/SUPL.	Partido	UF	FREQ.
114	3411	NÁRCIO RODRIGUES	Deputado(a)	Titular	PSDB	MG	A
115	9002	NATAN DONADON	Deputado(a)	Suplente	PMDB	RO	A
116	1259	NÉLIO DIAS	Deputado(a)	Suplente	PP	RN	A
117	3309	NELSON MEURER	Deputado(a)	Titular	PP	PR	A
118	3564	NELSON PELLEGRINO	Deputado(a)	Titular	PT	BA	A
119	2277	NEY SUASSUNA	Senador(a)	Suplente	PMDB	PB	A
120	1700	OLAVO CALHEIROS	Deputado(a)	Suplente	PMDB	AL	A
121	9043	ORLANDO FANTAZZINI	Deputado(a)	Suplente	PSOL	SP	A
122	1837	OSÓRIO ADRIANO	Deputado(a)	Suplente	PFL	DF	A
123	1230	OSVALDO COELHO	Deputado(a)	Suplente	PFL	PE	A
124	1168	PAES LANDIM	Deputado(a)	Suplente	PTB	PI	A
125	1293	PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO	Deputado(a)	Suplente	PSB	PE	A
126	1622	PAUDERNEY AVELINO	Deputado(a)	Titular	PFL	AM	A
127	1975	PAULO AFONSO	Deputado(a)	Suplente	PMDB	SC	A
128	3322	PAULO FEIJÓ	Deputado(a)	Suplente	PSDB	RJ	A
129	2043	PAULO OCTÁVIO	Senador(a)	Titular	PFL	DF	A
130	1986	PAULO PIMENTA	Deputado(a)	Titular	PT	RS	A
131	1297	PAULO RUBEM SANTIAGO	Deputado(a)	Titular	PT	PE	A
132	3672	PEDRO CHAVES	Deputado(a)	Titular	PMDB	GO	A
133	3511	PEDRO FERNANDES	Deputado(a)	Titular	PTB	MA	A
134	1649	PEDRO NOVAIS	Deputado(a)	Titular	PMDB	MA	A
135	1959	PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA	Deputado(a)	Titular	PSDB	GO	A
136	3328	RAIMUNDO SANTOS	Deputado(a)	Suplente	FL	PA	A
137	3627	RICARTE DE FREITAS	Deputado(a)	Suplente	PTB	MT	A
138	1830	ROBERTO GOUVEIA	Deputado(a)	Suplente	PT	SP	A
139	2317	ROBERTO SATURNINO	Senador(a)	Suplente	PT	RJ	A
140	1312	ROGÉRIO TEÓFILO	Deputado(a)	Titular	PFS	AL	A
141	2282	ROMERO JUCÁ	Senador(a)	Titular	PMDB	RR	A
142	2283	ROMEU TUMA	Senador(a)	Titular	PFL	SP	A
143	1213	RONALDO DIMAS	Deputado(a)	Titular	PSDB	TO	A
144	1961	SANDES JUNIOR	Deputado(a)	Suplente	PP	GO	A
145	3350	SANDRO MABEL	Deputado(a)	Suplente	FL	GO	A
146	2015	SÉRGIO GUERRA	Senador(a)	Titular	PSDB	PE	A
147	1942	SÉRGIO MIRANDA	Deputado(a)	Titular	PDT	MG	A
148	2022	SERYS SLHESSARENKO	Senador(a)	Titular	PT	MT	A
149	2051	SIBÁ MACHADO	Senador(a)	Titular	PT	AC	A
150	2179	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Senador(a)	Suplente	PSDB	AL	A
151	1232	TEREZINHA FERNANDES	Deputado(a)	Suplente	PT	MA	A
152	2048	VALDIR RAUPP	Senador(a)	Titular	PMDB	RO	A
153	1451	VANDER LOUBET	Deputado(a)	Suplente	PT	MS	A

154	1519	VIEIRA REIS	Deputado(a)	Suplente	PMR	RJ	A
155	3476	WALDEMIR MOKA	Deputado(a)	Suplente	PMDB	MS	A
156	1952	WALTER FELDMAN	Deputado(a)	Suplente	PSDB	SP	A
157	3456	WALTER PINHEIRO	Deputado(a)	Titular	PT	BA	A
158	1831	WELLINGTON FAGUNDES	Deputado(a)	Suplente	PL	MT	A
159	1277	WELLINGTON ROBERTO	Deputado(a)	Titular	PL	PB	A
160	2094	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Senador(a)	Titular	PMDB	MG	A
161	1283	WILSON SANTIAGO	Deputado(a)	Suplente	PMDB	PB	A
162	3389	ZÉ GERARDO	Deputado(a)	Titular	PMDB	CE	A
163	1146	ZEQUINHA MARINHO	Deputado(a)	Titular	PSC	PA	A

Representação gráfica da Reunião Termo 006/2006, realizada em 05/09/2006



Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**Quarta Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura**

TERMO DE REUNIÃO Nº 06, DE 2006

Deixou de ser realizada, em virtude da inexistência de número regimental para abertura dos trabalhos, a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às quatorze horas e trinta minutos do dia cinco de setembro de 2006, no Plenário 2, conforme disposto no *caput* do art. 39, da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, alterada pelas Resoluções nºs 01, 02 e 03 de 2003-CN e Ofício n.º 824/2004-CN. Foi registrada presença dos membros: - **Deputados titulares:** Almir Sá, Bismarck Maia, Carlito Merss, Claudio Cajado, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Marcelo Castro, Ricardo Barros, Roberto Balestra e Vignatti; **Senador titular:** Flexa Ribeiro; **Deputados Suplentes:** Carlos Abicalil, Colbert Martins e Nazareno Fonteles; **Senador Suplente:** Sérgio Zambiasi. Foi registrada a ausência dos membros: **Deputados titulares:** Alex Canziani, Alexandre Cardoso, Alvaro Dias, Amauri Gasques, Benjamin Maranhão, Carlos Melles, Daniel Almeida, Devanir Ribeiro, Francisco Dornelles, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, Herculano Anghinetti, Hermes Parcianello, Humberto Michiles, Iberê Ferreira, Jaime Martins, João Leão, Jorge Bittar, José Carlos Machado, José Chaves, José Divino, José Pimentel, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Júlio Semeghini, Leonardo Mattos, Manato, Marcello Siqueira, Márcio Reinaldo Moreira, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Osvaldo Reis, Pauderney Avelino, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Sérgio Miranda, Walter Pinheiro, Wellington Roberto, Zé Gerardo e Zequinha Marinho ; - **Senadores Titulares:** Augusto Botelho, Efraim Morais, Fernando Bezerra, Geovani Borges, Heloísa Helena, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Luiz Otavio, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Octávio, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Guerra, Serys Sihessarenko, Sibá Machado, Valdir Raupp e Wellington Salgado de Oliveira. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Congresso Nacional - Sessão Conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – A Mesa tomará as providências do encaminhamento.

Com a palavra o ilustre Senador Marco Maciel – um exemplo para todos –, do PFL de Pernambuco.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos, Senador.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Wellington Salgado, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna, no final desta sessão, é um evento ocorrido hoje, pela manhã, no Rio de Janeiro, na Marina da Glória, de lançamento do programa do candidato do PSDB/PFL, Geraldo Alckmin, que tem como companheiro de chapa a Vice-Presidente da República o nosso Senador José Jorge, de Pernambuco.

Devo, inicialmente, dizer que foi uma cerimônia extremamente concorrida. Lá estavam não somente o Presidente do meu partido, o ilustre Senador Jorge Bornhausen, mas também o Presidente do PSDB, o Senador Tasso Jereissati, além de outros parlamentares, entre os quais mencionaria o Senador Heráclito Fortes, presente neste plenário, bem como o ex-Senador e ex-Prefeito de São Paulo e candidato a Governador do Estado, José Serra, o Governador Aécio Neves, do Estado de Minas Gerais, o Governador Luiz Henrique, do Estado de Santa Catarina, o prefeito Cesar Maia, que, aliás, fez uma exposição antecedendo a palavra do presidente Geraldo Alckmin, e outras tantas figuras da política brasileira. Seria impossível mencionar todas, tendo em vista a grande quantidade de pessoas representativas presentes. Além de líderes políticos, compareceram líderes empresarias e sindicais, membros de instituições não governamentais, o que mostra o quão expressivo foi o evento.

O documento que o presidente Geraldo Alckmin apresentou ao País, o chamado plano de governo, é uma peça que fertiliza o debate da sucessão presidencial. Não sem razão se tem dito que o debate precisa ser enriquecido com contribuições e propostas sobre as grandes questões nacionais. E foi o que fez o candidato a presidente pela nossa coligação, Geraldo Alckmin.

Trata-se de uma proposta que não pode deixar de ser lida. Não somente pela análise que faz dos problemas nacionais, mas sobretudo pelas sugestões que oferece. Insisto, portanto, que é uma fundamental contribuição à análise dos problemas do País e de fórmulas para resolvê-los.

Não vou, obviamente, mencionar todos os pontos da proposta, porque se trata de um documento com mais de duzentas páginas.

Destacarei apenas alguns itens, lembrando que não me vou referir à parte que trata do Nordeste porque já me manifestei sobre o tema há cerca de quarenta ou cinquenta dias, da tribuna do Senado Federal. O programa para o Nordeste foi apresentado numa reunião no Recife, com a presença do candidato ao Senado Jarbas Vasconcelos, do Governador Mendonça Filho e de tantos outros políticos do Estado e da região, debatido na ocasião. Agora vou me referir a diferentes questões nacionais. E começaria mencionando, Sr. Presidente, a que diz respeito à política.

O candidato a presidente Geraldo Alckmin mencionou apropriadamente:

“Ser vitorioso, neste caso, significa nos incorporarmos ao grupo de nações que têm um claro projeto de futuro e avançam decididamente em sua direção. Acima de tudo, significa cada brasileira e cada brasileiro poder sentir na sua vida, na da sua família e na da sua comunidade que está progredindo junto com o País.

Unir o Brasil em torno de um projeto nacional de desenvolvimento que conjugue de uma vez por todas democracia com ética, estabilidade com crescimento, justiça social com boa gestão, esperança com mudança, é o sonho que inspirou minha geração. É ele que me motiva a concorrer à Presidência”.

É lógico que a primeira questão que ele trabalha é a que considero essencial: o aperfeiçoamento institucional do País, daí por que não deixou de, logo no início, mencionar a necessidade das chamadas reformas institucionais.

É indispensável que, tão logo termine o processo eleitoral e haja a diplomação dos eleitos, aproveitemos esse tempo entre a diplomação dos eleitos e o início da nova legislatura em fevereiro para definirmos os projetos de reforma institucional, porque, sem fazermos as chamadas reformas institucionais ou – se quiserem assim chamá-las – políticas, não vamos vertebrar um processo conseqüente de desenvolvimento para o País.

O Presidente Geraldo Alckmin enfatizou nesse ponto, chamando atenção para a necessidade de mudar o sistema eleitoral brasileiro, porque praticamos um sistema proporcional por listas abertas, que conduz à fulanização do voto – o eleitor brasileiro não vota em um partido, vota em pessoas –, e também mencionou a necessidade de uma reforma da legislação partidária para melhorar os níveis de fidelidade partidária, algo igualmente fundamental para o País.

Por outro lado, o Presidente Geraldo Alckmin referiu-se à necessidade de investir também na questão dos direitos humanos.

O Brasil avançou muito nesse campo, sobretudo a partir da Constituição de 1988. E não foi por outra razão que o Presidente da Constituinte, o Deputado Ulysses Guimarães, denominou a Carta Magna de “Constituição Cidadã”.

Entretanto, é bom salientar que, apesar dos avanços que temos alcançado ao longo desses 18 anos da nova Constituição, ainda há muito que fazer. Há necessidade daquilo que hoje se chama aprofundamento da democracia, “o que leva a reforçar as estruturas governamentais, que formulam, implementam e monitoram as políticas públicas de defesa e promoção dos direitos humanos com transparência, participação, pluralismo, seriedade e consequência”, conforme fez questão de citar o candidato a Presidente, Geraldo Alckmin.

Por outro lado, ele insistiu também na questão da segurança pública, que é crucial nos dias que estamos vivendo. Ele anunciou, entre muitas das suas propostas, a criação do Ministério de Segurança Pública. Isso, a meu ver, vai permitir que o País execute um projeto integrado com os Estados e Municípios, que são os demais entes federativos, no sentido de reduzir a violência, de assegurar mais paz e tranquilidade à família brasileira.

Não vou ler todas as suas propostas. Mencionei já a primeira, a criação desse Ministério de Segurança Pública, que vai atuar em estreita cooperação com o Ministério da Defesa, o Ministério da Justiça e, assim também, em articulação, como já tive oportunidade de dizer, com os Estados e Municípios.

No que diz respeito à defesa nacional, o candidato Geraldo Alckmin observou que:

“Para o Brasil, permanece válida a assertiva de que a defesa nacional deve ser pensada com sensata moderação, apoiada na construção de um eficiente poder militar moderno dissuasor, com capacidade de mobilização e de resposta eficaz a eventuais ameaças”.

E acrescentou:

“A agenda brasileira é global na economia, meio ambiente e assuntos humanitários, mas é regional no que se refere à defesa. A Amazônia, o Atlântico Sul e os corredores aéreos devem ser prioridades da defesa nacional”.

É oportuno referir que o Atlântico Sul tem a peculiaridade – em um mundo marcado por muitos conflitos, felizmente – de ser uma zona de paz, o que é muito bom para o Brasil e para as nações da região.

É lógico que, na parte de defesa nacional, o candidato a Presidente Geraldo Alckmin tece outras considerações, inclusive salientando o papel que o Brasil tem na América do Sul pelo seu peso relativo e pela responsabilidade no bom desenvolvimento das ações na área de defesa.

Com relação ao desenvolvimento, sem querer me alongar, Sr. Presidente, a grande meta do Presidente Geraldo Alckmin, acaso eleito juntamente com o Vice-Presidente José Jorge, é recuperar o tempo perdido.

O Brasil cresceu, nos últimos anos, a taxas muito reduzidas. Não foi por outra razão que se disse que, no ano de 2005, o Brasil, na América Latina, só cresceu a uma taxa maior que a do Haiti, o que não é um bom exemplo, visto tratar-se de um país que vive uma grave situação econômica e social e que agora recomeça a retomar a sua estabilidade institucional.

O candidato a Presidente Geraldo Alckmin lembrou que, “entre 1930 e 1980, o Brasil conseguiu reduzir significativamente a diferença de renda **per capita** em relação aos países desenvolvidos. Poucos países do mundo cresceram tanto como o Brasil. Crescer parecia ser o nosso destino”.

É bom lembrar que, nessa época, surgiu o livro **Brasil, País do Futuro**, de Stefan Zweig. Vivia-se, portanto, uma época de grande otimismo no País. O fato é que essas taxas elevadas de crescimento não se repetiram nos últimos anos, daí por que, diz o candidato Gerado Alckmin:

“É preciso retomar o crescimento acelerado. É perfeitamente possível resgatar taxas de crescimento da ordem de 5% a 6% sem comprometer a estabilidade doméstica. Estudo recente do Banco Mundial acerca do crescimento dos países da América Latina mostra que, com políticas econômicas adequadas, o Brasil poderá reencontrar a trajetória de crescimento do passado, de 7% ao ano”.

Para isso, o candidato Geraldo Alckmin sugere três providências: resgatar a capacidade de investir, reduzir o custo de investimento e aumentar a produtividade da economia.

Afirma o candidato que a retomada da capacidade de investir do País dependerá do ajuste das contas públicas. O Estado brasileiro, como sabemos, é grande e, em muitos casos, ineficiente. Cito o plano do Presidente Alckmin, que é apoiado pela coligação PSDB-PFL:

“Hoje (o Estado) se apropria de quase 43% de tudo o que o País produz, sendo 39% oriundos da carga tributária e 4% de outras receitas. É uma cifra muito elevada para os pa-

drões internacionais. Economias com a mesma renda **per capita** brasileira apresentam carga tributária significativamente inferior”.

Também na área de política econômica, o candidato fere uma questão que considero essencial e que tem a ver também com as chamadas reformas institucionais, que é a necessidade de fortalecer as agências reguladoras.

O País deu um passo certo quando criou as agências reguladoras, porque elas dão estabilidade ao processo econômico e são permanentes, são órgãos de Estado. Sabemos que os governos passam, mas o Estado fica. Então, é fundamental que essas agências reguladoras sejam prestigiadas. E penso que as agências reguladoras que foram implantadas – a maioria delas ao tempo do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, durante o qual fui Vice-Presidente da República – ainda estão na sua primeira etapa, na sua adolescência, mas é necessário fortalecê-las, porque, nos países onde há estabilidade econômica, as agências reguladoras cumprem um papel fundamental.

Vou citar, mais uma vez, parte do Programa do Governo Geraldo Alckimin-José Jorge, lançado hoje. Diz o documento:

“O investimento privado exige que o marco regulatório que envolve a sua atividade seja estável, seguro, permanente. Assim, é preciso desenhar instituições e regras que assegurem que os recursos produtivos se destinem diretamente aos agentes que os geraram. As agências reguladoras são um elemento central do arranjo institucional voltado para a expansão dos negócios e para a clareza das regras. Sua espinha dorsal é zelar pela formulação e fiscalização de políticas de Estado de longo prazo, equilibrando os interesses dos agentes econômicos intervenientes”.

Aí vem uma questão que decorre da necessidade de existência das agências reguladoras, que se chama segurança jurídica. Isso vale para o investidor interno e para o investidor externo.

Eu, muitas vezes, nas diferentes funções que tenho exercido, como Governador, como Presidente da Câmara, como Senador, como Vice-Presidente da República, como Ministro de Estado, sempre me depa-ro com pessoas que vêm do exterior e que perguntam quais as garantias que essas empresas terão acaso resolvam investir no Brasil. A resposta é difícil, porque, na realidade, até recentemente, não tínhamos agências reguladoras, não tínhamos regras estáveis, o que, na linguagem do “economês”, se chama de insegurança jurídica. O cidadão vem investir e teme que, de uma

hora para outra, os pressupostos que o levaram a fazer investimento no País sejam alterados, provocando a inviabilização do investimento, trazendo, portanto, dano ao crescimento do País e também à imagem do País no exterior. Daí por que resolvi, dentre os pontos do Programa de Governo do candidato Alckmin, destacar esse aspecto, porque ele tem uma interface externa muito importante.

Outro tema a que eu não gostaria de deixar de aludir – o programa é muito longo e não vou poder ferir todos os temas – é o que diz respeito à questão “educação, ciência, tecnologia e inovação”.

Recentemente, em um artigo, o novo Diretor-Geral da Unesco dizia que a educação é o bem comum da humanidade. Acho que ele tem razão. Essa frase se aplica exatamente ao País, ao Brasil. Às vezes, penso que a educação é a grande questão ainda não resolvida no País, porque ela tem a ver, em primeiro lugar, com a própria prática da democracia e, em segundo lugar, com políticas corretas de desenvolvimento. Esse mundo globalizado está mostrando que as modernas tecnologias nos levam a investir mais também em desenvolvimento científico e tecnológico.

O candidato a Presidente Geraldo Alckmin não deixou de tratar dessa questão, e a meu ver de forma muito pertinente. Disse ele:

“Outra área que requer avanços constitucionais é a da inovação tecnológica. O motor do crescimento econômico a longo prazo é o progresso tecnológico. Somente o avanço do conhecimento permite a elevação contínua da renda **per capita**. Assim, a política econômica deve ser estruturada para estimular ao máximo a geração e a incorporação de novos produtos e processos produtivos”.

Mais adiante, diz o programa:

“Absorção e desenvolvimento de conhecimento dependem essencialmente de formação de capital humano. O País precisa urgentemente melhorar seu padrão educacional em todas as esferas (infantil, básico, médio e superior). A educação constitui elemento fundamental da nova economia do conhecimento”.

Não tenho dúvida em afirmar, e penso que este é um sentimento nacional, que, na medida em que avançarmos no campo da educação, ampliaremos a nossa inserção no exterior. Aí ocorre lembrar a frase de Norberto Bobbio, que, na lucidez de seus 94 anos, disse que “o mundo vai-se dividir entre os que sabem e os que não sabem”. Ele afirmou que o mundo já se dividiu entre nações ricas e pobres, fortes e fracas, e que agora iria também se dividir entre os que sabem

e os que não sabem. E o Brasil precisa dominar essas modernas tecnologias para ter a indispensável participação que certamente terá na sociedade do século XXI.

Não tenho dúvidas de que temos tudo para realizar esse sonho possível, esse “sonho intenso” de que fala o Hino Nacional: Brasil “de um sonho intenso, um raio vívido”. Temos todas as condições de ser uma grande Nação neste século XXI. Mas, obviamente, tudo passa por investir em educação.

Gostaria de mencionar outros aspectos da política social – saúde, previdência e muitos outros pontos –, mas quero ler uma pequena parte que diz respeito à questão da pobreza. Diz o Programa de Governo de Geraldo Alckmin:

“O eixo principal do programa será o combate à miséria e à pobreza que ainda hoje predominam no Brasil. Para tanto, torna-se necessário que a população pobre do Brasil tenha oportunidades concretas de superar a exclusão, com a criação, repita-se, de oportunidades de trabalho e de geração de renda. Os programas de transferência de renda devem estar agregados à educação, à capacitação para o trabalho, à saúde, à habitação, ao fortalecimento da família e da mulher em específico, à atenção aos idosos e portadores de deficiências e a uma sólida ação com a juventude brasileira”.

O Brasil é um país jovem, que agora completou 500 anos. Comparado com países mais antigos, de tradições mais que milenares, o Brasil é um País extremamente jovem, mas também é o País dos jovens. Daí por que na pauta do Presidente não poderia faltar, como não falta, uma preocupação com a juventude.

Também S. Ex^a fere a questão do meio ambiente. O Brasil é, talvez, o País com a mais rica biodiversidade do mundo e, portanto, não pode deixar de dar uma atenção muito especial à questão ambiental.

Recorde-se que foi no Rio de Janeiro, em 1992, que se realizou a primeira grande conferência internacional sobre meio ambiente: a Eco-92. Assim como existem a Unesco para tratar da questão da educação e cultura, a Unicef para tratar da questão da infância, a FAO para tratar da questão da fome, espero que, no dia em que a ONU criar uma instituição voltada especificamente para o meio ambiente, ela seja sediada no Brasil, porque foi aqui que nasceu a primeira proposta global de desenvolvimento ambiental.

O Presidente Geraldo Alckmin, em seu Programa de Governo, página 85, diz o seguinte:

“Os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na Conferência Rio-92 têm evoluído muito lentamente e a Agenda 21 Brasileira, lançada em 2002, foi virtualmente deixada de lado pelo atual Governo. A dimensão ambiental, além de desprestigiada na agenda internacional brasileira do atual Governo, não foi ainda incorporada ao planejamento estratégico do País sequer em setores críticos – como os da energia, saneamento, agropecuária – onde é imprescindível”.

O candidato a Presidente Geraldo Alckmin se refere à questão do saneamento, como não poderia deixar de fazer, e até exulta com o fato de haver o Senado aprovado um projeto, já anteriormente apreciado na Câmara, que representa um importante marco regulatório no setor de saneamento no Brasil. O projeto, no Senado, levou o número 19/2006, lei fundamental para a atração de investimentos que, certamente, são extremamente necessários para a questão do saneamento.

Sr. Presidente, feitas essas considerações, gostaria também de dizer ao Senado Federal que o documento que o Presidente Geraldo Alckmin trouxe a debate deve ser motivo de reflexão por parte da sociedade brasileira. Nunca é desnecessário lembrar que não votamos em pessoas, mas em programas. Esse deve ser o grande papel que deve cumprir um partido político, uma instituição que vocaliza – não diria uma ideologia, mas certamente um ideário, um programa para uma nação.

Certa feita, De Gasperi, um dos grandes líderes da unidade italiana, disse que um verdadeiro democrata não tem necessariamente ideologia, mas idéias. Então, o que o Presidente Alckmin traz a debate no País é um conjunto doutrinário, uma proposta de Brasil, com idéias adequadas aos tempos que estamos vivendo, tempos de integração, de mundialização, de aceleração do processo histórico, de simultaneidade do não-contemporâneo. Esses tempos exigem, portanto, que um candidato a Presidente da República deva oferecer uma proposta como ele o fez.

Acho que a sociedade brasileira, no momento em que nos preparamos para o voto no dia 1º de outubro, muito ganhará se puder refletir um pouco sobre seu programa, porque ele traz contribuições indispensáveis para que possamos construir não somente um País democrático – já o somos, mas precisamos enraizar ainda a democracia no tecido social brasileiro –, mas também um País que seja, além de democrático, desenvolvido e, sobretudo, justo.

Essas aspirações são possíveis, porque o Brasil tem tudo para assegurar a seus filhos condições de ser

uma grande nação, que possa dar uma grande contribuição na esfera internacional para a construção de uma civilização que tenha na paz e na solidariedade os seus grandes objetivos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais uma vez, quero registrar a importância da TV Senado para a manutenção do regime democrático e o seu fortalecimento neste País.

Há pouco, anunciei que estaria colhendo assinaturas para a instalação de uma CPI que investigará as atividades das ONGs neste País. Evidentemente, o objetivo é separar ONGs que têm relevantes serviços prestados e que são reconhecidas das arapucas que são montadas e que estão enchendo de dinheiro atividades não republicanas, como diria o Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Recebi um telefonema de um leitor da coluna do jornalista Cláudio Humberto chamando atenção para uma ONG que vem da lua. É fantástico, Sr. Presidente! O Governo Lula corta verbas para pesquisa espacial, mas destina R\$7,5 milhões para a Sociedade Amigos de Plutão – é o nome da ONG – defender a questão já decidida pela União Astronômica Internacional sobre a nomenclatura dos planetas. São R\$7,5 milhões para discutir a nomenclatura dos planetas, Sr. Presidente!

Tenho certeza de que essa CPI está chegando em boa hora.

Agradeço a primeira sugestão que recebi e peço a todo brasileiro atento que queira zelar pelos cofres públicos e tiver informações de ONGs exóticas como essa que as mande ao Senado ou ao meu gabinete.

Espero que as investigações sobre essa ONG se limitem apenas ao planeta Terra, não sendo necessárias incursões fiscalizadoras em outras galáxias. De qualquer maneira, agradeço a colaboração ao ouvinte, que deve ficar tranqüilo, pois o objetivo e a intenção dessa CPI é separar o joio do trigo. Pelo visto, há muito joio e pouco trigo nesta história.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.002, DE 2006

Senhor Presidente,

Tendo sido designado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em substituição ao Senador Roberto Saturnino, para representar o Senado Federal, em visita à República Islâmica do Irã e ao seu Parlamento, de 7 à 13 de outubro próximo, conforme correspondência anexa, venho solicitar, nos termos do inciso II, “B”, do Artigo 40 de Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 5-10-2006 a 14-10-2006.

Sala das Sessões, de setembro de 2006. – Senador **Leonel Pavan**, PSDB/SC.

OF. Nº 175/2006 – CRE

Brasília, 19 de setembro de 2006

Assunto: Viagem ao Irã.

Senhor Presidente,

1. O Parlamento iraniano convidou os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal do Brasil para visitar aquele país, no mês de julho do corrente, conforme correspondência anexa. Entretanto, a referida viagem foi transferida para o dia 7 de outubro em comum acordo.

2. As passagens internacionais deverão ficar a cargo do Senado Federal e sua emissão já foi autorizada conforme OF. Nº 145/2006, de 12 de julho de 2006.

3. Informo ainda que, apesar de ter o maior interesse em participar da referida visita, motivos de saúde na minha família me impedem de integrar a comitiva brasileira nesta viagem. Indico, portanto, o Senador Leonel Pavan para me substituir neste evento. Segue abaixo os Senhores Senadores confirmados para a viagem:

- Senador Heráclito Fortes;
- Senador Eduardo Azeredo;
- Senador Leonel Pavan.

4. Certo de sua atenção, renovo protestos de estima e consideração. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente.

OF. Nº 145/2006 – CRE

Brasília, 12 de julho de 2006

Assunto: Viagem ao Irã.

Senhor Presidente,

1. O Parlamento iraniano convidou os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal do Brasil para visitar aquele país, no mês de julho do corrente, conforme correspondência anexa. Entretanto, a referida viagem foi transferida para período de 8 a 14 de agosto em comum acordo.

2. As passagens internacionais deverão ficar a cargo do Senado Federal, já as despesas na parte iraniana ficarão por conta do governo do Irã.

3. Diante do exposto, solicito de V. Ex^a, as providências necessárias para emissão de passagem aérea, ida e volta, para os Senhores Senadores confirmados para a viagem:

- Senador Roberto Saturnino;
- Senador Heráclito Fortes;
- Senador Eduardo Azeredo.

4. Certo de sua atenção, renovo protestos de estima e consideração. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente.

OF. Nº 149/2006 – CRE

Brasília, 25 de julho de 2006

Assunto: Adiamento de Viagem.

Senhor Presidente,

1. Venho por meio deste, informar a V. Ex^a o adiamento da viagem de parlamentares brasileiros à República Islâmica do Irã, em virtude do intenso calendário eleitoral brasileiro nos próximos meses.

2. A referida viagem estava programada para o período de 8 a 14 de agosto do corrente ano, com a presença dos seguintes Senadores:

- Senador Roberto Saturnino;
- Senador Heráclito Fortes;
- Senador Eduardo Azeredo.

3. Foi sugerido como nova data para o início da referida viagem o dia 5 (cinco) de outubro do corrente ano.

4. Certo de sua atenção, renovo protestos de estima e consideração. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente.

NPE Nº 9/06

Brasília, 26 de maio de 2006

Excelentíssimo Senador
Roberto Saturnino
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CREDN Senado Federal da República Federativa do Brasil.

Excelência,

Em prosseguimento à reunião mantida com a Vossa Excelência em 24 de maio, na qual fizemos uma abordagem quanto aos meios de dinamizar as nossas relações parlamentares e, nesse sentido, foi sugerido a visita de uma delegação parlamentar brasileira, chefiada por Vossa Excelência, composta por senadores e deputados das comissões da Casa, venho através desta convidar, em nome do parlamento iraniano, Vossa Excelência para uma viagem a República Islâmica do Irã.

Nesse sentido solicito os procedimentos necessários de me apresentar duas datas nas quais posso providenciar a agenda da viagem.

Aproveito a oportunidade de agradecer pelo acolhimento de Vossa Excelência na reunião frutífera e feliz supracitada e reiterar meus sinceros votos de mais alta estima e amizade. – **Seyed Jafar Hashemi**, Embaixador da República Islâmica do Irã.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, em virtude de a próxima sessão deliberativa ordinária estar prevista para o dia 3 de outubro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício COP/ nº 191/2006

Brasília, 14 de setembro de 2006

Ilustre Presidente,

Reporto-me aos termos do art. 130–A, V da Constituição da República, bem como às exigências da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex^a que o Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil elegeu, na sessão ordinária do dia 12 deste mês, o eminente Advogado Sérgio Alberto Frazão do Couto, inscrito na OAB/Pará sob o nº 87.090 e cujos documentos acompanham o presente, para ocupar a vaga reservada à categoria do Conselho Nacional do Ministério Público, decorrente da renúncia o mandato formulada pelo eminente Advogado Luiz Carlos Lopes Madeira, na forma do expediente cuja fotocópia remeto em anexo.

Colho o ensejo para renovar a V. Ex^a os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Roberto Antonio Busato**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – O Presidente Renan Calheiros já despachou o ofício para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – A Sr^a Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo e Marcos Guerra enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “PIB brasileiro na lanterninha”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 31 de agosto do corrente.

A matéria destaca que o IBGE divulgará o PIB do segundo trimestre deste ano, que mostrará um crescimento pífio da economia brasileira. A matéria mostra que, se a economia crescer 3,5% este ano, o País ocupará a 127.^a posição no ranking mundial.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada na íntegra como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PIB brasileiro na lanterninha

Se a economia crescer 3,5% este ano, o País ficará na 127.^a posição no ranking mundial

Nilson Brandão Junior
RIO

Mesmo que o Brasil cresça até 4,5% este ano, como acredita o governo, o País não chegará ao primeiro pelotão de países em termos de crescimento econômico. Repetirá, no máximo, colocações de anos anteriores. Levando em conta a expectativa média do mercado para o crescimento do PIB em 2006, de 3,5%, o País será o 127º colocado numa lista de 180 nações. Com uma expansão de 4% a 4,5%, o crescimento brasileiro ficará entre a 87ª e a 112ª posições.

Hoje, o IBGE divulgará o PIB do segundo trimestre, que deverá mostrar dados mais fracos que os esperados e expor as dificuldades de crescimento do

Leste Europeu e Ásia estão atraindo mais investimentos diretos que o Brasil

País. “A história se repete; o Brasil permanece, mesmo que venha a ter um desempenho de até 4,5% no ano, com um crescimento muito limitado. Fica mal colocado no ranking”, afirma o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, que preparou um levantamento comparativo com base em projeções do FMI para 2006.

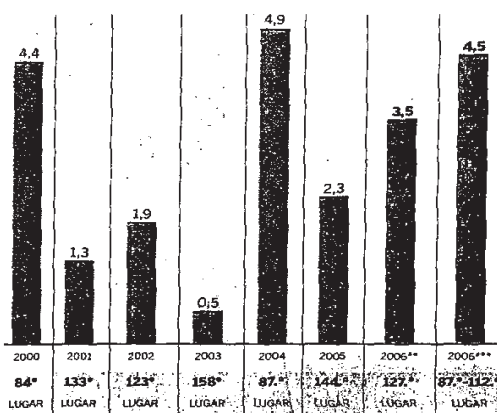
O trabalho também mostra que o crescimento de 2,3% em 2005 pôs o Brasil na 144ª posição no ranking. Nessa comparação, as melhores colocações nesta década foram em 2000, quando a economia avançou 4,4% e o País ficou na 84ª posição, e em 2004, com uma expansão do PIB de 4,9% e a 87ª colo-

CRESCIMENTO

Fora do primeiro pelotão

Desempenho

PIB brasileiro em cada ano e posição do Brasil em ranking do FMI* para 180 países
EM PORCENTAGEM



*Com base nos dados do FMI. Dados relativos a 2005 e 2006 são estimativas do Fundo

**Projeção do mercado, em pesquisa

FONTE: AUSTIN RATING

O pior desempenho relativo recente ocorreu em 2003, quando a economia cresceu só 0,5%, deixando o Brasil na 158ª posição.

Nas primeiras posições da lista de projeções do FMI para 2006 aparecem economias relativamente menores da África e Ásia, tradicionais produtores de petróleo ou com a atividade em expansão, explica o presi-

dente da Expetro, Jean-Paul Prates. Já na oitava colocação surge a China, país emergente de grande porte que deverá avançar 9,5% este ano. Atrás do Brasil no ranking fica a economia americana e algumas europeias, mais maduras.

Ao longo deste ano, as projeções do crescimento brasileiro vêm sendo gradualmente revis-

IBGE divulga hoje o PIB do segundo trimestre e resultado deve ficar abaixo do esperado

Ranking de crescimentos previstos no mundo

RANKING	PAÍSES	TAXAS
1.º	Azerbaijão	26,2
2.º	Angola	26,0
3.º	Malitânia	18,4
4.º	Burão	13,2
5.º	Sudão	13,0
6.º	Afganistão	11,7
7.º	Trinidade e Tobago	10,4
8.º	China	9,5
18.º	Vietnã	7,4
19.º	Argentina	7,3
20.º	Índia	7,3
35.º	Arábia Saudita	6,3
38.º	Nigéria	6,2
45.º	Rússia	6,0
47.º	Venezuela	6,0
56.º	Chile	5,5
60.º	Coreia	5,5
74.º	Indonésia	5,0
97.º	África do Sul	4,3
127.º	Brasil****	3,5
135.º	Estados Unidos	3,4
150.º	Japão	2,8
171.º	Alemanha	2,3
177.º	Portugal	0,8
180.º	Zimbábue	-2,7

****A previsão para o Brasil, de 3,5%, é de mercado, que coincide com a do FMI para o País. Para os demais países, foram usadas as estimativas do FMI

UFRJ abriu o ano acreditando em 4% e depois baixou para 3,5%. O coordenador do Grupo de Conjuntura do IE/UFRJ, Antonio Licha, explica que a demanda doméstica “se expandiu bastante”, mas o câmbio é o grande vilão: trava os setores exportadores e eleva as importações.

A valorização do real prejudicou o crescimento industrial

afetou a expansão do PIB. Nemo avanço da massa salarial, o recuo dos juros e a expansão do crédito, ainda que mais branda, e a política expansionista de gastos públicos estão compensando, segundo o grupo de conjuntura, os efeitos do câmbio sobre a indústria, setor de maior influência econômica. “Difícilmente o PIB vai superar 3,5% este ano”, afirma.

A Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet) também entrou o ano apostando numa expansão de 4% e agora prevê 3,5%. O economista-chefe da Sobeet, Alexander Xavier, também avalia que “não dá para chegar” na expectativa do governo, entre 4% e 4,5%, conforme disse anteriormente o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

O ministro reconheceu que houve desaceleração no segundo trimestre, mas indicou que a economia deverá se recuperar no terceiro e quarto trimestres. Numa conta simples, contudo, Licha avalia que para o PIB crescer ao redor de 4% este ano, a produção industrial teria num ritmo forte demais nos próximos dois trimestres, perto de 2,5% ante o trimestre anterior, o que não é esperado. O Ipea também reduzirá sua projeção de 3,8% para o PIB este ano.

Para Xavier, o Brasil corre cada vez mais para receber investimentos. “O Leste Europeu e a Ásia estão atraindo investimentos diretos, economias que estão se abrindo e gerando novas oportunidades de negócios” diz ele. ●

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “De ataques e quadrilha”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 22 de agosto de 2006.

O artigo, do jornalista Clóvis Rossi, ironiza a entrevista do presidente do PT, Ricardo Berzoini, que disse dedicar a possível vitória do Partido nas eleições deste ano aos “companheiros que foram atacados”, numa referência aos políticos do Partido dos Trabalhadores, que renunciaram ao mandato para não serem cassados ou que foram cassados por causa do escândalo do mensalão.

O jornalista se “solidariza” com os mensaleiros e cita como exemplo o ex-deputado e ex-presidente da Câmara Federal, João Paulo Cunha: “pede à mulher que pague a conta da TV a cabo no banco, mas ela, de maneira vil e soez, é “atacada” por um maço de R\$50 mil”. “Ninguém agüenta mais a violência neste país”.

Sr. Presidente, requiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

De ataques e quadrilha

SÃO PAULO- Faço questão de me solidarizar com o presidente do PT, Ricardo Berzoini, em sua campanha para dedicar a eventual vitória do partido aos “companheiros que foram atacados”.

De fato, os “ataques” foram inaceitáveis. Veja o caso do deputado João Paulo Cunha: pede à mulher que pague a conta da TV a cabo no banco, mas ela, de maneira vil e soez, é “atacada” por um maço de R\$ 50 mil. Ninguém mais agüenta a violência neste país.

Pior: a moça foi obrigada a levar o dinheiro para casa e entregar para o marido. Que “ataque”, hein?

A baixaria dos “ataques” revelou-se especialmente no caso daquele petista do Ceará: os “atacantes” visaram literalmente suas partes baixas, ao enfiarem a mão na cueca do cidadão para nela colocar até dólares. “Ataque” com moeda forte deve doer mais.

Se eu fosse Berzoini, pediria a demissão sumária do procurador-geral da República por ter confundido a opinião pública ao afirmar que o

PT se transformara em “quadrilha” e “organização criminosa”.

É capaz de algum desavisado, que não vê a aura de santidade em torno da cabeça de todo petista, achar que os “ataques” não foram “ataques”, mas fatos.

A confusão é tamanha que envolveu até o presidente da República, presidente de honra do PT: ele, em vez de condenar os “ataques” que seu partido sofreu, pediu desculpas, na certa supondo, como o procurador, que não houve “ataques”, mas fatos.

Ainda por cima demitiu algumas das vítimas dos “ataques”, chamando-as de “envolvidos” (Palocci, no ataque ao sigilo bancário de um caseiro; Dirceu no “ataque” chamado “mensalão”).

Faltou a Berzoini dedicar a eventual vitória igualmente a Paulo Maluf. Maluf também se queixa sempre de ser vítima de “ataques” e, afinal, é companheiro de viagem do lullo-petismo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Nem as crianças escapam”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 5 de setembro de 2006.

O artigo destaca que o presidente Lula, em campanha na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, confundiu a Presidência com um comitê eleitoral, confirmando os piores prognósticos sobre a falta de escrúpulos do atual governo. Segundo o artigo, “Em dado momento,

crianças beneficiárias de programas federais subiram ao palanque, contaram suas histórias – e pediram votos para a reeleição”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Nem as crianças escapam

No sistema de reeleição de detentores de mandatos executivos com direito de permanecerem nos cargos durante a campanha, de fato ocorrem situações em que não é visível a olho nu a distinção entre atos de governo e atos de candidatura. Nesses casos controversos por definição e dificilmente suscetíveis de serem enquadrados, mesmo nas mais rigorosas regras do jogo, apenas o compromisso pessoal do prefeito, governador ou presidente com a ética poderá servir de barreira ao aproveitamento eleitoral do cargo: quando em dúvida, o político genuinamente preocupado em manter separada a sua condição de agente público daquela de participante de competição pelo voto agirá como se não pudesse fazer o que não está claro que não possa.

Claro que se trata de um ideal a ser alcançado, e o realismo aconselha que a opinião pública se dê por satisfeita se o governante-candidato se comportar assim na metade das vezes. Nesta eleição, porém, o presidente da República, que deveria ser, por evidentes motivos, o primeiro a dar o exemplo de conduta eleitoral minimamente aceitável, é o primeiro a debochar até da aparência de integridade. Não é que Lula decida sempre a favor de seus interesses nas tais situações em que são imprecisas as fronteiras entre as atividades do chefe de Estado e as da campanha política – o que já seria uma lástima tendo em vista a sua proclamada posição contrária ao instituto da reeleição, porque daria aos já eleitos vantagens exclusivas na disputa.

O presidente vai muito além disso, confirmando os piores prognósticos sobre a falta de escrúpulos com que seria capaz de reduzir a Presidência a comitê eleitoral. Até quando é patente que certas práticas não podem ser rotuladas, em hipótese alguma, como eventos de governo, ele não hesita em se entregar a elas, pouco se lhe dando que isso configure clamorosa apropriação, para fins eleitorais, dos recursos de poder próprios da função presidencial. No sábado passado, para citar o exemplo mais recente, Lula fez comércio na Cidade de Deus, na zona oeste do Rio, celebrizada pelo filme de mesmo nome. Em dado momento, crianças beneficiárias de programas federais subiram ao palanque, contaram suas

histórias – e pediram votos para a reeleição.

Pelas primeiras informações, as crianças – do Rio, São Paulo e Belo Horizonte – teriam sido levadas a participar da manifestação pela Central Única das Favelas (Cufa). Mas um dos coordenadores da entidade, Celso Athayde, logo tratou de colocar as coisas nos devidos lugares. “Não foi a Cufa quem as trouxe, mas o secretário nacional de Juventude do governo, Beto Cury”, revelou ao repórter Marcelo Auler, deste jornal. “Nós só garantimos o espaço, como iremos garantir aos demais candidatos que aceitarem o nosso convite.” Athayde lembrou que a Cufa é apatridária e informou que receberá no próximo sábado, no mesmo local, o tucano Geraldo Alckmin. A Secretaria Nacional de Juventude está vinculada à Secretaria-Geral da Presidência, cujo titular é o ministro Luiz Dulci.

Não há por que duvidar de sua palavra. Mas, apenas para efeito de raciocínio, supondo verdadeira a versão oficial de que a iniciativa tenha partido, não do Planalto, mas da “equipe de mobilização” da campanha de Lula, ou seja, do PT, ainda assim Lula transgrediu a lei. As crianças colocadas no papel de cabos eleitorais do presidente – uma indignidade que afronta o Estatuto da Criança e do Adolescente – foram beneficiadas por programas de promoção social, como Segundo Tempo, Pro-Jovem e Pró-Índio, movidos a dinheiro público. Ou seja, a Cidade de Deus foi palco para um espetáculo em que recursos oficiais tiveram uma nova finalidade – a de ajudar a reeleição de Lula. A coligação oposicionista PSDB-PFL anunciou que entrará com ação a respeito na Justiça Eleitoral.

Dé no que der a iniciativa, ela não se compara à brutal reação do presidente do PT e coordenador da campanha de Lula, Ricardo Berzoini, às críticas dos adversários. Ele não se limitou a rejeitar a acusação de que a cena infanto-eleitoral foi um caso notório de uso da máquina. “Isso é fascismo”, disparou. “Quem pensa dessa maneira só pode ser um fascista.” Falso. Quem pensa dessa maneira rejeita a simbiose entre chefe de governo, partido e Estado – um dos traços dos regimes fascistas, imitados pelo lulismo. De todo modo, a agressão indica que, pela reeleição, Lula e os seus estão prontos para abater a golpes de borduna o que aparecer no caminho.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

PRONUNCIAMENTO

Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, CONADE – Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência, COORDE – Coordenadoria Nacional das Pessoas com deficiência, Associações de Pessoas com deficiência de todo Brasil, Movimentos sociais organizados que lutam para fazer de nosso País uma sociedade cada vez mais justa e igualitária, Centros de Vida Independente – CVI, APAES do Brasil,

Amanhã, 21 de setembro, comemoram-se, em todo o Brasil, o dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Este dia foi instituído em 1982 com a participação de várias associações, entidades de e para pessoas com deficiência.

Esta data, também dia da árvore, foi escolhida pelo significado da luta das pessoas com deficiência. Como a árvore simboliza o nascimento de um novo tempo. Tempo que floresce, brota, germina, gera vida.

Se no dia da árvore comemora-se a preservação e cuidado com o ambiente. Com o dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência comemoram-se as lutas vitoriosas que libertam as cidades dos preconceitos, da discriminação impondo a concretização dos direitos das pessoas com deficiência e a qualidade de vida em ambientes ecologicamente construídos para acolher a pessoa humana com suas diferentes necessidades.

Nesta data, refletimos sobre os novos tempos onde brotam, florescem e surgem os meios e os instrumentos indispensáveis a dignidade de vida para 24,5 milhões de pessoas com deficiência.

Portanto neste dia, venho a esta tribuna para solicitar aos senadores, que busquem garantir no orçamento da União para 2007 os recursos financeiros indispensáveis a construção da sociedade inclusiva. São recursos para financiamento da acessibilidade, indo desde a eliminação de barreiras arquitetônicas em escolas, postos de saúde, em espaços públicos em geral, transporte coletivo, incluindo os recursos financeiros para a formação e contratação de intérprete da Língua Brasileira de Sinais para os Surdos – LIBRAS, para a aplicação das múltiplas linguagens alternativas necessárias as diversas formas de comunicação das pessoas, para a formação de professores, para a distribuição de equipamentos e materiais de reabilitação e habilitação, aos recursos indispensáveis ao desenvolvimento de programas e projetos desenvolvidos pelas associações de e para pessoas com deficiência.

Neste dia temos que reforçar a necessidade de fazer nascer, em todo País cidades sem barreiras arquitetônicas e de atitudes.

Verdadeiras cidades inclusivas.

As associações de e para Pessoas com Deficiência, através do Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência, nesta data, reafirmo o nosso compromisso

com a luta das pessoas com deficiência e para apoiar as reivindicações da Primeira Conferência

Nacional das Pessoas com Deficiência. – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o resultado parcial do julgamento de um recurso impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal sinaliza a correção de uma das injustiças tributárias em que, infelizmente, nosso país é pródigo.

Reunidos em sessão plenária no final do mês passado, os ministros do STF praticamente decidiram sobre a exclusão do ICMS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, da base de cálculo da Cofins, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. Cinco dos 11 integrantes da corte suprema do País votaram pela exclusão, acompanhando o voto do relator, ministro Marco Aurélio Mello.

Trata-se de uma discussão antiga, tanto é que o recurso agora em julgamento tramita no STF há quase 10 anos. Não é tão antiga, contudo, quanto o velho hábito brasileiro de onerar qualquer atividade produtiva com uma carga de tributos que há muito já passou do insuportável.

No caso da inclusão do ICMS na base de cálculo da Cofins, o absurdo é flagrante, como assinalaram conceituados advogados tributaristas. Imposto não é receita, já que o empresário exerce apenas o papel de agente arrecadador para o governo, repassando o valor para os cofres públicos.

Em seu voto, o ministro-relator diz, com razão, que a base de cálculo da Cofins “não pode extravasar, sob o ângulo do faturamento, o valor do negócio, a parcela percebida com a operação mercantil ou similar”. Ou seja, a Cofins deve incidir sobre o faturamento, mas nunca sobre outro tributo, já que imposto não pode, em hipótese alguma, ser incluído no conceito de receita de qualquer empreendimento. O ICMS não é receita da empresa, mas receita do Estado. Logo, não há como contestar a afirmação de que ninguém “fatura” imposto...

A mesma lei complementar 70/91 que determinou esta incidência, como bem lembrou o ministro Marco Aurélio, não fez a Contribuição incidir sobre o valor devido a título de IPI, Imposto sobre Produtos Industrializados.

É lamentável, contudo, que o governo federal tenha iniciado o que jornais de circulação nacional anunciaram como uma “ofensiva junto ao Supremo Tribunal Federal” para tentar mudar a decisão parcialmente desfavorável a seus interesses no julgamento do recurso.

Técnicos do Ministério da Fazenda alegam, de acordo com o noticiário, que o governo corre o risco de perder cerca de 15 bilhões de reais por ano em arrecadação com a redução do imposto a ser pago pelas

empresas, caso se mantenha a exclusão do ICMS da base de cálculo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em várias ocasiões, nesta tribuna, tive a oportunidade de protestar contra o que chamo de perversidade tributária do Estado brasileiro. Temos impostos que incidem sobre impostos, uma cascata de incidências que compõem um regime de cálculo capaz de desafiar a compreensão do maior dos especialistas em tributação.

Não é à toa que a carga tributária suportada pelo contribuinte brasileiro atingiu, no primeiro semestre deste ano, 39,41 por cento do Produto Interno Bruto do País, de acordo com estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. Isto quer dizer que cada um dos habitantes deste país pagou 2.132 reais e 52 centavos em impostos nos primeiros seis meses de 2006, e até o final do ano pagará cerca de 4.302 reais. Serão 392 reais e 54 centavos a mais, em relação ao ano passado. São 90 milhões de reais arrecadados a cada hora do dia, o dobro de quatro anos atrás.

O mesmo estudo mostra que o Brasil já promoveu 12 reformas tributárias desde 1988 e, em todas, aumentou impostos já existentes ou criou novos. O resultado está aí, bem à vista de todos: os brasileiros destinam

quase a metade do que ganham ao pagamento de tributos, enquanto o País não consegue aproveitar o bom momento da economia mundial e mantém uma taxa de crescimento medíocre, que este ano, mais uma vez, não deve ultrapassar os 3 por cento.

Não é a interferência indevida do Poder Executivo junto ao Judiciário que irá resolver o problema dos baixos índices de crescimento do País. Só há um caminho para romper as amarras que nos prendem a essa tendência: precisamos de menos impostos, de racionalidade tributária, de contenção e melhor direcionamento dos gastos públicos e de medidas que estimulem a geração de empregos e de renda.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 47 minutos.)

Ata da 155ª Sessão Não Deliberativa, em 21 de setembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Roberto Cavalcanti, Marco Maciel e Almeida Lima

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Nº 1.334/2006, de 9 de agosto último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 45, de 2006, dos Senadores Antero Paes de Barros e Ana Júlia Carepa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Cópias do Aviso supracitado foram anexadas aos **Requerimentos nºs 20, de 2006**, do Senador Antero Paes de Barros, e **802, de 2006**, da Senadora Ana Júlia Carepa.

Os requerimentos vão ao Arquivo, onde aguardarão o resultado final da auditoria do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel do Estado de Pernambuco.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Roberto Cavalcanti, meu conterrâneo que representa o Estado da Paraíba no Senado Federal, a Casa da Federação, Senhoras e Senhores Senadores, atribui-se a Campos Salles, que foi um excelente Presidente da República, uma frase paradigmática: “este País só precisa de administração”.

Campos Salles teve quase que uma obsessão no sentido de estabelecer ordem na Administração, sobre-

tudo na administração financeira, e ordem na política. Ele dizia: “Ordem na política, ordem nas finanças”.

Campos Salles foi o autor da chamada “Política dos Governadores”, como ficou conhecida a parêmia que antes aludi. É bom lembrar que a ele se deve um grande trabalho à frente da Presidência da República, porque nos primórdios republicanos não foi fácil gerir os destinos do País. A República ainda não se consolidara, suas instituições ainda eram muito jovens, muito recentes, Campos Salles, que teve Joaquim Murinho como Ministro da Fazenda, realizou uma administração notável.

Sem querer fazer incursões no campo da história, faço uma observação. Quando se diz que Rodrigues Alves foi um grande Presidente da República, penso que isso só foi possível porque, quando ele assumiu o Governo – ele, que era paulista, de Guaratinguetá, como Campos Sales, se não me engano era de Campinas –, encontrou um país em calma graças à chamada Política dos Governadores, por meio da qual se arbitravam os conflitos entre os Estados e, também um país financeiramente saneado. Aliás, como se disse que Prudente de Moraes era prudente demais, dizia-se que Campos Salles era “Campos Selos”, em decorrência, naturalmente, de sua preocupação com política tributária, com os impostos etc. – na época, adotava-se muito o selo, que ainda alcançamos nas fases mais recentes da República.

Teço essas observações sobre Campos Salles para dizer que o tema da boa administração financeira, que não pode sair da ordem do dia em nosso País. Daí explicar a frase de Campos Salles e o fato de ele haver agido para dois objetivos: a regularização do quadro financeiro e a estabilização política do País, causa e consequência um do outro, pois nenhum dos dois anda bem se não devidamente articulados.

A reforma institucional que o País exige presuppõe definir, portanto, que fins cumpre a Administração que não podem ser exercidos pela Política e que objetivos políticos não podem ser supridos pelo aparelho administrativo do Estado para que se possa atender aos requisitos essenciais de racionalidade e de eficiência.

A forma mais simples de se entender os limites das duas esferas de atividades é buscar os papéis cada uma delas deve cumprir. Numa simplificação fácil de ser entendida – assim espero –, a Política deve decidir **o que fazer**, enquanto a Administração deve responder à indagação de **como fazê-lo**. As decisões políticas, por sua vez, devem resultar de escolhas racionais entre alternativas viáveis.

Separar as funções políticas das funções administrativas do Estado impõe, desde logo, fixar limites claros e definidos entre os papéis que cabem aos representantes políticos da soberania nacional, no caso os Parlamentares, o Presidente da República, os Governadores, os Prefeitos e os que devem ser desempenhados pelos agentes administrativos do Estado. A aceitação desses limites, Sr. Presidente, é que permite aos Governos distinguir as funções políticas que devem cumprir, sancionando, vetando ou deixando de exercer qualquer das duas prerrogativas das atribuições administrativas que lhes são delegadas. Sem o estrito cumprimento dessa distinção que corresponde à aplicação prática do princípio filosófico da separação não só dos Poderes, mas também das funções do Estado, perdem sentido preceitos usuais das declarações de direitos, como o de que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.

Lembrando Max Weber, que produziu tantos ensinamentos nesse campo – aliás, sua obra só muito recentemente veio a ser melhor conhecida no País; seus livros foram traduzidos tardiamente –, não se pode deixar de reconhecer que ele deu uma grande contribuição ao estudo de diferentes temas, desde temas filosóficos e políticos até temas ligados à administração, especificamente com relação à burocracia. Max Weber – volto a repetir seu nome – dizia “ser preciso, que a burocracia seja o suporte legítimo da dominação legal. Quanto mais explícitos forem os limites que separam a esfera de competências da política da esfera de atribuições dos agentes de administração, maior deve ser a racionalidade a cargo das diversas esferas de poder.

Nesse sentido, a reforma institucional da federação, também chamada de reformas políticas, só poderá ser considerada adequada ao equilíbrio exigido entre os poderes locais, regionais e nacional, se as competências concorrentes forem, efetiva, nítida e explicitamente repartidas.

O Princípio da Subsidiariedade, que, aliás, é um excelente princípio de administração pública e talvez privada, foi formulado por Pio XI, integra a chamada doutrina social da Igreja e está sendo transplantado para o território da política e da administração.

Esse princípio é, na minha opinião, o primeiro fundamento da repartição de competências e atribuições definidas no pacto constitucional. Tudo o que pode ser feito pelo poder local não deve ser objeto das competências do poder estadual e tudo o que pode ser executado pelo poder regional não deverá ficar a cargo do Poder Central.

Traduzindo, significa dizer: naquilo que uma instância menor, por exemplo, uma família, que é a célula primeira de uma organização social, pode resolver não deve o setor público interferir. Aquilo que um sindicato pode resolver não deve deixar para uma instituição maior. Aquilo que uma Prefeitura pode resolver por que delegar ao Estado? E assim sucessivamente. Enfim, quanto mais se descentraliza, que é a essência da própria noção de federação, o Governo fica mais próximo do cidadão. Daí por que falar em República, em Federação, é falar em cidadania na sua plena acepção do termo. Dessa forma, cada vez mais, torna-se necessário conhecer e praticar o chamado Princípio da Subsidiariedade, que pode ajudar – e muito – a, descentralizando, conseguir fazer com que os problemas sejam mais agilmente resolvidos.

Sr. Presidente, nobre Senador Roberto Cavalcanti, o território da política requer mecanismos nítidos e objetivos que evitem incompatibilidades entre os interesses privados dos representantes da soberania nacional e as decisões públicas de que devam participar. De igual maneira, na esfera administrativa, devem ser precisos os instrumentos de controle de sua eficiência e de aferição da impessoalidade das decisões que lhe são atribuídas. Isso implica a necessidade de organização hierarquizada e mecanismos que ensejem à sociedade responsabilizar seus agentes pelos abusos e excessos que cometerem.

Por essas razões, a profissionalização das carreiras administrativas calcadas no mérito e na competência não pode deixar de ser a regra geral; e o provimento dos cargos que a lei declarar sujeitos à confiança pessoal, a exceção.

Sr. Presidente, antes de concluir as observações e minhas singelas reflexões sobre a questão política X administração que ainda constitui um desafio da política, gostaria de salientar que, com a observância de tais princípios, a atividade política servirá aos interesses de toda a sociedade; e a atividade administrativa, às exigências legítimas que a lei garante a cada cidadão.

D. Pedro II – que, aliás, ao contrário do que se diz, foi, na minha opinião, um diligente e operoso Imperador do País – soube dar bom rumo à época em que esteve à testa dos destinos da Nação. Também buscou preparar sua filha para gerir os destinos do País. É lógico

que tal não aconteceu porque a Monarquia caiu antes que ela viesse a sucedê-lo. Mas, ao preparar a sua filha, ele escrevia cartas que, de alguma forma, serviam de roteiro para a sua conduta. Numa delas, não vou ler o texto no todo, ele dizia à Princesa Isabel: “A política, principalmente entre nós, é volúvel e dessa volubilidade se ressentem tudo aquilo sobre o que ela influi”.

Com isso, D. Pedro II quis dizer – o que é verdade – que o fato político é muito dinâmico que se altera como a nuvem, como disse, certa feita, Magalhães Pinto. Por isso, é necessário tentar definir limites muito claros entre aquilo que é naturalmente objeto da política – **o que fazer** – daquilo que é objeto da administração – **como fazê-lo**.

Nada, contudo, pode estar acima do conceito clássico de que a separação efetiva da política e da administração é tão relevante para a democracia quanto o princípio da separação espacial e funcional dos poderes do Estado.

Sr. Presidente, é fundamental ter também um bom arsenal legislativo, ou melhor, um bom arsenal legal, porque, na medida que se tem regras claras – daí por que cobro sempre as reformas políticas – e estáveis, se tem maior segurança jurídica; e isso também concorre para que o País possa-se desenvolver de forma orgânica e integrada.

Na hora em que dotarmos o País de uma boa solidez institucional, isso vai concorrer para que a prática da política melhore em nosso País, e, concomitantemente, também poderemos dizer que a administração estaria melhor cumprindo o seu papel.

Roberto Bobbio, em uma palestra que pronunciou no ano 2000, intitulada “A democracia em questão”, transcrita inclusive no **Jornal da Tarde**, do Grupo Estado de São Paulo, disse: “Nos últimos anos, os termos-chave da teoria de governo mudaram outra vez. Não se fala de bom governo e mau governo, tampouco de Governo máximo e de governo mínimo, mas de governabilidade e ingovernabilidade”. Essa é a questão crucial com que nos defrontamos neste instante, ou seja, fazer uma reforma política e uma reforma institucional que melhorem a nossa governabilidade.

É fundamental para que tenhamos aquilo que José Celso de Macedo Soares apregoou: “A boa legislação, que é obra da sabedoria, pode muito. Mas o que pode tudo é a boa administração”.

Aproveito a ocasião para mais uma vez insistir sobre a necessidade de dar ao País uma contribuição no sentido de melhorar a governabilidade; o momento de eleição é o momento dessa reflexão.

Ontem, tive a ocasião de participar de uma cerimônia, que reputei muito importante, durante a qual o candidato à Presidência da República, da coligação

PSDB-PFL, Geraldo Alckmin, apresentou o seu programa de governo. Considero que o lançamento do programa de governo é duplamente importante, porque, de um lado, permite fazer com que a sociedade reflita sobre o Brasil e seu futuro e, de outra parte, para que o eleitor se conscientize da escolha que tem a fazer. Votar é talvez o mais importante direito da cidadania. Numa sociedade democrática, é por meio do voto – direito e dever no Brasil, posto que o alistamento é obrigatório –, que o cidadão constitui os governos.

O Presidente Geraldo Alckmin, entre os pontos citados no seu programa – trata desde as questões de política externa até a política interna, analisando as diferentes atividades que a União enquanto governo central deve cumprir, não deixou de incluir as chamadas reformas políticas, que devem ser, talvez, a preocupação maior do Congresso que se instalará no dia 1º de fevereiro de 2007. Parece ser um período muito longo, mas não é. Estamos a quatro meses do dia 1º de fevereiro.

E como é possível que até o dia 15 de dezembro todos eleitos já estejam devidamente diplomados, porque a Justiça Eleitoral brasileira tem cumprido o calendário por ela mesma elaborado, penso que devemos aproveitar o período entre 15 de dezembro e 1º de fevereiro para definir as reformas políticas ou, como prefiro denominar, reformas institucionais. Mas, além disso, tratar de outros temas agudos no País de nossos dias: melhorar a qualidade da política, assegurar que o Brasil cresça a taxas mais altas, cortando despesas, aumentando a capacidade de investir, atraindo capitais estrangeiros, melhorar a distribuição de renda no País, de forma que o progresso econômico seja sinônimo também de bem-estar social. Infelizmente, o Brasil ainda convive com desníveis sociais muito agudos, não apenas desníveis interpessoais, mas também interespaçiais.

Nobre Senador Roberto Cavalcanti, nordestino como eu, sabemos que, entre os desníveis interespaçiais, um dos mais visíveis é entre o Nordeste e o Sul/Sudeste do País. Em uma Nação que quer e se mantém coesa, graças a Deus, não podemos continuar a ignorar esse tipo de desafio, assim como também não podemos deixar de buscar mecanismos para reduzir as desigualdades sociais entre pessoas – interpessoais. Esses desafios estão, mais ou menos, acoplados, só podem ser tratados de forma racional.

Por outro lado, iniciamos mais do que um novo século: um novo milênio. Aliás, poucas gerações conseguem participar ou viver a virada de um século e pouquíssimas, a virada de um milênio. A nossa geração teve a ventura de viver, simultaneamente, a passagem de um século e, mais do que isso, a de um milênio.

Essas datas referenciais se prestam a uma reflexão sobre o passado e, sobretudo, sobre como podemos construir o futuro, dentro da idéia que Gilberto Freyre defendia de que o tempo é **tribio**, ou seja, há uma interposição entre passado, presente e futuro e, portanto, não podemos deixar de, ao projetar o futuro, pensar um pouco do que o País foi no passado e tirar lições daquilo que foram os nossos erros no passado e daquilo que pode, obviamente, ajudar a construir o futuro.

Esses tempos que começaram com o novo século, com o novo milênio também foram os tempos em que o Brasil completou 500 anos de existência. Portanto, talvez, esteja chegando a hora de o Brasil ter uma presença maior na sociedade internacional dos nossos dias.

Não penso apenas na América do Sul, que foi uma grande prioridade para o Rio Branco, sobretudo o Prata, daí por que a primeira tentativa de articulação regional que o Brasil empreendeu foi exatamente o Mercosul, que, aliás, não caminhou bem nos últimos três anos infelizmente, porque na medida em que nos integramos, criamos musculatura, que nos vertebrará para uma presença maior no cenário internacional.

Assim fazendo, estaremos também criando condições para crescermos a taxas mais altas de maneira continuada, porque o País não suporta andar e parar, **stop and go**. O País tem de estar sempre avançando, ainda que não a taxas estratosféricas, pelo menos com taxas compatíveis com suas potencialidades, para dar o salto que tanto sonhamos.

Insisto na importância da proposta do candidato à Presidência Geraldo Alckmin de uma política externa que tenha os olhos fixos na questão regional, ou seja, no Mercosul e, de forma mais ampliada, na América Meridional, na América do Sul, e nos enlaces com a União Européia, que já completou 50 anos e que pode servir de modelo de integração regional. Também podemos avançar em outros tipos de articulação e, quem sabe, até na integração hemisférica, vista com certa desconfiança por muitos, mas que não pode deixar de ser explorada, que é a Alca.

Gostaria de frisar essa opinião, porque embora se tema que a presença dos Estados Unidos, por ser a maior economia do mundo, possa ter um poder monopolizador nessa integração, não devemos deixar de reconhecer que não custa dialogar e, obviamente, não custa explorar a conveniência de se trabalhar o projeto Alca.

Na medida em que nos integramos, abrimos condições de expandir exportações e importações, porque o comércio não é uma mão única – V. Ex^a, Sr. Presidente, é empresário e sabe disso. O verdadeiro comércio, robusto, continuado, conseqüente é aquele

que trabalha nas duas mãos, e o Brasil não pode deixar de analisar a Alca na sua agenda.

Sei que há muitos receios, mas não custa conversar, dialogar. Está me ocorrendo agora uma frase dita pelo Presidente Kennedy, que se aplica a assunto: “Não se pode negociar por medo, mas não se deve ter medo de negociar”.

Tenho a impressão de que o Brasil não pode deixar de enfrentar essa questão da Alca, que está um pouco esquecida, jogada no limbo, mesmo porque o Brasil é seu co-Presidente. A idéia da Alca surgiu no fim de 1994 – acho que em novembro – e possui duas Presidências: uma na América do Norte, que é a dos Estados Unidos, e uma na América do Sul, que é a do Brasil. Além disso, há uma série de instâncias que permitem esse diálogo, e não podemos deixar de explorá-lo, mesmo porque por não explorarmos esse espaço alguns países do Mercosul estão tentando acordo de comércio diretamente com os Estados Unidos, à revelia do pacto constitutivo desse Mercado.

Isso é grave por ocorrer entre os membros fundadores do Mercosul, nomeadamente o Paraguai e o Uruguai. Mas não podemos deixar de reconhecer que esses países têm suas razões, porque vêem o que o Chile fez e como foi bem-sucedido; países da América Central e do Caribe estão fazendo a mesma coisa e sendo razoavelmente bem-sucedidos.

Então, por que, **a priori**, excluir? Por que preconceituosamente eliminar essa frente de negociação? O Brasil já tem uma presença no comércio internacional e ela tem crescido. A sua participação em termos nominais ainda não é muito alta, mas é significativa. Estamos ampliando a nossa presença no campo da ciência e tecnologia, chegamos a 1,8%, 2%, caímos um pouco, mas estamos ampliando a capacidade de gerar ciência e tecnologia, de atuar na área de inovação.

O País tem um agronegócio forte e uma indústria que agrega valor, competitiva internacionalmente. Não temos problemas políticos com nenhum país, convivemos com dez Estados lindeiros, sem conflitos agudos, mesmo porque não considero que a questão da Bolívia possa ser considerada como muito grave. .

Portanto, convivemos bem com os nossos vizinhos,

Não temos problemas de relacionamento no exterior. Constituímos uma grande comunidade étnica, que vive e convive, que suporta adversidades e não perde o otimismo. Enfim, um país com essas qualidades não pode perder tempo. Precisamos avançar. E, para avançar, é necessário um plano de governo como o elaborado pelo Presidente Geraldo Alckmin, para que o Brasil realize esse seu destino de ser uma grande nação.

O País, pela sua diversidade étnica, pelo caráter do seu povo, pelas suas especificidades regionais, tem tudo para dar uma contribuição muito positiva aos valores da civilização ocidental. Estamos no extremo ocidente, os nossos vizinhos do outro lado são países africanos e, embora assimilamos seus valores de liberdade, justiça, paz, solidariedade, damos também a nossa contribuição específica em alguns campos, de solução pacífica dos problemas, da busca de nos unirmos em torno das questões mais candentes. O fato de abrigar aqui os mais diferentes povos e etnias nos leva a dizer que estamos construindo um novo tipo de civilização. Somos um ocidente, mas um ocidente com características próprias. Como disse Gonçalves Dias, “as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá.” Tem suas especificidades e características.

Daí porque reputei como muito importante o anúncio, ontem, do candidato Geraldo Alckmin do seu programa de governo. E espero que seu programa seja lido, refletido, meditado, para que, no dia 1º de outubro, o eleitor brasileiro, politizado e conseqüente, possa exercitar o seu voto certo de que fez a melhor escolha para o País.

Gostaria, portanto, Sr. Presidente, de trazer aqui uma provisão de otimismo com relação ao País. Certa feita, Tancredo disse que a história de um país é a história de suas crises. Tancredo queria dizer que a crise tem uma força docente. A crise ensina, leciona. A crise, de alguma forma, embora represente sofrimento momentâneo, ajuda-nos a tecer o futuro.

Concluo o meu pronunciamento, dizendo que sou otimista com relação ao Brasil, desde que corriamos as mazelas que estamos enfrentando – e isso é possível – e que façamos a reforma para melhorar a qualidade da política que se pratica, para termos Partidos consistentes, programáticos, zelosos com relação aos princípios éticos, e tenhamos também um sistema eleitoral capaz de propiciar pleitos que levem o eleitor a fazer a escolha adequada.

É o que constitui, talvez, a grande demanda brasileira, sem a qual nada se faz. Enfim, a governabilidade é hoje o desafio das nações que querem emergir, e podem e devem, com é o caso do Brasil, ter um lugar ao sol na sociedade do Século XXI.

Muito obrigado, nobre Senador Roberto Cavalcanti.

O Sr. Roberto Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Pois não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar sejam publicadas na íntegra as duas notas oficiais que aqui trago: a primeira é da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho, a respeito das denúncias, insinuações e ilações lançadas na imprensa ao longo de todo o dia de ontem; e também a Nota do Ministério do Trabalho e Emprego sobre o repasse de recursos para a ONG Unitrabalho, que é uma rede nacional de universidades e trabalha em parceria com universidades de renome do nosso País, como a Unicamp, a USP, a Universidade de São Carlos, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UnB, várias PUCs, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal da Bahia. Portanto é uma ONG de renome e de respeitabilidade.

Houve, inclusive, insinuação de que os recursos repassados a ela, ao longo dos últimos dias, tinham alguma conexão com o episódio da tentativa de compra de informações.

Gostaria de deixar registrado que os recursos repassados à Unitrabalho, de acordo com a imprensa, dizem respeito à parcela de um convênio de 2005, em execução, mas que, devido a algumas pendências documentais, não foram repassados à época oportuna. O recurso objeto das insinuações é da ordem de R\$3.407.065,00 (três milhões quatrocentos e sete mil e sessenta e cinco reais), que se refere à segunda parcela do convênio de 2005 e apenas ficou disponível na conta da Unitrabalho no dia 18 de setembro. Portanto, qualquer possibilidade de conexão entre aquele R\$1,7 milhão e esses recursos da Unitrabalho é materialmente impossível porque o depósito em conta só foi realizado na segunda-feira.

Sr. Presidente, peço que sejam registradas, na íntegra, as duas notas oficiais, na sessão de hoje, tanto a da Unitrabalho como a do Ministério do Trabalho, em que constam todos esses detalhamentos acerca da irresponsabilidade que, infelizmente, o clima eleitoral acaba criando, oportunidade em que algumas pessoas ficam levantando suspeitas e insinuações que não se sustentam nem mesmo na materialidade, como é o caso do repasse do recurso que só foi efetivado, só entrou na conta da ONG na última segunda-feira. Lançam suspeitas sobre uma entidade que trabalha em conjunto com as principais universidades públicas e privadas comunitárias e filantrópicas do nosso País.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTA OFICIAL

A Fundação Interuniversitária de Estudos Pesquisas sobre o Trabalho – Rede UNITRABALHO vem a público prestar os seguintes esclarecimentos à sociedade brasileira face às matérias publicadas hoje 20/09, pelo jornal *Folha de São Paulo* e pelo *Site UOL*, relativas a repasses de recursos pelo governo federal para o desenvolvimento de projetos e pesquisas desta Rede Universitária.

- 1) A UNITRABALHO é uma Rede Nacional de Universidades, fundada em 1996, que reúne atualmente 93 instituições de ensino superior, públicas e comunitárias, de todo o Brasil.
- 2) A UNITRABALHO, desde a sua fundação em 1996, recebeu recursos oriundos de convênios com o governo federal e outros organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, com o fim de desenvolver projetos de pesquisa e extensão em parceria com organizações governamentais e não governamentais.
- 3) A UNITRABALHO, ao longo de seus 10 anos de atividade, desenvolveu com êxito mais de 100 projetos financiados por organismos governamentais nacionais e por agências de cooperação internacional. São projetos nas áreas de Avaliação de Políticas Públicas, Educação e Trabalho, Saúde do Trabalhador e Economia Solidária que contribuem para a geração de trabalho e renda e melhoram as condições de vida de milhares de trabalhadores. Todos estes projetos tiveram suas prestações de contas auditadas e aprovadas pelos financiadores e órgãos de controle.
- 4) A UNITRABALHO executa seus projetos por meio de convênios com as universidades a ela agregadas, envolvendo professores e estudantes dessas universidades, possibilitando as indispensáveis atividades de pesquisa e extensão acadêmicas a um grande número de pesquisadores brasileiros.
- 5) A UNITRABALHO é uma instituição acadêmica, não vinculada a quaisquer partidos políticos e se pauta pela ética e transparência em suas ações.
- 6) O prof. Jorge Lorenzetti, docente da Universidade Federal de Santa Catarina, atualmente licenciado, participou em conjunto com outros professores, pesquisadores e reitores de universidades brasileiras da constituição da Rede UNITRABALHO, fundada em 16 julho de 1996, e foi dirigente da instituição até 13/10/1996.
- 7) Após esse período, o prof. Jorge Lorenzetti exerceu a coordenação de relações internacionais da Rede, não atuando como representante da UNITRABALHO, junto órgãos do governo federal. Desde o mês de março de 2005, o referido professor desligou-se de suas funções e não possui mais vínculos com a nossa instituição.
- 8) Sendo assim, a UNITRABALHO repudia veementemente quaisquer tipo de insinuações de favorecimento ou uso indevido de recursos públicos e coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Prof. Dr. Nazem Nascimento
Diretor Executivo

Nota à Imprensa

Sobre a celebração de convênios entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a rede Unitrabalho, temos a esclarecer:

1. A Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - Unitrabalho é uma rede nacional que agrega, atualmente, 93 universidades e instituições de ensino superior (IES) de todo o Brasil, formada por instituições públicas (federais e estaduais) e privadas. A rede vinha atuando, mediante convênios com o MTE e os estados, na área de avaliação externa dos programas de qualificação profissional desde o ano de 1996.
2. Em 96, quando foi criado o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR), o MTE fez convênio diretamente com a Unitrabalho, sem a intermediação dos estados. O valor do convênio foi de R\$ 245.000,00.
3. A partir de 97, no entanto, o MTE passou a repassar os recursos para esta finalidade para os estados, que, por sua vez, celebravam contratos com as entidades de sua escolha.
4. Em abril de 2000, o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão 279/2000 –TCU – Plenário, recomendou à Secretaria de Políticas Públicas do MTE que estudasse a viabilidade de “contratar o acompanhamento e a avaliação externa dos programas de qualificação sem a participação dos estados, visando proporcionar maior independência ao responsável (MTE) pelo acompanhamento/avaliação”.
5. Contrariando recomendação do TCU, de 2000 a 2002 a avaliação externa do PLANFOR continuou sob a responsabilidade dos estados. Neste período, alguns estados continuaram contratando a Rede Unitrabalho. O valor total dos custos da avaliação, e o realizado pela Rede Unitrabalho no PLANFOR para os estados que a contrataram, estão na tabela abaixo:

Ano	Valor total – avaliação externa	Valor Rede Unitrabalho (Fundação + IES)
2000	R\$ 8.370.067,82	R\$ 2.941.063,74
2001	R\$ 10.853.396,71	R\$ 3.404.562,33
2002	R\$ 1.585.179,23	R\$ 669.524,21

Obs: IES – Instituição de Ensino Superior

6. Em atendimento às determinações do TCU relativas à centralização da avaliação externa, o MTE celebrou convênio direto com a Unitrabalho, em 2003, 2004 e 2005, utilizando-se do disposto na Instrução Normativa 001/97 STN (Secretaria do Tesouro

Nacional), que disciplina a celebração de contratos e convênios no âmbito da administração federal.

7. Os critérios para a escolha da entidade foram:

a) experiência - realização da avaliação externa durante o período de vigência do PLANFOR (1996-2002). Os participantes da avaliação externa são equipes especializadas, coordenadas por professores universitários, a maioria com mestrado e doutorado, caracterizando notório saber;

b) abrangência - está organizada nos 27 estados e em diversos municípios-pólo;

c) Economicidade (redução de custos) - além da avaliação externa e o cumprimento da recomendação do TCU, o plano de trabalho do convênio engloba, como previsto na Resolução 333, de julho/2003, do Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador), elaboração do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (SPMA), Estudos Prospectivos, Capacitação de Gestores Públicos e Conselheiros de Comissões Estaduais de Emprego, e Elaboração dos parâmetros para a elaboração da Classificação Nacional de Cursos.

d) institucional - caráter público das universidades que compõem a rede com experiência de avaliação externa.

8. A tabela abaixo demonstra o valor utilizado na avaliação externa realizada, em todo o país, no período 2003-2006. Observe-se que o valor do Convênio 2004 refere-se à avaliação externa de 2004 e 2005.

Ano	Valor do Convênio – concedente	Produtos
2003	2.522.163,57	SPMA Avaliação Externa 2003 Estudos qualificação Classificação Nacional de Cursos (análise do Planfor)
2004	4.607.375,00	SPMA Avaliação Externa 2004 Avaliação Externa 2005 Estudos qualificação Classificação Nacional de Cursos (subsídios para elaboração))
2005	6.809.469,16	Avaliação externa 2006 Estudos qualificação Classificação Nacional de Cursos (repertório nacional de qualificações)

		R\$ 3.407.065,09
		Formação de Conselheiros R\$ 1.300.004,07*
		Curso de especialização de gestores para o sistema público de emprego e renda. R\$ 2.102.400,00*

Obs.: Em 2005, além da avaliação externa, estudos de qualificação, classificação nacional de cursos, a Unitrabalho também está formando 400 conselheiros em todo o País e 130 gestores públicos federais, estaduais e municipais – com curso de especialização de nível superior, que estão sendo realizados em 2006.

* Novas rubricas contidas no convênio.

9. Os convênios com a Unitrabalho foram supervisionados pelo MTE e suas prestações de contas seguiram o trâmite normal.

10. Durante a análise da prestação de contas do Convênio 2004 (vigência de 12/2004 até 04/2006), no valor global de R\$ 4.607.375,00, o MTE e a CGU (Controladoria Geral da União) encontraram pendências documentais. Diante disso, o MTE não repassou recursos, referentes à segunda parcela de 2005, equivalente a R\$ 3.404.734,58, até a solução das pendências. As pendências documentais foram solucionadas em 12/09/2006.

11. A legislação não impede o repasse de recursos em caso de pendências documentais. Mesmo assim, o MTE não repassou novos recursos do convênio em execução até a solução do problema. No dia 14/09/2006, o MTE repassou, então, a quantia de R\$ 3.407.065,09 referente a segunda parcela do Convênio 2005, que ficou disponível na conta corrente da Unitrabalho *apenas no dia 18/09 - não foi feito 200 reais -*

12. O Convênio 2005, cuja vigência é de 12/2005 a 12/2006, está sendo executado com o devido acompanhamento do MTE.

13. Para finalizar, é importante esclarecer que o MTE, controla o movimento da conta bancária única onde são depositados os recursos liberados para todos os convênios firmados, não tendo havido nesse período nenhuma movimentação diferente das condições estabelecidas no plano de trabalho acordado entre as partes. Essas contas estão sujeitas à verificação periódica por parte do MTE e dos órgãos de controle externo (CGU e TCU).

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)
– V. Ex^a será atendida de acordo com as normas regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)
– Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Roberto Cavalcanti, representante da Paraíba no Senado Federal.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é com profunda honra que ocupo a tribuna desta Casa hoje presidida pelo Senador Marco Maciel, ilustre representante do Estado em que nasci e cuja trajetória política e de vida é fantástica.

Hoje, pela manhã, concedi uma entrevista em que expunha o meu perfil pessoal a um repórter que coletava esse tipo de informação nos gabinetes. Em meio às perguntas, chegou o momento em que eu tinha de confidenciar quem seria o meu ídolo ou um exemplo político para mim nesta Casa. E, com muito orgulho, como pernambucano, eu disse que a pessoa que para mim era uma referência – o que confidencio a V. Ex^a, a esta Casa e ao Brasil neste momento – era o Senador Marco Maciel, pela sua trajetória fantástica. Eu disse que ele foi tudo o que se pode ser politicamente no Brasil: Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador por mais de uma legislatura, Vice-Presidente e Presidente deste País – exerceu a Presidência por diversas vezes. É um Senador de conduta imaculada, intocável e irrepreensível; exemplo de homem público.

Portanto, como pernambucano e como Parlamentar, eu não gostaria de iniciar este pequeno pronunciamento sem que antes fizesse essa referência, que, na verdade, nada mais é do que o reconhecimento público de um homem da envergadura e da trajetória política de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)
– Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Roberto Cavalcanti. Atribuo as generosas menções a meu nome à amizade que nos liga desde os tempos universitários.

V. Ex^a tem a palavra para proferir o seu discurso.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Hoje, trago um tema ou alguns temas que são mais específicos da área econômica.

Foi lançado, há 12 dias, um pacote econômico do Governo no qual me acostei. Assisti à nobre Senadora Ideli Salvatti lançá-lo nesta Casa. Refiro-me ao pacote de habitação. Tendo em vista o seu foco, o seu direcio-

namento, todos os brasileiros devem torcer e lutar para que ele seja implementado, e se porventura existirem algumas falhas, ele deve ser aprimorado.

Mas, a princípio, desde o meu primeiro pronunciamento nesta Casa, eu falava que construção civil, projeto habitacional, move a economia do País, move a geração de empregos. Então, creio que todos temos de nos acostar em projetos como esses.

O Senador Paulo Paim, no dia seguinte, fazia um pronunciamento acerca da sua preocupação com as aplicações do FGTS. Segundo S. Ex^a, o direcionamento do fundo deve focar exatamente, e fortemente, o setor habitacional, e não ser desvirtuado para outros setores. Também me acostei ao pronunciamento do Senador Paulo Paim e teci algumas análises a respeito daquele projeto anunciado pelo Governo.

Passados dez dias, na verdade não temos nada de concreto a respeito desse projeto habitacional. Isso tem gerado um dano à economia muito grave, porque, diferentemente de outros setores, a economia do País é movida pela emoção. A expectativa de se ter um novo projeto habitacional, novas regras habitacionais, gerou um aquecimento na esperança de todos, principalmente na dos consumidores que acreditaram que haveria uma redução de 50% no valor do IPI. Como o consumidor normal não domina as planilhas de custo do comércio, depois de ouvir pela grande imprensa um pronunciamento oficial do Governo no sentido de que haveria uma redução de 50% do IPI, ele pensa que isso vai se refletir nos custos do produto de forma muito impactante; e não percebe que a redução se dá simplesmente pela alteração de tarifa de 10% para 5% do IPI de determinados itens da construção civil.

O pior não é isso, o pior é que essa cadeia de expectativas ocorre da seguinte forma: o cliente vai ao comércio e busca aquela redução de 5% do IPI. O comerciante informa que isso não se realizou, que não aconteceu de maneira formal, que a redução não foi publicada no **Diário Oficial** e que, dessa forma, essa redução não pode ser praticada. O comerciante aciona a indústria; a indústria dá a mesma informação, que ela não pode praticar essa redução, tendo em vista que não foi publicada no **Diário Oficial**, e gera-se toda uma frustração por parte dos consumidores.

Hoje, algumas lojas, algumas casas comerciais estão sendo forçadas a dar esse desconto a seus clientes, ou para não perder a venda, ou para não gerar nele uma frustração. O mercado, na verdade, encontra-se paralisado, especificamente os setores

que foram informados de que haveria essa redução de impostos. Mas até agora a resolução não foi publicada no **Diário Oficial**.

Esta observação vem no sentido de que se faça a complementação, de que se seja implementada a medida, que é positiva.

O mesmo ocorre no tocante ao anúncio do pacote de incentivos fiscais à habitação, de incentivos de uma forma geral, em que foi gerada uma expectativa de que haveria uma substituição na forma dos financiamentos, na maneira como seriam corrigidas as parcelas de financiamento. Não mais seriam corrigidas por meio da TR e sim por uma forma fixa: o adquirente da casa própria teria a expectativa de, ao longo de dez, vinte, trinta anos, período referente ao financiamento, ter o seu financiamento com uma parcela fixa, o que permitiria, inclusive, mais comodidade ao tomador do recurso, sabendo que esse valor seria fixo. Haveria, principalmente no Brasil, grande motivação, em razão dos diversos planos econômicos que houve neste País e que atemorizam o consumidor, o endividado, do quanto, no final, será o valor do seu financiamento.

Dessa forma, o pacote econômico que o Governo anunciou trouxe essa expectativa extremamente positiva. Porém, até hoje o Conselho Monetário Nacional não regulamentou essa modalidade de financiamento. O Conselho necessita dar urgência a esse procedimento para que o Brasil possa voltar a trabalhar e a operar normalmente o setor habitacional. Este setor, da mesma forma que ocorre com as lojas comerciais, também está paralisado em face dessa expectativa. Quem está para adquirir casa própria diz ao financiador: “Quero comprar da forma a que assisti no Jornal Nacional”. O agente financeiro, por sua vez, diz: “Também vi isso, mas não posso operar ainda dessa forma por falta de regulamentação”.

Então, o apelo vem no sentido de que se seja regulamentada essa redução no Conselho Monetário Nacional, no tocante a essa nova linha de financiamento, e que o **Diário Oficial** publique a decisão, a fim de que a cadeia como um todo – indústria, comércio e consumidor – seja beneficiada pelas reduções do ICMS.

Era o tema que eu queria abordar.

Solicito ao Sr. Presidente permissão para ler rapidamente alguns tópicos atinentes a um artigo publicado hoje, no **Gazeta Mercantil**, jornal de grande expressão brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima. PMDB – SE) – Nobre Senador, fique à vontade para fazer uso do tempo necessário ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – O artigo a que refiro foi escrito pelo Presidente da Abiplast – Associação Brasileira da Indústria do Plástico –, Sr. Merheg Cachum, que faz uma abordagem extremamente precisa da realidade do Refis, concluindo que ele não gera sonegação. Nele, o Presidente da Abiplast diz que o sonegador não busca o Refis, porque, na sua essência, ele não tem, formal ou contabilmente, impostos a pagar. Quem busca o Refis são empresas que passaram por dificuldades e que, momentaneamente, tornaram-se inadimplentes, guardando um estoque de passivo que, na sua operação normal, não conseguem liquidar. Por esse motivo, buscam instrumentos de parcelamento de maior prazo, com alguns descontos que viabilizem o pagamento. Assim, tornam-se empresas vivas, ativas, produtivas, pagadoras e geradoras de impostos, diferentemente do sonegador em si.

O Refis não beneficia sonegador, mas empresas que estão inadimplentes e têm, nas suas contabilidades, registrados esses passivos.

Um outro ponto interessante que reforça a argumentação do Presidente da Abiplast é uma matéria publicada no jornal **Gazeta Mercantil**, no dia de hoje, sob o título: “Refis 3 faz receita bater novo recorde”.

Trata-se de um fato extremamente curioso: de um lado, há uma estrutura de parte do Governo contrária à implementação de programas de recuperação fiscal e, de outro, a constatação de que esses programas trazem para o caixa do Governo Federal recursos considerados perdidos.

A caracterização maior do valor positivo dos programas de recuperação fiscal, como o Refis 1, o Refis 2 e o Refis 3, é a constatação de que, no mês passado, a Receita Federal obteve a sua maior arrecadação, batendo um novo recorde.

Sr. Presidente, peço que seja considerado lido o artigo publicado na **Gazeta Mercantil** do dia de hoje, 21 de setembro de 2006, sob o título: “Refis não gera sonegação”, de autoria do Presidente da Abiplast, Sr. Merheg Cachum.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Refis não gera sonegação

A pesada carga tributária é fator de inadimplência

A teoria, propagada nos últimos meses na imprensa por alguns articulistas, de que os empresários que optam por programas de recuperação fiscal, do tipo Refis, são privilegiados e que esse tipo de mecanismo estimula a sonegação de tributos, parte de uma premissa equivocada: de que inadimplência configura sonegação.

Da forma como esses artigos têm sido veiculados pela mídia fica, para a opinião pública, a sensação de que os empresários que tentam colocar sua vida tributária em dia fazem parte de uma elite privilegiada que deixou de honrar suas obrigações fiscais intencionalmente e, assim, seria um sonegador, prejudicando o conjunto da Nação.

Tal análise seria válida se estivéssemos vivendo num país em que a carga tributária não tivesse seguindo uma curva acentuada e sempre crescente nos últimos quinze anos. Seria correta a acusação de sonegador, se quem participa desses programas de refinanciamento não fosse obrigado, pelas próprias regras do refinanciamento, a abrir toda sua vida tributária ao Fisco e, assim, conferir total transparência de sua contabilidade aos órgãos arrecadadores da União, dos estados e municípios.

Quem é sonegador ou tem intenção de sonegar se esconde. Nunca mostrará suas contas. Sonegador não vai pedir para entrar no Refis, pois quem sonega sabe que pratica um crime. Como o próprio ter-

mo diz, quem é sonegador oculta informações e não abre suas contas para acertá-las, aos poucos, no futuro.

Ao contrário de sonegação, inadimplência não é crime. É uma situação momentânea à qual a maioria das empresas brasileiras está sujeita. Dada essa carga tributária monstruosa com a qual se convive há décadas, raras são as empresas que conseguem cumprir integral e em dia suas obrigações fiscais. E se elas se valem de

Quem é sonegador se esconde. Nunca mostrará suas contas, pois quem sonega sabe que a prática configura um crime

do para colocar sua vida em ordem é por necessidade absoluta de se regularizar, pois, ao contrário do que se diz, os programas não são baratos.

Em alguns casos, sobretudo no último Programa de Recuperação Fiscal, batizado pela mídia de "Refis 3", a taxa de juros instituída é baseada na Selic, fato que se tornar ainda mais grave numa conjuntura econômica onde a maior parte das empresas não consegue rentabilidade capaz de suportar uma despesa adicional.

Prova de que os programas de refinanciamento são onerosos para os empresários é que muitas empresas que aderiram

aos programas implantados pelo governo a partir de 2000 desistiram ou foram excluídas por falta de pagamento.

Temos então três fatores conspirando contra a atividade empresarial, a saber:

1) Carga tributária sempre em alta, margens de lucro esfaceladas ou em declínio e uma economia com ciclos de altas e baixas, que impede um melhor planejamento geral, inclusive o tributário.

Diante disso, classificar como regalia de uma elite empresarial a opção de refinanciar débito fiscal é brigar com a realidade de milhares de empresários. Há uma inversão de pressupostos quando se generaliza a culpa.

2) Outro fator que os críticos dos programas de recuperação se esquecem de mencionar é que, em quase todos os países do mundo, existem programas semelhantes aos implantados no Brasil.

Contra o argumento de que está havendo estímulo à sonegação em razão dos programas de refinanciamento há também o fato de que, nos últimos anos, a arrecadação tributária federal quebra recordes a cada ano que passa, mesmo com a economia crescendo pouco.

Como então pode se falar em crescimento da sonegação — ou a ameaça de sonegação — se a máquina arrecadadora está cada vez mais eficiente?

* Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast)

Durante o discurso do Sr. Roberto Cavalcanti, o Sr. Marco Maciel, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima. PMDB – SE) – Nobre Senador Roberto Cavalcanti, V. Ex^a será atendido, na forma regimental, quanto à publicação do documento a que se referiu.

Aproveito a oportunidade e convido V. Ex^a para assumir a Presidência, neste instante, diante da necessidade que tenho de fazer um pronunciamento a seguir.

O Sr. Almeida Lima, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, representante do Estado de Sergipe.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, povo brasileiro, na tarde de hoje, pretendo fazer algumas considerações acerca de uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, salvo engano no último dia 6 de setembro.

O Supremo Tribunal Federal liberou a divulgação de pesquisas eleitorais por meio de comunicação ampla na imprensa ao declarar procedentes, em parte, as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 3.741, 3.742 e 3.743, propostas por três partidos políticos contra todo o texto da chamada minirreforma eleitoral – Lei nº 11.300, de 2006 –, aprovada pelo Congresso Nacional no início do ano. Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal manteve a lei, declarando a inconstitucionalidade apenas do art. 35-A, parte que fazia restrições para a divulgação, pelos meios de comunicação, de pesquisas eleitorais. Agora, com a revogação do dispositivo, não há mais restrições para a divulgação das pesquisas.

De logo, tenho a dizer que considero, sob o ponto de vista jurídico, que a decisão do Supremo Tribunal Federal é um grande equívoco, pelo fato de ter considerado inconstitucional a norma que previa a proibição de publicação de pesquisas 15 dias antes das eleições.

Constam da decisão e do voto do Ministro Relator vários argumentos. Para mim, todos os argumentos levantados com fundamento na Constituição seriam válidos se não houvesse nela o princípio maior estabelecido no art. 1º, que declara que o Brasil, como República Federativa, constitui-se em Estado democrático e de direito, e contém, em seu parágrafo único,

a célebre expressão, comum aos estatutos democráticos, de que o poder emana do povo, de forma direta ou indireta.

Portanto, quando S. Ex^a, o Ministro Relator, em seu voto, fala da liberdade de expressão, das garantias e dos direitos individuais do cidadão, do direito à informação, embora fundamentado na Constituição, é preciso dizer que se trata de uma interpretação eivada de um enorme equívoco. São normas constitucionais e até posso dizer que algumas delas se constituem em princípios – o princípio da liberdade de imprensa, de comunicação, o princípio do direito à informação –, mas esses direitos não foram tolhidos. O que se busca com a pesquisa são informações. A pesquisa não foi proibida, mas a sua divulgação sim. Portanto, separemos em duas partes. Não há proibição quanto à pesquisa. A proibição estabelecida é em relação à divulgação, mas aí se poderia dizer, como se disse, que há a liberdade de imprensa. É verdade. Trata-se de um princípio que não podemos desconhecer. No entanto, existe, na Constituição, um princípio maior que subordina todos os outros. Tanto é verdade que a doutrina do Estado, a doutrina constitucional, não apenas a brasileira, mas a do Direito comparado à de outros países, mostra, com muita clareza, a possibilidade de constatação daquilo que chamamos de norma constitucional inconstitucional. A princípio, pode parecer uma incongruência: como a norma que está na Constituição pode ser considerada inconstitucional? Foi exatamente isso que disse e reafirmo. Há possibilidade na nossa Constituição. Temos inúmeras normas constitucionais que são consideradas inconstitucionais embora estejam no bojo da Constituição. Refiro-me exatamente a esse princípio maior. Quero sustentar os meus argumentos exatamente em cima dessa possibilidade.

O primeiro que trago é aquele estabelecido no art. 1º, que diz expressamente: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos...” E arrola os fundamentos. O parágrafo único reza que todo poder emana do povo. Ora, este é o princípio maior constitucional que rege a vida da Nação brasileira, do nosso País. Nada que está incluído na Constituição, qualquer item, qualquer norma que se apresente contrária a esse princípio deve ser considerada inconstitucional.

Este é o grande princípio a reger – e que deveria reger – toda a Constituição brasileira: quando diz que o Brasil é uma República e que esta República é federativa. Quantas e quantas normas encontramos na Constituição que negam este princípio maior que é o da federação brasileira e que poderiam e podem

ser consideradas inconstitucionais, apesar de estarem na Constituição, porque ferem de morte, negam a nossa federação? São inúmeros. O próprio Congresso Nacional, com base num dispositivo da Constituição – e o Senado especificamente, até mesmo em seu Regimento Interno –, patrocina esse tipo de inconstitucionalidade em normas constitucionais, pois, se a nossa República é federativa e a Federação pressupõe o equilíbrio dos Estados e Municípios, tanto que a representação do Senado Federal é eqüitativa, três Senadores por Estado, como a Constituição permite, então, que um projeto de lei ordinária entre o que ela especifica, cujas matérias são especificadas, possa ter tramitação terminativa em uma Comissão?

Isso é uma norma inconstitucional, e o Senado a pratica diariamente. Projetos de lei que são considerados aprovados pelo Senado não vêm ao Plenário, onde se encontra a eqüitatividade da Federação. Mas é aprovado de forma terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ou até mesmo na Comissão de Assuntos Econômicos, quando, nessas Comissões, não está a representatividade da Federação eqüitativa. Estados, numa dessas Comissões, podem ter três Senadores, enquanto que, de um outro Estado, pode não ter nenhum, de acordo com a indicação de sua Bancada. Isso é uma norma inconstitucional, porque fere de morte o princípio da Federação.

Há uma outra norma na Constituição que assegura ao Governo da União, por seus órgãos, pela Secretaria do Tesouro Nacional, bloquear receitas, transferências constitucionais para os Estados e Municípios, a exemplo do FPM e do FPE, quando estes entes federados estão em mora com a União ou com a Previdência Social. Um simples funcionário da Secretaria do Tesouro Nacional aciona o seu computador e bloqueia o repasse de receitas próprias dos Estados, como o FPE, e próprias dos Municípios, como o FPM, até que a sua situação seja resolvida junto ao Tesouro Nacional. Alguém pode dizer: “Mas isso é legítimo, ele está devendo”. Sim, concordo. E qual é o instrumento que o Estado e o Município possuem em contrapartida, num equilíbrio de direitos com esta mesma força e com este mesmo poder que a União tem contra os Estados e Municípios para fazer valer os seus direitos? Não existe. Então, esta é uma norma inconstitucional, porque fere o princípio da federação e da igualdade entre os entes federados.

Eu era prefeito de Aracaju nos idos de 1994, 1995 e 1996, e a Prefeitura não recebia seus tributos, a exemplo de IPTU, de propriedades, verdadeiros sítios, parques, dentro da cidade, da área urbana, onde se encontra, por exemplo, instalada a Embrapa. A União não pagava ao Município. E o Município não

tem esse direito correlato de bloqueio de receitas ou o direito de não pagar à União por conta de um crédito que possui.

Então, é preciso que fique muito claro: na Constituição existem normas constitucionais, que são, porém, inconstitucionais. Por que razão? Porque elas ferem princípios maiores da nossa Constituição.

A Constituição brasileira é um modelo de constituição normativa – extensa, com 250 cinquenta artigos, sem falar dos seus parágrafos, incisos e alíneas. Não é uma Constituição “principiológica”, como a americana, em que há poucos artigos e que, por esta razão, sobrevive há mais de dois séculos, há mais de 200 anos.

Mas o outro princípio que temos de defender – princípio regente, maior, que está no art. 1º da Constituição e em seu parágrafo único – é que esta República Federativa constitui-se em Estado democrático. E mais, Estado democrático que pressupõe o respeito à vontade, à opinião dos cidadãos, dos eleitores. Não há Estado democrático sem respeito à vontade do cidadão, até porque o parágrafo único do referido diz que o poder emana do povo, ou seja, que a soberania do Estado reside no povo. É a vontade popular que deve reger. Daí o princípio maior dizer, no art 1º, que, além de ser uma República Federativa, o Brasil constitui-se em Estado democrático de direito.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Concederei logo a seguir, apenas para trabalhar o raciocínio. Terei imenso prazer em ouvir V. Exª.

Então, o respeito à vontade popular é um princípio sagrado, constitucional, maior, que precisa ser obedecido sobretudo pela Corte constitucional do País, que é o Supremo Tribunal Federal, ao qual compete zelar, preservar, interpretar e executar as leis.

No entanto, essa decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, que considera inconstitucional a norma que proibia a divulgação de pesquisas eleitorais 15 dias antes da eleição, sob a alegação do direito à informação, é equivocada. Esse direito à informação não pode ferir a legitimidade da soberania popular, que é um princípio maior; não pode ser negado: qualquer um tem o direito de fazer pesquisas eleitorais e de informar-se. Aquilo a que não se dava direito é à divulgação pela imprensa. Nós sabemos de que resultam as pesquisas eleitorais: exatamente da fraude, do embuste e dos vícios, que levam a não tornar legítima a eleição, a não tornar válida, respeitada, soberana a vontade popular.

O eleitor precisa, no dia 1º de outubro, ser dirigido apenas por sua consciência e não por pesquisas

eleitorais indutoras. Como haverá eleições livres, democráticas, soberanas, legítimas, se evitadas de vícios pelo abuso de poder econômico, por um lado, e pelas pesquisas eleitorais, por outro. Não me reporto apenas às pesquisas deste pleito, mas às pesquisas de todos os pleitos eleitorais – e já mostrei da tribuna desta Casa esse fato.

E ainda há a parte da justificativa constitucional, que pode muito bem legitimar uma decisão contrária à do Supremo Tribunal Federal. Anteriormente, a proibição era para 48 horas, e o Supremo Tribunal nunca disse que era inconstitucional! Se a divulgação era inconstitucional para 48 horas, também o seria para 15 dias, assim como para três meses, conforme a emenda que apresentei na Comissão, por entender que, a partir das convenções e do pedido de registro das candidaturas, não deveria mais haver a divulgação de pesquisas eleitorais. E vou mostrar e provar por quê.

Mas, antes mesmo de entrar nessas questões mais factuais que trago para V. Ex^{as} e para o Brasil inteiro; antes mesmo de concluir essa parte da justificativa constitucional, quero conceder um aparte a V. Ex^a, nobre Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Almeida Lima, essa matéria que V. Ex^a traz à tribuna sobre a questão das pesquisas me deixou um pouco intrigado, porque, há tempos, uma prefeitura que não tinha prestado devidamente as contas relativas a uma ponte não pôde receber telecentros para que sua comunidade tivesse acesso à Internet e obtivesse informações com relação ao mundo. V. Ex^a diz que se tem de soltar a pesquisa para que todo mundo tenha acesso. Não é isso que V. Ex^a afirma? É isso que o Supremo Tribunal decidiu?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – O Supremo considerou inconstitucional a lei que proibia que, nos últimos 15 dias que antecedem a data da eleição, sejam publicadas pesquisas.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Por quê?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sob a alegação de que precisava assegurar ao cidadão o direito à informação.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Por que, então, o Governo, por causa de uma incorreção na prestação de contas da construção de uma ponte, pode bloquear o Telecentro em uma cidade, ou seja, o acesso à informação, se a comunidade tem o direito de se informar? V. Ex^a entende a questão? Foi isso que me veio à cabeça; comecei a pensar nisso durante a exposição de V. Ex^a. É totalmente contrário o que se aplica ao que se justifica em relação à pesquisa. Na prática, o argumento não é válido. O Tele-

centro, ou seja, o mesmo instrumento de informação, foi vetado, porque a prefeitura não prestou contas da construção de uma ponte cuja verba havia sido liberada. O direito é o mesmo. Qual é a essência? O direito à informação. Ele tem de valer para tudo. Faço essa consideração, porque, realmente, se o Supremo considerou inconstitucional aquela parte da lei, o mesmo tem de valer para qualquer tipo de informação. Não se pode cercear, por causa de uma ponte, o acesso de uma comunidade ao Telecentro, que vai permitir o acesso à Internet e a obtenção de informações sobre o mundo inteiro. São diferentes interpretações para um mesmo conteúdo: acesso à informação. Isso não funciona, não há lógica nisso. Cada decisão está sendo um fato isolado do contexto geral.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Nobre Senador, agradeço o aparte de V. Ex^a. Reafirmo que minha discordância não se baseia apenas em fatos da vida política nacional, relativos às pesquisas. Para mim, ela é uma questão constitucional; isso porque, na interpretação da Constituição, neste caso, embora tenha sido por unanimidade, pelo brilhante pensamento dos nobres Ministros do Supremo Tribunal Federal, há um equívoco.

Aprendi, ainda no meu curso de Direito, estudando em Carlos Maximiliano **Hermenêutica e Aplicação do Direito**, que é a interpretação do Direito, uma figura de interpretação, um modo de interpretação que ele chama de lógico-sistemático. Não podemos pegar a Constituição num único dispositivo, fazer a leitura e buscar da leitura uma interpretação gramatical isolada, sem a sua vinculação ao todo, ao estrutural, a todo o seu bojo, a todo o ordenamento jurídico, sobretudo sem a visão dos princípios maiores que a regem.

Um outro princípio que aprendemos na hermenêutica é o da hierarquia das leis, das normas, e que, acima de todas elas, está o princípio maior. Então o art. 1º da Constituição Federal é o princípio maior que rege a vida política do Estado brasileiro. Qualquer norma da Constituição que seja contrária aos princípios republicanos, aos princípios federativos, aos princípios democráticos, aos princípios da soberania – do exercício da soberania popular – é inconstitucional. E está cheio de normas inconstitucionais, normas constitucionais – já que elas estão na Constituição – inconstitucionais.

Então, não podemos, diante de uma norma que fala da liberdade de expressão, que não é o caso, mas do direito à informação... Ora, a informação está nas ruas! Ninguém impediu quem quer que seja de fazer a pesquisa. Pode muito bem pesquisar. Os partidos podem pesquisar. O que se pretendeu em nome da legitimidade, da soberania do voto, foi exatamente a sua divulgação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recorde-me – e trago aqui – que, no dia 15 de dezembro de 2005, discutíamos essa questão das pesquisas eleitorais e o Projeto do nobre Senador Jorge Bornhausen nesse sentido. Depois que se transformou na minirreforma eleitoral, vim à tribuna para falar exatamente de pesquisas eleitorais. Vou repetir agora o que eu disse naquela época, com a permissão de V. Ex^a:

A minha preocupação é a busca da legitimidade no processo eleitoral. E muitos estão preocupados na busca dessa legitimidade com a questão que envolve o País de Norte a Sul, nos dias de hoje, e que diz respeito à corrupção, ao uso do dinheiro nas campanhas eleitorais. Mas é preciso que se diga que este não é o único fator que tem levado à ilegitimidade do processo eleitoral, pois entendo que entre tantos outros nós temos um que é crucial e se trata exatamente das pesquisas eleitorais.

Ora, estamos com projetos que visam à reformulação da legislação eleitoral. Se não atentarmos para esse aspecto, estaremos passando para a opinião pública a idéia de que as nossas eleições serão legítimas, resolvida a questão do financiamento de campanha. Engano. Não teremos eleições legítimas neste País enquanto forem permitidas a realização de pesquisas eleitorais [e a sua divulgação]. Não a proibição da realização de pesquisa, mas a sua divulgação.

Eu, particularmente, considero a pesquisa um instrumento científico real e válido. No entanto, no Brasil, quase sempre, se constitui em uma fraude. A pesquisa eleitoral induz o resultado da eleição; induz o eleitor, que tem a mania de não querer votar naquele candidato que, pela pesquisa eleitoral, aparece derrotado. Isso eu disse no ano passado.

Todos sabemos que, embora seja um instrumento científico, a pesquisa é feita pelos homens que têm interesses, que, na maioria das vezes, não são interesses legítimos. A pesquisa não conscientiza o eleitor em nada. A pesquisa tem um custo caríssimo e, quando um candidato majoritário faz publicar uma pesquisa que lhe é favorável, induz o outro candidato adversário a contratar um instituto mais conhecido e mais caro ainda para poder rebater aquela informação diante do eleitorado, mostrando claramente que ali não há correção. Por outro lado, é preciso que se diga que, numa pesquisa publicada faltando 60 dias, 30 dias para uma eleição, aquele can-

didato que nela se apresenta como derrotado não terá condições de buscar recursos para financiar sua campanha, como a legislação está a orientar. E mais: qual o candidato, ou a militância de candidato, que vai continuar a ter ânimo e permanecer na campanha quando ele se apresenta diante de uma pesquisa como um derrotado? Desestimula o candidato, desestimula a militância e faz subir exatamente aquele candidato que se apresenta em condições favoráveis, buscando a definição daquele eleitor que não gosta evidentemente “de perder o voto” (entre aspas).

Sem dúvida alguma, as pesquisas em nosso País são fonte de corrupção e fraude. Devo, inclusive, trazer a V. Ex^{as} um caso conhecido em meu Estado [estou aqui lendo um pronunciamento de setembro de 2005], Sergipe, em 1994. Prestem bem atenção, senhores. Não vou falar de instituto de pesquisa pequeno; aliás, os pequenos todos gostam de criticar. Quero fazer uma crítica ao Ibope, que é um instituto grande.

O Ibope, em [setembro de] 1994, em Sergipe, fez publicar [Senador Wellington Salgado], pelo Jornal Nacional, Rede Globo de Televisão, uma pesquisa onde apontava o candidato, lá em 1994, Albano Franco ao Governo de Sergipe [...] com 44%, e Jackson Barreto, o seu opositor, na época, com 28%, basicamente 30 dias para a eleição. Quinze dias depois, o mesmo Ibope, no dia 14 de setembro, faz publicar no Jornal Nacional a notícia de que Albano Franco tinha saído de 44% para 50% e Jackson, de 28% para 31%.

Na antevéspera da eleição, no final do mês de setembro, apresentava Albano Franco com 49% e Jackson Barreto com 31%, uma diferença de 20%.

Os senhores devem saber que, quando o Jornal Nacional publica pesquisa dessa ordem, o que faz a imprensa no dia seguinte. [...]

E aí apresentei os jornais lá do nosso Estado, que veiculavam em todas as manchetes: “Ibope confirma ampla vantagem de Albano”. Vinte por cento! “Pesquisa confirma ampla vantagem de Albano”; “Albano dispara na pesquisa do Ibope”. Quarenta e oito horas antes da eleição, a imprensa divulgou o resultado da pesquisa: 51% a 30%, 20% de diferença. Outra manchete: “Ibope dá vitória a Albano no primeiro turno”.

Perguntei na época: “Os senhores sabem qual foi o resultado?” E apresentei o resultado do primeiro turno que tinha em mão.

A matéria do Ibope está toda aqui, e exatamente o resultado das eleições todos podem buscar no *site* do Tribunal Regional Eleitoral. “Albano Franco ganha no primeiro turno com 50%; Jackson, com 30%, com uma margem de 20% na frente” – isso era o que dizia a pesquisa [publicada pelo Jornal Nacional e por toda a imprensa local]. Mas Albano Franco teve 280.926 votos e Jackson Barreto, 282.000 votos. Aquele que iria perder com 20% a menos ganhou no primeiro turno. Aquele que iria perder com 20% a menos pelo Ibope – está aqui o resultado oficial – ganhou no primeiro turno.

Eu trouxe para esta Casa as pesquisas do Ibope colhidas em seu próprio *site*, os jornais do dia da publicação das pesquisas, bem como o resultado eleitoral publicado no *site* oficial do TRE: 20%.

Sr. Presidente, peço a benevolência de V. Ex^a para concluir o discurso.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – V. Ex^a contará com a benevolência da Presidência. Ressalto, porém, que seu tempo já foi prorrogado sucessivamente por mais cinco, mais cinco, mais três, mais dois, mais dois e mais dois minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, o tempo é importante para abordar uma matéria como esta, uma vez que estamos numa antevéspera das eleições. Entretanto, compreendo. Estou ciente de que já fiz uso de bastante tempo, mas permita-me concluir com estas leituras.

À época, perguntei: o Ibope errou? Não, porque cientificamente a pesquisa é um instrumento válido. E o Ibope – digo agora – tem condições e competência científica para elaborar as pesquisas. Vai ser demais dizer que o Ibope fraudou? Não, não. O Ibope fraudou, sim. O Ibope fraudou, lá em 1994, as pesquisas em Sergipe. O Ibope fraudou!

E mais: assumo a responsabilidade de dizer isso aqui. Ambos os candidatos lá, hoje, politicamente, são meus adversários. Não tenho nada com nenhum dos dois. Não defendo nenhum dos dois, mas trouxe à tribuna desta Casa apenas o registro da história, para mostrar que isso não é legítimo. Fraudou? Sim, fraudou.

O que aconteceu na eleição municipal em São Paulo com o atual Prefeito José Serra e a candidata Marta Suplicy? Qual era a diferença que se dava favorável a Marta Suplicy?

E os institutos cumprem aquele desejo de puxar para cima quem está embaixo e de empurrar para baixo quem está em cima. E, próximo às eleições, para não passar muita vergonha e para a fraude não ficar escancarada, começa, Sr. Presidente, a diminuir a diferença.

Pois, olhem, fiz questão de vir à tribuna no dia de hoje, porque, na próxima semana, deste domingo a oito, teremos eleições gerais no País. E tenham certeza V. Ex^{as} e o povo brasileiro de que, apesar dos dados apresentados, mesmo por essas pesquisas que estão sendo divulgadas hoje, o Brasil, para Presidente da República, terá segundo turno. Terá segundo turno, porque conhecemos a fundo o perfil de todas essas pesquisas. Não venho à tribuna de forma irresponsável para falar de instituto “a” ou de instituto “b”. Eu trouxe dados e pedi, à época, que o Ibope me contestasse, como ratifico agora: quero que venha publicamente me contestar, de preferência os dados que o Ibope publicou nessas datas a que me referi, lá em 1994, com uma diferença de 20%. Quero que, cientificamente, o Ibope me mostre essa margem de erro. Isso não é erro, isso é fraude.

Logo, Sr. Presidente, volto ao início do meu pronunciamento: o Supremo Tribunal Federal cometeu um erro muito grave ao considerar inconstitucional a norma que proibia a publicação de pesquisas 15 dias antes da eleição, porque essas pesquisas são indutoras do eleitorado e enfraquecem o processo eleitoral. Quem está na pesquisa com 1%, 2% ou 5% não tem coragem de buscar financiamento de campanha, porque ninguém o faz. Candidato que está com 1% ou 2% não tem coragem de sair de casa para ir à rua buscar o eleitor e pedir o seu voto. E o eleitor brasileiro – nós sabemos disso, e o Supremo Tribunal Federal deveria conhecer a realidade do nosso País – não quer votar em quem vai perder, sobretudo aquele indeciso, o que decide na última hora. E isso é eivar de vícios o exercício da soberania popular, princípio maior do Estado democrático de direito.

Está lá no art. 1º: o Brasil é uma República Federativa e se constitui em Estado democrático de direito, e não há democracia sem que o exercício da soberania seja verdadeiro, legítimo, escoimado de qualquer vício, de qualquer ilegalidade ou ilegitimidade. Portanto, é preciso que se reformem as nossas legislações e que o Supremo Tribunal Federal passe a adotar a interpretação da Constituição brasileira atendendo a seus princípios maiores e não a normas que estão dentro da Constituição, mas que são inconstitucionais.

Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Quero dizer à população brasileira que fiz esse registro na tarde de hoje e retornarei a esta Casa, no início de outubro, para me reportar ao mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, congratulo-me com a Senadora Ideli Salvatti, que se encontra aqui. Pela primeira vez, consigo ter um ponto em comum com a representante de Santa Catarina. A CPI que sugiro não pode, Senadora Ideli, nem deve ter objetivo eleitoreiro. Tanto isso é verdade que estou pedindo as assinaturas, mas quero que a sua instalação só se dê após a realização do pleito que se aproxima, porque penso que não podemos confundir o objetivo de apuração de desvios de recursos públicos com atividade eleitoral, até porque os governantes passam e as instituições ficam. E as instituições, para que se perpetuem, têm de ser sólidas e acima de qualquer suspeita.

As preocupações com a instalação dessa CPI podem ser vistas pelo Governo pelo ângulo que quiser. É um direito que lhe assiste. No entanto, o Governo não tem o poder de tentar determinar a intenção de quem faz oposição.

Está sendo citada e enfocada aqui uma ONG chamada Unitrabalho, com dez ou quinze anos de existência. Para que essa ONG não sofra com esse processo, pelas ligações estreitas de seus membros com esse esquema que enodoa a vida pública brasileira e contamina o Palácio do Planalto, é preciso que ela própria tenha uma oportunidade formal de separar os fatos. Essa ONG precisa de uma oportunidade para mostrar inclusive por que teve um tratamento diferenciado em dois governos: no Governo Fernando Henrique, que a base gosta sempre de citar como exemplo, recebeu R\$800 mil; no atual Governo, R\$18 milhões.

Chamo a atenção para isso, Sr. Presidente, e ressalto que a minha preocupação com as ONGs decorre das coincidências que as ligam a fatos graves que acontecem permanentemente no Brasil.

Tivemos, há três ou quatro meses, a invasão das dependências da Câmara por parte do MSLT, uma filial do MST, oportunidade em que se depredou o patrimônio público e funcionários foram feridos – tendo o funcionário de um jornal, inclusive, ficado paraplégico por conta do episódio. Depois se viu que os gestores, os líderes, os cabeças do movimento são os mesmos gestores de duas ou três ONGs que recebem dinheiro do Governo Federal.

Ontem, ao iniciar esse processo de coleta de assinaturas, recebemos manifestações de todo o Brasil. Há brasileiros que querem saber, afinal, o que são as ONGs e o que fazem em sua terra, porque eles passam pelas ruas, vêem as placas e os belos carros nas portas dos prédios que as abrigam, mas não conhecem, na realidade, o trabalho que elas desenvolvem.

Por isso, faz-se necessário criar uma CPI para fazer uma apuração tranqüila e com transparência.

Ontem, um dos **e-mails** que recebi chamou minha atenção. Um ouvinte da TV Senado que acompanhou a sessão de ontem me chamou a atenção para uma nota publicada no **site** do jornalista Cláudio Humberto, que informa que R\$3,5 milhões foram liberados para uma ONG chamada Sociedade Amigos de Plutão e que essa ONG teria como objetivo a discussão da nomenclatura dos planetas.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nosso País faltam recursos para a saúde, para a educação, para estradas e para muitas outras áreas. Vejo nas galerias, por exemplo, militares. Essa categoria reivindicou e discutiu, durante quatro anos, a melhoria de seus salários, mas o Governo não prestou atenção a isso. Não é possível que sobre recursos para serem distribuídos a ONGs que ninguém sabe a que se destinam.

O objetivo da CPI é exatamente separar a boa intenção da má intenção, separar as ONGs que prestam serviço social, que atendem a comunidade, que são auxiliares de um trabalho que o Governo não pode fazer e até não deve fazer das que se utilizam de seu prestígio por terem tido a mesma origem de governantes temporais – como, por exemplo, no presente caso, de origem sindical –, e daí terem acesso à liberação de recursos que nunca ninguém sabe como são aplicados e quais as suas destinações.

Tenho a impressão de que a instalação dessa CPI interessa a todo brasileiro de boa-fé, a todo brasileiro bem-intencionado. Não interessa àqueles que, de uma maneira indireta, contribuíram para que recursos não muito claros ou republicanos, como gosta de dizer o Ministro Márcio Thomaz Bastos, tenham sido liberados com o seu concurso e apoio. Não estamos investigando ações do Governo, mas, sim, organismos não-governamentais que recebem dinheiro do Governo. Trata-se de dinheiro do Orçamento, cujas verbas muitas vezes são contingenciadas, verbas que se destinam, entre outras coisas, a atender aos Estados mais necessitados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não podemos nos conformar que falte dinheiro para o tapa-buraco, que falte dinheiro para as necessidades prementes, como a conclusão de hospitais Brasil a fora, e sobre recursos para ONGs que ninguém sabe de onde vieram, para que vieram e o que fazem.

Quero que fique bem claro que temos em mira as ONGs que não atuam dentro da lei e, com isso, tranqüilizar todos aqueles que têm a responsabilidade sobre seus ombros de conduzir essas organizações não-governamentais e o fazem dentro da lei, com todo

respeito e, acima de tudo, sem a prática de nenhum ato que comprometa o conceito e o bom andamento desses organismos. A intenção não é criar pânico, não é ir contra o Governo, não é eleitoreira, até porque ela só começará a funcionar após a decisão do atual pleito. Por isso, concordo com a Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, que propôs a instalação da CPI após o pleito. Tenho certeza de que contarei com a assinatura e com a participação de S. Ex^a, até porque é uma oportunidade para se investigarem as denúncias que envolvem ONG instaladas no Estado de Santa Catarina.

Nós, como homens públicos, como representantes dos Estados que nos colocam aqui, temos o dever e a obrigação de colaborar para a transparência dos atos praticados na nossa esfera de atuação.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer, meu caro Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Quero parabenizar V. Ex^a pela brilhante idéia, pela oportunidade da proposta que V. Ex^a apresentou a esta Casa no dia de ontem, a mim pessoalmente: a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar o que exatamente ocorre no âmbito dessas organizações não-governamentais. Não havia requerimento mais oportuno do que o que V. Ex^a fez, e quero dizer que tive a imensa satisfação de assiná-lo imediatamente após tê-lo recebido de V. Ex^a. Como já disse em outras oportunidades, vou repetir agora: neste Governo e por este Governo têm saído recursos pela “via legal” para fins não-republicanos – pressupomos que República é a coisa pública –, recursos para atividades que não são públicas, portanto para atividades não-republicanas, como esses que o Tribunal de Contas da União constatou: mais de dez milhões para as cartilhas. Ou seja, recursos são liberados pelo Governo pela via aparentemente legal, mas nessa liberação estão embutidas ilegalidades. E há esses recursos liberados para ONG que não conhecemos e cujas atividades não estão sendo fiscalizadas. Cito, como exemplo, um caso envolvendo a Petrobras no Estado de Sergipe, em Aracaju, que liberou recursos em circunstâncias peculiares. Nobre Senador Heráclito Fortes, a Petrobras, quando seu presidente era o ex-Senador José Eduardo Dutra, hoje candidato ao Senado por Sergipe nestas eleições, liberou recursos vultosos para a reurbanização do Parque da Sementeira, em Aracaju, por meio de uma ONG com sede em Salvador – sei lá o que tem Salvador a ver com Aracaju! – com interesses em Aracaju. Depois, descobriu-se que se trata de uma ONG de pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Para a reurbanização de um parque público municipal

em Aracaju! Por que razão, nobre Senador? Porque a ONG contrata uma empreiteira de um aliado para realizar a obra sem licitação, quando a Petrobras poderia ter transferido recursos diretamente para a Prefeitura, que inclusive era administrada por um aliado seu, Marcelo Deda, candidato a Governador. Nesse caso, porém, o Prefeito, o Poder Público, teria a obrigação de fazer uma licitação pública e buscar o menor preço. Mas não, transferiu os recursos para uma ONG em Salvador que nem sede tinha e que ninguém descobriu onde ficava. Portanto, V. Ex^a está cobertíssimo de razão, sobretudo quando diz que esta CPI é para ser instalada após a eleição, e ela não tem essa fisionomia “eleitoral”, como o Governo gosta de carimbar todas as CPIs que são instaladas no Congresso Nacional. Portanto, meus parabéns a V. Ex^a pela iniciativa, que é mais do que oportuna.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Almeida Lima, agradeço o aparte de V. Ex^a, sempre oportuno e brilhante.

Quando V. Ex^a falava sobre essas questões da ONG, lembrei-me de que, quando estourou o caso da invasão da Câmara dos Deputados e se descobriam várias ONGs montadas na estrutura do Movimento dos Sem-Terra, uma pessoa aqui, salvo engano de Taguatinga, onde funcionava uma dessas ONG que havia recebido R\$4,5 milhões, quando entrevistada, se mostrou surpresa, dizendo que na casa havia apenas uma mulher e um homem e que nunca soube que ali funcionava uma ONG, ou seja, não sabia que lá era uma repartição, pois pensava que fosse apenas uma moradia. Quer dizer, em um gesto simples, a pessoa mostrou que não sabia exatamente o que acontecia em uma ONG que, no mínimo, tem que ter movimento para atender pessoas que, hipoteticamente, receberão ou receberiam benefícios.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador Heráclito Fortes, será que não dá para desconfiar que se trata de uma orientação partidária e superior a proliferação de ONG a partir da instalação, da posse do Governo Lula, sobretudo entre os militantes e filiados a esse Partido? Será que essas organizações não-governamentais não surgiram exatamente com o objetivo de aparelhar essas instituições, e o próprio Partido, para a conquista e a manutenção do poder? Portanto, será extremamente oportuna essa investigação. E tenho certeza de que do Estado de Sergipe chegará contribuição para ela.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tem razão, e já chegaram. Quero até passar a V. Ex^a os e-mails que recebi ontem, questionando as atividades de ONG no seu Estado.

Como tenho o costume de não entrar na casa alheia sem aviso prévio, quero primeiro pedir a V. Ex^a que analise quais são as ONG e me auxilie nesse trabalho. Tenho certeza de que V. Ex^a irá contribuir, o que será muito positivo para o Brasil.

Mas o que me espanta nisso tudo é que, diante desse escândalo, Sr. Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, vi o Presidente Lula, hoje, no “Bom Dia Brasil” e confesso-lhe que o meu primeiro sentimento foi de pena. Um homem abatido diante da saraivada de problemas que caem sobre os seus ombros e sua cabeça. Aliás, eu disse aqui, há um mês, que o PT havia jogado um cesto de pedras para cima e esqueceu-se de sair de baixo. Elas começam a cair na cabeça de cada um. Não estava imaginando, até porque não tenho a vocação da profecia, que o escândalo e as pedras seriam bem mais pesadas e maiores do que as que começam a cair.

O Presidente Lula, hoje, Senador Almeida Lima, no “Bom Dia Brasil”, tentou minimizar um fato grave, que é o uso da máquina pública para atos inconfessáveis. E aí vem uma série de irregularidades: funcionários do Governo prestando serviço a comitê eleitoral, quando a regra do Tribunal proíbe terminantemente. Lembro-me de que, no dia da instalação do comitê do candidato Geraldo Alckmin no setor industrial de Brasília, esse núcleo de inteligência, que está fazendo tanto sucesso agora, mandou para a porta fotógrafos para verificar quem chegaria de carro oficial, ou qual assessor de Senador da República ou de Deputado entraria no horário do expediente, pois o lançamento era em horário de expediente, dez horas.

Vejam bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse mesmo grupo transita pelo Brasil afora carregando somas importantes de dinheiro corrente, de real, e de dólares. E de maneira sofisticada, já que o dólar que veio dos Estados Unidos veio de maneira ilegal, criminosa. É um dinheiro que não foi internado legalmente no Brasil. Os dólares poderiam ter chegado por meio das casas especializadas ou dos bancos. Mas não, vieram com o lacre original do órgão equivalente ao nosso Banco Central, sem terem passado por nenhuma tramitação de internação e transferência de recursos. Vieram como? De maneira clandestina, em aviões privados! Esses são fatos que precisam ser esclarecidos.

Pois bem, diante de tudo isso, o Presidente Lula, hoje, depois de indagado, disse: “Olha, estou preocupado com os garotos. Temos que ter cuidado com os garotos”. Quero dar um conselho, Senadora Ideli Salvatti, ao Presidente Lula. Se realmente são garotos, que mande imediatamente à Febem. Mande todos para a Febem porque serão criminosos quando chegarem à maturidade. Serão assaltantes. Se, como

garotos, praticam ilegalidades, protegidos pelo manto da impunidade que supunham do Partido dos Trabalhadores e do Presidente da República. Dar tratamento de garoto a um fato dessa natureza e para marmanjos Barbados, uns, aposentados; e outros, de endereço incerto e não sabido!

Senador Almeida Lima, tínhamos um rol dos membros do Governo que se envolveram em escândalo, mas, todo dia, há um lançamento, um nome novo. Hoje, apareceu um de sobrenome Bucar. Todo dia aparece um nome novo!

As pessoas têm de saber entrar, mas, acima de tudo, têm de saber sair. O Sr. Berzoini, cujo pedido de afastamento teve o concurso da Líder Ideli Salvatti, a quem quero parabenizar por ter atuado de maneira firme, assim como ao Senador Aloizio Mercadante, ao afastar imediatamente o coordenador da campanha de São Paulo, diz, na sua carta de despedida, que, mais do que isso, é uma convocação de guerra: “Uma onda de histeria e de descontrole toma conta da oposição tucano-pefelista e de seus aliados no meio de comunicação”.

Quem são nossos aliados no meio de comunicação? Quem da imprensa está a favor desses fatos? Agora, não se pode exigir da imprensa omissão diante de fatos tão escandalosos. Nós, até a semana passada, nos queixávamos da imprensa porque não divulgava o começo desse fogo que se alastra pelo País.

Sr. Presidente, temos de aprender – V. Ex^a é dono de jornal e jornalista e sabe disso melhor do que ninguém –, precisamos ter humildade com relação aos fatos. Se a imprensa noticia a nosso favor é a melhor do mundo, se noticia contra não presta?

Percebemos que a irritação toma conta de pessoas que deveriam ter equilíbrio para pensar em um momento como este. Preocupa-me o seguinte: algo de errado acontece com os ares do Palácio do Planalto. Algum ar de outro planeta ou de outra galáxia está sendo respirado naquela dependência, contaminando pessoas que, até então, tinham um comportamento de tranquilidade.

Vemos o Sr. Tarso Genro, em uma entrevista desequilibrada, dizer que Tasso Jereissati e Jorge Bornhausen são fracassados. É hora de perguntar ao Sr. Tarso Genro onde os dois fracassaram. É natural, justo e admissível que haja discordância de natureza política e ideológica entre o Tasso com “s” e o Tarso com “r” e entre o Tarso com “r” e o Bornhausen, mas nenhum pode acusar o outro de fracasso. São homens vitoriosos em suas vidas, nas suas atividades. Não conheço derrota na vida do Tasso – transformou um Estado como o Ceará, consolidou uma liderança que imprime respeito em todo o Brasil –, e não conhe-

ço fracasso na vida pública do Senador Bornhausen. Será que o fracasso é pelas companhias? Pelo fato de os dois citados não terem o privilégio – ou não terem a preferência, porque para mim não é privilégio – de ter ao lado companhias como Waldomiro, como o rapaz da cueca, como Delúbio e tantos outros que infelicitam o País?

O Sr. Tarso é responsável pelo humor que o Palácio remete à Nação, é a voz qualificada e escolhida para falar na sua ausência, ou nas suas conveniências, em nome do Presidente da República. Ele não pode descer a esse nível. É uma questão que temos de levantar.

Eu poderia dizer que o Tarso Genro fracassou porque não conseguiu sequer convencer sua filha, a brilhante Deputada Luciana Genro, a estar ao seu lado. Ela envergonhou-se com a lama que começou a tomar conta do Palácio e pulou fora. Eu, como filho e como pai, sei como é duro pessoas que se gostam terem de assumir posições diferentes. Sentar-se aos domingos à mesa e não poder falar sobre o Brasil, porque a visão de um é diferente da do outro. Mas é a lei democrática. Nem por isso, Jorge Bornhausen e Tasso Jereissati dirão que o gaúcho fracassou.

A outra suposição de fracasso é porque o Jorge não quis disputar a eleição. Mas ele vem dizendo isso há algum tempo. É um direito que lhe assiste. E poderíamos cobrar o mesmo do Tarso. Líder no Rio Grande do Sul, poderia ser candidato a Governador ou a Senador para socorrer o seu candidato que está afogado nas pesquisas. Mas não estamos lhe cobrando.

Política tem de ser feita com equilíbrio. Aliás, em Eclesiastes, Senador Almeida Lima, está escrito que “o homem é dono da palavra guardada, mas é escravo da palavra anunciada”. E o Sr. Tarso Genro poderia dormir sem cometer esses exageros, até porque sempre soube não serem do seu estilo. É evidente que o clima hoje reinante nas hostes do Governo nos remete a determinados exageros.

Por fim, quero me congratular com o Sr. Marco Aurélio Garcia, que deixa a atividade de Ministro Informal das Relações Exteriores para coordenar os últimos dias da campanha do Presidente Lula.

Meu caro ex-Senador e Senador **ad hoc** Eurípedes, figura mais permanente do PT nesta Casa e neste plenário, na hora de passar as funções, o que vai sair tem o dever moral de contar para o Dr. Marco Aurélio todas as bombas que estão armadas, os dossiês que programaram, onde há caixa dois, para que ele não seja surpreendido, para que não caia em armadilhas que estão montadas.

Ou será possível que o Brasil não viu ainda que o PT vive num campo minado como aqueles campos

desativados de Angola? Temos uma imagem forte na nossa cabeça da Lady Diana visitando os atingidos e mutilados e uma equipe rastreando para ver onde havia uma mina esquecida para a equipe desativá-la. Eles estão precisando daqueles desativadores de minas, porque em cada canto, em cada ponto, em cada local do Palácio, infelizmente, tem uma bomba prestes a explodir, e elas estão vindo de uma maneira mais veloz do que imaginávamos.

Para finalizar, parabeno o Ministro Celso Amorim. Senadora Ideli Salvatti, toda crise tem lições, toda crise tem os que perdem e os que ganham. Celso Amorim, brilhante diplomata, Ministro das Relações Exteriores pela segunda vez, vai, pelo primeiro momento no atual Governo, dirigir as relações internacionais do Brasil sem o Marco Aurélio a perturbá-lo. Marco Aurélio, como assessor internacional, dizia uma coisa e o Ministro, outra, sempre desautorizado. Ou V. Ex^{as} não se lembram quando ele disse que o Brasil tinha de ter prejuízo na questão do gás da Bolívia, porque já havíamos ganhado dinheiro demais? Como se assessor ou Presidente da República pudessem opinar sobre lucros de uma empresa privada, que é a Petrobras, que não diz respeito aos sócios minoritários.

Quantas confusões cresceram neste Governo pelo desencontro de pensamentos entre Marco Aurélio e Celso Amorim! E o Presidente, dúbio, covarde, não teve a atitude de optar: “Celso, gosto muito de ti, mas meu amigo de sindicato é o nosso Marco Aurélio, que será Ministro”. Deixou os dois criando crises e desmoralizando o Brasil na comunidade internacional, fazendo o Brasil ter posições de enfoque errado, principalmente com relação à tentativa de conquistar um lugar no Conselho Permanente de Segurança da ONU.

Para o Brasil disputar esse lugar, Sr. Presidente, precisa ter no governo um homem com atitude e com coragem e, acima de tudo, com reputação ilibada. No Conselho da ONU não pode se sentar uma pessoa sobre a qual repousem dúvidas quanto à conduta e à honestidade de sua administração do País, porque é uma discussão entre nações maduras e não conversa de garotos que terminam em dossiês.

Mas quero finalizar. O Brasil tem visto esse namoro entre o Presidente Hugo Chávez e o Presidente Lula. Desde menino, aprendi a ver a Venezuela copiar o Brasil. De repente, o Brasil passou a copiar a Venezuela. Hugo Chávez compra um avião a jato; Lula compra o Aerolula para ficar igual. Mas o pensamento deles é fantástico, é telepático. Se não, vejamos: na semana passada, depois da meia-noite, evidentemente num momento de descontração, o Presidente disse que carregava um demônio dentro de si e que ninguém tinha o direito de despertá-lo. Disse isso numa conversa com o

maior PIB brasileiro – empresários paulistas, cariocas, gaúchos –, na casa de um Ministro de seu governo. O que era o demônio? O Congresso Nacional. Dizia também que, dentro dele, havia aquela ira de fechá-lo, aquele desejo incontido de fechar o Congresso, como os generais ditadores fizeram durante muitos anos. Ele protestava contra isso e nós pensávamos que era um protesto sincero.

Mas veja como se parecem, meu caro Senador Almeida Lima. Hugo Chávez vai à ONU, berço da democracia do mundo, onde as divergências são respeitadas, onde a democracia norte-americana, por mais defeituosa, por mais viciada que seja, tem de ser compreendida e admirada pelo fato de naquele cenário internacional caber a palavra de divergentes, de contrários e de iguais, e compara o Presidente George W. Bush ao diabo, ao demônio, e pede, num gesto de sinal-da-cruz difamatório, para exorcizar-se desse diabo. O de lá quer se exorcizar da democracia norte-americana; o daqui, da democracia brasileira, que é o Congresso Nacional. E, para isso, vai atrás do terceiro ditador, que é o Sr. Evo Morales, a querer copiá-lo, propondo uma Assembléia Nacional Constituinte que para nada serve.

O Brasil, todos nós sabemos, está cheio de leis, que, inclusive, não são aplicadas. Para pôr ladrão na cadeia não precisa Assembléia Nacional Constituinte, mas decisão e coragem. A Assembléia Nacional Constituinte, para copiar o modelo da Venezuela e da Bolívia, é inoportuna para o Brasil, porque, além de paralisante, seria autoritária, se viesse.

O que o Presidente quer? Tirar a força do Congresso, como quis tirar a força da imprensa, a força da atividade cultural, censurando o teatro brasileiro. O que se quer, neste momento, é uma Assembléia Nacional Constituinte que não tem nenhuma razão de ser. Que outro país do mundo no momento enfrenta uma Assembléia Nacional Constituinte?

Sr. Presidente, Constituinte só se justifica em crise institucional profunda, em mudança de regime, de sistema de governo, ou, o mais básico e essencial, quando tenha a comandá-la um Presidente da República imaculado e com autoridade, a exemplo do que ocorreu na Constituinte projetada e sonhada por Tancredo Neves, impedido de presidi-la pelo destino. Constituinte sem autoridade para comandá-la vira bagunça e toma caminhos desconhecidos, e isso o Brasil não pode aceitar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Há mais algum orador?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito grata, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, já fiz, na abertura da sessão, um registro importante, ao pedir que fosse consignada na íntegra a nota oficial da Unitrabalho – a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, instituição que articula o trabalho de nada mais nada menos do que 93 instituições de ensino superior públicas, comunitárias, de todo o Brasil, universidades do porte da USP, da Unicamp, da Universidade São Carlos, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio de Janeiro – instituições ilibadas e que orgulham o povo brasileiro, sobre as quais, obviamente, em nenhum momento, pode pairar qualquer dúvida a respeito da lisura do seu comportamento e do seu trabalho e da execução dos programas e dos convênios estabelecidos com o Governo brasileiro. A Unitrabalho é uma ONG que está criada e fundada desde 1996.

Além disso, também fiz questão de registrar a nota oficial do Ministério do Trabalho, referente ao repasse dos recursos aos convênios da Unitrabalho.

Sobre essa questão do terceiro setor creio que nós, do Governo atual, temos tranqüilidade de falar, porque não fomos nós quem inventamos esse modelo de terceirização do serviço público, que se instalou na máquina pública e que, indiscutivelmente, apresenta uma série de problemas, sim, e que merece um detalhamento.

Muitos parlamentares já vieram à tribuna para comentar e trazer questionamentos a respeito dessa rede de organizações não-governamentais.

Mas sempre é importante lembrar que esse não é projeto nosso, recebemos assim do Governo que nos antecedeu e que pregava a tese do Estado mínimo: quanto menos Estado, melhor. Temos o entendimento de que o Estado é necessário, principalmente para as pessoas de que dele necessitam. Quem pode pagar pela saúde, não precisa do Estado; quem pode pagar pela educação, não precisa do Estado; quem pode pagar pela segurança, não precisa do Estado. Mas a ampla maioria da população brasileira, se não tiver serviço público na área da saúde, da segurança e da educação, não tem acesso a esses serviços e a essas condições de vida. Portanto, quem iniciou o terceiro setor deveria até fazer uma autocrítica sobre isso.

Fiz questão também de dizer que a questão não é apenas eleitoreira, não tem esse viés eleitoreiro, até porque, para investigar a questão da tentativa de

compra do dossiê que continha documentos a respeito da atuação dos ex-Ministros da Saúde José Serra e Barjas Negri, com a Máfia das Ambulâncias – e investigar os dois lados dessa moeda – já há uma CPI em funcionamento. O Presidente da CPI, o Deputado Biscaia, já declarou isso. Aliás, o Deputado Gabeira, se não me falha a memória, parece-me que declarou que irá a Cuiabá recolher os documentos, e o Deputado Biscaia disse que, na reunião do dia 4 de outubro, quando se retomam os trabalhos da CPI, iremos avaliar e investigar os dois lados da moeda.

Por isso estou dizendo que essa história não é eleitoreira, mas há uma questão de responsabilidade porque o noticiário e as ilações feitas a respeito do repasse dos recursos para a Unitrabalho dão a entender que o dinheiro repassado, em torno de R\$4 milhões, poderia ser uma das fontes dos R\$1,7 milhão que a Polícia Federal apreendeu. Se quem noticiou tivesse tido o bom senso, para não dar outro adjetivo, de ligar – uma atuação apenas de bom senso – para o Ministério do Trabalho para perguntar por que e quando foi feito o depósito e como ele foi efetuado, teria obtido a informação, que está inclusive hoje na nota oficial do Ministério do Trabalho.

Esse recurso repassado nos últimos dias é a segunda parcela de um convênio, referente ainda a 2005, que não pôde ser repassada anteriormente porque havia problemas documentais, que só foram resolvidos no dia 12 de agosto. A autorização para o depósito bancário foi dada no dia 14 de setembro, no valor de R\$3.407.065,00, mas o dinheiro só ficou liberado na conta da Unitrabalho no dia 18 de setembro, a última segunda-feira. Portanto, o dinheiro só pôde ter movimentação – e aí, vejam a ilação de que aquele dinheiro podia ser uma das fontes, e seria dinheiro público – só na segunda-feira, e a prisão feita pela Polícia Federal das pessoas com dinheiro, foi na sexta-feira anterior.

Apenas para se dar a dimensão do grau de aquecimento que vivenciamos aqui no Senado cotidianamente, com a intenção de levantar a qualquer preço e a qualquer custo questões que depois não se sustentam. Mas aí a Unitrabalho já está na lama, o Ministério do Trabalho também já está sob suspeita, sob um monte de ilações.

Eu já havia falado sobre isso, apenas voltei ao assunto porque foi necessário. O que me traz à tribuna é o seguinte: todos os atos necessários foram praticados pelo Governo, pelo Presidente e pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Todos, a começar pela investigação.

Essa situação só veio a público – é importante sempre deixar isso consignado –, esse caso da ten-

tativa de comprar documentos ou provas que pudessem subsidiar qualquer tipo de investigação referente à atuação dos ex-Ministros José Serra e Barjas Negri à frente do Ministério da Saúde com o envolvimento com a máfia dos sanguessugas, por causa da ação da Polícia Federal. Portanto, o ato da investigação é do Governo; o ato de investigação é da Polícia Federal, que está sob as ordens do Ministro da Justiça, sob as ordens do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A determinação de apurar, de ir até as últimas conseqüências, doa a quem doer, seja quem for o responsável pelos dois lados desse episódio, tanto em relação à tentativa de compra e a origem do dinheiro quanto ao envolvimento, no Ministério da Saúde, dos dois ex-Ministros. Essa determinação está definida, de forma irrefutável, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ontem, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva tomou uma atitude absolutamente correta e adequada – ela não pôde ser tomada antes, tendo em vista que o Presidente chegou ao Brasil na manhã de ontem, vindo da reunião da ONU –, que foi a substituição do coordenador da sua campanha, Ricardo Berzoini, por Marco Aurélio Garcia. Coordenador de campanha é alguém que tem de estar de manhã, de tarde, de noite e de madrugada coordenando campanha. Obviamente, ele não pode ter nenhuma outra tarefa ou preocupação, ou questionamento. Portanto, o trabalho de uma campanha é contínuo.

Isso é algo importante a se registrar, porque o sonho de consumo dos que querem derrotar o Presidente Lula a qualquer preço, a qualquer custo, talvez seja estancar a campanha, paralisar a campanha, impedir-nos de realizá-la. Assim, trocar o coordenador de campanha era algo absolutamente necessário e foi uma atitude corretíssima adotada pelo candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva.

Estou aqui angustiada, porque, infelizmente, vou perder o meu vôo das 17 horas. Estou louca para voltar ao meu Estado e ir às ruas pedir voto, discutir com a população, falar com o povo do meu Estado a respeito do que está sendo dito nessas eleições, também a respeito desses episódios, a fim de que possamos fazer o debate tranqüilo, assim como o Presidente fez hoje, no programa “Bom Dia, Brasil”. O Presidente estava absolutamente tranqüilo quando respondeu às perguntas – até porque tem o que responder.

A determinação de investigar e de agir, as ações e o resultado das ações da Polícia Federal neste Governo são contundentes e irrefutáveis.

Ontem, desafiei um Senador do PFL, desta tribuna, para fazermos um levantamento. Não quero nem comparar o número de ações, o efeito ofensivo das ações, o resultado das mesmas, as quadrilhas antigas

– que estavam atuando na máquina pública há muito tempo – que foram desmontadas. Quero apenas fazer uma comparação. Só uma. Não quero comparar quantidade de operações e de quadrilhas desmontadas. Sob as ordens dos Governos que nos antecederam, em quantas operações da Polícia Federal filiados aos partidos que governavam foram presos? Nas ações da Polícia Federal, no nosso Governo, se algo foi descoberto, se alguém está envolvido, se há indício, esse alguém vai preso, seja de que partido for.

Portanto, todos os atos necessários, exigíveis e cabíveis tanto do Presidente como do Governo e do candidato foram tomados. Isso nos dá o direito de exigir.

Temos acompanhado e verificado, ao longo desses dias, que todos aqueles que têm funções e responsabilidades têm dito de forma contundente: as investigações têm de correr de forma célere, eficiente e deve-se punir quem quer que seja, do PT ou de fora do PT.

Temos dito que a descoberta da origem do dinheiro é de fundamental importância. A Polícia Federal já tomou providências com relação aos dólares, já fez as tratativas com as autoridades americanas, está investigando junto aos doleiros e já descobriu de quais bancos foram feitos os saques. Portanto, imagino que rapidamente teremos também as contas; por meio delas, descobriremos de onde veio o dinheiro – o que é fundamental, toda a população quer saber isso. A Polícia Federal está agindo para que a origem do dinheiro seja conhecida.

Também temos dito que a mesma contundência, eficiência e agilidade que se exige para se descobrir quem tentou comprar os documentos – de onde veio o dinheiro para a tentativa de compra dos documentos – deve haver para se descobrir o conteúdo dos documentos. Deve haver investigação, com o mesmo rigor, em relação às duas faces da moeda.

Tenho dito isso, muitos petistas têm dito isso, mas não ouvi – não ouvi! – e tenho, no mínimo, a obrigação de exigir que alguém do PFL ou do PSDB diga também que se deve ir até as últimas consequências em relação aos dois lados da moeda. Ouço muito falar que se deve investigar quem está envolvido na tentativa de compra, ouço muito falar na investigação da origem do dinheiro. No entanto, até agora não ouvi falar que se deve investigar com o mesmo rigor se há ou não pertinência, relação ou confirmação de indícios do envolvimento dos dois ex-Ministros, tanto o ex-Ministro José Serra quanto o ex-Ministro Barjas Negri. Espero que alguém também peça isso, porque é o mínimo! Creio que a Nação exige isso de todos nós, porque não quero, posteriormente, ser surpreendida.

Aliás, não fui a única a ser surpreendida. Houve muito tucano surpreendido, muito pefelista surpreendido com a carta do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando, lá pelas tantas, ele diz: “E não podemos mais ter o expediente de buscar tapar o sol com a peneira como fizemos no episódio Eduardo Azeredo com o valerioduto”. Não foi ninguém do PT ou vinculado ao Governo que falou em “tapar o sol com a peneira no episódio Eduardo Azeredo com o valerioduto”, mas foi nada mais nada menos que o Sr. Fernando Henrique Cardoso. Suas palavras estão escritas em carta assinada por ele.

Temos de exigir que tudo seja apurado. Porém, aqueles que nos atacam cotidianamente – e nos atacam num Governo que tem dado demonstrações à exaustão de ir até as últimas consequências para descobrir os fatos, doa a quem doer – no mínimo têm de ter também este comportamento, juntamente com os seus.

Eu gostaria de deixar alguns registros. Vou apenas ler algumas manchetes, pequenos trechos de noticiários recentes. Creio que isso é material para que, depois do processo eleitoral, nos debruçemos sobre ele na CPI dos Sanguessugas.

Gilberto Nascimento, do **Correio Braziliense**, 14 de setembro:

“Máfia de Sanguessugas agia no Ministério Serra”. Uma reportagem longa. Gilberto Nascimento, também no **Correio Braziliense**, 17 de setembro: “Funcionário de Serra no Mato Grosso do Sul é indiciado pela Polícia Federal”.

Nada se falou nos últimos dias sobre uma figura misteriosa que integra a lista de 42 indiciados pela Polícia Federal (PF) por envolvimento no esquema da máfia dos vampiros: o médico Platão Fischer Pühler [...]

Platão, um ex-militante do PCB (o antigo Partidão), é um homem próximo do ex-Ministro da Saúde José Serra, candidato do PSDB ao governo de São Paulo, embora os tucanos hoje neguem tal fato. Tinha um cargo importante e estratégico na gestão do tucano no ministério. No inquérito da Polícia Federal encaminhado ao Ministério Público Federal, ele deve responder por corrupção ativa, corrupção passiva, formação de quadrilha e exploração de prestígio.

“Empresa que recebeu da Planam pode ter usado ‘laranjas’”, artigo de Paulo Peixoto, da Agência Folha, em Belo Horizonte, 20-9-2006.

Fechada em dezembro de 2003, cerca de um ano após receber R\$60 mil da Planam em dezembro de 2002 (ano em que foi aber-

ta), a empresa Império Representações Turísticas, de Ipatinga (MG), pode ter sido criada em nome de “laranjas”.

E por aí vai a reportagem.

“Abel Pereira se nega a comentar gram-pou da Polícia Federal”. Maurício Simionato, da Agência Folha, em Piracicaba:

[...]

Ele foi citado pela família Vedoin, dona da Planam, como ‘operador’ dentro do Ministério da Saúde, no esquema sanguessuga, após Barjas Negri (PSDB) – atual prefeito de Piracicaba – ter assumido o ministério, em 2002, em lugar de Serra”.

“Câmara de Piracicaba pretende investigar Abel Pereira e prefeito Barjas Negri.” Maurício Simionato, da Agência Folha, em Piracicaba:

A Câmara Municipal de Piracicaba (SP) criou ontem um grupo de estudos para investigar a suposta ligação entre o empresário Abel Pereira e o prefeito Barjas Negri (PSDB) em licitações para execução de obras no município. A comissão deverá passar pela aprovação dos vereadores hoje.

“Ex-prefeito diz que recebeu dinheiro de Abel Pereira.” Isso também saiu no portal Folha UOL:

O ex-prefeito de Jaciara (MT) Valdizete Martins Nogueira (PPS) admitiu ontem que recebeu uma quantia em dinheiro do empresário de Piracicaba Abel Pereira, mas não soube precisar o valor e a data do depósito. O prefeito deixou em aberto dois motivos para receber o pagamento: o dinheiro foi pago porque ele intermediou a venda de uma fazenda de 1.100 hectares negociada por US\$1,5 milhão ou pode ter sido ‘uma ajuda de campanha’ dos Vedoin, donos da Planam, que ele diz ter conhecido no Congresso.

A Câmara Municipal de Piracicaba eu já citei.

“Suposto ‘operador’ venceu licitações da gestão do PSDB.” **Folha de S.Paulo**. Também Maurício Simionato, da **Agência Folha**, em Piracicaba:

Empresas da família do empresário Abel Pereira venceram licitações para executar ao menos 37 obras orçadas, no total, de R\$10,4 milhões para a Prefeitura de Piracicaba, em 2005 e 2006, e doaram R\$45 mil, em 2004, para a campanha que levou Barjas Negri (PSDB) ao cargo de prefeito.

Pereira foi citado por Darci e Luiz Antonio Vedoin, na entrevista dos donos da Planam à revista **IstoÉ**, como seu ‘operador’ dentro do Ministério da Saúde no esquema sanguessuga, após Negri ter assumido o Ministério, em 2002, no lugar de José Serra (PSDB).

Há outras, mas vou ficar por aqui, Sr. Presidente, porque não me parece que esse noticiário tenha sido fruto de nenhuma tentativa de compra de documentos. É variado, extenso e envolve uma possível rede bastante ampla.

Portanto, volto a dizer as palavras do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso: “Não dá para tapar o sol com a peneira.” O mesmo rigor que estamos exigindo na apuração de petistas envolvidos na tentativa de compra dos documentos, na origem do dinheiro, também estamos exigindo na apuração com relação à atuação do ex-Ministro José Serra e ex-Ministro Barjas Negri, porque os fatos estão interligados. Essa exigência de investigação dos dois lados da moeda tem que vir também do outro lado. Tem que vir também dos tucanos e dos pefelistas.

Espero ouvir em breve essa posição de coerência, até porque já tive a oportunidade de dizer que corrupção não tem data de validade, não tem partido, não tem governo. A corrupção, infelizmente, está instalada na máquina pública brasileira há muitos e muitos anos. E a nossa obrigação é sempre exigir que as apurações todas sejam feitas, doa a quem doer, até as últimas consequências.

Muito obrigada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem, por cinco minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, magistral, fantástico, histórico, digno de todo o louvor o pronunciamento da Líder do Governo. Quero parabenizá-la e louvá-la pela autocrítica que acaba de fazer de seu Governo ao dizer que a Polícia Federal está instrumentalizada para fazer todas as apurações que vem fazendo e não encontrar ladrões, e puni-los, do Governo passado. O rol de ladrões é composto por ladrões novos, nascidos, criados e gerados nos escândalos do atual Governo. S. Ex^a passa um atestado de idoneidade aos oito anos do Governo Fernando Henrique. Creio até que exagera. Eu não passaria esse atestado que acabou de passar. Não conheço detalhes nem meandros de um governo de um tamanho como o do Estado brasileiro, que pode ter cometido falhas. Ao passar esse atestado, S. Ex^a isenta possíveis pecados do governo passado. Ao dizer que a Polícia Federal fez todas as investigações, mas que

só acusa, indicia e prende ladrões do atual Governo, com a força de líder, S. Ex^a isenta o Governo passado, do qual fiz parte. Agradeço muito a S. Ex^a o ato de reconhecimento e de humildade.

Em segundo lugar, dá uma prova cabal de que o relatório existe. Porque a bomba de denúncias prometida por S. Ex^a foi reduzida àquele pequeno traquezinho de São João que não explode. Todas as denúncias que fez são oriundas do dossiê que já possui, com fotografia e tudo, há pelo menos um mês, e que envolve sempre Barjas Negri e José Serra em denúncias que não foram apuradas.

Ora, o que me causa espécie e estranheza é que, sob esse fogo cruzado, o Governo não vem aqui e diz: o Serra é culpado por isso, por isso e por isso; O Barjas Negri é culpado por aquilo, por aquilo e por aquilo! Fica só criando esse mistério com o único objetivo de chantagear e de amedrontar os adversários. Essa escola da chantagem não cola, não funciona para nós. Esperava esclarecimentos. A Liderança do Governo tinha de esclarecer o funcionamento e o crescimento das ONG neste Governo, as ONG que estão por aí sendo investigadas, algumas até em segredo de justiça! E não ficar sacando presunções contra homens públicos.

É muito diferente, Sr. Presidente, oito anos de governo Fernando Henrique, e a lente permanente da bisbilhotice procurando falhas no passado. Não encontrou nada. Aí vem para esse episódio, produto de um crime, de uma espionagem, de uma fraude em que o Presidente diz que os envolvidos são garotinhos. Presidente, mande-os para a Febem, porque, quando crescerem, vão se tornar criminosos perigosos!

Mas, Sr. Presidente, esse é o retrato deste governo. E nós aqui da Oposição, ficamos complexados e incapazes, porque não criamos uma crise para eles. Eles criaram todas. Todas as crises deste Governo são fruto deles próprios. De quem é o Waldomiro? De quem é o homem do dólar na cueca? Todos os ladrões, os acusados são do atual Governo.

É bom que isso fique bem claro para a Nação. Não adianta tentar confundir a opinião pública trazendo suposições. Deixemos a Polícia Federal apurar. Que puna todos os culpados. Falo em nome do PFL que não temos compromisso com o erro. Apurem e punam os culpados.

Não é dado o direito a ninguém de tentar jogar pecados por baixo do tapete para não serem apurados. Jovens, o mal do PT é um só: sabe que está no banco dos réus, que cometeu crimes, mas quer companhia. Fique só. Não queremos isso. Que o PT assumam.

Parece-me que começo a desvendar um mistério. O Ministro Márcio Thomaz Bastos anunciou, no início do Governo, a criação de prisões de segurança máxima pelo Brasil, mas suspendeu todas as obras, não quis continuar,

não construiu, mal terminou uma no Paraná. Vai ver sua experiência de bom criminalista já lhe prevenia: não faça isso, pois ela vai lotar antes do que V. Ex^a espera.

Lamentavelmente é isso que estamos vendo.

O PT ao se defender se acusa, ao se justificar se compromete, ao tentar passar por inocente mostra que é o grande pecador. O Presidente Lula pode não ter nenhum desses pecados em que essa camarilha que lhe cerca está envolvida, mas tem o da omissão. E Presidente de República não pode ser omissivo; Presidente de República não pode deixar de saber o que acontece na sua casa e no seu quintal.

Todos esses fatos têm origem no Palácio do Planalto, na sua vizinhança, e nós sabemos que, na geografia daquele Palácio, um tom de voz mais alto possibilita que quem está numa sala escute o que o outro está dizendo. Não ver que aqueles que o cercam no dia-a-dia mostram sinal exterior de riqueza ou de comportamento é a pior das cegueiras, e o homem público não pode fazer isso. É o momento de o Presidente fazer uma reflexão e saber, afinal, para que é o poder. Para os seus amigos se locupletarem e o Brasil pagar o preço? Ou para quê? Se for para nada, para continuar a dizer que não sabia ou que nada viu, é melhor que seja humilde e altaneiro, peça o boné e vá para casa.

Muito obrigado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o nobre Senador Almeida Lima por cinco minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a a gentileza. Sei que se trata de uma gentileza, sobretudo porque estamos quase no encerramento da sessão e não temos nem mais um orador inscrito. Portanto, agradeço a V. Ex^a.

Quero corroborar as palavras do nobre Senador Heráclito Fortes, que acaba de se pronunciar, dizendo exatamente três coisas, em resposta até ao que disse a Senadora Ideli Salvatti.

Eu pergunto: quem está proibindo os aparelhos do Estado – a exemplo da Polícia Federal – de investigar os governos anteriores? Quem dirige a Polícia Federal é a Oposição ou é o Governo? Logo, dizer que é preciso investigar os dois lados da moeda, além de ser o óbvio, é a obrigação do Governo. Se não o fez ainda, foi por irresponsabilidade, por omissão.

Quero falar ao Senador Heráclito Fortes sobre esses corruptos e ladrões que nasceram durante este Governo e cresceram – não apenas nasceram e cresceram, mas foram amamentados e muito bem amamentados por este Governo.

Quanto à lei que criou a hipótese da terceirização pelas ONG, não me compete defesa do Governo anterior, até porque dele não participei e fico muito à vontade para assim me pronunciar – quando do Governo anterior, eu era PDT, do Partido de Leonel Brizola; hoje, estou no PMDB. Mas criar leis é uma coisa; permitir que ONG cometam os atos que estão cometendo neste Governo é outra coisa completamente diferente. Não se pode atribuir responsabilidade pelas falcatruas que as ONG fazem hoje – e é bom que se frise: não são todas, é claro! – à existência de uma lei que surgiu no Governo anterior.

Sr. Presidente, gostaria de lembrar que o Presidente Lula disse textualmente que o Deputado Ricardo Berzoini foi demitido da coordenação da sua campanha porque ficava difícil compatibilizar a coordenação da campanha e a exigência de dar explicações sobre dossiês na reta final da campanha, que se encerra nos próximos dez dias – palavras do Presidente Lula. Ora, realmente Sua Excelência está correto. Mas por que Sua Excelência mesmo, o Presidente, não toma medida semelhante em relação a si próprio, ao Lula candidato e ao Lula Presidente da República?

O Lula, como todos sabemos, não gosta muito de trabalhar e, desde a última sexta-feira, tem trabalhado muito menos, porque, desde essa data, procura um boi de piranha para sair da linha de frente desse triste episódio da montagem de dossiês contra adversários. E já colocou na rua muitos aliados, inclusive um assessor especial que ficava na sala do terceiro andar do Palácio do Planalto, ao lado da sala do Presidente.

Quando encaminhou um texto a esse respeito – o Presidente encontrava-se nos Estados Unidos, em Nova Iorque –, em seu programa eleitoral, Sua Excelência disse que esse dossiê se reportava a político do Estado de São Paulo. Não! Não visava apenas agredir a pessoa de José Serra, mas também o candidato Geraldo Alckmin. Tinha interesse direto, sim, na Presidência da República esse dossiê.

Portanto, Sua Excelência, o Presidente, deve fazer o que ele mesmo está determinando para os outros. Como Sua Excelência compatibiliza a agenda de candidato com as explicações rotineiras sobre o dossiê montado por seus companheiros? Hoje, por exemplo, no Bom Dia Brasil, da TV Globo, ele gastou 13 minutos, dos 20 a que tinha direito, falando do dossiê e explicando sobre os companheiros que foram defenestrados por mais esse escândalo de seu Governo e do PT. Sua Excelência, o Presidente, até reclamou no final: “Vim para discutir programa, mas não deu”. Portanto, Sr. Presidente, afaste-se também, porque vai ficar difícil compatibilizar as duas agendas, e o Brasil não pode parar. O resultado da paralisia já estamos vendo na economia, com a Bolsa de Valores dando sinais de estagnação.

Adicionalmente, gostaria de cobrar do Coafi agilidade na apuração dos fatos. Com o caseiro France nildo, o órgão agiu com muita ligeireza, procurando a origem de R\$35 mil. O que foi feito até agora para rastrear e identificar R\$1,7 milhão?

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – E olha que havia dinheiro, e dólares no meio! De onde veio todo esse dinheiro, toda essa grana, Sr. Presidente? Vou exigir uma manifestação do Coafi, porque uma operação que envolve esse volume de recursos com certeza é uma operação atípica em qualquer lugar do mundo.

Sr. Presidente, veja outra incoerência que se verifica em todo esse triste episódio: pelo lacre contido nos pacotes de reais, é possível saber de qual banco o dinheiro foi sacado. Portanto, o Brasil quer saber: qual foi o banco? Quem sacou? Essas respostas têm que ser dadas logo, porque temos no Brasil um dos mais modernos sistemas bancários do mundo. Em 24 horas é possível saber de tudo. Como o dinheiro foi preso na última sexta-feira, o Ministro da Justiça já sabe de tudo isso desde o último sábado. E ele não apresentou o dinheiro e o responsável por ele porque estão apagando as trilhas...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – (...) as trilhas para fazer a divulgação e evitar transtornos semelhantes aos do episódio do caseiro. Estão procurando a Geni, e o Márcio Thomaz Bastos quer apagar as trilhas do dinheiro para apresentá-la à Nação.

Portanto, chega de discurso, de discurso que não explica, de discurso que não justifica, de ladainha mesmo! O que precisa ser feito, sim, é apurar tudo o quanto antes possível e, se no meio houver problemas que envolvem qualquer outro político, seja ou não do Governo passado, que sejam explicados, sobretudo porque a Polícia Federal não está sob administração da Oposição. A Polícia Federal é um órgão do Estado, administrado pelo Governo atual e pode muito bem fazer a apuração a mais ampla e a mais profunda possível.

Deixemos de fraseados longos, de explicações longas para um fato que precisa de um esclarecimento célere e rápido. A Nação não suporta mais essa bandalheira!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/ PRB – PB) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Leonel Pavan, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Sérgio Guerra e Valdír Raupp enviaram discursos à Mesa para serem publi-

cados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Governo pagou a ONG de amigo de Lula R\$7,4 milhões”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** de 25 de agosto do corrente.

Segundo a referida matéria, “O Programa Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho, pagou R\$7,4 milhões à ONG Oxigênio Desenvolvimento de Políticas Públicas e Sociais, que tem entre seus dirigentes o petista Francisco Dias Barbosa, o Chicão, ex-com-

panheiro do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sindicato dos metalúrgicos”.

Ainda segundo a matéria, “o valor coloca a entidade em terceiro lugar no **ranking** das organizações não-governamentais que mais receberam recursos públicos do programa”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Governo pagou a ONG de amigo de Lula R\$ 7,4 milhões

Entidade firmou convênios com o Ministério do Trabalho para capacitar 4.000 jovens inexperientes em Guarulhos

Organização é a 3ª entre as que mais receberam recursos do Programa Primeiro Emprego, que distribuiu R\$ 122,5 milhões

**MARTA SALOMON
LETICIA SANDER**
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Programa Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho, pagou R\$ 7,4 milhões à ONG Oxigênio Desenvolvimento de Políticas Públicas e Sociais, que tem entre seus dirigentes o petista Francisco Dias Barbosa, o Chicão, ex-companheiro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sindicato dos metalúrgicos.

O valor coloca a entidade em terceiro lugar no ranking das organizações não-governamentais que mais receberam recursos públicos do programa, segundo pesquisa do site Contas Abertas. O Primeiro Emprego é uma das principais ações do governo para treinamento e capacitação de jovens sem experiência no mercado de trabalho. Até a última segunda, as ONGs haviam recebido um total de R\$ 122,5 milhões.

Barbosa aparece como responsável pela Oxigênio na assinatura de dois convênios com o ministério, em dezembro de 2004 e novembro de 2005. Ele responde pela secretaria de fi-

nanças, mas nega que a entidade tenha sido favorecida em consequência das ligações com Lula, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, ou o PT.

De acordo com o ministério, a ONG foi escolhida como uma das entidades “âncoras” dos Consórcios Sociais da Juventude com base em critérios técnicos. Essas entidades são escolhidas sem licitação. Os convênios previam o treinamento de 4.000 jovens em Guarulhos (SP). Dos primeiros 2.000, 1.182 teriam conseguido emprego com carteira assinada, segundo Martha Del Bello, presidente da ONG. Dos demais 2.000, só 203 obtiveram vagas no mercado de trabalho —um terço da meta fixada pelo Ministério do Trabalho.

A ONG também assinou convênio para a implantação de uma rede de recondicionamento de computadores por R\$ 500 mil, ainda não liberados pelo governo. O site da Oxigênio mostra que a entidade tem entre suas parceiras empresas estatais —são citadas Infraero, Eletrobrás e Banco do Brasil.

Outra entidade dirigida por amigo de Lula, a Agora, teve contrato rompido com o ministério por determinação do TCU (Tribunal de Contas da União), após serem constatadas irregularidades nos convênios. Na ocasião, a Agora havia recebido R\$ 7,5 milhões.

Política

Petista nega favorecimento de entidade

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Francisco Dias Barbosa negou favorecimento à ONG Oxigênio nos convênios assinados sem licitação com o Ministério do Trabalho. “Porque eu sou da mesma origem do Lula, do Marinho, metalúrgico do ABC, essa coisa toda, eu seria beneficiado? Não existe benefício. O valor que é pago para um é o valor que é pago para todos.”

Barbosa é filiado ao PT e integra o Conselho Nacional do Sesi (Serviço Social da Indústria). Ele alega que a ONG, criada em 1988, só assinou convênios com a União no governo Lula porque “só agora existe o programa Primeiro Emprego”.

Segundo o Ministério do Trabalho, a entidade foi escolhida com base em critérios como três anos, no mínimo, de “reconhecida atuação local, regional ou nacional”.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna, no dia de hoje, para comentar a matéria intitulada “Vou cortar impostos e fazer o País crescer, promete Alckimin”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 17 de agosto do corrente.

A matéria apresenta um resumo da participação do candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckimin, no ciclo de entrevistas “Eleições 2006 no Estadão”. Em sua participação, Geraldo Alckimin

afirmou que vai reduzir impostos, controlar com mão de ferro o ajuste fiscal e fazer o País crescer.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste nos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Vou cortar impostos e fazer o País crescer’, promete Alckimin

Tucano abre ciclo de entrevistas “Eleições 2006 no Estadão” e diz que vai propor unificação do ICMS já ao assumir

Carlos Marchi

O candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckimin, afirmou ontem, no auditório do Estadão, que vai “reduzir impostos, controlar com mão de ferro o ajuste fiscal e fazer o País crescer”. Ele disse que, se eleito, vai aproveitar “o empuxo das urnas” e propor ainda em janeiro a unificação do ICMS - e, numa segunda etapa, pretende criar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Alckimin considera que “a má qualidade do gasto público tem afetado o País” e avalia que mais firmeza no ajuste fiscal “permitiria uma política monetária melhor”. O tucano abriu o ciclo de entrevistas *Eleições 2006 no Estadão*.

Alckimin, que viveu na pele a guerra fiscal como governador de São Paulo, disse que a unificação do ICMS não vai causar problemas entre os Estados. Para ele, a definição de que a cobrança deve ser feita no local de consumo, e não no de origem do produto, pacifica a briga entre os antigos litigantes. Depois a unificação estaria garantida, pensa o candidato, pois seria regulada em lei federal, o que impediria modificações pelos Estados, fechando a porta para novos episódios de guerra fiscal.

PAISAGEM DE DESERTO

Para ele, a redução da carga tributária brasileira - o dobro da argentina e da mexicana - dará mais competitividade aos exportadores. O tucano disse que a sobrevalorização do real está afetando duramente as empresas de setores exportadores, como o calçadista, o têxtil e o de brinquedos. “Estamos exportando produtos primários, como minérios”, criticou, atacando um dos discursos mais candentes do governo Lula, o do aumento das exportações. “A paisagem industrial brasileira vai virar um deserto.”

O tucano não quis revelar para que patamar, se eleito, reduziria a carga tributária, mas afirmou que o corte das despesas do Estado é que determinará a dimensão e a velocidade da redução de impostos. Ele criticou o atual governo por reduzir o investimento público para 0,4% e disse que, se eleito, vai elevar esse patamar para até 2% do PIB.

Nas regiões menos desenvolvidas, planeja “investir pesado” para compensar o atraso histórico da desigualdade. No caso do Nordeste, disse que vai reabilitar a Sudene para planejar e executar uma política de desenvolvimento com esses moldes. O dinheiro que financiaria o aumento do investimento viria da redução do gasto público - inclusive

com uma drástica diminuição do número de ministérios e dos cargos em comissão - e das parcerias público-privadas (PPPs), que o governo Lula teve dificuldades para pôr em prática. Em São Paulo, insistiu, a linha 4 do metrô está sendo construída mediante uma PPP (na terça-feira uma greve de protesto dos funcionários do metrô contra essa PPP paralisou a capital).

PROBLEMAS NO CÂMBIO

Alckimin disse ser favorável à autonomia do Banco Central e de câmbio flutuante, mas advertiu que a política cambial do governo Lula está equivocada. “O câmbio vai dar problemas”, ressaltou. O candidato do PSDB afirmou que o governo está comprando US\$ 5 bilhões por mês para segurar a cotação do real. “O governo está queimando dinheiro.”

O tucano também pregou a total autonomia das agências reguladoras e disse que vai garantir a segurança jurídica dos contratos como forma de encorajar o fluxo de capitais para o País. Garantiu que sua política externa seguirá o mesmo princípio e, por isso, vai acionar o governo boliviano de Evo Morales nos tribunais internacionais para preservar o direito brasileiro - que, a seu juízo, foi prejudicado na intervenção militar que atingiu as refinarias da Petrobrás e de empresas privadas.

Tucano prega autonomia do BC e das agências reguladoras

Alckimin afirmou que a política externa do governo Lula é “bem-intencionada”, mas apresenta “resultado zero”. Ele criticou as sucessivas derrotas que o Brasil teve em disputas por postos internacionais (ONU, OIC, BID).

Ele acusou o governo Lula de praticar “uma corrupção jamais vista na história da República” e antecipou que lançará, na semana que vem, um pacote para prevenir a corrupção, propondo alterações no modelo dos convênios do governo federal e outras medidas administrativas. “Ética não é só não roubar e não deixar roubar, é também ter eficiência”, observou.

O ciclo de entrevistas *Eleições 2006 no Estadão* prossegue amanhã com o candidato do PDT à Presidência, Cristovam Buarque. Leitores e internautas que queiram comparecer à entrevista ou enviar perguntas ao candidato devem fazê-lo na página www.estadao.com.br.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A baixaria do presidente” publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 22 de Agosto de 2006.

O artigo destaca que o Presidente Lula desceu aos porões da retórica ao acusar o candidato ao governo paulista, José Serra, de discriminar nordestinos. O artigo afirma ainda que a declaração foi um golpe baixo de calúnia e injúria.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A baixaria do presidente

Primero, Lula invocou o dever de preservar a integridade da função presidencial para não se expor ao confronto direto com os adversários nas sabatinas previstas pelas principais redes de televisão. Depois, mandou às favas as aparências, ao dizer que só irá a debates “quando (lhe) interessar” – completando, no melhor estilo autocrático, “não posso ir só porque outros acham que devo”, como se o eleitor não tivesse a mais remota importância. Por fim, o mesmo presidente da República aparentemente preocupado em zelar pela dignidade do cargo permitiu-se, domingo, praticar uma grosseria sem precedentes nesta campanha.

Num comício em Osasco – reduto do companheiro-mensaleiro João Paulo Cunha, o ex-presidente da Câmara absolvido na Pizzaria Plenário, de quem um esperto Lula tratou de manter profilática distância –, ele desceu aos porões da retórica. Acusou o seu principal contendor de 2002 e atual candidato do PSDB ao governo paulista, José Serra, sem citá-lo nominalmente, de “vomitar preconceito contra o povo nordestino que tanto ajudou a construir esse país e essa cidade”. Eis um golpe baixo que junta injúria e calúnia. Em entrevista à Rede Globo, na semana passada, o ex-prefeito considerou o fluxo migratório para o Estado um dos fatores responsáveis pela queda da qualidade do ensino local.

“São Paulo tem muita migração. Muita gente que continua chegando, esse é um problema”, avaliou Serra. Pode-se concordar ou discordar da ex-

plicação, mas o fato é que ele não falou em nordestinos – e muito menos contra a migração de nordestinos. Ainda assim, o candidato petista ao Palácio dos Bandeirantes, Aloizio Mercadante, tratou de espalhar a inverdade de que o filho de imigrantes José Serra era antinordestino. Pelo menos se conteve no limite do tolerável, evitando o verbo que Lula utilizou como se estivesse num bate-boca de botequim. O jeito lulista de falar é fartamente conhecido de todos quantos conversam com ele em privado. Certa vez, sem se dar conta de que outros o ouviam, comen-

O eleitor também se sente destrutado pelos insultos entre candidatos

tuou que Pelotas “é um pólo exportador de veados”.

No comício de Osasco, Lula ainda se sentiu à vontade para desafiar a oposição no plano da compostura. “Podem provocar, podem baixar o nível da campanha o quanto quiserem”, desdenhou, como se ele tivesse aversão a isso. Mas o palanqueiro, que veste metaforicamente a faixa presidencial quando lhe interessa e dela se despe quando lhe convém, não é um impulsivo. É claro que ele inventou o preconceito de Serra contra os nordestinos não apenas para dar uma força a Mercadante, mas principalmente para se exibir, ainda uma vez, como o defensor, disposto a tudo, do segmento do eleitorado brasileiro que nele tende a votar maciçamente.

O que a canelada de Lula tal-

vez tenha de pior é que poderá servir de senha para o rebaixamento geral do padrão da campanha – o que não é tão difícil assim, se se levar também em conta o pendor da candidata Heloísa Helena para a incontinência verbal. Decerto a agressão do presidente leva água para o moinho de aliados do tucano Geraldo Alckmin, como o senador Antonio Carlos Magalhães, para quem o candidato “ou bate, ou fira logo esse programa do ar”, alheio ao modo de ser do candidato, que desde a primeira hora repete que falar mal dos outros não torna ninguém melhor. Claro que há amplo espaço para explorar a vulnerabilidade de Lula em matéria de ética, sem descambar para o insulto – e sem mentir.

Foi o que fez Alckmin anteontem em São Paulo, ao avivar a memória do eleitorado para as indigestas companhias do presidente. “O candidato deu as costas para o povo brasileiro, para a Justiça e os bons costumes”, criticou o tucano. “Trabalhou do lado do Waldomiro, do mensalão, dos sanguessugas, do valerioduto.” Ele há de saber que nada desgosta mais o público do que o bate-boca entre os políticos. Seja qual for a sua extração social, o eleitor tende a considerar que, ao brigar entre si, em vez de falar do que lhe interessa e apresentar propostas inteligíveis, os candidatos o excluam do debate público – e logo dá as costas ao xingatório.

O problema do nível de campanha não é, pois, de boas maneiras. O que conta – se não nos comícios, de audiência arregimentada e cada vez mais restrita, decerto no horário de propaganda – é a forma como o eleitor se sente tratado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os anos, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), apresenta seu *relatório global*, em que trata dos direitos fundamentais no trabalho. De uma maneira geral, o documento analisa a questão da liberdade sindical e negociação coletiva, erradicação do trabalho infantil, fim do trabalho escravo, eliminação da discriminação e outros aspectos igualmente importantes da vida do trabalho. Este ano, o tema escolhido foi a prevenção do trabalho infantil. O *relatório* tem como título, “a eliminação do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance”.

É importante salientar que o Brasil aparece com destaque especial nesta importante publicação. Segundo a OIT, entre 2000 e 2004, nosso País obteve uma grande vitória no combate ao trabalho infantil. Conseguimos uma queda de 60,9% no número de trabalhadores entre 5 e 9 anos de idade, e de 36,4% na faixa etária de 10 a 17 anos. Apenas para termos uma idéia da importância desse resultado, basta dizer que, no mesmo período, em nível mundial, a diminuição de crianças e adolescentes no mercado de trabalho foi de 11%.

De acordo com as estatísticas oficiais, cerca de 2 milhões e 200 mil crianças brasileiras na faixa etária entre 5 e 14 anos estão exercendo atualmente alguma atividade no mercado de trabalho. Na agricultura, o trabalho infantil é realizado por 63,6% dos meninos. No que se refere às meninas, 43% trabalham no setor de serviços, notadamente em atividades domésticas. É importante destacar que, em nosso continente, a maioria das crianças cumpre longas jornadas de trabalho e, como se não bastasse, não recebe qualquer remuneração. Merece igual menção o trabalho realizado dentro do próprio lar. Milhares de meninas cuidam dos irmãos, limpam suas casas e executam outras tarefas domésticas. Segundo a OIT, em relação ao Brasil, em diversos Estados, sobretudo nas zonas rurais da Região Sul e do Nordeste, o trabalho infantil ainda é encarado por muitos como algo absolutamente normal. Todavia, como veremos a seguir, essa opinião não representa a posição da maioria.

Em importante pesquisa encomendada pela OIT ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), divulgada no último mês de março, 56% dos entrevistados responderam que a idade ideal para ser admitido ao trabalho ou ao emprego seria 16 anos ou mais. Nessa enquête, os mais jovens revelaram um posicionamento diferente dos adultos mais velhos. Entre os pesquisados situados na faixa etária de 16 a 24 anos, 78% disseram que a idade ideal seria 16 anos ou mais. Destes, 30% afirmaram ser 18 anos a idade ideal para entrar no mercado de trabalho. No mesmo quesito, 38% das pessoas com mais de 50 anos consideraram ser 16 anos ou mais, a idade ideal.

A mesma pergunta, analisada por nível de escolaridade, apresentou resultados diferenciados. Por exemplo, 75% dos portadores de diploma de curso superior

manifestaram ser acima de 16 anos. Ao mesmo tempo, somente 39% das pessoas com até a 4^a série do ensino fundamental declararam ser esta a idade ideal. Por sua vez, o Ibope chamou a atenção para o fato de essas mesmas diferenças da opinião pública serem encontradas nos cortes por região do País, ou por renda.

Na avaliação feita pela OIT, a pesquisa permitiu verificar que o comportamento da opinião pública sobre os velhos padrões culturais de tolerância à exploração infantil está mudando rapidamente, como acabei de dizer. Dessa forma, a maioria da sociedade brasileira deixou claro que rejeita essa maneira de pensar e quer ver as crianças longe do trabalho. Mais ainda, a OIT destaca que essa conquista é devida, em grande parte, ao apoio dado pela mídia nacional, que tem se preocupado bastante com a conscientização da opinião pública, com a qualificação do debate sobre o assunto e com o incentivo às ações pontuais que buscam o fim da exploração do trabalho infantil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a OIT reconhece que o Brasil, apesar dos enormes desafios que teve de enfrentar ao longo dos últimos quinze anos, foi um dos primeiros países do mundo a desenvolver, de forma responsável, uma rede dinâmica e ativa contra o trabalho infantil. Assim, não podemos desconhecer que, durante todo esse período, as autoridades brasileiras não mediram esforços para diminuir o contingente de meninos, meninas e adolescentes que trabalham em condições comprometedoras de seus futuros, bem como do futuro da economia e da sociedade brasileira.

A política de prevenção e eliminação do trabalho infantil ocupa hoje lugar de destaque na agenda governamental do País e essa prioridade é apresentada no *Relatório Global* da OIT que estamos comentando. Em face dessa realidade, daqui para frente, se as ações e as políticas públicas nas áreas dos direitos humanos, da educação, da promoção social, da redução da pobreza, da valorização do trabalho e do emprego, e das políticas afirmativas relacionadas aos temas de gênero, raça, etnia e outras, continuarem merecendo a mesma atenção das autoridades, certamente, em curto espaço de tempo, seremos capazes de declarar o fim do trabalho infantil em nosso País.

Nesse aspecto, a OIT também enaltece o esforço que tem sido feito pelo Ministério do Trabalho no sentido de contribuir decisivamente para uma maior conscientização social sobre os aspectos negativos do trabalho infantil e para a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Com esse posicionamento, o Ministério tem procurado mostrar que as ações públicas que consigam diminuir a evasão escolar, universalizar a educação, desenvolver o ensino integral e de qualidade, fortalecer a estrutura familiar e melhorar a renda são armas poderosas no combate contra o trabalho infantil. Aliás, o *Relatório* da OIT faz referência a essa questão e salienta que, para crianças de 5 a 9 anos, qualquer aumento na renda familiar, associado com a educação integral e com outras medidas sócio educa-

cionais complementares, tem repercussão altamente positiva na diminuição do trabalho infantil.

Por fim, o Relatório não poupa elogios à contribuição dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tem tido a preocupação de mostrar, com dados criteriosos, a verdadeira dimensão do trabalho infantil no Brasil. Sem dúvida alguma, com a apresentação desses números, o IBGE tem prestado uma ajuda inestimável ao Governo, que passou a conhecer melhor o seu espaço de atuação e, ao mesmo tempo, a fundamentar com mais precisão as suas decisões de políticas públicas estabelecidas pelo Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.

Nobres Senadoras e Senadores, apesar dos aplausos recebidos no Relatório deste ano da OIT, o Brasil não pode se descuidar porque ainda tem muito a fazer até a vitória final contra o trabalho infantil. Inegavelmente, a quantidade de meninos e meninas que

trabalham ainda é muito alta. Portanto, novos desafios nos esperam até a completa extinção da exploração de crianças e adolescentes no trabalho, em especial nas suas piores formas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que amanhã, sexta-feira, dia 22 de setembro, haverá sessão não deliberativa, a realizar-se às nove horas, no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 49 minutos.)

(O.S.: 15235/2006)

Ata da 6ª Reunião, em 22 de setembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Roberto Cavalcanti

(Inicia-se a reunião às 9 horas e 20 minutos)

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – No plenário não há número regimental para a abertura da sessão, não podendo esta ser realizada.

Nos termos do § 2º do art. 155 do Regimento Interno, o expediente que se encontra sobre a mesa será despachado pela Presidência, independentemente de leitura.

É o seguinte o Expediente despachado:

OFÍCIOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 1.660/2006, de 19 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2005 (nº 5.524/2005, na Casa de origem), que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.345, de 2006.

É o seguinte o ofício recebido:

OF Nº 1.660/06/SGM-P

Brasília, 19 de setembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: comunica que o PLS nº 143/05 foi convertido em lei.

Senhor Secretário,

Comunico a V. Exª, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei nº 5.524, de 2005 (nº 143/05 no Senado Federal), o qual “Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entida-

des desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências.”.

2. Comunico, outrossim, que o citado projeto foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo se convertido na Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006.

3. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

A Presidência recebeu os Ofícios nº 4.629 e 4.631/2006, ambos de 15 do corrente, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, o OF. Nº 446/2006, da Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Saúde, e os expedientes do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável – FBOMS, referentes ao Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003.

São os seguintes os Ofícios recebidos:

Of. nº 4.629/06/GP

Brasília, 15 de setembro de 2006

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Encaminhamento do ofício SE/CNS/GM/MS nº 446/2006, do Conselho Nacional de Saúde/MS.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho, em anexo, para conhecimento de V. Exª, o ofício SE/CNS/GM/MS nº 446/2006, do Conselho Nacional de Saúde/MS.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

OFÍCIO Nº 446/SE/CNS/GM/MS

Brasília-DF, 4 de setembro de 2006

Ao Exmo. Deputado
Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados
Anexo III, Gabinete 371
70.160-900 – Brasília-DF

Senhor Presidente,

Encaminhamos a V. Ex^a cópia da Moção CNS nº 3/2006, aprovada na 168^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, para conhecimento e providências que se fizerem necessárias.

Respeitosamente, **Eliane Aparecida da Cruz**,
Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Saúde.

**CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
MOÇÃO Nº 3, DE 11 DE AGOSTO DE 2006**

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Centésima Sexagésima Oitava Reunião Ordinária, realizada nos dias 9, 10 e 11 de agosto de 2006, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e:

Considerando que a Constituição Federal, em seu artigo 196, determina que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas, que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando que a Constituição Federal em seu artigo 225 determina que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

Considerando que os pneus são de difícil eliminação, não são biodegradáveis e seu volume torna o transporte e o armazenamento complicados e, ainda, não existem soluções de destinação final ambientalmente seguras e economicamente viáveis, e quando queimados liberam substâncias tóxicas e cancerígenas, tais como metais pesados, dioxinas e furanos;

Considerando que os pneus quando jogados em rios e córregos e até nas cidades, obstruem a passagem da água, podendo causar alagamentos e transtornos à população;

Considerando que pneus estocados ou descartados de forma irregular também se tornam locais ideais para a proliferação de mosquitos transmissores de doenças, como a febre amarela e a dengue, por serem um excelente criadouro para mosquitos;

Considerando que o comércio internacional de pneus usados é comprovadamente responsável pela disseminação de uma variedade de doenças pelo mundo, na medida em que promove o transporte, de um continente para o outro, de vetores de doenças como a dengue, a febre amarela, e outras arboviroses de interesse em saúde pública;

Considerando que a liberação da importação de pneus usados aumentará o passivo ambiental e de saúde pública para o País; e

Considerando que o Brasil, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, busca defender a proibição da importação de pneus reformados, questionada pelas comunidades européias;

VEM A PÚBLICO:

Aprovar moção a ser encaminhada ao:

Congresso Nacional, manifestando-se contrário a aprovação dos Projetos de Lei PL nº 203/91, que institui a Política Nacional de Resíduos e libera a importação de resíduos incluindo pneus usados e reformados e do PLS nº 216/03 de autoria do Senador Flávio Arns, que libera a importação de pneus usados; e

Of. nº 4.631/06/GP

Brasília, 15 de setembro de 2006

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Gabinete da Presidência, Edifício Principal, 1º Andar,
Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Encaminha Correspondência do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável – FBOMS.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho, em anexo, cópia de correspondência do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, manifestando repúdio ao PLS nº 216/2003.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Brasília, 4 de setembro de 2006.

Exmo. Sr.
Aldo Rebelo
Presidente da Câmara Federal
Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Brasília - DF
Fone: 3215-8015. Fax: 3215-2371
dep.aldorebelo@camara.gov.br

CC :
Luis Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil

Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Marina Silva
Ministra do Meio Ambiente

José Agenor Álvares da Silva
Ministro da Saúde

Embaixador Celso Luiz Amorim
Ministro das Relações Exteriores

Antonio Fernando Barros e Silva de Souza
Procurador Geral da República

Campanha: Não queremos que o Brasil se torne o lixão da União Européia

Excelentíssimo senhor Presidente;

A União Européia (UE) no dia 20 de janeiro de 2006, solicitou no Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização Mundial de Comércio (OMC) o estabelecimento de um painel arbitral contra o Brasil, para analisar a postura brasileira em relação às medidas restritivas quanto à importação de pneus reformados. As preocupações da UE ficam centradas meramente em questões comerciais, ou seja, na falta de compatibilidade dessas medidas com as disciplinas internacionais do comércio, baseando-se principalmente em Artigos do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e no laudo arbitral do Mercosul que permitiu a entrada de pneus reformados provenientes do Uruguai ao território brasileiro.

O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) foi criado em 1990 por ocasião do início do ciclo de conferências da ONU sobre desenvolvimento sustentável. Por mais de uma década tem articulado ONGs ambientalistas, sindicatos e movimentos sociais na formulação de modelos alternativos a serem incorporados nas políticas públicas para um Brasil sustentável.

A importação de bens de consumo usados é proibida no Brasil desde 1991, como é o caso dos pneus usados. O comércio de resíduos perigosos é regulamentado pela Convenção da Basileia, que deixa claro que pneus usados são resíduos indesejados e reconhece através de manual de gerenciamento as dificuldades de destinação final destes materiais. Pneus reformados não podem ser reformados novamente, portanto, sua vida útil é menor do que um pneu novo. Assim, entendemos como maquiagem a reforma e exportação destes produtos. Os países da União Européia (UE) aproveitam brechas na legislação brasileira e descartam pneus inservíveis ou com meia-vida no Brasil, bem como em outros países em desenvolvimento.

Os pneus comprometem a saúde pública, uma vez que ao serem estocados, criam o ambiente perfeito para a proliferação do mosquito da dengue e riscos de proliferação da febre amarela, malária e outros problemas relacionados. As emissões tóxicas provenientes de outras formas de destinação, como a incineração ou co-processamento, aumentam os riscos de saúde, podendo causar doenças como câncer, lesão cerebral, anemia, desordens endócrinas, asma e diabetes. Além disso, através de seu poder de combustão os pneus ao se incendiarem em campos abertos trazem problemas graves pela emissão de gases altamente tóxicos. Desta maneira, afirmamos que a destinação final dos pneus pode deixar severo passivo ambiental para as presentes e futuras gerações.

Atualmente circulam no Congresso Nacional dois projetos de lei que, caso aprovados, representariam um profundo retrocesso na soberania nacional e nos esforços para a redução e controle dos problemas relacionados à produção de resíduos no planeta e no Brasil. Trata-se do projeto de Lei do Senado N.º 216 de 2003 e parte do projeto de Lei da Câmara do Deputados N.º 203 de 1991, que permitem a importação de resíduos, entre eles pneus usados e reformados. O momento é da maior seriedade, pois a aprovação dos projetos coloca em risco o direito do Brasil de impedir a entrada do lixo dos países industrializados no país. Somos favoráveis à moção do Conselho Nacional de Saúde de 11 de agosto de 2006, que repudia estes projetos de lei referidos no parágrafo anterior.

Solicitamos ao Presidente da República que assine Medida Provisória para proibir a importação de pneus usados e criando um sistema de gerenciamento sustentável dos pneus. Vimos, através desta, solicitar a vossa senhoria que implemente ações no sentido de barrar a aprovação dos projetos de lei mencionados, os quais contrariam a soberania nacional e os interesses da saúde das gerações atuais e futuras de nosso país.

Atenciosamente,


Themístocles Marcelos
Secretário-Executivo

© Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) foi criado em 1996 por ocasião do início do ciclo de conferências da ONU sobre desenvolvimento sustentável. Por mais de uma década tem articulado ONGs ambientalistas, sindicatos e movimentos sociais na formulação de modelos alternativos a serem incorporados nas políticas públicas para um Brasil sustentável.

O caso dos pneus na OMC

Não queremos que o Brasil se torne o lixão da União Européia !!!

A União Européia (UE) no dia 20 de janeiro de 2006, solicitou no Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC o estabelecimento de um painel arbitral contra o Brasil, para analisar a postura brasileira em relação às medidas restritivas quanto à importação de pneus reformados. As preocupações das CE ficam centradas meramente em questões comerciais, ou seja, na falta de compatibilidade dessas medidas com as disciplinas internacionais do comércio, baseando-se principalmente em Artigos do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e no laudo arbitral do Mercosul que permitiu a entrada de pneus reformados provenientes do Uruguai ao território brasileiro.

A importação de bens de consumo usados é proibida no Brasil desde 1991, como é o caso dos pneus usados. O comércio de resíduos perigosos é regulamentado pela Convenção da Basileia, que deixa claro que pneus usados são resíduos indesejados e reconhece através de manual de gerenciamento as dificuldades de destinação final destes materiais. Pneus reformados não podem ser reformados novamente, portanto, sua vida útil é menor do que um pneu novo. Assim, entendemos como maquiagem a reforma e exportação destes produtos. Os países da União Européia (UE) aproveitam brechas na legislação brasileira e descartam pneus inservíveis ou com meia-vida no Brasil, bem como em outros países em desenvolvimento:

Os pneus comprometem a saúde pública, uma vez que ao serem estocados, criam o ambiente perfeito para a proliferação do mosquito da dengue e riscos de proliferação da febre amarela, malária e outros problemas relacionados. As emissões tóxicas provenientes de outras formas de destinação, como a incineração ou co-processamento, aumentam os riscos de saúde, podendo causar doenças como câncer, lesão cerebral, anemia, desordens endócrinas, asma e diabetes. Além disso, através de seu poder de combustão os pneus ao se incendiarem em campos abertos trazem problemas graves pela emissão de gases altamente tóxicos. Desta maneira, afirmamos que a destinação final dos pneus pode deixar severo passivo ambiental para as presentes e futuras gerações.

A questão se agrava levando em consideração que na UE há legislação prevendo que até julho de 2006 seja proibido o descarte de pneus usados em aterro sanitário. Anualmente, mais de 80 milhões de pneus são enviados para aterros europeus e obrigatoriamente terão que encontrar outro destino. Considerando as restrições de limites de emissão no processo de incineração de resíduos sólidos, fica evidente que a UE considera a exportação de pneus usados e reformados como a forma adequada de disposição e/ou tratamento. Não podemos aceitar este comportamento de um conjunto de países que há décadas vêm adotando uma retórica favorável à proteção do meio ambiente, saúde pública e defesa dos direitos humanos.

Caso a decisão final do Órgão de Solução de Controvérsia seja favorável à União Européia, há grande risco do Brasil se tornar no futuro um grande lixão dos países desenvolvidos, sendo obrigado a aceitar a entrada de outros bens de consumo usados. A partir de decisões como esta, observamos um claro enfraquecimento dos Acordos Ambientais Multilaterais como nas Convenções da Basileia e Estocolmo - sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) - em relação às regras impostas e ditadas pela OMC.

Com relação ao comportamento da UE no painel arbitral, denunciemos que até o presente momento não foi publicada ou disponibilizada por qualquer meio a primeira petição apresentada no Painel, de forma que a sociedade possa opinar e questionar os pontos de acusação. Denunciamos também a falta de transparência da OMC de não publicar para a sociedade civil organizada todos os documentos envolvidos no processo e não permitir a presença da mesma nas audiências dos casos estabelecidos em seu âmbito.

Solicitamos aos Ministros de Meio Ambiente e de Comércio dos países da UE que reconsiderem a posição adotada contra o Brasil e reconheçam que questões de meio ambiente, direitos humanos e saúde pública devem prevalecer sobre interesses comerciais de um pequeno grupo de empresas. Os países da UE devem assumir responsabilidades e destinar recursos e tecnologias adequadas para o tratamento e destinação final de seus resíduos, produzidos por uma sociedade de consumo e um modelo de produção insustentável. Hoje os consumidores europeus pagam um valor adicional na aquisição do produto, correspondente a destinação adequada que este produto requer, porém estão sendo enganados, já que estes os pneus como outros bens usados estão simplesmente sendo exportados para os países em desenvolvimento.

As organizações não-governamentais, os movimentos sociais, consumidores e cidadãos de todo o mundo, abaixo assinados, somos contra a posição da UE no painel arbitrário da OMC, e favoráveis a defesa dos interesses do Brasil para que o meio ambiente, a saúde e vida ganhem nesta disputa. Não queremos que o Brasil e os países em desenvolvimento tornem-se lixões dos países desenvolvidos!!!

1. Amigos da Terra – Amazônia Brasileira
2. Assembléia Permanente das Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA-RJ)
3. Associação Brasileira de Defesa dos Moradores e Usuários Intranquilos com Equipamentos de Telecomunicação celular (ABRADECEL)
4. Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente (ABRAMPA)
5. Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (ABREA)
6. Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta
7. Associação das Vítimas do Césio 137 (AVCésio)
8. Associação de Combate aos POPs (ACPO)
9. Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional (ACPO)
10. Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária (AMAR)
11. Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte (APROMAC)
12. Associação dos Geógrafos Brasileiros de Niterói (AGB-Niterói)
13. Associação Ibioca Nossa Casa na Terra
14. Associação Eco Vital
15. Associação Global de Desenvolvimento Sustentado
16. Associação Parcel - Santos
17. Associação Protetora da Diversidade das Espécies (PROESP) - Campinas
18. Associação Terra Laranjeiras (ATLA)
19. Bicuda Ecológica
20. Brasil Sustentável e Democrático/FASE
21. Caa-Oby Folha Verde
22. Central Única dos Trabalhadores (CUT)
23. Centro de Estudos Ambientais (CEA)
24. Conectas Direitos Humanos
25. Ecoa-Ecologia e Ação - Mato Grosso do Sul
26. ECOFUND
27. Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE)
28. Fórum Brasileiro de ONGs, Movimentos Sociais para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (FBOMS)
29. Fórum Carajás
30. Fórum Juvenil da Agenda 21 - Santos
31. Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor
32. Fundação CEBRAC
33. Fundação Pró-Defesa Ambiental
34. Greenpeace Brasil
35. Grupo de Defesa Ecológica da Bacia do Rio Piracicaba (GRUDE)
36. GT Ambiente da Associação dos Geógrafos Brasileiros do Rio de Janeiro
37. IGTN Brasil
38. Instituto Ambiental Ponto Azul
39. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)
40. Instituto Centro de Vida (ICV)
41. Instituto de Estudos de Direito e Cidadania (IEDC)
42. Instituto de Pesquisa Ambiental Louveira (IPAL)
43. Instituto Equit
44. Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais / Ingá
45. Instituto o Direito por um Planeta Verde
46. Instituto Observatório Brasil
47. Instituto Sócioambiental (ISA)
48. Instituto Terramar
49. Justiça Global – Brasil
50. Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST)
51. Núcleo de Amigos da Terra – Brasil
52. Observatório Social
53. Projeto MIRA-SERRA - Brasil
54. Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP)
55. Rede Brasileira de Justiça Ambiental
56. Rede de ONGs da Mata Atlântica – RMA
57. Rede Pântanal de ONGs e Movimentos Sociais
58. Rede Virtual-Cidadã pelo Banimento do Amianto para a América Latina
59. Repórter Brasil
60. Rep. das ONGs do Centro-Oeste no CONAMA
61. Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo (SINSESP)
62. S.O.S Manancial
63. Terra de Direitos – Brasil

Manifesto por um Brasil Soberano, Livre da Incineração, Co-Incineração e Destinação de Resíduos Indesejáveis dos Países Industrializados

Encontra-se em curso um movimento político e econômico de âmbito tanto nacional quanto internacional, o qual pretende fazer do Brasil e outros países em desenvolvimento os principais destinatários dos resíduos produzidos pelas indústrias e pelas sociedades mais ricas e consumistas do planeta. Este movimento é contrário à sustentabilidade, aos princípios da Agenda 21 e às Convenções da Basileia (que proíbe a exportação de resíduos perigosos) e de Estocolmo (sobre poluentes orgânicos persistentes - POPs), e intensifica as desigualdades sociais e a injustiça ambiental no planeta.

O Problema da Incineração e Co-Processamento de Resíduos

Nos últimos anos vimos se intensificar o papel de países como o Brasil enquanto produtor de mercadorias ("commodities") numa economia globalizada. O modelo de desenvolvimento hegemônico privilegia a expansão do agronegócio exportador pautado nas monoculturas, e de ciclos minerais e de produção industrial poluentes e intensivos em energia, como a produção do ferro-aço e da bauxita-alumínio. Os problemas relacionados à degradação dos ecossistemas, aos riscos para a saúde dos trabalhadores e das populações expostas à poluição são agravados diante da fragilidade dos órgãos ambientais, da saúde e do trabalho de licenciarem, monitorarem e fiscalizarem adequadamente os setores e empresas poluidoras envolvidas.

Paralelamente a este processo, no plano nacional vem crescendo a força política e o lobby de setores econômicos que lucram com este "livre-comércio de lixo industrial". Além das empresas que importam pneus, aquelas que mais se beneficiam são as de "gestão ambiental", de incineração e do chamado co-processamento ou co-incineração (queima de resíduos em fornos de indústrias de cimentos, que são utilizados como substitutos parciais de combustíveis e/ou matérias primas).

O problema geral da incineração é que esta forma de tratamento não contribui para a redução efetiva das absurdas quantidades de resíduos resultantes da lógica do produtivismo e do consumismo e que por si só já são um dos principais problemas ambientais do planeta, além de gerar vários riscos no processo (como a produção de dioxinas e furanos, algumas das substâncias altamente tóxicas cujo banimento está previsto pela Convenção de Estocolmo). A co-incineração de resíduos perigosos em fornos de cimentos (conhecida como co-processamento) é propagandeada por muitos como uma alternativa eco-eficiente de destinação adequada de vários resíduos industriais, mas possui como uma das condições sine qua non para sua realização segura, a existência de laboratórios equipados e autônomos, e a capacidade dos órgãos ambientais de licenciarem, monitorarem e fiscalizarem as características dos resíduos, da mistura, da queima e dos efluentes resultantes do processo. Infelizmente os órgãos ambientais brasileiros não possuem a infra-estrutura técnica, humana e laboratorial necessária para cumprir tais compromissos.

Tampouco o setor de saúde possui a capacidade para analisar os efeitos desta expansão. Estudos preliminares em empresas do eixo Rio-São Paulo realizados por instituições como o Ministério Público, a FIOCRUZ e a FUNDACENTRO apontam para inúmeros riscos para os trabalhadores, consumidores de cimento e populações ao redor das fábricas. Nos EUA a rápida expansão das atividades de co-incineração em indústrias de cimento transformou estas na segunda maior fonte de emissão de dioxinas em menos de uma década, assim como é atualmente a principal fonte de emissão de mercúrio na atmosfera.

Contra a Importação de Pneus e dos Projetos de Lei que Liberam a Importação de Resíduos

Atualmente vem se consolidando uma estratégia por parte dos países mais ricos de exportarem seus resíduos através da "troca de qualificação" da nomenclatura de resíduos indesejáveis da produção e do consumo, que passam a ser "matéria-prima" ou "produtos". Desta forma os resíduos passam a ser comercializados como mercadorias para serem reutilizadas nos países mais pobres, os quais acabam se responsabilizando por resolver o problema do lixo produzido nos países mais ricos.

Um exemplo recente desta estratégia é a atual representação da União Européia contra o Brasil junto à Organização Mundial do Comércio visando impedir a posição do governo brasileiro de proibir a importação de pneus reformados. Vale lembrar que desde julho de 2006 está proibido o descarte de pneus usados em aterros sanitários União Européia.

Assim, a forma mais barata de se livrar dos mais de 80 milhões de pneus antes enviados para os aterros é "exportá-los" na qualidade de "remoldados" para países como o Brasil, que teria um mercado potencial uma vez que possui uma das maiores frotas automobilísticas fora do eixo América do Norte-Europa-Japão. Para burlar as proibições da Convenção da Basileia, o resíduo transforma-se em mercadoria ou ainda "insumo para produção de bens", conforme a necessidade e o tipo de resíduo. Para exemplificar isso, temos a pressão para que os países mais pobres aceitem a exportação de

**Não à importação de pneus usados!!
Não queremos que o Brasil se torne o lixão da União Européia!!
Não ao PL 203/1991 e PL 216/2003!!**

A União Européia (UE) no dia 20 de janeiro de 2006, solicitou no Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC o estabelecimento de um painel arbitral contra o Brasil, para analisar a postura brasileira em relação às medidas restritivas quanto à importação de pneus reformados. As preocupações das CE ficam centradas meramente em questões comerciais, ou seja, na falta de compatibilidade dessas medidas com as disciplinas internacionais do comércio, baseando-se principalmente em Artigos do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e no laudo arbitral do Mercosul que permitiu a entrada de pneus reformados provenientes do Uruguai ao território brasileiro.

A importação de bens de consumo usados é proibida no Brasil desde 1991, como é o caso dos pneus usados. O comércio de resíduos perigosos é regulamentado pela Convenção da Basileia, que deixa claro que pneus usados são resíduos indesejados e reconhece através de manual de gerenciamento as dificuldades de destinação final destes materiais. Pneus reformados não podem ser reformados novamente, portanto, sua vida útil é menor do que um pneu novo. Assim, entendemos como maquiagem a reforma e exportação destes produtos. Os países da União Européia (UE) aproveitam brechas na legislação brasileira e descartam pneus inservíveis ou com meia-vida no Brasil, bem como em outros países em desenvolvimento.

Os pneus comprometem a saúde pública, uma vez que ao serem estocados, criam o ambiente perfeito para a proliferação do mosquito da dengue e riscos de proliferação da febre amarela, malária e outros problemas relacionados. As emissões tóxicas provenientes de outras formas de destinação, como a incineração ou co-processamento, aumentam os riscos de saúde, podendo causar doenças como câncer, lesão cerebral, anemia, desordens endócrinas, asma e diabetes. Além disso, através de seu poder de combustão os pneus ao se incendiarem em campos abertos trazem problemas graves pela emissão de gases altamente tóxicos. Desta maneira, afirmamos que a destinação final dos pneus pode deixar severo passivo ambiental para as presentes e futuras gerações.

Atualmente circulam no Congresso Nacional dois projetos de lei que, caso aprovados, representariam um profundo retrocesso na soberania nacional e nos esforços para a redução e controle dos problemas relacionados à produção de resíduos no planeta e no Brasil. Trata-se do projeto de Lei do Senado N.º 216 de 2003 e parte do projeto de Lei da Câmara do Deputados N.º 203 de 1991, que permitem a importação de resíduos, entre eles pneus usados e reformados. O momento é da maior seriedade, pois a aprovação dos projetos coloca em risco o direito do Brasil de impedir a entrada do lixo dos países industrializados no país.

Por isso somos favoráveis à moção do Conselho Nacional de Saúde de 11 de agosto de 2006, que repudia os Projetos de Lei acima citados. Solicitamos aos Ministérios do Meio Ambiente, da Saúde e demais envolvidos, à Procuradoria Geral da República, assim como todas as entidades e membros da sociedade comprometidos com o futuro sustentável e democrático do país, que tomem as providências cabíveis e implementem ações no sentido de barrar a aprovação destes projetos, os quais contrariam a soberania nacional e os interesses da saúde das gerações atuais e futuras de nosso país. Solicitamos especificamente ao Presidente da República que reforce a proibição da importação de pneus usados assinando a Medida Provisória que institui o Sistema de Gestão Ambientalmente Sustentável de Pneus.

**Não à importação de pneus usados!!
Não queremos que o Brasil se torne o lixão da União Européia!!
Não ao PL 203/1991 e PL 216/2003!!**

A Presidência determina a juntada dos ofícios lidos ao Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003.

A matéria retorna à Comissão de Assuntos Econômicos.

AVISO DO

MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

– Nº 1.379/2006, de 11 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 228, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

**AVISOS DO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL
DE CONTAS DA UNIÃO**

– Nºs 1.573/2006 e 1.596/2006, de 5 e 6 do corrente, respectivamente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 116, de 1996, do Senador Ney Suassuna.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 9 horas e 21 minutos.)

(OS:15237/06)

Ata da 7ª Reunião, em 25 de setembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Eduardo Suplicy

(Inicia-se a reunião às 14 horas e 33 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – No plenário, até o presente momento, são 14 horas e 33 minutos, não há número suficiente de Senadores para a abertura da sessão. Quero aguardar alguns poucos instantes, pedindo aos Srs. Senadores, que porventura se encontrem no Senado, que acorram ao plenário para iniciarmos nossos trabalhos, se isso for possível.

Vim de São Paulo, hoje, porque avalio ser muito importante expressarmos nossos sentimentos sobre o que se passa no País.

O jurista e professor Dalmo de Abreu Dallari escreveu um artigo de grande importância, publicado, hoje, no jornal **Folha de S.Paulo**, sob o título “Operação mata-ministro”, que quero deixar registrado.

Ele diz:

No clima de denúncias escandalosas e agressões violentas que vem caracterizando o final da presente campanha eleitoral, explodiu uma investida furiosa contra o Ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, cujo desempenho à frente do Ministério, pelo alto nível ético, pela eficiência sem exibicionismo e pelo absoluto respeito aos preceitos jurídicos que regem a democracia brasileira, o coloca no mesmo nível das grandes figuras que marcaram positivamente sua passagem por aquele Ministério. Quais seriam as verdadeiras causas dessas agressões ao Ministro? A resposta reside na conjugação de vários fatores, entre os quais está a disputa eleitoral, com a quase certeza da vitória do atual Presidente. Soma-se a isso a ira dos oposicionistas, que, exagerando no falso moralismo, vêm tentando convencer o eleitorado de que toda a corrupção existente no setor público brasileiro começou com o atual Governo. Esse fator ganha maior intensidade quando são reveladas ou simplesmente lembradas práticas de corrupção que tiveram como agentes os moralistas de hoje.

A isso tudo deve-se acrescentar o fato de que, graças ao decidido apoio do Ministro Márcio Thomaz Bastos, a Polícia Federal ganhou nova dimensão, desmascarando a falsa respeitabilidade de figuras das tradicio-

nais elites privilegiadas, que enriqueceram e ganharam evidência na sociedade praticando sonegação fiscal, contrabando e corrupção de políticos, governantes e agentes burocráticos, engordando suas contas bancárias à custa do dinheiro e dos sacrifícios do povo. Este último ponto pesa muito para que órgãos da grande imprensa dêem tanta ênfase a denúncias feitas sem nenhum fundamento e, freqüentemente, expressas em linguagem grosseira e reveladora do baixo nível dos denunciadores.

Quero também registrar que estou tentando conversar com o Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, a respeito deste breve intervalo em que leio o artigo do professor Dalmo Dallari, aguardando que qualquer um dos 81 Srs. Senadores esteja presente no horário regular da sessão.

Continuando:

Entre as investidas aqui referidas estão artigos e declarações divulgados pela imprensa, com a chancela de pessoas ligadas à área jurídica, bem como uma representação feita por uma coligação que associa o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL) ao corregedor-geral eleitoral. A par da absoluta inconsistência, evidente na própria linguagem, tanto os artigos publicados como a representação contêm equívocos jurídicos fáceis de demonstrar, o que revela a afoiteza, o descontrole emocional, a parcialidade política e também a falta de cuidado nas referências às disposições legais que regem as matérias tratadas. Um ponto que fica evidente é que, à falta de provas, se abusou de suposições e insinuações, não se afirmando que uma prática ou um recurso utilizado eram destinados a alguma finalidade legal, mas que seriam, provavelmente ou supostamente, destinados a isso.

Outro ponto que é oportuno esclarecer é que o art. 67, IV, da Lei nº 9.100/96 define como crime eleitoral “divulgar fato que se sabe inverídico”, ou seja, o crime está na divulgação de uma coisa que não aconteceu. Vem a propósito ressaltar esse ponto, porque um dos fatos que, segundo se sabe seria divulgado é a participa-

ção do ex-Ministro da Saúde, José Serra, na distribuição de ambulâncias. O jornal **Diário Regional**, que circula na região norte do Estado de Mato Grosso, informa, em sua edição de 21 de setembro deste ano, que, em 2001, o Ministro esteve no Município de Sinop e, ali, tendo ao lado Darci e Luiz Antônio Vedoin, fez a entrega de ambulâncias aos Municípios de Sinop, Feliz Natal e Juína. A divulgação desse fato não seria uma inverdade, mas seria insuficiente como prova de que o Ministro sabia do esquema de superfaturamento de ambulâncias.

Na mencionada representação, há uma passagem que beira o ridículo. É num trecho em que se diz que o comportamento da Polícia Federal, impedindo a divulgação de uma parte do que foi apreendido, “foi inspirado” pelo Ministro da Justiça. Isso afronta a lógica mais elementar, pois, se o Ministro pudesse “inspirar”, a ponto de determinar o comportamento da Polícia Federal, e se ele tivesse a preocupação de proteger o PT, teria “inspirado” o silêncio absoluto, a não-apuração de coisa nenhuma, e não apenas o acobertamento de um pormenor. O exame sereno dos fatos leva à conclusão de que a paixão política obscureceu os conhecimentos jurídicos, estando bem evidente a falta de substância jurídica para as acusações e o pedido de sanções. Não há dúvida de qualquer tentativa de cometer abusos para obter resultados eleitorais deve ser severamente repudiada, aplicando-se aos fraudadores as cominações legais, mas isso é bem diferente de aceitar como comprovadas e suscetíveis de condenação judicial insinuações e suposições desprovidas de comprovação objetiva.

Assina Dalmo de Abreu Dallari, 74, advogado, professor aposentado da Faculdade de Direito da USP. Foi Secretário de Negócios Jurídicos de São Paulo (gestão Erundina). Escreveu, entre outras obras, “O Futuro do Estado”.

Gostaria de ressaltar que, há poucos dias, a Senadora Heloísa Helena, única presente no início de uma sessão do Senado Federal, ficou também no aguardo da chegada de outros Senadores e Senadoras para iniciar a sessão, fazendo, na ocasião, comentário, como hoje faço. Gostaria, obviamente, que estivessem presentes Senadores da Oposição, porque me referi ao PFL e ao PSDB, para comentarem sobre o artigo que acabo de ler. Mas tenho a convicção de que está aberta a possibilidade para os 81 Senadores estarem presentes no cumprimento do nosso dever. Compreendo perfeitamente que muitos dos Senadores estão agora atribulados com a campanha, sobretudo em função das

eleições tão importantes que acontecem no Brasil para os cargos de Presidente, Governadores, Deputados Federais e Estaduais e Senadores, que acontecerão no próximo domingo, dia 1º de outubro.

É muito importante que todos nós, Senadores, façamos um apelo, assim como o Tribunal Superior Eleitoral, para que todos os brasileiros e brasileiras acima de 16 anos, sobretudo nestes sete dias finais, procurem conhecer as mensagens, os valores, a história de cada um dos candidatos a cada um desses cargos e que todos façamos a escolha mais responsável possível.

Felizmente, o Brasil vive hoje uma democracia em que o povo tem o direito sagrado de escolher os seus representantes tanto no Poder Executivo quanto no Poder Legislativo.

Tendo se passado das 14 horas e 33 minutos às 14 horas e 43 minutos, por dez minutos tendo este Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, no exercício da Presidência, aguardando os demais e não tendo chegado outros Senadores para que se tenha o número regimental para abertura da sessão, não podendo esta se realizar completamente, nos termos do § 2º do art. 155 do Regimento Interno, será despachado o expediente que se encontra sobre a mesa.

Nenhum Senador tendo chegado, sinto-me, infelizmente, com a responsabilidade de encerrar a presente reunião.

Muito obrigado.

É o seguinte o Expediente despachado:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 221, de 2006 (nº 797/2006, na origem), de 15 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2006 (nº 6.047/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

- Mensagem nº 109, de 2006-CN (nº 831/2006, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos dos §§ 5º e 6º do art. 76 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao quarto bimestre de 2006.

A mensagem lida vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

OFÍCIO

- Ofício nº 25, de 2006-CN (GAPRE.2006/1496, do Presidente do Banco do Nordeste, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no artigo 20, § 4º da Lei nº 7.827, de 27-9-1989, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional Financiamento do Nordeste – FNE, referentes ao primeiro semestre de 2006.

O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2006 (nº 5.630/2005, na Casa de origem), que Revoga o Decreto-Lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945, e o Decreto-Lei nº 7.776, de 25 de julho de 1945.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT - SP) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 43 minutos.)

(OS Nº 15245/06)

Ata da 156ª Sessão Não Deliberativa, em 26 de setembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Marcos Guerra, Eduardo Azeredo e João Batista Motta

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, do PT do Rio de Janeiro.

S. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os observadores políticos do Brasil, e até outros que não são brasileiros mas que se dedicam ao estudo e análise do processo político brasileiro, estão diante de um dilema, de uma dicotomia lógica que ainda não tem conclusões definitivas, até porque não temos também resultados definitivos. Eu, por exemplo – e sou um observador político do quadro brasileiro há cinqüenta anos –, por tudo o que tenho escutado aqui neste plenário, por tudo o que tenho lido nos jornais, por tudo o que tenho visto na televisão, acabaria tirando uma conclusão lógica do conteúdo desses pronunciamentos e mesmo desse noticiário e de artigos que são escritos. A conclusão seria de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não teria condições morais, éticas para se reeleger. Por outro lado, não temos ainda resultados definitivos, e a preferência popular se manifestou claramente pela reeleição do Presidente.

Do encontro lógico desses dois fatos – o conjunto de comentários e a manifestação popular –, surge aquele velho aforismo: “O povo não sabe votar”. O povo é tolo, despreparado, não sabe o que é melhor para si; ou então o povo é cínico, não tem noção de ética, de moral e não sabe apreciar as questões sob esse prisma da ética e da moral.

Sr. Presidente, esse é um velho pensamento. Eu, como disse, sou antigo observador da política brasileira e sei que esse é um velho pensamento da elite tradicional, conservadora, endinheirada; da elite branca, no dizer do Governador Cláudio Lembo.

Além disso, esse é um pensamento também muito subliminarmente inserido na mídia brasileira há muito tempo – se bem que, nesses cinqüenta anos de observação, nunca vi uma posição da mídia tão forte contra um Presidente ou contra um candidato como agora, a não ser nos idos de 1954, em relação a Getúlio Vargas. Depois daquele episódio, não vi mais se repetir essa força, essa unanimidade do noticiário e do pensamento da mídia como a que tenho visto agora.

Trata-se de um velho vezo da política brasileira. O Brasil não tem, Sr. Presidente, tradição democrática; tem pouca prática de democracia, essa é a verdade. O Brasil teve um período democrático, de 1945 a 1964 – menos de vinte anos –, que se interrompeu. E agora, a partir de 1984, 1985, o País retomou a prática democrática.

O fato é que a democracia no País sempre foi uma democracia dessas elites, uma democracia em que o povo trabalhador, o pequeno agricultor, a família carente, o excluído brasileiro sempre votou de acordo com a opinião da classe média, do seu “doutor”, da mídia, porque a democracia funcionava assim; o povo nunca tinha tido a oportunidade de se revelar por inteiro no seu pensamento, no seu julgamento, como agora está fazendo.

Esse pensamento da elite – de que o povo não tem capacidade de julgar, ou, quando o faz, julga errado, ou, quando o faz, julga sem considerar os aspectos morais e éticos – é profundamente antidemocrático. Mas, no fundo, é o pensamento de quem não quer e não pode aceitar o novo e principal ator do jogo democrático brasileiro, o ator que nunca tinha entrado em cena com autonomia e agora, desta vez, está entrando. Então, esse fenômeno está causando espécie e dificuldade de compreensão para quem não está habituado ao jogo democrático na sua completude, na sua inteireza.

No último número da revista **Carta Capital**, há uma entrevista muito interessante e substanciosa do cientista político Marcos Coimbra, na qual ele responde exatamente essas indagações, desmistificando todo esse pensamento de que o povo não sabe votar, de que o povo não pensou bem, mostrando que esses julgamentos são errados e, além de errados, an-

tidemocráticos, porque são de quem não participou ainda de um jogo democrático em que entrem todos os atores, inclusive o povo mais modesto, o povo trabalhador, o pequeno agricultor, a família carente, os excluídos, etc.

Agora, isto é o que há de auspicioso neste momento, ou seja, a democracia brasileira entrou no seu processo de consolidação e de aprofundamento – algo que ainda não havia ocorrido –, e entrou o fator novo do projeto nacional brasileiro.

Depois do Estado nacional, depois da ocupação do território, entrou o povo nacional brasileiro, que ainda não tinha assumido a sua autonomia, a sua presença e o seu desempenho no palco político brasileiro. Isso é, como eu disse, auspicioso sob o ponto de vista democrático, porque é a última etapa na consolidação do projeto nacional brasileiro e democrático.

Porém, isso não está acontecendo só no Brasil; está acontecendo em todos aqueles países da América Latina que se caracterizam pela desigualdade profunda com que o Estado nacional trata a população, em todos aqueles países que sempre jogaram o povo numa situação de muita injustiça, de muita opressão, de muita exclusão, de muita desconsideração. O que está acontecendo no Brasil acontece em praticamente toda a América Latina, à exceção da Argentina, do Chile e do Uruguai, países onde esse fenômeno da desigualdade aprofundada e da exploração do povo pelas elites de maneira tão gritante, tão antiética e tão injusta não aconteceu no mesmo grau com que aconteceu nos demais países.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Em breve, Senador.

O México vive hoje essa situação, assim como a Venezuela, a Bolívia, o Equador, o Peru. Toda a América Latina está despertando para a democracia e, pela primeira vez, incluindo como ator, no jogo democrático, o povo, sempre excluído desse processo, do processo político e do processo econômico-social.

Então, isso é novo, e, por conseguinte, muita gente estranha, classifica mal, compreende mal. Mas é um fato que considero da maior importância, um fato novo, auspicioso, que trará para o nosso País e para o continente essa consolidação do regime democrático, da participação popular, da autonomia de pensamento e de julgamento do povo trabalhador.

Ouçó o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Roberto Saturnino, sempre assisto, com muito entusiasmo e muita atenção, aos pronunciamentos que V. Ex^a faz nesta Casa. Hoje V. Ex^a critica as elites. Mas o povo

brasileiro, que tanto o admira, precisa de um esclarecimento maior de V. Ex^a sobre o que é elite. Será que quem comanda o PT ou quem faz oposição ao Governo faz parte das elites que o cercam? Será que o PT hoje é governado por uma elite, ou o PT não tem elite? Já soubemos de uma discussão, amplamente divulgada pela imprensa, do alto comando do *politburo* petista, em que um dos participantes disse: “Pára com isso, porque a elite somos nós”. O grande erro ou a grande novidade é que agora se implantou no Brasil uma nova modalidade de elite, que é a elite da corrupção, a elite que comanda um processo de corrupção no País e que tem o Presidente da República como autoridade maior. No entanto, como resposta a tudo isso, o Presidente apenas chama seus companheiros de “meninos”. Ora, eu já pedi que mandasse os meninos para a Febem, porque, se esses meninos crescerem assim, eles vão fazer mal à sociedade brasileira. Senador Roberto Saturnino, tenho a impressão de que V. Ex^a, como carioca, é admirador do jornalista Ancelmo Gois. Espero que V. Ex^a não o coloque na elite do jornalismo brasileiro, a não ser que ele faça parte da elite por causa da sua independência, da sua credibilidade e, acima de tudo, por ser um daqueles que honram a profissão. Na sua coluna hoje, ele mostra a fotomontagem, inspirada no quadro original da “Santa Ceia”, intitulada “Santa Ceia Tabajara”. Nela, o Presidente Lula ocupa a cadeira principal – isso até vem em bom momento, porque o Presidente comparou-se a Cristo ontem –, cercado da elite da corrupção brasileira. Não podemos, Senador Roberto Saturnino, tapar o sol com a peneira. O Brasil está estarecido e escandalizado, por exemplo, com o que se está fazendo neste Governo com uma das instituições mais respeitadas do País, o Banco do Brasil, que tem sido usado para montagem e fortalecimento do aparelho do Estado, para bisbilhotar a vida de pessoas que contrariam o Governo, que se opõem ao Governo em determinadas ocasiões. Portanto, chamo a atenção de V. Ex^a, que prima nesta Casa pelo equilíbrio e pela ponderação, para que se tenha cuidado com a criação dessa nova elite. V. Ex^a cita, toda segunda-feira, a revista **Carta Capital**, publicação de repercussão nacional, mas o jornal **O Globo**, da sua cidade, e as revistas **Veja** e **Época** veiculam, nesta semana, notícias gravíssimas contra o Governo, que tenho certeza serão objeto de leitura por parte de V. Ex^a. Permita-me aproveitar esta oportunidade para parabenizar seu conterrâneo Ancelmo Gois pela oportunidade e pela inspiração dessa montagem, invocando a Ceia Larga, onde o suposto Cristo, o Cristo barbado, está cercado de ladrões por todos os lados. Todos os citados aqui, que formam essa elite, ou já foram investigados ou já

foram punidos. Não vamos dizer que são “meninos” ou que aqui tenha algum inocente. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, Senador Heráclito Fortes.

Há pouco, eu disse que, nestes cinqüenta anos em que observo a política brasileira, nunca vi algo tão claro, tão explícito e tão forte quanto a campanha, com noticiários, comentários e artigos, que a mídia faz contra o Governo Lula, a não ser a que foi feita contra Getúlio Vargas, em 1954. De lá para cá, nunca mais vi algo assim. Isso significa que coisas novas e graves estão acontecendo. Ao mesmo tempo em que a mídia assim procede, a massa da população apóia o Presidente. O objeto do meu discurso é exatamente mostrar que há um fenômeno novo no quadro político brasileiro.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Já ouço V. Ex^a.

Há um fenômeno novo no quadro político brasileiro que é essa assunção, por parte do povo, de uma autonomia em relação ao noticiário, a tudo o que sai na mídia e à opinião dessa elite conservadora. Classifiquei a elite como elite conservadora, elite endinheirada, elite que representa a mídia de modo geral, o pensamento da mídia, na medida em que a mídia é toda feita para atender não ao povo trabalhador excluído, mas a quem compra os jornais, a quem paga as propagandas, que é a camada menos pobre da população, vamos dizer assim, para incluir a classe média também.

Com prazer, ouço o Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PLF – PE) – Congratulo-me com V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino, pela escolha do tema. Acho que V. Ex^a escolheu bem. E vejo que esta sempre foi uma preocupação de V. Ex^a, pelo que conheço de sua atuação como político e como Parlamentar. Uma preocupação em relação à questão de que devemos ter sempre um governo com base popular, que permita que possamos melhorar a qualidade de vida da população mais pobre. Sob esse ponto de vista, acho que V. Ex^a tem efetiva razão em relação ao tema que escolheu. É um tema propício para discutirmos nestes dias de pré-eleição, praticamente na semana pré-eleitoral. Se observarmos os noticiários, podemos dividi-los em duas etapas: na primeira etapa, houve um comportamento da mídia para uma tentativa de um noticiário equilibrado. Inclusive, na mídia principal, que é a televisão, até a legislação obriga que as emissoras de televisão dividam o tempo igualmente entre os candidatos, sendo que o Presidente Lula, o candidato do Governo, levava até alguma vantagem, porque, às vezes, aparecia como Presidente, outras

como candidato. Mas, na verdade, havia, sim, uma tentativa de equilíbrio. A mídia impressa, normalmente, é mais independente. De qualquer maneira, se acompanharmos os espaços, vemos que, até um determinado momento, houve um equilíbrio no noticiário entre todos os candidatos, entre os dois principais e os outros dois, Heloísa Helena e Cristovam Buarque. Aí, aconteceu um fato novo, que foi exatamente a tentativa de compra de um dossiê por duas pessoas ligadas ao PT – uma é filiada ao PT de Mato Grosso, uma pessoa importante no esquema financeiro de lá; o segundo é um funcionário do PT, um ex-policia federal, que foi contratado para trabalhar no comitê central do Partido dos Trabalhadores. Essas duas pessoas foram pegadas com R\$ 1,75 milhão em dinheiro, valor que, hoje em dia, com a informática, é muito difícil de se juntar. V. Ex^a sabe melhor que eu que, para se tirar R\$ 20 mil de um banco, em dinheiro, hoje, deve-se avisar na véspera. Essas pessoas estavam com R\$ 1,75 milhão. De lá para cá, evidentemente isso se tornou a notícia do dia, porque a mídia, na verdade, acompanha aquilo que vai acontecendo, e efetivamente todos os jornais e as próprias emissoras de televisão deram um grande espaço ao fato. E o que aconteceu? Cada dia mais, foram aparecendo pessoas ligadas ao Presidente, como o seu churrasqueiro. Ontem, o Presidente acusou o próprio Presidente do PT, Ricardo Berzoini, que era o coordenador da campanha e que se afastou. Quer dizer, foram aparecendo novas pessoas. Por enquanto, a Polícia Federal ainda não descobriu a origem do dinheiro. Aconteceram dois fatos: primeiro, o chamado jogo sujo, a tentativa de compra dossiê contra os adversários; segundo, a quantia de R\$ 1,75 milhão, que é muito dinheiro. Calculo que esse valor caiba numa mala de viagem, em dinheiro vivo – inclusive, uma parte era em dólar. Essas coisas obrigaram a mídia a dar todo esse espaço, que, na verdade, termina quando se noticia isso e, de alguma maneira, diretamente atinge o Presidente Lula. Se formos justos – V. Ex^a, diga-se de passagem, é uma pessoa sempre justa e coerente –, notaremos a divisão entre o momento em que o noticiário da mídia era equilibrado em relação a todos os candidatos e o momento posterior. Enquanto não se souber de onde veio esse dinheiro, enquanto a Polícia Federal não disser de onde veio – pois até agora não se disse nada –, não vai ter como a mídia deixar de noticiar esse fato, porque há concorrência nesse setor. Portanto, se um jornal, vamos supor, a **Folha de S. Paulo** não noticiar e o jornal **O Estado de S. Paulo** o fizer, o público vai comprar **O Estado de S. Paulo**, e não, a **Folha**. Então, acho que seremos justos com a mídia se separarmos essas duas etapas. De qual-

quer maneira, para encerrar, elogio V. Ex^a pelo tema que traz, que realmente é relevante.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador José Jorge. Acho que, mesmo antes desse episódio, já estava muito clara a preferência, o modo de noticiar, o destaque das notícias, a vontade política da mídia de evitar a reeleição. Em todo o caso, até reconheço que surgiu um fato novo e que esse fato novo deu ensejo a que a mídia retomasse, com mais vigor ainda, a tendência que já tinha antes.

O julgamento da mídia vai ser feito **a posteriori** por especialistas – não sou especialista em apreciação da mídia –, que vão medir espaços, medir formas de noticiar e apresentar as suas conclusões de forma científica, menos parcial, tão neutra quanto possível.

V. Ex^a não deixa de ter razão quanto a esse fato novo ter trazido um recrudescimento de uma tendência, que penso já existia antes.

Sr. Presidente, era isso que queria ressaltar hoje, a importância da entrada em cena desse ator novo, que é o povo, com independência, com pensamento próprio, sem se deixar influenciar pelo doutor ou por aquela posição hierárquica socialmente mais elevada, que está pensando bem, amadurecidamente, avaliando o Governo do Presidente Lula e fazendo a sua opção. Isso é novo, é muito importante, porque é a consolidação definitiva do regime democrático no Brasil, na sua inteireza, na sua largueza completa.

Agradeço a paciência de V. Ex^a e dos que me ouviram.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, por cessão do Senador Eduardo Suplicy, ambos do PT, por 20 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, muito agradecida.

Faço o registro, na tarde de hoje, de uma matéria que reputo extremamente importante, mas que, infelizmente, só saiu de forma muito acanhada num único jornal, o **Globo** de hoje.

O título da matéria é: “Polícia conclui que não houve grampo no Tribunal Superior Eleitoral. Laudo do Instituto de Criminalística não encontra sequer indícios de escutas clandestinas nos telefones do Tribunal”.

Por que reputo essa matéria muito importante? Quando foi veiculada, poucos dias atrás, há mais de uma semana, o Ministro Marco Aurélio Mello deu-lhe bastante ênfase. Acho que o País todo ficou extremamente preocupado. Trata-se dos principais Ministros que estão no comando do processo eleitoral do nosso

País, nada mais nada menos do que os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, que estão agora investidos da tarefa de cuidar do momento mais sublime da democracia, o momento em que o povo deposita o seu voto na urna e espera que, do resultado dessa votação, se cumpram os destinos do País. É claro que todos observamos e ficamos preocupados. Ainda mais, houve declarações do Ministro Marco Aurélio Mello em entrevistas que concedeu.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Que tiveram grande destaque na mídia.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Naquele momento, tiveram grande destaque.

Essa matéria saiu bem sutilmente no **Globo**, só no **Globo**. O Ministro Marco Aurélio deu entrevistas sobre o caso e disse, inclusive, que os grampos poderiam ter sido instalados por agentes do Estado, portanto, dando a entender que algum outro poder, alguma outra instituição da democracia brasileira poderia ter executado grampo, escuta telefônica ilegal, em nada mais nada menos que no Tribunal Superior Eleitoral, no telefone do Ministro presidente do Tribunal e de outros dois Ministros.

A denúncia sobre a suposta espionagem dos ministros do TSE e do Supremo foi formalizada segunda-feira da semana passada pelo diretor-geral do tribunal eleitoral, Athayde Fontoura Filho. Com base em relatório da Fence – Consultoria Empresarial Ltda, Fontoura convocou uma entrevista coletiva para informar que as linhas telefônicas usadas por Marco Aurélio, Peluso e Ribeiro poderiam ter sido alvo de espionagem clandestina.

Depois do laudo, da pesquisa, do estudo, da análise, da avaliação, do Instituto de Criminalística da Polícia Federal, a Divisão de Contra-Inteligência da Polícia Federal chegou à conclusão de que não há vestígios de grampo nas linhas telefônicas indicadas pela Fence; ou seja, onde a Fence descobriu, insinuou ou imaginou que havia grampo, o estudo, a análise, a investigação chegou à conclusão de que não havia vestígio de grampos nas linhas indicadas pela Fence.

Alias, a reportagem do **Globo** diz: “Grampo naquelas linhas telefônicas só se tivesse sido feito por alguma operadora e, ainda assim, não são todas as operadoras que têm equipamentos suficientes para fazer esse tipo de grampo”.

E ironiza: “Grampo ali (TSE e STF) só se for no cabelo de alguém”.

Senador Roberto Saturnino, ainda fazem ironia. Grampo, só se alguém estiver usando no cabelo.

A Fence, essa Consultoria Empresarial, acusou a existência de indícios de grampos em telefones dos gabinetes dos Ministros Marco Aurélio e Cezar Peluso e no fax do gabinete do Ministro Marcelo Ribeiro. O laudo final do Instituto de Criminalística é muito contundente. Espero que haja, pelo menos na imprensa, a repercussão compatível à gravidade da insinuação de que tal tipo de procedimento pudesse ter acontecido, e pudesse inclusive ter acontecido, como disse o Ministro Marco Aurélio de Mello, por agentes do Estado.

É interessante! Quem é essa Fence? É a empresa que insinuou, apresentou ou deu a entender que havia indícios, a ponto de, nada mais nada menos, a principal autoridade neste momento do processo eleitoral, o Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, fazer coletivas e declarações à imprensa no sentido de que havia o grampo ou indícios do grampo.

Quem é a Fence? Pedi aos meus assessores que pesquisassem, Senador Roberto Saturnino. E vou fazer a leitura de uma reportagem absolutamente elucidativa, do dia 12 de abril de 2002, do **Correio Braziliense**:

“Bornhausen foi grampeado

O presidente do PFL descobriu escutas em seus telefones e também nos de seus familiares. Ele tem certeza de que Serra está envolvido. É por isso que não há possibilidade de recomposição com o PSDB.

Há cerca de vinte dias, no auge das desconfianças de que havia um esquema de espionagem, contra o partido montado, pelo governo, o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, providenciou uma varredura em todos os seus telefones. Descobriu que não apenas seus aparelhos, mas também os da sua família, estavam grampeados. Havia escutas nos telefones da presidência do PFL, na casa e no escritório de Bornhausen em Florianópolis e também nos telefones de seus filhos.

É essa evidência que faz com que Bornhausen não aceite, em nenhuma hipótese, a possibilidade de uma recomposição com o governo e com seu candidato à presidência José Serra, do PSDB. De acordo com a edição de ontem do jornal Valor, Bornhausen recebeu informações de que esses grampos foram feitos [por quem, Senador Roberto Saturnino?] pela Fence Consultoria Empresarial Ltda. [A mesma, a mesmíssima].

Essa empresa firmou um contrato de R\$1,8 milhão com o Ministério da Saúde quando Serra era o ministro.

Pelo contrato, a Fence tinha por tarefa fazer varreduras de grampos nas salas do Ministério da Saúde. De acordo com o Valor, Bornhausen recebeu informações de que transcrições de conversas e de seus familiares foram encontradas [onde Senador Roberto Saturnino?] na Fence.

Na mesma. Aliás, “a Comissão de Fiscalização do Senado” – já pedi para a Assessoria levantar – “discutiu um pedido de investigação feito pelo Senador” – à época – “Geraldo Althoff (PFL-SC) no contrato da Fence com o Ministério da Saúde. Por todas as evidências que colheu, Bornhausen, tem certeza de que algo acabará sendo encontrado. O pedido de Althoff foi relatado pelo Senador Jefferson Peres (PDT-AM). Para Péres, há indícios de que a Fence pode ter realizado ‘serviços estranhos’ ao seu contrato. (...) Outros órgãos do governo também contrataram a Fence. Mas, em 2001, o contrato do Ministério da Saúde corresponde a quase 60% do total pago por todo o governo à empresa. Este ano, de acordo com o relatório de Péres, esse valor subiu para mais de 80%.

Em 2002, portanto, durante o último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, os valores dos contratos de órgãos do Governo Federal subiram para mais de 80% com a Fence, essa mesma que insinuou que havia grampos no Tribunal Superior Eleitoral agora, em plena eleição de 2006.

Além de Bornhausen, outros pefelistas também desconfiam da possibilidade de grampo. O líder do PFL na Câmara, Inocêncio de Oliveira (PE), desconfia que foi espionado durante a sua campanha para a Presidência da Câmara, no ano passado. Inocêncio foi derrotado pelo Deputado Aécio Neves (PSDB-MG). (...)

Para Bornhausen, essas suspeitas e as evidências colhidas são uma demonstração de que não se pode confiar em José Serra.

Sem esse mínimo de confiança, a possibilidade de um entendimento reduz-se a zero. ‘É um jogo muito bruto, muito pesado. Assustador mesmo’.”

De quem é esse comentário, Senador Roberto Saturnino? Do Sr. Jorge Bornhausen, Presidente do PFL.

A mesma reportagem traz uma lista de “suspeitas de arapongagem” que aconteceram à época:

Contra Lula e Roseana

O candidato do PPS à Presidência da República, Ciro Gomes, foi o primeiro a denunciar

a existência de uma estrutura de arapongagem. Segundo ele, havia um grupo...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Ideli Salvatti?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a pode aguardar um pouquinho, Senador José Jorge? Vou terminar a leitura da reportagem.

Segundo ele, havia um grupo de 40 pessoas plantado em São Paulo para bisbilhotar a vida dos possíveis adversários do candidato do PSDB à Presidência, José Serra. Os principais alvos seriam, segundo Ciro, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e Roseana Sarney, do PFL”.

“Sarney também se queixa” é outro *link* da matéria do **Correio Braziliense**, repito, do dia 12 de abril de 2002:

O senador José Sarney (PMDB – AP), pai de Roseana, obtém informações semelhantes. Ele chegou a se queixar ao presidente Fernando Henrique Cardoso sobre essas suspeitas.

Depois vem:

Dossiê para Garotinho

O governador do Rio e candidato do PSB à Presidência da República, Anthony Garotinho, informa que foi procurado por um político do PSDB, a mando do Deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ), que pretendia lhe passar um dossiê com denúncias contra Roseana Sarney.

O quarto *link* é:

Também contra Tasso

O governador do Ceará, Tasso Jereissati, que chegou a disputar com Serra a indicação do PSDB para ser candidato à Presidência, também foi investigado. Os arapongas também seguiram seu irmão, o empresário Carlos Jereissati. Ele é sócio do marido de Roseana, Jorge Murad, em um shopping center em Porto Alegre (RS).

Essa reportagem de 2002 é absolutamente elucidativa.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte? É em relação à reportagem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou lhe conceder o aparte, Senador José Jorge.

Há outras reportagens aqui. Uma delas, publicada no **Jornal do Brasil**, de 15 de março de 2003, diz que Ministério da Saúde foi acusado de contratar uma empresa particular para espionar a Governadora do Maranhão, Roseana Sarney. O Ministro Barjas Negri confirmou um contrato de um R\$1,8 milhão com a Fence Consultoria Empresarial, para “garantir a segurança do trabalho de técnicos e secretários”.

Há matérias publicadas em outras revistas, como no **Observatório da Imprensa**, de 24 de abril de 2002. A publicação da revista **Época** faz essa ligação da Fence Consultoria, que, volto a dizer, fez insinuações. Essas insinuações tiveram grande repercussão na mídia, semana passada. Mas, hoje, o laudo do Instituto Nacional de Criminalística afirma, de forma contundente, que nada foi encontrado. Inclusive um dos investigadores ironiza dizendo que, grampo, só se for no cabelo de alguém”.

Ouçó o Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Muito obrigado, Senadora. Há duas questões. A primeira delas diz respeito aos grampos do TSE. Acho que, em nenhum momento, ninguém acusou o PT de ter feito os grampos. V. Ex^a está se defendendo de algo que não foi acusada. A segunda diz respeito à espionagem. Temos aqui uma entrevista – eu já li em dois jornais e na revista **Época** – do Sr. Wagner Cinchetto.

Quem é esse senhor? Um ex-sindicalista. Tem 43 anos, foi do movimento esquerdista MR-8, participou da formação da Força Sindical e, depois, passou para a CUT, ligado ao PT. Em 2002, participou de um grupo secreto, da campanha do candidato Lula, encarregado de colher informações e produzir denúncia contra adversários. O ex-sindicalista Wagner Cinchetto diz ser um profissional do mundo clandestino de campanhas eleitorais. Diz ter participado, em 2002, de um grupo secreto, cuja missão era difamar adversários do então candidato Lula. Entre seus companheiros estaria o atual Presidente do PT, Ricardo Berzoini, o secretário licenciado do Ministério do Trabalho Oswaldo Bargas, e Oswaldo Bargas, e Carlos Alberto Grana, Presidente da Confederação Nacional de Metalúrgicos, ligada à CUT. Ele afirma ter bisbilhotado gente ligada a Ciro Gomes e José Serra, candidatos que mais ameaçaram a eleição do Presidente Lula. Quando está à vontade, Cinchetto fala de si mesmo como destruidor de imagens etc. Esse Sr. Cinchetto deu entrevista dizendo que, na campanha de 2002, foi criado um grupo no PT, com o conhecimento do Presidente Lula, diga-se de passagem – não sou eu que estou dizendo não, foi ele quem disse. Eu até tenho dificuldade de acreditar nisso, porque, normalmente, o Presidente Lula nunca sabe dos fatos. Ele disse que o Presidente Lula efetivamente incentivou a criação desse grupo, que atuou contra todos os outros candidatos, inclusive contra o Sr. Ciro Gomes, que hoje é aliado do Presidente. Na época, prepararam material contra o Vice e contra o próprio Ciro, o que fez com que Ciro Gomes, que em um determinado momento chegou a ficar na frente das pesquisas, caminhasse para trás. Então, tudo o que foi feito de jogo sujo, na eleição de 2002, na verdade foi

comandado por esse grupo, criado secretamente no PT e comandado diretamente pelo Presidente Lula.

Era isso que eu queria esclarecer, porque essas matérias que V. Ex^a leu aí estão desatualizadas. Naquele contexto, pensava-se isso. Hoje, já se vê que não era isso, mas o que falou aqui o tal do Walter Cinchetto: era um grupo do PT, treinado, sob o comando do Presidente Lula, para fazer jogo sujo contra os outros candidatos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço o aparte, Senador José Jorge.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se V. Ex^a permitir que eu utilize o meu tempo, vou conceder posteriormente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço, sensibilizado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Senador não estava aqui no início do meu pronunciamento. A declaração do Ministro Marco Aurélio de Mello, autoridade máxima do processo eleitoral no Brasil, deveria, com certeza, se preservar ao máximo, ter uma postura de absoluta imparcialidade e jamais poderia tomar qualquer...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – E V. Ex^a está dizendo que o Ministro é parcial?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não! Não! Estou....

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a está colocando isso. Está dizendo que houve parcialidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador José Jorge, em primeiro lugar, eu não lhe concedi o aparte. Quando V. Ex^a pediu, pacientemente o ouvi. Portanto, espero que seja cumprido o Regimento, seguindo o qual o aparte deve ser concedido.

Exatamente pelo cargo que o Ministro Marco Aurélio Mello ocupa neste momento que toda a Nação ficou muito preocupada, muito preocupada mesmo. Imaginem a possibilidade de ter havido ou não grampo.

Portanto, até antes de qualquer pronunciamento, diria mesmo que até antes de convocar uma coletiva... Uma coletiva chamada pelo Diretor-Geral do Tribunal Eleitoral, o Sr. Athayde Fontoura Filho. Ele chamou uma coletiva e deu realce a essa questão. Houve declarações do próprio Ministro Marco Aurélio Mello, que disse à imprensa que os grampos poderiam ter sido instalados por agentes do Estado.

Portanto, é uma declaração muito forte, que causa obviamente muita preocupação a todos nós. E vejam bem: dada a declaração, aí se faz a investigação, vem o laudo, e o laudo é peremptório, definitivo: não houve, não há, não teria como ter ocorrido o grampo.

Mas quem insinuou o grampo? Quem foi? Foi a mesma empresa... E aí me admiro porque fiz apenas o registro da reportagem que começa dizendo que “Bornhausen foi grampeado”. Fiz a leitura do que, nada mais, nada menos, o Presidente do PFL declarou a respeito de processos de grampo sofrido por ele, sofrido por outros, como personagens políticas do PFL e do PMDB.

Em todos esses processos, há indícios de participação da mesma Fence Consultoria, que está aqui delineada como sendo quem levantou a hipótese.

Semana passada, fiz um pronunciamento, o qual iniciei... O PSDB e o PFL entraram com uma representação junto ao Tribunal Superior Eleitoral com relação ao episódio da tentativa de compra de documentos por pessoas do PT. Já na semana passada, reproduzi parte – veja bem, Senador Saturnino – da entrevista concedida pelo jurista Dalmo Dallari. Não fiz referência às duas últimas perguntas feitas pelo Terra Magazine, pois, no meu pronunciamento, um outro Senador pediu aparte e acabou fazendo a leitura do que eu tinha reservado para ler.

Eu entendia, à época, que a resposta do jurista Dalmo Dallari, reconhecido professor emérito da área jurídica da nossa Universidade de São Paulo, era muito contundente, era muito forte, uma declaração muito pesada para o momento. Só que não posso hoje deixar de registrar, porque, quando o professor de Direito da Universidade Federal de São Paulo, o jurista Dalmo Dallari comentou, semana passada, o pedido de representação junto ao Tribunal Superior Eleitoral, na qual ele dizia que é “pura encenação eleitoral”, “esse pedido não tem a mínima consistência” e daí para frente

Dada a situação atual de ter sido derrubada peremptoriamente a insinuação, a suspeita, o indício de grampo no Tribunal Superior Eleitoral, e dada a necessidade absoluta de manter a imparcialidade quem comanda e conduz o processo eleitoral, não pode permitir que alguém da área jurídica, do **status** jurídico de uma personalidade como Dalmo Dallari, responda a duas perguntas feitas pelo **Magazine Terra**, nestes termos: “O Presidente do TSE, Ministro Marco Aurélio Mello, no entanto, já declarou que a eventual participação de um assessor de Lula no caso é um elo muito forte e que isso é ruim”. O Dr. Dalmo Dallari responde assim: “Antes de mais nada, acho que o Ministro está abandonando a prudência, que é um requisito essencial de um bom juiz, porque ele emite uma opinião política e não jurídica. Com isso, quando o processo chegar ao tribunal – se chegar – ...”

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senadora, quem é o assessor?

O SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – “... ele deverá declarar-se impedido para julgar. Ele tem

uma opinião pré-concebida; ele mesmo está se impedindo.”

É feita a última pergunta:

Ele também está com uma postura política então?” Responde o Dr. Dallari:” Eu acredito que sim. Só posso interpretar dessa maneira.

Ele está abandonando a prudência, que deve ser marca fundamental de um juiz, e entrando na disputa eleitoral.

Que fique consignado que essas são as palavras de alguém que tem autoridade jurídica para fazer uma afirmação tão contundente. Na semana passada, não quis deixar isso consignado na tribuna pelas minhas palavras, na minha leitura. No entanto, hoje, dado o fato de que a suspeita de grampo junto às autoridades máximas que estão conduzindo o processo eleitoral no nosso País está definitivamente eliminada, que tenhamos, Sr. Presidente, a tranqüilidade de fazer o registro e de pedir a normalidade deste pleito e o respeito às urnas no dia 1º. Que as autoridades constituídas que vão conduzir o processo eleitoral tenham o comportamento que a Nação espera de todos nós, principalmente o respeito ao voto da população.

Muito obrigada

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Tem a palavra pela ordem V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos vendo que o desejo de debate da Senadora Ideli Salvatti não é amplo, é apenas um desejo seletivo. S. Ex^a concedeu um aparte ao Senador José Jorge, mas negou-se a me conceder um aparte. Não tem problema.

Digo à Senadora que ela está equivocada.

Certa apenas em um episódio: a sua capacidade e a de seu Partido de aprontar dossiês. O que ela trouxe aqui nada mais foi do que um dossiê recolhido do arquivo de fatos pretéritos, embora o País, no momento, queira saber de fatos atuais. A Senadora Ideli Salvatti, além do mais, está tirando o emprego e a oportunidade de lançamento de novos livros dos jornalistas brasileiros que hoje muito se dedicam a escrever sobre fatos ocorridos. Aliás, amanhã, Júlio Mosquera lança na Monumental o livro **E eu com isso?**, exatamente uma oportunidade de lermos episódios como esse a que a Senadora se refere.

Senador Marcos Guerra, a Senadora Ideli Salvatti é seletiva em tudo – nos fatos e no que diz – e invoca de maneira deselegante a figura do Dr. Dalmo Dallari, jurista respeitado, mas que pode, neste momento,

estar falando mais como sogro do que como jurista. Quem não sabe que o Dr. Dalmo Dallari é hoje o atual sogro do Senador Eduardo Suplicy? Assim, sua fala, com depoimentos num programa partidário do PT, é uma demonstração disso.

Não vislumbro nenhuma legitimidade no que disse a Senadora Líder do Partido. Aliás, não há legitimidade quando se ocupa uma função ilegítima porque o PT perdeu a legitimidade e, acima de tudo, a autoridade de vir a esta tribuna cobrar desmandos neste País.

As acusações ao Presidente do Tribunal, cabe ao Presidente do Tribunal respondê-las. Lamentavelmente, a Senadora o acusou da tribuna do Senado, onde ele não tem acesso e não tem direito à palavra nem à voz. Há outros mecanismos para fazê-lo e não o faz porque atende às determinações do núcleo do poder palaciano que lhe manda dossiês bisbilhotando episódios, fatos e pessoas na história do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é lamentável que isso ocorra no momento em que a imprensa está aqui, e a Senadora devia, pelo menos, trabalhar no sentido de dar lide aos repórteres. Não é notícia para amanhã o que aconteceu há quatro anos. Ou esses fatos estão sendo investigados, ou já foram arquivados. A Senadora poderia colaborar se dissesse alguma coisa sobre o novo bisbilhoteiro nacional – esse, sim, contratado pelo PT para fazer trabalho sujo na atual campanha –, que se chama Lorenzetti e, coincidentemente, é conterrâneo da Senadora Ideli Salvatti.

A Senadora poderia dizer como começou a vida do Sr. Lorenzetti, a sua militância e as suas companhias em Santa Catarina.

Aliás, o ciclo perigoso do qual faz parte, em Santa Catarina, o Sr. Lorenzetti, de envolvimento com a superintendência do INSS, de envolvimento com o presidente do Banco do Estado de Santa Catarina, que, tenho certeza, a Senadora conhece. O Sr. Lorenzetti, Senadora Ideli Salvatti, foi colega de apartamento do Delúbio Soares em São Paulo, e os proprietários, segundo a imprensa, ainda hoje procuram desesperadamente receber os aluguéis atrasados.

É lamentável, Senadora Ideli Salvatti, que o Governo que V. Ex^a representa, esteja, neste momento, no desespero de procurar réus para ficar sentado junto aos criminosos gerados pelo seu Partido.

Com relação a tentar trazer Jorge Bornhausen para o debate, é um desejo inicial de V. Ex^a nesta Casa. Tenho a impressão que entre V. Ex^a e o Senador Jorge Bornhausen existem fatos com os quais a senhora nunca se conformou e persegue, de toda maneira, um debate ou o direito a um debate com o nobre Senador de Santa Catarina. Foi assim na CPI do Banestado e tem sido sempre assim. E o Senador Jorge Bornhaus-

sen, com seu jeito elegante, passa ao largo desses mexericos provincianos.

Sr. Presidente, lamento que a Líder do Governo, com a responsabilidade que tem – e devido à curiosidade da Nação em saber os reais caminhos dos escândalos no seio do seu Partido – não traga nenhum esclarecimento, não traga nenhum fato, não traga nada de novo para este Plenário e para o Brasil.

A não ser, Senadora, que V. Ex^a entre no rol de defesa do Presidente Lula e diga que o Lorenzetti também é um menino. É mais um que vai para a Febem. Aliás, a Febem vai ficar lotada, Senadora, desses meninos protegidos pelo Presidente Lula. Ontem, a acusação dele foi contra o Berzoini, a que chamou de...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Aloprado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) Aloprado é o segundo termo, mas vamos imaginar que seja isso. Quem coloca aloprado no lugar em que colocou Berzoini é mais aloprado ainda, porque Berzoini não nasceu nem surgiu ontem, não é amigo novo; é amigo de há vinte anos. Aliás, desses, todos são companheiros de velha jornada – trocaram apartamento, fizeram militância, foram sócios em ONGs. Todos comeram mais de uma saca de sal juntos; por isso são amigos. E o Presidente não pode dizer que durante vinte anos nada sabia, porque, senão, o alopramento será exclusivo de S. Ex^a, mostrando à Nação brasileira que é um interdito, que é uma pessoa que não tem a menor condição de continuar dirigindo os destinos deste País.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou trocar a ordem com o Senador José Jorge só para respirar um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – É por isso que eu estava dando o sinal para V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a generosidade e o espírito democrático de V. Ex^a. Enquanto isso pode ser que a assessoria do Governo traga subsídios para a Senadora Ideli fazer um debate não seletivo, mas amplo, geral e irrestrito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Em seguida, retorno a palavra a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos às vésperas de mais um pleito nacional, e, como tem sido regra no Governo Lula, o Brasil é afrontado por mais um es-

cândalo envolvendo petistas próximos ao Presidente da República.

Desta vez, Sr. Presidente, descobriu-se que membros de alto coturno do lulismo e do petismo tentaram comprar um falso dossiê contra as candidaturas de Geraldo Alckmin e José Serra. Ao ser pego em flagrante delito, o Presidente Lula se antecipou e tentou retirar a sua responsabilidade do crime. Escalou alguns dos envolvidos no delito para a condição de culpados. Mais uma vez, tenta iludir a população dizendo que não sabia de nada e, portanto, não tem qualquer responsabilidade no ilícito eleitoral.

Essa história de que o Presidente não sabia de nada é antiga. A **Veja**, revista semanal, publicou este quadro, que gostaria de mostrar a todos os Senadores, no qual o Presidente Lula está cercado de seus assessores.

O Presidente Lula, ontem, para falar das pessoas que se meteram nesses escândalos, além de chamá-los de aloprados, deu um exemplo bastante interessante. Ele disse: “Eu escolho as pessoas pensando que são boas e depois vejo que são ruins”. Depois comparou a situação com a de alguém que namora uma moça durante dez anos, depois se casa, e o casamento não dá certo. Aí verifica que efetivamente errou na escolha de sua esposa.

Bom, em primeiro lugar, o exemplo é mal colocado porque não deixa de ser um preconceito contra a mulher. Por que ele não disse o contrário, isto é, que uma mulher namora um homem tantos anos e depois vê que não era o marido ideal? Em primeiro lugar, é um preconceito contra a mulher, uma atitude machista. Em segundo lugar, no momento em que se escolhe um marido ou uma esposa, escolhe-se uma pessoa. E se o casamento não dá certo muitas vezes não é porque a mulher não presta, como o Presidente disse. Não é porque a mulher ou o marido não presta. Às vezes, incompatibilidade de gênio ou de atividades profissionais faz com que um casamento não dê certo. Então, o exemplo está muito mal colocado, aliás, como sempre.

No caso do Presidente Lula é diferente porque ele não escolheu uma pessoa; ele escolheu mais de trinta pessoas que estão diretamente envolvidas em todo esse processo de corrupção. Se fosse uma só, eu até concordaria com o Presidente Lula, porque todo mundo pode errar, mas a corrupção no Governo dele é sistêmica. É um sistema corrupto que tem de ser comandado pelo chefe.

Ele compara isso com um casamento, mas é completamente diferente. Essas pessoas aqui não saíram do Governo ou não foram denunciadas por causa de seu temperamento; todas elas foram denunciadas

por cometerem crime, seja crime de corrupção, seja o crime de fazer dossiê falso. Enfim, todo tipo de crime que apareceu durante esse Governo.

Vou citar apenas alguns crimes que estão nessa matéria, mas existem muito mais. O Procurador-Geral da República citou, naquela denúncia que fez ao Supremo Tribunal Federal, mais de quarenta e chamou o Governo e o PT de uma sofisticada organização criminosa. Em vez de ser um partido, virou uma organização criminosa. Quem eram as pessoas citadas? Estão aqui os que foram citados. Qual a razão da citação?

Em primeiro lugar está José Dirceu, ex-Ministro da Casa Civil no Governo Lula, que é acusado de ser chefe de uma quadrilha especializada em desviar dinheiro público e comprar apoio político, o chamado mensalão.

Em segundo, Gilberto Carvalho, chefe do gabinete pessoal do Presidente Lula. Do que é acusado? Na CPI dos Bingos foi acusado pelos irmãos do prefeito assassinado Celso Daniel de participar do esquema de desvio de recursos de prefeituras petistas para financiar o caixa dois do partido e de ter aparecido na chamada operação abafa no caso Celso Daniel.

Delúbio Soares é o mais famoso. Ex-Secretário de Finanças do PT e tesoureiro da campanha presidencial de 2002, ele é acusado de ser o operador do mensalão.

Antonio Palocci, ex-Ministro da Fazenda, é acusado de violar o sigilo bancário do caseiro Francenildo e de coordenar um esquema de fraudes em contratos municipais quando prefeito.

Gedimar Pereira Passos, membro do Comitê de Campanha de Lula, subordinado a Jorge Lorenzetti, que é o diretor do Banco de Santa Catarina, terra da Senadora Ideli Salvatti, é acusado de ter comprado, em nome do PT, o dossiê contra os tucanos.

Expedito Afonso Veloso, ex-diretor do Banco do Brasil, filiado ao PT, trabalhava na campanha de reeleição de Lula. De que é acusado? De ter confeccionado o dossiê e de tê-lo repassado à família Vedoim.

Hamilton Lacerda, ex-assessor de comunicação do candidato Aloizio Mercadante ao Governo paulista. De que é acusado? De ter contactado a revista **Istoé** para que divulgasse o dossiê.

E assim por diante. Nem vou ler tudo para não me cansar.

Todas essas pessoas estão envolvidas. O que será que está acontecendo agora? Muitos deles são candidatos a Deputado Federal, a maioria por São Paulo. Não duvido de que todos se elejam porque com a estrutura financeira que têm por trás, na realidade, é muito fácil se eleger.

Se um partido e um governo dispõem de R\$1.750.000,00 (um milhão setecentos e cinquenta mil reais), em *cash*, Senador Heráclito Fortes, para comprar um dossiê falso, imagine a quantidade de dinheiro que essas pessoas têm para gastar nesse processo eleitoral!

Então, efetivamente, é uma situação que nos deixa muito preocupados. E, para que a eleição possa continuar na sua trilha normal, é absolutamente necessário que saibamos de onde veio esse dinheiro. Este senhor, Gedimar Pereira Passos, estava lá com o dinheiro – foi ele quem levou o dinheiro –, então ele sabe de quem recebeu esse dinheiro. Aí, dizem: “Não, a Polícia Federal está investigando”. Acho que, antes de a Polícia Federal investigar, o Presidente Lula deveria promover um churrasco na Granja do Torto ou lá no Palácio, chamar o Sr. Jorge Lorenzetti, que também sabe a origem desse dinheiro, e mandá-lo dizer de onde veio. É a maneira mais fácil de sabermos a origem desse dinheiro. Se ele realmente fizer isso, pelo menos, poderá ter uma desculpa para livrar a cara dele desse acontecimento. Se não fizer isso, é porque não quer que se saiba de onde veio o dinheiro.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador José Jorge, permita-me um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador Roberto Saturnino, com muito prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador José Jorge, penso que o maior interessado nessa informação seja o próprio Presidente e nós do PT. Estou interessadíssimo em saber de onde veio esse dinheiro e quem foi o responsável por isso, mas – acredito que V. Ex^a concorda comigo – não eram cinco ou seis pessoas que sabiam, não; foi uma pessoa que obteve esse dinheiro e não falou com outras, porque esses assuntos ninguém comenta, ninguém diz que foi fulano que deu a “a”, “b” ou “c”. Essas coisas realmente são conduzidas de uma forma muito reservada. Acho que foi um erro gritante, uma afronta ao próprio Presidente, que é a pessoa mais interessada. Eu também estou interessadíssimo. Aproveito para fazer um apelo à Polícia Federal, ao Dr. Paulo Lacerda, para que esclareça a questão o mais rapidamente possível, porque, enquanto não for esclarecida, é claro que pairarão suspeitas que, de uma forma ou de outra, atingirão o Presidente. É preciso que a Polícia Federal esclareça isso agora, hoje ou amanhã. Sei que isso é difícil, porque, pela informação que lemos no jornal de hoje, não foi descoberto saque de R\$100 mil – esses saques são obrigatoriamente comunicados ao Banco Central. O valor da operação foi de R\$1,7 milhão. Se não houve nenhum saque de R\$100 mil, é porque foram feitos mais de 17 saques. Não é fácil identificar o

banco e a pessoa, mas acredito que a polícia esteja trabalhando. Confio na Polícia Federal – já havia dito isso outro dia da tribuna. O PT, eu particular e pessoalmente e o Presidente Lula somos os maiores interessados em saber de onde vem esse dinheiro. E não em só saber, mas em mostrar à Nação, à opinião pública, a fim de que esse fato fique esclarecido. Agradeço o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Não tenho nenhuma razão para não achar que V. Ex^a não está efetivamente interessado. Conhecemos sua carreira e sabemos que V. Ex^a não é pessoa de se meter em coisas erradas. Agora, o Presidente Lula é diferente de V. Ex^a. Ele não precisa saber que a Polícia Federal descobriu de onde veio, basta chamar essas pessoas que são amigas dele. Por exemplo, foi o Jorge Lorenzetti quem mandou o Gedimar Pereira Passos comprar esse dossiê. O Gedimar foi pego com R\$1,750 milhão. Ora, é aquela história: se ele foi pego com R\$1,750 milhão, alguém deu a ele, esse dinheiro não caiu no colo dele sem ele saber de onde. O Jorge Lorenzetti, que era o chefe dele e foi quem o botou no comitê, também sabe de onde veio o dinheiro. Ora, o Jorge Lorenzetti é churrasqueiro do Presidente Lula. Então, o Presidente Lula não precisa da Polícia Federal para esclarecer. V. Ex^a precisa, eu preciso, aqui o Presidente precisa, todos nós precisamos, menos o Presidente Lula. O Presidente Lula pode chamar o Sr. Jorge Lorenzetti lá no gabinete dele e dizer: meu amigo, isso é uma questão de interesse nacional. Vocês estão colocando em risco uma eleição. Digam de onde veio esse dinheiro, eu não vou ficar com essa responsabilidade. Então, o Sr. Jorge Lorenzetti vai dizer: não, eu peguei esse dinheiro com fulano, Berzoini, ou seja lá quem for. Ele vai dizer quem deu o dinheiro a ele.

Então, o Presidente Lula, pelos trinta anos que tem de amizade, tem condições de fazer isso, V. Ex^a não, eu concordo. V. Ex^a tem que aguardar pela Polícia Federal, mas o Presidente Lula, não.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador José Jorge, não é todo mundo que tem caráter e confessa isso. Muitas pessoas acham que podem sair ilesas desse processo. Estão completamente enganadas porque não vão sair, mas acham que podem sair. Então, mentem, inclusive para o Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Será?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – É, mas quem não tem caráter...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas, Senador, esse Jorge Lorenzetti é amigo do Presidente há mais de trinta anos.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador, eu não estou inculcando ninguém, eu não estou me referindo...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, mas foi ele quem mandou o Gedimar. São os dois personagens no episódio do dinheiro.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Eu sei, mas quem trouxe o dinheiro, quem conseguiu o dinheiro, eu não sei e não quero inculpar ninguém. Essa pessoa tinha de ter a grandeza e o caráter de assumir isso, porque vai ser apanhada, vai ser pega, certamente. Então, por que não confessar a origem do dinheiro e mostrar tudo em pratos limpos? Acho que isso era um dever de grandeza, de caráter. Mas, infelizmente, nem todas as pessoas têm grandeza e caráter.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu acho que o Presidente Lula conseguiria isso se realmente estivesse interessado. Eu tenho de discordar de V. Ex^a. O Presidente Lula quer que nós creiamos...

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador José Jorge, conceda-me um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ouço o aparte do Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador José Jorge, eu gostaria de dizer que V. Ex^a hoje faz, como tem feito habitualmente, um discurso muito importante e se sobressai pela lucidez da análise. Os fatos são do conhecimento público, são graves e ocorrem no momento em que nos preparamos para uma eleição presidencial, na qual o PT apresenta como seu candidato o atual Presidente da República. Daí por que concordo com V. Ex^a, como também o Senador Roberto Saturnino, quando pede pressa nas apurações. É necessário que o eleitor ao votar tenha essas dúvidas esclarecidas. Acho que o próprio Presidente Lula deveria ser o primeiro interessado a que isso ficasse logo apurado. Estamos a poucas horas – podemos dizer – das eleições. A campanha eleitoral termina na quinta-feira. Então, estamos a sessenta horas, ou a menos do que isso, da conclusão da campanha eleitoral. Dessa forma, associe-me a V. Ex^a nessa busca da rápida apuração, para que ao final a politizada sociedade brasileira, o segundo maior colégio eleitoral do mundo ocidental – 125 milhões de eleitores –, seja esclarecida desses fatos. Do contrário, a candidatura do Presidente Lula e seu Partido também serão, a meu ver, penalizados porque o eleitor brasileiro não aceita desvios éticos nem condutas não compatíveis com as tradições republicanas. Era esse meu rápido aparte a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a que, como sempre, traz uma palavra ponderada, porém firme.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Jorge, a coisa de que tenho mais pavor na vida é de quem se apropria da obra alheia, do sucesso alheio em proveito próprio, aliás, coisa que o PT tem feito muito. Programas do Fernando Henrique, como o Bolsa-Família, ele muda de nome, bota botox e faz como se fosse dele; as obras de Tucuruí, como se fossem dele, e por aí fora. Eu não quero cair nesse erro e quero atribuir o sucesso do aparte que vou lhe dar agora à divulgação, em tempo real, que a TV Senado nos proporciona. O Brasil todo está nos ouvindo. Quero elogiar o Estado de Santa Catarina por ser um dos mais politizados do País. Santa Catarina parece que assiste todo dia à TV Senado – vai ver que com muito orgulho – para ver a atuação da Líder do PT na tribuna deste Senado. Recebo agora um telefonema de uma pessoa de lá, que me faz um alerta. E não há nenhum mal nisso, é uma questão de opção, só lhe tira a isenção no caso, Senadora Ideli. O Dr. Dalmo Dallari é doador da campanha atual para o PT. Vou repetir: O Dr. Dalmo Dallari, jurista de renome nacional, fez doações para a campanha do PT, além de ter dado depoimentos. É brilhante, respeitado, mas neste caso não é isento, porque, como todos nós, tem direito a suas paixões. Daí por que eu queria apenas mostrar ao País que algumas citações feitas aqui não engrandecem quem cita nem tampouco o citado. A biografia do Dr. Dalmo poderia ter sido respeitada, com a omissão desse seu depoimento, naturalmente feito para atender solicitação dos que lhe são próximos, o que mostra que ele é um homem, acima de tudo, voltado para a família. Mas, Senador José Jorge, parabênize V. Ex^a por este pronunciamento e quero mostrar apenas uma questão interessante: o PT trabalha com duas velocidades, a máxima e a mínima. A resposta da Polícia Federal com relação ao dossiê, que foi dada com pressa e anunciada com mais pressa ainda pelo Governo, não é a mesma resposta que toda a Nação quer saber sobre de onde veio o dinheiro, onde está o dinheiro – já se diz por aí que há muito mais do que isso, eu quero crer que sim. Por outro lado, é apenas uma opinião de um técnico da Polícia Federal, não significa que seja uma sentença final. O Tribunal pode requisitar outras firmas especializadas para verificar a autenticidade ou não, a veracidade ou não dos grampos. Quero apenas fazer esse registro para mostrar que a rapidez com que o PT divulga um fato é diametralmente diferente da rapidez com que ele não quer que alguns fatos sejam divulgados. Acho que o Sr. Lorenzetti, que é o bisbilhoteiro

do momento, está na obrigação de, pelo menos para aquelas pessoas que lhe são mais próximas, prestar alguns esclarecimentos sobre todo esse episódio que ele viveu, e não só estimulou. Por outro lado, o Sr. Lorenzetti foi altamente desleal com a sua correligionária e companheira. Devia ter prevenido as ligações sentimentais e pessoais do Sr. Dalmo Dallari para que não caísse na esparrela de uma citação tão inoportuna como a feita nessa tarde. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado Senador.

Vou continuar o meu pronunciamento.

Resolvi traduzir este dinheiro: R\$1,75 milhão. Muitas pessoas não têm idéia de que volume é esse. Uma pessoa que ganhasse salário mínimo, Sr. Presidente, para juntar esse dinheiro, mesmo que não gastasse nada, demoraria 400 anos – praticamente a idade do Brasil. Isso daria para construir mil casas populares de R\$17 mil cada. Daria para comprar milhares de carros zero quilômetro. Quer dizer, é muito dinheiro. E nós todos sabemos que, hoje em dia, para se tirar R\$10 mil no banco, tem que se dizer para quem vai, tudo por cheque nominal. E esse pessoal conseguiu juntar R\$1,7 milhão e não diz de onde veio. Então, isso é que é uma coisa grave. Não é crível que tanto dinheiro possa trafegar por uma campanha eleitoral sem que o candidato seja informado e se responsabilize por sua utilização.

Em artigo no jornal **O Estado de S.Paulo** de hoje, o economista Gustavo Loschpe foi muito feliz ao examinar o que Lula quer fazer crer sua inocência em mais este escândalo:

Assim como no Direito vale a máxima de que **ignorantia juris non excusat** – o desconhecimento da lei não é desculpa para inocentar o criminoso – em qualquer organização vale o princípio de que o desconhecimento do chefe não o desculpa dos erros dos subalternos. Lula é culpado pelo dossiê porque escolheu Berzoini para seu chefe de campanha. Ponto.

E assim tem de ser, especialmente quando se trata da Presidência, porque senão todo governante diria a seus subordinados: “Façam todas as loucuras que vocês acharem importantes para o meu mandato, mas não me contem”. [“Fiquem calados. Eu não preciso saber”]. Se um Presidente pudesse se eximir da responsabilidade dessa maneira, não só teríamos dossiês e mensalões, como talvez coisa muito mais séria. Se o Presidente é inimputável pela ação de seus subordinados, talvez tenhamos amanhã o Exército invadindo a Argentina ou testando uma bomba atômica,

a Fazenda atrelando o real ao dólar, e a Polícia Federal abrindo as fronteiras. Enfim, ou os chefes têm responsabilidade sobre a ação dos seus subordinados ou não são chefes.

Na realidade, o Presidente Lula tem responsabilidade, porque ele é quem escolhe. E não é o primeiro caso. Já são de trinta a quarenta pessoas escolhidas por ele que fazem isso.

É muito fácil eu chegar ao meu gabinete e dizer: “Vocês podem fazer tudo o que quiserem de errado. Apenas não me digam. Vão fazendo calados, para que amanhã eu também não possa ser culpado”. Lógico que o culpado sou eu, se fazem algo errado.

O Presidente Lula continua tentando interpretar o seu melhor personagem: o de vítima. Vítima do PT, da imprensa e das elites.

Até a imprensa, antiga aliada de Lula e do PT, hoje é acusada de “partidária” e de não fazer uma “cobertura republicana”.

A última edição do boletim eletrônico do PT, intitulado **Força do povo, fraqueza da mídia**, afirma que a mídia “continua elitista e não aceita que o povo seja capaz de pensar sem depender da intermediação dos autoproclamados formadores de opinião”.

Antes de criticar os meios de comunicação, Lula e o PT deveriam lembrar que a mídia foi o meio usado por eles para crescerem.

É preciso destacar ainda que o episódio da compra do dossiê contra os candidatos do PSDB foi criado por integrantes do Partido de Lula e do Governo e da coordenação da campanha, e não por jornalistas ou pela Oposição.

Ora, se houve um evento, Senador Jorge Bornhausen e Senador Marco Maciel, do qual a Oposição e a mídia não tiveram nenhuma participação foi a criação desse dossiê. Isso foi criado dentro do Palácio do Planalto, dentro da campanha de Lula e dentro do PT. E foi descoberto. Quer dizer, a única coisa de errado que aparentemente o Presidente Lula está achando desse dossiê é ter sido descoberto. Por isso, ele diz que eles são burros. Mas como? Isso não é inteligência. Isso é burrice. E por quê? Porque foi descoberto. Certamente, se não fosse descoberto, eles ficariam muito felizes.

O jornal **O Globo**, ao comentar o assunto, citou o Deputado Federal Paulo Delgado, do PT de Minas Gerais, para quem “estamos cuspindo na rotativa que comemos. O PT é um produto da imprensa. A imprensa sempre ampliou a nossa voz e a nossa luta”.

O jornalista Alberto Dines, editor do **Observatório da Imprensa**, afirma que o discurso de Lula e de seu Partido, nos últimos tempos, está “esquizofrênico”. A mídia tirou o PT e o Presidente Lula da obscuridade.

Ainda segundo Dines:

Lula não tem equilíbrio suficiente para conduzir momentos de crise: o Lula está me-lando o jogo, porque é árbitro engajado. Ele não tem equilíbrio para ser árbitro. Por mais que queira separar do Hugo Chávez, ele é igual ao Chávez.

Isso não sou eu que estou dizendo, não. É o Dines. Eu concordo, mas não sou eu que estou dizendo.

O diretor da redação do jornal **O Estado de S. Paulo** pergunta:

Se o próprio presidente diz que os assessores que provocaram esse último escândalo são “aloprados”, o que deveria a imprensa fazer? Tanto o presidente da República como seu Partido tentam acusar a imprensa de “ataques e manobras”, atribuindo-lhes até preconceito de classe, quando na verdade os atores do escândalo são todos membros do Partido, comandados por seu próprio presidente, que foi afastado do comando da campanha.

Há outra coisa interessante: o Deputado Ricardo Berzoini foi afastado da campanha do Presidente Lula, mas não foi afastado da Presidência do PT. Então, é o seguinte: para comandar a campanha do Presidente Lula, não pode fazer dossiê. Quer dizer, uma pessoa que fez ou comandou um dossiê não pode comandar a campanha do Presidente Lula, mas pode comandar o PT. Quer dizer, o presidente é acusado – acusado, não; praticamente é réu confesso – de ter participado do dossiê e não pode coordenar a campanha do Presidente Lula (talvez porque tire voto, não sei bem o porquê), mas ele pode presidir um dos maiores Partidos do Brasil, sem ter a credibilidade necessária.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Jorge, o PT inovou, pelo menos nesta eleição, e oficializou a sua Inteligência, embora saibamos que é antiga essa Inteligência montada e de investigação no PT – inteligência de bisbilhotagem, não aquela mental. Ora, quando se monta uma Inteligência, é para proteger e ajudar o candidato a Presidente da República: quem é que foi desleal com quem? A partir do momento em que esse plano mágico foi montado, não comunicaram ao Presidente?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Claro que comunicaram.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Aí é que é preciso... É isso que a Nação quer saber: traíram o

Presidente, ou o Presidente traiu a Nação ao dizer que não sabia? Será possível que traíram o Presidente da República, teoricamente o grande beneficiado dessa manobra, manobra corajosa, manobra audaciosa, que foi desde invasão de sigilo no Banco do Brasil até uso de servidores em horário de expediente, contrariando a lei eleitoral? E aí fica o PT com raiva do Ministro Marco Aurélio, que quer cumprir a lei. Traíram quem? Isso é que é preciso que fique claro. Foi uma operação que o Presidente não sabia. E agora? Nós, que não temos Abin, que não temos Inteligência, sabíamos, desde o início da semana, que o PT, para tentar deslocar o escândalo do seu foco, ia acusar o Berzoini. Será que só Berzoini não sabia que ia ser o grande acusado? Isso é um pastelão mexicano da pior espécie, Senador. Isso não engana menino. É aquela história: “Olha, tu metes a cabeça na areia, eu atravesso e depois te puxo”, e o “cara” faz com toda a segurança, porque ele já fez com os outros. Os envolvidos nos escândalos passados já estão todos sendo perdoados nos palanques pelo Presidente da República, e os que não foram envolvidos nos escândalos do PT, mas que participaram de escândalos nacionais estão sendo chamados para o PT, para o palanque do PT, como quem diz: “vem para cá que aqui é o nosso lugar, aqui temos uma linguagem comum”. Esse é o fato. Fora isso não há discussão, Senador. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador.

Continuo o meu pronunciamento.

Para o Deputado Chico Alencar, ex-petista, “o problema é que o Lula, para justificar seus erros, infantiliza o povo. Ele está propondo que o povo não leia mais nada, que só escute a voz dele. É um quê de absolutismo. Para ele, como na época do Brasil absolutista, imprensa boa é imprensa oficial”.

A imprensa livre o Governo Lula não consegue controlar, apesar de ter tentado fazê-lo algumas vezes, como quando tentou expulsar do Brasil o correspondente do jornal **The New York Times** ou quando propôs a criação do Conselho Federal de Jornalismo. Agora, nas áreas onde o PT já colocou as mãos, é difícil garantir a lisura das instituições neste momento em que o poder vai-se esvaindo pelos dedos das mãos.

A postura de segmentos da Polícia Federal nesse episódio do escândalo do dossiê demonstra que interesses subalternos parecem falar mais alto. Por que não divulgar a foto do dinheiro? Sempre a Polícia Federal divulgou fotos dos presos, dos dinheiros, dos dossiês. Desta vez, até divulgaram a foto do dossiê falso, mas não divulgaram a foto do dinheiro, porque sabem que foto de dinheiro marca, é forte. E ela deveria ser divulgada.

Quando todo o País pergunta de onde vieram os R\$1,7 milhão, a Polícia Federal sinaliza que só deve revelar a fonte do dinheiro depois do primeiro turno da eleição. Isso o Brasil não entende, porque, para identificar o depósito de míseros R\$25 mil do caseiro, o Coaf, o Banco Central, a Caixa Econômica Federal e a Polícia Federal foram ágeis. Num instante descobriram a questão do caseiro. Agora, quando a Nação precisa saber quem são os corruptores envolvendo o Partido de Lula, as autoridades policiais não conseguem dar uma resposta.

O Globo expressou a seguinte opinião:

Se houver na Polícia Federal quem esteja trabalhando nas investigações do ‘dossiêgate’ numa velocidade, digamos, pouco republicana, para proteger o PT e Lula a poucos dias do primeiro turno, arma-se nova trapalhada. Pois, se vier o segundo turno, a manobra não só terá sido inócua como ficará evidente e aumentará o poder de fogo da oposição. Ela será a operação tabajara II.

Eu gostaria de destacar que, antes mesmo do pleito, algumas das mentiras eleitorais de Lula estão se esvaindo. Na campanha, por exemplo, Lula promete crescimento econômico. E segue-se uma série de questões que peço que sejam consideradas lidas.

Termino dizendo algo muito simples: temos o direito de saber, até o dia das eleições, quem foi que conseguiu essa importância de R\$1,7 milhão. Acredito que a Polícia Federal não seja a principal responsável para responder a isso. O principal responsável é o Presidente Lula. Esses amigos do Presidente Lula que montaram essa operação e que foram presos com o dinheiro, principalmente o tal do Lorenzetti e o agente do comitê central, sabem quem foi que conseguiu o dinheiro. Se eles sabem, basta que o Presidente Lula os chame ao Palácio do Planalto e diga: “Vamos dizer isso à Nação, para que possamos nos apresentar de cara limpa. Cometemos uma irregularidade, mas vamos divulgar essa informação e esperar que o povo vote”. Essa seria a atitude correta que o Presidente Lula deveria tomar.

Queremos que o Presidente Lula diga de onde veio esse dinheiro. Se ele não disser, em minha opinião, o dinheiro veio da mão dele.

É assim que encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Senador José Jorge, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Há pouco, em conversa com a imprensa, os jornalistas comentavam a declaração do Senador Romeu Tuma, estranhando

o comportamento da Polícia Federal nesse episódio. Realmente, o caso está mal contado, mal explicado, como V. Ex^a aborda, com muita competência, em seu pronunciamento. A V. Ex^a, que é candidato a Vice-Presidente da República, deixa bem claro que a Nação brasileira precisa de uma resposta, e nada melhor do que a resposta do segundo turno, porque, efetivamente, nestes quatro dias que faltam para as eleições, não teremos a resposta às suas indagações. Todavia, se tivermos a oportunidade do segundo turno, para que o Presidente Lula compareça aos debates e exponha suas propostas – como já vem fazendo o candidato que V. Ex^a acompanha, Geraldo Alckmin –, aí sim, o Brasil vai poder julgar qual é o governo que quer para os próximos quatro anos. Cumprimento V. Ex^a pelo discurso que profere e reitero que o Brasil precisa do segundo turno. É imprescindível dispormos de tempo para resolver essa questão do dossiê e para que a população possa conhecer melhor os candidatos, até porque o candidato que está na frente, de acordo com as pesquisas, não foi a nenhum debate nem apresentou uma só proposta de governo para os próximos quatro anos. Por isso, é importantíssimo para o futuro da Nação brasileira que haja o segundo turno.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Senador Paulo Octávio, agradeço-lhe o aparte. V. Ex^a tem absoluta razão. O segundo turno nos dará a possibilidade de discutirmos isso de forma mais clara e objetiva, para que a população vote corretamente. Sempre digo que, lá em Pernambuco, chamamos o Horário Eleitoral Gratuito de guia eleitoral, ao contrário do resto do Brasil, que o chama de programa eleitoral. Por quê? Porque o Horário Eleitoral Gratuito é um guia para que o eleitor escolha seus candidatos.

Precisamos do segundo turno para que possamos ter, não só a continuidade dos programas eleitorais, mas, principalmente, os debates entre os dois candidatos escolhidos. Aí, sim, todas essas questões aparecerão e, se ficarem efetivamente esclarecidas, cada um pode votar no seu candidato original.

Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero apenas para fazer um registro. Há poucos instantes, tivemos a divulgação de pesquisa CNT/Census em que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição, ficou praticamente estável na pesquisa de intenção de voto. De acordo com

a pesquisa estimulada, Lula passou de 51,4% – pesquisa realizada no período de 22 a 25 – para 51,1%. Portanto, praticamente não houve alteração.

É importante deixar registrado que esse índice de 51,1% significa 59% dos votos válidos, o que continua indicando a vitória do Presidente Lula no Primeiro Turno.

Houve uma subida da candidatura adversária, a do PSDB, com Geraldo Alckmin, de 19,6% para 27,5%, em setembro, obtendo o equivalente a 31,8% dos votos válidos. A candidata do P-SOL, Senadora Heloísa Helena, caiu de 8,6% para 5,7%, o equivalente a 6,6% dos votos válidos. E o Senador Cristovam Buarque passou de 1,6% para 1,4%, o equivalente a 1,6% dos votos válidos.

Nos votos espontâneos, o Presidente Lula, candidato à reeleição, tem 46% dos votos espontâneos contra 23% do principal adversário, o ex-Governador Geraldo Alckmin. Na rejeição, o ex-Governador Geraldo Alckmin está acima dos 40%, com 41%.

Eu gostaria apenas de deixar o registro do resultado, tendo em vista que, de agora até domingo, teremos pesquisas quase que diariamente. Os diversos institutos têm-nas apresentado quase que diariamente. Tivemos a do Ibope, que dava uma diferença de apenas três pontos; a do DataFolha, oito pontos; e a da CNT/Census confere dez pontos de vantagem para o Presidente Lula.

Conforme está registrado no *blog* de Ricardo Noblat, ele não encontrou um só analista de pesquisa ligado ao PSDB e ao PFL que acredite na diferença de apenas três pontos – falei ontem com quatro deles pelo menos.

Eu queria apenas fazer esse registro e dizer que todas as pesquisas que serão publicadas têm o objetivo de nos manter atentos e monitorando o evoluir da avaliação da população, mas o que vale, como sempre, e não poderia ser de forma diferente, é o voto dos brasileiros e brasileiras no dia 1º de outubro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero louvar a atitude da Líder do Governo em se transformar, nesta Casa, em porta-voz das pesquisas nacionais.

Ora, o Brasil inteiro está querendo explicação por parte do Governo é do fato de os membros do seu Palácio estarem envolvidos em corrupção.

Quando vi a assessoria, sofregamente, trazer para a Senadora um dossiê de pesquisas, pensei que ali constassem provas da inocência do Lorenzetti ou o esclarecimento sobre o envolvimento do Expedito. Mas o PT não se preocupa com isso. Não se preocupa com conceito, não se preocupa com história; ele só se preocupa com a pesquisa que retrata o momento e com o desejo de que chegue logo o dia da eleição. Não, o Brasil está esperando o dia da eleição para a sua opção eleitoral, mas quer também as apurações desses fatos gravíssimos que envolvem os membros do Partido.

Pelo andamento das coisas, vemos que grande parte no núcleo nascedouro está em Santa Catarina, Estado da Líder, que não presta nenhum esclarecimento sobre o Lorenzetti, sobre o Presidente do Banco do Estado, sobre as ONGs de Santa Catarina. Tenho 80 *e-mails*, aproximadamente, de pessoas tratando de assunto de ONGs de Santa Catarina, que envolvem militantes, sindicalistas do Partido dos Trabalhadores, mas não se ouve uma palavra do PT a respeito disso na figura abalizada da sua Líder.

Portanto, quem tem ouvido seletivo só dá notícia também de maneira seletiva. Está na hora de o Partido vir aqui e esclarecer os podres que contaminam o seu hábitat.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as mulheres e os homens de bem deste País estão com um grito atravessado nas suas gargantas. Queremos a verdade. Queremos a verdade sobre tudo que ocorreu nestes últimos 12 dias, que escreveram mais uma página negra de corrupção do Governo Lula. Doze dias é tempo suficiente para que as investigações tivessem chegado àquilo que todos querem saber: a origem do dinheiro, dos reais e dos dólares escusos que somaram R\$ 1,7 milhão.

Há 12 dias, foram presos, numa expedição do PT, o Sr. Valdebran e o Sr. Gedimar. Há 12 dias, foi preso o Sr. Vedoin, conhecido tomador de dinheiro público neste País. Há 12 dias que sabemos que houve a tentativa de um golpe sujo, elaborado no comando de campanha do PT, para tentar derrubar a candidatura de Alckmin à Presidência e a candidatura de Serra ao governo de São Paulo.

Surgiu a primeira figura fora daqueles que foram presos em flagrante, o Sr. Freud Godoy, assessor da Presidência da República, cuja tarefa principal era patrulhar o Presidente Lula, resolver seus assuntos caseiros, ser seu segurança.

Nervoso, apresentou-se à televisão e fez uma declaração muito sintomática: “o Lula ligou para mim perguntando se eu estava envolvido”. Essa é a intimidade entre o Sr. Freud Godoy e o Presidente da República, a intimidade de corriola, de falta de respeito com a sociedade brasileira.

Em seguida, apareceu o nome do comandante das ações sujas do PT que visavam fazer com que houvesse uma modificação eleitoral em São Paulo. Surge, lamentavelmente para mim, como catarinense, o Sr. Jorge Lorenzetti.

O Sr. Jorge Lorenzetti é enfermeiro de profissão, churrasqueiro preferido do Presidente da República, seu íntimo, com quem o Presidente Lula iria passar as festas de fim de ano no hotel da CUT em Ponta das Canas.

O Sr. Jorge Lorenzetti, por decisão do Presidente Lula, foi nomeado Diretor Administrativo do Banco do Estado de Santa Catarina, cujas ações são do Governo Federal. Quando perguntado a respeito de Jorge Lorenzetti, o Presidente da República, com sua costumeira ação de mentir, disse que ele não pertencia aos quadros de seu Governo. Pertence, sim, Sr. Presidente! Não minta de novo! Tirou licença do Banco do Estado de Santa Catarina para comandar o departamento sujo do PT em Brasília. Essa licença estende-se até 31 de outubro.

O Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina, Sr. Eurides Mescolotto, cuja credencial para ser Presidente do Besc era ser Secretário do PT em Santa Catarina, sem qualquer outro vínculo empregatício, dá uma entrevista a um jornal catarinense. Foi-lhe feita a seguinte pergunta: “Lorenzetti será demitido da diretoria ou deveria exonerar-se?” A resposta: “O acionista majoritário do Besc é o Governo Federal, através do Ministério da Fazenda. O Ministério da Fazenda deverá se pronunciar”.

Portanto, depois de o Presidente declarar que ele não pertencia aos quadros do seu Governo, ainda o Presidente do Banco do Estado declara que ele continua diretor e não sabe se o Ministro da Fazenda vai exonerá-lo ou se ele vai pedir demissão. Nada disso aconteceu, a não ser mais uma mentira deslavada do Presidente da República!

Surge, depois, como comandante da ação, o Presidente do PT, o Deputado Ricardo Berzoini, lembrado pelo Senador José Jorge como aquele que deu nome ao Troféu Berzoini de Maldade, por ter colocado na

fila velhinhos com mais de 90 anos. Agora é o próprio Presidente que o considera responsável por todo esse crime eleitoral organizado. Neste País, se já combatíamos, e temos de combater, o crime organizado, agora temos que combater o crime eleitoral organizado, comandado pelo Presidente da República, candidato à reeleição, porque é ele quem atribui ao Presidente do seu Partido essa triste e nefasta missão.

Doze dias se passaram e não vimos a foto do dinheiro: foi escondida pela Polícia Federal. Não vimos os vídeos do Hotel Ibis, onde estavam hospedados os meliantes, que foram escondidos pela Polícia Federal. Um chegou a tirar o *chip* do seu telefone, cometendo mais um crime, ao esconder provas. Foram 12 dias sem uma resposta. Quando entramos com a investigação, por meio da coligação PSDB/PFL, no dia 18, eu disse claramente que não merecia a nossa confiança o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, porque ele tem sido um competente advogado, criminalista que o é, do Presidente de República, mas não Ministro da Justiça. Com sua ação de protelação, com seu engodo, com sua fluência, ele vai arrastando as investigações e impedindo a sociedade de saber de onde veio o dinheiro.

É lamentável tudo isso, Sr. Presidente. É triste viver uma situação dessa às vésperas de uma eleição que decidirá nosso futuro.

Outros assuntos que ocorreram durante esse período até foram esquecidos, como o desaparecimento das cartilhas. Não havendo explicação para o fato, o Governo disse que foram distribuídas pelo PT. Onze milhões estão desaparecidos. Será que irrigaram os cofres do golpe sujo e fazem parte desses R\$ 1,7 milhão? Não podemos duvidar, temos de colocar o fato, sim, na pauta dos assuntos, porque o dinheiro desapareceu, a cartilha desapareceu, e agora ninguém tem condições de explicar.

Até as palmas dirigidas ao Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, foram transformadas, por montagem fraudulenta e desonesta, em palmas para o Presidente Lula na Assembléia Nacional da ONU.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Concedo o aparte ao Senador José Jorge, com muito prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Na realidade, Sr. Presidente, são tantos os fatos errados que este Governo do Presidente Lula gera que nós da Oposição não conseguimos acompanhá-los. Efetivamente há três semanas, um importante jornalista escreveu artigo dizendo que essa questão das cartilhas seria o último escândalo do Governo Lula antes da eleição.

Depois, já apareceram outros; cada dia, aparece um escândalo novo, porque é muita gente irresponsável, muita gente corrupta que o Presidente Lula coloca ao seu lado e comanda com mão de ferro, para fazer todas essas falcatruas num espaço de tempo tão curto. V. Ex^a acabou de citar essa questão das cartilhas. Na realidade, tivemos que parar de falar nisso porque apareceu um fato maior, que foi exatamente a questão do dossiê. Mas certamente isso não será esquecido e será investigado, pois é algo de muita responsabilidade também. Deveremos continuar o nosso trabalho para esclarecer tudo e para que essas pessoas que estão roubando o dinheiro público no nosso País sejam punidas e presas. Muito obrigado.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Jorge, candidato da nossa coligação, representando o PFL, na chapa de Geraldo Alckmin, com muito orgulho para todos nós do Partido.

Lembrando a falta de compromisso com a verdade do Presidente Lula, quero dizer que não é possível continuar com a mesma postura. Quando veio o valerioduto, disse que não sabia de nada; quando veio o mensalão, disse que não sabia de nada.

Trabalhei como Ministro no Palácio do Planalto. Ninguém é mais bem informado que o Presidente da República. A ele são entregues, diariamente, relatórios da Polícia Federal, da Abin, dos serviços secretos das Forças Armadas.

Trata-se de mentira deslavada do Senhor Presidente Lula, que, aliás, tem esse costume. É um “lulóquio” que apareceu perante a Nação brasileira. Agora, ele disse que quer debater, debater muito! Será que vai ao debate? É a oportunidade de dizer quem arrumou esse dinheiro escuso, ilícito, para tentar dar o golpe sujo, cujo tiro saiu pela culatra.

Vá ao debate, Presidente Lula! Vá lá mostrar as palmas que não existiram na ONU. Vá lá dizer que não conhece e não sabia do valerioduto, do mensalão. Vá lá dizer que nunca ouviu falar nos “aloprados” – como ele os chamou – Freud Godoy, Jorge Lorenzetti, seus íntimos. Vá lá!

Quem convive com aloprado aloprado é! Essa é a triste verdade que devo dizer desta tribuna.

Sr. Presidente, estamos aqui, em nome do PFL, Partido que tomou posição de Oposição desde o primeiro dia de Governo, para dizer em alto e bom som: queremos a verdade! Queremos a verdade sobre a origem do dinheiro!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dando continuidade às palavras dos que me antecederam, quero fazer algumas considerações.

Essa história de dossiê não é nova, já existiu no passado. Quem não se lembra de um dossiê em que até o nome do grande, do inesquecível Mário Covas estava incluído? Mas aqueles dossiês, naquela época, não eram acompanhados de tanto dinheiro, até porque eles não estavam no poder.

O que mais intriga é que, segundo o Senador José Jorge, a Polícia Federal não permitiu a divulgação da imagem desse dinheiro.

É bom que se lembre que parte desse dinheiro – são informações da Polícia Federal – não foi usada, é dinheiro virgem, dinheiro que saiu da fábrica para os bolsos dos petistas envolvidos. Esse dinheiro não esteve em circulação em momento algum: do local de fabricação, nos Estados Unidos, os dólares seguiram para o bolso daqueles que iriam comprar o dossiê, daqueles que são membros e chefes da campanha do Presidente.

Outra coisa que também intriga muito as pessoas – volta e meia sou perguntado nas ruas a respeito disso – é o dinheiro do valerioduto, o dinheiro para pagamento da compra dos votos. Conseguiram “um empréstimo no Banco Rural” de R\$ 50 milhões. Esse empréstimo ficou no Banco Rural. Esse empréstimo foi pago? Acredito que não. Quem está devendo esse empréstimo? Por que o Banco Rural forneceu um documento dizendo que se tratava de um empréstimo? Por que seus diretores não estão presos pela mesma Polícia Federal?

São perguntas no ar, são perguntas que o povo brasileiro se faz a cada momento e que, infelizmente, não têm resposta, como também não tem resposta quem forneceu esse dinheiro, e principalmente um dinheiro virgem, dinheiro que não teve circulação, dinheiro que, portanto, deve ter saído de alguma instituição, se não veio clandestinamente para o País, e daí para os bolsos dos criminosos que hoje estão sendo tão ventilados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria também de abordar um outro assunto. Há cerca de três meses, estive aqui denunciando que a União Européia veio ao Brasil fazer uma fiscalização nos laboratórios que seriam remodelados e construídos pelo Ministério da Agricultura a fim de que o Brasil pudesse exportar pescados, carnes, etc. Estiveram no Brasil e constataram que não havia condições laboratoriais de exportarmos esses gêneros para o mundo.

Fiz aqui a denúncia e pedi que fosse convocado o Ministro da Agricultura para dar explicações sobre os acontecimentos e do que deles poderia advir. Hoje, volto à tribuna para dizer que foi consolidada a medida tomada pela União Européia, que já estabeleceu novas barreiras para as exportações brasileiras. Desta vez, o setor atingido é o de pesca.

Na sexta-feira passada, em Bruxelas, os veterinários europeus decidiram exigir novos testes nos produtos nacionais, diante das condições fitossanitárias, consideradas inadequadas. Além disso, cinco estabelecimentos nacionais foram excluídos da lista de exportadores brasileiros autorizados a vender para a Europa, também por motivos de saúde animal.

Bruxelas também renovou sua ameaça de impor novas sanções contra as carnes nacionais. Há meses, Brasil e Europa vêm travando um enfrentamento diplomático por causa da qualidade dos produtos exportados pelo País. O novo regulamento adotado foi resultado das inspeções realizadas pelos europeus, em junho, e exige que os exportadores de pescado mostrem certificado de testes laboratoriais para que possam entrar no mercado da União Européia.

“As medidas foram tomadas por causa das sérias preocupações sobre a segurança desses produtos para os consumidores”, afirmou a União Européia. Para os europeus, o que não está claro é a capacidade dos laboratórios nacionais de produzirem testes “confiáveis”.

Bruxelas reconhece que, no Brasil, apenas um laboratório tem condições consideradas como ideais de realizar o teste de histamina no peixe, o que acaba se transformando em um obstáculo para o exportador.

Com relação às carnes, a Europa continua sem uma definição sobre se aplica uma nova restrição ou não. Países como a França e a Irlanda dizem que medidas precisam ser tomadas, mas a Comissão Européia prefere debater ainda os resultados das últimas inspeções a esperar até mesmo a ida de uma missão ao Estado de São Paulo, a partir da segunda-feira, para avaliar a questão da febre aftosa.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que se depreende disso? Os produtores nacionais estão a ver navios, seja o setor calçadista, sejam os produtores de soja, os produtores de pescados, os produtores de carnes, nenhum tem preço para a exportação ou condições oferecidas pelo Governo para concorrer com outros Países. E assim o País continua acéfalo, abandonado, sem rumo, na mão de irresponsáveis que não o permitem crescer e se desenvolver.

Quando dizem que continuamos com as exportações altas, é simplesmente pelo aumento de exportação de minerais, produtos e riquezas não renováveis

que empresas como a Companhia Vale do Rio Doce exportam sem nenhum beneficiamento, sem agregar valor, sem gerar emprego, diferentemente daqueles que fabricam calçados, roupas e outros materiais. Hoje, o Brasil se limita a importar arroz do Paraguai, do Uruguai e da Argentina, e a importar roupas, calçados e utensílios da China. O brasileiro vai ter de continuar roubando e passando fome para comprar produtos vindos de outros Países, porque, aqui, não tem mais o direito de produzir, pela incapacidade e pela irresponsabilidade deste Governo que se instalou no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador João Batista Motta.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes; em seguida, o Senador Marco Maciel.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de falar, de maneira direta, sobre a série de escândalos que o Brasil vê hoje com muita tristeza.

Meu discurso hoje, meu caro Senador Roberto Saturnino, é de solidariedade a uma das instituições mais sérias, mais respeitadas e que mais colaboraram, durante quase 200 anos, para a construção da história deste País, que é o Banco do Brasil. O que me liga ao Banco do Brasil é o fato de eu ter tido três irmãos que foram funcionários daquela instituição, em um período em que o Banco do Brasil era referência pela qualidade dos seus técnicos, pela essencialidade dos seus serviços e pela respeitabilidade que impunha à Nação.

Lembro-me bem, Sr. Presidente, eu era criança e tinha irmãos que trabalhavam no Banco do Brasil, dois em cidades do interior do Piauí e um em Teresina, e via a dedicação e o amor com que eles exerciam o cargo. Aprovados por concurso público, o primeiro que entrou no Banco do Brasil foi trabalhar na cidade de Campo Maior; o segundo, em Picos; o terceiro começou trabalhando em São Paulo, numa agência do Brás, naquela migração histórica, Senador Roberto Saturnino, dos nordestinos procurando São Paulo, e depois transferiu-se para Teresina e, de lá, foi para o Rio de Janeiro, onde trabalhou na direção-geral. Faleceu muito novo, aos 39 anos, aqui em Brasília, na direção-geral do Banco do Brasil. O segundo fez concurso. Aprovado, foi para a cidade de Campo Maior. Foi transferido para Teresina; foi gerente no Maranhão, na cidade de São João dos Patos; voltou para Campo

Maior. Foi para Nossa Senhora da Glória, em Sergipe. Veio para Brasília. Foi convidado para ser gerente do Banco do Brasil na cidade de Parnaíba. Era a volta do filho à terra, ocupando a gerência da agência da segunda maior cidade. No Governo da Nova República, primeiramente comandado por Dr. Tancredo Neves e, depois, por José Sarney, ele foi diretor da Caixa Econômica Federal. Retornou ao Banco do Brasil, sendo gerente-geral da agência em Brasília, e, posteriormente, aposentou-se. O terceiro começou a carreira em Picos, no Piauí, terminando-a aqui, em Brasília. Esse também já é falecido. Portanto, apenas um dos irmãos está vivo.

Nunca vi uma entidade que tivesse tão bons quadros, com pessoas com uma formação de fazer inveja, Sr. Presidente. O servidor do Banco do Brasil era um exemplo. Nas cidades do interior, além das suas funções, ele geralmente era professor das escolas noturnas e exercia funções nos clubes de serviços. Ele tinha realmente uma participação social importante na vida dessas cidades. O Senador Roberto Saturnino deve ter convivido no interior do Rio de Janeiro e também deve ser daquela época em que a paquera se dava nas praças à noite. Naquela rodada da praça, os homens rodavam numa direção e as moças, na outra direção. Às nove horas, tocava-se uma sirene ou uma corneta ou sei lá o quê, um berro, quando as moças iam para casa e os homens ficavam livres para curtir a noite onde quisessem. Nessa época, as grandes disputas, fora os médicos e os engenheiros, eram exatamente pelos funcionários do Banco do Brasil.

Portanto, eu queria render uma homenagem a essa instituição com a qual, ainda hoje, mantenho estreito relacionamento, produto dessa convivência. Sempre que uma crise ocorre no Banco, sou procurado por ex-funcionários, por aposentados e por funcionários atuais que conhecem as minhas ligações. Eu não podia, Senador Marco Maciel, pontuar-me pelo silêncio diante dessa tentativa de uso de uma estrutura com a do Banco do Brasil para aparelhamento da máquina de Governo e sua utilização em atividades não-republicanas, embora o Brasil tenha, no seu corpo de funcionários, grandes brasileiros que colaboraram com o País em outras funções, convocados que foram por governos, e se destacaram com brilhantismo nessas atividades.

Não é possível que, hoje, essa instituição esteja condenada a ser berço de manobras pouco recomendáveis, em que agentes inescrupulosos se ocupam e se locupletam de funções para ferir conceitos e, acima de tudo, desrespeitar as normas e as regras que regem o Banco do Brasil, que foram, ao longo de muito tempo, o orgulho e a razão de ser dos seus servidores. O manual

bancário, que orientava o comportamento profissional dos servidores, era uma espécie de Bíblia. Hoje, vemos a degradação motivada por fatos tristes como esses. Aliás, no atual Governo, não é a primeira vez que isso acontece. Tivemos o escândalo envolvendo a Cobra, não o ofídio, mas uma empresa subsidiária do Banco do Brasil, da área de computação, que foi envolvida no primeiro dos grandes escândalos deste Governo. Temos a Previ, mais rica do que o próprio Banco, sempre citada e envolvida em operações suspeitas, em atitudes curiosas. Temos, também, a Fundação Banco do Brasil que, infelizmente, começa a ser denunciada agora – a CPI das ONGs vai mostrar isso – pela liberação de recursos para Organizações Não-Governamentais, vinculadas ao aparelho sindical que hoje se apodera e toma conta do Palácio do Planalto.

Neste Governo, tempos atrás, tivemos um vice-presidente de sobrenome Siqueira César – nem me lembro mais o seu primeiro nome –, mais conhecido na linguagem dos colegas do Banco do Brasil como “Mexerica”. Era muito comum eu receber *e-mails*, que estão arquivados, de servidores apavorados porque se montou ali um sistema de escuta, um sistema de bisbilhotagem na vida, não só de companheiros, mas também de clientes que faziam militância contrária às suas atividades político-partidárias.

Esse fato envolvendo o Sr. Mexerica culminou com a suspeita de bisbilhotagem, pelo Banco do Brasil, do segredo bancário de vários parlamentares. Tivemos, inclusive, a oportunidade de acionar o Corregedor da Casa, Senador Romeu Tuma, para que procedesse verificações sobre o fato.

Em certo momento, tivemos uma reunião bica-meral, envolvendo a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ocasião em que mostramos as nossas preocupações – aliás, o Deputado Fernando Gabeira, que tanto respeito merece dos brasileiros, foi enfático sobre essas suspeitas.

O General Felix, que as ouviu juntamente com o atual Diretor-Geral da Abin, no gabinete de Relações Exteriores da Câmara presidida pelo então Senador gaúcho Alceu Colares, disse que não concordava de maneira nenhuma com apurações paralelas e que geralmente a culpa caía nos agentes da Abin, que muitas das vezes nada tinham a ver com o episódio.

No mesmo dia, de maneira misteriosa, o Sr. Mexerica afasta-se das suas funções no Banco do Brasil. Não se sabe até hoje se pediu demissão. Neste Governo ninguém é demitido, pede demissão, pede afastamento. A verdade é que, aparentemente, esse senhor saiu do noticiário.

A minha impressão é que esses fatos eram coisas do passado naquela instituição bancária. Mas eis

que agora aparece no olho do furacão o Sr. Expedito, denunciado pelo uso da sua função, que se confundia com a de participante do serviço de inteligência da campanha do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, a tecnologia hoje mostra, através de códigos, a data e o local em que essas contas foram acessadas. V. Ex^a, que começou sua vida e é um dos maiores técnicos deste País na área de computação, sabe muito bem o que estamos dizendo.

Hoje, numa ocorrência muito própria do atual Governo, aparece uma resposta chocha de que não está provado que o Sr. Expedito acessou a conta de quem quer que seja. É o primeiro indício, Senador Saturnino, de que essas contas foram acessadas. A minha preocupação é que o Sr. Expedito, de maneira criminoso e maldosa, tenha pegado um companheiro, um colega seu menos prevenido para o mundo de hoje e tenha usado a sua senha.

O importante, num momento como este, não é saber se foi mexerica, mandioca ou abacaxi; o importante é saber se contas foram violadas porque aí estaria configurado o crime. O crime é esse, e a esse crime somam-se outros graves, como por exemplo a entrada de dólares no Brasil com etiqueta original do Banco Central americano, sem a devida internação oficial no sistema bancário ou financeiro brasileiro.

E aí, meu caro Senador João Batista, começamos a fazer perguntas: por que o silêncio do Banco Central, presidido pelo Sr. Henrique Meirelles, sobre esse fato? É muito simples. O Sr. Meirelles, por meio de contato imediato com a entidade americana, saberia exatamente quem retirou aquele dinheiro em qualquer agência bancária do território americano, data e hora. E se fez algum percurso exótico, é preciso esclarecimento. Mas vem a segunda dúvida e outra questão: como esse dinheiro saiu dos Estados Unidos e entrou no Brasil sem ter sido detectado pelos rigorosos sistemas existentes hoje nos aeroportos que detectam quantias acima de US\$10 mil? Esses fatos precisam de esclarecimento para que se saiba se veio em avião privado, geralmente de decolagem de aeroportos sofisticados que não têm fiscalização tão rígida. Mas é muito simples, é só verificar a cidade ou a região em que foi feito o saque e ir atrás das decolagens de aviões privados com destino ao Brasil. Chamo a atenção para um fato. Deveriam ser examinadas as decolagens não só com destino às cidades brasileiras, mas também com destino a Havana ou a qualquer ponto de Cuba, México, Venezuela e Bolívia, países em que há hoje estreitos relacionamentos entre membros dos respectivos governos, nosso atual Governo e setores da iniciativa privada.

É preciso que esses fatos sejam esclarecidos. É preciso que as investigações sejam mostradas de maneira clara. Daí por que, Senador Saturnino, quero parabenizá-lo pela independência e pela coragem de assinar uma CPI para investigar as ONGs no Brasil. V. Ex^a mostrou, com essa atitude, que cumpre a sua função de Senador da República porque quer exatamente que uma apuração dessa natureza seja feita até para que o País não viva sob o império da dúvida e da suspeição.

Sr. Presidente, iniciei a coleta de assinaturas para apuração do desvio das ONGs e estou estarrecido com as correspondências e as manifestações que tenho recebido aqui diariamente. Em Santa Catarina, há um festival de ONGs. Esse Lorenzetti, que eu pensava ser apenas marca de chuva, tem várias ONGs ligadas a ele direta ou indiretamente. Em Sergipe também aparecem ONGs e por aí afora. Todas elas têm vinculação direta ou indireta com esses companheiros de 20, de 30 anos de caminhada com o Presidente da República. Hoje, em um jornal, aparece uma ONG da qual o próprio Presidente, quando era sindicalista, fazia parte juntamente com o Lorenzetti e mais um desses. Quero pedir desculpas aos companheiros e ao povo brasileiro por não citar o nome, mas é que o PT está lançando tanta gente nova nesse mercado de lama que é impossível para um ser humano decorá-los todos.

Concedo um aparte com muita alegria ao Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Hoje, usei esta tribuna para manifestar a minha opinião de que há coisas novas, realmente novas, tão novas e tão interessantes neste País que aprofundam, aperfeiçoam e alargam a democracia brasileira. Não fiz referência, mas faço agora, a uma das coisas novas: nada mais se esconde neste País, e outrora se escondia. Antigamente, constituir uma CPI era uma tarefa difícil, porque a parte atingida fazia todo tipo de manobra para evitar. E isso acabou, Senador. V. Ex^a pode constituir a CPI que quiser. E quem ganha com isso é a Nação brasileira, é a informação pública e o Governo. V. Ex^a fique certo de que uma das razões pelas quais o Presidente Lula está encontrando tanto apoio é porque foram instituídas aquelas três CPIs, quando se dizia que elas parariam e prejudicariam o Congresso. Não parou e tudo que precisava ser apurado, o foi. Pois é assim que se fundamenta e se consolida a democracia. Sou favorável à utilização desse instrumento que é um dos instrumentos do Congresso para apurar e dar satisfação à Nação e ao povo brasileiro. V. Ex^a pode pensar que vai atingir o PT ou o Presidente Lula, mas penso que não vai atingir e que a Nação e a democracia brasileiras irão lucrar com isso, porque assim aconteceu e certa-

mente acontecerá daqui para a frente, pois as coisas mudaram neste País, para aperfeiçoar a democracia, consolidar as instituições, apesar de todos os embates e da gravidade de alguns fatos que ocorreram. Houve revelações e o resultado está neste julgamento popular do Presidente Lula.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Roberto Saturnino fique V. Ex^a absolutamente tranquilo que não tenho nenhum objetivo de atingir o Presidente da República – nem a ele nem a seus familiares – não é esse o meu objetivo. Mas uma coisa me dá muita tranquilidade: nessa CPI nós não vamos achar nenhuma ligação de ONGs com V. Ex^a. Nós já sabemos de antemão os que podem ter envolvimento e os que não terão com certeza envolvimento. E, com certeza, V. Ex^a e a Nação brasileira toda sabe. A questão não é essa...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Eu sei, Senador, não é o caso pessoal meu nem de V. Ex^a, mas quem tiver algum tipo de envolvimento ilícito vai aparecer e será punido – isso é o que importa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O objetivo maior é estancar esse sangradouro de recursos públicos, que deveriam ter a sua destinação para as necessidades mais urgentes e imediatas da Nação, como Saúde, Educação, estradas, e não para entidades como aquela “Amigos de Plutão”, que nós não sabemos, em termos de prioridade, que serviço presta à Nação.

A nossa preocupação é exatamente saber para onde foram os R\$3 bilhões liberados para ONGs no Governo, se tiveram destinação de cunho social, se prestaram os seus deveres.

Nós precisamos saber, Senador Roberto Saturnino, se as ONGs que dão suporte ao Sr. Bruno Maranhão – aquele que invadiu a Câmara – se prestaram as suas atividades. Nós precisamos, por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, saber se aquelas ONGs que já deram tanta tristeza ao Brasil e que abortaram, inclusive, candidaturas, se foram usadas de maneira republicana.

O que precisamos saber, Senador Roberto Saturnino, é se as ONGs que recebem dinheiro da Fundação Banco do Brasil, da Petrobras, do Ministério do Trabalho – a partir do FAT, que é um dinheiro do trabalhador –, se foram bem aplicadas e foram bem usadas.

Senador Roberto Saturnino, o único reparo que faço a V. Ex^a é quando V. Ex^a, evidentemente influenciado pelos seus novos colegas, os petistas, quer colocar na contabilidade de Governos passados, as mazelas que seu novo Partido vive hoje.

Senador Roberto Saturnino, o PT assumiu em 2003 com toda a gordura popular que um Governo poderia sonhar. Fustigou vidas e mais vidas neste País e ninguém tem notícia da condenação, pelo menos até o

momento, de nenhum integrante do Governo passado. Os que foram presos, os que foram cassados, os que estavam envolvidos, são todos fruto das manobras do atual Governo.

Fala-se do Governo Fernando Henrique, mas, quando se apura, não se condena ninguém. O dólar na cueca não foi do Governo Fernando Henrique; o Waldomiro não foi do Governo Fernando Henrique. O Waldomiro teve um estágio promissor no Rio de Janeiro, em governo passado – não foi no Governo Fernando Henrique. O caso dos Correios não foi do Governo Fernando Henrique; o escândalo da cobra não foi do Governo Fernando Henrique.

O ruim é que o Partido em que V. Ex^a está hoje sabe que está no banco dos réus e quer companhia. Nós não concordamos e não aceitamos isso. A Líder do Governo, no começo, criou a CPI do Banestado, numa perseguição pessoal, mesquinha e paroquiana, envolvendo Santa Catarina, para atingir a família Bornhausen. Acusavam o Senador Bornhausen de remessas para o exterior. O Senador Bornhausen era Embaixador do Brasil em Portugal e recebia seus salários, como todos os Embaixadores e diplomatas, por intermédio de uma agência em Nova Iorque. E aí, em seu desejo de apuração, o PT começa a dizer que quem tem conta CC-5 é dono de lavanderia, é isso e aquilo. Aí apareceu o Presidente do Banco do Brasil e um Diretor do Banco Central, do PT, que tiveram de deixar os cargos.

Eu nem vou mais falar sobre CPI do Banestado, porque V. Ex^a sabe no que deu, inclusive a finalização do relatório.

Tivemos a CPI dos Correios, e a Liderança preparou um voto em separado, em que os acusados eram acusados em tese: ou se compuseram com os ladrões ou não descobriram quem eram os ladrões.

É triste! É triste vermos aquele Partido que, durante vinte anos, pregou a virtude como sua meta, seu objetivo e o fim da conquista do poder, e hoje está aqui, embaralhado nesse mar de lama. E a Líder procura justificar os fracassos e os envolvimento, mostrando resultados de pesquisa, que, de antemão sabemos, são feitas no voto aberto, em que alguns beneficiados de programas de interesse social, mas que são dirigidos, têm medo de dizer que estão contra o Governo para não perderem o benefício. Aliás aquilo mesmo que o PT acusava quando era Oposição.

Esses fatos, Senador Saturnino, estarrecem a Nação brasileira.

Portanto, congratulo-me com V. Ex^a e parableno-o por ter assinado esta CPI, porque o fez com convicção. Assumi a palavra de que só vou instalá-la depois do segundo turno; não é assunto para se confundir com

eleição. E vou deixar esse espaço para que o PT assumas suas ligações com as ONGs.

Não é possível que diante dos recursos do FAT, dos recursos da Fundação Banco do Brasil, dos recursos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou encerrar, Sr. Presidente. Agradeço a generosidade de V. Ex^a. Dos recursos sangrados dos cofres públicos de um Orçamento que é contingenciado – e a Saúde não recebe dinheiro – e o Presidente da República diga que está chegando à perfeição e que esse dinheiro sobre para as ONGs.

Na verdade, Sr. Presidente, encerrando, estamos vivendo num País de farsa. A farsa começa, Senador Eduardo Azeredo, com os aplausos – que não existiram – do Presidente da República na Assembléia Geral da ONU e vai até os discursos que faz para agradar os diversos tipos de público.

Na semana passada, o Presidente Lula esteve em Natal, onde fez a apologia da transposição das águas do rio São Francisco. Dizia que só sabia dessa necessidade quem não tinha água para beber, porque aqueles que bebiam água Perrier não sabiam o que era ter sede. Aliás, por ironia do destino, na primeira entrevista que concedeu em que reconhecia o mensalão, em Paris, no jardim de um castelo, bonito, com as heras crescendo, a sua companheira de desabafo era a água Perrier. Portanto, não é exclusividade de nenhuma elite.

Vai depois para Aracaju, onde a população não quer a transposição nos termos em que está projetada. Ele diz: “Que transposição é essa se não temos nem água? O rio está morrendo”!

Esse é o Presidente do Brasil, que fala em estradas asfaltadas da operação tapa-buracos, mas a caravana da Globo mostra a real situação das estradas; que anuncia metrô que não existem; refinarias que estão no papel e que vive esse sonho deslocado. Enquanto dorme, seus amigos assaltam os cofres públicos brasileiros.

Sr. Presidente, quero agradecer a V. Ex^a a generosidade pelo tempo concedido e quero prestar uma homenagem ao Sr. Severino Brito. Ele é de São José dos Cordeiros, interior da Paraíba. Tem 93 anos de idade. Lúcido, assiste todos os dias à TV Senado.

Ele pede que o Brasil dê um basta nessa miséria, ele quer viver dias de esperança neste País e não quer, de maneira nenhuma, assistir ao desastre a que estamos presenciando com tanto roubo e com tanta falcatura.

Sr. Severino, o seu desejo é o mesmo meu e é o mesmo daqueles que pensam no futuro do Brasil. A

minha esperança é que, no próximo domingo, o Brasil use um remédio contra o PT: o voto.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Eduardo Azeredo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao ex-Governador de Minas Gerais, Senador Eduardo Azeredo, em permuta com o Senador Marco Maciel, que falará a seguir.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, inicialmente, agradecer ao Senador Marco Maciel pela permuta e registrar desta tribuna o pedido de inserção em Ata do artigo publicado no jornal mineiro **Hoje em Dia** sobre tema referente à urna eletrônica.

É feita uma menção pelo professor Anis Leão, catedrático, sobre a participação do Dr. Roberto Siqueira, que recebe, merecidamente, a Medalha do Mérito Eleitoral Desembargador Vaz de Mello do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais pela sua colaboração na conceituação, construção e aperfeiçoamento da urna eletrônica.

Roberto Siqueira, depois de ter sido diretor do Tribunal Regional de Minas, foi também diretor do Tribunal Superior Eleitoral e atuou juntamente com o Ministro Carlos Velloso. S. Ex^a é, sem dúvida alguma, um dos maiores responsáveis por este grande sucesso democrático e tecnológico que é a urna eletrônica brasileira.

Conheço o Dr. Roberto Siqueira e com ele trabalhei – na verdade, fui fiscal das primeiras eleições informatizadas.

Quero, portanto, deixar consignado este aplauso pela atuação de Roberto Siqueira.

Sr. Presidente, temos acompanhado com bastante apreensão os últimos acontecimentos envolvendo a Petrobras e o Governo boliviano. Desde o Decreto Supremo nº 28.701, que determina a nacionalização do setor de petróleo e gás da Bolívia, publicado em maio, em La Paz, a empresa brasileira tem sofrido sucessivos achques por parte do país vizinho.

O que nos impressiona é a tibieza das respostas do atual Governo na defesa dos interesses legítimos da Petrobras e de seus acionistas. Em um rompante dos mais desaforados, o então Ministro dos Hidrocarbonetos, André Soliz Rada, chegou a dar-se o direito de questionar a legitimidade do Tratado de Petrópolis, de 1903, obra do Barão do Rio Branco, que regularizou a situação do Acre e estipulou a indenização brasileira à Bolívia.

Esse é o grau de provocação a que o Brasil e os interesses brasileiros estão submetidos sem encontrarem como contrapartida pronunciamentos firmes, inequívocos por parte do Presidente Lula em defesa do seu País.

A última bravata patrocinada pelo fanfarrão André Soliz Rada, ocorrida na semana passada, dizia respeito ao confisco das refinarias da Petrobras na Bolívia, em flagrante violação das regras de Direito Internacional.

Como se não fosse suficiente a nacionalização dos recursos naturais bolivianos, as autoridades resolveram expropriar os ativos da Petrobras. Afinal de contas, Sr^{as} e Srs. Senadores, a empresa brasileira, aos olhos de Evo Morales, é sonegadora e contrabandista.

Sr. Presidente, o Presidente Evo Morales tem o direito de exumar a retórica antiimperialista contra quem quer que seja. Porém, é inconcebível a passividade do Governo brasileiro, na medida em que sua heróica paciência custa o dinheiro e o respeito de milhares de investidores nacionais e estrangeiros que acreditam e aplicam dinheiro na Petrobras.

Só após a reação do Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, é que o Governo brasileiro mostrou-se disposto a reagir e a tomar as providências cabíveis, ameaçando agora recorrer à arbitragem internacional – providência que já devia ter tomado há mais tempo.

O Ministro dos Hidrocarbonetos da Bolívia foi substituído, e a Bolívia, aparentemente, resolveu recuar, negando o caráter expropriatório das medidas da semana passada, mas insistindo em que o decreto será executado.

Ficamos indignados ao perceber que as questões de Estado de maior relevância sejam tratadas como acertos entre políticos irmãos. Segundo tem noticiado a imprensa, o Presidente Lula estaria se sentindo traído, pois haveria uma espécie de acordo pré-eleitoral com Evo Morales. Ora, se são presidentes irmãos, é bom o Presidente Lula tomar mais cuidado, porque Evo Morales está mais para Caim do que para Abel. Os fatos falam por si.

É irônico percebermos que, quando o correspondente do **The New York Times** mencionou suposto abuso de bebida alcoólica por parte de Sua Excelência, quase houve um cataclismo no Palácio do Planalto. Não faltaram ameaças de expulsão. Setores do Governo consideraram algumas linhas de jornal um acinte à soberania do nosso País. Contudo, as iniciativas verdadeiramente deletérias por parte do Governo boliviano, com efeitos práticos nos ativos da maior e mais estratégica empresa brasileira, são recebidos como blagues inocentes, bravatas de políticos bem-intencionados, mas sem juízo.

É imperativo que o Presidente Lula e sua equipe sejam mais assertivos nas negociações com a Bolívia. O unilateralismo do Sr. Morales não pode ser tratado como mero desconforto eleitoral às vésperas da escolha presidencial. A diplomacia deve ter como horizonte, em longo prazo, os interesses de Estado, sobretudo em setor de capital importância como é o energético.

Na verdade, Sr^{as} e Srs. Senadores, as tergiversações de Sua Excelência são reflexos de um quadro bastante confuso na política exterior.

Ficamos a nos perguntar: por que a demora em credenciar o chefe da missão diplomática do principal parceiro bilateral do Brasil? O Embaixador Clifford Sobel foi indicado pelo Presidente Bush em 23 de maio, confirmado pelo Senado norte-americano em 23 de junho e empossado pela Secretária de Estado, Condoleezza Rice em 20 de julho. Desde 1º de agosto em solo brasileiro, o 53º chefe de missão norte-americana no Brasil até hoje não foi recebido pelo Presidente Lula. Será que o seu credenciamento não é importante para a qualidade das relações bilaterais? De 1º de agosto até hoje, não foi possível se encontrar um momento para se receber o embaixador do maior parceiro comercial com o Brasil.

Na condição de membro titular e Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, observo que o atual Governo não possui, na prática, compromisso efetivo com uma diplomacia que ofereça resultados em longo prazo ao País.

Vejam os caso da abertura de postos no exterior: desde 2003, são 39 novos postos, a maioria deles nos países em desenvolvimento. No entanto, continuamos com pouquíssima representação na África Oriental e na Ásia Central. Um país, por exemplo, que faz fronteira com o Mar Cáspio, como o Turcomenistão, com impressionantes riquezas minerais, inclusive urânio, ainda não mereceu as atenções devidas por parte do Itamaraty.

Até o fim do ano, estima-se que o Brasil contará com um total de 167 postos no exterior, com representação em 111 países. Segundo dados oficiais, o número de postos brasileiros no estrangeiro é muito inferior ao de outros países: ao dos Estados Unidos, e é natural que assim seja, que contam com 275 missões; ao da China, com 223; ao da Federação Russa, com 256 missões diplomáticas; e ao da França, que tem 355 missões, entre embaixadas, consulados e representações permanentes em organizações internacionais.

O Brasil tem, volto a dizer, 167 postos, considerando-se consulados, embaixadas e representações permanentes em organizações internacionais.

A criação de embaixadas começou ainda em março de 2003, com a de São Tomé e Príncipe. Continuou em 2004, com a da Etiópia e também a de San Marino, acumulada com a da Itália; em 2005, a partir de feverei-

ro, com as embaixadas de Cameron, Tanzânia, Catar, Belize, Croácia, Guiné Equatorial, Sudão, Comunidades das Bahamas, Benin, Togo, Sri Lanka; e, em 2006, com as embaixadas do Cazaquistão, da Guiné, de Zâmbia e, finalmente, de Botsuana. São 18 novas embaixadas, com custo estimado de US\$500 mil cada, ou cerca de US\$10 milhões para a sua implantação. Houve um aumento de quase 20% no número de embaixadas brasileiras.

Apesar de entendermos que ainda há espaço e necessidade de abertura de outros postos, concordamos com o ex-Ministro Luiz Felipe Lampreia quando assevera que não é apenas abrindo embaixadas que se faz diplomacia. O critério deve ser cada vez menos político e cada vez mais de racionalidade administrativa. Está coberto de razão o ex-chanceler. Se os postos no exterior não estiverem devidamente instrumentalizados, o esforço e o dinheiro público estarão sendo despendidos em vão.

É claro, Sr. Presidente, que também há pontos positivos na atual diplomacia. Seríamos injustos se não os enxergássemos.

A continuidade da aproximação com a África Atlântica e de fala lusa, por exemplo, seguindo o roteiro delineado e percorrido por Governos anteriores, é mais que louvável, se não uma necessidade histórica. O recente encontro que reuniu o Brasil, a Índia e a África do Sul aponta novas possibilidades de se fazer política de forma inteligente.

Todavia, a ideologização do Mercosul, com a entrada da Venezuela de Hugo Chávez como membro pleno do bloco, deve ser vista com ressalvas. Esforçamo-nos para implementar uma união aduaneira com menos furos na Tarifa Externa Comum, TEC, o que exige coordenação e sintonia na condução das políticas comerciais. Essa tarefa parece estar cada vez mais difícil. Nesse contexto, é legítimo questionarmos o potencial agregador de um líder político que rechaça, **a priori**, todo e qualquer entendimento com os Estados Unidos.

No Brasil, congelamos, **sine die**, as negociações para o estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas – Alca. Pois bem, quais são os efeitos práticos dessa decisão? Os países da América Central e da América do Sul, um a um, vêm celebrando tratados bilaterais de livre comércio com os Estados Unidos. Isso vale tanto para o Chile, membro associado do Mercosul que já possui o tratado, quanto para o Uruguai, membro pleno e fundador do Mercosul.

Como ressaltou, com ironia, Carlos Alberto Sardenberg, o Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, Líder da Esquerda, próximo do Presidente Lula, disse estar tratando do tema de modo pragmático, sem ideologias. “Ele precisa vender bife nos *shoppings* norte-americanos”, disse o Presidente Tabaré Vázquez.

Não é desnecessário lembrar que o poderio norte-americano se acentua ainda mais com a divisão dos países sul-americanos. Para os Estados Unidos, potência incontestável, negociar de forma bilateral é muito mais confortável.

Ouço, com prazer, o Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Eminentíssimo Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a faz, neste final de tarde, judiciosas considerações sobre o Brasil e sua política externa. V. Ex^a começa bem ao ferir a questão Brasil/Bolívia, um contencioso que não está sendo adequadamente tratado. Pelo contrário, com o passar do tempo, a sensação que se tem é que as tensões se exacerbam. Felizmente, o Brasil, país que tem excelentes relações com todo mundo e, de modo especial, com os países limítrofes, entre os quais a Bolívia até pela extensão das fronteiras que nos ligam, inclusive grandes fronteiras vivas onde é forte o intercâmbio social, político e econômico. V. Ex^a também faz considerações oportunas sobre outras questões da política externa que merecem ser lidas não somente pelos colegas do Senado e da Câmara dos Deputados, mas também pelo Poder Executivo porque são observações atuais e pertinentes. Devo, sem querer mencionar os diferentes pontos que V. Ex^a tocou, lembrar de um em especial por encontrar-se em situação extremamente difícil, que é o Mercosul. Ao que assistimos nos últimos anos é uma perda de velocidade na integração, sobretudo no nosso primeiro mecanismo de integração regional. O que estamos sentindo é que entre os membros fundadores, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, dois deles, Uruguai e Paraguai, já vocalizaram o interesse de se desligar da instituição, o que a meu ver compromete, e muito, esse processo de integração, mesmo porque se olharmos e lembrarmos a questão Mercosul, sabemos que isso foi inspirado nos paradigmas do grande Chanceler Barão do Rio Branco, quando chamava a atenção para a questão do Prata. É bom salientar que são dois países da Bacia do Prata que estão querendo deixar. Sem contar a conduta heterodoxa, para usar expressão que me ocorre neste momento, da Argentina que também criou um mecanismo que não se compagina com a tarifa externa comum. O que vemos é esse mecanismo – a TEC sofrendo – uso expressão que os diplomatas empregam – muitas perfurações e isso, naturalmente, reduz, e muito, a integração do Mercosul. Depois, sob o ponto de vista institucional, estamos vendo que nada se fez – pode ser que eu esteja equivocado, pois leio bastante sobre este tema, e nada encontro para dizer que estamos aprofundando a nossa integração e, mais do que isso, consolidando as instituições. Gostaria de lembrar Jean Monnet, que foi um dos grandes construtores da chamada União Européia – aliás, o Dia da Europa, se não me engano, é 9 de maio, dia em que se comemora o

famoso discurso dele sobre a referida integração. Nesse discurso, Jean Monnet diz algo muito importante: “que nada se faz sem os homens, mas nada se mantém sem as instituições”. Se o Mercosul é uma instituição que veio para ficar – e nesse sentido trabalhamos muito – e V. Ex^a sabe disso, inclusive, V. Ex^a sediou reuniões do Mercosul ao tempo em que era Governador do seu Estado. Se o Mercosul é uma opção válida e precisa ser consolidado e ampliado, isso teria que ser uma grande prioridade do atual governo, algo que não está acontecendo. Fico triste porque, ao mesmo tempo, também não avançamos no nosso enlace com a União Européia. O Acordo-Quadro foi firmado, posso estar equivocado, há 11 anos, em Madri, em 1995, e avançou pouco também. Devo mencionar que a integração, a expansão do Mercosul não está se dando de forma consistente, ao contrário, com problemas como esse que agora acaba de surgir na Bolívia. O discurso de V. Ex^a é oportuno, não pode deixar de ser lido, meditado e refletido, mesmo porque estamos nos preparando para uma eleição e o componente “política externa” é parte na agenda das eleições que ocorrerão no próximo dia 1º de outubro, cujo segundo turno está previsto para o dia 29 de outubro. É hora de colocar a política externa para que a sociedade possa discuti-la e ter uma noção exata dos problemas que estamos atravessando nessa área. Sabemos que vivemos num mundo que se integra, e o País tem toda a vocação para ter uma presença maior no século XXI e não pode conseqüentemente desconhecer a variável externa, importante para muscular a presença do País no exterior.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. Realmente agradeço as suas palavras, que vêm colaborar muito nesta discussão.

É exatamente a este ponto que eu estava chegando agora, mostrando a importância da discussão da política externa na campanha eleitoral. Diferentemente de outros países, aqui no Brasil, lamentavelmente, não se discute essa questão, e, neste momento de decisões eleitorais, é muito importante que se discuta, que se debata a nossa política de relações exteriores. Ela tem conseqüências reais para a vida da população. Daí a importância de que esse assunto seja devidamente discutido.

O jornal **La Nación**, de Buenos Aires, comentava há poucos dias que o Governo Lula começou com dois objetivos na política externa: a liderança na América do Sul e a conquista de posição, de assento no Conselho de Segurança da ONU. Não conseguiu nenhum dos dois. Observe-se ainda que a duplicidade de representação com o Ministro Amorim, por parte do atual Ministro Marco Aurélio Garcia, acabou por trazer mais confusão aos rumos da política internacional brasileira. Talvez agora, com a ida de Marco Aurélio Garcia para

a campanha, possamos ter rumos mais claros nessa área, acabando com a duplicidade de comando.

A defesa dos interesses brasileiros aqui e no exterior é dever inalienável do Presidente da República. Também nessa área é nosso dever debater, é nosso dever apontar eventuais equívocos, é nosso dever buscar caminhos mais claros. É importante discutir essas questões para que possamos trazer benefícios ao País. E o nosso candidato a Presidente da República, Geraldo Alckmin, tem uma visão moderna das relações internacionais e está preparado para defender os reais interesses da população brasileira.

Mas volto ainda, Sr. Presidente, para a importância de que essa discussão esteja dentro da campanha. Afinal a inserção qualificada e construtiva do Brasil em um mundo que se tornou plano - como afirmou, com propriedade, Thomas Friedman - é pré-requisito para o desenvolvimento equitativo a que todos os brasileiros aspiramos. Não é possível que continuemos a ter uma política externa que não tem mostrado os resultados que se esperava dessa política e que essa questão fique relegada a segundo plano.

Nesta semana final em que se discute o rumo do Brasil com as eleições presidenciais, é fundamental que as relações internacionais estejam também no foco de discussão. O Brasil soberano, o Brasil que defende os seus interesses, o Presidente que realmente se indigna com a agressão ao País, como acontece por parte da Bolívia, é um ponto importante que tenhamos no futuro Presidente da República do Brasil.

Daí a pertinência deste meu discurso hoje, Sr. Presidente, trazendo à reflexão esses dados em relação à Bolívia, ao Mercosul, à Alca, à criação de novas embaixadas, dezoito novas embaixadas, ou seja, 20% de acréscimo nestes últimos três anos, muitas delas importantes, sim, mas outras com objetivos mais políticos do que propriamente de representação do Brasil e que trazem resultados econômicos importantes para a população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento, quanto à inclusão de todo o documento.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Presidente desta sessão, ilustre representante do Estado do Espírito Santo no Senado Federal, Senador João Batista Motta, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho, nesta tarde de hoje, registrar um fato que não pode passar sem uma referência na memória do Senado Federal. Diz respeito ao transcurso ocorrido sábado passado, dia

23 de setembro, dos dez anos da sanção da Lei 9.307, que dispõe sobre a arbitragem em nosso País.

A referida lei representou um avanço muito grande na solução dos conflitos e contribuiu também e muito não somente para agilizar a tramitação e a solução de muitas demandas, mas também para que se gerasse no País uma consciência da conciliação, da mediação e da própria arbitragem.

São três institutos extremamente importantes.

Sabemos que um traço muito característico do brasileiro é a tendência à conciliação, ao entendimento. Somos um povo conciliador. É lógico que eu não usaria o termo de Sérgio Buarque de Hollanda, em “Raízes do Brasil”. Para ele, o brasileiro seria “um homem cordial”. O conceito que o livro “Raízes do Brasil” dá ao homem cordial é distinto da forma como usualmente definimos uma pessoa com a qual convivemos bem. Não podemos deixar de reconhecer, no entanto, o fato de o brasileiro busca sempre a conciliação em vários campos da atividade humana, inclusive no da política.

Se olharmos a história do País, vamos verificar que conseguimos resolver tensões agudas por meio do entendimento. Por exemplo, no Império houve o chamado Gabinete da Conciliação, que foi resultado de um trabalho muito bem feito de Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná.

Poderia também citar, entre muitos outros exemplos na República, um episódio que está ainda bem presente em nossa memória. Falo de um grande acordo que se realizou entre 1984 e 1995, que Tancredo Neves denominou de “Nova República”.

Conseguimos retomar o Estado democrático de direito sem traumas, em grande movimento de entendimento de contrários, que permitiu a convocação de uma Constituinte que deu ao País a necessária estabilidade política.

A Lei de Arbitragem está recebendo grande adesão da sociedade, por ser uma norma que induz também à conciliação, à mediação. Por fim, embora a arbitragem já constasse da Constituição de 1824, nunca fora utilizada no País, por motivos processuais, inclusive pela inexistência da cláusula compromissória.

Mas, hoje, a lei sancionada em setembro de 1996 produziu muitos resultados positivos.

Não foi por outra razão que, no dia de ontem, a **Folha de S. Paulo** publicou, na pág. 3, um artigo assinado por dois grandes juristas, Arnold Wald e Ives Gandra da Silva Martins, cujo título era “10 anos da Lei de Arbitragem”. Diz o artigo logo no seu primeiro parágrafo:

O décimo aniversário da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, comprova que uma lei bem feita e aceita pela sociedade civil pode

transformar construtivamente setores importantes da vida nacional, tornando-se catalisadora do seu desenvolvimento.

Sr. Presidente, isso nos dá muita alegria, porque fui autor do projeto que se transformou na lei a que me referi e resultou de um prévio debate na sociedade brasileira. Não foi um projeto apresentado, sem que antes a sociedade dele participasse, por meio da Operação Arbiter.

Trago aqui um livro recentemente publicado, intitulado **Operação Arbiter**, que conta a história da lei sobre arbitragem em nosso País. Seu autor é um competente advogado pernambucano, Petronio Muniz. Na orelha do livro se afirma:

O livro 'Operação Arbiter a História da Lei nº 9.307/96' descreve e comprova, com documentos, a trajetória da 'Lei Marco Maciel' sobre arbitragem comercial no Brasil, de cujos passos fui testemunha direta.

Esse livro é uma peça indispensável para quem quiser aprofundar os estudos na área de arbitragem, porque não somente resgata a Operação Arbiter, mas também contém todas as informações sobre a tramitação do projeto, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo como Relator o saudoso ex-Senador e ex-Governador Antonio Mariz; depois, no Plenário do Senado; em seguida, na Câmara dos Deputados, onde houve um debate muito aceso sobre o tema, tendo aquela Casa concluído pela sua aprovação; e, logo após, no Senado, em caráter terminativo.

Todos esses fatos todos mostram como se deve considerar a importância de submeter idéias e propostas a um prévio debate e, também, a uma maior participação da sociedade.

Sr. Presidente, penso que a lei, ao completar seus dez anos, está cumprindo, com êxito, seus objetivos. Hoje pela manhã, tive a oportunidade de participar de um evento que muito apreciei: o Simpósio Nacional "Os Instrumentos Extrajudiciais de Solução de Conflitos", que se realizou em São Paulo, promovido pelo Inama.

A abertura, a que compareci, contou com a presença do ilustre amigo Governador de São Paulo, o Professor Cláudio Lembo, que na ocasião proferiu, como mestre de Direito que é, palavras muito adequadas ao tema, fazendo, inclusive, apreciação sobre seus efeitos na sociedade brasileira. Também estavam presentes o ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-Ministro das Relações Exteriores Francisco Resek; o Dr. Fernando Tadeu Perez, Presidente do Banco Itaú; o Dr. Edmir Garcez, do Inama nacional; e o Dr. Norberto Legrazie, do Inama de São Paulo.

O Inama – Instituto Nacional de Mediação e Arbitragem – tem uma história de participação muito ativa

na Lei da Arbitragem. É uma entidade privada, sem fins lucrativos, independente, neutra e imparcial, fundada em 1991, com o apoio, entre outras entidades, da American Arbitration Association. E, posteriormente, com a Lei da Arbitragem, ela expandiu as suas atividades.

Decisões ocorridas após a sanção da lei muito contribuíram para que a arbitragem se enraizasse em nosso País. O primeiro foi o fato de o Brasil haver subscrito a Convenção de Nova Iorque de 1958, o que foi um passo decisivo.

Nesse aspecto, trabalhei muito para que isso acontecesse. À época, Vice-Presidente da República, conversei com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que considerou que, de fato, devíamos tomar esse rumo. A matéria foi encaminhada para o Congresso Nacional, que a aprovou. A Convenção de Nova Iorque foi subscrita pelo Brasil, criando-se, assim, condições de melhor operacionalizar o instituto da arbitragem no País e, também, estabelecendo igualmente condições para um reconhecimento internacional da legislação brasileira.

O orador que me antecedeu, o ilustre Senador Eduardo Azeredo, fez referência inclusive ao contencioso Brasil/Bolívia; relativo à desapropriação de instalações da Petrobras em solo boliviano. Pois bem, gostaria de lembrar que no contrato Brasil/Bolívia, firmado entre a Petrobras, que é a estatal brasileira, e a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos há uma cláusula que dispõe no caso de controvérsia, de questionamento se deva recorrer à arbitragem na Corte em Nova Iorque. Isso mostra a importância do instituto também na sua faceta externa, mesmo porque vivemos num mundo que se integra. A frase de McLuhan que o mundo iria virar uma aldeia global ocorreu. Vivemos tempos de mundialização que são estimulados por um grande desenvolvimento científico e tecnológico que se expressam, por exemplo, em mecanismos como Internet e comunicações cada vez mais intensas e, portanto, não podíamos deixar também de buscar subscrever a Convenção de Nova Iorque.

Um outro fato muito importante foi o Supremo Tribunal Federal reconhecer a Lei de Arbitragem e declará-la constitucional.

A propósito, gostaria de mencionar mais uma vez o artigo do Arnold Wald e do Ives Gandra, em que eles – no artigo da **Folha** – reconhecem que o papel do Supremo foi importante no reconhecimento da lei. Em certo momento diz o artigo:

O sucesso da arbitragem no Brasil também se deve em grande parte a posição dos juízes. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da lei. Por sua vez – acrescentam os autores –, o Superior Tribunal de Justiça facilitou a homologação das decisões arbitrárias estrangeiras, aplicando,

de imediato, a nova lei, admitindo a convenção de arbitragem tácita, definindo mais adequadamente a ordem pública e consagrando a arbitralidade dos conflitos nos quais uma das partes é sociedade de economia mista.

Essa decisão foi extremamente importante, mas a mesma coisa eu podia dizer que isso se verificou também nos tribunais de justiça dos Estados. Recentemente compareci a um evento em Goiás e nele estava presente o Desembargador Vitor Barbosa Lenza, do Tribunal de Justiça de Goiás, que proferiu uma excelente palestra sobre o tema. Ele foi muito além nas considerações que eu poderia fazer, elogiando a lei. Dizem que elogio em boca própria é vitupério. E eu jamais iria fazer uma exaltação e uma proposta que tive oportunidade de apresentar ao Senado. Mas ele o fez e fez com talento e brilho, mostrando o quanto isso é decisivo para o País e suas instituições.

Gostaria de voltar também ao tema para dizer que o evento aberto hoje em São Paulo prossegue até amanhã, com a presença, inclusive, de Congressistas como Walter Barelli, Deputado Federal; o ex-Ministro do Trabalho Almir Pazzianoto Pinto, além de especialistas interessados se constitui num momento de uma grande reflexão sobre a Lei de Arbitragem.

Também devo observar, Sr. Presidente, que é fundamental ainda salientar que a Lei nº 11.196 de 2005, a lei que estabeleceu as Parcerias Público-Privadas – as PPPs, como nós chamamos abreviadamente – ela fez o reconhecimento do Instituto da Arbitragem.

O art.11 da referida lei e o art.23 da Lei nº8.987 estabelecem que esses contratos “podem prever o emprego de mecanismos privados para a resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive arbitragem, a serem realizadas no Brasil, em língua portuguesa, nos termos da Lei nº 9.307”.

Desejo mencionar, Sr. Presidente, ao festejarmos os dez anos da lei, que urge, também, para fazer uma reflexão sobre a necessidade de desenvolver e aprofundar, no Brasil, a cultura da arbitragem, já que esse era um mecanismo que nós não o exercitávamos. Sabemos que a prestação jurisdicional por parte do Estado se faz cada vez com maior dificuldade.

É grande o número de feitos que demandam o Judiciário. São 58 milhões tramitando no País, segundo dados publicados recentemente. O mais grave é que como muitos feitos não são de grande relevância, isso faz com que as questões de maior relevância não sejam apreciadas tempestivamente. Com o instituto da arbitragem, muitas dessas demandas estão migrando para a utilização de câmaras arbitrais e de juízos arbitrais, em diferentes estados, o que está concorrendo para

desafogar o Judiciário, que convive com uma pretória de feitos que não é possível julgar em tempo hábil.

Daí por que insisto que esse é o momento de fazermos uma reflexão. Essas datas paradigmáticas, como é o décimo aniversário da lei, é um momento para pensarmos conjuntamente. Quer dizer, as entidades interessadas na melhoria da prestação jurisdicional no País desejam aprofundar as instituições e este é o momento de fazer uma grande reflexão.

Sr. Presidente, cito um livro que deve sair nos próximos dias sobre o tema. Trata-se de um trabalho de uma grande especialista no assunto, que é a Professora Selma Lemes, intitulado “A Arbitragem na Administração Pública – Fundamentos Jurídicos e Eficiência Econômica”.

Convidado pela referida Professora, fiz um modesto prefácio sobre sua obra e salientei tratar-se “de contribuição que contempla a sociedade brasileira, com um livro cuja profundidade expurgou, de uma vez por todas, as dúvidas jurídicas a respeito da arbitragem, trabalho cuja lúcida disposição mostrou definitivamente que o instituto é, dentre os demais métodos alternativos, o mais eficiente para reduzir a plethora de feitos que assoberbam a Justiça e o mais vantajoso para a solução dos conflitos, não só os internos como sobremodo os internacionais, cujo julgamento dado ao mérito se acha imune de reconsideração pelo Judiciário, mesmo que tenha ocorrido erro de fato ou má interpretação do contrato”.

Mais adiante, acrescento:

(...) desnecessário salientar que este livro também concorre para que se difunda uma “cultura da arbitragem”. É essencial, a meu ver, adequar a exegese e a correta aplicação desse instrumento legal, o que propiciará a sua difusão entre nós.

Sr. Presidente, aproveito a ocasião para dizer que a Lei de Arbitragem permite fazer com que se desenvolva também, no Brasil, a mediação e a conciliação.

O Inama preparou um excelente **folder** sobre a lei e esses institutos irmãos, se assim posso dizer, a mediação e arbitragem. No **folder**, há uma definição de mediação que considero interessante:

A mediação é um meio alternativo de solução de controvérsias, litígios e impasses, onde um terceiro neutro, de confiança das partes (pessoas físicas e jurídicas), por elas livre e voluntariamente escolhido, intervém entre elas (partes) agindo como um “facilitador”, um “catalisador”, que, usando de habilidade, leva as partes a encontrarem a solução para suas pendências. Portanto, o Mediador não decide; utilizando habilidade e as técnicas da “arte de mediar”; leva

as partes a decidirem, de forma harmoniosa e de acordo com os interesses das mesmas.

Diz o **folder** ainda:

Não há que se confundir Mediação e Conciliação, que são atividades semelhantes, porém não iguais, especialmente na cultura brasileira. A Conciliação entre nós, normalmente é exercida por força de lei e compulsoriamente por servidor público, que usa a autoridade de seu cargo para tentar promover a solução de controvérsias, muitas vezes pressionando ou induzindo as partes, diferentemente, portanto, da Mediação, à qual as partes se submetem livre e voluntariamente e da mesma forma escolhem a entidade e o profissional/mediador de sua confiança para ajudá-las a alcançar a solução para as suas pendências.

Por fim, Sr. Presidente, faço uma exortação, para que a sociedade brasileira continue a acompanhar o andamento da consolidação desse estudo, que tende a ser algo muito importante na medida em que vamos, cada vez mais, exercitá-lo não somente no campo interno, mas também no campo externo, inclusive no Mercosul. Como sabemos, o Acordo de Ouro Preto, de 1994 – ao tempo em que era Presidente da República o Presidente Itamar Franco –, estabeleceu que os membros do Mercosul recorreriam à arbitragem na solução de seus dissensos.

E a tendência é, cada vez mais, tendo em vista o processo de globalização, que o País se insira na sociedade internacional e venha a recorrer à utilização da arbitragem no campo externo. No campo interno, não tenho dúvida em afirmar que, na medida em que o instituto se consolidar, vamos ajudar em muito a fazer com que as demandas, os conflitos sejam resolvidos de forma mais célere.

Sabemos que a arbitragem tem essa vantagem. É uma decisão mais rápida, posto que menos sujeita a processos complexos de recursos, agravos, e múltiplas instâncias. A arbitragem tem duas outras grandes virtudes, porque o árbitro é um especialista no tema, tem muito mais facilidade em encontrar uma solução, por ser uma pessoa capaz de elucidar a questão.

Por fim, a arbitragem também faculta às partes, se desejarem, é óbvio, que a pendência ou dissídio seja resolvido de forma sigilosa, porque de fato há questões em que ele impõe no resguardo do interesse das partes. A Lei da Arbitragem tem essas vantagens.

Não quero deixar de aqui chamar a atenção para que não se deixe distorcer esse instituto. Há um ditado espanhol que diz: “hace la lei, hace la trampa”. Faz-se a lei, faz-se a fraude.

Não há nenhuma lei que fique imune a interpretações não corretas e a aplicações não devidas. Isso, obviamente, pode acontecer com a Lei da Arbitragem, mas, se a sociedade tiver interesse, como está tendo, em zelar pelo seu fiel cumprimento e sua boa execução, vamos avançar muito mais que podíamos esperar.

Faço um apelo à sociedade brasileira para que esse instituto continue a ser pensado e discutido para que se gere uma sólida cultura da arbitragem. Que ela se enraíze no tecido social de nosso País.

Concluo, lembrando palavras de Rui Barbosa. Eu não as tenho de cor, porém elas foram proferidas em um de seus textos referenciais, na “Oração aos Moços”, que reflete uma certa desesperança com relação ao futuro do País, mas que não deixa de advertir para o fato de que uma lei é boa ou má conforme a sua aplicação e a sua interpretação.

Espero que a Lei da Arbitragem possa cumprir esses objetivos tão válidos e importantes para a consolidação institucional do Brasil. O Brasil reclama instituições modernas e estáveis. Certamente, a Lei da Arbitragem é uma delas.

Encerrando minhas palavras, agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, pelo tempo que me ofereceu. Peço a V. Ex^a, nobre Senador João Batista Motta, que permita que seja publicado, juntamente com meu discurso, o artigo dos Professores Arnaldo Wald e Ives Gandra da Silva Martins, a que já aludi, bem como o programa do Inama, cujo simpósio nacional hoje se instalou, bem assim o prefácio que fiz ao trabalho da Prof^a Selma Lemes, no qual teço algumas considerações sobre o instituto de arbitragem em nosso País e que ajudam a compreensão desse instituto tão importante para o País e seu desenvolvimento.

Muito obrigado a V. Ex^a.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PREFÁCIO LIVRO DRA. SELMA LEMES

Constitui para mim sumo prazer assentir ao convite da Dr^a SELMA MARIA FERREIRA LEMES para prefaciar seu livro **ARBITRAGEM NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. FUNDAMENTOS JURÍDICOS E EFICIÊNCIA ECONÔMICA**, título que substitui o original dado à sua defesa de tese, em 13 de março do corrente ano de 2006, perante eminentes professores doutores das Faculdades de Direito, de Economia e de Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP, PROLAM/USP e FADUSP), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e da Escola de Direito de São

Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EDES/SP) – tese tão competente quanto brilhante, “aprovada com recomendação para publicação”.

A Professora Selma Lemes é, no Brasil e fora dele, uma notável especialista em Arbitragem e teve destacada participação na elaboração do anteprojeto que tornou possível a prática da Arbitragem em nosso País. É, além de necessário, oportuno o lançamento deste livro por ocorrer no ano da graça de 2006, quando estamos inteirando dez anos da promulgação da Lei nº 9.307, de setembro de 1996, que ensejou a prática do referido instituto no solo pátrio. Aliás, a lei surge com grande retardo, pois o recurso à Arbitragem é consagrado de há muito na maioria dos países do mundo.

E com muita honra, por levar esta lei o meu nome, fruto que foi de árduas batalhas no Congresso, vitoriosas enfim, como narra o mentor da idéia salvadora, Dr. Petrônio R. G. Muniz, em seu livro *Operação Arbitrer*. Dentro da moderna orientação das nações mais desenvolvidas, foi modelada nossa lei, mediante o auxílio de juristas da mais alta envergadura, pátrios e estrangeiros, ancorada, porém, desde o início, em três grandes Mestres: o ilustre Professor da USP Carlos Alberto Carmona, o eminente Civilista Pedro Batista Martins e – repito – a culta especialista na matéria, Dr^a Selma Maria Ferreira Lemes.

A essa tríade foi cometido o encargo de elaborar o *anteprojeto*, o qual foi debatido em convenção nacional na cidade de Curitiba, no dia 9 de dezembro de 1991, ocasião em que foram discutidos temas da mais alta relevância – qual a pretensa arguição de inconstitucionalidade por afronta ao inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal, bem como a natureza constitucional da função dos árbitros, e mesmo, a irrecurribilidade da sentença arbitral –, temas que haveriam de ser objeto de amplos debates encarados com profundidade e lógica aristotélicas.

Em carta, a autora confessa: “Foi um trabalho árduo de pesquisa no Brasil e no Chile e levei 11 meses elaborando o texto, após as pesquisas”. A presente obra exhibe definitivamente a impressionante capacidade de trabalho, seriedade, bem como a estuante cultura da prefacianda. Quem perpassa seu *curriculum vitae* não pode deixar de se extasiar ante a plethora de seus cursos e títulos: afora o doutorado recém conquistado, a Dr^a Selma é Mestre em Direito Internacional pela USP e Doutora em Integração da América Latina (PhD – PRO-LAM/USP), um acréscimo substancial aos vários cursos de extensão universitária e pós-graduação *lato sensu*; é ainda Coordenadora e Professora do Curso de Arbitragem de várias entidades de renome (FGV, CEU e LLM, p. ex.); é Advogada, sócia e Consultora de grandes escritórios advocatícios e empresas de grande porte; e ainda encontra tempo para integrar 18 Instituições; é escritora

de 2 livros anteriores, um deles em co-autoria com os juristas Carlos A. Carmona e Pedro B. Martins; e autora de 10 capítulos de livros; *idem* de mais de 41 artigos em revistas jurídicas e econômicas, 28 delas no Brasil, 2 na Argentina, 7 na Espanha, 2 nos Estados Unidos, 1 na França e 1 em Portugal; e são também de sua lavra mais de 50 outros artigos em revistas eletrônicas na WEB (Brasil, Chile, Espanha e Peru).

Não é de estranhar, assim, sua precisão conceitual, quando disserta sobre a natureza jurídica da arbitragem e seu histórico, exemplificado pelos contratos de concessão no Império; sobre a arbitragem na Administração Pública brasileira, em cuja historiografia “*sempre foi instituto jurídico regulado na lei civil e processual civil*”; sobre a arbitrariedade subjetiva consubstanciada em toda e qualquer pessoa, quer física quer jurídica de direito público ou não, bastando a capacidade para contratar (e não de transigir!), o que remonta às Ordenações Filipinas, nas lições de Mendes Pimentel e Rui Barbosa: não teria sentido, portanto, excluir o Estado dessa subjetividade; sobre a arbitrariedade objetiva, restrita aos direitos patrimoniais disponíveis e, para o Estado, também ao interesse público, que se define como um dever da boa administração (dos atos de gestão e não os de império) com eficiência e economicidade; sobre a competência do árbitro nos contratos administrativos; enfim, sobre “*a arbitragem como instrumento jurídico [que] repercute favoravelmente na economia do contrato administrativo... e que gera eficiência para a contratante (Administração), para o contratado (agente privado) e para a sociedade ao propiciar a redução no custo de transação*”.

Ademais, numa II Parte, a Dr^a Selma Lemes desdobra o alcance do livro ao fazer um “*estudo de Direito Comparado, empreendendo análise da arbitragem nos contratos de concessão de obras públicas chilenas. Tem como meta orientadora demonstrar as premissas que respaldam a hipótese comum ao Direito Brasileiro e Chileno*”.

Trata-se, portanto, de contribuição que contempla a sociedade brasileira com livro, cuja profundidade expurgou de uma vez por todas as dúvidas jurídicas a respeito da arbitragem; trabalho cuja lúcida exposição mostrou definitivamente que o instituto é, dentre os demais métodos alternativos, o mais eficiente para reduzir a plethora de feitos que assoberbam a Justiça e o mais vantajoso para a solução dos litígios, não só os internos como sobremodo os internacionais – cujo julgamento dado ao mérito se acha imune de reconsideração pelo Judiciário, mesmo que tenha ocorrido erro de fato ou má interpretação de um contrato –, qual decidiu a severa Suprema Corte dos Estados Unidos no caso *Enterprise Wheel*.

Desnecessário salientar que este livro também concorre para que se difunda uma “cultura da arbitragem”, essencial, a meu ver, à adequada exegese e à correta aplicação desse instrumento legal, o que propiciará a sua difusão entre nós.

Não se pode, assim, deixar de enaltecer o denodo da Dr^a Selma Lemes ao produzir obra-prima, tecida de leveza estilística, ao lado de contínua conexão lógica que soube oferecer não só entre períodos e parágrafos como entre os próprios capítulos, versando muito

embora sobre temas de enorme complexidade não menor, de alta indagação jurídico-econômica.

Cabe, afinal, cumprimentar a lúcida e arguta autora pelas lições – inéditas algumas –, nas quais demonstra os seus títulos universitários e acadêmicos, expressam e, por conseqüência, nos levam à afirmar que trabalhos desta natureza ajudam buscar a entender o sentido da lei, confluindo para o alevantamento cultural do Brasil.

Dez anos da Lei de Arbitragem

FOIHA DE S. PAULO (2509.06) PG 3 - PRIMAS
ARNOLDO WALD e IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

O DÉCIMO aniversário da lei nº 9.307, de 23/9/96, comprova que uma lei bem feita e aceita pela sociedade civil pode transformar construtivamente setores importantes da vida nacional, tornando-se catalisadora de seu desenvolvimento.

Não obstante as resistências no passado em relação à arbitragem, foi possível realizar verdadeira revolução cultural, dando maior eficiência e rapidez à solução de litígios. Criou-se um processo ágil e flexível, que se adapta às necessidades de cada caso sem prejuízo da manutenção dos princípios básicos do contraditório e da ampla defesa. Conseguiu-se, assim, descongestionar os tribunais em pequeno percentual que, todavia, foi relevante em virtude da complexidade das causas que deixaram de ser submetidas ao Poder Judiciário.

O mérito da lei inovadora, que gerou jurisprudência construtiva, é imenso, visto que, até 1990, a prática comercial brasileira desconhecia a arbitragem. Explica-se o fato pela longa demora que, à época, caracterizava o processo arbitral, submetido sempre ao controle judicial. Basta dizer que a decisão final, para permitir a execução da decisão dos árbitros, chegou, em determinado caso, a ocorrer 30 anos após a constituição do tribunal arbitral! O fato de a cláusula compromissória —pela qual as partes se obrigam a sujeitar os litígios à arbitragem— não permitir a execução específica e a necessidade de dupla homologação para as arbitragens realizadas no exterior foram, então, obstáculos insuperáveis para o desenvolvimento do instituto em nosso país.

Pode-se dizer que a nova lei funcionou como verdadeiro exemplo de “destruição criadora” no campo do direito, para utilizar a terminologia dos economistas. Em dez anos, reali-

Em dez anos, realizou-se evolução que, em outros países, levou quase um século. Tudo mudou no campo da arbitragem

zou-se evolução que, em outros países, levou quase um século. Tudo mudou no campo da arbitragem.

As estatísticas são eloqüentes. Do número insignificante de processos arbitrais em 96, ano de promulgação da nova lei, passou-se para cerca de 4.000 arbitragens anuais, das quais cerca de 90% realizadas nos campos trabalhista e do direito do consumidor, e as demais, em questões comerciais, internacionais e domésticas.

Basta lembrar que, enquanto uma ação trabalhista leva longos anos para terminar, uma arbitragem na matéria é concluída num mês. Na Justiça comum, sabe-se que as ações, até o trânsito em julgado, levam cerca dez anos. Numa arbitragem comercial, é possível obter solução em prazo que varia entre seis meses e dois anos, não havendo possibilidade de recurso.

Mas a velocidade não é o único atributo da arbitragem, que se beneficia também da escolha dos árbitros pelas partes entre especialistas na matéria, da confidencialidade do processo arbitral, do seu informalismo e do espírito de cooperação que o inspira.

Já se disse que a arbitragem é instrumento de paz social e conciliação econômica. Efetivamente, enquanto o processo judicial é uma espécie de guerra que afasta as partes, a arbitragem tenta manter as relações entre elas de modo que possam continuar a atuar em conjunto nos contratos de longo prazo, quer como fornecedores

e clientes, quer como sócios.

No plano internacional, a inclusão da convenção de arbitragem nos contratos facilita as relações comerciais, atrai os investimentos e dá maiores garantias aos contratantes, permitindo, inclusive, a redução dos custos de transação.

O sucesso da arbitragem no Brasil também se deve em grande parte à posição dos juizes. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da lei. Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça facilitou a homologação das decisões arbitrais estrangeiras, aplicando, de imediato, a nova lei, admitindo a convenção de arbitragem tácita, definindo mais adequadamente a ordem pública e consagrando a arbitrabilidade dos conflitos nos quais uma das partes é sociedade de economia mista. Finalmente, os juizes de primeira instância e os tribunais estaduais passaram a apreciar as decisões arbitrais com menor formalismo, só decretando a sua nulidade em raros casos de violação do direito de defesa ou de suspeição de árbitros.

O século 21 se caracteriza pela velocidade. Em virtude das novas tecnologias e da globalização, a solução dos litígios não pode se eternizar. É preciso, todavia, que as decisões dos conflitos não sejam tão-somente rápidas. É imprescindível que também sejam eficientes e justas. Num mundo turbado, com tribunais sobrecarregados, a arbitragem é a melhor alternativa para determinados casos, nos quais é possível obter soluções eficientes, justas e éticas. Eis o mérito da lei nº 9.307/96.

ARNOLDO WALD, 74, advogado, é professor catedrático de direito da Uerj e membro da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara Internacional de Comércio.
IVES GANDRA DA SILVA GANDRA, 71, advogado, professor emérito da Universidade Mackenzie, é presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, de cujo Tribunal de Arbitragem foi o primeiro presidente.



Simpósio Nacional
“Os Instrumentos Extrajudiciais de Solução de Conflitos”

“Lei de Arbitragem 10 anos – Crescimento e Maturidade”
 26 e 27 de setembro de 2006

Gov Cláudio Lembo

Horário	26 / setembro / 2006 - Programa
08:00 às 08:30h	Recepção
08:30 às 09:00h	Abertura
	Dr. Fernando Tadeu Perez – BANCO ITAÚ ✓ Dr. Edmir F. Garcez – INAMA/BR ✓ Dr. Norberto Legrazie – INAMA/SP ✓
Palestra Magna - “Os 10 anos da Lei de Arbitragem”	
09:00 às 09:30h	Palestrante: Sen. Marco Maciel Presidente de Mesa: Dr. Roberto Egydio Setúbal – Presidente Banco Itaú ✓ Convidados especiais: Governador Cláudio Lembo ✓ Dr. Francisco Rezek – Ministro STF e Min. Rel. Exteriores ✓ Dr. Walter Barelly – Dep. Federal – Ministro do Trabalho ✓ Dr. Almir Pazzianotto Pinto – Ministro TST ✓ Dr. Fernando Tadeu Perez – Diretor Executivo de RH - Banco Itaú ✓
I Painel – “O Judiciário x Arbitragem Privada”	
09:30 às 10:30h	Palestrantes: Dr. Francisco Rezek – Ministro STF e Min. Rel. Exteriores ✓ Dr. Walter Barelly – Dep. Federal – Ministro do Trabalho ✓ Pres. Mesa: Dr. Norberto Legrazie – Diretor Xerox do Brasil – Pres. INAMA/SP ✓ Moderador: Dr. Roberto F. Ulhôa Cintra - Advogado ✓
10:30 às 11:00h	Debate - Platéia
11:00 às 11:15h	Coffee - Break
II Painel – “A Sobrecarga do Judiciário e as Alternativas Privadas”	
11:15 às 12:15h	Palestrantes: Dr. Moacyr Lahma Filho, Procurador-Geral da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados ✓ Dr. Roberto F. Ulhôa Cintra - Advogado ✓ Pres. Mesa: Dr. José Luiz Ricca – Superintendente do Sebrae/SP ✓ Moderador: Dr. José Roberto Graiche – Presidente da Graiche Adm. Imóveis e Condomínios ✓
12:15 às 12:45h	Debate - Platéia
12:45 às 14:15h	Almoço
III Painel – “O Micro e Pequeno Empreendedor e as Alternativas Privadas para Solução de Controvérsias”	
14:15 às 15:15h	Palestrantes: Dr. José Luiz Ricca – Superintendente Sebrae/SP ✓ Dr. José Fernando Robotton – Presidente AABIC ✓ Dra. Vera Carvalho Pinto – Advogada / Sócia – Neumán, Salusse e Marangoni Advogados ✓ Pres. Mesa: Dr. Petrônio R. G. Muniz – Presidente Arbitrer ✓ Moderador: Eng. Mauricio Linn Bianchi – Presidente Construtora BKO ✓
15:15 às 15:45h	Debate - Platéia
15:45 às 16:00h	Coffee - Break
IV Painel – “A Arbitragem – Solução de Controvérsias na Construção Civil”	
16:00 às 17:00h	Palestrantes: Dr. Petrônio R. G. Muniz – Presidente Arbitrer ✓ Eng. Mauricio Linn Bianchi – Presidente Construtora BKO ✓ Dr. Antonio Fernando Mello Marcondes – Advogado, Prof. INAMA/SP ✓ Pres. Mesa: Eng. Antonio Sergio Liporoni – Presidente – UPAV - Unión Panamericana de Asociaciones de Valuación ✓ Moderador: Eng. Tito Livio F. Gomide – Presidente IBAPE/SP ✓
17:00 às 17:30h	Debate - Platéia
18:00h	Encerramento

Horário	27 / setembro / 2006 - Programa
08:45h às 09:00	Recepção
V Painel – “Regulamentação da Atividade - Mediação e Arbitragem” – Proj. Lei	
09:00 às 10:00h	Palestrantes: Eng. José Tadeu da Silva – Presidente CREA/SP Eng. Tito Livio F. Gomide – Presidente IBAPE/SP Dr. Sergio Prado de Mello – Vice-Presidente CRC/SP Dr. José Roberto de Araújo Cunha Jr. - Presidente – Sindecon /SP Pres. Mesa: Dr. José Alexandre Tavares Guerreiro - Advogado Moderador: Dr. Antonio Fernando Mello Marcondes – Advogado, Prof. INAMA/SP
10:00 às 10:30h	Debate - Platéia
10:30 às 10:45h	Coffee - Break
VI Painel – “O Desenvolvimento da Mediação e Arbitragem Privada no Brasil”	
10:45 às 11:45h	Palestrantes: Dr. André Luis Machado de Castro – Secretaria da Reforma do Judiciário – Diretor Geral - Modernização e Adm. Justiça Dr. José Alexandre Tavares Guerreira - Advogado Dr. Marcos Paulo de Almeida Sales – Presidente - Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil - Canadá Pres. Mesa: Dr. Antonio Carlos de Aguiar – Advogado, Peixoto e Cury Advogados Moderador: Dr. Fernando Fernandes da Silva – Advogado, Prof. INAMA/SP
11:45 às 12:15h	Debate - Platéia
12:15 às 13:45h	Almoço
VII Painel – “Justiça do Trabalho x Mediação e Arbitragem / A Tese do Hipossuficiente e do Direito Indisponível”	
13:45 às 14:45h	Palestrantes: Dr. Almir Pazzianotto Pinto – Ministro TST Dra. Lillian Ottobri Costa – Juíza TRT – 2ª Região (concurada aposentada) Dr. José Francisco Siqueira Neto - Advogado Pres. Mesa: Dr. Edmir F. Garcez – Presidente INAMA/BR Moderador: Dr. Enio Sperling Jaques – Advogado, Prof. INAMA/SP
14:45 às 15:30h	Debate - Platéia
15:30 às 15:45h	Coffee - Break
VIII Painel – “Experiências e Cases de Sucesso em Mediação e Arbitragem”	
15:45 às 16:45h	Dr. Milton M. Osaki – Superint ^{de} . – Hospital Sta Cruz Dr. Jorge Nagado - Advogado Dr. Ramiro Alves de Moura – Diretor - Grupo Robotton Adm. Im. Condomínios Dr. João Evangelista – CVRD - Jurídico Dra. Nora Rachman – Secretária Geral Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM Pres. Mesa: Dr. Fernando Tadeu Perez – Diretor Executivo de RH - Banco Itaú Moderador: Dr. Edmir F. Garcez – Presidente INAMA/BR
16:45 às 17:15h	Debate - Platéia
Palestra Encerramento: “Gestão Estratégica de Pessoas e a Solução dos Processos Trabalhistas”	
17:15 às 18:00h	Palestrante: Dr. Fernando Tadeu Perez – Diretor Executivo de RH – Banco Itaú Pres. Mesa: Dr. Norberto Legrazie – Diretor Xerox do Brasil – Pres. INAMA/SP
18:00h	Encerramento

- **Patrocínio:** BANCO ITAÚ S.A.
- **Apoio:** CREA/SP, IBAPE/SP, SINPROQUIM, Grupo Robotton, CRC/SP, AABIC, Sindecon, ABRH, Hospital Santa Cruz, DPZ Publicidade, Graiche Multiservice, Peixoto & Cury Advogados, SEBRAE/SP.
- **Informações e Inscrições:** (11) 5084-8131 / 5579-4998 – e-mail: inama@inama.org.br
- **Realização:** INAMA/BR – Instituto Nacional de Mediação e Arbitragem
- **Local:** AUDITÓRIO ITAÚ CULTURAL – Av. Paulista, 149, São Paulo, SP

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais. Esta Presidência cumprimenta V. Ex^a pelo importante discurso que proferiu nesta tarde. Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 126/06-GLPSDB

Brasília, de setembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, venho indicar o Senador Marcos Guerra para integrar, como membro suplente, a Comissão de Assuntos Econômicos, na vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senadora **Lúcia Vânia**, 1^a Vice-Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – A Presidência designa o Sr. Senador Marcos Guerra, como suplente, para compor a Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do Ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.003, DE 2006

De tramitação conjunta das PECs nos 38, de 1999, 86, de 2003, 3, de 2004 e 31, de 2005.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requero que as PECs 038, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, 086, de 2003, de autoria do senador Gerson Camata, 03, de 2004, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca e 031, de 2005, de autoria do Senador Augusto Botelho passem a tramitarem em conjunto por versarem sobre a mesma matéria – para dispor que as unidades de conservação da natureza serão criadas mediante lei.

Sala das Sessões, em 26 de Setembro de 2006,
– Senador **João Batista Motta**.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – O Requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do parágrafo único do art. 258 do Regimento Interno, uma vez que uma das proposições objeto da tramitação conjunta tem parecer aprovado por comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 222, de 2006** (nº 828/2006, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do *caput* do art. 76 da Lei nº 11.178, de 2005, o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira

que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

A matéria, juntada ao processado da Mensagem nº 9, de 2006, vai à Primeira-Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – A Presidência recebeu do Ministério da Fazenda o **Aviso nº 34, de 2006** (nº 372/2006, na origem), encaminhando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, o relatório de Execução de Operações de Administração de Passivos Externos realizadas pela União.

O expediente, anexado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Marcos Guerra, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, e os Srs. Senadores Valdir Raupp e Eduardo Azeredo enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o que me traz à tribuna na tarde de hoje, é o registro de um dos mais significativos eventos para aqueles que acompanham de perto o desenvolvimento e a formação dos técnicos industriais brasileiros nas mais variadas áreas de atuação.

As comemorações alusivas ao Dia do Técnico deram-se na Câmara Municipal de São Paulo, no dia 21 de setembro, quando estive presente prestigiando o evento que contou ainda com as seguintes presenças, presidindo os trabalhos o Vereador Rubens Calvo, com a presença do Deputado Estadual Giba Mazon, do Dr. Wilson Wanderley, Presidente da Federação Nacional dos Técnicos Industriais – FENTEC e do Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado de São Paulo – SINTEC, da Dr^a Margarete dos Santos, Presidente da Associação Brasileira de Ensino Técnico Industrial – ABETI, dos Doutores Nelson Nazar, Juiz do Tribunal Regional de São Paulo, Júlio Torelles, Presidente da Organização Internacional dos Técnicos – OITEC e Lino Gilberto da Silva, membro do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

Estiveram também prestigiando o evento, os Presidentes Estaduais dos Sindicatos dos Técnicos Industriais de Nível Médio, entre eles destaco o nome do Dr. Kepler Daniel, Presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Espírito Santo – SINTEC/ES, que vem desenvolvendo apreciável programa de trabalho em favor do técnico em nosso Estado.

Ao fazer alusão à data de implantação do Ensino Técnico Industrial no Brasil, no longínquo ano de 1909, com a fundação do Liceu de Artes e Ofícios,

ressaltei que a Categoria rendia mais do que um simples tributo àquele marco histórico para a vida industrial brasileira.

Renovava o compromisso de propiciar aos técnicos brasileiros, os melhores instrumentos para o desenvolvimento profissional da Classe como um todo.

Lembrava na oportunidade que, no conjunto de eventos que marcam a data, encontrava-se o debate sempre oportuno e urgente das grandes questões que envolvem a formação do profissional de nível técnico em face dos avanços tecnológicos.

Realmente, as novas bases tecnológicas tem provocado significativas alterações no processo produtivo e os novos processos de organização do trabalho e da produção, introduzem características cada vez mais desafiantes no mundo do trabalho em geral.

A abertura de mercados potenciais e o conseqüente acesso à inversão em novas tecnologias são situações propícias para um maior crescimento econômico e apresenta o desafio de uma competência maior.

O aproveitamento das oportunidades e a resposta adequada a estes desafios serão possíveis se pudermos contar com recursos humanos apropriados.

É preciso, portanto, realizar os esforços necessários para garantir uma educação vinculada à cultura do trabalho, atenta aos avanços tecnológicos e às novas expectativas das empresas que enfrentam os mercados globalizados e extremamente competitivos.

É preciso que se construa no Brasil uma autêntica educação tecnológica, afinada com os modernos padrões de produção e com os conhecimentos científicos, tecnológicos e sociais mais avançados. Esta é a missão maior que devemos todos perseguir.

É importante salientar que a categoria dos Técnicos Industriais em nosso País, hoje, estima-se em Torno de 800 mil profissionais liberais atuando no mercado de trabalho, como empregados autônomos e micro e pequenos empresários.

Por tudo o que representam para o Técnico brasileiro, por deterem as grandes esperanças do Brasil nesse campo, parabeno uma vez mais a Federação Nacional dos Técnicos Industriais, as Associações profissionais de Técnicos Industriais, os sindicatos e demais entidades representativas da Categoria.

Felicitações a todos os profissionais de nível técnico, agentes do desenvolvimento sustentável do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, solicito também a inclusão nos Anais do Senado Federal à transcrição da matéria em anexo, intitulada "O pior dos emergentes", escrita pelo Professor Ives Gandra Martins.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O pior dos emergentes

O CRESCIMENTO ECONÔMICO, no governo Lula, é pior do que aquele verificado no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. No quadriênio 1999-2002, o Brasil ocupou a 20ª colocação entre os países emergentes. No quadriênio 2003-2006, caiu cinco posições, ocupando, agora, a 25ª posição – ou seja, a última posição.

A Argentina – que naquele quadriênio ocupava, em desenvolvimento, a 25ª posição, subiu para a 2ª posição, com um crescimento médio de 8,57%, enquanto o Brasil apresentou medíocres 2,79%. A China, que ocupava a primeira posição no quadriênio anterior (8,22%), continua em primeiro lugar, com fantásticos 9,87%.

Os juros reais pagos no Brasil, no período, foram de 14,25%, só sendo ultrapassados pelos juros pagos na Turquia (19,35%).

Em matéria de carga tributária, por outro lado, a média dos países emergentes ficou em 20% e a do Brasil em 40%, considerando tributos e multas, visto que a obrigação tributária, segundo o artigo

113 do Código Tributário Nacional, é constituída de "tributos e penalidades". Por outro lado, a mais emperrada máquina administrativa, que dificulta qualquer empreendimento, é a brasileira, lembrando-se que, em média, uma empresa, para ser aberta no país, leva mais de 100 dias, enquanto na China a abertura é imediata.

Acrescente-se que os encargos sociais que incidem sobre a mão-de-obra custam às empresas "um empregado", em contribuições variadas, para cada contratado.

Por outro lado, a insegurança jurídica é outro elemento que afasta investimentos, tendo importantes veículos de comunicação europeus diagnosticado que a fuga de investidores decorre da incerteza quanto à estabilidade da legislação e à forma pela qual o Ministério Público ou a Justiça enfrentarão as constantes alterações legislativas.

O número de servidores públicos na era Lula cresceu de 632.879 para 659.647 (4,23%) e o orçamento proposto para 2007

prevê ainda mais contratações. Não há previsão de corte de despesas, o que vale dizer: de novo o cidadão brasileiro deverá ser chamado a pagar mais tributos.

Muitos analistas admitem que empresas começarão a deixar o Brasil, em face destes elementos desincentivadores, transferindo-se para outras nações emergentes, onde haja menos barreiras.

A indústria automobilística, capacitada a produzir 3,5 milhões de veículos por ano, tem conseguido colocar no mercado interno pouco mais de 1,7 milhão. Alguns empreendimentos já estão pensando em desistir da permanência no Brasil ou em reduzir sua participação neste mercado.

De rigor, o grande trunfo do governo Lula, ou seja, os recordes da receita de exportação, tem refletido mais o aumento dos preços dos produtos exportados do que propriamente o aumento quantitativo das exportações, o que é terrivelmente preocupante.

E as projeções do crescimento

obtido pelas denominadas quatro grandes baleias da economia emergente (Brasil, China, Índia e Rússia) são decepcionantes para o Brasil. A China cresceu 9,5%, em 2006, e crescerá 9,0%, em 2007. A Índia, 7,3% em 2006 e projeta crescimento de 7,0% para 2007. A Rússia projeta 5,6%, depois de ter crescido 6,0% em 2006. A estimativa de mercado no Brasil era de 3,5%, para 2007, ou seja, o mesmo de 2006. A projeção, todavia, com o mau desempenho do último trimestre, caiu para 3,0%, em 2006, e dificilmente atingirá 3,5%, em 2007. Mesmo que consiga crescer 3,5%, entre os 18 países latinos, ocuparemos o decepcionante 14º lugar.

Na era Lula, que encontrou céu de brigadeiro na economia mundial, a nação colocou-se, pois, como o pior dos 25 principais países emergentes.

Creio que o presidente Lula deve debruçar-se mais sobre a verdade dos fatos, pois, como dizia Roberto Campos: "a melhor forma de se evitar a fatalidade é conhecer os fatos".

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “PMDB alega crime eleitoral para tirar governador do PI da disputa”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, do dia 28 de agosto do corrente.

O artigo destaca que a compra de ambulância pelo Piauí promete mais dor de cabeça para o governador e candidato a reeleição no Estado, Wellington Dias, um dos poucos governadores petistas com chance de vitória. Ele foi alvo de denúncias que o envolviam com a máfia dos sanguessugas e, está passando por uma auditoria do TCU. Nos próximos dias pode receber do

Tribunal Regional Eleitoral um pedido de cassação do seu registro.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PMDB alega crime eleitoral para tirar governador do PI da disputa

Ação vai se basear em auditoria do TCU que aponta repasse irregular para Estado comprar ambulâncias

Sônia Filgueiras
BRASÍLIA

A compra de ambulâncias pelo Piauí promete mais dor de cabeça para o governador e candidato à reeleição no Estado, Wellington Dias, um dos três governadores petistas com chances de vitória em outubro. Primeiro, ele foi acusado de ter se envolvido com a máfia dos sanguessugas, que vendia ambulâncias superfaturadas a prefeituras. Nos próximos dias, ele será alvo de um pedido de cassação de registro no Tribunal Regional Eleitoral com base em auditoria parcial do Tribunal de Contas da União (TCU).

O relatório do TCU aponta possível crime eleitoral no repasse de R\$ 8,3 milhões, pelo Ministério da Saúde, destinados à aquisição das ambulâncias pelo Estado. A denúncia é assinada pela coligação de um adversário de Dias, o ex-governador e senador Mão Santa (PMDB).

Os técnicos do TCU afirmam que a transferência foi “ilegal”, “se configurando grave irregularidade de natureza administrativa e eleitoral”. Conforme o documento, o Fundo Nacional da Saúde, órgão ligado ao ministério, repassou o dinheiro – destinado à compra de 143 ambulâncias – ao governo do Piauí em 10 de julho. Desrespeitou, portanto, a proibição de transferências voluntárias de verbas do governo para Estados e municípios a partir de três meses antes das eleições.

Outros documentos reforçariam o risco de uso eleitoral na compra. O TCU coleciona ofícios encaminhados por prefeituras à Secretaria de Saúde do Piauí com pedidos de ambulâncias. “Certificamos-lhes que vossa atenção no atendimento deste pedido se reverterá em gratidão de toda a população de Aroazes e principalmente em apoio político no pleito que se avizinha”, diz um deles. O TCU já teria indicações de que pelo menos um desses ofícios foi despachado pelo próprio Dias.

RESPOSTA

O governo do Piauí, por intermédio de sua assessoria, informou que o repasse de R\$ 8,3 milhões foi empenhado – ou seja, reservado pelo Ministério da Saúde e dirigido para o governo estadual – no dia 30 de junho, respeitando os prazos previstos pela Lei Eleitoral. Além disso, o dinheiro não foi utilizado, o que afastaria qualquer hipótese de Dias ter se beneficiado com a operação.

Como é parcial, a auditoria ainda será concluída e votada pelo plenário do TCU. O tribunal decidiu investigar o caso depois que o empresário Luiz Antônio Vedoin, dono da Planam, empresa central do esquema, denunciou irregularidades na compra.

Vedoin afirmou que a licitação destinada à compra das ambulâncias seria dirigida de forma fraudulenta, com participação da Planam. Outro empresário afirmou que Dias sabia do direcionamento na compra. ●

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “O definitivo divórcio petista”, publicado no **Jornal do Brasil**, em sua edição de 23 de agosto do corrente.

O editorial trata da tentativa de dissociar, no horário eleitoral gratuito, a figura do presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva da legenda que ele criou, o Partido dos Trabalhadores. Segundo o editorial, essa tentativa configura uma evidente malandragem eleitoral “destinada a distanciar o presidente de reconhecidos protagonistas dos escândalos que esfacelaram o patrimônio ético e moral do PT”.

ELEIÇÕES

O definitivo divórcio petista

É INQUIETANTE A DISSOCIAÇÃO entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT na disputa que poderá reconduzi-lo a mais quatro anos no Palácio do Planalto. No horário eleitoral gratuito, os marqueteiros do candidato à reeleição apagaram o vermelho, a estrela e o 13 do partido – símbolos históricos da legenda que Lula criou. Nos palanques, o comandante petista evita ser filmado ou fotografado ao lado de companheiros de longa data.

Tais gestos configuram não só uma evidente malandragem eleitoral, destinada a distanciar o presidente de reconhecidos protagonistas dos escândalos que esfacelaram o patrimônio ético e moral do PT. O divórcio entre partido e candidato inspira também interrogações relevantes sobre um eventual segundo mandato de Lula.

O presidente, convém ressaltar, iniciou oficialmente a disputa com o alívio de ter sobrevivido à base podre que ele gestou. Descolou-se de petistas mensaleiros e saiu eleitoralmente forte da mais longa crise política en-

frentada pelo país depois da redemocratização. Em caso de vitória, porém, o que o espera depois de outubro?

Iniciar um mandato com a marca das fissuras com o próprio partido não constitui a maneira mais conveniente de estabelecer uma base partidária forte no Congresso – essencial para a governabilidade. (A mesma preocupação, sublinhe-se, revela-se no lado adversário. Se vencer a disputa, as dissidências e intrigas internas exibidas até aqui pelo PSDB e PFL obrigarão Geraldo Alckmin a um enorme esforço de reconstrução de unidade-partidária).

É dispensável lembrar que os escândalos escancarados no combalido Legislativo brasileiro não derivaram apenas da safadeza congênita da qual padece a maioria dos parlamentares. Os casos de corrupção no Congresso resultaram, em grande parte, da fragilidade da base de apoio ao governo do presidente Lula.

O editorial ressalta, ainda, que o divórcio entre partido e candidato “inspira também interrogações relevantes sobre um eventual segundo mandato de Lula”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o editorial acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ambos. Mas, superada a fase das urnas, as cobranças mútuas pavimentarão o caminho

A história recente mostrou que, diante da inconsistência da maioria dos partidos que o apoiavam, o Palácio do Planalto optou pela cooptação por meio de cargos, votos e dinheiro. No jogo de barganhas lícitas e ilícitas, o Brasil assistiu a um inescrutável fisiologismo, do qual as águas jorradadas do vale-roduto se transformaram no exemplo mais evidente.

O temor é que, mantidas em 2007, essas debilidades conduzam governo e Congresso à repetição da odiosa oferta de propina em troca da aprovação de projetos de interesse do Planalto.

Lula classificou de “bobagem” o debate sobre a ausência do símbolo petista em seu programa. O presidente do PT, Ricardo Berzoini, ressaltou que o partido não precisa de gestos de “afirmação adolescente” e, investido de ânimo vingativo, prometeu

Lula considera “bobagem” o debate sobre a ausência do símbolo petista em seu programa

dedicar a vitória aos “companheiros atacados”. Essas bravatas contrastam, no entanto, com a omissão do presidente Lula, que escondeu João Paulo Cunha atrás do palco, em Osasco.

Se não interessa ao PT que seu principal líder apareça ao lado de aliados, como o partido reservou legenda para mensaleiros e congêneres? – questionou acertadamente a coju-nista Ana Maria Tahan, na edição de ontem do JB. Se Berzoini assegura inocência dos acusados, por que participa da manobra para escondê-los no fundo do palanque de Lula?

Tais perguntas provavelmente ficarão sem resposta até outubro. “O PT é o Lula. E o Lula não é o PT”, definiu o ex-presidente Fernando Henrique. Para a conveniência eleitoral, esse casamento livre pode até garantir dividendos a

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Presidente do TSE critica Lula pela antecipação do 13^o”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 24 de agosto do corrente.

A matéria mostra que o presidente do TSE criticou a decisão do presidente Lula de antecipar para setembro o pagamento da metade do 13^o salário dos aposentados e pensionistas do INSS. O ministro Marco Aurélio de Mello considerou a medida eleitoreira.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2^o, do Regimento Interno.)

Presidente do TSE critica Lula pela antecipação do 13^o

SILVANA DE FREITAS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Marco Aurélio de Mello, criticou ontem a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de antecipar para setembro o pagamento de metade do 13^o salário dos aposentados e pensionistas do INSS, dizendo que os governantes abrem “o saco de bondades” na época das eleições.

Em tom irônico, o ministro sugeriu que a medida é desnecessária diante do resultado das pesquisas de intenção de voto, que indicam a sua reeleição no primeiro turno, em 1^o de outubro: “Pelas pesquisas feitas, o presidente está tão bem. Por que ele quer fazer isso?”

“O saco de bondades sempre acaba sendo aberto na época das eleições, e isso não é bom para a democracia”, disse Marco Aurélio, que fez a mesma afirmação ao criticar, em julho, a concessão de aumentos salariais a várias categorias de servidores. A antecipação resultou de acordo firmado em abril entre o governo, centrais sindicais e representantes dos inativos.

O presidente do TSE disse que será rigoroso no julgamento de processos de cassação da candidatura de deputados acusados de envolvimento em irregularidades como o esquema dos “sanguessugas”. “No que depender da cadeira do presidente [do TSE], não vai haver tergiversação com a lacuna da lei para um resultado que, sem ferir a Constituição, atenda aos anseios da sociedade.” Mas afirmou que o tribunal verificará a aplicação do princípio constitucional da não-culpabilidade, pelo qual a pessoa é considerada inocente enquanto não houver sentença condenatória definitiva contra ela.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Instituto Butantan (IB) planeja instalar uma base avançada de pesquisa científica em biodiversidade e bioprospecção às margens do Rio Tapajós. Tal empreitada prevê não somente uma perfeita integração à biodiversidade amazônica, como também uma inserção total da comunidade local no projeto. Sem dúvida, terá como resultado a tão aguardada interiorização da ciência em prol do desenvolvimento da região e do País.

Em síntese, para além da exploração de novas descobertas no reino da imunobiologia, o projeto consiste na formação de profissionais locais, promovendo a difusão de uma consciência politicamente ecológica, com enfoque no manejo sustentado e na preservação do meio ambiente. Nessa linha, haverá a montagem de um museu biológico, cujo acervo abrigará espécies nativas e raras da região.

Vale igualmente ressaltar que a proposta não apenas incentiva uma intensa participação da população nas ações, como também contempla apoio mais incisivo às iniciativas públicas na área de saúde. Disso resultará, por certo, a garantia de melhor qualidade nas políticas de saúde pública destinada às comunidades carentes da região.

Sr. Presidente, o Município paraense de Belterra foi eleito hóspede oficial da Base, que será, mais precisamente, erguida à margem direita do Rio Tapajós. Trata-se de uma área junto à Floresta Nacional, de cerca de 64 hectares de mata primária pertencentes à União. O projeto conta ainda com o apoio dos Governos Estaduais de São Paulo e do Pará, cujos titulares assinaram convênio no início de 2006.

A Base, propriamente dita, ocupará uma área construída de um pouco mais de 5 mil metros quadrados. Outros 25 mil metros quadrados serão destinados a um programa de urbanização. Para construí-la e operá-la, um pré-requisito indispensável será a utilização de tecnologias e soluções ambientalmente corretas e não poluentes.

Da perspectiva do financiamento, a instalação da Base Avançada promete números modestos e, portanto, bem próximos de sua real viabilização. De fato, o custo total previsto para implantação do projeto está orçado em 9 milhões de reais, com prazo de dois

anos para execução. O cálculo para a manutenção anual está estimado em cerca de R\$3 milhões.

Na verdade, estudos e pesquisas em biodiversidade e bioprospecção na Amazônia já vêm sendo desenvolvidos pelo IB há algum tempo, em regime de parceria com o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), com o Hospital das Clínicas em São Paulo, com a Universidade Federal do Pará, com o Museu Goeldi e, ainda, com o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Segundo Otávio Mercadante, diretor do IB, pelo fato de abrigar uma diversidade ecológica vastíssima, a Amazônia esconde uma riqueza de novos produtos imunobiológicos, sob estímulo dos quais o Butantan expressa forte interesse em sua exploração científica. Dotado de reconhecida competência nesse campo investigativo, o instituto investe, agora, na ampliação de pesquisas ambientalmente certificadas na região, cuja biodiversidade é considerada a mais rica e a menos explorada do planeta.

Para Mercadante, o caráter primordial da Base Avançada do Butantan na Amazônia consiste em estabelecer uma instituição que valorize, antes de tudo, a cultura, a produção e a operação amazônicas. Por isso mesmo, a base deverá desempenhar o papel de agente de fomento e de integração regionais, formando e utilizando recursos humanos locais.

No plano mais específico do enfoque prioritário da pesquisa, cabe acrescentar que a área de animais peçonhentos, seus venenos e envenenamentos, ocupará lugar privilegiado. Para tanto, as premissas subjacentes remetem-se ao estudo da biodiversidade, à bioprospecção de componentes de interesse biotecnológico e, igualmente, à compreensão dos mecanismos envolvidos nos envenenamentos, com objetivos de conquistar avanços terapêuticos.

O modelo a ser adotado para a implantação da base compreende duas fases bem definidas. Na primeira, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público “Ama Brasil” se encarregará do desenvolvimento dos projetos técnicos e de suas aprovações, além da licitação e do gerenciamento da execução das obras civis. Para tal fim, buscará captar recursos e financiamento junto às organizações nacionais e internacionais interessadas no projeto.

Em seqüência, para viabilizar a instalação da base, competirá ao IB apoiar ações mediante gestão intensa junto aos órgãos públicos. Mais que isso, caber-lhe-á oferecer garantias aos agentes envolvidos, no sentido de que a base será utilizada para dar sustentação preferencial a seus projetos de pesquisa na região. Isso se justifica na medida em que funcionará como lastro de remuneração, aos olhos dos patrocinadores, pela implantação e operacionalização do projeto.

Por fim, convém realçar a escolha de Belterra como sede da Base do Butatan na Amazônia, destacando as riquíssimas características ecológicas em que está circunscrita tal cidade. Totalmente imersa na natureza mais abundante e diversificada da região, Belterra facilitará, indiscutivelmente, os trabalhos de bioprospecção no curto prazo, propiciando a criação paralela, no longo prazo, de melhores ambientes locais de educação e cultura.

Para concluir, Sr. Presidente, cumpre-nos reiterar o elogio à iniciativa científica do Instituto Butantan, instalando uma inédita Base Avançada de Pesquisa Científica em Biodiversidade e Bioprospecção às margens do Rio Tapajós. Mais do que nunca, a Amazônia tem merecido, hoje, um olhar exploratório menos romântico e mais produtivo do ponto de vista da economia ecologicamente sustentável.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para registrar o artigo “A urna eletrônica saiu de dentro dele”, do Professor José Anis Leão, publicado no jornal mineiro **Hoje em Dia**, de 26-9-2006. O título, registra o autor, é do humorista Jô Soares. O texto faz uma análise dos dez anos de existência da urna eletrônica usada nas nossas eleições democráticas, garantindo progressivamente, desde o seu início, a legitimidade do voto do eleitor brasileiro.

É particular a menção que o Professor Anis Leão, catedrático de muitos lustros, faz ao Dr. Roberto Siqueira, que recebe merecidamente a Medalha

Desembargador Vaz de Mello do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, pela sua colaboração na conceituação, construção e aperfeiçoamento da urna eletrônica. Mais que isso, o Dr. Roberto Siqueira, que só agora sai do anonimato, é um dos construtores de uma grande obra democrática que é todo o atual processo eleitoral brasileiro, do registro do eleitor à publicação do resultado final a cada certame.

Em certo trecho, digno de registro especial, o autor diz “...formávamos uma equipe que, sob juramento, não podia deixar a peteca cair nem em pensamento ...”.

E em seguida afirma: “Roberto enquadrado-se espontâneo e natural ao juramento tácito, foi ser chefe do cartório na capital, era múltiplo em vitalidade e sentido prático do trabalho; raciocínio veloz, imaginação de geômetra sesquipedal, a gente sentia que era um desertor da engenharia para o direito, no qual ia logo ao ponto, com interpretação finalística que deixava o auditório desconcertado pela certitude da reflexão. Amado e adorado pelos seus funcionários, sempre fino de trato, mantendo a calma quando fumegavam discórdias pífias, tinha um jeito seu de em curtas expressões comunicar um caminhão de coisas: ora, ocê não fica assim não; estou vendo a hora que ...; ora menina, manda quem pode obedece quem tem juízo”.

E registra também, como não podia deixar de ser, o aplauso ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, pela iniciativa, persecução do proposto e de ter alcançado objetivo: “a legitimidade e pureza da apuração do sufrágio popular, propósito justo, belíssimo e sagrado.”

Sr. Presidente, fazendo minhas as palavras do ilustre Professor Anis Leão, requeiro a V. Ex^a o registro do artigo nos anais desta casa legislativa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A URNA ELETRÔNICA SAIU DE DENTRO DELE

ANIS JOSÉ LEÃO*

Escrevo esta matéria na véspera de o Dr. Roberto Siqueira ser medalhado pelo TRE/MG, pela maravilhosa colaboração que deu ao progresso e aperfeiçoamento da Justiça especial neste Estado. O título, tomei-o de empréstimo ao humor de Jô Soares.

Sigo muito a palavra de Pio XI - é preciso elogiar os bons para que o perfume do mal não prevaleça; e a atividade e o suor que Roberto pôs por obra em bem da urna eletrônica, são dedicação, não só ao progresso, que pode ser grande tonteria, mas à legitimidade e pureza da apuração do sufrágio popular, propósito justo, bellissimo e sagrado.

Quando ele entrou para o quadro de servidores da Casa, era uma fase em que uns tantos de nós formávamos uma equipe que, sob juramento, não podia deixar a peteca cair nem em pensamento; era espécie de devolução, ao presidente da época e ao Tribunal, em desempenho exemplaríssimo das atividades funcionais, da confiança que puseram em nós.

*Roberto enquadrou-se espontâneo e natural ao juramento tácito, foi ser chefe de cartório na capital, era múltiplo em vitalidade e sentido prático do trabalho; raciocínio veloz, imaginação de geometra sesquipedal, a gente sentia que era um desertor de engenharia para o Direito, no qual ia logo ao ponto, com interpretação finalística que deixava o auditório desconsertado pela certitude da reflexão. Amado e adorado por todos seus funcionários, sempre fino de trato, mantendo a calma quando fumegavam discórdias pífias, tinha um jeito seu de, em curtas expressões, comunicar um caminho de colsas: *oê não fica assim, não; estou vendo a hora que...; ora, menina, manda quem pode, e obedece quem tem juízo. Por ser que esta resenha falante do distinto cavalheiro não tenha, para o leitor, "la couleur locale", o calor do ambiente, o cabimento da calibragem usada.**

Com pouco, sem desleixar o trivial do serviço, ah o Roberto briliquendo em cima de modelo de urna, mexe daqui, mexe dali, vai a Santa Catarina, Rio Grande do Sul, de ceca em Meca; fuça a loja de experimentos da Prodeimg, discute grosso com os técnicos da IBM, e, calçado pelo apolo extra do juiz Carlos Velloso, consagula pôr máquina a rodar da Justiça Eleitoral. É claro que, no princípio, a ela serviu somente como somadora de votos, era uma totalizadora sorridente porque afastada da rotina de imprimir títulos e bijuterias de alistamento e transferência eleitorais. Mas o caldo foi engrossando; vieram experiências em eleições menos apertadas, fizeram cédulas de papel para cobrir falhas prováveis da maquininha; o Dr. Roberto já era diretor-geral em Brasília, no Tribunal Superior Eleitoral, e contava com o apoio do ministro Velloso e da Corte Superior. Mais uns passos de experimento, e a bichinha recebendo no bucho o clicar ou teclar dos números (algarismos) para contagem ultra-sônica de votos; a formação de cadeia ou rede, a totalização instantânea dos sufrágios; essa conquista que está aprovada, é exportada para gregos e troianos, e fez os EUA babarem de inveja, porque produto de macaquetro e the opposite de contagem de votos à californiana...

Val nestas linhas aplauso para Siqueira, mas porém também para a Casa a que servimos a vida toda; pela excelência do ato, pela significação hierática do nome da medalha (Des. Vaz de Melo); por contrariar o costume nacional de sentar o pé no traseiro de quem está no merecido ócio.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 37 minutos.*)

(OS Nº 15250/06)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 23 DE AGOSTO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Pretendo dar continuidade ao debate iniciado pela Senadora Ideli Salvatti, mas, antes, quero fazer um registro, Sr. Presidente.

Ontem, falamos sobre o desencanto, sobre a indignação que, como tempestade, varre o País diante dos escândalos de corrupção.

Hoje, a repercussão da indignação por meio de uma iniciativa da Sr^a Ana Elizabeth Prudente*, empresária de São Paulo, que encaminha ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, um requerimento apresentando denúncia por crime de responsabilidade do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e propondo a instauração de procedimentos para o necessário processo *de impeachment* do Presidente da República.

Outras iniciativas dessa natureza foram adotadas durante o período de investigação, realizado por várias CPIs no Congresso Nacional, mas todas elas se frustraram, já que o Presidente da Câmara, o Deputado Aldo Rebelo, desconsiderou-as e arquivou-as, como se motivos não existissem para a instauração dos procedimentos.

Mais uma tentativa se faz agora, tendo como objeto-origem livro recentemente publicado de autoria do ex-Assessor de Imprensa do Presidente da República, o jornalista Ricardo Kotscho. A empresária Ana Elizabeth Prudente alega que os fatos narrados pelo jornalista, que conviveu com o Presidente da República durante algum tempo, são suficientes para a retomada desse procedimento e propõe que seja denunciado por crime de responsabilidade o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Estamos apenas registrando o fato da tribuna do Senado Federal, aplaudindo a iniciativa da Sr^a Ana Elizabeth e solicitando à Mesa que registre nos Anais da Casa o documento encaminhado à Mesa da Câmara dos Deputados. Na pior das hipóteses, servirá para que estudiosos, no futuro, possam investigar a história do Brasil neste período de tanta indignação da população brasileira.

Certamente, esses estudiosos, ao compulsarem os **Anais do Congresso Nacional**, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, encontrarão os documentos que justificam essa indignação latente que campeia por todos os lares da família brasileira, levando o povo do País ao desencanto, afastando-o desse processo eleitoral, já que a indiferença e o desinteresse da população é marcante nas eleições deste ano.

Enfim, Sr. Presidente, reitero o pedido para que conste dos Anais da Casa o documento encaminhado à Mesa da Câmara dos Deputados.

E relativamente ao mar de rosas que vive o País, quero trazer mais alguns espinhos.

As estimativas divulgadas ontem pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo – CEPEA mostram que o PIB do setor deve recuar 1,91% em 2006, e o faturamento bruto da agropecuária cairá 4,21%. As projeções, baseadas no desempenho registrado até maio, indicam que o PIB da indústria de insumos, por exemplo, deve ter baixa de 2,68% neste ano.

É o segundo mau resultado consecutivo do PIB do agronegócio, que já registrou retração de 4,66% em 2005.

Confirmado o resultado, seria o pior desempenho desde o início do Plano Real em 1994. Em 2003 a participação do PIB do agronegócio no PIB nacional era de 30,51%, mas este ano deverá cair para 26,44%. Conforme destacam os especialistas, isso é resultado direto de uma valorização cambial de 8,4% só neste ano. “O câmbio continua a ser um problema sério”.

Como destaca o Superintendente Técnico da CNA, Ricardo Cotta, a indústria já sente os efeitos da queda das cotações internas e da redução na produção de culturas como algodão, arroz e trigo. A CNA estima que o desempenho desfavorável deste ano causará um impacto negativo de 0,4% no cálculo do PIB global do País. O PIB do agronegócio deve somar R\$527,3 bilhões este ano, uma perda de 10,25 bilhões em relação ao ano de 2005.

Em todos os segmentos do agronegócio haverá queda de movimentação.

Entretanto, a crise do setor tem ajudado o Governo a controlar a inflação e a ampliar a oferta de alimento barato nas cidades segundo a CNA.

Um estudo da entidade revela que a inflação geral medida pelo IPCA do IBGE chegou a 4,03% nos últimos doze meses até junho. No mesmo período, porém, o IPCA de alimentação registrou deflação de 2,77%. “Ou seja, sem a ajuda dos baixos preços agrícolas, a inflação oficial chegaria a 4,59% nos últimos doze meses, um impacto significativo”.

Sr. Presidente, para concluir, o alerta: vamos viver novos momentos a partir de janeiro do ano que vem. A agricultura brasileira nunca esteve tão abandonada, tão desprotegida, tão relegada a um plano secundário como no atual Governo. Como se fosse possível ignorar a participação efetiva do agronegócio no PIB nacional, até então, 30,51%!

O que nos ameaça, Sr. Presidente, é que esse abandono pode significar, no futuro, a falta de alimentos na mesa dos brasileiros. Se hoje há a possibilidade de se praticar preços reduzidos – os alimentos estão sendo realmente vendidos a preços inferiores; há gente votando no Presidente Lula porque a comida está barata –, se isso é uma verdade, e é verdade, nós temos que temer pelo futuro.

Se continuar esse abandono, se o Governo brasileiro continuar incompetente como até agora em relação à agricultura, certamente conseqüências advirão desse desencanto do agricultor brasileiro com o Governo.

A frustração é enorme. Todas as vezes que o Governo promete e não cumpre, semeia a decepção no campo. Nunca assistimos a tanto desalento como estamos assistindo agora. Os agricultores do Brasil, os agropecuaristas brasileiros, estão desestimulados, muitos abandonando a agricultura. No meu Estado, neste momento, quinze mil pequenas propriedades rurais estão sendo entregues aos bancos credores, já que os seus proprietários estão impossibilitados de saldar as suas dívidas com o sistema financeiro.

Sr. Presidente, se não houver uma atitude imediata, se não acontecer, no início do próximo Governo, a definição de uma política agrícola que ofereça segurança e perspectiva ao produtor brasileiro, nós sofreremos as conseqüências no futuro.

Não teremos mais alimentos baratos como hoje. Teremos, quem sabe, de importar determinados produtos para atender as necessidades da segurança alimentar em nosso País.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu não havia percebido que V. Ex^a solicitava aparte. Se o Presidente permitir, porém, ouvirei V. Ex^a com prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a e ao Presidente, como sempre um homem generoso e bom. Senador Alvaro Dias, congratulo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento que acaba de fazer. Quero registrar o meu estarecimento diante do que se está vendo no Brasil hoje. O PT defende, faz apologia até, do lucro das grandes empresas, quase todas multinacionais. E o faz num momento em que a Volkswagen, por exemplo, ameaça demitir em massa no Estado de São Paulo. Não vejo o partido, vulgo Partido dos Trabalhadores, procurar intermediar uma solução para esse caso. No entanto, o mais estarecedor é que se vê nesta Casa um discurso dessa natureza no mesmo dia em que **O Estadão**, um dos jornais mais importantes do Brasil, trata exatamente da questão do agronegócio, da queda que o agronegócio está provocando na economia brasileira. O PT manda sua Líder para cá fazer apologia aos feitos do Governo, mas não tem a sensibilidade de ver que S. Ex^a é de um Estado altamente penalizado pela crise que estamos vivendo. É querer debochar, é querer tripudiar do povo brasileiro! Traçar comparativos de quem ganhou mais, de quem lucrou mais na comparação entre o Governo atual e o Governo passado, só absolve Fernando Henrique: mostra que o Governo passado foi mais rigoroso na questão dos lucros, porque, se não aumentou a produção, não aumentou o consumo que compense evidentemente, é um aumento de consumo, mas nada que justifique esse lucro astronômico. Está parecendo brincadeira de criança, para ver quem toma mais castanha do outro. Não é isso. É preciso levar essa questão a sério, Senador Sibá. V. Ex^a, que é um estudioso, um economista que está fazendo com que este Plenário esqueça o Mercadante, tem trazido temas sérios a esta Casa e não deve permitir essa distorção, esse verdadeiro deboche que o Presidente está fazendo com o povo brasileiro. A agropecuária passa por momentos gravíssimos. V. Ex^a é de um Estado vitimado por isso e vamos aqui ouvir apologias de quem ganhou mais, se neste Governo ou no Governo passado? Isso é uma brincadeira. Congratulo-me com V. Ex^a. Tenho certeza de que o empresário e o povo de Santa Catarina não concordam com essas afirmativas aqui feitas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a completa bem o nosso discurso. Eu agradeço.

Senador Sibá Machado, se V. Ex^a me permite, até pelo contraditório, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a por conceder-me um aparte. Ouvindo atentamente às preocupações, lembro-me de que, em uma das negociações que fizemos durante o movimento dos camponeses do Brasil, chamado “Grito da Terra Brasil”, conseguimos uma negociação com o Governo Fernando Henrique de que não me esqueço até hoje, ou seja, tirar da condição do crédito, como garantia do crédito, a alienação do bem imóvel, que é a terra, principalmente os beneficiários da reforma agrária e, em seguida, de todos os créditos concedidos pelo Pronaf. Então, foi institucionalizado o Pronaf naquela época. Quando foi negociado dentro dos Fundos constitucionais, foi a mesma coisa. Não poderíamos mais oferecer ao Banco como garantia de crédito a terra. Acho que V. Ex^a traz um problema em relação ao qual não podemos permitir que agência financeira nenhuma possa confiscar terra de pequeno produtor a troco de pagamento de quitação de dívida de empréstimo. Não podemos permitir. Houve uma negociação em 1995 ou 1996, se não me engano, durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quanto à questão da garantia de preço, que é a preocupação trazida pelo Senador Heráclito Fortes, nós vivemos numa economia de mercado e temos uma responsabilidade com esse cenário do sistema econômico que está instalado no Brasil há muito tempo. Então, temos uma agricultura e um agronegócio numa relação de *commodities* e o preço é determinado – e muito – pela conjuntura econômica mundial. Como a China deixou de comprar, a Rússia deixou de comprar, não sei quem deixou de comprar, criou-se um embaraço na relação de preços. Aqui no Senado, foi feita uma discussão – é claro que com pontos de vistas muito diferentes e muito bem acentuados – sobre rolagem de dívidas, sobre renegociação para todo o setor de agricultura, seja de grande, de médio ou de pequeno agricultores e a parte do Governo está cumprida. Agora, por decreto, o Presidente não pode assumir a estabilização de preços. Não tem jeito. Portanto, vivemos uma oscilação de preços fomentada pela conjuntura econômica. Mas é claro que o Brasil caminha para a superação dessas coisas todas e, pela tecnologia utilizada pelo campo hoje, somos competitivos. Por quê? Porque não precisamos de vultosos subsídios nos investimentos do setor agrícola. Portanto, é por isso que ganhamos dos Estados Unidos e da União Européia em duas grandes batalhas da OMC.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Sibá Machado, a informação que trago à tribuna de que 15 mil propriedades rurais estariam sendo entregues aos bancos no Paraná foi divulgada pela Federação da Agricultura do Estado. A pequena propriedade rural

é um bem de família e deveria ser inalienável. A lei, a Constituição, deveria garantir...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas, permita-me, o que estou lembrando é que, na negociação do Grito da Terra Brasil em 1995, 1996...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu entendi.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...nós abrimos esse precedente de que o banco não poderia colocar a terra como garantia de crédito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Ex^a tem razão, mas isso está acontecendo.

Lembro-me, inclusive, quando assumi o Governo do Paraná, logo de início, havia uma crise em que pequenos agricultores – 1200 deles – estavam vendo as suas propriedades rurais leiloadas em praça pública. Imediatamente, adotamos a providência de transferir ao Banco do Estado do Paraná os débitos em bancos privados. E programamos, reescalamos essas dívidas e permitimos àqueles proprietários rurais que continuassem proprietários e não se transformassem em trabalhadores sem terra. Salvaram as suas propriedades e pagaram o Banco do Estado do Paraná. Portanto, o Estado fez um investimento e obteve o retorno. Garantiu a manutenção das pequenas propriedades na posse dos seus legítimos proprietários, e o Estado não sofreu prejuízos; ao contrário, lucrou ao impedir que 1200 famílias fossem jogadas à beira das estradas, debaixo das lonas pretas como famílias de trabalhadores sem terra.

Creio que o Governo Federal deveria, neste momento, em que pese o fato de estarmos em um período eleitoral, adotar providências de emergência para impedir que pequenos proprietários rurais transformem-se em trabalhadores sem terra, engordando os bolsões de miséria na periferia, sobretudo das grandes cidades.

Em relação a preços, concluindo, Sr. Presidente, o que mais nos assusta é o fato de o Governo não garantir o preço mínimo que estabelece para os produtos agrícolas. Quando no mercado não se alcança o preço mínimo estabelecido, o correto seria o Governo comprar, garantir, já que o preço mínimo é a garantia para que o produtor plante. Isso não está acontecendo no Brasil. Antes, era assim, os Governos garantiam ao produtor rural o preço mínimo instituído, mas agora não. No atual Governo não se garante nem mesmo o preço mínimo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade do tempo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Egrégia Casa Legislativa;

Ínclitos Parlamentares!

Esta casa não pode mais se ausentar aos fatos que saltam aos olhos e às provas que gritam a todos que tem "ouvidos de ouvir", demonstrando de forma irrefutável que o Poder Executivo Federal encontra-se nas mãos do homem mais corrupto que a história de nossa República já presenciou.

A bazofia de que não existe "cenário político" para as providências que são pleiteadas na presente denúncia não pode ser considerada por Vossas Excelências, sob pena de – assim procedendo – estarem atribuindo ofensa imperdoável ao povo brasileiro.

O cenário político de que Vossas Excelências tanto necessitam está posto diante de vossos olhos há tempos, no momento em que um povo cordato, honesto e trabalhador está submetido à representação de um corrupto incorrigível e mentiroso contumaz que submete a nação brasileira ao maior estelionato político de nossa história. Afirmar que não há momento político para que se tomem providências no sentido de resguardar a pátria brasileira e garantir um futuro justo e democrático ao povo brasileiro é o mesmo que afirmar que somos todos tão corruptos e desonestos quanto nosso mandatário maior.

Calúnia! Enquanto representantes da classe média e do empresariado encontram-se de mãos atadas, assistindo à verdadeira operação de demolição institucional levada a efeito pelo Sr. Presidente e seus asseclas, as classes menos favorecidas são anestesiadas de tudo quanto se passa na nação com toda a sorte de esmolas oficiais que tem como única função manter um

verdadeiro curral eleitoral, criando ao mesmo tempo um cenário de aparente concordância do povo com a realidade política, por mais sórdida que seja ela.

Ao cidadão embrutecido pela fome não interessa se é Deus ou o diabo que lhe dá o pão – o que importa é ter seu apetite saciado.

Portanto, cabe aos senhores parlamentares neste momento, a escolha sobre qual papel almejam ocupar na História do Brasil: O de cidadãos patriotas, que deixaram de lado as mesquinhas particularidades, partidárias e ideológicas em prol do bem comum, ou a de vendilhões, que entregam o destino da nação em uma bandeja de prata à uma organização criminosa que se apossou do Poder Federal.

Está nas mãos de Vossas Excelências o futuro do Brasil!

I. DOS FATOS:

Em meados de 2005, o ex-Deputado Roberto Jefferson trouxe à lume denúncias graves acerca da existência de um esquema de compra de votos de parlamentares, levada a efeito pela cúpula do Partido dos Trabalhadores, com o escopo de conseguir a aprovação de projetos do governo junto à Câmara e ao Senado.

À época, embora o ex-deputado tenha poupado o ora Denunciado, todos os indícios apontavam para ele como o maior beneficiário da ação deletéria, já que lhe garantia a aprovação de projetos de toda a sorte mediante a compra de consciências.

De acordo com as denúncias, o ora Denunciado tomou conhecimento da existência do "mensalão" somente quando alertado – por duas vezes – pelo ex Deputado Roberto Jefferson. Em pelo menos uma dessas

ocasiões, o alerta foi presenciado pelo atual presidente desta casa, o Deputado Aldo Rebelo.

Conforme as investigações foram se aprofundando, mais clara ficou a participação do ora Denunciado no esquema. Em 15 de junho de 2005, ao depor na comissão de ética desta casa, o ex-Deputado Jefferson vaticinou, ao mencionar o Ministro Chefe da Casa Civil – ex-deputado José Dirceu:

“Sai daí Dirceu. Sai daí ou fará Réu uma pessoa inocente”

A “pessoa inocente” a que se referia o depoente era o sr. Presidente da República. Coincidência ou não, no dia seguinte – 16 de junho de 2005 – o então Ministro apresenta sua renúncia e afasta-se do governo.

Com o agravamento das denúncias e sua aproximação do gabinete do Presidente da República, em 17 de julho de 2005, o Denunciado concede a uma jornalista absolutamente desconhecida, uma entrevista gravada na França, onde afirma:

- 1- **Não há mensalão e sim o uso de “fundos não contabilizados” no custeio das campanhas políticas de 2002, fato que – segundo ele – seria comum na política brasileira.**
- 2- **Não sabia de absolutamente nada desta prática e sentia-se traído pela cúpula do seu partido que tomou todas as iniciativas sem consultá-lo.**

Embora suspeita – dada anonimidade e amadorismo da repórter escolhida pelo Denunciado – a dita entrevista acabou surtindo o efeito desejado, qual seja, afastou da figura do Presidente da República a revolta e as sanções

cabíveis pelas práticas criminosas até então apuradas. Vingou – à despeito de todas as provas e indícios em sentido contrário - a tese de que o primeiro mandatário da nação teria sido enganado, quer por sua ingenuidade, quer por argúcia de seus assessores mais próximos.

No decorrer do ano de 2005, as denúncias se avolumaram e acabaram por promover a desintegração de praticamente toda a cúpula do Partido dos Trabalhadores, aí incluídos assessores e Ministros extremamente próximos ao Presidente da República. Quanto a este, manteve incólume sua imagem, sempre sustentando a *versão de que era também uma vítima de toda a situação, eis que não sabia de nada e fora "traído"*.

No último mês de junho, o **ex-Secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República - Ricardo Kotscho**, publicou uma auto-biografia sob o título de *"Do Golpe ao Planalto – Uma vida de repórter"* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006). Urge ressaltar trata-se o referido livro de uma obra documental e não de um romance de ficção.

O autor da referida obra é reconhecido como um dos jornalistas mais respeitados do país tendo sido agraciado mais de uma vez com o Prêmio Esso de jornalismo. Sua carreira profissional conta com passagens por periódicos de galardão como O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo, dentre outros.

O Sr. Ricardo Kotscho também desfruta da amizade do ora denunciado desde os movimentos sindicais do final da década de 70 e início de 80, tendo acompanhado toda a sua trajetória de líder sindical a supremo mandatário da nação.

Além de amigo íntimo do Denunciado, o sr. Kotscho ocupou o cargo de assessor de imprensa de três das quatro campanhas do mesmo à Presidência

da República – inclusive a última que o alçou à posição – e ocupou o cargo de Secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República até o início de 2005, quando se afastou espontânea e repentinamente da função.

Ocorre que, nas páginas 222 e 223 da obra do mencionado jornalista, encontra-se o relato de uma reunião presenciada por ele em 2002, no último dia do prazo para a inscrição das chapas que concorreriam à eleição presidencial daquele ano.

Participaram do encontro – realizado no apartamento funcional do Deputado Paulo Rocha (PT-PA) – o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, ora denunciado, o sr. José de Alencar, atual vice-presidente da República, o ex-deputado José Dirceu e o Presidente do Partido Liberal, Sr. Valdemar Costa Neto.

Para que se evite o argumento de que os termos do Sr. Kotscho são interpretados de forma desvirtuada, solicitamos a vênua de transcrever, *in verbis*, o texto do livro por ele escrito:

*“Desde o início, Lula viajou em jatinhos fretados e, em vez de se encontrar apenas com a militância e os setores do movimento social que já o apoiavam, mantinha constantes reuniões com entidades e setores do empresariado antes refratários ao PT. **Por isso ele se empenhava tanto em consolidar a aliança com o PL, o que só foi conseguido no último momento do último dia do prazo para a inscrição das chapas. Numa tensa reunião no apartamento funcional do deputado Paulo Rocha (PT-PA), do qual participaram, além de Lula e Alencar, os presidentes do PT, José Dirceu, e do PL, Valdemar Costa Neto, bem como vários dirigentes dos dois***

*partidos, houve um momento em que parecia ter fracassado a tão sonhada aliança capital-trabalho. Dirceu chegou a dar as conversações por encerradas. Lula pediu uma ligação para o petista Patrus Ananias, mineiro como Alencar, que seria o vice do plano B – uma chapa “puro-sangue” que o candidato e a coordenação de campanha queriam evitar. Dezenas de jornalistas aguardavam uma definição na portaria do edifício de Rocha. Por pouco não desci para dizer-lhes que não haveria mais a chapa PT-PL. Quando já ia pegar o elevador, fui chamado de volta. As negociações haviam recomeçado, agora no quarto do anfitrião. Embora sempre procurasse me manter à distância nessas horas, esperando por uma decisão para comunicá-la à imprensa, **estava claro para todos que o impasse se dava na questão da ajuda financeira que o PL tinha pedido ao PT para fazer sua campanha. Somente três anos depois, quando estourou o “escândalo do mensalão”, eu ficaria sabendo que o valor solicitado era de 10 milhões de reais. No início da noite, os dirigentes dos dois partidos anunciaram que a aliança estava selada, como queriam Lula e Alencar.**” (KOTSCHO, Ricardo *in* Do Golpe ao Planalto. Uma vida de repórter. São Paulo; Companhia das Letras, 2006. Páginas 222/223).*

Para dirimir quaisquer dúvidas acerca da exatidão da transcrição acima, anexamos à presente, cópias reprográficas das páginas do livro em questão.

Vejamos então a informação que nos traz o autor que – repete-se – foi assessor de imprensa na campanha de 2002 do Denunciado, ocupou o cargo de Secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, desfruta há mais de 20 anos de sua amizade íntima e **estava presente na reunião citada em seu livro:**

- O Denunciado, atual Presidente da República, reuniu-se com José Dirceu, Valdemar Costa Neto e José Alencar no apartamento do Deputado Paulo Rocha: ***“... Numa tensa reunião no apartamento funcional do deputado Paulo Rocha (PT-PA), do qual participaram, além de Lula e Alencar, os presidentes do PT, José Dirceu, e do PL, Valdemar Costa Neto...”***;

- O objetivo da reunião era acertar a coligação PT-PL, com Lula candidato a Presidente e José Alencar à vice: ***“... Por isso ele se empenhava tanto em consolidar a aliança com o PL, o que só foi conseguido no último momento do último dia do prazo para a inscrição das chapas...”***;

- Surgiu um impasse relacionado à ajuda financeira no valor de 10 milhões de reais que o PT teria que fornecer ao PL para este último fazer sua campanha: ***“... estava claro para todos que o impasse se dava na questão da ajuda financeira que o PL tinha pedido ao PT para fazer sua campanha. Somente três anos depois, quando estourou o “escândalo do mensalão”, eu ficaria sabendo que o valor solicitado era de 10 milhões de reais...”***;

- Quando tudo parecia perdido, o Denunciado, o vice presidente José de Alencar, José Dirceu e Valdemar Costa Neto resolveram recomeçar as conversações - agora de forma reservada – no quarto do apartamento do Deputado Paulo Rocha: ***“... Quando já ia pegar o elevador, fui chamado de volta. As negociações haviam recomeçado, agora no quarto do anfitrião...”***;

- Após a conversa reservada a aliança – que até ali se mostrara inviável por conta dos 10 milhões exigidos pelo PL ao PT – foi repentina e inesperadamente selada: *“...No início da noite, os dirigentes dos dois partidos anunciaram que a aliança estava selada...”*

Há que se frisar, senhores deputados, que as conclusões acima decorrem de uma interpretação literal do texto em tela. Não é necessária nenhuma distorção, alteração da ordem das frases e períodos ou mesmo substituição de palavras por sinônimos. É o que está escrito! Somente aos néscios e aos mal-intencionados é dado interpretar de forma diversa!

Restam as questões: O que se os Denunciados, em companhia do Srs. José Dirceu e Valdemar da Costa Neto discutiram de tão importante e sigiloso naquele quarto que alterou uma situação que parecia definida?

Se o PL simplesmente foi convencido a abrir mão dos 10 milhões que exigia, porque não o fez na presença de todos e sim no sigilo e obscuridade de um quarto? O que o Sr. José Dirceu ou os denunciados lhe promeram em troca?

Diante dos fatos que vieram a tona na CPMI dos Correios e que culminaram com a denúncia, pelo Procurador Geral da República, **de todos os participantes daquela obscura reunião** - à exceção do Sr. Luis Inácio e do Sr. José de Alencar – pelos crimes de formação de quadrilha e pelo *“loteamento público dos cargos públicos em troca de apoio às propostas do Governo, prática que representa um dos principais fatores do desvio e má aplicação de recursos públicos com o objetivo de financiar campanhas milionárias nas eleições, além de proporcionar o enriquecimento ilícito de agentes públicos e políticos, empresários e lobistas que atuam nessa perniciosa engrenagem...”* **(Denúncia ofertada pelo Procurador Geral da República nos autos do inquérito n.º 2245, perante o Ministro Joaquim Barbosa do STF)**, podemos, aí sim, utilizando-se um pouco da

capacidade de raciocínio, aventar para duas hipóteses acerca do que foi tratado naquela reunião:

1 – Versão do “Mensalão”: José Dirceu, ou o ora Denunciado informam ao sr. Valdemar Costa Neto que embora o PT não possua 10 milhões para ceder ao PL, já tem acertado com um publicitário mineiro, de nome **Marcos Valério Fernandes de Souza**, um esquema de distribuição de pagamentos mensais aos deputados da base aliada, mediante o repasse de valores que ele – Marcos Valério – conseguiria do Banco Rural mediante a formalização de empréstimos fraudulentos;

2 – Versão do “financiamento não contabilizado”: José Dirceu ou o ora Denunciado propõem ao Sr. Valdemar Costa Neto fornecer os 10 milhões ao PL, mas esse valor será entregue mediante o uso de expediente conhecido como “caixa dois”, operacionalizado pelo sr. **Marcos Valério Fernandes de Souza**.

Em ambas as hipóteses uma coisa restou cristalina. Excetuando-se a improvável hipótese de que o ora Denunciado, no momento das malfadadas negociações reservadas, tenha tido a bizarra idéia de se trancar no armário, estava ele presente e, portanto, **sempre teve total e absoluto conhecimento das práticas ilegais levadas a efeito por seus companheiros de partido e base aliada!**

Frise-se a Vossas Excelências que não está se argumentando na presente denuncia, que o Denunciado **propôs** o esquema ilegal eis que, apesar de possível – já que era ele o maior interessado e beneficiário da aliança – não se tem qualquer indício dessa possibilidade. O argumento levado à Vossas Excelências é de que o Sr. Luis Inácio Lula da Silva **sabia dos atos ilícitos que seriam praticados e com eles anuiu**. Somente isto é motivo necessário para considerá-lo ímprobo para o cargo que ocupa, haja visto que, além de ter feito uso de expedientes criminosos para alçar-se à Presidência da República, **mentiu de**

forma clara e deslavada a todo o povo brasileiro quando afirmou que não sabia de nada; que fora traído.

Traídos fomos nós todos, brasileiros cumpridores de nossos deveres!

São esses os fatos que orientam a presente denúncia. Passemos à análise dos mesmos à luz da legislação pátria.

II. DO DIREITO:

II.i Preliminarmente:

Em sede de preliminares, invoca-se o impedimento do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, nos termos do art. 134 do CPC, , inciso II, haja vista o mesmo integrar o rol de testemunhas que deverão ser ouvidas para a instrução do feito.

Como se observa na transcrição abaixo, o Sr. Presidente desta casa teve ciência dos fatos delituosos objetos da presente denúncia tendo, inclusive, alertado o Denunciado, como fazem prova suas declarações nos autos da CPMI dos "Correios", às fls. 767/768, *ipsis verbis*:

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quando V.Exa. ouviu falar em proposta de recebimento de dinheiro para apoiar o Governo pela primeira vez? Em que circunstâncias? Poderia dizer alguma coisa a respeito disso para nós do Conselho de Ética, Sr. Deputado?

O SR. DEPUTADO ALDO REBELO - A primeira vez. Deputado Júlio Delgado, eu não ouvi; a primeira vez, eu li. Foi uma matéria publicada no Jornal do Brasil, se

não me engano, no mês de setembro. E, em seguida, já no mês de março, ouvi — embora a reunião já estivesse no fim, já houvesse um clima de dispersão — o Deputado Roberto Jefferson fazer referência a essa questão em uma reunião com o Presidente Lula, já no mês de março.

(...)

O SR. DEPUTADO ALDO REBELO – Foi em uma reunião. Participaram eu, o líder Múcio, o ministro Mares Guia, o líder Chinaglia, Roberto Jefferson e o Presidente Lula. No final da reunião, o deputado Roberto levantou a questão do hipotético pagamento a parlamentares. O presidente Lula ouviu e pediu a mim e ao líder Chinaglia que investigássemos a denúncia”(Grifo nosso).

Incumbe a advertência de que, caso Vossa Excelência prescinda de declarar-se impedido no presente caso, ad cautelam argúi-se, preventivamente e desde já, o incidente de DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL, nos termos do § 1º do art.102 da Constituição Federal e da Lei 9.882/1999, cientificando Vossa Excelência de que, tão logo opere-se a notificação de seu despacho ao signatário da presente, será providenciada a competente representação ao Procurador-Geral da República solicitando a instauração do procedimento cabível, nos termos que passa a explicitar:

Já se tomou um desagradável costume – talvez norteado por interesses particulares e/ou partidários-ideológicos, que tanto o Presidente da Câmara, como o Presidente do Senado, agindo ao total arrepio da lei 1079/1950, despachem e indeferam processos de Impeachment movidos contra o Sr. Presidente da República.

A denunciante tem acompanhado com grande interesse, os lamentáveis resultados das inúmeras providências análogas à presente, que foram tomadas por brasileiros de norte a sul do país, igualmente escandalizados com todas as denúncias que pululam quase que diariamente na imprensa. Contudo, em absoluta contrariedade ao que reza o art. 19 da Lei 1079/1950 – e a despeito dos fortes indícios de irregularidades graves envolvendo a figura do Sr. Presidente da República, esta casa viu por bem arquivar de plano todas as medidas até então propostas no mesmo sentido, muito embora o citado diploma seja cristalino em sua determinação:

Art. 19. Recebida a denúncia será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma.

O artigo 20, do citado diploma legal, acrescenta mais, dizendo:

Art. 20. A comissão a que alude o artigo anterior se reunirá dentro de 48 horas e, depois de eleger seu presidente e relator, emitirá parecer, dentro do prazo de dez dias, sobre se a denúncia deve ser ou não julgada objeto de deliberação. Dentro desse período poderá a comissão proceder às diligências que julgar necessárias ao esclarecimento da denúncia.

§ 1º - O parecer da comissão especial será lido no expediente da sessão da Câmara dos Deputados e publicado integralmente no Diário do Congresso Nacional e em avulsos juntamente com a denúncia, devendo as publicações ser distribuídas a todos os deputados.

§ 2º - Quarenta e oito horas após a publicação oficial do parecer da comissão especial será o mesmo incluído, em primeiro lugar, na ordem do dia da Câmara dos Deputados, para uma discussão única.

Os artigos 21 e 22 da lei já citada, reforçam esta posição, no seguinte, *verbum ad verbum*:

Art. 21 – Cinco representantes de cada partido poderão falar, durante uma hora, sobre o parecer, ressalvado ao relator da comissão especial o direito de responder a cada um.

Art. 22 – Encerrada a discussão do parecer e submetido o mesmo a votação nominal, será a denúncia, com os documentos que a instruem, arquivada, se não for considerada objeto de deliberação. No caso contrário, será remetida por cópia autêntica ao denunciado, que terá o prazo de vinte dias para contesta-la e indicar os meios de prova com que pretenda demonstrar a verdade do alegado

Vê-se, portanto, que não há qualquer previsão legal para o arquivamento de plano da presente denúncia. A única entidade que tem poderes para determinar o arquivamento deste feito é a **comissão especial eleita APÓS A LEITURA DA DENÚNCIA!**

Assim, em homenagem ao princípio da legalidade – a que todos os membros desta casa estão sujeitos, o arquivamento da presente denúncia por qualquer um que não a comissão especial e em qualquer momento anterior ao que prevê o artigo 22 da Lei 1079/50, configura clara hipótese de abuso e desvirtuamento de poder, passível de sanções administrativas e penais.

O Brasil não é um feudo! Leis e procedimentos devem ser respeitados e seguidos à risca por seus agentes públicos!

Assim, por força de lei e da argumentação expendida, não se está a suplicar, mas a **EXIGIR** que esta casa cumpra o princípio da legalidade que Vossas Excelências – como agentes públicos – tem a obrigação de respeitar, mediante o atendimento fidedigno do procedimento previsto na legislação invocada, no sentido de que o Excelentíssimo senhor Presidente desta casa não despache pessoalmente o processo, indeferindo ou não, mas remeta-o, como de lei, para a Comissão Específica, sob pena de, na forma do comando legal, como reza o art. 55 da Constituição Federal, em seu inciso II, notadamente o §1º, ter sua conduta subsumida nas sanções ali chanceladas.

A Comissão Específica, nominada em Lei é que deverá deferir ou indeferir a petição de acordo com seus fundamentos de fato e de direito, como vão abaixo discorridos.

II.ii. DO MÉRITO:

“Quem controla os controladores?”

Esta pergunta foi formulada por Norberto Bobbio em sua obra “O Futuro da Democracia”. No texto o filósofo do direito abordou, emblematicamente, as promessas descumpridas pela Democracia real em contraste com a ideal.

Esta é a mesma pergunta que se impõe onipresente sobre a Democracia brasileira, questionando a sua validade sob a égide dos escândalos cívicos que desfilam sob a fieira de um mesmo nexos causal: A corrupção do processo democrático.

A despeito da pouca credibilidade da tese de que os Denunciados não tinham conhecimento das “falcatruas” praticadas por seus assessores mais próximos – muitas vezes ali, na sala contígua à do mandatário-mór da nação e a despeito de tudo indicar que os maiores beneficiários dos “expedientes não republicanos” foram os Denunciados, o relatório Serraglio com dois volumes e mais de 1.800 páginas, atesta o intrincado esquema desenvolvido para corromper as instituições do Estado, fragilizando, inclusive, o próprio Estado Democrático de Direito, mas olvida-se de incluir no rol de responsáveis os Srs. Presidente e Vice-presidente da República.

Talvez em homenagem ao histórico de vida do Sr. Luis Inácio, a CPMI dos correios – como representação legítima do povo brasileiro e dos Estados da federação, viu por bem conceder ao ora Denunciado um “voto de confiança”, dando crédito exagerado à sua pouco crível tese de defesa.

Quanto a isso, nunca é demais lembrar que, nos idos de 1992, o então Presidente da República – Sr. Fernando Collor de Melo – também utilizou-se da mesma linha de defesa ao argumentar que não sabia que a doação de um Fiat Elba à sua pessoa era feita por conta de tráfico de influência.

Esta casa, na época, agiu de forma implacável e justa, cassando-lhe os direitos políticos. É interessante lembrar, outrossim, que uma das personalidades mais aguerridas à exigir o impedimento do então Presidente da República foi, naqueles tempos, o então presidente de honra do Partido dos Trabalhadores – o Sr. Luis Inácio Lula da Silva, ora Denunciado.

Compreensível que o Sr. Collor de Melo, não possuindo a história de lutas do ora denunciado, não merecesse o “voto de confiança” que foi dispensado à este último, muito embora o esquema que o envolvia possuir ares de “punguismo barato” perto da complexidade do atual “valerioduto”.

Mas, como diz o ditado popular: “águas passadas não movem moinhos”.

Ocorre, nobres Parlamentares, que há um limite aceitável para o crédito a ser dado pela história de um cidadão e esse crédito – no caso dos denunciados - já se esgotou.

O relato trazido à testilha pelo Sr. Ricardo Kotscho –repita-se mais uma vez – amigo pessoal do Presidente da República há mais de 20 anos, assessor de três das suas quatro tentativas de chegar ao cargo e Secretário de Imprensa e comunicação da Presidência – demonstra de forma cabal que os denunciados, além de se utilizarem de um expediente sórdido e criminoso para alcançarem o cargo máximo da República, mentiram à toda uma nação ao afirmarem de forma taxativa que nada sabiam. Que foram traídos.

Fizeram toda uma nação e – *data máxima vênia* – também à Vossas Excelências de tontos!

Riem as nossas custas!

Senhores parlamentares: Não se enganem! A cidadania queda-se perplexa frente às absolvições de parlamentares confessos ou comprovadamente envolvidos; frente ao cinismo jocoso que samba literalmente afagando com o escárnio de um rebotado a impunidade. A cidadania, no recôndito profundo de sua consciência cívica, julga seus juízes, Jobim e Vidigal, pelos próprios fundamentos aplicados em seus despachos e sentenças. A cidadania sabe, como Turgot e Reinhart Koselleck sabiam, que a legitimidade moral, fundamento republicano da lei, é por assim dizer, o esqueleto político invisível sobre o qual a sociedade e suas instituições foram construídas.

A cidadania ouve, assiste e se pergunta: Quem controla os Controladores? Será que todo o aparato constitucional de repartição de competências, de divisão do Poder, de declaração de direitos, de institucionalização dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, republicano e federativo, não é mais capaz de sopitar os interesses escusos que deserdam o princípio maior do bem comum? Será que as instituições transformaram-se em amebas?

Até o mais néscio, o mais ignorante dos brasileiros consegue atinar para um fenômeno curioso: Os atuais escândalos de corrupção, de compra de consciências, de cinismo público e notório elamearam de forma nunca dantes vista esta casa, que representa a vontade do povo, a casa vizinha a esta, que representa os interesses dos Estados da Federação e o Poder Judiciário, responsável pela observância do ordenamento jurídico pátrio, mas sequer resvalam na figura dos Srs. Presidente e Vice-presidente da República, que repousam como se fossem ilhas de probidade em meio a um mar de lama. A quem isso interessa? Onde essa imagem nos levará?

O próprio denunciado já bradou com todas as letras que em um país de cento e oitenta milhões de habitantes, não existe um só capaz de lhe ditar preceitos éticos. Retórica? Ou um pronunciamento consciente no sentido de se auto-proclamar o criador de uma nova ordem? O salvador e único poder isento da nação brasileira?

Vossas Excelências devem levar em conta que ao colocarem interesses particulares, partidários ou ideológicos acima do óbvio que ulula em vossas faces, estão cavando a sepultura desta casa como instituição legítima de controle do Poder Executivo e de seus membros. Percam a legitimidade e perderemos a democracia!

DA NATUREZA JURÍDICA DO PROCESSO DE IMPEDIMENTO

Primeiramente, é necessário delimitar que o processo de impedimento do Presidente da República, chamado processo de Impeachment, não tem como base de sustentação, nem a responsabilidade penal, nem a responsabilidade civil, seja esta última nas modalidades de responsabilidade subjetiva ou objetiva, visto não caber àquela primeira citada, a penal, a modalidade de responsabilidade objetiva.

A estas responsabilidades do presidente caberiam os atos que lhe fossem imputados a título de delitos ou crimes comuns, que, em admitidos pela Câmara dos Deputados, seriam julgados pelo Supremo Tribunal Federal. Quanto a isso, outrossim, também é necessário que se diga que, diante das novas denúncias trazidas à testilhas, que comprovam de forma irrefutável que os Srs. Presidente e Vice-presidente da República detinham conhecimento das ações ilegais que seriam praticadas por seus partidos, também se está encaminhando petição ao ilustre Procurador Geral da República, requerendo que este inclua o Sr. Luis Inácio Lula da Silva e o sr. José de Alencar no rol de denunciados no inquérito n.º 2245, em trâmite perante o STF. Naquela instância é que será apurada a responsabilidade criminal do Srs Presidente e Vice-presidente da República.

Por outro lado, os crimes de responsabilidade, descritos no art. 85 da Constituição Federal e corroborados pela Lei 1079/1950, são aqueles que referem a **RESPONSABILIDADE POLÍTICA**, que é devidamente apurada sob um elastério muito mais dúctil do que àquelas outras, nas quais se exigem requisitos, de tipificação e subsunção, que vão de maior para menor, respectivamente, da área penal para a cível. Tudo isto para garantia da liberdade pessoal e da salvaguarda ao patrimônio dos possíveis acusados naqueles delitos, sejam eles infratores da área penal ou cível ou concomitantemente de ambas as esferas.

A esfera de responsabilidade política é muito mais abrangente do que as outras duas. Ela pode até coincidir com as duas outras mais pode, no entanto, ser simplesmente responsabilidade política sem ter relação alguma com aquelas duas outras. Se houver responsabilidade penal ou cível, elas serão apuradas perante o Supremo Tribunal ou mesmo, posteriormente na jurisdição ordinária, perante a Justiça Comum, já que removida a autoridade do cargo, não gozará mais do privilégio de fórum por determinação do critério *ad personam*. Na responsabilidade política o valor colocado mais alto é a higidez das instituições com seus consentâneos de bem comum e finalidade pública que estão colmatados pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência além da equidade e dos princípios gerais de direito.

Sobre a diferenciação entre responsabilidade penal, civil e política há de se apreciar a lição ministrada pelo mestre Pontes de Miranda, quando preleciona a este respeito:

“A responsabilidade política é o instituto que se impõe às boas Constituições, exatamente porque não há, ou ainda não há, necessidade ou suficiente probabilidade de ser desconstituído o governo culpado de atos graves. Não se trata de declaração de vontade, unilateral, não-receptícia, constitutiva negativa, como a demissão ad nutum do funcionário público, ou receptícia, como a declaração unilateral de vontade com que o locador, segundo, o direito privado (abstraído-se do direito emergencial), denuncia o contrato de locação por tempo indeterminado. Não; os atos que se encadeiam desde a denúncia ou queixa até a sentença final são atos de processo, para aplicação de regras jurídicas, concernentes ao investido na função pública, regras que incidiram. A fortiori, não se trata de instituto de coincidência da vontade popular com o governo, pela qual esse tenha, moralmente (eficácia provável) ou juridicamente (eficácia necessária), de somente governar se essa é a vontade do povo, através do Parlamento (Inglaterra, antes das reformas de 1867 e 1884), ou diretamente (retirada de Disraeli, em 1868, diante do resultado das eleições; Gladstone, em 1874; Balfour, em 1905).”

*Temos, pois, que os princípios que regem a responsabilização do Presidente da República (e dos Governadores estaduais e dos Prefeitos) são princípios de direito constitucional e princípios de direito processual. Na própria Constituição alemã vaimariana, que possuía a declaração unilateral de vontade não-receptícia do povo (em plebiscito), cuja eficácia era constitutiva negativa (destituição do Presidente da República), nunca se confundiu ela com a responsabilização penal...**Na sentença de pronúncia, o juiz tem de dar os “motivos do seu convencimento”**; em vez da certeza, a lei satisfaz-se com a probabilidade...”*(MIRANDA, Pontes de; in “Comentários à Constituição de 1967 – Impeachment e Julgamento” – Art. 85; Revista dos Tribunais; Pág. 351/357. O grifo é nosso)

No mesmo diapasão José Afonso da Silva (*in* Curso de Direito Constitucional Positivo; Malheiros editores; 1999; Pág.548/549), Ricardo Cunha Chimenti (*in* Curso de Direito Constitucional; 2006; Pág. 298/299) e Celso Ribeiro Bastos afirmam que:

*“O art. 86 da Constituição divide o processo de impedimento em duas fases. Na primeira, a Câmara dos Deputados limita-se, pela maioria de dois terços de seus membros, a declarar procedente a acusação. Esta pronúncia implica tão-só na processabilidade do Presidente (ou do Ministro de Estado, em crime conexo com o daquele). Não equivale a um prejulgamento do acusado, **não significa que ele seja culpado**. Indica, entretanto, que a Câmara **considerou haver indícios e razoáveis provas dos atos imputados aos inculcados**. Deliberou também que, levando em conta as conseqüências políticas do processamento do Presidente, naquele momento, **não encontrou razões de monta que tornassem preferível o arquivamento do processo**, em atenção aos males maiores advindos de um julgamento, na ocasião, do Chefe Supremo da Nação”. (BASTOS, Celso Ribeiro; *in* “Curso de Direito Constitucional; 1995; Ed. Saraiva; Pág. 349/350. O grifo é nosso)*

Concluindo o assunto de forma professoral em que a metologia da explanação é a tônica, Themistocles Brandão Cavalcanti afirma que:

"a) o processo de impeachment é político e a matéria penal nele contida é subsidiária, tal como ocorre em relação ao direito disciplinar.

O direito penal é fonte, elemento secundário na construção legislativa. O processo político tem conteúdo próprio, inconfundível com o processo penal.

b) a pena criminal independe da política; pode haver responsabilidade política e não ocorrer crime previsto na lei penal.

c) o regime de penas também é diverso, porquanto a pena política não pode ir além da perda do cargo, o que caracteriza a sua natureza política, constituindo em grau elevado, modalidade de pena disciplinar.

d) a condenação criminal, importa pela jurisdição própria, pode se acumular com a pena política, verificando-se, assim, verdadeiro bis in idem, que estaria vedada caso o processo político se confundisse com a pena criminal." (CAVALCANTI, Themistocles Brandão; in "A Constituição Federal Comentada; Ed. José Konfino; Vol. II; 1956; Pág.260)

Alcino Pinto Falcão, comentando a Constituição de 1946, dizia sobre a responsabilidade no impeachment que:

"O nosso artigo 89, ao elencar os crimes de responsabilidade do Presidente da República emprega o vocábulo no sentido restrito, de caso que implica em punição. Mas nem toda a punição é de natureza penal, podendo ser apenas sanção política, como é o que ocorre nos Estados Unidos, no caso do impeachment, que nesse ponto se afastou do modelo inglês originário, como bem destaca Alfred Muff (op.cit. pág 27) e com fulcro em De Tocqueville, Pistorius e Duguit, alertando que a decisão do Senado poderá ser tida como judiciária pela forma e pelos motivos sobre que se fundará, mas será administrativa por seu objeto, sendo próximo de um processo disciplinar por sua essência. Nós herdamos o instituto de segunda mão, pelo conduto norte-americano. Em face do que prevê o parágrafo terceiro do art. 62 ("não poderá o Senado Federal impor outra pena que não seja a da perda do cargo com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, sem prejuízo da ação da justiça ordinária") está evidente que a sanção resultante do impeachment é puramente política, caso

contrário cair-se-ia, eventualmente, num proibido bis in idem. Na doutrina alemã, mesmo na atual (p.ex. Von Weber), há quem acentue a natureza penal do procedimento mas sem razão, como é do parecer da maioria, recapitulada por Menzel, que conclui que se trata de mero procedimento político, a serviço da ordem constitucional” (FALCÃO, Alcino Pinto; in “Novas Instituições de Direito Político Brasileiro; Rio; Ed. Borsoi; 1961; Pág. 184/185; O grifo é nosso)

Outra observação que se deve fazer é a modificação no processo de Impeachment alterando o Bloco de Constitucionalidade, a Lei 1079/1950, adaptada da Constituição de 1946, fazia com que se efetuassem, na Câmara dos Deputados, duas etapas processuais, uma Inquisitiva, como se fosse um Inquérito Policial e outra de Instrução em que o Princípio do Contraditório seria aperfeiçoado através da possibilidade do acusado apresentar a sua defesa, juntamente com a oitiva de testemunhas e depoimentos.

O procedimento da Lei 1079/50 foi suprimido pela Câmara dos Deputados, no ano de 1992, em razão de regras estabelecidas e que foram julgadas perante o Supremo Tribunal Federal através do Mandado de Segurança nº 21.564 de 10.09.1992, sendo que assim, houve como se fora um processo de parlamentarização do sistema Presidencialista, em consonância com o disposto na Constituição Cidadã de 1988, pois foi julgada hígida a ordem estabelecida na matéria que regia o impeachment da seguinte forma:

“a) é competência da Câmara dos Deputados admitir ou não acusação contra o Presidente da República, dando, em caso positivo, conhecimento ao Senado Federal, para fins de processo e julgamento;

b) os dispositivos da Lei nº 1,079, de 1950, são aplicáveis, com exceção dos que traduzem atos típicos de processo, uma vez que a instauração e o julgamento passaram à competência privativa do Senado Federal;

c) proferido, o parecer pela comissão especial, no prazo de sete sessões, a matéria irá ao exame do

plenário em votação única pelo processo ostensivo nominal, considerando-se admitida a acusação, se nesse sentido se manifestarem 2/3 dos Membros da Casa. Sendo a decisão sobre a admissibilidade ou não da denúncia o ato que a autoriza a instauração ou não do processo, a regência é de ordem legal e não regimental, por efeito da aplicação do art. 85, parágrafo único, da Constituição Federal;

d) considera inaplicável o art. 188 do Regimento Interno, inclusive porque conflitante com o art. 218 do mesmo regimento; Lei 1.079, de 1950, art 23 combinado com o art. 184, caput e 187, parágrafo 1º, inciso VI do Regimento Interno". (Impeachment; Supremo Tribunal Federal; Imprensa Nacional; 1995/1996).

DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

O que a CPMI dos Correios constatou foi a existência de uma máquina organizada que tinha como centro o chamado VALERIODUTO. Esse sistema funcionou em várias fases – da 1ª até a 6ª - como está descrito no Relatório Final da CPMI, às fls. 679 até 687. O numerário obtido através desta máquina era distribuído para subsidiar as eleições municipais, como esmiúça o relatório de fls. 827:

“7.6.15.1.8 Diagrama 7 - Distribuição de recursos a eleições municipais

O Diagrama 7 retrata a concentração de saques e transferências bancárias próximas às eleições municipais de 2004. O período analisado compreendeu os meses de agosto e setembro de 2004, portanto dois meses antes das eleições municipais.

O montante de recursos transacionados nesse período foi de R\$ 3.593.807,77, sendo que, no mês que antecedeu as mencionadas eleições, foram movimentados cerca de R\$ 2.160.000,00.

Chama a atenção o fato de que tais transações, diferentemente de outras constatadas nos diagramas anteriores, passaram a ter valores menores e

quebrados, diferindo do padrão até então observado de valores elevados e redondos.

Portanto, diante dos fatos até o momento constatados, o Mensalão, em todas as suas variantes, mostra-se como uma espécie de "Fundo de Recursos" para consecução de objetivos político-partidários."

Em relação a este esquema, o Senhor Presidente da República, muito embora mantivesse posição de complacência, insistindo em manter ao seu lado – como homem forte de seu governo – o Sr. José Dirceu de Oliveira, controverteu a questão, deixando claro que **nada sabia a respeito das falcatruas comandadas por seu mais proeminente assessor**, em entrevista concedida em Paris em 17.07.2005 para a jornalista Melissa Monteiro:

O senhor foi criador do PT. É impossível não associar a sua imagem à imagem do partido. Hoje ele comemora 25 anos e, infelizmente, está envolvido em todas essas denúncias de corrupção. Onde foi que o pai, Lula, errou?

Lula – Olha, eu tenho o PT como filho, por que eu ajudei, sou um dos fundadores do PT. Acho que o PT está sendo vítima do seu crescimento, ou seja, em 20 anos chegamos à presidência do Brasil, coisas que, em outras partes do mundo, muitos partidos demoraram 100 anos para chegar. **A minha tese é de que o PT tem explicar para sociedade brasileira que erros cometeu.** Na medida em que o partido trocou a direção e está fazendo uma auditoria interna, o Tarso Genro tem o compromisso de explicar para a sociedade onde e por que o PT errou, e o que vai fazer para consertar este erro.

O que o PT fez do ponto de vista eleitoral é o que é feito no Brasil sistematicamente. Eu acho que as pessoas não pensaram direito no que estavam fazendo. O PT tem na ética uma de suas marcas mais extraordinárias. **E não é por causa do erro de um dirigente ou de outro que você pode dizer que o PT está envolvido em corrupção.** Eu acho que a nova direção do partido saberá explicar para a sociedade o que aconteceu com o PT e o que vai acontecer daqui para a frente.

Percebe-se que o Sr. Presidente menciona o erro – que entende ser algo “sistemático” na política brasileira – como se fosse exclusivo de “algumas pessoas do PT”, dentre as quais ele não se incluía.

Chega a ser curioso que, segundo o seu raciocínio, a culpa de toda a corrupção que envolve o PT, em uma última instância, seria do povo brasileiro que – seduzido pela figura do trabalhador que enchia a boca para clamar por ética e probidade na política – proporcionou um crescimento meteórico do partido criado por ele, crescimento este que acabou sendo o responsável pelo SEU corrompimento ético.

O que o Sr. Presidente não explicou à época, foi o fato de que o último e principal beneficiário de todas as irregularidades apontadas pela CPMI seria ele e seu vice. Todas as pessoas que cometeram o “erro sistemático” como ele nominara, trabalharam, em última instância, a favor do objetivo que ele perseguia desde 1989 – a Presidência da República.

Valerioduto ou Caixa-Dois, qualquer das duas formas, consubstanciadas, levará a incidência da corrupção eleitoral, pois, através de dinheiro espúrio se injeta verba no partido adulterando o resultado nas urnas, sem a contabilização da Justiça Eleitoral, e com numerário de fontes escusas.

Pois bem, com a publicação do livro do Sr. **Ricardo Kotscho**, os argumentos dos ora denunciados caem por terra. Segundo a obra – que não se trata de publicação de ficção, mas texto documental auto-biográfico, o autor teria presenciado uma reunião onde a semente do mensalão (ou caixa-dois de campanha) fora plantada pelo **Sr. Presidente da República, o Sr. Vice-presidente da República, o Sr. José Dirceu e o Presidente do Partido Liberal.** Luis Inácio Lula da Silva não fora traído **TRAIU O POVO BRASILEIRO!**

O art. 85, inciso V, da Constituição Federal, reza que é crime de responsabilidade aquele praticado contra a probidade na administração, sendo que a Lei 1079/50, regulamentando o texto constitucional, expressa, o seguinte:

“Artº 9 – São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:

Inciso 7 – proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.

Ora, os Excelentíssimos Senhores Presidente e Vice-presidente da República, ao contrário do que o primeiro alegou ao povo brasileiro, tinham pleno e incontestável conhecimento das práticas ilegais que seriam levadas a efeito por seus assessores mais próximos. Isso se desconsiderarmos a hipótese de que – naquele quarto narrado pelo jornalista **Ricardo Kotscho** - tenham eles próprios idealizado o “mensalão” (ou caixa-dois de campanha).

Diante deste novo cenário, fica fácil entender o constante aparelhamento da máquina estatal, como instrumento de viabilização de tráfico de influência. Efetivando-se tal aparelhamento com a anuência dos ora Denunciados, permite-se todo o tipo de infração as leis de ordem pública que regulam as licitações, as eleições, a administração, a moralidade, a impessoalidade e todo o séquito impostergável dos valores da república e da federação.

Vejam os significados morfológicos dos adjetivos enumerados no inciso 7, do artigo 9º da Lei 1079/50:

*“Dignidade. 1. Na linguagem jurídica em geral quer dizer: a) **qualidade moral que infunde respeito**; b) honraria; título ou cargo de elevada graduação; d) **respeitabilidade**; e) **nobreza ou qualidade do que é nobre...**” (DINIZ, Maria Helena; in “Dicionário Jurídico”; Volume 2 – D-I; 1998; Ed. Saraiva; pág. 133; Grifo nosso)*

*“Honra. 1.(...) 2.Nas linguagens jurídica e comum: A) **crédito oriundo da probidade ou do bom procedimento**; b) manifestação de consideração e estima tributada a alguém (Aristóteles); c) valor social*

reconhecido pelo grupo a alguém que se destaque na arte, ciência etc.; d) sentimento que leva o homem a procurar merecer e manter a consideração pública; e) homenagem ao talento, à virtude e às boas qualidades da pessoa; f) fama; g) probidade; h) celebridade; i) virgindade, castidade; j) manifestação exterior de respeito; k) pessoa que pelo seu talento ou mérito dignifica a classe a instituição ou o país a que pertence; l) dignidade daquele que age de conformidade com a moral; m) valor moral da pessoa..."(Op. Cit.; Pág.738; Grifo nosso)

"Decoro. 1. Na linguagem jurídica em geral, quer dizer: a) honradez, dignidade ou moral; b) decência; c) respeito a si mesmo e aos outros..." (op. Cit.; pág. 24; Grifo Nosso)

Diante de tais definições, o ofício que se atribui a Vossas Excelências, na qualidade de representantes do povo brasileiro é que, à luz dos preceitos éticos e morais comuns à toda a nação, oriundos de nossas raízes e costumes históricos se torna relativamente fácil:

Basta que os nobres parlamentares, diante de provas incontestáveis de que os Exmos. Srs. Presidente e Vice-presidente da República estiveram presentes em reunião onde se delineou as linhas do que posteriormente seria denunciado como "mensalão" (ou caixa-dois de campanha), e diante do fato de que as mesmas autoridades em questão vieram a público e manifestaram seu total desconhecimento das irregularidades em questão – dizendo-se traídas por aqueles que desta forma procederam, analisem se tal atitude:

- a) É compatível com a "**qualidade moral que infunde respeito**";
- b) Corresponde à atitude típica da "**dignidade daquele que age de conformidade com a moral**"; e
- c) Corresponde à atitude de "**respeito a si mesmo e aos outros**"

Diante do fato de que Vossas Excelências são representantes de um povo para quem aquele que conspira, é conivente ou pratica crime e aquele que mente da forma mais pueril à toda uma nação, não é digno de adjetivos como digno, honrado, e decoroso, o Excelentíssimo Sr. Presidente da República e o Exmo. Sr. Vice-Presidente da República não mais guardam os requisitos indispensáveis à sua manutenção nos respectivos cargos, devendo – por essa razão – serem demovidos dos mesmos.

É necessário ressaltar que só é legítimo um parlamento que representa não só os desejos, mas a cultura de um povo. Diante das provas que ora se apresenta, no sentido de que os Denunciados, além de se utilizarem de práticas espúrias e se beneficiarem de relações e operações financeiras irregulares para alcançarem seus atuais cargos, ainda mentiram a toda uma nação, afirmando de forma taxativa que nada sabiam a respeito das falcatruas levadas a efeito por seus assessores mais próximos, só nos resta esperar que esta casa cumpra com seu dever e mostre guardar ainda a representatividade popular.

Aceitando como válidas as atitudes perpetradas pelos ora Denunciados, Vossas Excelências estarão agindo como representantes do povo de outra nação que não o Brasil.

DO PEDIDO

Parafraseando o encerramento histórico da Petição de Impeachment contra o Presidente Collor, levada a efeito pela ABI e pela OAB, em 1992:

"Investidos da função de juízes e compenetrados da importância histórica da decisão que vão proferir, os membros do Congresso Nacional hão de inspirar-se na lição de Rui Barbosa, quando invocou os dizeres do grande pregador do Século XVII, o Padre Manuel Bernardes:

"A todo que faz pessoa de juiz, ou ministro, manda Deus que não considere na parte a razão de príncipe poderoso ou de pobre desvalido, senão só a razão de seu próximo... Bem praticou esta virtude Canuto, rei dos vândalos, que, mandando justicar uma quadrilha de salteadores, e pondo um deles embargos de que era parente del Rey, respondeu: se provar que é nosso parente, razão é que lhe façam a força mais alta."

"Nem hão de olvidar, também, o ensinamento de Edmund Burke:"

"É por este tribunal que os governantes que abusam do poder são julgados; não segundo as minúcias e refinamentos da teoria criminal, mas de acordo com os largos e sólidos princípios da moralidade."

Assim sendo, pelos fatos acima imputados, denuncia-se, a Sua Excelência, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, Presidente da República e Sua Excelência JOSÉ DE ALENCAR, Vice-presidente da República, por infração ao artigo 85, inciso V, da Constituição Federal e ao artigo 9º, inciso 7, da Lei 1.079, de 10 de abril de 1950, requerendo que, recebida esta como objeto de deliberação e admitida nessa Câmara dos Deputados, a acusação ora formulada, seja a mesma remetida para julgamento ao Senado Federal, onde há de ser julgada procedente, para o fim de se impor ao denunciado as sanções da perda do cargo e da inabilitação para o exercício da função pública, pelo prazo de oito anos.

Obrando assim, a signatária provará perante a Nação, que a Democracia é uma via expressa com duas mãos. Ela possibilita que o eleitor vote, como a signatária votou no Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva para a ocupação do cargo de Presidente da República, mas permite também que, alterando-se as condições de legitimidade do governante, o eleitor revogue a confiança nele depositada peticionando perante o Tribunal da Nação que é o Congresso Nacional, fazendo viva e presente na história cívica a lição ministrada por Thomas Jefferson, quando este gravou as palavras inscritas na Declaração de Independência das Colônias Americanas:

"Para assegurar estes direitos é que os Governos foram instituídos entre os homens, derivando seus

justos poderes do consentimento dos governados. Que, sempre que qualquer outra forma de governo tornar-se destruidora destes objetivos, é direito do Povo alterá-la ou aboli-la, e instituir um novo Governo que tenha, nestes princípios, o seu fundamento, e organizando seus poderes de tal forma a assegurar a sua Segurança e Felicidade."

No mesmo diapasão, a Declaração Francesa de 1789 preleciona:

"XV - A sociedade tem o direito de pedir contas de sua administração a todos os agentes do poder público."

"XVI - Toda a sociedade na qual a garantia dos direitos não é assegurada, nem a separação dos poderes determinada, não tem constituição."

DAS PROVAS:

Requer-se a juntada de cópia de documentos pertinentes dos autos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos "Correios", criada para apurar os fatos ali contidos e relatados que envolveram Ex-Ministros e Funcionários diretamente nomeados por sua Excelência o Presidente da República, bem como da Denúncia do Exmo. Sr. Procurador Geral da República, perante o STF, acerca daquelas imputações, protestando-se pelo interrogatório dos denunciados, pela produção de prova documental, se necessário, pela inquirição das testemunhas abaixo arroladas:

1. Ricardo Kotscho
2. Roberto Jefferson;
3. Valdemar Costa Neto;
4. José Dirceu;
5. Paulo Rocha;
6. Aldo Rebelo.

São Paulo, 22 de agosto de 2006.

LUCIANO JULIANO BLANDY
OAB/SP 182.503

ANA ELIZABETH NOLL PRUDENTE
RG 4.003.776.558 SSP/RJ

TABELÃO DE NOTAS
30º Tabelião de Notas da Capital - São Paulo - Capital
Rua Moema, 420 - Moema
São Paulo - SP
Fone: (011) 5051-1036 Fax: (011) 5051-1036
Estr. Anderson Testoni
70504954504005005450515057

FIRMA

Em testemunho da verdade,
São Paulo, 22 de agosto de 2006.
Ana Elizabeth Noll Prudente

Ata da 157ª Sessão Não Deliberativa, em 27 de setembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Octávio, João Batista Motta,
Marco Maciel e Marcos Guerra.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O primeiro orador inscrito é o ilustre Senador Marco Maciel, a quem concedo a palavra. S. Ex^a terá direito à palavra por 20 minutos.

Com certeza, estaremos, hoje, aprendendo muito com o seu pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) –Nobre Senador Paulo Octávio, representante de Brasília no Senado Federal, candidato, nestas eleições, ao cargo de Vice-Governador na chapa que tem como candidato a Governador o Deputado José Roberto Arruda, Sr^{as} e Srs. Senadores, iniciarei minhas palavras lembrando que o Brasil, de acordo com IBGE – dados relativos a agosto deste ano, se não estou equivocado –, possui uma população de 183 milhões de habitantes, algo muito significativo que o coloca entre os países mais populosos do mundo.

Não é menor também o número de seus eleitores. São 125 milhões, dos quais apenas 21 milhões possuem o segundo grau. Somos o segundo maior colégio eleitoral do mundo ocidental. Somente um país tem eleitorado maior. Refiro-me aos Estados Unidos da América do Norte, que tem população maior que a nossa, algo em torno de 300 milhões. Portanto, possui eleitorado maior.

É bom lembrar que, ao contrário do que muita gente pensa, no Brasil, vota-se desde muito cedo. O Brasil começou a praticar o exercício do voto, um dos caminhos para a democracia, antes da sua Independência. Já em 1821, elegemos delegados, representantes do Brasil, e os enviamos às Cortes Constitucionais de Lisboa, quando éramos a maior parte do Reino Unido de Portugal e Algarve.

Realizamos a primeira eleição em 1821, em caráter nacional. A partir daí, praticamente, não interrompemos a prática do voto com eleições periódicas, salvo

no período entre 1937 e 1945, tempo em que Getúlio Vargas foi ditador do País.

Como sabem os que aqui se encontram, Getúlio Vargas governou o País sob quatro diferentes formas. Primeiro, foi Presidente provisório, logo após a Revolução de 1930, ficando nessa condição até 1934. Em 1934, Getúlio Vargas foi eleito indiretamente e exerceu a Presidência no período de 1934 a 1937.

De 1937 a 1945, com a Polaca, Constituição de 1937, que fechou as instituições representativas – Senado, Câmara, assembleias legislativas, câmaras municipais – e também autorizou o Presidente da República a intervir nos Estados, Getúlio foi, portanto, Chefe de Estado autoritário, ditador.

A quarta forma pela qual Getúlio foi Presidente da República foi elegendo-se em 1950, democraticamente, pelo voto direto da sociedade brasileira. Governou o País até 1954, quando se suicidou, em 24 de agosto.

O Brasil tem outra característica extremamente positiva: o voto obrigatório. Isso é muito bom sob dois aspectos: em primeiro lugar, o voto obrigatório faz com que o cidadão comece a fazer um exercício de pedagogia cívica. Na hora em que é chamado a votar, o eleitor começa a pensar e se interessar pelos problemas do País.

Num País da nossa dimensão, é fundamental que o cidadão conheça não somente os candidatos, como também os problemas do País, sobretudo da sua região, do seu Estado, do seu Município.

Em segundo lugar, o voto obrigatório também é muito importante, a meu ver, para os candidatos, porque os força, assim, a visitar toda a circunscrição eleitoral.

À medida que alguém se candidata a Presidente da República, deve conhecer o País, os seus problemas e saber como resolvê-los.

Portanto, é fundamental a exigência do voto obrigatório, que não somente obriga o eleitor – é um direito e um dever do eleitor –, mas também o candidato. Se assim não fosse, certamente os candidatos à Presidência da República ficariam apenas visitando os colégios eleitorais mais numerosos, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, deixando de ir aos Estados do Norte, do

Nordeste etc. É muito positivo que o Brasil mantenha essa tradição de voto obrigatório.

Há muitos países que praticam o voto facultativo, o chamado voto voluntário, e os Estados Unidos são um deles. Na última eleição presidencial, em 2004, compareceram às eleições que deram a vitória a Bush apenas 48% do eleitorado. Haverá eleições parlamentares em novembro próximo nos Estados Unidos, para renovar a totalidade da Câmara e um terço do Senado, e, nessas eleições, o comparecimento é menor. Já houve eleição em que compareceram apenas 36% do eleitorado, o que retira um pouco a legitimidade dos eleitos, daí por que, insisto, na necessidade do chamado voto obrigatório.

O voto obrigatório cria condições para que se desenvolva uma adequada cultura cívica. Sob esse aspecto, aliás, gostaria de citar uma frase proferida pelo então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral Ministro José Néri da Silveira, também Presidente do Supremo Tribunal Federal. Em palestra proferida em 1992, ele disse: “a educação para a democracia não pode, ademais, ser obra apenas das campanhas eleitorais. Iniciada no lar, continuada na escola, desenvolvida no cotidiano das leituras e das informações, porque isso fará com que a cultura política leve o cidadão ao partido, à candidatura, ao sufrágio consciente e livre” e encerra Montesquieu, famoso pela sua teoria de repartição dos poderes, que adotamos desde a Constituição Republicana, em 1891, e que já tinha sido, em parte, adotada na Constituição de 1824. Porém, na Constituição de 1824, havia um quarto poder, o chamado Poder Moderador, conforme, aliás, preconizara Benjamin Constant de Rebecque. Eis o que reproduziu de Montesquieu: “O povo só pode ser monarca pelos sufrágios, que constituem suas vontades”.

É necessário lembrar, nesta hora em que nos preparamos para votar, que convém que o eleitor comparecer, não se abster não anular o voto, porque será pelo voto positivo, pelo voto construtivo, que se construirá uma verdadeira democracia no País.

O grande estadista britânico Winston Churchill, reconhecido mundialmente, declarou, certa feita, que não se deve anular o voto. E acrescentou: “Apatia, complacência, doença ou indiferença podem às vezes ser problemas. Em dias de eleição são crimes”. Com isso, Churchill queria deixar clara a importância do voto. O cidadão brasileiro deve comparecer, ainda que arrostando dificuldades, limitações físicas ou mesmo outros compromissos, para, por esse caminho, ajudar a construir uma verdadeira democracia no País, sobretudo tendo em vista o momento que vivemos, de grande crise ética, que atingiu não somente o Poder Executivo, mas também o Congresso Nacional.

O cidadão não pode deixar de comparecer e de votar construtivamente, expressando, assim, a sua opinião e escolhendo candidatos que mereçam a sua confiança, a fim de que, recebendo o voto, possam melhorar o País e as suas instituições.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Concedo um aparte ao nobre Senador José Jorge, que representa o Estado de Pernambuco no Senado Federal e é candidato a vice-Presidente na chapa do ex-Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Marco Maciel, ex-Vice-Presidente da República e político que muito orgulha o Estado de Pernambuco, em primeiro lugar, concordo com a opinião de V. Ex^a em relação ao voto obrigatório. No Brasil, já conseguimos uma democracia representativa com bastante força, não sem muito esforço. Temos que nos lembrar que há aproximadamente vinte anos vigorava no País um regime autoritário. Passamos muitos anos sem eleições diretas para governador e presidente. Agora, as eleições são realizadas a cada dois anos, e inclusive eleições estruturadas: ora para prefeitos e vereadores, ora para governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais e presidente da República. Existe um sistema informatizado, com urnas eletrônicas que nos permitirão que, já no domingo, em torno de meia noite, uma hora da manhã, possamos conhecer o resultado das apurações de muitos votos, a fim de que não haja dúvida quanto à lisura da apuração e do pleito. Isso nos coloca na dianteira de outros países, inclusive mais desenvolvidos do que o nosso, como os Estados Unidos, ou países com grau de desenvolvimento semelhante ao nosso, como o México. Como estamos lembrados, os Estados Unidos, na eleição passada, passaram semanas, se não me engano, sem conseguir decidir quem ganharia. No final, venceu o Presidente George W. Bush, mas restou um pouco de dúvida. Se fosse num país com estrutura democrática menos consolidada, até hoje, certamente, ainda haveria protestos. No México, como foi uma eleição muito disputada, com uma diferença muito pequena, e a apuração era relativamente lenta, um candidato venceu e o outro protesta até hoje, acreditando que quem ganhou foi ele, porque a estrutura eleitoral não era tecnicamente sofisticada e não permitia uma resposta rápida, retirando essa possibilidade. No Brasil, passamos por essa fase. A democracia está se consolidando. Mais de 126 milhões de eleitores – ou 128 milhões, se não me engano –, de todas as faixas etárias, em todas as regiões, comparecerão às urnas, no dia 1º de outubro, para votar nos candidatos de sua preferência. As regras eleito-

rais da campanha eleitoral ainda estão sendo modificadas. Pouco a pouco, as regras estão sendo fixadas a fim de dar oportunidade a todos. Para esta eleição, há pouco tempo, aprovamos projeto de lei de autoria do Senador Jorge Bornhausen, Presidente do nosso partido, do qual fui relator por duas vezes no Senado Federal, na primeira fase, e posteriormente, quando voltou da Câmara dos Deputados. Muitas regras foram consolidadas. Inclusive algumas que muitos acreditavam que não valeriam para esta eleição. Por exemplo, a diminuição do custo da campanha, com a proibição do uso de camisetas, bonés, *outdoors* e showmícios. A proibição permitiu que a campanha se tornasse mais barata, dando oportunidade, conseqüentemente, a pessoas que dispunham de uma quantidade menor de recursos. Isso deu certo. Verificamos que as cidades estão muito mais limpas, com a proibição de afixar cartazes em prédios públicos, em postes, no meio da rua. Estão sendo consolidadas propagandas apenas nas residências em que as pessoas permitem a pintura dos muros e a colocação de cartazes. Foi uma decisão bastante equilibrada. V. Ex^a aborda a questão do voto obrigatório. Também sou a favor do voto obrigatório. Ainda estamos em uma etapa de consolidação do regime democrático. Não pudemos abrir mão, ainda, do voto obrigatório. O voto é um direito e um dever do cidadão. Temos que incentivá-lo. Desta vez, estamos não apenas incentivando, mas tornando compulsório o voto. Com o tempo, as pessoas vão se acostumar a participar da vida pública. Hoje, já existe uma participação grande. Muitas pessoas participam e falam. Como candidato a Vice-Presidente, quando ando nas ruas, em todos os Estados, as pessoas falam, perguntam, protestam, sugerem, exatamente pelo interesse na política. Mas não queremos que apenas aqueles que gostam de política participem, queremos que todos participem, pois a participação no processo social é muito importante. As pessoas podem decidir, e decidir bem. Mesmo os que não gostam de política podem, no momento certo, tomar uma decisão. Todos aqueles que têm obrigação de votar vão escolher os melhores candidatos e vão consolidar sua decisão neste final de semana. Muitos observam as pesquisas. As pesquisas são importantes, mas não decidem a eleição. Se fosse assim, a eleição não seria necessária. Bastaria encomendar uma pesquisa ao Ibope para decidir quem seria o governador, o prefeito ou o presidente. Não! Queremos pesquisa, mas queremos, principalmente, a eleição. Portanto, aproveite o discurso de V. Ex^a para apelar a todos os eleitores que compareçam, que pensem e que votem certo na eleição do dia 1º de outubro. Meus parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador José Jorge, cumprimento V. Ex^a pelo substancialmente aparte, sobretudo quando se manifesta favorável também ao voto obrigatório, até como exercício de cidadania, como eu disse há poucos minutos. No momento em que o cidadão é obrigado a se alistar, começa, certamente, a participar do mais importante direito da cidadania política, ou seja, o voto, através do que se constituem os governos. Portanto, o voto é algo decisivo como direito político do cidadão.

Ele não pode deixar de votar, não pode se abster. Mais do que isso: não pode também anular o seu voto, que, a meu ver, é criticável e condenável. Portanto, é o apelo que fazemos agora nesse sentido na Tribuna do Senado Federal.

Devo aproveitar a ocasião para citar um grande pensador brasileiro, Gilberto de Mello Kujawski, que, num artigo publicado no Estado de S. Paulo em 22 de junho deste ano, declarou:

“(…) O voto nulo é uma aberração. Significa atirar no que se vê (os maus políticos) e acertar no que não se vê (o País e a democracia, os maiores prejudicados). (...) Cabe ao eleitor zelar pelo voto a que tem direito. Voto nulo equivale a voto vago, vazio, que pode ser preenchido por outro a favor dos políticos mais indesejáveis. Se eu não voto, alguém vota em meu lugar. O feitiço virando contra o feiticeiro”.

Estou totalmente de acordo com essa afirmação. Daí a necessidade do voto positivo.

É bom lembrar também que o Brasil faz algo que poucos países fazem: asseguramos facultativamente o voto ao maior de dezesseis anos; obrigatoriamente a partir dos dezoito e até setenta anos. É facultado ao cidadão continuar a votar mesmo que tenha ultrapassado os setenta anos. O voto deixa de ser obrigatório, mas, se ele comparecer, vai encontrar o nome dele na seção eleitoral e poderá exercer esse direito.

Recorde-se que o Brasil foi um dos primeiros países a dar o voto à mulher, desde o Código Eleitoral de 1932, como conseqüência da Revolução de 30, que se voltou para a modernização dos nossos costumes e práticas democráticas.

A Constituição de 1934, que durou muito pouco – apenas três anos –, também reafirmou o que estava no Código Eleitoral, concedendo o voto à mulher. Fomos um País que concedeu o voto à mulher bem antes de alguns países, inclusive da Europa, os chamados países do Primeiro Mundo.

Ademais concedemos o voto ao analfabeto, uma atitude correta, porque, se o analfabeto trabalha, paga

imposto, não pode, por uma limitação de ordem cultural, estar impedido de manifestar sua opinião. No fundo, o voto é a possibilidade de o cidadão expressar o que pensa, sobre quem deve dirigir quer o País, quer o Estado, quer o Município. Daí explicar-se o fato de um universo de 183 milhões de brasileiros. 125 milhões estão habilitados ao exercício do voto, isto é, quase dois terços da população.

O maior colégio eleitoral é o de São Paulo, com 28 milhões de eleitores, se não estou equivocado; o segundo colégio eleitoral é Minas Gerais, com 13 milhões; o terceiro é o Rio de Janeiro; o quarto colégio eleitoral é a Bahia; o quinto colégio eleitoral, se eu não estou equivocado, é o Rio Grande do Sul; o sexto é o Paraná e o sétimo colégio eleitoral é Pernambuco – Estado que tenho a honra de representar nesta Casa –, que tem 5,8 milhões de eleitores.

Ressalto também que, ao lado do voto e da importância de votar nestas eleições, o Brasil assegura uma ampla diversidade partidária. Talvez até seja excessiva a diversidade partidária. Há registrados no País hoje 29 partidos políticos, porém já tivemos mais no passado. Tenho aqui a relação. Se não me engano, nas eleições que se realizaram entre fins da década de 80 e começo da década de 90, esse número chegou a mais de 60, mesmo porque à época o Tribunal Superior Eleitoral considerava que poderiam participar das eleições partidos políticos com registro provisório. Então, isso levava muitas vezes que um partido sem haver satisfeito todas as exigências pudesse disputar as eleições, concorrer aos pleitos.

Mais recentemente, a Justiça Eleitoral entendeu que, para disputar a eleição, o simples fato de dispor do registro provisório não é suficiente; há que se ter cumprido todas aquelas exigências constitucionais e legais previstas. .

Sr. Presidente, ilustre Senador João Batista Motta, da representação do Espírito, aproveitou a ocasião para dizer que, nesta eleição, vai entrar em vigor, com algum atraso, a chamada cláusula de desempenho. A cláusula de desempenho é algo já adotado em muitos países. Vou ler apenas um pequeno trecho do livro, traduzido, chamado *Ciudadania y representatividad. Los sistemas electorales em Europa*, da professora Maria José Auber. O livro foi publicado em 2000, Edições Belaterra, Barcelona.

Ela observa:

“(...) *Muitos sistemas eleitorais fixam um mínimo eleitoral, abaixo do qual os candidatos ou partidos não obtêm representação parlamentar. Estas barreiras estão pensadas para impedir um fracionamento excessivo no Parlamento e do conseqüente risco de gover-

nabilidade que pode acarretar, porém servem também para excluir a determinadas minorias políticas. Este mínimo exigido varia segundo os países e pode ser alto, de uns 5% (Alemanha, França), ou só simbólico, da ordem de 1% ou inferior (Holanda, Irlanda, Dinamarca, Bélgica e Luxemburgo)”.

No Brasil, a primeira tentativa de se estabelecer a chamada cláusula de desempenho, também chamada por alguns de cláusula de barreira, cláusula que melhorará em muito a governabilidade, ocorreu em 1978, mas somente agora vai entrar em vigor, em função da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

Sr. Presidente, eu participei das negociações desta lei. Era Vice-Presidente da República à época, mas a discutimos com os Líderes, no Congresso. O Presidente da Câmara era o Deputado Luís Eduardo Magalhães. Depois, também acompanhei os debates aqui no Senado, e, ao final, a lei terminou sendo por mim sancionada.

A referida lei estabelece:

“Art. 13. Tem direito a funcionamento parlamentar, em todas as casas legislativas para as quais tem elegido representante, o partido que em cada eleição para a Câmara dos Deputados obtenha o apoio de no mínimo 5% dos votos apurados, não computados os votos brancos e os nulos, distribuídos em pelo menos um terço dos estados, com um mínimo de 2% do total de cada um deles”..

Tal dispositivo, conseqüentemente, melhora a governabilidade pela redução de partidos.

Essas considerações são oportunas porque estamos prestes a exercitar o voto no próximo domingo. No Brasil se estabeleceu também no novo constitucionalismo e na nova legislação, que só são considerados votos válidos aqueles que tenham sido dados a um determinado candidato ou legenda. Em outras palavras, o voto em branco ou nulo não conta para efeitos eleitorais. Por exemplo, as eleições para a Presidência da República e para Governadores, que se realizarão agora, exigem que o candidato, no primeiro turno, tenha cinqüenta por cento mais um voto para se declarar eleito. As pessoas que se abstiveram e os votos brancos e nulos não contarão para a definição da maioria absoluta. É bom frisar lembrar que maioria absoluta – cinqüenta por cento mais um – não é cinqüenta por cento mais um por cento, é cinqüenta por cento mais um voto. O que significa dizer, portanto, que é importante que o cidadão vote, e vote afirmativamente, vote construtivamente, escolhendo a sua melhor proposta.

Sem querer me alongar, Sr. Presidente, e tendo em vista as limitações do tempo, diria que é fundamental, nesta hora, que nos conscientizemos da importância do voto e fixemos cada vez mais as nossas atenções nas eleições deste ano. Elas são importantíssimas, porque o País vive uma grave crise, sobretudo uma grave crise ética. As instituições estão sendo questionadas, algo sem precedentes, depois de tantos avanços que havíamos alcançado nas duas últimas décadas. A partir da Constituição de 1988, do Plano Real, que estabeleceu a estabilidade econômica e tantas outras, o Brasil se vê, de uma hora para outra, mergulhado numa grave e extensa crise. Podemos resgatá-lo pelo voto, pela cidadania, porque é por meio do voto que se constituem os governos, e aí não há outro caminho ao cidadão que deseja o bem do seu País, que quer vê-lo cada vez mais robusto, sob o ponto de vista democrático, cada vez mais sólido em relação a seu desenvolvimento e com participação maior no mundo que se globaliza. É fundamental que aproveitemos a ocasião do voto para construirmos novas instituições, para que resgatemos o País da crise ética em que está mergulhado. Daí o apelo que faço a todos e a cada um, mas, sobretudo, aos líderes, às pessoas que têm responsabilidade. O líder, nessa hora, não pode calar. Aqueles que nas suas comunidades – governadores, prefeitos, vereadores, líderes da sociedade civil de modo geral, presidentes de órgãos de classe etc. –, nessa hora, a meu ver, não podem omitir-se; precisam manifestar a sua opinião, para que o eleitor também fique mais consciente da relevância do voto nesse instante.

Também quero aproveitar a ocasião para dizer que, segundo as últimas pesquisas, é muito provável que haja segundo turno nas eleições presidenciais do próximo domingo.

Quero registrar que os partidos políticos são muito importantes nessa hora. O que é o partido político? É uma instituição que faz a interlocução entre o eleitor e o governo, isto é, os partidos políticos são canais de articulação entre sociedade e governo. Eles são indispensáveis. Daí por que precisamos aproveitar o momento para consolidá-los.

No caso específico das candidaturas do ex-Governador Geraldo Alckmin a Presidente e do Senador José Jorge a Vice-Presidente – chapa que apóio, posto que são candidatos da coligação “Por um Brasil decente”, que tem como principais partidos que o apóiam o PSDB e o PFL –, aproveito a ocasião para falar sobre o programa de governo por eles apresentado recentemente, a meu ver, atende às demandas da sociedade brasileira. Não tem promessas faraônicas e irrealizáveis. Antes – eu diria – são propostas concretas nos mais diferentes campos da atividade humana, come-

çando obviamente pelas vicissitudes que vive o Brasil, de resgate ético, avançando também na melhoria das condições de segurança pública, individual, pois o País está muito carente de políticas nessa área. A propósito se preocupa com a educação, dedica algumas páginas a essa grande questão brasileira ainda não resolvida. Traça também um programa de recuperação da nossa infra-estrutura física e econômica. Avança inovadoramente no campo da política externa.

Portanto, é um programa que não pode deixar de ser lido. Acho fundamental que o eleitor, ao votar, procure ler o programa do Geraldo Alckmin, por merecer o apoio total daqueles cidadãos que, conscientemente, desejam que o País melhore, que o País possa ser aquele com o qual sonhamos.

No passado, nas décadas de 40, 50, houve um escritor não-brasileiro, Stefan Zweig, que escreveu um livro intitulado Brasil, País do Futuro. Durante muito tempo, dizia-se que o Brasil seria o País do futuro. Eu diria que o futuro está chegando. Acredito que, com a eleição de Geraldo Alckmin, e tendo em vista que o Brasil obteve no tempo em que Fernando Henrique Cardoso foi Presidente da República avanços nas práticas democráticas com o Plano Real, com a correta política de inserção internacional, no resgate das desigualdades sociais, o futuro tenha chegado. O Brasil tem tudo para ser uma nação democrática, justa e desenvolvida.

Isso vai depender – e é importante que a sociedade se compenetre da necessidade – do voto consciente, do voto afirmativo. Que ninguém se abstenha, ou fique em casa e deixe de votar.

Mesmo que se tenha uma dificuldade, hoje se vota rapidamente, graças à urna eletrônica. Então, que ninguém se omita e se anule, anulando o voto, e que todos possam, assim, concorrer para o fortalecimento da democracia e, por esse caminho, construir uma sociedade que seja não somente democrática, mas também justa.

Sr. Presidente, acredito que não podemos ser pessimistas com relação ao País.

Por volta de 1955, Juscelino Kubitschek disse uma frase que não podemos esquecer: com relação ao Brasil, o otimista pode errar, mas o pessimista começa errando. O Brasil tem tudo para ser uma grande Nação. Acho que ninguém questiona isso. E isso graças a sua expressão territorial, a sua capacidade de dialogar com seus vizinhos e com todos os países do mundo; ao fato de que o Atlântico Sul é uma zona de paz – aqui não temos conflitos bélicos e terrorismos, graças a Deus – e igualmente ter um povo que não perde a esperança, que é otimista e que construiu uma notável sociedade multiétnica.

Então, tudo vai depender agora do voto. Estamos diante de um grande desafio a ser vencido de forma muito simples: por meio do voto, que é a grande arma da democracia, o grande instrumento da mudança, do progresso e do desenvolvimento.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Marco Maciel, congratulo-me com V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento em favor da democracia brasileira.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, em permuta com o Senador Heráclito Fortes.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Batista Motta, muito digno representante do Estado do Espírito Santo, tivemos há pouco uma aula sobre eleições no Brasil. Deixo bem claro que concordo, em gênero, número e grau, com todas as ponderações do nosso ilustre ex-vice-Presidente da República Marco Maciel. O voto tem de ser obrigatório. Temos de exercer esse direito e fazê-lo com competência.

Senador Marco Maciel, venho a esta tribuna hoje por um motivo muito importante: tenho visto pela televisão as seguidas campanhas publicitárias do Presidente Lula, com aquele ufanismo, mostrando números que ninguém contesta. A população brasileira, muitas vezes, é iludida.

Hoje, Senador José Jorge, o jornal **O Globo**, em sua página de economia, traz o retrato claro do que está acontecendo com o Brasil, principalmente nos últimos anos. Vejamos: “Brasil menos competitivo. Aumento do gasto público e corrupção fazem País cair de 57º para 66º lugar”. Então, o Brasil perdeu nove posições do ano passado para este ano. Perdeu por quê? Pela corrupção e pelos desmandos.

Vejamos como é feito esse levantamento. O relatório de competitividade global é feito pelo Fórum Econômico Mundial, e não por nenhuma instituição brasileira. É o Fórum Econômico Mundial que analisa as economias de 125 Países. A metodologia leva em consideração os diferentes estágios de desenvolvimento das economias analisadas e, além das variáveis econômicas, inclui as institucionais e as educacionais, que definem a capacidade de crescimento futuro de um País.

Houve, ainda, um reagrupamento dos itens analisados. Saúde e educação básica, setores que esta-

vam dispersos dos relatórios anteriores, agora são estudados conjuntamente, permitindo uma análise específica das diferentes variáveis que influenciam a competitividade dos Países.

Perdemos, conseqüentemente, nove posições. Quem está dizendo isso não sou eu, nem o PFL, nem uma instituição de pesquisa brasileira, mas – repito – o Fórum Econômico Mundial, que analisa 125 Países. O Brasil está nessa posição vergonhosa porque aumentou a corrupção, aumentou o gasto público – aumentou sensivelmente o gasto público. Aumentou tanto que ontem, esse mesmo jornal dizia: “Carga tributária sobe 21% nos governos estaduais, nos últimos sete anos”. A carga tributária aumenta, o brasileiro paga mais imposto e a nossa posição no **ranking** mundial cai. Isso desestimula o investimento em todos os níveis – estrangeiro e nacional – e o otimismo do País. O Brasil está andando para trás.

Muitas vezes, nas campanhas publicitárias, os números apresentados dizem que o Brasil está crescendo, está avançando. Não. No Brasil, está aumentando o gasto público e a corrupção. É uma vergonha! No momento em que o Brasil precisa crescer, em que precisa dessa injeção de otimismo, a posição do País está só caindo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é por isso que hoje venho a esta tribuna para comentar esses dois artigos, essas duas análises feitas, com muita consistência, pelo importante jornal **O Globo**, que examinou o aumento da carga tributária Estado por Estado, assim como o aumento da competitividade no mundo todo, verificando qual o País que melhorou o seu nível. Nesse contexto, o Brasil é um dos poucos que perdeu posição.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Paulo Octávio, se V. Ex^a me permite uma breve interrupção, diria que V. Ex^a trata hoje de um problema agudo, se o país quiser voltar a crescer. Realmente, como salientou, com base em dados publicados no jornal **O Globo** de hoje, o Brasil perdeu espaço, se comparado com outros países, sobretudo quando todo o mundo vive um grande momento de expansão. Nunca houve tanta disponibilidade de capital internacional, há muito tempo não se tinha um ciclo tão grande de crescimento, e estamos perdendo essa grande oportunidade, ou

seja, o Brasil cresce a taxas extremamente modestas e frustra, assim, o sentimento de progresso da população. O Programa do Presidente Geraldo Alckmin trata desse assunto e diz: “É preciso recuperar o tempo perdido. Entre 1930 e 1980, o Brasil conseguiu reduzir significativamente a diferença na renda **per capita** em relação aos países desenvolvidos. Nesse período, poucos países cresceram tanto quanto o Brasil. Crescer parecia ser o nosso destino”. Depois, ele faz outras considerações e lembra que o Brasil agora está crescendo a taxas extremamente baixas, incompatíveis com suas potencialidades. Diz ainda: “Não é possível se conformar com desempenho tão modesto. É preciso retomar o crescimento acelerado. É perfeitamente possível resgatar a taxa de crescimento da ordem de 5% a 6%, sem comprometer a estabilidade econômica”. E acrescenta: “Estudo recente do Banco Mundial acerca do crescimento dos países da América Latina mostra que com políticas econômicas adequadas o Brasil poderá reencontrar a trajetória de crescimento do passado, isto é, 7% ao ano. Mas, para isso, o que se impõe fazer? Qual seria o diagnóstico? Primeiro, porque o Brasil sofreu uma grande redução na taxa de investimento; depois, porque o custo de investimento subiu” – e V. Ex^a lembra também como estão crescendo os gastos públicos. Portanto, segundo o ex-Governador Geraldo Alckmin, que tem como candidato a vice-Presidente o Senador José Jorge, os principais problemas a serem resolvidos são: resgatar a capacidade de investir, reduzir o custo do investimento, aumentar a produtividade na economia. Nobre Senador Paulo Octávio, V. Ex^a, que é a um só tempo político – aliás, de uma família mineira, e Minas oferece tantos políticos ao Brasil – e empresário, uma pessoa que conhece bem os problemas do País, traz, com o seu discurso, novas achegas que possam convencer a sociedade da importância do voto no dia 1º de outubro, um voto que venha dar novos rumos para o Brasil.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Marco Maciel, acolho o seu aparte com muita simpatia.

Quero realçar que o Brasil precisa conhecer o plano de governo de Geraldo Alckmin e José Jorge. A população precisa saber o que esses dois grandes brasileiros querem para o futuro do País. E o Brasil, infelizmente, não teve ainda essa oportunidade porque estamos às vésperas da eleição e não houve debate efetivamente, porque o Presidente Lula a eles não compareceu. Faço votos que ele vá ao debate programado para esta semana e que possamos ter segundo turno, Senador José Jorge, para ouvirmos, assistirmos, presenciarmos um debate importante entre os dois candidatos que estão preferencialmente nas pesquisas. Vai ser o momento de discutir plano de

governo, o que, infelizmente, não se dá no Brasil; ninguém discute plano de governo, discutem-se pessoas. E o plano de governo de Geraldo Alckmin e José Jorge é infinitamente superior, é propositivo, acrescenta muito para o futuro.

Tenho certeza de que, se fizerem esta eleição Alckmin e José Jorge, o Brasil vai pular no **ranking** mundial, vai pular. Com certeza, nosso índice de competitividade global vai melhorar de posição. É o que temos que fazer.

Concedo um aparte ao ilustre futuro Vice-Presidente do Brasil, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Paulo Octávio, em primeiro lugar, gostaria de dizer também das minhas preocupações com esses temas que V. Ex^a aborda hoje em seu pronunciamento nesta Casa. Qualquer Governo que tenha um mínimo de competência técnica tem que procurar trilhar o seu caminho em cima dessas variáveis que fazem com que o País possa ser comparado internacionalmente. Na área social, temos o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, que precisa melhorar – o Brasil está muito mal colocado nesse índice. Na área de educação, temos também os exames internacionais em que o Brasil normalmente ocupa os últimos lugares do ponto de vista de qualidade da sua educação. Nesse pronunciamento de V. Ex^a, temos a questão da competitividade global, o que permite a um País ter um crescimento estável, um ritmo de crescimento que se possa prever para o futuro. Ocorre que, no nosso País, o Presidente Lula – que é o mais megalomaniaco do Governo – sempre diz que o Brasil vai crescer 5%, 6% ao ano. É o chamado espetáculo do crescimento. E esse espetáculo não vem. No início do ano, fala-se em crescimento de 4%; vêm o Ipea e o Banco Central dizendo que será 4%; o mercado diz que será 3,8%. Depois vai caindo, caindo. Perto do final do ano, o mercado já começa a dizer que vai ser menos de 3%. É o que acontece agora. Quer dizer, o mercado já está vendo que o Brasil não vai crescer mais que 3% este ano. No ano passado, crescemos 2,3%. No primeiro ano do Governo Lula, praticamente não houve crescimento. O País caminha de forma a ser cada dia menos forte; ao contrário do que ocorre com outros Países que estão aproveitando este momento bom do comércio internacional, do desenvolvimento mundial. O mundo vai crescer, este ano, 5%. Nós vamos crescer menos de 3%. É um absurdo! Um País em desenvolvimento tem que crescer mais do que os Países desenvolvidos. Esse índice de competitividade global mediu muito bem, diga-se de passagem. Nós, brasileiros, estamos vendo que o que piorou no Brasil foi, primeiramente, o gasto do Governo. O Governo Federal, no ano passado e principalmen-

te neste ano eleitoral, ampliou muito os seus gastos correntes para fazer política com esse dinheiro; todos os programas que poderiam trazer votos tiveram seus recursos duplicados, triplicados. Foram bilhões de reais mal aplicados em sua maioria. Então, o Governo tem que melhorar a qualidade do gasto público, mas essa não é uma preocupação que este Governo demonstrou. Em relação à corrupção também notou-se o que todos no Brasil viram: que o índice de corrupção nos Governos sempre existiu. Não vamos negar que outros Governos tiveram problemas de corrupção – não só aqui no Brasil, em qualquer lugar do mundo –, mas não corrupção generalizada, sistêmica, como neste Governo, em que aparece um escândalo por dia. No meu computador, Senador, tenho uma relação que circula pela Internet, dos cem maiores escândalos do Governo Lula. Vivo atualizando. Não aumento o limite de cem; tiro um e coloco outro. Toda semana tenho que tirar dois escândalos, que já são pequenos comparados com os atuais, e insiro dois novos. Eu pensava que agora, na semana eleitoral, não haveria mais escândalos para adicionar. Pensei que o último seria o das cartilhas. Mas, depois do das cartilhas, veio o do dossiê, que é um dos mais graves porque implica uma atividade criminosa, aliás mais de uma atividade criminosa. Na realidade, estão comprando um dossiê contra os adversários, o que na realidade é um jogo sujo na campanha. Em segundo lugar, há dois petistas de quarto escalão com R\$ 1,75 milhão em dinheiro. V. Ex^a, que é empresário, sabe que não é fácil andar com essa quantia no bolso, mesmo para quem tem esse dinheiro. Mesmo um rico que tenha R\$10 milhões no banco não vai conseguir tirar R\$ 1,75 milhão e andar com esse valor numa mala. Ou seja, isso é crime. Há organização criminosa funcionando, mas, infelizmente, não se chega à autoria. O Presidente Lula pode dizer, quando quiser, porque ele sabe quem foi porque são os amigos dele que fizeram isso. É só chamar esses caras lá, promover um churrasco e perguntar a ele onde foi que arranhou esse dinheiro. A população brasileira quer saber isso antes da eleição. É muito importante que essa informação chegue a toda a população brasileira antes da eleição. Até sugeriria que o Presidente Lula comparecesse ao debate e aproveitasse para dizer de onde veio esse dinheiro. Porque, depois do debate, não há mais campanha eleitoral; de forma que não se poderá usar isso na campanha. A campanha eleitoral acaba antes do debate. Então, ele diz no debate, e todos ficamos sabendo. Aí a população poderá decidir melhor o seu voto. Creio que V. Ex^a tem absoluta razão. Essas organizações internacionais sabem ver as coisas. O Brasil piorou nove posições devido à piora na qualidade do gasto público – é verdade, sabemos

disso aqui também – e porque aumentou a corrupção – o que é mais do que verdade, sabemos disso também. Muito obrigado.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Meus cumprimentos ao Senador José Jorge, que mostra, nesse aparte, conhecimento profundo do Brasil, além do preparo e da qualificação para ser efetivamente nosso Vice-Presidente da República.

É triste. No momento em que toda a campanha do candidato a presidente é baseada em economia, é bom mostrar ao Brasil o caderno de economia de um jornal importante como **O Globo**, que publica que tudo o que está sendo dito é balela: o Brasil está perdendo posições. O crescimento que eles apresentam de 2%, 3%, 4% do Brasil é muito aquém de todos os Países emergentes. O Brasil cresce menos do que vários Países da América Latina. O Brasil está crescendo muito menos que os Países asiáticos, que estão crescendo 10%, 11% ao ano. Nós aqui estamos crescendo 3% e achando que descobrimos a pólvora; achamos que estamos em um crescimento extraordinário. É isso o que acontece, Sr. Presidente Marco Maciel. Estamos mal informados. O mundo todo tem uma onda de crescimento global que beneficiou todos os países. O Brasil cresceu naturalmente nos últimos três anos; mas cresceu em números bem menores do que todas as outras economias. Esta matéria de hoje mostra a realidade: o Brasil andou para trás; o Brasil cresceu ao inverso; demos um passo para trás em vez de crescer para frente.

É triste porque isso reflete no futuro, isso reflete no Brasil. Quando o Brasil torna-se menos competitivo, todos os investimentos que poderiam estar entrando no Brasil vão para outros países, o que é ruim para as futuras gerações.

Em relação à carga tributária, essa não pára de crescer, atingindo mortalmente a nossa capacidade de viver, de crescer, de respirar, de nos desenvolver em todos os níveis.

Recentemente, fiz um pronunciamento desta tribuna a respeito da minha proposta para a criação do imposto cidadão, que foi batizado de imposto único – tema de Proposta de Emenda à Constituição que apresentei em março de 2003 e que tramita ainda hoje na Comissão de Constituição e Justiça, aguardando somente parecer do nobre Senador Jefferson Péres.

Neste mesmo pronunciamento, volto a denunciar os malefícios do sistema tributário brasileiro que, diga-se de passagem, todos criticamos, mas aceitamos.

É um sistema anacrônico que cria esse tipo de monstro comum na política brasileira, como caixa dois, três ou quatro. Um sistema em que o Governo finge que cobra e os sonegadores fingem que pagam,

pois a arrecadação mesmo, o Poder Público vai buscar apenas junto aos assalariados.

Cumprimento todos esses jovens que estão aqui nos visitando hoje. Muito obrigado pela presença de vocês aqui. Parabéns!

O Portal Tributário fez um levantamento e nos dá conta da existência de 74 tributos diferentes, entre impostos, contribuições, taxas e outros tipos de contribuições.

Mas o que me traz novamente ao tema é a reportagem que acabo de mencionar aqui. A matéria de **O Globo** analisa, em detalhes, uma pesquisa do IBPT, onde é mostrado que a carga tributária, em alguns Estados, teve aumento de 21% nos últimos anos, entre 1999 e 2005. Em valores absolutos, a arrecadação dos Estados foi de R\$ 67 bilhões, em 1998, e de R\$ 173 bilhões, 7 anos depois. Veja que absurdo, Presidente Marco Maciel: R\$ 173 bilhões!

Segundo o texto da reportagem, assinada pelo jornalista Aguinaldo Novo, “na esteira das privatizações, os governadores aproveitaram para criar ou elevar tributos, preferencialmente em três setores: energia elétrica, comunicações e petróleo”.

Ainda, segundo a reportagem: “na média do País, estes três itens – energia, comunicações e petróleo – representavam 30% da arrecadação total de ICMS em 1998, o equivalente a R\$ 18 milhões”.

No ano passado, o peso desses três itens cresceu para 41,79% (R\$64,690 milhões) – ou seja, uma alta de 35,1% só no ano passado.

A reportagem de **O Globo** mostra ainda que foi na região Sudeste onde a carga tributária teve crescimento menor, de 13,54%.

Na região Centro-Oeste, onde vivemos, o crescimento foi de 41,84%. Em São Paulo, a variação no período pesquisado foi de 8,39%.

De acordo com o Presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT, Sr. Gilberto Luiz Amaral, o Estado de São Paulo “acordou para a guerra fiscal a partir de 2003”. De lá até hoje, o ex-Governador Geraldo Alckmin, nosso candidato à Presidência da República, editou 44 medidas de desoneração de impostos.

Veja que coisa impressionante: 44 medidas que diminuem os impostos! Quero aqui cumprimentar, Senador José Jorge, o candidato Geraldo Alckmin, que editou 44 medidas no Governo de São Paulo, desonerando a carga tributária. Veja que sensibilidade teve o Presidente Geraldo Alckmin! E foi o único Estado que fez isso.

Todos sabemos que a carga tributária é um empecilho ao crescimento da economia brasileira e um entrave ao desenvolvimento e à distribuição de renda.

Outra informação estupefaciente da reportagem é a carga tributária nas três esferas de Governo: federal,

estadual e municipal. No primeiro semestre deste ano, bateu em 39,41% do PIB contra 39,16% no mesmo período de 2005, o que significou um recorde histórico.

Por último, Sr. Presidente, há na reportagem um **box** com o título de **Impostômetro**, mostrando que “o contribuinte brasileiro já pagou R\$600 bilhões – repito, R\$600 bilhões!!! – em impostos federais estaduais e municipais e até o final do ano deverá pagar algo em torno de R\$800 bilhões contra R\$731 bilhões em 2005.

Oitocentos bilhões, nós, contribuintes brasileiros, vamos pagar agora neste ano de 2006. São números extraordinários que nos fazem refletir muito sobre o assunto.

As páginas de economia de **O Globo** de hoje – como se o jornal estivesse dando continuidade à reportagem sobre carga tributária – mostram que o Brasil está menos competitivo do ponto de vista econômico no **ranking** mundial.

O Relatório de Competitividade Global 2006-2007, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, mostra o que já falei aqui: o Brasil caiu nove posições, enquanto países como Costa Rica, Jamaica, República Dominicana, Paquistão, Bolívia e Camboja, dentre outros, elevaram seus índices de competitividade.

Com a perda de nove posições, o Brasil manteve-se na lanterna entre as quatro economias emergentes com maior potencial de crescimento. O ambiente para negócios no Brasil piorou drasticamente em função da crise política – alimentada pelos gastos públicos e pela corrupção, o que transforma o Estado brasileiro em “obeso e ineficiente”. Obeso e ineficiente!

Então, Sr. Presidente, este é o clima desanimador – desanimador! – em que se encontra a economia brasileira: aumentos constantes da carga tributária, falta de crescimento econômico e falta de competitividade de nossas empresas no mercado mundial.

Por todos esses motivos é que vejo como uma necessidade histórica um debate mais aprofundado sobre o futuro do nosso País, com a realização – e aí que é importante – de um segundo turno. É fundamental neste momento o Brasil ter tempo para refletir. É o momento de refletir sobre dossiê, sobre esses dólares encontrados, sobre a diminuição da competitividade. É importante um debate firme entre Geraldo Alckmin e Lula. O Brasil quer saber o pensamento dos dois.

É crucial! Por isso faço um apelo ao povo brasileiro para que, efetivamente, compareça. O Senador Marco Maciel, que preside esta sessão, já fez este pedido: Brasileiros compareçam para votar.

Vamos votar, mas, principalmente, vamos refletir sobre a necessidade de termos no Brasil o segundo turno, para que o Presidente Lula e o candidato Geraldo

Alckmin possam debater o futuro do nosso País, com seriedade, com compostura, com honestidade.

É isso que a sociedade brasileira quer e espera dos dois candidatos.

Concedo, com muita satisfação, o aparte ao Senador Marcos Guerra.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador Paulo Octávio, V. Ex^a ontem fez um aparte quando que eu estava presidindo a sessão e tocou no mesmo assunto de extrema importância: o segundo turno. O País passa por um momento que considero crítico: enquanto outros Países emergentes estão crescendo, o Brasil, que também é um País emergente, está ficando na lanterna do crescimento. Têm acontecido vários escândalos, dos quais, infelizmente, a população não está dando conta devido às eleições para Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador e Presidente da República. Acredito, Senador, que o segundo turno vai dar oportunidade à população de realmente optar pelo melhor. Hoje lamento. Digo aqui, até como líder empresarial, que não posso admitir que um Presidente da República, com tantos fatos acontecendo à sua volta, não saiba de nada. A população realmente precisa participar daqui para frente, no segundo turno, ouvindo debates entre os dois candidatos, para, a partir daí, ter uma definição que levará o Brasil à frente. Lamento pelo pífio crescimento do Brasil. Hoje, alguns segmentos, principalmente aqueles que empregam mão-de-obra de forma intensiva, tais como: de confecção, de vestuário, de móveis, do agronegócio, enfrentam sérios problemas. Infelizmente, o Governo do Brasil não tem dado a atenção que esses segmentos merecem. Parabenizo V. Ex^a pelo seu pronunciamento e, mais uma vez, afirmo a importância do segundo turno, quando, então, os principais candidatos partirão para o debate e assumirão, ou não, a responsabilidade por alguns atos que estão sendo cometidos no Brasil. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Obrigado, nobre Senador Marcos Guerra.

Quero realçar o que comentei no meu pronunciamento, quando V. Ex^a não estava presente. O candidato Geraldo Alckmin foi o único Governador, dentre todos dos Estados brasileiros, que tomou medidas para reduzir a carga tributária. Ninguém mais teve essa coragem.

S. Ex^a foi o único Governador de Estado brasileiro que teve a coragem de tomar medidas reduzindo a carga tributária, que é inibidora do nosso crescimento, que leva o Brasil para fora da competitividade global, de que tanto necessitamos.

Por isso, é importante essa reflexão. Ninguém sabe disso. Talvez, se fizermos uma pesquisa hoje, descobriremos que ninguém sabe quem foi o Governador que teve coragem de reduzir carga tributária. Foi Geraldo

Alckmin. Nós sabemos aqui, mas o povo não sabe. E é importante levar essa informação à população brasileira, o que faço agora na tribuna do Senado Federal.

Muito obrigado, Senador Marco Maciel. E cumprimento V. Ex^a. Hoje dei uma entrevista ao **Correio Braziliense** e tive a ousadia de mencionar o seu nome como uma das pessoas que muito colaboraram para o entendimento no Distrito Federal, com um gesto de desprendimento político, de humanismo, um gesto de conciliação e de busca de preocupação e responsabilidade social com a cidade e com o Brasil.

Aprendemos muito com V. Ex^a, e eu, particularmente, tenho muita gratidão por seus conceitos. É oportuno, justamente hoje, quando foi publicada a minha entrevista no **Correio Braziliense**, poder ter V. Ex^a presidindo a sessão do Senado Federal.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Octávio, o Sr. João Batista Motta, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Nobre Senador Paulo Octávio, quero cumprimentá-lo pela entrevista e dizer que V. Ex^a deu uma grande contribuição ao entendimento político que se realizou no Distrito Federal e que certamente será reconhecido nas urnas do próximo dia 1^o.

Cumprimentos a V. Ex^a pelo trabalho que realiza aqui e que certamente vai realizar posteriormente no Executivo do Distrito Federal.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta, da representação do Espírito Santo no Senado Federal.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, saudoso ex-Vice-Presidente deste País, homem brilhante da grande terra que é Pernambuco; Sr^{es} e Srs. Senadores, quero usar esta tribuna para fazer um apelo ao povo brasileiro para que medite sobre alguns erros que nós, eleitores, já cometemos no passado. Quem não se lembra da eleição de Collor, oportunidade em que o povo brasileiro deixou de votar em Mário Covas, talvez o segundo homem deste País, depois de Juscelino, nos últimos tempos? Eu queria que o povo brasileiro não se esquecesse disto: deixamos de votar em Mário Covas para votar em Lula e Collor; depois, elegemos Collor. De lá para cá, vejamos o que vem acontecendo com o nosso País.

Neste momento, o Brasil vive um momento ímpar, uma oportunidade muito grande de escolher aqueles que têm condições de conduzir um País da dimensão do nosso.

Vejam bem: o nosso candidato a Vice-Presidente quem é? Um professor universitário, graduado em universidades do mundo; um homem que se formou em engenharia; um economista; um homem que foi Ministro, sem alardes e com muita competência; um homem que foi Deputado Federal por vários e vários anos e que hoje é um Senador que orgulha esta Casa e o País. Refiro-me ao Senador José Jorge, de quem todos nos orgulhamos por tê-lo nesta Casa.

O candidato a Presidente evidentemente dispensa apresentações: um homem que, aos 22 anos, ocupou a Prefeitura do seu Município e fez uma grande administração – é lembrado até hoje; um médico que honrou a sua profissão e é querido entre os seus colegas; não foi médico apenas de fachada, foi um excelente profissional, principalmente para a população mais pobre; foi Deputado Federal e exerceu o mandato de maneira ímpar, como todo o País sabe; foi, depois, Vice-Governador, amigo sincero e companheiro de todas as horas do grande Mário Covas, como já falei aqui; Governador de São Paulo – e que governador! Brasileiros, procurem saber as condições das estradas e dos hospitais de São Paulo; a luta que esse Governador travou combatendo a corrupção, combatendo a violência em seu Estado, enfrentando cara a cara, investindo maciçamente para combater a violência.

Porém, não se trata de um projeto para um Estado. Bandido de São Paulo, quando combatido lá, vai para o Rio de Janeiro; quando combatido no Rio, vai para o Espírito Santo; quando combatido no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e São Paulo, vai para Minas Gerais; e por aí afora. Precisa-se de uma política nacional, precisa-se de uma política exercida por um presidente que tenha pulso, que saiba administrar, que tenha experiência administrativa, que tenha currículo para comandar as diretrizes de um país como o Brasil.

E o Geraldo Alckmin e o José Jorge o que estão querendo, Sr. Presidente? Estão querendo exatamente que o dólar seja valorizado diante do nosso real, para que o brasileiro possa exportar, para que possamos gerar emprego aqui no Brasil, não na China! O nosso Presidente atual não tem condições de enxergar sequer isso.

O que querem José Jorge e Geraldo Alckmin? Querem gerar emprego no Brasil. O que querem mais? Querem menos impostos. O Geraldo já fez isso em São Paulo. Vejam o currículo do homem! Geraldo Alckmin e José Jorge sabem que o Brasil precisa de menos burocracia. Ninguém suporta mais a burocracia brasileira!

Um caminhoneiro que se desloca do Espírito Santo para Belém do Pará ou para Recife tem que parar em vinte ou trinta barreiras, humilhado por todos os fiscais onde pára. Esse cidadão não tem prazer de ser brasileiro nem tampouco de votar em ninguém. Isso tem de acabar. Se não há “Mercobrasil”, para que Mercosul? Para quê? Que o diabo o carregue! Precisamos ter liberdade primeiro aqui dentro deste País!

O que eles querem com isso? Eles querem o crescimento econômico, eles querem uma agricultura forte, eles sabem o que está sofrendo o homem do campo. Um Presidente sem currículo não tem condições de enxergar essas coisas. Eles querem melhores estradas. Eles querem melhores portos. Eles querem combater a corrupção.

Senador Marco Maciel, que imagens vemos na televisão no dia-a-dia? São membros do PT e do Governo sendo presos nos camburões e nos aeroportos, ora com dinheiro nos hotéis para comprar dossiê, ora com dinheiro na cueca, dizendo que venderam verduras, ora pegando 50 milhões emprestados no Banco Rural – aliás, não pegaram coisa nenhuma, é mentira, foi uma maneira de acobertar o pagamento da compra de meia-dúzia de parlamentares desonestos que se venderam ao Governo Federal.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Perfeitamente, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Motta, em primeiro lugar, agradeço-lhe os elogios que V. Ex^a fez, mas penso que a parte mais importante do pronunciamento de V. Ex^a não é a dos elogios, mas a de suas considerações em relação à atuação do Governo do Presidente Lula. A organização internacional que classificou, quanto à competitividade internacional, o Brasil algumas posições para trás o fez por conta, em primeiro lugar, do aumento e da má qualidade do gasto público no Brasil e, em segundo lugar, da corrupção. Hoje, a corrupção no Governo é sistêmica. Não é uma “corrupçãozinha” nesse ou naquele ministério, é uma corrupção que envolve todo o Governo, assessores do Presidente, do Partido, enfim, tudo e todos. Para nós, que estamos mais perto, o que irrita neste Governo, mais do que a corrupção, é a mentira. Temos que admitir que apenas uma em cinco ou dez operações é descoberta. Quer dizer, deve haver muitas operações como a do dossiê ou a do dólar na cueca. Quantos outros dólares foram transportados na cueca e não foram descobertos? Quantas operações desse tipo foram feitas e não foram descobertas? Mas, quando é descoberta, o que mais irrita é a mentira. Em vez de reconhecer e punir, o que o Presidente Lula faz? Passa a mão na

cabeça: é o “nosso Delúbio”, são “os meninos”. Sempre são tratados com carinho aqueles que não cumprem o que deveriam cumprir. E o Governo sempre procura dar uma desculpa para conseguir caracterizar como um crime menor. Quando se praticou o crime do mensalão, disseram que não era mensalão, mas caixa dois. Com relação à compra de dossiê, dizem que é caixa dois, que é crime eleitoral. Na realidade, tudo isso é crime. Então, se essa pesquisa sobre a competitividade internacional levasse em conta a mentira – leva em conta a corrupção, mas não a mentira –, tenho certeza de que o Brasil não teria caído apenas nove posições, mas umas vinte. Nunca vi um governo contar tanta história que não seja verdadeira. Vou citar exemplos ocorridos na campanha eleitoral. Primeiro, publicaram a foto de uma refinaria de Pernambuco que não existe; está prevista, porém não há nenhum tijolo colocado lá. Em segundo lugar, o Presidente visitou a ONU, onde fez um discurso burocrático, num dia difícil para ele, porque foi exatamente quando se descobriu a compra do dossiê. Ele foi para Nova York, mas imagino que sua cabeça tenha ficado aqui administrando isso. Ele fez um discurso, em português, evidentemente, que não causou maior entusiasmo a ninguém. Ninguém aplaudiu seu discurso; ele terminou burocraticamente. Dois ou três discursos depois falou Kofi Anan, Secretário-Geral da ONU, que está saindo da Organização. Kofi Anan, com seu discurso de despedida, foi aplaudido por todo o plenário de pé. O que o programa eleitoral do Presidente Lula fez? Exibiu o discurso de Lula proferido naquela ocasião e o aplauso a Kofi Anan, como se Lula tivesse sido aplaudido de pé na ONU. É uma burla ao eleitor. Lula não foi aplaudido sentado e nem de pé. Tudo bem, não era importante que ele fosse aplaudido de pé, nada disso. O importante aí é a mentira, o engodo, utilizar-se do programa eleitoral para mentir, para dizer uma coisa que não aconteceu. Isso é muito grave, pois o programa eleitoral é feito para que se diga a verdade. Infelizmente, o Presidente Lula não está dizendo a verdade em seu programa eleitoral. Mais do que a corrupção, acho que este Governo se caracteriza por sempre inventar histórias que não são verdadeiras. Muito obrigado.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)
– Agradeço, de coração, o aparte do Senador José Jorge.

Continuando, quero dizer que a Justiça mandou prender os criminosos no caso da compra do dossiê, mas eles não foram presos. A alegação é de que a lei protege o período pré-eleitoral, o que equivale a dizer que a lei quer proteger as eleições. O que tem a ver com isso a prisão de pessoas que cometeram o crime antes do período proibitório? Acho que não tem nada

a ver uma coisa com a outra. Deviam estar presos, prestando esclarecimentos, para se evitar que amanhã, se porventura o Presidente Lula for reeleito, ele tenha que enfrentar, talvez, um **impeachment** após a sua reeleição, caso o esclarecimento desse crime chegue às portas do Palácio. Seria bom que isso fosse esclarecido antes.

É um alerta que faço ao povo brasileiro, principalmente ao povo do meu Estado que não vê campanha nas ruas, pois não tem campanha no interior deste País, onde só há campanha do Presidente, porque se trata de uma reeleição, e há cargos comissionados espalhados em todos os rincões do País, e a Oposição, evidentemente, aquela Oposição que é séria, que não tem dinheiro para jogar fora, para gastar horrores em suas campanhas, fica alijada de poder exercer o direito de fazer campanha.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o povo que está nos ouvindo neste momento tem que ficar alerta quanto àquilo que deve fazer no dia das eleições: votar em quem tem currículo perfeito, em homens ilibados, homens sérios, homens direitos ou votar em quem não tem currículo? Ou votar em quem não teve condições de conduzir este País? Votar só porque ele se diz pobre, defensor dos pobres? Não! Que o brasileiro fique acordado, porque aqui no Brasil temos nada mais nada menos que um Hugo Chávez. Temos aqui alguém populista, incapaz de conduzir um país da grandeza do Brasil, com as riquezas que possui. Com tantos pobres, tantos miseráveis, tanta falta de educação, tanta falta de saúde, os governos só se preocupam em cobrar cada vez mais tributos e mais impostos para realizar obras que não nos levam a absolutamente nada, porque o que é importante não se faz.

Presidente Marco Maciel, todos os nossos portos estão sucateados, todas as nossas estradas estão acabadas e ninguém pode viajar por elas porque os assaltos são constantes. A violência atingiu patamares jamais vistos na nossa história. E isso vai continuar assim? É isso que o brasileiro quer para os filhos, para os netos? Não é possível! Acho que, neste momento, o brasileiro tem a responsabilidade, mais do que nunca, de levar este País para mãos boas, mãos sérias, de gente que tem competência de conduzir um país como o Brasil, que sinta amor, carinho pelos produtores nacionais, seja pelos que produzem soja, feijão, arroz e milho, seja por aqueles que produzem roupas, calçados, seja por aqueles que produzem automóveis, eletrodomésticos. No Brasil, temos que pôr na cabeça que temos que remunerar bem a produção, temos que fazer como os países europeus têm feito: remunerar bem a produção e, depois, dar um salário compatível para que o cidadão possa usufruir de tudo de bom que o nosso País produz. É essa a política

que este País necessita. Precisamos de uma reforma política – sobre a qual não vou falar hoje – de envergadura, uma reforma tributária de envergadura. Precisamos acabar com a burocracia. Temos que enfrentar, que ter coragem, que arriscar nosso mandato, mas temos que fazer força para que este Brasil encontre os seus verdadeiros caminhos, aquilo que o povo mais necessita, porque, do jeito que a coisa anda, não há mais para onde ir. O abismo está à nossa frente e bem mais perto do que podemos imaginar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador José Jorge, da representação de Pernambuco no Senado Federal, por 20 minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a megalomania do Presidente Lula parece não ter limites, em especial quando se vê açoitado por denúncias envolvendo pessoas muito próximas, como ocorreu nos casos do mensalão, dos sanguessugas e, agora, no chamado **dossiegate**.

Ele diz exatamente o seguinte: “Nunca antes se fez tanto neste País, sobre qualquer coisa”. Vem agora dizer que traição igual a que ele sofreu só a de Tiradentes e a de Cristo.

Deixando de lado a impropriedade histórica ao se comparar com a figura do mártir Tiradentes e o sacrilégio de tentar ombrear-se com o Filho de Deus, a lógica do Presidente Lula demonstra-se incoerente com os fatos que tenta camuflar.

No “Painel do Leitor” da edição de hoje da **Folha de S. Paulo**, há trecho de uma interessante carta do Sr. Jaert Jacó Sobanski – não o conheço –, que, a meu ver, sintetiza muito bem essa inconsistência da lógica lulista diante dos fatos.

“Os traidores de Cristo e de Tiradentes visavam benefícios próprios. O primeiro [o traidor de Cristo, Judas], pôr dinheiro no bolso [os chamados trinta dinheiros]; o segundo, a tranquilidade de não ser sentenciado”. Quer dizer, ele não queria ser preso.

“Os pseudotraidores de Lula, diferentemente, arriscaram suas cabeças procurando exclusivamente o benefício do presidente. Não são traidores; são amigos do peito. Ao repudiá-los, o presidente revelou-se ingrato. E, se sabia, ele é que traiu os amigos”.

São situações, Senador Marco Maciel, completamente diferentes. Quando alguém trai o outro, o faz em benefício próprio, como ocorreu no caso citado pelo Presidente Lula. Na fato específico, essas pessoas ditas

traidoras não foram traidoras, mas companheiros que tentaram ajudá-lo; certamente, se tivesse dado certo, o Presidente Lula estaria muito feliz com eles. Então, se alguém traiu, foi o Presidente Lula, que está traindo essas pessoas que se meteram nesse imbróglio.

O Sr. Jaert tem toda razão. Algumas das acepções para o verbo trair, segundo o Dicionário Houaiss, são: “iludir, enganar por traição, atraiçoar, demonstrar infidelidade a, abandonar de maneira traiçoeira, deixar de cumprir uma promessa ou compromisso, deixar de corresponder à expectativa”.

Os pseudotraidores de Lula, de fato, não se encaixam em qualquer uma dessas definições, porque não são traidores. Estavam cumprindo missões partidárias ou missões de interesse da campanha do Presidente da República. De repente, como se diz no jargão policial, a casa caiu.

Um dos trechos das mensagens trocadas por telefone entre o detido na Polícia Federal, Valdebran Padilha, e o então diretor do Banco do Brasil – dois petistas – foi o seguinte: “Estou na Polícia Federal de São Paulo. Me ajude”. Se pediu ajuda, tinha certeza de que alguém de cima poderia intervir e liberá-lo.

Quando do escândalo do mensalão, ao ver-se envolvido em atos criminosos praticados por companheiros, o Presidente Lula veio a público dizer que estava sendo traído, mas negou-se a dizer por quem. Quando somos enganados, nossa reação natural é denunciar os fatos reais e as pessoas, para que a verdade se estabeleça. Com Lula, não foi assim. Nunca disse quem era o traidor e não afastou ninguém de seu Governo. Os que saíram o fizeram por espontânea vontade, alguns deles recebendo afagos públicos de Sua Excelência.

Recentemente, o ex-Presidente do PT José Genoino, um dos denunciados pelo Procurador-Geral da República, encontrou-se na surdina com Lula no Palácio do Planalto – dentro do Palácio do Planalto. José Dirceu e Delúbio Soares, segundo a imprensa, continuam atuantes e ativos no Governo Lula e são peças importantes na campanha da reeleição. Verdadeiros traidores não têm tratamento *VIP*. Os que são realmente traídos querem distância de pessoas tão abjetas.

No escândalo do dossiê para prejudicar as candidaturas de Alckmin e Serra, o Presidente elegeu diletos companheiros, para, de novo, servir como fusíveis e serem descartados, evitando que a crise caísse no colo de Lula.

O sempre amigo Deputado Ricardo Berzoini, atual presidente do Partido dos Trabalhadores e ex-ministro de Lula, foi escalado para ser o boi de piranha. Ele já tinha uma ficha corrida de bons serviços ao PT e a Lula e recebeu o encargo de ser “o chefe dos meninos aloprados”.

Aliás, em relação ao Deputado Berzoini, penso que haja uma incoerência nessa decisão de tirá-lo do comando da campanha. Senador Marco Maciel, se o Deputado Ricardo Berzoini, por ter cometido uma irregularidade, um crime de tentativa de compra ou de participação na compra de um dossiê com dinheiro vivo, R\$1,75 milhão – que não é pouco dinheiro; não é R\$1 mil, nem R\$2 mil, é R\$1,75 milhão –, não serve para ser coordenador da campanha do Presidente Lula, por que deverá servir para ser presidente do PT?

Das duas, uma: ou ele é inocente – o que confesso que não é – ou isso não é importante, e ele pode continuar exercendo as duas funções, de presidente do PT e de coordenador da campanha do Presidente. Se ele não serve para coordenador da campanha do Presidente, servirá para presidente do PT? Quer dizer, alguém que comete uma irregularidade, alguém que comete um crime pode presidir o PT? É esse o raciocínio? É isto que está ficando claro para o povo brasileiro: não serve para uma coisa, mas serve para outra.

Um homem íntegro reagiria com veemência ao sofrer uma acusação de prática criminosa que não cometera, mas Berzoini resumiu-se a declarar: “Se Lula falou, está falado”. Um pseudotraidor não seria mais cordato.

Se há algo que se deve reconhecer nas hostes petistas é a disposição para a auto-imolação, uma atitude quase suicida, em prol da preservação do poder lulista, no estilo dos homens-bomba do Oriente Médio, nem que essa fidelidade canina redunde numa ordem de prisão, como aconteceu ontem contra seis fiéis seguidores de Lula.

A Justiça Federal de Mato Grosso mandou prender os petistas Valdebran Padilha, Gedimar Passos, Jorge Lorenzetti, Osvaldo Bargas, Expedito Veloso e o pau-para-toda-obra de Lula, Freud Godoy. Só faltou Ricardo Berzoini. Foi pedida prisão para todo o resto – o Procurador pediu e o Juiz concedeu.

O mais interessante, Sr. Presidente Marco Maciel, foi a declaração do Sr. Geraldo Pereira, Superintendente da Polícia Federal do Mato Grosso, que disse o seguinte sobre as prisões: “Entendemos que essas pessoas não estão dificultando a investigação, o que denota que a gente comprova que determinadas pessoas estão pegando carona na nossa investigação; querem apenas criar fatos e talvez até tumultuar nossa investigação”.

Ora, ele disse isso na televisão. Eu o ouvi. É a primeira vez, Sr. Presidente, que vejo um delegado da Polícia Federal não querer que se prendam os criminosos. Os Srs. Valdebran Padilha e Gedimar Passos, os dois, foram presos em São Paulo num hotel com R\$1,75 milhão, *cash*, em real e – o que é mais grave ainda – em dólar. Todos sabem que dólar não é a mo-

eda do País e que é proibido andar com dólar no bolso. Mas eles não estavam com o dinheiro no bolso, não. O dinheiro estava numa mala, porque R\$1,75 milhão não cabe numa malinha 007; só cabe em mala de viagem, dessas malas que se despacham no avião. Então, eles estavam com esse dinheiro todo.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador Marcos Guerra.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – V. Ex^a está comentando o assunto acerca do R\$1.750.000,00. Para mim, qualquer cidadão que anda com R\$10 mil no bolso, em dinheiro vivo, já é suspeito. Atualmente, a facilidade de se transferir recursos de lá para cá é muito grande: TED, ordem de pagamento, transferência via computador, essas coisas todas, não é? No entanto, uma pessoa é pega com R\$1.750.000,00, e ainda não se descobriu a origem do dinheiro. Portanto, eu chamo a atenção para o fato de que, acima de R\$10 mil, é muito dinheiro para um cidadão transportar na mala, a não ser quando viaja para o exterior. E se quiser carregar US\$4 mil ou US\$5 mil tem que declarar. Fora isso, ele passa a ser um cidadão suspeito. A não ser que saia da empresa para fazer um pagamento com duplicatas ou algo mais, com o dinheiro já teleguiado. Mas viajar de avião ou se hospedar em hotel, ele passa a ser um cidadão suspeito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O que eu estranho é a declaração do Superintendente da Polícia Federal. Não sei se V. Ex^a estranha também. Porque, se ele é o Superintendente da Polícia Federal, a Polícia Federal está fazendo a investigação a passo de tartaruga, exatamente para que fique para depois da eleição. A grande idéia é não descobrir nada antes da eleição, o que, a meu ver, mela a eleição. O Presidente Lula tem a obrigação de, independentemente da Polícia Federal, dizer de onde veio esse dinheiro.

Sua Excelência é amigo de todas estas pessoas: Valdebran Padilha; Gedimar Passos; Jorge Lorenzetti, churrasqueiro do Presidente há mais de 20 anos; Osvaldo Bargas, que, na eleição passada, também participou de um grupo de contra-informação para montar denúncias contra adversários; Expedito Veloso, que é Diretor de Risco do Banco do Brasil – imaginem, em qualquer banco do mundo, até um tamborete, um banco pequeno, o diretor de risco é um técnico, o técnico mais conceituado do banco, porque é quem vai dizer para quem o banco deve emprestar ou não –; e Freud Godoy, uma espécie de segurança, o faz-tudo de Lula.

O Presidente Lula, portanto, não precisa da Polícia Federal para investigar de quem era esse dinheiro. Sua Excelência tem de chamar essas pessoas lá e dizer:

“Venham cá, vocês estão metidos nisso. Vocês foram pegos com o dinheiro. Não tenho o que dizer ao povo brasileiro. Vocês foram pegos com R\$1.750.000,00 no bolso e na mala. Faltando uma semana para a eleição, ninguém pode votar sem saber de onde veio esse dinheiro. Então, vocês têm de me dizer para eu dizer ao Brasil. Vou convocar uma entrevista coletiva para sexta-feira”.

O Presidente Lula não quer que a Oposição use isso na campanha. Tudo bem. A campanha acaba na quinta-feira, com um debate na TV Globo. Sua Excelência vai ao debate e anuncia que, na sexta-feira, vai dizer de onde veio o dinheiro. Que coloque todos eles sentados, não precisam ser presos. Valdebran, Gedimar, Jorge Lorenzetti, Osvaldo Bargas, Expedito Veloso e Freud Godoy são pessoas de Lula. Que o Presidente os chame no comitê central da campanha e expliquem ao Brasil e ao mundo de onde veio esse dinheiro.

Se Sua Excelência fizer isso, até que merece que alguns brasileiros que têm admiração por ele votem nele; se não fizer, estará enganando o Brasil inteiro. Ele tem que dizer isso antes da eleição, sob pena de o pleito ficar **sub judice**, sob suspeita. Enquanto não disser isso, é o principal suspeito no caso. Porque é muito dinheiro. Dá para acreditar que um bando de segundo e terceiro escalão consegue mobilizar R\$1.750.000,00 em dinheiro? Isso é coisa de gente importante, de primeiro escalão, de Ministro, de Presidente da República. Não é para esse pessoal. Se dissessem que estavam com R\$10 mil no bolso, eu diria: “Tudo bem, eles têm condição”; R\$50 mil, R\$100 mil, tudo bem. Mas R\$1.750.000,00, não têm!

Portanto, o Presidente Lula, até anunciar de onde veio o dinheiro, é o principal suspeito. Como é que ele diz que vai mandar investigar? Não é ele que deve investigar. Quem deve investigar é o Poder Judiciário. Não é a Oposição nem os Partidos da Oposição. Quem tem que investigar é o Poder Judiciário, que realmente tem isenção para investigar, e não o Delegado da Polícia Federal, que está aborrecido porque prenderam os suspeitos. Suspeitos não, porque a maioria nem é suspeita; a maioria foi pega com dinheiro, foi pega em flagrante. Agora vem dizer que não podem ser presos por causa da eleição. Isso é um absurdo. A Lei Eleitoral foi feita para proteger o eleitor contra a perseguição política. Essas pessoas não têm que ser protegidas. Vamos supor que Fernandinho Beira-Mar fugisse da cadeia. Ele ia ficar solto até terça-feira? Ninguém poderia prendê-lo só por causa da Lei Eleitoral? Tem lógica essa lei? A lei é para proteger, mas não pessoas que andam com R\$1.750.000,00 no bolso. Eles foram presos em flagrante, com dinheiro no bolso.

A meu ver, eles deveriam ser presos, mesmo com essa lei.

Lula os chamou de “meninos aloprados”. Chamá-los de “meninos aloprados” não impressionou a Justiça, pois, como todos sabemos, de “meninos” não têm nada. São pessoas que ocupavam posições estratégicas no Governo Lula.

Um era Diretor do Banco do Brasil; outro, do Banco do Estado de Santa Catarina; um, redator do Programa de Governo de Lula; outros, tesoureiro e advogado do PT. Finalmente, o mais importante deles, o Secretário Particular de Lula, sobre o qual foram feitas todas as gestões no sentido de alijá-lo do escândalo devido à grande proximidade do Presidente da República.

Na verdade, o Sr. Freud Godoy é com quem ele se preocupa. Por quê? Porque Freud Godoy é aquele que faz ginástica com o Presidente, até no filme sobre a campanha, **Entreatos**, ele aparece. Quer dizer, é uma pessoa ligadíssima a Lula. E Gedimar Passos, no primeiro depoimento que prestou à Polícia Federal, antes de combinarem o depoimento – porque agora, com ele solto, o depoimento é todo combinado –, disse que quem deu a ordem para ele realizar essa operação foi o Sr. Freud Godoy. O Sr. Freud Godoy desmente. Mas, no momento do aperto, é que a pessoa diz a verdade. Se a pessoa está apertada, presa, a primeira tendência é dizer a verdade. Uma semana depois, já vai inventando uma história. Portanto, a história inicial é muito mais verdadeira do que a de hoje.

Como comentei ontem, para saber exatamente quem são os mentores desse crime, qual é a origem do dinheiro, quem são os corruptores e, agora, envolvidos num crime eleitoral que pode custar a reeleição de Lula, bastaria que Sua Excelência chamasse seus amigos e pedisse que revelassem as tramas ilícitas.

Como eu disse, basta o Presidente Lula convidar todos eles para irem ao Palácio. Sua Excelência poderia convocar uma entrevista coletiva, que pode ser na sexta-feira pela manhã. Um belo dia. A campanha eleitoral terá terminado, e o Presidente Lula poderá divulgar o que todos querem saber: de onde veio o dinheiro.

Se não o faz, é porque, com certeza, não interessa a Lula que os fatos sejam elucidados, pois isso pode deixar seu Partido e sua candidatura em situação ainda pior. Mas a verdade sempre aflora, e, no momento oportuno, a Justiça e a sociedade farão o julgamento devido.

Ao não se responsabilizar pelos atos de seus subordinados, chamando-os de “meninos”, Lula confirma sua incapacidade de formar um Governo competente e decente. Não é sem razão que, no guia eleitoral de ontem, ele prometeu que, se reeleito, teria uma equipe de

trabalho melhor. Pior também não poderia ser. Uma equipe pior do que a do atual Governo não poderia ter.

Vamos raciocinar. No início do Governo, ele tinha dois tripés: um no Governo e outro no Partido. O tripé do Governo era José Dirceu, cassado pelo Congresso Nacional; Luiz Gushiken, que se meteu em pelo menos cinco escândalos – o último foi o dos dois milhões de cartilhas, pagas e não impressas –; e o Ministro Antonio Palocci, que usou a máquina do Governo para quebrar o sigilo de um simples caseiro, e contou quinhentas mentiras para se livrar daquilo em que estava envolvido. Esse tripé do Governo foi destruído pela corrupção.

E existia um tripé no Partido, formado, primeiramente, por Genoino, que também teve que se afastar por estar envolvido no valerioduto, e que, inclusive, teve um irmão envolvido na questão dos dólares na cueca; o segundo tripé, Delúbio – desse não é preciso nem falar –, é talvez o mais notório; o terceiro, o Silvinho, que foi também afastado por estar envolvido no valerioduto, em nomeação de corruptos para cargo público e por receber também um Land Rover de uma empresa prestadora de serviços a Petrobras.

Na verdade, o Governo foi dizimado, tanto do lado do Executivo quanto do lado do Partido.

Quando Lula diz que teria uma equipe melhor, na realidade, não dá para ser pior nem para ser igual. Quer dizer, ninguém conhece hoje um Ministro de sua equipe. Se eu perguntar a qualquer Senador qual o nome do Ministro da Saúde, do Ministro dos Transportes, ninguém sabe, inclusive os do Governo. Assim, não dá para montar um Governo pior do que este. Nisso, ele tem razão.

Sr. Presidente, se for reeleito, ele vai montar um Governo melhor, porque não tem como montar uma equipe pior do que essa.

Por vias indiretas, ele reconheceu sua incompetência administrativa e que não confia na atual equipe que o cerca.

E se de fato quer melhorar a equipe, deveria começar substituindo o Ministro da Cultura, Gilberto Gil. Um grande artista, por sinal, mas, como Ministro, pisa na bola de vez em quando.

Em declaração na Suíça – veja bem, ele foi falar isso na Suíça; podia ter falado no Brasil, mas foi falar na Suíça –, quando representava o Brasil numa conferência sobre propriedade intelectual, ele declarou: “A corrupção é percebida como prática comum. Corrupção não impede a cidadania. A prática é sistêmica e, ainda que seja condenada, acaba sendo aceita pela sociedade”. Ou seja, o Ministro está dizendo que a corrupção é generalizada e que a sociedade a aceita.

Isso ele estava dizendo para explicar o percentual de votos do Presidente Lula nas pesquisas.

Ele acha que o Presidente Lula tem um alto percentual de votos nas pesquisas não porque ele defenda o Presidente e diga que ele não é corrupto, mas porque a sociedade aceita a corrupção, que a sociedade acha certo que a pessoa seja corrupta. Eu não acho isso, e a sociedade está vendo, cada vez mais, o que está acontecendo. No momento em que ela for verificando e for comprovando essa corrupção, vai mudar, e uma eleição muda-se em 24 horas.

Lembro-me da última eleição na Espanha. Lá, o PP, Partido Popular, estava à frente em todas as pesquisas. Faltando três ou quatro dias para a eleição, houve um ato terrorista lá: explodiram uma estação de trem e muitas pessoas foram mortas. O Governo, que era do PP à época, acusou o ETA, organização terrorista, como autor do atentado. O que aconteceu? A sociedade não acreditou que tivesse sido o ETA, pois os métodos não eram parecidos com os usados pelo ETA. Assim, a eleição que parecia ganha, por dez pontos à frente, foi perdida em dois dias. Depois, comprovou-se que não tinha sido o ETA. Mas, o Governo deu a desculpa errada e perdeu a eleição.

O fato de faltar três dias, quatro dias, dois dias, um dia, meio dia para a eleição – e um candidato estar à frente – não quer dizer que ele vá ganhar, pois o que vale mesmo é o voto na urna. A sociedade brasileira a cada dia está se convencendo de que, se votar a favor de um Governo com práticas como essa de compra de dossiê, ela está dizendo, em resumo, que o crime compensa.

Segundo destacou o jornal **O Estado de S. Paulo**, no editorial de hoje, essa declaração do Ministro da Cultura é condizente com as práticas do atual Governo.

“O que Lula ensinou aos seus eleitores, à medida que se sucediam os escândalos no seu governo, foi que a corrupção ‘é uma prática comum’ que todo mundo pratica. O que ele condenou na ação criminosa dos seus companheiros não foi a ação criminosa em si – isso é outra coisa importante, Presidente: ele não condenou a ação criminosa –, mas o fato de terem sido apanhados com a boca na botija”. Quer dizer, ele achou ruim não porque os “caras” foram comprar o dossiê, não porque levaram dinheiro vivo; ele achou ruim o fato de eles terem sido pegos, de a Polícia Federal pegá-los com R\$1,7 milhão.

E conclui afirmando: “Não é um ‘erro’, como ele [Lula] classifica as bandalheiras de seus ‘companheiros’. É, sim, um crime”.

A declaração de Gilberto Gil é muito grave pelo que sinaliza para a sociedade. Um verdadeiro, como disse a jornalista Dora Kramer, “vexame internacional”.

No Governo Itamar Franco, uma declaração do Ministro da Fazenda Rubens Ricupero, de que “o que é bom a gente fatura, o que é ruim a gente esconde”, foi suficiente para afastá-lo do Governo, sob os brados moralistas de Lula e dos petistas, que, àquela época, acreditavam na verdade.

Agora mesmo, Sr. Presidente, na Hungria, está havendo a maior crise política, porque gravaram uma conversa do atual Primeiro-Ministro, em que ele disse a um grupo de Deputados que, para ganhar a eleição, eles iam mentir de manhã, mentir de tarde e mentir de noite. Isso gerou uma crise política com revolta popular na rua. Aqui, o Ministro Gilberto Gil diz isso, e não reagimos. Mas vamos reagir, porque, antes de ir à rua, o melhor é reagir na urna, votando contra esse estado de coisas.

Agora, na Presidência de Lula, os aliados não só fazem declarações estapafúrdias, como realizam toda sorte de desmandos sem que as faces de Lula se ruborizem.

Ao concluir, gostaria de voltar a cobrar de Lula a elucidação das tramas criminosas praticadas no seu Governo para prejudicar as candidaturas e Alckmin e de Serra.

Até agora não sabemos a origem do dinheiro e quem são os envolvidos. Essas revelações em contagotas da Polícia Federal estão parecendo mais manobras protelatórias, para que a verdade dos fatos não venha a público antes do dia 1º de outubro. Está aí.

Eles também disseram hoje, Senador Marco Maciel, outra coisa interessante: que os dólares saíram de Miami para um banco em São Paulo. Essa aqui me parece uma história para ganhar tempo. Vejam: ele disse que o dinheiro foi depositado num banco e, depois, foi retirado. Primeiramente, há uma irregularidade grave quando se traz dinheiro de Miami para um banco no Brasil.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, somente explicarei esse passo.

Vem esse dinheiro para um banco no Brasil. Chega aqui, esse dinheiro é depositado em dólar num banco. Depois de depositado, tem que ser sacado em real e, então, com dinheiro em real compram-se os dólares. E quando recebe o dinheiro que vem com aquela tarja, no caso, do Banco Central americano, o que tem que se fazer? Tem que se contar o dinheiro, porque nenhum banco recebe dinheiro em pacote. Então, tem que tirar a tarja do outro banco, colocar na máquina que conta o dinheiro e colocar a tarja desse banco. Não colocará a tarja do outro banco.

Então, tudo faz crer que essa questão do dólar é uma espécie de “Operação Uruguai”, Senador Heráclito Fortes. Eles estão agora ganhando tempo; já faz doze dias e nada é esclarecido. Eles estão ganhando tempo exatamente para montar uma “Operação Uruguai”.

Será que não vai aparecer alguém que diga que doou esse dinheiro? Será que uns três ou quatro empresários desses que recebem benesses do Governo não vão dizer que o dinheiro era deles?

Eles já não mostraram a foto do dinheiro, o que é algo inédito. Agora, o delegado está preocupado, porque os suspeitos foram presos. Isso dava um filme de faroeste. Gosto muito de filmes de faroeste, mas nunca vi um filme de faroeste em que o xerife ficasse preocupado quando o bandido é preso. Então, isso é uma nova história, da qual se poderia criar um filme, porque é um caso inédito: um delegado da Polícia Federal preocupado com a prisão de bandidos.

É impossível que, passadas duas semanas, não se saiba de onde vieram os dólares e os reais, num total de mais de R\$1,7 milhão, e principalmente que não se saiba quem deu o dinheiro e qual o trânsito dele pela contabilidade do PT, se é que não se trata de caixa dois.

Concedo um aparte ao nobre Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Jorge, essa versão, apresentada de maneira apressada para justificar parte dos dólares desta operação, parece-se muito com a justificativa que aquele Sr. Guimarães, lá do Ceará, usou em São Paulo, quando foi pego com dólares na cueca: “produto da venda de verduras na Ceasa em São Paulo”. Ora, é uma versão apenas para que resista até o dia 1º. Se esses dólares tivessem vindo diretamente para o banco em São Paulo, para que existiria o Banco Central? A área internacional do Banco Central é quem interna e é quem reexporta dólar.

Ela teria, obrigatoriamente, de ter de ter passado pelo Banco Central, ou pela Agência Central, em Brasília, ou por São Paulo, aonde ele chegou, e internado. Ou seja, vamos admitir que, num gesto de enorme confiança, porque pode ser que haja esse gesto de confiança interbancário, a instituição brasileira recebesse a remessa americana. Ela tinha, por obrigação, de carimbar a etiqueta com o registro da sua agência e a data da chegada. Será possível que esse pessoal acha que está falando com idiotas neste País? Qualquer etiqueta de movimentação bancária, quando entra no sistema interbancário – na maioria das vezes, é o Banco do Brasil, por autorização do Banco Central, quem faz isso –, mostra exatamente o percurso do dinheiro. A norma mais comum na internação é a recontagem e a substituição da etiqueta que saiu dos Estados Unidos por uma etiqueta de um banco brasileiro. Essa versão

não resiste, porque não tem nenhum fundo de verdade. V. Ex^a disse muito bem: parece um filme de faroeste. Naturalmente, V. Ex^a deve estar se remetendo ao filme “O Dólar Furado”, filme que encantou muito a geração dos anos 60, Senador Marco Maciel, em que Giuliano Gemma atirava de costas e acertava...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – No dólar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não, na coroa da Estátua da Liberdade. Esse pessoal está brincando com os brasileiros. É um deboche o que se está fazendo! É preciso que haja uma declaração firme do Banco Central. A omissão do Sr. Meirelles é vergonhosa. Um homem tão experiente não podia ficar calado diante disso, porque desmoraliza a instituição do Banco Central. Poderia, inclusive, dar uma declaração amanhã me acusando, dizendo que estou sendo leviano, mas deveria dizer alguma coisa. O que não pode é o Presidente do Banco Central, que veio de bancos estrangeiros, combatido pelo PT a vida inteira, em face de suas origens, ficar conivente com uma situação como essa. Quero, de público, homenagear o Ministro Márcio Thomaz Bastos, que está usando suas prerrogativas de criminalista, e, infelizmente, não de Ministro da Justiça. Como criminalista, tem sido perfeito: ao longo desses três anos, tem evitado que muito bandido vá para a cadeia.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Do Governo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É evidente. É o seu **habitat**, Senador José Jorge, ora com medida dessa natureza, ora indicando ex-colegas seus de escritórios, ou estagiários futuros para defenderem essa gangue que está aí. Quero parabenizar o Ministro Márcio Thomaz Bastos, não por ser Ministro da Justiça deste País, um Ministro republicano, mas por ser o melhor criminalista que o Brasil tem. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. Concordo com V. Ex^a.

Gostaria de acrescentar que, na verdade, nós, da Oposição, ficamos abismados como tudo isso aconteceu. Outro dia, vi o programa eleitoral do Presidente Lula sobre segurança, Senador Marco Maciel. O programa dizia que a Polícia Federal fez isso, fez aquilo, e que nunca um rico foi preso no Brasil, só no Governo de Lula. Eu queria saber – o Senador Heráclito Fortes poderia até esclarecer – quem desses bandidos do PT que cometeram irregularidades foi preso. Quem foi o bandido do PT que foi preso? Não conheço nenhum. Todos os que foram acusados ou pegos cometendo irregularidades foram até absolvidos, com o Palácio do Planalto trabalhando fortemente para absolvê-los no plenário da Câmara dos Deputados.

Todos se lembram da dança da Deputada Ângela Guadagnin, comemorando a absolvição de um mensaleiro, uma dança que ficou conhecida como a

“dança da *pizza*”, porque ela estava, naquele momento, comemorando a absolvição de mais um petista. Todos foram absolvidos e todos são candidatos por São Paulo. Outro dia, os jornais publicaram declarações de outros petistas não-envolvidos com esses esquemas, reclamando da disponibilidade de dinheiro que aqueles envolvidos no esquema tinham e que, portanto, como a disputa é interna dentro de cada partido, eles estavam em desvantagem para ser eleitos. Particularmente, estavam reclamando da disponibilidade financeira do ex-Ministro Antonio Palocci.

Esse programa diz que a Polícia Federal prendia “a”, “b” ou “c”, mas, na verdade, a Polícia Federal nunca prendeu um petista. Delúbio e Marcos Valério nunca foram presos. Esses foram presos por engano, eu acho. A Polícia Federal os viu com dinheiro, mas já foram soltos. Agora, o delegado está com peninha deles só porque o juiz designou novamente a prisão deles.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de tudo o que já sabemos, resta uma certeza: foi cometido um crime eleitoral contra a candidatura de Geraldo Alckmin e um crime de utilizar recursos para comprar um dossiê. A sociedade brasileira deve ser completamente informada antes da eleição, antes do dia 1º de outubro, e os criminosos punidos exemplarmente, sejam quem for, estejam onde estiverem, inclusive e principalmente se estiverem no Palácio do Planalto.

Amanhã, quinta-feira, teremos o último debate da campanha. Nós, da Oposição, queremos que o Presidente Lula compareça ao debate. Até agora, ele não compareceu a nenhum debate, nem às entrevistas nos principais jornais do País. Ele quer ser reeleito sem debater com a sociedade brasileira. Queremos que ele vá, mas antes chame seus companheiros – Jorge Lorenzetti, Freud, o Diretor do Banco do Brasil – e diga: “Agora, vamos dizer à sociedade brasileira de onde veio esse dinheiro, quem deu esse dinheiro a vocês e quem os mandou comprar esse dossiê”. Se não fizer isso, infelizmente, ele não poderá merecer o voto dos brasileiros no dia 1º de outubro.

Então, o apelo é este: vamos levar a eleição para o segundo turno, vamos fazer com que a votação real e efetiva possa ser feita no segundo turno, quando essa questão já estiver esclarecida. Aí, sim, quem for Lula vota de consciência tranqüila. Mas, agora, no meio dessa acusação, acho que mesmo aquele que é Lula vai votar envergonhado e de consciência pesada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, Senador Heráclito Fortes, representante do Piauí no Senado Federal, desejo registrar a presença, na nossa tribuna, do General-de-Brigada Ricardo de Mattos Cunha,

que está servindo no Ministério da Defesa e chefia a assessoria parlamentar e que se faz acompanhar de vários coronéis assessores parlamentares.

Portanto, com os nossos cumprimentos, queremos registrar a presença dos ilustres convidados.

Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, por vinte minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero começar o meu discurso transcrevendo, Senador Tasso Jereissati, palavras do Presidente Lula ao povo brasileiro. Ele diz textualmente:

A hora que eles tirarem as minhas pernas, eu vou andar pelas pernas de vocês; a hora que eles tirarem os meus braços, eu vou gesticular pelos braços de vocês; a hora que eles tirarem o meu coração, eu vou amar pelo coração de vocês.

Estou começando a me emocionar, estou com medo de ir às lágrimas.

E a hora que eles tirarem a minha cabeça, eu vou pensar pela cabeça de vocês.

E vai além. O Presidente está lendo:

Eles deveriam ter aprendido com Tiradentes. Não basta matar, não basta esquartejar, não basta salgar a carne e pendurar no poste. Porque a carne você mata e ela apodrece, mas as idéias estão perambulando pelas brisas deste País querendo liberdade, querendo direito, e isso nós temos de sobra para dar.

Só faltou aqui dizer: vender ou comprar.

Sr. Presidente, será que o Sr. Lula, quando fala em morte, refere-se à morte de Celso Daniel ou à do Toninho do PT? Porque a Oposição brasileira, no momento, não é dada à violência, não é dada à truculência; só é dada ao direito de se indignar com o que acontece no País.

As idéias desse Governo naturalmente perambulam nas sarjetas, nos prostíbulos; elas não perambulam nas academias, nas tribunas nacionais, nem tampouco perambulam nos lugares que as pessoas de bem freqüentam.

Quais são as idéias desse Governo que servem de exemplo ou dignificam uma sociedade? Perambula a idéia do mensalão? A prática do dólar na cueca? Quais são os exemplos de que o Presidente fala nesse seu choroso depoimento?

Comparar-se a Tiradentes é ofender e agredir Minas Gerais. Tiradentes deu a vida, juntamente com uma plêiade de brasileiros, para evitar a derrama e para evitar que os recursos brasileiros – o ouro, a prata – fossem tirados do Brasil, da nossa sociedade, da nossa pátria. O atual Governo tira dinheiro dos cofres públicos para o caixa dois, para a instrumentalização

do Estado. Então, comparar-se a Tiradentes é ofender Minas Gerais.

O silêncio de Minas não pode continuar. Tiradentes é o símbolo de uma geração que lutou pela liberdade. O atual Presidente é o símbolo de uma geração de brasileiros que acreditou, que teve esperança de que, por seu intermédio, se chegaria a governos dedicados à questão social. E o que se viu foi exatamente o contrário. Pregou-se em praça pública, durante vinte anos, a virtude e praticou-se, ao chegar ao poder, a corrupção com destempero, da maneira mais banal que o Brasil viu.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tirar o coração de Lula para quê? Quem quer esse coração, a não ser a turma dele? É um desrespeito ao coração valente que percorre o Brasil inteiro encarnado na pessoa de Heloísa Helena, que tem uma história de vida dedicada ao PT e que foi defenestrada das hostes desse partido porque quis continuar a conviver com um PT que não se dobrava à corrupção.

Como exemplo de quê o Lula pode servir às novas gerações? É muita pretensão. É muita arrogância ou então a certeza da impunidade e a crença de que a Nação está anestesiada e, em alguns lugares do País, escravizada e dependente do dízimo distribuído por meio do Bolsa-Família.

O Presidente Lula, que invoca Tiradentes, escraviza o povo brasileiro e o aterroriza com métodos que esperávamos tivessem sido banidos do País. Ora se compara a Cristo, ora diz que tem um demônio guardado dentro dele – esse demônio é o desejo de fechar o Congresso –, ora compara-se a Tiradentes, e os seus amigos estão mais para Marcola e para Escadinha do que para Beato Salu. Que pena!

Esta é a conjuntura em que vivemos: a Justiça pedindo prisão de envolvidos com dossiê, e o Presidente querendo se fazer de vítima em praça pública.

Senador José Jorge, V. Ex^a precisa ter a dimensão do que ocorre neste País. Senador Tasso Jereissati, peguei em São Paulo um avião, que faria a viagem em 1 hora e 50 minutos, salvo engano, e fui abordado na fila por um cidadão que viria a Brasília me entregar documentos. Eu o poupei do trabalho de vir a Brasília e do gasto com a passagem. O que o cidadão vinha fazer aqui? Entregar-me denúncias sobre uma ONG. Eu não sei mais o que fazer com tantas denúncias que estamos recebendo envolvendo ONGs no Brasil, todas elas com ligações com o aparelho cuja sede principal é o Palácio do Planalto.

Eu sou muito cauteloso e atento quando recebo essas denúncias. Queria, inclusive, que as pessoas de São Caetano me ajudassem a mostrar se isso é verdade ou não. A ONG, Senador José Jorge, chama-se

Politeu e, por coincidência, fica em um prédio vizinho ao comitê do Professor Edgar, candidato a Deputado Estadual, cunhado de um dos membros da ONG.

Porém, o mais estranho de tudo, Senador Tasso, é que a ONG é do Sr. Hamilton Lacerda, coordenador de campanha do Sr. Aloizio Mercadante em São Paulo. Algo me é estranho: o mesmo Aloizio, que rapidamente demitiu aquele cidadão, não sabia das andanças do Sr. Hamilton Lacerda por essa ONG. Deu-me, então, um pequeno relatório, em que diz que o Sr. Hamilton é a principal liderança do PT em São Caetano do Sul. Concorreu como candidato a prefeito sem sucesso – graças a Deus para o povo de São Caetano –, foi vereador por três mandatos, tentou ainda eleger-se Deputado Estadual e foi coordenador do PT de todo o Grande ABC. Iniciou-se na política – bem orientado, temos de respeitar – pelas mãos de José Dirceu. Era o principal assessor de Aloizio Mercadante. Consta que, após perder a eleição para vereador, passou a ocupar um cargo em comissão na Prefeitura de Santo André.

Sua esposa – não gosto de falar de família – ocupa o cargo de Secretária Adjunto na Prefeitura de Guarulhos – aliás, ocupou, na administração do Sr. Elói Pietá.

Depois relata o envolvimento do Sr. Hamilton em gravações eletrônicas, em ONGs, mostra contratações fictícias no Fundef e sua atuação na Prefeitura de Santo André, no doloroso episódio do Celso Daniel.

Aí, Senador José Jorge, essa ONG recebe recursos da Petrobras, Dr. Tasso, da Petrobras! E recursos do FAT, que pertencem ao trabalhador brasileiro. É preciso saber com detalhes quais os serviços que presta ao povo de São Caetano e ao povo de São Paulo.

No documento, ainda há várias denúncias que já servirão para a nossa CPI. Com certeza, Senador Tasso, hoje já há 18 assinaturas certas e a confirmação de mais 17 ou 18 – tenho de me atualizar, porque vim do aeroporto diretamente para cá.

Em jornais de São Caetano, há mais notícias sobre o Sr. Hamilton. Vou verificar seu conteúdo e prometo aos brasileiros de São Paulo trazê-lo amanhã à tribuna do Senado da República.

O brasileiro, com relação à eleição deste ano, Sr. Presidente, começou a sair do armário! Todo mundo começa a sentir o espírito da eleição; procuram saber quem é o melhor candidato a estadual, a federal, a senador, a governador e a presidente da República. É impressionante como o brasileiro é atento!

Tenho sido bastante procurado para emitir opinião sobre a presença ou não de Lula amanhã, no debate da TV Globo. Creio que Lula vai fazer muito sucesso, porque é a oportunidade que ele tem – a última, já que fugiu de todas as outras – de mostrar que é uma vítima, de mostrar ao País ou que não sabia de nada,

ou que sabia de tudo. Mas o mais importante, Senador Tasso, e que o Brasil aguarda com muita ansiedade, é o encontro de Lula com Heloísa Helena. Deve ser uma coisa histórica, fantástica esse reencontro! Será que Lula vai pedir desculpa a Heloísa Helena pela sua expulsão do PT? Ou será que Lula vai esclarecer os reais motivos dessa expulsão? Será que vão trocar beijinhos, Senador José Jorge, civilizadamente nos bastidores – ou quem sabe diante das câmeras?

Aguardo com ansiedade esse momento. Eu gostaria muito de ver – e quero ver amanhã – a postura do Presidente Lula diante de Heloísa Helena.

Ora, em 1989, Lula tremeu durante um debate, quando o seu atual amigo Collor levou consigo a pasta cor-de-rosa! Quem não se lembra, no Brasil, daquele debate?

Hoje, vi num jornal de São Paulo as fotos do Collor, candidato ao Senado por Alagoas, ao lado de Lula, candidato a Presidente da República.

A memória, o sofrimento e a dor do povo que se danem! O que vale no momento é o interesse eleitoral. Aquilo que passou, passou! Até sou favorável a que não se guarde rancor na geladeira, mas sentimento, vergonha na cara são noções das quais os homens não podem abrir mão.

Senador José Jorge, lamentavelmente, a Liderança do PT não está aqui hoje.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Vamos fazer um apelo, Senador, para que a Senadora Ideli, se ela estiver na Casa, venha ao plenário defender o Governo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Evidentemente seria muito importante a defesa dessa equilibrada Líder do Governo. Mas uma coisa eu digo: ela não está em Santa Catarina, porque, lá, ela jogou a toalha. Sua candidata ao Senado não teve sucesso, candidata cuja campanha ela comanda. Lá ela é chefe da campanha!

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Mas foi ela quem derrotou a candidata, porque ela falou que a candidata era dez vezes pior do que ela!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ave Maria, eu não sabia disso! Mas fica aqui o registro e o agradecimento do Senado da República a essa prova de lucidez da Senadora Ideli.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer!

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador, primeiramente é uma alegria saber que todas as notícias dão conta de que o Presidente Lula vai ao debate. Infelizmente, ele não o fará pelo seu espírito democrático, porque, se assim fosse, ele teria comparecido

ao debate da TV Bandeirantes, da TV Gazeta e não teria ajudado a cancelar os debates do SBT e da Record. Ele teria debatido, para que o povo brasileiro tomasse conhecimento de tudo que está acontecendo no Governo. A esse debate da Globo ele vai, porque percebe que a eleição se encaminha para o segundo turno; ele vai porque tem medo de perder pontos se não for. As pesquisas mostram que o eleitor quer que os candidatos compareçam ao debate exatamente para conhecerem suas idéias. No debate, o Presidente Lula pode responder a tudo: a essas acusações e ao que fez pelo Governo. Ele sempre encontra uma maneira de responder às perguntas. Mas, se ele não esclarecer de onde vieram esses R\$1.750.000,00 que os petistas estavam carregando no bolso, ou na bolsa, ou na mala, ele não fez nada; não esclareceu a sociedade brasileira. O Brasil não pode votar sem saber de onde veio esse dinheiro, e o momento certo para os esclarecimentos é no debate da Globo. Por quê? Porque depois do debate, Senador Heráclito Fortes, não haverá mais campanha eleitoral. Ela acabará no fim desse debate. Portanto, não há nenhuma razão para que o Presidente diga – ou os Ministros – que a Oposição quer usar o debate eleitoralmente. Ora, seria até natural que usássemos isso como arma, pois estamos em campanha eleitoral. Há uma lei que diz que toda despesa eleitoral pode ser paga com cheque. Surpreenderam-se adversários nossos, pessoas da coordenação geral da campanha do Presidente, num hotel, em São Paulo, comprando um dossiê contra nós por R\$1,750 milhão em dinheiro. Em qualquer lugar do mundo, essa candidatura estaria impedida de continuar. Deixamos que ela continue porque acreditamos que poderemos mudar isso pelo voto, mas, em qualquer lugar do mundo, a candidatura estaria impedida, porque é uma grande irregularidade, segundo a legislação eleitoral. Então, seria natural que usássemos esse fato na campanha, em nossos programas eleitorais. No entanto, se ele explicar a origem do dinheiro na quinta-feira à noite, nem no programa eleitoral poderemos usá-lo. Portanto, este é o momento correto. Estamos felizes com a presença do Presidente Lula no debate, mas se ele não disser de onde veio esse dinheiro, não esclarecerá em nada o povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador José Jorge, o ideal seria que esses esclarecimentos fossem prestados pelo Ministro da Justiça amanhã, antes do debate. É dever e obrigação de S. Ex^a, detentor de mecanismos institucionais para isso, prestar esses esclarecimentos.

Lembro V. Ex^a de que, neste Governo, uma pessoa da Liderança do PT pediu, no início da atual legislatura, a criação de uma CPI, que ficou conhecida como CPI

do Banestado, cujo objetivo era apurar movimentações financeiras de brasileiros no exterior.

Ora, escarafunchou-se e bisbilhotou-se a vida das pessoas. O Relator, Deputado José Mentor, foi escolhido a dedo pelo então Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Agora, que exemplo feio dá o Governo, que combateu a evasão de divisas.

Mais uma vez, Senador José Jorge, está provado que os ladrões que se procuram, desesperadamente, em governos passados, não são encontrados porque são novos. Talvez seja por isso que o Presidente os chama de “meninos”. São “meninos” que, quando procurados no governo passado, não são encontrados. Na CPI do Banestado, pegaram, com a boca na botija, o Presidente do Banco do Brasil e um diretor do Banco Central, do atual Governo. Eles não são do governo passado. Os “meninos” aprenderam cedo.

O Presidente Lula, com esse jeito de paizão, deveria mandar todos esses “meninos” para a Febem. O lugar desses “meninos” é na Febem, Sr. Presidente, porque, quando crescerem, assaltarão e lotarão os nossos presídios de segurança máxima.

O que me preocupa e me espanta é que o Presidente Lula, em 20 anos de caminhada, morando em república, viajando pelo Brasil com a Caravana da Cidadania, comendo muito sal, engolindo muita poeira, pela estrada, com essa gente toda, monte uma equipe em que todos estejam metidos em “rolo” e tenham vocação para o cofre público, fazendo voltar o modinha popular que diz: “Se gritar pega ladrão, não fica um, meu irmão”.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agora, se ele tivesse que formar uma nova equipe, o faria com quem? Cuidaria de procurá-la e recrutá-la exatamente nos escalões da criminalidade de São Paulo, do Rio de Janeiro e das grandes cidades. É lamentável isso. É duro de se dizer, mas é a pura verdade.

Sr. Presidente, a voz alta da vizinhança de gabinete do Palácio do Planalto vai fazer o Presidente Lula escutar que os seus amigos estavam cometendo falcaturas. Isso é inaceitável para a Nação.

Concedo o aparte ao Senador Tasso Jereissati, com o maior prazer.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Heráclito Fortes, eu gostaria de comunicar, aproveitando o assunto que V. Ex^a está tratando e se me permitir, que estamos solicitando ao Presidente do Banco Central, juntamente com o Presidente do PFL, uma audiência amanhã, para que ele nos explique algumas coisas que nos estão parecendo nebulosas em relação a esses dólares que estavam na sacola dos

militantes petistas, sob o comando do Presidente do PT, segundo o Presidente Lula. Lembro V. Ex^a que foi dito, nesta Casa e pela imprensa, que o Banco Central afirmou que a entrada desse dinheiro não foi registrada naquela instituição. Sabemos muito bem que esses recursos em dólares – estou falando dos outros, de que não se tem a menor notícia de explicação –, se entraram no Brasil por intermédio de uma casa de câmbio de Miami para serem vendidos a um banco, deveriam antes ter sido registrados no Banco Central. E o Banco Central anunciou que não foram registrados. Então, esperamos ouvir o Presidente do Banco Central amanhã, em audiência, para que ele nos forneça essa informação. Em segundo lugar, se houve a transação do banco com a casa de câmbio, o seu registro deveria ter sido feito. No entanto, não temos notícia de que o Banco Central tenha anunciado esse registro. Na hipótese, na qual não acredito, de existir discordância entre as informações do Banco Central e da Polícia Federal, pediremos ao Presidente do Banco Central a imediata divulgação do nome do banco e do proprietário da casa de câmbio. A operação de rastreamento é facilíma e pode ser feita em duas horas. Se a transação cambial estiver registrada no Banco Central, em duas horas pode-se identificar a casa de câmbio e o banco. Portanto, a segunda hipótese – a de que o Banco Central se enganou e mentiu na primeira vez – significa que a Polícia Federal está omitindo da população brasileira uma informação fundamental para a apuração parcial de um delito cometido pelo Partido dos Trabalhadores, com a conivência ou o comando do Presidente do Partido e a participação de pessoas ligadas diretamente ao Presidente Lula, o que é gravíssimo. É com muita pena que falo isso a V. Ex^a, porque a Polícia Federal é, hoje, uma instituição pela qual temos o maior respeito, principalmente pela sua independência. Ela não pertence a um Governo, Presidente ou Partido. Ela pertence ao Estado brasileiro, portanto, a todos os brasileiros. Será lamentável que a Polícia Federal esteja se prestando a um papel desse neste momento. Vou repetir para se tornar mais claro, Senador Heráclito Fortes: existem duas hipóteses. Primeira: a Polícia Federal está mentindo ou o Banco Central está mentindo, ou ambos mentiram. Segunda: existe a operação, sabem quem é, e a estão escondendo da população brasileira, às vésperas de uma eleição presidencial no País, e envolve diretamente o Presidente da República. Inclusive, o Presidente Jorge Bornhausen me comunicou que, no caso de não poder estar presente, pedisse a V. Ex^a que nos acompanhasse ao Banco Central para fazer um *check-up* da situação e pedir, com todo o equilíbrio que faz parte e requer a nossa atividade política e com firmeza, que

nos passem essa informação imediatamente, porque queremos mostrar à população brasileira.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a vai exatamente ao cerne da questão. É preciso que se saiba quem passou a informação à Polícia Federal. O lógico é que fosse o Banco Central. Mas, Senador Tasso Jereissati, há um fato muito grave nisso tudo. Esse dinheiro precisaria ser internado no País. Em algum momento, vai aparecer o seu dono e o seu autor. Vai aparecer o banco.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Se esse dinheiro foi internado e, portanto, registrado no Banco Central, não há a menor dificuldade em rastrear o banco, a casa de câmbio e quem sacou esse dinheiro. Não há a menor dificuldade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Se o Banco Central diz que o dinheiro não passou pela mão deles...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Então, esse dinheiro é ilegal. É a outra hipótese.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois é, a grande questão é esta: há uma declaração do Banco Central de que o dinheiro não passou por lá e outra, da Polícia Federal, de que o dinheiro passou por lá. Essa história parece muita com aquela de seu conterrâneo, que foi pego também com dólar na cueca, no Ceará.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Mas dólar na cueca nós sabemos que não se registra; cueca não é registrável.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não se registra, mas deixou marca, porque, inicialmente, ele disse que foi dinheiro de verdura, esperando que, no dia seguinte, a sociedade brasileira tivesse esquecido aquele episódio. Há algo grave nisso aí tudo. Se esse dinheiro aparecer e o seu retirante for de Miami, se for residente nos Estados Unidos, ele será preso. Se estiver fora do país, nunca mais porá os pés lá. Será cassado o visto permanente, o visto temporário, o passaporte e o dinheiro confiscado, até esclarecer até a quinta geração onde obteve aquele dinheiro. Isso é o mais grave. E os outros?

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – V. Ex^a me permite mais um aparte, desta vez para o que é raríssimo que é discordar de V. Ex^a num outro ponto?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Concordo com o Senador José Jorge de que existe uma expectativa muito grande da presença do Presidente Lula no debate da TV Globo e que há a expectativa nacional de que ele diga de onde veio esse dinheiro. Acho que, do ponto de vista legal, V. Ex^a tem razão, o Ministro da Justiça já deveria ter explicado; do ponto de vista po-

lítico, é obrigação moral do Presidente da República. Amanhã todos vão lhe cobrar – e todos não são os outros debatedores, mas os milhões de telespectadores que vão estar na expectativa de que o Presidente realmente abra o seu coração tão machucado, segundo os versos que ele tinha lido e que V. Ex^a reproduziu de que se tirem...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Coação manso, diferente do coração da Senadora, que é coração valente.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – É que se ele vier realmente falar de peito aberto à população brasileira para que se esclareça isso, entre outras coisas... Mas, neste momento, é obrigação e há a expectativa nacional de que o Presidente da República, no debate, responda ao povo brasileiro: este dinheiro é de fulano, de beltrano, que foi dado por sicrano; chegou ao PT, que é o meu Partido, passou pelo Freud Godoy, passou pelo meu churrasqueiro, foi ao Presidente do meu Partido, indicado por mim e pelos meus conselheiros, e eu os condeno a todos. Mas ele entrou porque... Até não vi, até não sabia, mas hoje eu sei, nós sabemos que ele sabe. É essa a grande expectativa nacional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Tasso Jereissati, concordo com V. Ex^a apenas quando diz que o Ministro da Justiça poderia explicar, porque não podemos exigir do Presidente Lula uma explicação jurídica para esse fato. Não vamos também levá-lo a um derrame, porque isso é uma coisa detalhada, complicada e não vamos querer que o Presidente Lula explique isso.

O Presidente Lula pode explicar, politicamente, como foi beneficiado e por que a missão foi feita.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Explicar de onde veio o dinheiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exatamente e para que veio. Já o Ministro da Justiça, não. O Ministro da Justiça, que é tão republicano, poderia dar uma explicação técnica e deixar o Presidente mais aliviado, porque desse fato o Presidente não vai fugir no debate.

Senador José Jorge, vejo com muita expectativa o debate de amanhã, porque será um debate de emoções, a começar pelo reencontro de Lula com Heloísa Helena, afastada depois de tantos anos de luta em comum. Vamos ter lágrimas, fiquem certos todos os que estão nos ouvindo.

Concedo o aparte ao Senador José Jorge, com o maior prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Heráclito Fortes, em primeiro lugar, tem uma notícia nova que diz o seguinte – achei-a até um pouco divertida –: “Berzoini vai protocolar queixa contra procurador que

investiga dossiê”. É engraçado, mas enfim... Vou ler a notícia: “Brasília. O Presidente do PT, Ricardo Berzoini, informou que vai entregar na tarde desta quarta-feira uma reclamação contra o Procurador da República em Mato Grosso, Mário Lúcio Avelar, que atua nas investigações da compra do dossiê da máfia das ambulâncias contra políticos tucanos. O PT vai recorrer ao Conselho Nacional do Ministério Público por considerar a atuação de Mário Lúcio Avelar, no caso, irregular”. Ora, Senador Heráclito Fortes, o Procurador Mário Lúcio Avelar é inocente nisso tudo, porque até o delegado já deu uma declaração preocupado, pois os bandidos estavam sendo presos. Senador Tasso Jereissati, eu gosto muito de filme de faroeste, tenho até uma pequena coleção e já assisti a mais de 50 filmes de faroeste na minha vida, desde criança – a alguns já assisti mais de uma vez. Nunca vi num filme de faroeste o xerife preocupado com o bandido, xerife triste porque o bandido foi preso. Hoje vi isso pela primeira vez, e veja que o mundo dá muitas voltas. O procurador está investigando, e só se descobriu isso porque ele pediu a prisão desse pessoal – fez as gravações e pediu a prisão. Esse procurador deveria ser elogiado pelo PT porque descobriu uma trama de que, teoricamente, o Presidente Lula “não sabia”. Esse processo é a maior prova de que eles estão tristes não porque cometeram uma irregularidade, mas porque a irregularidade foi descoberta.

Também gostaria de ressaltar a importância que dou à presença do Presidente Lula nesse debate. Inclusive, discordo de V. Ex^a pela primeira vez, desde que sou Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não vamos dividir as oposições, é só o que lhe peço.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – A Oposição vai ficar dividida, porque, infelizmente, nesse caso, não é o Ministro Márcio Thomaz Bastos que tem de dar as explicações. O Ministro é o criminalista do Governo, com todas essas coisas eu concordo. Aliás, diga-se de passagem, S. Ex^a trabalhou muito. Se houve alguém no Governo do Presidente Lula que trabalhou muito foi o Ministro Márcio Thomaz Bastos. Amanhã, se eu cometer um crime, sem dúvida vou contratá-lo para defender-me.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Se ele deixar o Governo algum dia – e está perto de fazê-lo –, o escritório dele, fique certo, será procurado.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – E todos nós, clientes. Espero não cometer nenhum crime, mas, se cometer, sem dúvida, vou contratá-lo. Acho que desta vez, não estamos dependendo da Polícia Federal. Em outras vezes, nós estávamos, mas desta vez, não. Veja bem, citei neste instante o nome dos seis envolvidos, e todos são do PT, todos são de dentro da casa do Presidente

Lula. O homem do chuveiro, Lorenzetti, na realidade, era o churrasqueiro; é quem hospedava o Presidente Lula em casa. Ele sabe de onde veio o dinheiro. Então, o Presidente Lula tem de chamar essas pessoas e perguntar: de onde veio esse dinheiro? Vamos esclarecer o povo brasileiro. Não posso deixar que chegue o dia da eleição, não posso submeter-me a julgamento pelo povo brasileiro, sem esclarecer isso. Está aqui o nome de todos: Ricardo Berzoini, personagem lulista até o extremo; Expedito Afonso Veloso, diretor do Banco do Brasil, indicado por Lula; Jorge Lorenzetti, amicíssimo, irmão; Oswaldo Bargas, também antigo, participou da contra-informação da última vez; Freud Godoy, de todos, o mais íntimo, tem um escritório na casa do Presidente; Gedimar Pereira Passos, contratado do Lorenzetti para fazer espionagem dos adversários; Valdebran, o menos íntimo, porque é do Mato Grosso, mas, de toda maneira, importante no Estado, pois era uma espécie de tesoureiro; e Hamilton Lacerda, aquele que é a segunda pessoa do Senador Aloizio Mercadante. Então, é só fazer uma pequena reunião, de preferência até um churrasco. Chama-se o Lorenzetti, que assa aquela costela, daí se chega à conclusão. E, amanhã, no debate, ele conta a história para o Brasil; assim ele vai para a eleição de consciência tranqüila. Chegará o dia da eleição, e quem for votar em Lula o fará de consciência tranqüila. Do jeito que está, mesmo o eleitor de Lula vai ser um eleitor envergonhado, encabulado, de consciência pesada, por votar em um presidente que sabe de onde vieram os R\$ 1,75 milhão em dinheiro, mas que não quer contar ao Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador João Batista Motta, antes de conceder um aparte ao Senador Tasso Jereissati, lembro um ditado popular, que afirma que, em briga de grande, quem perde sempre é o pobre. E vem um episódio agora para confirmar isso: o Governo, naquela sua cesta básica da construção civil, teve de tirar a alíquota que reduzia o preço dos chuveiros. Não sei se foi coincidência, ou se foi medo de que a palavra Lorenzetti ficasse renitentemente na cabeça de todos os brasileiros, porque, até então, conhecíamos Lorenzetti como chuveiro, aquilo que nos dá água fria ou água quente, de acordo com a necessidade e as condições climáticas.

Esse Lorenzetti é uma ducha de água fria no atual Governo. Por coincidência, eles agora cancelaram o item “chuveiro”. Penso que é para não passar nem por perto do Lorenzetti.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Heráclito Fortes, como Ex^a é acima de tudo um Fortes, vamos continuar a nossa pressão, juntamente com o

Senador José Jorge. V. Ex^a acha que, com a intimidade que o Presidente Lula tem com o “chuveiro” Lorenzetti, com Freud, com Bargas, com Expedito; com a ascensão moral que ele tem sobre o Berzoini...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Com Hamilton Lacerda.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Mas é o Berzoini que ele acusou de ser o principal. E Berzoini, obediente e submissamente, aceitou, baixou a cabeça e disse: “se o Presidente Lula disse, está dito.” V. Ex^a acha que ele ainda não perguntou: “Venha cá, Lorenzetti, venha cá Berzoini – esse é o jeito de falar do Presidente Lula –, de quem é esse dinheiro? De onde veio?” Ele já não sabe? Já não disseram para ele? Então, V. Ex^a acredita que, se ele não sabia, ainda não chamou todos e perguntou? Todos se mostram submissos a ele, como provou o pobre do Presidente Berzoini. Tenho motivos para ter mágoa do Presidente Berzoini, que me fez a ofensa mais dura que se poderia fazer. Hoje tenho pena dele. Homem público, tendo sido acusado por seu companheiro principal, por seu ídolo, baixou a cabeça e disse: “Se o Presidente disse, está dito.” É realmente de dar pena. Nessas circunstâncias, já não contaram a história toda ao Presidente Lula, se é que ele não sabia? V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, concorda comigo?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concordo com V. Ex^a e vou além: o Presidente Lula sabe de tudo e de mais alguma coisa.

Quero saber se V. Ex^a não concorda comigo em um aspecto. O Presidente Lula, nós sabemos, não trabalha há pelo menos 30 anos. Sofreu aquele acidente, coitado, irreversível, e passou a ser líder sindical. Nessa sua liderança sindical, viajou pelo mundo, embarcou com passagens de categoria executiva e de primeira classe, visitou os melhores restaurantes, morou em casas emprestadas, sempre teve uma vida muito além do seu poder aquisitivo e nunca questionou os amigos – esses de agora, pelo menos de que temos conhecimento – sobre quem estava pagando ou de onde vinha o dinheiro? Imagine o Presidente Lula, como um trabalhador, freqüentando o Lido, em Paris, o Lasserre – vejo, de vez em quando, nas revistas, que há em Paris um restaurante com esse nome e creio que seja o que ele freqüenta. Viajou o mundo inteiro, Senador Tasso Jereissati, e alguém pagava para ele. Nunca se preocupou em saber a origem, daí por que perde forças e autoridade para cobrar dos companheiros.

Carlos Lacerda, em um debate fantástico, contou, uma vez, uma fábula francesa sobre um cego e um homem com visão, que resolveram montar uma sociedade em uma vinícola, sendo o primeiro acerto deles o plantio de uvas. Na primeira colheita, encheram um cesto e resolveram fazer o primeiro teste do

sucesso daquela sociedade. Sentaram-se à beira de um rio, sob uma árvore frondosa e fizeram o seguinte acordo: “Vamos provar as uvas que plantamos! Agora – disse o cego –, só há uma coisa: vamos comer uma uva de cada vez.” Fechado o acordo, meia hora depois, o cego irritou-se e disse: “Você está me roubando!” “Como?” “Você está me roubando, ladrão!” E começou a discussão. “Por quê?” “Porque estou, há mais de 10 minutos, comendo duas uvas de cada vez, e você não reclamou; logo, se você não reclama, está roubando mais do que eu!” É exatamente a falta de autoridade e de capacidade que as pessoas que não agem corretamente têm de cobrar do outro.

O caso do Presidente Lula tem uma outra conotação e uma gravidade, porque ele é Chefe de Estado, Chefe de Nação. E ele pecou Senador Tasso quando não puniu o Waldomiro Diniz quando foi pego furtando do Governo brasileiro naquele acordo com bicheiro. A partir daquele momento e que o seu primeiro vizinho de Palácio foi pego roubando, fotografado, ele não puniu exemplarmente. A partir do momento em que não pune exemplarmente dá oportunidade aos outros de seguirem o mesmo caminho. Os ladrões foram se sucedendo e não foram sendo punidos; começa a campanha eleitoral e os ladrões começam a voltar aos palanques para a sua companhia, beijados pelo Presidente, o Presidente a pedir oportunidade, a pedir perdão.

O que levou os companheiros a seguirem neste mesmo caminho? A falta de autoridade do Presidente da República é que gera tudo isso, Senador Tasso, porque é a falta de exemplo, é a falta de punição, é a falta exatamente de mostrar que ao seu lado não há lugar para ladrões, como dizia em praça pública, quando quis se eleger Presidente da República.

Quero que V. Ex^a saiba que quando eu digo que o Presidente da República terá dificuldades, embora tenha obrigação de prestar contas à Nação de tudo isso, é porque a minha memória, graças a Deus, ainda me ajuda. E o Presidente tremeu há anos para explicar ao Brasil porque possuía um inocente serviço de som três em um. Tremeu! Gelou! Amarelou diante do Presidente Collor naquele debate histórico. A fraqueza! V. Ex^a vai ver que a Nação não o perdoará se ele não for a esse debate, porque a Nação não quer ouvir de mim, que sou opositor, nem do Sr. Márcio Thomaz Bastos, que é o seu criminalista; quer ouvir dele. E cabe ao Presidente da República dizer o que sabe, dizer o que sabe sobre o comportamento dos seus vizinhos de trabalho, dos seus colegas de Palácio, sob pena de não ter autoridade sequer de dizer ao Brasil que quer governá-lo por mais quatro anos, já que não tem capacidade de mostrar e de dizer o que aconteceu nesses primeiros quatro anos.

Não há um escândalo que o Presidente da República saiba como aconteceu, quem é o culpado; e, o pior, não há um escândalo que sequer Sua Excelência tenha punido alguém. Os que se afastaram do Governo pediram para sair e os que saíram receberam dele palavra de conforto, palavra de afeto e, em alguns casos, até garantia antecipada de inocência quando, na realidade, provaram que eram culpados e com culpas mais graves do que as que se havia até agora detectado.

Mas, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero agradecer a sua generosidade e quero, Senador Sérgio Guerra, que a minha última palavra seja novamente para reafirmar a minha revolta e o meu protesto pelas comparações recentes do Presidente. A primeira ao comparar-se a Cristo; a segunda, a Tiradentes. Esta comparação a Tiradentes é uma traição à história do Brasil, é um desrespeito. Mas o Presidente tem uma vocação comportamental de seguir Chávez nas suas atitudes violentas, nos seus arroubos e até nas invocações que faz a Cristo num dos momentos mais oportunos.

Sua Excelência precisa saber que, diferentemente do que disse em praça pública, o que lhe falta no momento não são as pernas; o que lhe falta no momento não são os braços; o que lhe falta no momento não é o coração; o que lhe falta no momento é o caráter e a coragem de afirmar ao Brasil que não concorda e não convive com os ladrões que o cercam. Esta olimpíada de que ele tenta aqui participar não é o melhor caminho para Sua Excelência. A solidariedade do brasileiro carrega os que não têm pernas, acode os que não têm braços, chora pelos que não têm coração, mas corre de perto dos que não têm caráter e assaltam os cofres públicos. O brasileiro não aceita, não concorda e não convive com os que dilapidam seu patrimônio. Foi por isso que Tiradentes juntou-se a mineiros e a brasileiros para expulsar os portugueses que levavam nossas riquezas, e não é a comparação que o Sr. Lula faz com Tiradentes que irá redimi-lo dos pecados para com o Brasil e para com sua história. Não podemos, Sr. Presidente, aceitar nem tampouco conviver com isso. O dia 1^o vem aí.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Marco Maciel, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3^o, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2006**, que aprova o ato que outorga permissão à **Alto Astral Produções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão**

sonora em frequência modulada na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Educação, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Marcos Guerra, Leonel Pavan, Sérgio Guerra e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para que sejam publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Estatísticas recentes, resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – a mais importante pesquisa anual realizada pelo IBGE – revelam um fato preocupante: pelo segundo ano consecutivo, cresceu o número de jovens brasileiros de 15 a 17 anos que não estudam.

No ano passado, já eram 1 milhão e 900 mil os adolescentes brasileiros nessa faixa etária que estavam fora da escola, o que nos fez regredir aos números constatados pela pesquisa em 2002.

O crescimento desse contingente de excluídos pode não ter sido grande em termos percentuais, mas o fato é que a taxa aumentou por duas vezes consecutivas, chegando a 18 por cento em 2005.

Estamos diante de uma tendência que merece a atenção imediata das autoridades responsáveis pelo setor educacional, para evitar que o índice continue em expansão. É bom lembrar que desde 1993 vínhamos conseguindo reduzir o número de adolescentes que não estudavam. Se nos últimos dois anos essa curva descendente foi interrompida, certamente é porque estão faltando políticas que permitam o acesso e a manutenção dos jovens nas escolas.

Ampliar o nível de educação da juventude é essencial para reduzir de maneira consistente as desigualdades sociais. Alega-se que o número de jovens fora do sistema de ensino cresceu devido a um aquecimento no mercado de trabalho, que os fez trocar os bancos escolares por oportunidades de emprego.

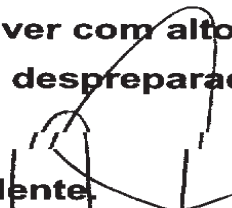
Mas pesquisas desmentem essa suposição, ao demonstrarem que a ocupação nessa faixa etária caiu. Um levantamento feito pelo Dieese, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, mostra que o índice de desemprego entre brasileiros com 16 até 24 anos era de 31,82 por cento no ano passado – quase o triplo do índice nas demais faixas etárias.

A escolaridade média dos jovens brasileiros com idades entre 15 e 24 anos é de menos de oito anos de estudo, enquanto no Chile, por exemplo, chega a 10 anos. Caso seja mantida a velocidade de crescimento dos nossos índices de escolaridade média, precisaremos de 15 anos para alcançar o atual índice chileno. Calcula-se que cerca de 12 por cento de nossos jovens não têm condições de competir no mercado de trabalho, por serem analfabetos funcionais, que não chegaram a completar a quarta série do ensino fundamental.

Garantir o acesso à escola, fazer com que os jovens nela permaneçam e buscar a qualidade na educação devem ser metas permanentes de qualquer política educacional. Recentemente apresentei nesta Casa projeto de lei que institui a jornada escolar de tempo integral no ensino fundamental, ampliando a carga horária das atuais 800 horas para 1.400 horas anuais, destinando pelo menos mil ao efetivo trabalho em sala de aula. Sua implantação gradual – com a posterior extensão para outras etapas da educação básica – proporcionaria benefícios pedagógicos, contribuiria para a inclusão social e para que a educação brasileira desse, finalmente, o salto de qualidade de que tanto necessita.

Não há como pensar em crescimento econômico e em desenvolvimento sustentável sem investimento em educação. Um sistema educacional eficiente é o mais importante entre os instrumentos capazes de assegurar uma sociedade mais justa e inclusiva. Se não detectarmos a tempo nossas falhas e não adotarmos providências para corrigi-las, pagaremos o preço por muito tempo, pois continuaremos a conviver com altos índices de evasão escolar e a formar gerações de despreparados para os desafios do mundo moderno.

Era o que tinha a dizer, senhor presidente,



O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Presidente diz que varre a corrupção”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 30 de agosto do corrente.

A matéria destaca que o presidente Lula afirmou, em discurso, que “ninguém deixará de ser meu amigo porque cometeu um erro”, referindo-se ao fato de que

vários petistas históricos se envolveram em casos de suborno e enriquecimento ilícito.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Presidente diz que varre a corrupção

‘Ninguém deixará de ser meu amigo porque cometeu um erro’

Na única vez em que abordou ontem o tema da corrupção, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse estar fazendo tudo para combatê-la. “No meu governo é assim: não tem lixo embaixo do tapete, doa a quem doer. Varrer é de verdade”, afirmou. Foi ovacionado pela plateia petista.

Menos de um mês depois de ter dito em entrevista ao *Jornal Nacional* que demitiu José Dirceu, da Casa Civil, e Antonio Palocci, do Ministério da Fazenda, Lula adotou um tom de discurso dúbio em relação aos antigos companheiros. “Quem me conhece sabe que eu prezo muito a relação de amizade. Prezo demais. Ninguém deixará de ser meu amigo porque cometeu um erro, porque ficou desempregado e muito menos deixará de ser meu amigo porque eu virei presidente da República”, disse. Em nenhum momento, porém, o presidente citou Dirceu, Palocci ou qualquer outro petista que teve o nome envolvido na crise do mensalão.

Na pajelança, Lula afirmou ter construído uma relação de amizade “muito forte” com os companheiros que ali estavam. “A única coisa que um ser humano leva depois que morre é a re-

lação de amizade que ele deixou”, disse.

Com seis compromissos genéricos, o programa de Lula para o segundo mandato traz como uma das prioridades a reforma do Estado e menciona a necessidade de “transparência e combate à corrupção”. Uma das medi-

‘Ninguém deixará de ser meu amigo porque cometeu um erro’

das citadas consiste em “aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização da execução e da prestação de contas de recursos públicos transferidos, para evitar malversação e assegurar que alcancem os públicos-alvo e os objetivos estabelecidos nos convênios”.

Ao ser indagado sobre o caráter evasivo do enunciado, o presidente do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP), disse que Lula pretender dar “prosseguimento” ao trabalho da Controladoria-Geral da União. ● V.R.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Os bobos da Corte”, de autoria da jornalista Dora Kramer, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 25 de agosto do corrente.

A autora, em seu artigo, critica as declarações do músico Wagner Tiso e do ator Paulo Betti que, para justificarem seu apoio à candidatura do presidente Lula à reeleição, afirmaram que a política se faz sujando as mãos e que a ética não tem importância no jogo do poder. Segundo Dora Kramer, as declarações formam um verdadeiro “festival de alienação, irresponsabilidade social e analfabetismo político”.

DORA KRAMER

dora.kramer@grupoestado.com.br

Os bobos da Corte

Os artistas que agora levantam a bandeira do descaso à ética para justificar seu apoio à candidatura do presidente Luiz Inácio da Silva à reeleição não fazem bem a si nem ao candidato que defendem, e fazem muito mal ao País, pois emprestam sua popularidade ao mau combate.

Lançam diatribes aos políticos, associam-se às justas críticas ao Congresso, mas, tangidos pela pressa de justificar suas posições sem se dar ao trabalho de encontrar argumentos consistentes, não percebem que estão para a classe artística assim como mensaleiros e sanguessugas estão para a classe política.

O festim que reuniu nesta semana em torno do presidente Lula atores, produtores, cineastas e músicos não poderia ter resultado mais diabólico.

Um verdadeiro espetáculo de equívocos, a começar da convocação do ator José de Abreu aos presentes para uma saudação a gente denunciada pelo procurador-geral da República como integrantes de uma “organização criminosa”, passando pelo lançamento do lema “política só se faz com mãos sujas”, de autoria do ator Paulo Betti, tendo como ponto alto a declaração do músico Wagner Tiso de condenação aos indignados com os escândalos.

“Não estou preocupado com a ética do PT, ou com qualquer tipo de ética”, disse Wagner Tiso, informando ao respeitável público que só está preocupado “com o jogo do poder”.

O festival de alienação, irresponsabilidade social e analfabetismo político teve sua culminância no dia seguinte, quando o produtor Luiz Carlos Barreto rasgou de vez a fantasia: “Se o fim é nobre, os fins justificam os meios”, afirmou. Para ele, “inaceitável é roubar”. E acrescentou: “Mensalão não é roubo, é jogo político.”

Artistas defensores do descaso à ética emprestam sua popularidade ao mau combate

Ao senhor Barreto parece não ter ocorrido que o dinheiro do mensalão não brotou em árvores; saiu de empresas estatais – algumas das quais lhes financiam os filmes – ou de bolsos privados em troca dos serviços prestados por tráfico de influência no serviço público. É roubo, portanto.

Para a jornalista, “o dinheiro do mensalão é roubo e, ainda que não fosse, é corrupção, é desvio moral, é dissolução de costumes, é agressão ao preceito constitucional da probidade e da impessoalidade no serviço público, é a negação de princípios indispensáveis às sociedades democráticas e civilizadas”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

E, ainda que não fosse, é corrupção, é desvio moral, é dissolução de costumes, é agressão ao preceito constitucional da probidade e da impessoalidade no serviço público, é a negação de princípios indispensáveis às sociedades democráticas e civilizadas.

Se são essas as companhias com as quais o presidente da República pretende se apresentar ao setor cultural, pobres dos artistas, pois já tiveram como porta-vozes gente de convicções mais altivas.

Cabe apontar que muitos dos que estiveram com o presidente no inacreditável encontro condenaram as opiniões dos colegas. Estavam ali de maneira legítima, emprestando apoio ao candidato que consideram o mais adequado para presidir o País e com o qual têm afinidades políticas.

Um exemplo foi o ator Tonico Pereira. “Não achei legal o que eles disseram. Se você não pensar nisso (a defesa da ética como valor de conduta) como possibilidade, então é melhor desistir, eu persigo a ética na política.”

A convicção de Paulo Betti sobre o imperativo das mãos sujas como prática aceitável, bem como a defesa do valeduto em nome da causa nobre feita por Luiz Carlos Barreto ou a preocupação exclusiva com o “jogo do poder” manifestada por Wagner Tiso mostram total menosprezo pelos esforços de aprimoramento nos quais se engaja a verdadeira vanguarda cultural, social e política do Brasil e avalizam toda sorte de mazelas que infelicitam e atrasam o País.

Além de corroborarem a suspeita de que para certo tipo de gente ética só é boa como marketing eleitoral.

A classe artística está, agora, em situação semelhante à da banda saudável da política: obrigada a reagir se não quiser se confundir.

O problema se apresenta mais grave aos partidários de Lula que o apóiam não porque mandam às favas a moralidade, mas porque concordam com ele, consideram-no o melhor candidato, avaliam positivamente seu primeiro mandato e o vêem como capaz de fazer um bom segundo governo.

Oásis

A decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro de avançar para além da jurisprudência de aceitar todo e qualquer tipo de registro de candidatos processados antes da condenação final é sinal de que nem tudo está perdido.

Enquanto artistas – tradicionalmente um grupo de vanguarda – defendem o atraso e levantam a bandeira do menosprezo à ética, a Justiça Eleitoral vai assumindo a dianteira no processo de depuração.

Falta, no caso das impugnações de candidaturas, a confirmação pelo Tribunal Superior Eleitoral. Ontem, o presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, já adiantou de certa forma que a tendência é o tribunal negar os recursos.

Foi ele, na verdade, a fonte de inspiração para as decisões dos juízes regionais. Em palestras feitas nos tribunais locais, o ministro Marco Aurélio transmitiu a eles a impressão de que poderiam seguir o rumo do rigor, pois suas sentenças teriam abrigo na instância superior. ●

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Mensalão afastou investimentos do País”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 24 de agosto do corrente.

A matéria mostra que pesquisa elaborada pela consultoria Ernst & Young constatou que o escândalo do mensalão fez a avaliação do risco do Brasil crescer entre os investidores internacionais.

Segundo um dos sócios da empresa, “O mensalão foi a informação que mais rodou internacionalmente entre

PESQUISA

Mensalão afastou investimentos do País

Conclusão é de levantamento da Ernst & Young; empresas de médio porte teriam evitado o Brasil após escândalo

Irany Tereza
RIO

O escândalo do mensalão – que envolveu de parlamentares a ministros de Estado, sendo o estopim para a saída de José Dirceu da Casa Civil – fez a avaliação de risco do Brasil crescer entre os investidores internacionais. “Investimentos foram cancelados ou postergados, especialmente na indústria de transformação”, diz José Francisco Compagno, sócio da área de Investigação de Fraudes da consultoria Ernst & Young, que elaborou a pesquisa “Riscos de Fraudes nos Mercados Emergentes” e um levantamento do perfil das fraudes nas empresas em São Paulo e no Rio.

“O mensalão foi a informação que mais rodou internacionalmente entre os investidores. Virou uma espécie de marco de risco. Há, entre os executivos de multinacionais, uma percepção de retrocesso em relação à conduta ética no Brasil”, diz Compagno. Segundo ele, não há ainda como mensurar o volume de investimentos que poderia ter ingressado no País não fosse esse risco. “É difícil quantificar, porque a entrada de recursos continua alta, mas poderia ser maior. O que os investidores chamam de ‘custo oculto’, que advém do risco de fraude, corrupção e propina, encarece e, às vezes, inviabiliza o investimento”, diz ele.

A pesquisa foi feita com 586 empresas com atuação em 19 países. A principal questão era se algum investimento já havia sido abortado por causa de riscos de corrupção. O resultado foi que uma em cada cinco deixaram de investir em mercados emergentes após avaliar o risco de fraude nos países em que pre-

Compagno disse que a pesquisa não foi aberta por País, até para evitar problemas comerciais ou diplomáticos ou qualquer outro constrangimento. Mas disse que, na América Latina, a percepção de risco do Brasil está, mais ou menos, no mesmo nível da Argentina e Colômbia como as maiores preocupações das empresas.

“O Brasil é visto como o principal motor da América Latina e hoje já não há mais o julgamento de que todos os países latino-americanos são iguais.” Segundo Compagno, o nível de risco de corrupção dos governos é um componente novo na tomada de decisão dos investidores.

No caso do Brasil, segundo ele, o que deixou os empresários perplexos foi o caso do men-

Foram ouvidas 586 companhias, com atuação em 19 países

salão, com denúncias de que os parlamentares recebiam propinas mensais para não interpor obstáculos a projetos de interesse do governo. O dado positivo da investigação ter atingido todos os escalões foi suplantado, segundo ele, pela negatividade da informação em si. A fuga para outros mercados emergentes ocorreu mais entre empresas de médio porte, que se consideram mais vulneráveis.

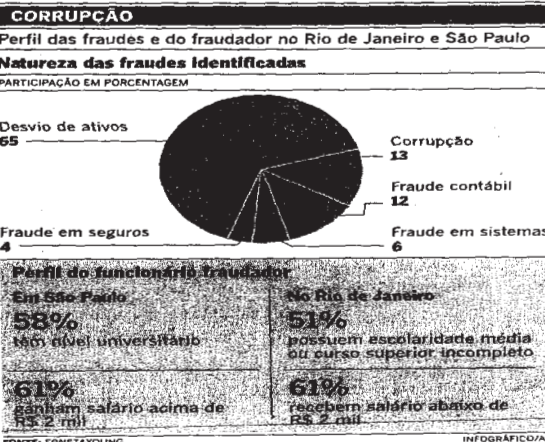
Segundo o levantamento,

os investidores. Virou uma espécie de marco de risco. Há, entre os executivos de multinacionais, uma percepção de retrocesso em relação à conduta ética no Brasil”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



48% dos entrevistados acreditam que corrupção e pagamento de propinas são as maiores ameaças que as empresas podem enfrentar nos países emergentes, como Brasil, Rússia, China e Índia. A pesquisa apontou percepções diferentes entre os entrevistados baseados em países desenvolvidos e emergentes. Enquanto nestes a corrupção e as propinas são mais ameaçadoras, nas nações desenvolvidas 31% dos executi-

vos apontaram as fraudes internas como maior risco, seguidas da corrupção e de fraudes financeiras, empataadas com 20% dos votos. Entre os entrevistados, 20% afirmaram já ter vivenciado em suas empresas algum tipo de fraude significativa nos últimos dois anos. Destes, 75% disseram que a fraude foi cometida em mercados desenvolvidos. • COLABOROU NICOLA PAMPLONA

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 19 minutos.)

Ata da 158ª Sessão Não Deliberativa, em 28 de setembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Octávio e Marco Maciel

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Há vários oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta, digno representante do Estado do Espírito Santo, por 20 minutos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, futuro Vice-Governador desta linda Capital que é Brasília, membro da família Kubitschek, orgulho do País, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje presto uma homenagem à imprensa brasileira, imprensa que às vezes comete enganos, erros, alguns excessos, mas o que seria do País hoje se não fosse a imprensa brasileira?

Há pouco conversava com o Senador Marco Maciel, que reclamava da demora na tramitação de um projeto de sua autoria que regulamenta a função dos lobistas. Há cinco anos, o projeto tramita nesta Casa em regime de urgência sem que tenha havido uma solução até hoje. Disse ao Senador Marco Maciel que seu projeto está meio fora de moda, porque o **lobby** já foi o caminho por onde os desonestos caminhavam para se locupletar e tirar dinheiro dos cofres públicos.

Hoje, com o modernismo petista, a função de lobista saiu da moda. Hoje não se usa mais o lobista ou o empresário para tirar dinheiro dos cofres públicos. Hoje vai-se aos cofres, retira-se o dinheiro e pronto, está acabado. O partido vai ao banco, como foram ao Banco Rural e pegaram os R\$50 milhões, e pega o dinheiro – acredito que não pagaram nem vão pagar. Negam, dizem que não houve nenhum empréstimo, mas o que houve foi a proteção do partido da Presidência da República por parte do banqueiro.

Em todos os escândalos, como o dos Correios, o dos Sanguessugas e o do Mensalão, foi a imprensa a responsável pela descoberta dos fatos e pela publicação dos malfeitos do Governo petista. A imprensa, sempre presente, sempre sábia, sempre competente, busca a verdade, busca a punição para os corruptos, cujo número, infelizmente, hoje é elevadíssimo.

A revista **Veja** desta semana traz impressionantes acusações, descobertas. Eu não sei como jornalistas e o pessoal da imprensa de modo geral consegue investigar tão profundamente os fatos e descobrir tantas mazelas, tantos erros e tanta roubalheira.

A primeira reportagem se refere ao caso daqueles que tentaram fabricar um dossiê para incriminar, segundo eles, alguns tucanos. A revista começa dizendo o seguinte:

Com seus métodos criminosos, o PT lançou o país em uma grave crise política. Às vésperas da eleição presidencial, o partido cometeu uma violência ao tentar influir nos resultados do pleito estadual paulista pela compra e divulgação de um dossiê falso sobre adversários. O crime foi descoberto.

Pela proximidade dos seus autores confessos e dos suspeitos com a campanha de reeleição do presidente Lula e com a própria instituição da Presidência da República, as conseqüências legais podem ser severas. Entre os trágicos resultados potenciais do crime está até a impugnação da candidatura de Lula. Se isso vier a acontecer, o PT terá feito algo inédito em sua rica trajetória de delinqüências. O próprio partido de Lula terá conseguido impedir a manifestação da vontade popular dos brasileiros que, nas pesquisas, brindam o presidente-candidato com 50% das preferências de voto. Na terminologia do próprio Lula, o PT terá conseguido “melar” as eleições. Que melancólica ironia!

O episódio é fruto de desgoverno, da colonização do aparelho de estado por militantes petistas contaminados pela notória ausência de ética e moral da esquerda quando esquadrinha a chance de chegar ao poder – e, depois, de mantê-lo a qualquer custo. Sobre essa delituosa sopa primordial paira a figura complacente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele se jacta de ter afastado os amigos, os companheiros de viagem política, ministros e funcionários de alto escalão pegos com a mão na cumbuca.

E por aí vai a matéria nesta página sobre este assunto.

Na página seguinte – não dá para ler toda a matéria –, a revista dá destaque e comenta o seguinte:

O escândalo do falso dossiê revela que os petistas envolvidos fazem parte do círculo íntimo de Lula – e abre uma crise cujo desfecho é imprevisível.

O escândalo do dossiê, no qual uma dupla de petistas foi flagrada comprando por quase 2 milhões de reais um conjunto de denúncias contra tucanos que não valia um centavo, abriu uma crise gravíssima e imprevisível. Gravíssima porque logo se descobriu que os envolvidos têm laços com a campanha reeleitoral do presidente Lula e com a própria instituição da Presidência da República. Do círculo íntimo do presidente, entre confessos e suspeitos, está Freud Godoy, seu segurança pessoal até a posse e depois nomeado assessor especial, que dormia no Palácio da Alvorada nos primeiros meses do governo e tem sala no mesmo andar do gabinete presidencial no Planalto. Também está Jorge Lorenzetti, o churrasqueiro oficial dos domingos na Granja do Torto e tutor informal de Lurian, a filha mais velha de Lula.

Do círculo político, mas nem por isso menos íntimo, está o Deputado Ricardo Berzoini, presidente do PT, e, até a semana passada, coordenador da campanha reeleitoral de Lula, defenestrado pelo escândalo. Está Osvaldo Bargas, amigo dos tempos de militância sindical nos anos 70, responsável pelo capítulo sobre trabalho no programa de governo – e casado com Mônica Zerbino, secretária particular de Lula.

A crise é também imprevisível nos seus desdobramentos porque, ao revelar laços de tamanha gravidade com a mais alta autoridade da República, joga uma sombra sobre o futuro. O caso está sendo investigado pelo Tribunal Superior Eleitoral e, teoricamente, pode resultar na impugnação da diplomação de Lula, caso seja reeleito, ou estimular a instalação de um processo de **impeachment** pelo Congresso Nacional – na hipótese de se comprovar que a campanha do presidente cometeu abuso de poder econômico ou político na compra ou montagem do dossiê contra os tucanos. (Veja reportagem na pág.80). “É algo muito, muito pior que Watergate”, chegou a dizer o Ministro Marco Aurélio Mello, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, referindo-se ao escândalo de espionagem de adversários que, nos Estados Unidos, em 1974, levou o presidente Richard Nixon à renúncia.

A reportagem continua e é longa. Infelizmente, o tempo não dá para relatá-la no todo.

Virando mais uma ou duas páginas, temos um outro subtítulo: “Os buracos negros do sistema Lula”.

Nunca um presidente se viu cercado de tanta gente suspeita.

Em primeiro lugar temos:

O ex-Ministro José Dirceu, que é acusado de ser o chefe de uma quadrilha especializada em desviar dinheiro público e comprar apoio político. José Genoíno, ex-Presidente do PT, que é acusado de avalizar empréstimos que o PT fez junto a Marcos Valério.

Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete pessoal do Presidente Lula. Na CPI dos Bingos pelos irmãos do prefeito assassinado Celso Daniel foi acusado de participar do esquema de desvio de recursos de prefeituras petistas para financiar o caixa dois do partido.

Antonio Palocci, ex-Ministro da Fazenda, que é acusado de violar o sigilo bancário do caseiro Francenildo e de coordenar um esquema de fraudes em contratos municipais quando prefeito.

Delúbio Soares, ex-Secretário de Finanças do PT e tesoureiro da campanha presidencial em 2002, acusado de ser o operador do mensalão.

Sílvio Pereira, ex-Secretário-Geral do PT, acusado de intermediar negócios de empresas junto ao governo em troca de benefícios. Ganhou um jipe Land Rover.

Osvaldo Bargas, amigo do Presidente desde os tempos do Sindicato dos Metalúrgicos e membro do comitê de campanha. Sua mulher é secretária particular de Lula. Ele é acusado de ter coordenado a negociação do dossiê com Lorenzetti.

Jorge Lorenzetti, churrasqueiro preferido do Presidente, coordenava do ‘setor de inteligência’ de sua campanha. É acusado de ser um dos coordenadores da operação de montagem e compra do dossiê.

E Lula tem-se mostrado constrangido, triste, aborrecido.

Imagino que ele fica a se perguntar: “Por que tanta gente tola do meu lado? Por que não fizeram tudo isso de maneira que a imprensa não descobrisse?”. Ora, se ele pensa assim, penso eu, quantos crimes nem a imprensa nem esta Casa conseguiram descobrir!

Freud Godoy, segurança de Lula desde 1989, acusado de ter providenciado dinheiro para a compra do dossiê contra os tucanos.

Veja bem, providenciou o dinheiro, quase R\$2 milhões, Sr. Presidente, quando tivemos, em um passado próximo, um presidente cassado por causa de um escândalo de uma Fiat Elba, que valia apenas uns R\$25 mil. Esse valor, hoje, corresponde a mais de 600 Fiats Elba. Isso sem falar nos R\$50 milhões do Banco Rural! Isso sem falar no escândalo dos Correios e tantos outros!

Ricardo Berzoini, Presidente do PT, coordenador nacional da campanha de reeleição de Lula. Do que é acusado? De ter autorizado a operação de compra e divulgação do dossiê contra os tucanos.

Hamilton Lacerda, ex-assessor de comunicação da campanha do candidato Aloizio Mercadante ao Governo paulista, acusado de ter contratado a revista **IstoÉ** para que divulgasse o dossiê.

João Paulo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, acusado por meio de sua mulher, sacou R\$50 mil das contas de Marcos Valério.

Gedimar Pereira Passos, membro do comitê de campanha de Lula, subordinado a Jorge Lorenzetti, acusado de ter comprado, em nome do PT, o dossiê contra os tucanos.

Paulo Okamoto, amigo íntimo de Lula, ex-tesoureiro de campanha e Presidente do Sebrae, acusado de ter pago dívidas pessoais de Lula e sua filha Lurian com dinheiro de origem suspeita.

Duda Mendonça, marqueteiro da campanha de Lula em 2002, que a CPI dos Correios descobriu – e ele confessou –, ter recebido R\$10 milhões do caixa dois do PT em uma conta no exterior.

Expedito Afonso Veloso, ex-Diretor do Banco do Brasil, filiado ao PT, trabalhava na campanha de reeleição de Lula, acusado de ter confeccionado o dossiê e tê-lo repassado à família Vedoin.

Luiz Gushiken, Secretário de Assuntos Estratégicos do Governo, acusado de gerir contratos que bancaram o mensalão.

Virando mais uma página da revista Veja, vemos que inúmeras outras denúncias e acusações foram feitas contra membros do PT.

Mais à frente nas páginas 71 e 72:

O guarda-malas do Planalto.

Assessor especial do Presidente Lula envolvido com a compra do dossiê tucano era responsável pela segurança do ex-tesoureiro Delúbio Soares.

O assessor especial do Presidente Lula, Freud Godoy, era, até a semana passada, um ilustre desconhecido. Além de amigo e ex-segurança do Presidente, pouco se sabia sobre suas atividades, a não ser o fato de que era uma espécie de faz-tudo no Palácio do Planalto. Freud Godoy, sabe-se agora, era muito mais que o mordomo de luxo. Apontado como homem encarregado de supervisionar a parte final da operação da compra do dossiê tucano, ele se demitiu. Antes, confirmou que esteve com o ex-policial preso com as malas de dinheiro, mas disse que nada sabia sobre a história do dossiê.

Eu nunca vi, Senador José Jorge, uma equipe, uma quadrilha tão organizada. Eles não se denunciam, nunca apontam o chefe, nunca dizem de onde veio o dinheiro conseguido.

Virando mais uma ou duas páginas, depois de inúmeras denúncias:

O churrasqueiro Lorenzetti ajuda a levar a brasa do dossiê para dentro do Planalto.

O negociador do dossiê anti-tucano é um amigo íntimo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. A confiança do Presidente no catarinense Jorge Lorenzetti, de 54 anos, é tão profunda que ele lhe atribuiu a tarefa de assistir e socorrer sua filha Lurian, que mora em Florianópolis. No campo político, o Presidente conferiu a Lorenzetti a chefia do Núcleo de Informações e Inteligência da sua campanha de reeleição. Nesse cargo, tornou-se um dos comandantes da guerra eleitoral suja do PT". [Quem está dizendo é a revista.] Na semana passada, ele depôs sobre o caso na Polícia Federal. Como é regra no Partido, eximiu seus superiores de qualquer culpa no episódio. Seu depoimento resguardou Lula e o Presidente do PT, Ricardo Berzoini.

A matéria continua e é muito extensa. Infelizmente, meu tempo não permite relatá-la toda.

Sr. Presidente, uma coisa que nos intriga e nos preocupa, nós que sempre tivemos grande respeito pela Polícia Federal. A revista fala o seguinte:

A Polícia Federal finge que investiga, enquanto o PT tenta achar alguém para assumir a titularidade do 1,7 milhão de reais apreendidos.

Em velocidade incomum para os padrões morosos da burocracia brasileira, o Coaf (órgão que fiscaliza movimentações financeiras) forneceu em apenas três dias à Polícia Fede-

ral todos os dados bancários de Francenildo Costa, o caseiro que revelara as idas do então Ministro da Fazenda Antonio Palocci à mansão brasiliense na qual seus amigos de Ribeirão Preto faziam negócios.

Vejam bem: em apenas três dias, tudo se sabia da conta, do dinheiro, tudo o que foi feito, todo o sigilo quebrado, tudo irregularmente, mas de imediato atendido. Quebraram a cara porque não havia negociação nem havia rasteira contra o Ministro Palocci, comandada pela Oposição.

E se deram mal porque o que havia de errado era devido ao ex-Ministro, por conta dos bacanais feitos naquela mansão e por conta dos negócios espúrios realizados ali. Diz ainda a revista:

Isso foi em março passado, quando interessava ao Governo o uso célere e eficiente dos instrumentos do Estado. Naquela ocasião, os dados bancários do caseiro vazaram ainda mais rápido, numa tentativa do governo petista de desmoralizá-lo. Não se vê tal rapidez e tal publicidade agora, na investigação sobre a origem do 1,168 milhão de reais e dos 248,8 mil dólares usados pelo esgoto sindical do Partido dos Trabalhadores para comprar um dossiê falso contra o candidato do PSDB ao Governo de São Paulo, José Serra. A lógica é apertar o pé no breque, é proteger o Governo de qualquer revelação comprometedor. Como explicou na última sexta-feira, à sua maneira, o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos: “Não se pode condicionar uma investigação policial à lógica e ao tempo de uma campanha eleitoral. Não se pode prejudicar uma investigação para obter um efeito eleitoral.

De fato, as investigações sobre a origem da dinheirama caminham de forma hermética, lenta e errática. Tão errática que a Polícia Federal chegou a escantear das investigações a equipe dos delegados que prendeu o ex-policia Gedimar Passos e conseguiu obter dele as únicas informações válidas nessa investigação, sem as quais esse escândalo nunca teria sido descoberto – a confissão de que a dinheirama ilegal vinha da Direção Nacional do PT e o envolvimento no caso de Freud Godoy, o assessor especial do Presidente Lula. Desde o afastamento dessa equipe, revelado pela **Folha de S. Paulo**, a Polícia Federal proibiu a divulgação das imagens do dinheiro apreendido e das gravações do circuito interno do Hotel Ibis, onde as prisões foram feitas.

Em entrevista na última sexta-feira, o delegado Edmilson Bruno, um dos policiais escanteados pela Polícia Federal, deu pistas sobre o motivo de seu afastamento. ‘O Gedimar disse que o dossiê era muito maior, envolveria todos os partidos políticos e o próprio PT.

Em nenhum momento o Sr. Gedimar disse que era um dossiê contra o PSDB. Se vocês tiverem acesso aos meus autos, no futuro, verão que ele não fala do PSDB.

Na prática, a Polícia Federal mais esfumaça o cenário do que investiga. Na última sexta-feira, por exemplo, divulgou a blogueiros amigos ter descoberto de onde foi sacado 1 milhão do 1.168 milhão de reais apreendidos. A Polícia Federal teria chegado a tal descoberta”

Sr. Presidente, vou encerrar por aqui, porque sei que estou sendo muito longo tentando mostrar àqueles que hoje estão assistindo à TV Senado aquilo que pode ser lido e visto na revista **Veja**.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Perfeitamente, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a na realidade não é longo; V. Ex^a até que é abreviado. Longos são os problemas que este Governo criou e nós temos que trazer a público da tribuna do Senado. V. Ex^a está de parabéns pela coragem de abordá-los um a um, fundamentados, mostrando exatamente porque este Governo caiu no descrédito da Nação. Muito obrigado.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Por essa razão, Senador Heráclito Fortes, agradeço a interferência de V. Ex^a e repito que às vésperas das eleições que ocorrerão no domingo eu faço um alerta ao povo brasileiro. Não é momento para se correr risco, não é o momento para colocarmos em jogo a nossa democracia, conseguida com tanto suor, tanta lágrima e até com o sangue de muitos brasileiros que lutaram para que vivêssemos o momento que estamos vivendo. Suplantamos as crises, como a ocorrida no Governo Collor; suplantamos crises difíceis e temos também de superar as dificuldades de hoje.

Penso que, para continuarmos no regime democrático combatendo a corrupção e para que neste País partidos não virem quadrilhas, teremos de repensar nossa realidade. O brasileiro tem de repensar e de escolher um candidato que possa trazer-nos esperanças, um candidato que possa mostrar um currículo, que possa mostrar o seu passado, que possa mostrar que está em condições de governar este País e de acabar com a burocracia que o assola, que possa dar-nos uma reforma tributária e uma reforma previdenciária, que possa fazer

com que o povo brasileiro tenha saúde e educação, um candidato que possa, pelo menos, recuperar as estradas brasileiras, tão abandonadas, que possa tirar o País do marasmo em que se encontra, que possa dar esperança ao homem do campo, ao agronegócio, aos industriais, aos funcionários públicos, aos velhos e às crianças deste País, que necessitam ver um novo governo, um governo de coragem, um governo que tenha peito para enfrentar os grandes problemas deste País. Por isso, faço, finalmente, um apelo ao povo brasileiro: neste momento, para o bem dos nossos filhos e dos nossos netos, dê um basta a este Governo, que tanto tem desrespeitado o povo brasileiro, que é o Governo do PT que está aí.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Após a palavra do nobre Senador João Batista Motta, tenho a satisfação de conceder ao Senador Paulo Octávio, da representação do Distrito Federal no Senado Federal, a palavra, para que S. Ex^a faça o seu pronunciamento.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Marco Maciel, nosso ex-Presidente da República, que muito dignifica o País e o Senado Federal, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Senador João Batista Motta por seu importante pronunciamento e dizer que hoje estamos a pouco menos de 72 horas das eleições em que o povo brasileiro vai escolher pelo voto livre, instrumento da sua vontade e da sua esperança, os seus futuros dirigentes políticos, os seus legítimos representantes pelos próximos quatro anos.

No dia 1º de outubro, domingo próximo, estaremos todos votando para Presidente da República, governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais e, no caso de Brasília, deputados distritais. Será uma eleição histórica, envolvendo aproximadamente 126 milhões de brasileiros. Uma eleição democrática que tem tudo para transformar-se em um marco da consolidação da democracia brasileira em todos os níveis. Em muitos casos, porém, a eleição não terminará no primeiro turno.

As regras democráticas do Brasil, que já servem de modelo e exemplo para muitos outros países desenvolvidos mundo afora, prevêem o expediente do segundo turno, que dá ao povo a chance de observar melhor, refletir mais, aprofundar o debate sobre as propostas de governo dos candidatos envolvidos no processo. Será assim em muitos Estados brasileiros.

Espero, com toda a sinceridade, que esse expediente – o segundo turno – também aconteça para a eleição do futuro Presidente do Brasil.

Ontem, em pronunciamento desta tribuna, conclamei o povo brasileiro a comparecer em massa às eleições de domingo e votar no ex-Governador Geraldo Alckmin, homem honrado, com o nome limpo, que governou São Paulo ao lado de Mário Covas pelos últimos oito anos – sendo que, nos últimos quatro anos, foi eleito pelo povo paulista. Ele deu mostras de que pode desenvolver o Brasil e ir pelo caminho do crescimento e do desenvolvimento econômico.

Ontem, ao falar desta tribuna sobre o crescimento recorde da carga tributária brasileira, fiz questão de frisar que o Governador Alckmin editou 44 medidas de desoneração de impostos no Estado de São Paulo, medidas inéditas. Foi o único Governador brasileiro que teve a coragem de diminuir a carga tributária. Pode ser o único Presidente do Brasil, nos últimos anos, que terá a coragem de diminuir impostos. É um exemplo entre muitos outros que poderiam ser citados a favor do nosso candidato.

Há duas semanas, Geraldo Alckmin esteve conosco em Brasília, em um comício em Taguatinga. As horas que passamos juntos foram importantes, e quero afirmar o meu contentamento em conhecê-lo melhor. No momento mais estressante, S. Ex^a sempre manteve a dignidade, a calma, a educação. Realmente é um homem muito preparado para conduzir o Brasil.

Sr. Presidente, espero que, nas reflexões que estaremos fazendo nas próximas 72 horas, possamos escolher com isenção quem será o nosso futuro Presidente.

O Brasil, como nação emergente, e o povo brasileiro, de maneira geral, necessitam deste capítulo na sua história. Um segundo turno entre o Presidente Lula e o Governador Alckmin colocariam frente a frente duas diferentes propostas de governo e duas radicais opções de futuro para o País.

Eu sei que está na mão do Presidente Marco Maciel a proposta de governo de Geraldo Alckmin, que foi lançada, discutida e tem sido debatida.

Pergunto: por que hoje não há nenhum parlamentar que traga ao Brasil o plano de governo do Presidente Lula? É o que vou fazer aqui em relação ao Plano de Metas de Brasília. Por que será que ninguém debate, efetivamente, o plano de governo do Presidente Lula? O que está faltando? Será que ele existe? Aqui está o plano de governo da coligação “Por um Brasil decente (PSDB/PFL), que tem como candidato a Presidente Geraldo Alckmin e a Vice-Presidente o nosso companheiro José Jorge, aqui presente.

É o que falta ao Brasil, Presidente Marco Maciel: o debate das idéias. No segundo turno, teremos oportunidade...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Paulo Octávio, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Com o maior prazer, nosso futuro Vice-Presidente.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Em primeiro lugar, eu gostaria de, mais uma vez, solidarizar-me com a candidatura do Deputado Arruda e de V. Ex^a para o Governo do Distrito Federal.

Eu, inclusive, participei do lançamento do plano de governo do Deputado Arruda e de V. Ex^a, perto do Museu Juscelino Kubitschek, e pude verificar uma diferença muito grande entre o plano de Geraldo Alckmin, o plano de José Roberto Arruda e a proposta que o PT e o Presidente Lula apresentaram à Nação. O de Arruda, por exemplo, apresenta uma discriminação detalhada de tudo a ser feito com os recursos, o que gerou controvérsias. Vi nos debates, e mesmo nos programas eleitorais, muita gente perguntando ao candidato Arruda se o Distrito Federal teria recursos para tanto. Alguns eleitores achavam que ele estava prometendo demais, prometendo mais do que podia. Evidentemente, se for demais mesmo, é negativo. No caso, não é demais. Ele apenas está se comprometendo. Ou seja, quando um dirigente público bota por escrito o que vai fazer e divulga antes da eleição, gera um compromisso dele durante todo o seu governo. Então, o que acontece? Podemos garantir uma cobrança efetiva ao final do governo: isso foi feito, aquilo não foi feito. O Presidente Lula, nesta campanha, simplesmente não disse o que queria fazer. Então, se o Presidente fosse reeleito e não fizesse nada, não tínhamos nem como cobrar. Por isso é fundamental que tenhamos o plano de governo elaborado, como o de Geraldo Alckmin, que está nas mãos de V. Ex^a, e como o do candidato José Roberto Arruda, que tenho em casa. O Deputado, inclusive, convidou-me hoje para o comício de encerramento, na Ceilândia. Infelizmente não poderei ir, como fui a outros comícios dele, porque vou ao Rio de Janeiro participar do debate com os presidenciais. Quero solidarizar-me com a vitória que está vindo por merecimento, não só do Arruda como também de V. Ex^a.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Quero informar a V. Ex^a, Senador José Jorge, que muito bem representa o Estado de Pernambuco, o Nordeste do Brasil, que aqui em Brasília a candidatura de V. Ex^a e de Alckmin já ultrapassou os índices do adversário. Isso é importante porque Brasília é o símbolo do Brasil. Brasileiros de todos os Estados que vivem aqui podem avaliar, com mais facilidade, a postura e o compromisso dos candidatos. O reflexo de Brasília, não tenho dúvidas, vai se alastrar por todo o Brasil.

O Brasil é uma nação emergente. O povo brasileiro precisa ouvir mais, entender mais, conhecer mais programas de governo.

Um segundo turno entre Lula e Alckmin colocariam frente a frente duas diferentes propostas de governo e duas radicais opções de futuro para o nosso País. O país da fantasia e das mil maravilhas que foi vendido nos programas eleitorais pelos marqueteiros do PT não resiste ao Brasil real, do desemprego, da carga tributária sem limites, dos juros inibidores e do país que está perdendo competitividade no mercado internacional, conforme informações do Relatório de Competitividade Global 2006-2007 do Fórum Econômico Mundial.

A realização deste debate no segundo turno das eleições presidenciais é fundamental para a consciência e para o futuro do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria muito de, neste momento, aproveitar a oportunidade para agradecer – em nome da Coligação Amor por Brasília, formada pelo Deputado José Roberto Arruda e por mim, candidato a Vice-Governador – ao povo de Brasília, que nos acolheu, ouviu, acompanhou e nos deu força espiritual para a caminhada que vamos terminar na noite de hoje, como citou o Senador José Jorge, num grande comício rumo à vitória, que será realizado na cidade de Ceilândia, a maior cidade do Distrito Federal. Cidade que reúne brasileiros de todos os cantos do Brasil, como disse o Senador José Jorge, e que V. Ex^a, Presidente Marco Maciel, conhece muito bem, Ceilândia é uma síntese do nosso País, porque Brasília, sendo uma cidade jovem, com apenas 46 anos, não tem ainda muitos brasileiros nascidos aqui. Temos lá em Ceilândia uma extraordinária colônia pernambucana, piauiense, baiana, enfim, de todos os Estados. Ceilândia é um pequenino Brasil. Estaremos lá hoje, e quero convidar os Senadores aqui presentes para este encontro na cidade de Ceilândia, com muita alegria.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero deixar claro que vim à tribuna para comentar sobre o nosso Plano de Desenvolvimento Social e Econômico. Este é o plano que José Roberto Arruda e eu estamos entregando a Brasília. Quero, hoje, tomar uma atitude inédita: ter a coragem de entregar aqui, para constar nos Anais do Senado, este projeto, que foi elaborado por muitos anos. Desde quando tive a intenção de me candidatar ao governo de Brasília, há dois anos, comecei a elaborar idéias, começamos a preparar projetos para o futuro, porque acredito que as candidaturas devem sempre se basear em boas propostas. Não existe candidatura sem idéias para o futuro.

Tenho ouvido sempre os pronunciamentos do Senador João Batista Motta. Ele sempre enaltece muito o Presidente JK, que fez um bom governo porque teve a coragem de, muito antes ainda de tomar posse, em seu primeiro comício, que foi em Jataí, no interior de Goiás, entregar à nação brasileira o seu plano de metas. E, lá

no comício em Jataí, incluiu a meta síntese, que seria Brasília. É um caso inédito na política brasileira.

Mirando JK durante todo esse tempo, quando ainda me colocava na condição de pré-candidato, trabalhei muito, pensando na Brasília que queremos, na Brasília do futuro. Quando fizemos a aliança do PFL, de que V. Ex^a, Presidente, tão bem participou, ajudou a elaborar e conhece em profundidade, juntamos as idéias que tinha então amalhado em Brasília com as idéias de Arruda e elaboramos um projeto único. Esse plano foi lançado recentemente, há um mês e meio, no Cruzeiro da cidade, onde foi realizada a primeira missa em Brasília, e onde tivemos a participação popular de pessoas de todas as camadas sociais, de todos os segmentos econômicos. E lançamos e entregamos este plano de governo para os brasilienses.

Quero aqui citar um pequeno trecho de nossa apresentação:

Esses compromissos (que assumimos) têm uma referência histórica: o Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek, que há exatamente meio século plantou na consciência nacional as bases para a construção do Brasil moderno. As profundas transformações que JK promoveu não teriam sido possíveis sem uma palavra mágica: planejamento. E o Plano de Metas de Juscelino foi um marco decisivo na história do planejamento no País.

(...)

Sabemos dos esforços e das dificuldades enfrentadas pelos governos anteriores. Reconhecê-las não significa criticar, mas ter a humildade de preservar as conquistas, manter políticas e ações que estão dando certo e avançar em novos programas que superem os desafios que se colocam a Brasília, quando a capital se prepara para festejar os seus 50 anos.

Presidente Marco Maciel, ao pedir para que se inclua nos Anais do Senado este Plano de Desenvolvimento Social e Econômico para Brasília, cidade criada por JK que vai chegar aos 50 anos no final, espero em Deus, do nosso governo, quero assumir o compromisso, o mesmo compromisso que JK teve, de entregar um plano de metas ao País e cumpri-lo.

Queremos deixar bem claro que vamos entregar esse plano de metas para Brasília inteira. Estamos distribuindo um plano simplificado nas residências, para que os brasilienses possam nos cobrar. É com planejamento, com decisão, com metas, que se constrói uma história política. Essa é a história política que queremos construir para o futuro de Brasília.

Concedo um aparte, com o maior prazer, ao ilustre Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Paulo Octávio, quero aproveitar o gancho de quando V. Ex^a se refere àquele que foi o melhor Presidente da história. Quem estiver em casa ouvindo V. Ex^a poderá também traçar um paralelo entre o que foi JK, entre a campanha de JK, e o que está acontecendo hoje. JK não era o favorito para ganhar a eleição. Não era do Rio nem de São Paulo. Veio de Minas Gerais sorrateiramente e apresentou seu nome. Naquela oportunidade, o povo brasileiro teve coragem de enfrentar tudo e todos e votar em um homem que tinha currículo. Era um médico renomado, anestesista se não me falha a memória, como Geraldo Alckmin. Tinha sido prefeito assim como Geraldo Alckmin; tinha sido Deputado Federal como Geraldo Alckmin; tinha sido Governador de Minas como Geraldo Alckmin foi Governador de São Paulo. Era um homem de planejamento, assim como é o ex-Governador Geraldo Alckmin. Os dois têm uma semelhança muito grande. Acredito que, se o povo brasileiro tiver juízo e definir no domingo que tenhamos segundo turno, poderemos levar Geraldo Alckmin à Presidência da República. Teremos um homem do mesmo quilate de JK, que foi o melhor Presidente do Brasil de todos os tempos até hoje. Melhor dizendo, JK foi o Presidente do século XX; Geraldo Alckmin poderá ser o Presidente do Século XXI. Peço ao povo brasileiro que pense nisso e se ligue no nome daquele que construiu este País do aço ao vidro, do automóvel à geladeira, do machado à foice. Tudo o que este País passou a possuir de infra-estrutura, estradas, usinas hidrelétricas, foi feito por JK. Por que não escolher agora um homem com o mesmo perfil? Que este País retome aquele bom tempo de JK. Muitos filhos de amigos meus chamam-se Juscelino em homenagem a um homem que nem gosto de lembrar porque me faz sofrer. Sinto profundamente a sua morte e, principalmente, a perseguição que sofreu do governo militar exatamente por ser desenvolvimentista, por ser ousado, por saber quebrar barreiras e por trabalhar em prol do povo, principalmente do povo que precisa de emprego, porque, trabalhando para banqueiro, para grandes empresários, todo mundo é bom presidente, inclusive o Presidente Lula, que hoje tem sua campanha sustentada nos lucros exagerados dos banqueiros deste País. Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Agradeço o aparte, Senador João Batista Motta. V. Ex^a estabelece um paralelo interessante entre dois brasileiros, dois médicos.

O desafio está colocado: a Nação vai escolher o futuro Presidente do Brasil, e é importante que escolha bem, que escolha um homem de bem, porque é o futuro dos nossos filhos que está em jogo, é o futuro do crescimento que queremos, do desenvolvimento. O Brasil precisa ter

idéias de desenvolvimento. E aqui, no Plano de Governo de Geraldo Alckmin, que a Nação brasileira, infelizmente, não teve a oportunidade de conhecer bem, está o desenvolvimento do nosso País. Por isso, Senador Marco Maciel, fico muito feliz em saber de que dispomos, PSDB e PFL, de um Plano de Governo para o futuro do Brasil.

E, com muita humildade, quero aqui entregar aos Anais do Senado, para que esta Casa possa cobrar de nós no futuro, o nosso plano para Brasília, o plano para a Capital, Senador João Batista Motta, que foi criada pelo eterno Presidente JK. Este é o plano do futuro da nossa Cidade, da nossa Capital, a Capital de todos os brasileiros! E bom seria que todos os candidatos entregassem,

para exposição pública, para debate, os seus projetos de governo também, mas, infelizmente, isso não é prática comum no Brasil. Poucos são aqueles que entregam suas metas para serem debatidas, examinadas, apreciadas e, no caso de eleição, cobradas pelo povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente! Muito obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SENADOR PAULO OCTÁVIO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º do Regimento Interno)*

Sen. Paulo Octávio

GOVERNO

ARRUDA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

Governo Arruda

PLANO DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E ECONÔMICO

Brasília, agosto de 2006

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
OS PRINCÍPIOS E A ESTRATÉGIA	11
SITUAÇÃO FÍSICO-TERRITORIAL	15
SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA	25
METAS	29
Educação	30
Saúde	33
Transporte e Trânsito	35
Meio ambiente, Saneamento e Coleta de Lixo	37
Turismo, Esporte, Lazer e Cultura	39
Desenvolvimento Urbano	41
Segurança	42
Gestão pública	43
Desenvolvimento Econômico, Emprego e Geração de Renda	44
Desenvolvimento social	46
Desenvolvimento regional	47
ESTIMATIVA DE CUSTOS DOS INVESTIMENTOS	49

Apresentação

O programa de metas agora apresentado ao povo do Distrito Federal reúne as principais obras, ações e propostas que pretendemos executar, uma vez eleitos para governar. É um compromisso assumido com a população: um programa para ser efetivamente executado.

Esses compromissos têm uma referência histórica: o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek, que há exatamente meio século plantou na consciência nacional as bases para a construção do Brasil moderno. As profundas transformações que JK promoveu não teriam sido possíveis sem uma palavra mágica: planejamento. E o Plano de Metas de Juscelino foi um marco decisivo na história do planejamento no País.

O Governo terá no planejamento a base de todas as suas ações. Os critérios que nortearão a administração pública serão os da inovação, do desenvolvimento, da modernização da máquina administrativa e da gestão pública – tudo isso, tendo em conta o papel central do Estado de articulador dos múltiplos interesses da sociedade e busca do atendimento ao cidadão.

A expansão da qualidade de vida para todas as regiões do DF só será alcançada mediante adoção de políticas públicas abrangentes e, principalmente, ênfase na educação como ferramenta definitiva para construir um Governo que garanta serviços de qualidade para toda a população. É fundamental também que os municípios do Entorno contem com serviços eficientes – sem o que os problemas do Distrito Federal não poderão ser resolvidos.

As informações obtidas na elaboração deste plano confirmam o que todos sabemos: Brasília cresceu mais e mais depressa do que se previu, acumulou problemas não imaginados por seus criadores. Hoje, sofremos muitos dos males que afligem as maiores metrópoles brasileiras.

Brasília é a capital e a representação física do país. O governador deve ser um estadista e participar das grandes decisões nacionais, colaborando na construção de uma nação justa e dinâmica. Deve ser também um gestor eficiente que atenda com rapidez as demandas de uma metrópole em acelerada transformação e que seja capaz de resolver, com competência e presteza, os problemas urbanos e sociais do estado-município.

A democracia representativa é uma das mais importantes conquistas da sociedade moderna. A alternância do poder é parte natural e até mesmo necessária para o avanço e aperfeiçoamento das instituições. Mudanças e avanços não podem ser confundidos com desconstrução e retrocesso. Nosso governo preservará todas as iniciativas de sucesso da administração anterior e principalmente os programas sociais que garantem a renda mínima para milhares de famílias que enfrentam dificuldades transitórias para garantir as condições mínimas de sobrevivência.

Da mesma forma, é importante dizer que os programas e projetos apresentados neste documento não são peças de campanha que serão esquecidas pelo Governo. O Distrito Federal é a unidade da federação com o maior orçamento per capita do país. São mais de R\$ 6 mil por ano para cada um dos habitantes – três vezes mais do que o maior orçamento do Brasil. As iniciativas apresentadas neste documento são absolutamente exequíveis sem a necessidade de mobilizar novos recursos. Basta aumentar a eficiência das ações do Estado e da sua administração.

Sabemos dos esforços e das dificuldades enfrentadas pelos governos anteriores. Reconhecê-las não significa criticar, mas ter a humildade de preservar as conquistas, manter políticas e ações que estão dando certo e avançar em novos programas que superem os desafios que se colocam à Brasília, quando a capital se prepara para festejar os seus 50 anos.

Brasília, agosto de 2006
José Roberto Arruda
e Paulo Octávio

Os princípios e a estratégia

É hora de construir uma ponte para o futuro. Concentrar esforços na solução de questões que, se não enfrentadas em tempo, irão deteriorar a qualidade de vida de que tanto se orgulham os brasilienses.

As características específicas da organização espacial e da base econômica do DF, combinadas com a rapidez das transformações de um território ocupado há apenas 45 anos, fazem com que os obstáculos ao seu desenvolvimento sejam peculiares. Governar o DF exige criatividade e inovação.

As soluções dos problemas socioeconômicos e ambientais exigem forte ação do governo local e

intensa cooperação com outras esferas governamentais. É necessário criar condições favoráveis para a consolidação e a ocupação territorial do Distrito Federal, mas é preciso dirigir o foco para ultrapassar suas fronteiras. O desenvolvimento requer a gestão articulada e compartilhada com os municípios da região de influência de Brasília – muitos além de seu entorno imediato –, considerando especialmente os eixos nacionais de integração.

Dois problemas, especialmente, requerem atenção imediata: a concentração do mercado de trabalho e da oferta de serviços públicos nas áreas centrais e o crescimento populacional no Entorno. De cada dez empregos no Distrito Federal, sete são ofertados dentro da área tombada. Da mesma forma, entre os estudantes que cursam universidades, 90% encontram-se no Plano Piloto. Entre todos os moradores do entorno hoje empregados, 69% trabalham na área central do DF.

Se pretendemos garantir a todos um futuro com qualidade de vida, a tarefa de atenuar a pressão por serviços e empregos e, conseqüentemente, as deseconomias dentro da área tombada deve começar já.

O futuro Governo terá como meta principal a criação de condições para reduzir os desníveis sociais e regionais e assegurar a todos os cidadãos igualdade de oportunidades. É meta aumentar em 5% os

índices de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do grupo de regiões administrativas cujo o índice seja igual ou menor que 0,826 e, conseqüentemente reduzir as desigualdades sociais em todo o DF.

O Governo promoverá o crescimento econômico equilibrado em todas as regiões administrativas, de forma a reduzir a pressão sobre as áreas centrais do DF, aproximar o Estado do cidadão e oferecer serviços públicos de qualidade a todos.

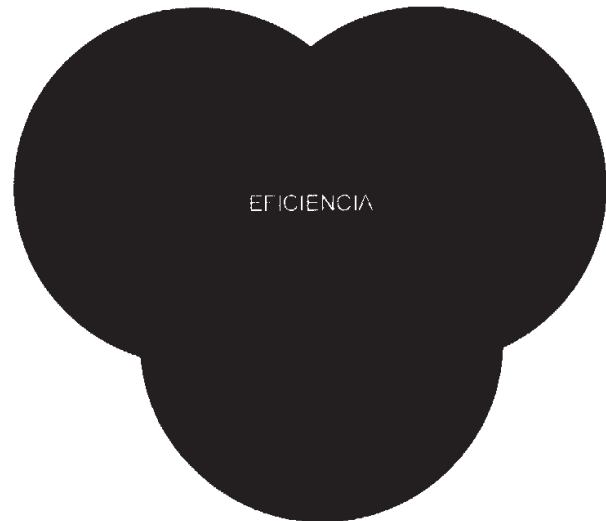
As metas são desafiadoras. O trabalho será árduo. Só há uma fórmula para o sucesso: a gestão moderna e eficiente. É necessário modernizar a máquina do Estado com a reestruturação de processos, o gerenciamento eficaz dos projetos, a capacitação dos servidores e o acompanhamento da execução dos objetivos e metas. É fundamental gastar melhor. É prioritário fazer chegar a todos os brasilienses serviços de qualidade. Gastar melhor para servir melhor.

Esses objetivos não serão alcançados sem que se prepare o cidadão. A educação é o fundamento fundamental para garantir o sucesso do plano e será a prioridade do governo. O Estado tem a obrigação de garantir a todos educação de qualidade e condições

adequadas para o ingresso no mercado de trabalho. Redução de desigualdades sociais e melhoria de qualidade de vida não podem ser alcançadas sem que todos estejam devidamente habilitados para o futuro.

O Plano reflete esses princípios. A estratégia que presidiu sua elaboração e norteará a implementação está baseada em três diretrizes – **descentralização, integração e modernização.**

- Descentralização dos serviços públicos, aproximando o Estado do cidadão, aumentando a rapidez e eficiência na prestação de serviços e reduzindo a concentração que provoca a queda na qualidade de vida e na prestação dos serviços.
- Descentralização da atividade econômica, aumentando as oportunidades de emprego e renda em todas as cidades e regiões, promovendo o crescimento econômico perto das moradias, reduzindo o tempo de deslocamento casa-trabalho e melhorando a qualidade de vida de todos.
- Integração dos órgãos e programas da administração pública, com o acompanhamento sistemático de todas as ações do Governo, metas e objetivos, possibilitando eficiência, redução de custos e, conseqüentemente, melhoria e expansão dos serviços.
- Integração das atividades em saúde, educação, segurança e transportes, visando à melhoria da prestação dos serviços com maior produtividade e menores custos.
- Modernização da gestão pública é a criação de centros de excelência nos serviços de saúde, educação e segurança.



- Informatização de todos os processos administrativos, acompanhamento de metas e redução de custos bem como a capacitação e valorização do servidor.

Não se pretende aqui esgotar o conjunto das ações do futuro Governo, nem são definitivos os projetos ora submetidos à população. Este Plano, assim como o futuro Governo, será dinâmico e aberto a alterações. Novas propostas e sugestões certamente virão. Vamos discutí-las e fazer as modificações necessárias. O Governo, e a sociedade são entes em constante mudança adaptação e evolução.

A situação físico-territorial

Brasília teve seus limites originais rompidos pela pressão populacional que foi atraída pela capital, provocando um extravasamento populacional fora dos limites do Plano Piloto, originalmente previsto para abrigar 500 mil habitantes. Antes aconteceram ocupações irregulares dentro do Plano Piloto que exigiram uma ação governamental para a transferência destas populações para fora daqueles limites, formando a Ceilândia e outros aglomerados.

A falta de uma política racional de ocupação do solo, ao longo de quatro décadas, fez com que a classe média se apropriasse de áreas de terras, transformando-as em condomínios fechados.

Uma das características da metrópole é a fragmentação da estrutura urbana, que tem como consequência um transporte público ineficiente e caro, estimulando o uso do transporte individual e gerando demandas por mais vias de acesso e obras de arte que não resolverão os problemas de congestionamento nas horas de pico.

Outra característica da metrópole é a transformação dela em cidade-dormitório, o que acontece com muitas das cidades-satélites do Distrito Federal.

Boa parte dos investimentos do Governo do Distrito Federal vai para o Plano Piloto, área de maior concentração de atividades econômicas e reunindo hoje 70% dos empregos do Distrito Federal.

A maior parte da população de baixa renda está concentrada fora do Plano Piloto e mesmo para além dos limites do Distrito Federal, formando o que se denomina Entorno do DF, inclusive no Estado de Goiás. Esta população, em Goiás, foge dos elevados preços das terras no DF, terras por sinal de propriedade do próprio GDF. A falta de uma política de oferta de lotes urbanizados populares que antecipe a demanda, cada vez maior, faz com que a população busque no Estado vizinho a alternativa para sua moradia.

A situação sócio-econômica

É evidente a dependência econômica em relação ao Plano Piloto, fazendo com que seja fundamental uma intervenção que rompa com esta situação definitivamente. A criação de postos de trabalho dentro ou próximo aos núcleos populacionais é urgente, pois a enorme concentração dos empregos no Plano Piloto transformou-se na maior responsável pela deterioração das condições sócio-econômicas de grande parcela da população do Distrito Federal, mesmo que exista nas cidades-satélites uma grande atividade comercial e de serviços, muitas em situação de informalidade. Os mercados públicos são extremamente concorridos e ativos, embora a estrutura física seja muitas vezes precária.

A informalidade dos camelôs é uma constante, notadamente no Plano Piloto (Rodoviária e SCS), e também nas cidades do entorno, inclusive em Goiás, necessitando uma intervenção urgente dos poderes públicos.

Como na maioria das cidades brasileiras, há problemas no atendimento na área da saúde, segurança e educação.

Educação

A necessidade de oferecer educação de qualidade à população tornou-se um consenso nacional. É esse o desafio que o futuro Governo propõe-se a enfrentar. E é por isso que a **EDUCAÇÃO DE QUALIDADE** será **A PRIORIDADE**.

Comparada com o resto do Brasil, a educação no DF apresenta invejáveis padrões educacionais: a infra-estrutura é razoável, a remuneração dos professores é mais do dobro da média nacional, temos a maior proporção de adultos com nível superior, os resultados dos alunos da 4ª série em exames como o SAEB e a PROVA BRASIL situam-nos entre os melhores do País. Mas isso é muito pouco, especialmente para aqueles que dependem da escola pública – que constituem a maioria de nossa população. Eis os principais problemas:

- Temos a melhor nota no SAEB da 4ª série. Mas isso significa que mais de 50% dos alunos não atingiram os níveis mínimos. Na 8ª série, mais de 70% também não atingiram os valores mínimos. Nas provas do ENEM, apenas 4 escolas obtiveram média superior a 40%, e mesmo assim, ficaram abaixo dos 50%.
- Os índices de repetência e abandono ainda são elevados, especialmente nas séries iniciais: temos 52 mil matrículas na 1ª série, mas, apenas, 38 mil na 8ª série. Em decorrência, mais da metade dos alunos do Ensino Médio têm idade superior a 18 anos.

Mudar os rumos da educação requer novos modos de pensar e fazer a educação. Requer liderança para construir consensos na sociedade com vistas a transformar cada escola numa escola de qualidade. Requer a coragem para reconhecer que ainda temos problemas de base, que precisam ser corrigidos e superados antes dos demais. E, mais do que projetos e programas, requer novas orientações e novas formas de gerenciamento para fazer a escola funcionar. Para tanto, elege-se quatro linhas de atuação:

- A escola é onde a educação acontece. O objetivo é colocar a sociedade, as famílias e o Governo a serviço das escolas. E dar condições para as escolas funcionarem com autonomia e responsabilidade para obter os resultados que delas se esperam.
- O Ensino Fundamental de qualidade para todos é a base da cidadania. Converter a retórica em ação efetiva significa assegurar que todos os alunos atinjam as competências mínimas: atualmente, menos de 30% dos alunos atingem esses parâmetros.
- O Ensino Médio reflete as deficiências do Ensino Fundamental: mais da metade dos alunos tem mais de 18 anos, mais de um terço dos cursos são noturnos, o índice de perdas é elevadíssimo, as oportunidades de formação são poucas. Em muitos casos, o aluno carente também precisa de apoio financeiro para continuar estudando.
- Na era da sociedade do conhecimento é indispensável incorporar o ensino de ciências ao currículo desde os primeiros anos do ensino fundamental.

Eradicação do Analfabetismo

Alfabetizar os 2,5% da população entre 15 e 29 anos que se declararam analfabetas na PNAD e transformar o DF na primeira unidade da federação a erradicar completamente o analfabetismo.

O analfabetismo impossibilita a compreensão e domínio de códigos, seu manejo na sociedade e na prática social de ler e escrever. No Distrito Federal, segundo os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD, existem quase setenta mil pessoas incapazes de ler e escrever um simples bilhete (6,3% da população acima de dez anos).

Educação Infantil

Universalizar o acesso ao ensino infantil (0 a 6 anos) com prioridade à pré-escola e ampliação da oferta de creches nas regiões mais carentes.

Segundo as estatísticas, 1/3 das crianças de 4 a 6 anos do Distrito Federal não encontram vagas nas escolas de educação infantil. As crianças mal nutridas e que nunca tiveram um livro para ler, sem as intervenções promovidas pela educação infantil, terão poucas chances de serem bem sucedidas quando entrarem no ensino fundamental e todo seu progresso posterior estará comprometido. Dessa forma, no futuro Governo, será prioritária a oferta de vagas em número suficiente para assegurar a universalização também para o ensino infantil, seja em creches (incluindo berçário, maternal I, maternal II), ou pré-escola (contemplando os 1, 2, 3 períodos). O custo do programa relativo à infra-estrutura é da ordem de R\$ 12 milhões, equivalente a R\$ 3 milhões/ano.

Escola do Amanhã

Aumentar o potencial de absorção de jovens no mercado de trabalho implantando 10 escolas profissionalizantes nas regiões administrativas do DF.

O ensino médio do DF tem cerca de 86.000 alunos. Implantar 10 escolas profissionalizantes nas regiões administrativas. As escolas serão especialmente construídas e equipadas para esse fim e terão capacidade de atendimento de 500 alunos por unidade. Os cursos serão estruturados de forma a acompanhar as demandas e exigências do mercado de trabalho, integrando ensino médio, formação profissional e primeiro emprego. Serão envolvidos diversos órgãos nos âmbitos distrital e federal, bem como com o sistema S (SESC, SENAI, SESI, SEST e SENAR). O custo estimado para implantação das escolas profissionalizantes é de R\$ 22 milhões em um período de dois anos.

Escola Modelo

Reduzir a evasão em 20% e aumentar em 30% as notas médias dos ensinos fundamental e médio no período de quatro anos construindo uma educação de qualidade aos 530 mil estudantes do Sistema Público de Educação do DF.

O sistema educacional será aperfeiçoado utilizando políticas e práticas didático-pedagógicas com objetivo de promover o desenvolvimento das pessoas e da sociedade. Os resultados serão aferidos mediante parâmetros internacionais.

Faculdades da UnB

Aumentar o percentual de universitários em famílias com renda inferior a 10 salários mínimos, implantando 10 faculdades da UnB nas regiões administrativas.

A exemplo da unidade construída em Planaltina, implantar em parceria com a UnB mais 10 faculdades (*campi* avançados) nas demais regiões administrativas. O custo estimado para a construção dessas faculdades é de R\$ 50 milhões em quatro anos.

Bolsa Escola do Ensino Médio

Reduzir a evasão no ensino médio em 20%, garantindo apoio financeiro para 5.000 alunos do ensino.

Inserir, nos programas sociais existentes, os alunos do ensino médio, para que tenham condições de se dedicar exclusivamente ao estudo. Um dos motivos da evasão escolar é a necessidade de o adolescente ajudar na formação da renda familiar. Será oferecida uma bolsa de estudo, de meio salário mínimo mensal, com a contrapartida de bons rendimentos e frequência mínima em sala de aula, aos alunos, quando constatadas suas carências socioeconômicas. O programa terá o orçamento de R\$ 11 milhões por ano.

Educação

Docentes Informatizados

Garantir o acesso a todos os professores da rede pública financiando a compra de computadores a todos os professores.

Estimativas indicam que apenas 30% de todos os professores têm acesso à informática em suas casas. A modernização do ensino e a preparação das escolas com os instrumentos modernos de informação e comunicação pressupõem que todos os professores tenham acesso aos computadores. Serão procedidos investimentos na capacitação e financiamento da aquisição de recursos de informática, que é um indispensável instrumento de treinamento à distância bem como de pesquisa e de atualização.

Renda Universidade

Ampliar as bolsas para 5.000 vestibulandos de baixa-renda no valor de meio salário mínimo, para aqueles oriundos da rede pública.

Os bolsistas terão que cumprir, como contrapartida, atividades de estágio no setor público em suas respectivas áreas. O programa custará R\$ 18 milhões ao ano.

Fim de Semana na Escola

Atrair 50% dos alunos de cada escola para atividades extra-curriculares, abrindo 200 escolas nos finais de semana.

Diversos estudos e pesquisas mostram a necessidade de criar espaços de educação e lazer nos finais de semana como forma de reduzir a violência e integrar a comunidade. Abrir 200 escolas nos fins de semana para que os jovens e seus familiares possam ter acesso à educação, cultura, esporte e lazer, principalmente nas regiões administrativas onde houver demanda para esses serviços, visando a redução da violência juvenil.

Gestão Escolar

Descentralizar orçamento para as unidades escolares.

Será adotada política de descentralizar e redistribuir recursos financeiros para as unidades de ensino. As escolas terão autonomia financeira para realizar despesas administrativas assegurando o seu pleno funcionamento com eficiência. Para tanto, os diretores das unidades escolares serão capacitados para essas novas atividades.

O Governo cumprirá no Distrito Federal o preceito constitucional que determina a saúde "direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Para que o Estado cumpra esse papel, e todos os cidadãos tenham assegurado o direito à saúde, serão desenvolvidas ações preventivas (de forma que a Secretaria seja, efetivamente, da Saúde, não da Doença) e curativas, além de modernizar a gestão do Sistema, para que o poder público ofereça serviços de qualidade, com a presteza e agilidade que a sociedade exige.

Mais do que nunca Descentralização, Integração e Modernização farão parte do tripé básico das políticas que oferecerão serviços de saúde a todos com eficiência e qualidade.

<p>Posto de Saúde 24 hs</p>	<p>Reduzir a demanda de pacientes sobre os hospitais regionais e garantir a racionalização do sistema, garantindo o funcionamento 24 horas de Postos de Saúde. Postos de saúde funcionarão 24 horas. Para atendimento primário no horário comercial e para atendimento emergencial, com médico, enfermeira e ambulância nos fins de semana e à noite.</p>
<p>Construção e Conclusão de Hospitais</p>	<p>Melhorar a qualidade do atendimento e reduzir o tempo de espera, construindo os hospitais do Recanto das Emas, São Sebastião e Águas Lindas. Concluir ou colocar em pleno funcionamento as unidades do Paranoá, Santa Maria e Santo Antônio do Descoberto. O hospital do Gama será transformado em unidade modelo com vocação para o atendimento das demandas do entorno. O hospital do Paranoá será equipado e o de Santa Maria será concluído. Os quadros de médicos, paramédicos e auxiliares serão ampliados, conforme as novas necessidades do Sistema. Os custos para implantação e conclusão das unidades hospitalares serão da ordem de R\$ 120 milhões.</p>
<p>Modernização do Sistema de Saúde</p>	<p>Modernizar, por meio da informatização, o Sistema de Saúde do DF para garantir agilização no atendimento e qualidade na gestão. Promover e complementar a informatização de todo o Sistema Público de Saúde do DF, de tal maneira que estarão permanentemente disponíveis as informações sobre vagas hospitalares, horários para consultas em todas as especialidades médicas, estoques de medicamentos, marcação de exames radiológicos, bioquímicos e outros serviços. O custo para a modernização do Sistema está estimado em R\$ 50 milhões.</p>
<p>Saúde</p>	<p>Melhorar a qualidade do atendimento, acompanhar o desempenho e planejar demandas implantando o Cartão Saúde. Esse cartão armazenará todas as informações do histórico de saúde dos usuários, garantindo melhor atendimento ao paciente e, ainda, propiciará maior racionalização dos serviços médico-hospitalares. Abrirá caminho para o controle do atendimento a pacientes vindos de outras unidades da Federação – o que, por sua vez, permitirá a cobrança dos serviços prestados, via Sistema Único de Saúde - SUS. Para tanto, serão firmados convênios com as prefeituras dessas localidades. O Cartão possibilitará a criação do prontuário eletrônico, pelo qual cada cidadão terá acesso ao Sistema. A implantação do Cartão está orçada em R\$ 10 milhões.</p>
<p>Cartão Saúde</p>	<p>Reduzir em 50% os índices de dentes cariados, perdidos e obturados - CPOD Serão instalados consultórios odontológicos nas escolas públicas do DF, para atender aos 530 mil alunos da rede de ensino e à comunidade. Será garantido que, ao final de quatro anos, os alunos utilizem corretamente os conhecimentos preventivos que serão oferecidos pelo programa. O custo de pessoal para implantação do projeto será de R\$ 30 milhões/ano e a instalação de equipamentos para os consultórios corresponde a R\$ 20 milhões.</p>
<p>Dentista da Escola</p>	<p>Modernizar os serviços de diagnóstico e tratamento na rede de saúde pública do DF. Será procedida a aquisição de equipamentos modernos em substituição ao sistema tradicional de diagnósticos. O diagnóstico por meio de imagens digitais é essencial para o suporte ao atendimento nos hospitais, possibilitando ainda a redução no tempo de internação dos pacientes. Serão utilizados recursos de informática de última geração específicos para esta finalidade. O projeto começará pelo Hospital de Base, expandindo-se posteriormente para outras unidades da rede. A implantação do projeto está orçada em R\$ 20 milhões.</p>
<p>Telemedicina</p>	

Trânsporte e Trânsito

A baixa qualidade dos serviços de transporte, o envelhecimento da frota de ônibus, a falta de integração do sistema, a baixa utilização do metrô, a concentração de empregos e serviços nas regiões centrais e a carência de empregos no Entorno do DF, bem diretamente no Sistema de Transportes Urbanos do Distrito Federal, criando problemas como: superlotação dos ônibus, congestionamento, maior tempo de deslocamento e irregularidade no cumprimento de horários.

Os problemas apontados funcionam como incentivo ao crescimento do transporte irregular ou clandestino, bem como no preço das tarifas praticadas.

Pardais	<p>Racionalizar a localização dos “pardais” e barreiras eletrônicas e adotar critérios que priorizem a educação no trânsito, a redução de acidentes em vez da arrecadação de multas. Será dada absoluta transparência à utilização dos recursos arrecadados e prestado contas sistematicamente à população.</p>
Trem da Integração	<p>Retirar 50 mil passageiros por dia do sistema de transporte que pressiona o Eixo Sul (BR - 040) implantando o sistema ferroviário de passageiros entre Luziânia e Brasília. Aproveitando a via férrea de 22km já existente, o serviço atenderá às populações do eixo que concentra a maior demanda na região. Terá como ponto terminal no DF a atual Estação Rodoferroviária, que será reformada e possibilitará adequada integração com o restante do sistema de transporte coletivo. Será criada uma linha circular no eixo monumental para fazer a conexão ao Trem da Integração. O financiamento será feito pelo BNDES e terá apoio do Governo Federal. Custo estimado de R\$ 90 milhões com 70% a ser financiado pelo BNDES.</p>
Metrô Gama-Plano Piloto	<p>Implantar a Linha de Metrô Gama – Plano Piloto. Implantar a linha do Metrô para o Gama com 14Km de extensão e sete estações. O custo estimado da obra é de cerca de R\$ 600 milhões com 60% a ser financiado pelo BNDES.</p>
Metrô Linha 1	<p>Expandir 3,8km da Linha 1, concluir 13 estações e ampliar o seu horário de funcionamento (06:00 às 24:00 horas). Ampliar a linha atual (Plano Piloto/Guará/Águas Claras/Taguatinga/Ceilândia/Samambaia) para atender à demanda por transportes dos Setores Comercial e Bancário Norte de Brasília, com 800 metros de extensão, tendo como referência a Estação Central do Metrô, ao lado da Rodoviária. Em Samambaia, a linha atual será prolongada em 3 km, a partir do terminal Samambaia, para atender à cidade na sua totalidade. Concluir e colocar em funcionamento as 13 estações inacabadas da Linha 1, que estão localizadas no Plano Piloto (6), Guará (1), Taguatinga (2) e Ceilândia (4). O custo do empreendimento é da ordem de R\$ 200 milhões.</p>
Inter-bairros	<p>Construir nova via de ligação entre o Plano Piloto/Guará/Águas Claras e Taguatinga Sul. A construção dessa nova via, com 1,4km de extensão, facilitará o trânsito dos moradores do Guará, Águas Claras e Taguatinga Sul, bem como ao Plano Piloto. Permitirá, também, a eliminação dos constantes engarrafamentos hoje verificados no final da Asa Sul, na EPTG, na EPGU e na EPNB. O custo dessa obra está estimado em R\$ 200 milhões.</p>

Transporte e Trânsito

Transporte Fácil

Reduzir o tempo e custo do transporte implantando um modelo de gestão dos transportes coletivos baseado na integração operacional e tarifária.

O novo modelo prevê a circulação dos ônibus em faixas exclusivas. O controle da circulação dos ônibus será feito por meio de sensores distribuídos ao longo dos trajetos, garantindo ao usuário a frequência planejada, a redução do tempo de viagem e o aumento do conforto e segurança, com pagamento de uma única tarifa no seu deslocamento. Ao todo serão construídos/reformados 40 terminais. Destaca-se a reforma da Rodoviária do Plano Piloto, com a criação de novos acessos, interligados com a Estação Central do Metrô e com o Trem da Integração. O custo estimado é de R\$ 200 milhões, sendo 50% do valor proveniente do Tesouro do DF.

Nova Rodoviária

Aumentar a integração entre o sistema de transportes construindo a nova Rodoviária interestadual, por meio do Programa de Parceria Público Privada (PPP).

A nova Rodoviária de Brasília será construída ao lado da Estação Shopping do Metrô, dotada de áreas de serviços, permitindo a desativação da Rodoferroviária, que se tornou pequena e inadequada para o atendimento da demanda atual. A Rodoferroviária será utilizada como terminal do Trem da Integração – Luziânia–Brasília. Custo orçado de R\$ 40 milhões. Do total, R\$ 20 milhões serão custeados pelo GDF.

Sistema Viário

Ampliar a capacidade de transporte dos eixos de ligação do Plano Piloto com as Cidades Satélites.

A ampliação do sistema viário não será apenas um alargamento de pista e sim a elaboração de um novo conceito de circulação viária, com a criação de faixas adicionais, vias marginais, transposições em desníveis (aéreas ou subterrâneas), sinalização viária, iluminação especial, sinalização semafórica sincronizada, e quando recomendada, a implantação de Veículos Leves sobre Trilhos - VLT, ou faixas exclusivas para o transporte coletivo. Destacam-se ainda, os projetos de recuperação das avenidas W3 e Comercial/SAMDU/Hélio Prates. O custo estimado das obras é de cerca de R\$ 500 milhões, dos quais, 60% (R\$ 300 milhões) serão financiados pelo BID.

Anel Rodoviário

Construir o Anel Rodoviário do Distrito Federal.

O Anel Rodoviário, com aproximadamente 250 km, permitirá a retirada do tráfego rodoviário de cargas pesadas nas principais vias, reservando-as apenas para o tráfego interno do DF. O custo estimado para pavimentação dos trechos complementares (65 Km) é de R\$ 150 milhões.

Meio Ambiente, Saneamento e Coleta Seletiva de Lixo

No Distrito Federal e Entorno originam-se três bacias de expressão continental: a do rio Arambá e seus afluentes integram a bacia do Paraná; o rio Maranhão compõe a bacia do complexo Tocantins-Araguaia; e o rio Preto pertence à bacia do São Francisco. No Distrito Federal encontra-se numa região de nascentes, de extrema sensibilidade ambiental, fato que determina que a questão da preservação da água deva ser tratada com prioridade.

Quanto ao saneamento, embora no DF tenhamos alcançado índices relevantes em relação ao abastecimento de água potável e tratamento de esgotos, o mesmo não ocorre na região do Entorno, razão pela qual a CAESB tem atuado nas cidades limítrofes, particularmente Águas Lindas de Goiás, com o objetivo de proteger a Bacia do Rio aberto.

Com relação à gestão de resíduos sólidos, uma decisão fundamental reside na organização do sistema por região, de modo a racionalizar o gerenciamento dos contratos e também eliminar o "passeio" do lixo. Não é razoável continuar o transporte dos rejeitos por longas distâncias para um único aterro, causando problemas de tráfego e usos dos cursos públicos de maneira ineficaz.

Zoneamento Ecológico Econômico ZEE - DF

Elaborar e implantar o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE do Distrito Federal.

O ZEE representa um instrumento básico para a gestão ambiental e determinação dos usos e ocupações no território do DF. Trata-se de um estudo previsto pela Lei Orgânica e até mesmo a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT em curso deverá seguir as suas orientações. Em outras palavras, o ZEE explicitará todos os nossos recursos naturais e indicará como utilizá-los de modo sustentável. O custo dos estudos será de R\$ 1 milhão.

Implantar o Parque Burle Marx e outros 21 Parques de Uso Múltiplo.

O Parque Burle Marx (com 310 hectares), também conhecido como Parque Norte, corresponde, na Asa Norte de Brasília, ao Parque Sara Kubitschek (Parque da Cidade) na Asa Sul. Assim como o Parque da Cidade, que assegura uma faixa verde que distancia ecologicamente o Setor Sudoeste e o Setor Gráfico, da Asa Sul do Plano Piloto, o Parque Burle Marx tem a mesma vocação, protegendo a Asa Norte e assegurando semelhante faixa ecológica em relação ao futuro Setor Noroeste. Os dois parques, juntos, configuram uma proteção "verde" única, preservando o Plano Piloto do ponto de vista urbanístico e ao mesmo tempo garantindo qualidade de vida ambiental e de lazer para Brasília, possibilitando também um corredor ecológico que se estende do zoológico no extremo da Asa Sul ao Parque Nacional (Água Mineral) no extremo da Asa Norte. Os recursos para implantação do Parque virão da comercialização dos lotes do Setor Noroeste.

Implantação de Parques

Os Parques de Uso Múltiplo representam espaços privilegiados e seguros para a prática de diversas atividades físicas, desportivas e culturais, contribuindo significativamente para a qualidade de vida da população. Serão implantados os seguintes parques: Urbaço do Gama; Recanto das Emas; Santa Maria; Veredinha (Brazlândia); Corujas (Ceilândia); Três Meninas (Samambaia); Cortado (Taguatinga); Areal (Águas Claras); Asa Sul (Plano Piloto); Sucupiras (Sudoeste); Varjão; Sucupira (Planaltina); Tororó e Bosque (São Sebastião); Vila Planalto (Plano Piloto); Candangolândia; Guará; Das Garças (Lago Norte); Anfiteatro do Lago Sul; Ermida Dom Bosco (Lago Sul); Riacho Fundo; e Lago Norte. O custo para implantação dos parques é da ordem de R\$ 48 milhões.

Meio Ambiente, Saneamento e Coleta Seletiva de Lixo

Coleta Seletiva e Gestão de Resíduos Sólidos

Implantar a coleta seletiva em todas regiões administrativas do DF e reduzir o custo do serviço, aumentando a eficiência e descentralizando os serviços de varrição, coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos terceirizados.

A gestão de resíduos sólidos do DF será redimensionada. O contrato de terceirização em vigor não tem assegurado resultados eficazes, particularmente quanto à implantação da coleta seletiva, gestão de usinas de tratamento e do aterro de lixo. A divisão dos serviços em lotes permitirá uma gestão comparativa entre as empresas contratadas e induzirá a implantação de novos aterros, de maneira a diminuir os gastos com o transporte de lixo em longas distâncias. No âmbito da nova gestão setorial, serão encerradas as atividades do Aterro da Estrutural e providenciada a recuperação da área, assegurando a proteção do Parque Nacional (Água Mineral), importante unidade de conservação do DF. O custo estimado para implantação dos novos equipamentos e recuperação da estrutura existente é de R\$ 100 milhões, distribuídos em quatro anos.

Recuperação de Bacias Hidrográficas

Recuperar as Bacias Hidrográficas do DF.

As bacias hidrográficas do Rio Paranoá e do Rio Descoberto já estão em recuperação por meio do programa Brasília Sustentável. No futuro Governo será ampliado o atendimento para as demais bacias do DF, entre as quais a do Rio Preto, São Bartolomeu, São Marcos e Corumbá, por meio da contenção de processos erosivos, recuperação de matas de galeria, proteção de áreas de preservação permanentes e de recarga de aquíferos, e exigência de cumprimento da legislação referente à implantação de reservas legais, que permitirão o restabelecimento de corredores ecológicos. O custo do programa é da ordem de R\$ 5 milhões/ano.

Turismo, Esporte, Lazer e Cultura

Cidade jovem, com vocação turística, esportiva e cultural, reveladora de talentos. O Distrito Federal tem, dentre outros desafios, o de ser uma referência brasileira para o desenvolvimento esportivo e de lazer como instrumento de garantia de qualidade de vida, formação e de prática da cidadania.

O desenvolvimento da cultura, em estreita ligação com o setor turístico, eventos, lazer e esportes, será capaz de trazer bons dividendos sociais e econômicos à Capital Federal. O setor cultural reúne todas as condições potenciais para se desenvolver – tanto no que diz respeito à diversidade quanto na descentralização dos eventos em direção às regiões administrativas, já que a quase totalidade das ofertas de eventos culturais do DF se dá quase que exclusivamente em Brasília.

Tenda da Cultura

Criar espaços culturais permanentes para as populações de baixa renda em 15 regiões administrativas do DF.

Cada região administrativa terá uma Tenda da Cultura que servirá para manifestações e espetáculos culturais nas áreas de teatro, dança, cinema, artes plásticas e música. Serão casas de cultura que incentivarão artistas locais, mas que também atrairão grupos nacionais e internacionais. Essas Tendências da Cultura serão palcos, igualmente, de festas e manifestações populares da cidade.

O objetivo é disseminar atividades culturais entre as comunidades, com foco principal nas crianças, adolescentes e suas famílias. Os custos para implantação das Tendências estão estimados em R\$ 15 milhões.

Escolas de Música

Implantar 2 Escolas de Música.

Ampliar as atividades da Escola de Música de Brasília, com o aumento do seu quadro de profissionais e a reforma das instalações da unidade do Plano Piloto, bem como a implantação de mais duas Escolas de Música: uma em Taguatinga e outra em Sobradinho. O custo para implantação das duas novas escolas é de R\$ 4 milhões.

Vilas Olímpicas

Aumentar o tempo dos estudantes do ensino médio e fundamental em atividades complementares, construindo 20 centros poliesportivos destinados à prática de esportes.

As Vilas Olímpicas oferecerão alternativas saudáveis de atividades para os alunos da rede pública de ensino nas regiões mais carentes. Servirão à inclusão social de crianças e adolescentes, dando um passo importante para implantar o horário integral nas escolas e estimulando a formação de atletas e para-atletas. O custo de cada unidade está estimado em R\$ 5 milhões, perfazendo um total de R\$ 100 milhões.

Copa 2014

Reformar os estádios "Mané Garrincha" (45 mil torcedores), "Bezerão" (25 mil) e "Serejão" (25 mil).

Os estádios serão reformados e modernizados os sistemas de comunicação, transporte e hospedagem, de acordo com os padrões da Federação Internacional de Futebol - FIFA, preparando-os também para receber outros eventos esportivos de grande porte. Os custos das reformas e modernização são da ordem de R\$ 120 milhões.

Turismo, Esporte, Lazer e Cultura

Turismo Século 21

Aumentar em 100% o número de turistas, tornando Brasília pólo nacional de atração turística.

Implantar o Programa de Desenvolvimento Turístico com ações integradas e visão estratégica de desenvolvimento do setor, com o objetivo de impulsionar e solidificar, a curto prazo, o turismo no Distrito Federal. O programa prevê duas iniciativas essenciais, além de algumas outras ações pontuais, relacionadas a seguir:

- Programa de Sensibilização, Promoção e Marketing. Em curto espaço de tempo, realizar ações de divulgação de eventos por meio de materiais promocionais, campanhas veiculadas pela TV e em jornais de circulação nacional, divulgando Brasília como destino de eventos associativos e turísticos.
- Sistema de Atendimento ao Turista. Serão implementados Centros de Atendimento e quiosques multimídia, com recursos multilíngüe.
- Promover o Turismo de Eventos intensificando a utilização do Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Parque "O Povo Brasileiro"

Criar o Parque "O Povo Brasileiro".

Brasília tem a representação institucional do País e terá também uma expressão cultural do povo brasileiro. Para realizar este projeto, será criado um parque temático por meio de parceria com a iniciativa privada. O Parque abrigará o que for de mais representativo dos estados. Inspirado no parque "El pueblo español", de Barcelona, esse Parque será dividido em 27 segmentos – cada qual representando um estado brasileiro, com toda a gama de suas manifestações culturais e artísticas (música, artes plásticas, dança, costumes, culinária). O turista que o visitar, estará conhecendo o País, como se estivesse percorrendo seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Além de ser um forte equipamento de incentivo ao turismo, estratégia adotada com sucesso em diversos países, o Parque Temático será um centro de preservação da memória nacional. Semelhante a uma Feira dos Estados permanente, o Parque "O Povo Brasileiro" será auto-sustentável por meio da comercialização de diversos produtos.

O Parque será implantado em área a ser cedida pelo GDF com investimentos de parceiros privados.

Apoiar a cultura por meio da oferta de recursos institucionais e privados.

Implantar o Regime de Tributação Especial - RTE para todas as empresas de fomento à arte e à cultura. Paralelamente, ampliar a dotação orçamentária destinada ao setor e aperfeiçoar os mecanismos de acesso aos recursos do FAC (Fundo de Arte e Cultura), de modo a democratizar sua utilização. Criar também, a Lei de Incentivos Fiscais para a cultura local, e adotar critérios para definição de patrocínios por parte das empresas e agências governamentais, sistematizando o apoio às diversas iniciativas culturais.

Apoio à Cultura

Rádio Cultura

Resgatar os princípios que nortearam a criação da Rádio Cultura.

A Rádio Cultura foi criada para promover as iniciativas locais e incentivar o surgimento de novos talentos no Distrito Federal. Nos últimos anos, esses fundamentos foram desvirtuados, fazendo com que a Rádio se equiparasse às demais emissoras que têm características predominantemente comerciais. Serão retomados os princípios que trouxeram excelentes resultados, contribuindo para a revelação de diversos talentos que alcançaram dimensão nacional.

Desenvolvimento Urbano

Estima-se que o déficit habitacional no Distrito Federal é de cerca de 97.000 unidades habitacionais. É necessário planejar a expansão de novas áreas habitacionais no DF e Entorno com o objetivo de desestimular a ocupação ilegal do solo e novas invasões.

Oferta Habitacional

Reduzir o déficit habitacional em 50% nos primeiros dois anos de Governo, oferecendo áreas habitacionais planejadas no DF e no Entorno.

Com base no planejamento da expansão urbana e implantação de novas áreas habitacionais, conseguir-se-á desestimular e coibir a ocupação ilegal do solo. Serão acelerados os programas de habitação popular dando seqüência aos projetos dos setores habitacionais em andamento, tais como o Setor Noroeste, Vila Militar e Catetinho, entre outros. Os custos da infra-estrutura serão cobertos integralmente pela venda dos terrenos.

Condomínios

Regularizar os condomínios.

Com relação aos condomínios irregulares, considera-se que a ausência de decisão para a questão tem sido extremamente danosa, especialmente para o meio ambiente. Dessa forma, será iniciado um movimento definitivo pela regularização, contemplando inicialmente aqueles que não possuem passivos ambientais e urbanísticos, separando-os dos casos em que poderão ocorrer desconstituições. Entretanto, esse movimento será feito por meio de um pacto que contará necessariamente com representantes do Governo, das comunidades envolvidas e do Ministério Público, formalizando termos de ajustamento de conduta que em caso de descumprimento, resultarão em severas penas para os responsáveis, sejam eles da comunidade ou do Governo.

Com relação à venda de lotes de propriedade do GDF envolvidos nos condomínios, será utilizada a Lei 9.262, desde que tenham sido cumpridas as demais etapas (ambiental e urbanística) necessárias à regularização.

Urbanização

Urbanizar todas as regiões administrativas.

As obras referentes à urbanização das regiões administrativas mais carentes terão prioridade no futuro Governo. Algumas localidades como Recanto das Emas, Santa Maria, Estrutural, Itapoã, Varjão, São Sebastião e Planaltina, entre outros, há anos aguardam a execução das drenagens pluviais, pavimentações, abastecimento de água e esgotamento sanitário, além do fornecimento de energia elétrica e iluminação pública. O custo para implantação da urbanização nestas áreas está estimado em R\$ 400 milhões (R\$ 200 milhões do GDF).

Segurança

Os indicadores de segurança pública do Distrito Federal pioraram e hoje se equivalem aos das grandes capitais brasileiras.

O crescimento do DF e do Entorno nas últimas décadas não deixa dúvida de que se formou um único espaço urbano, onde vivem cerca de 3,5 milhões de habitantes. Essa circunstância, aliada ao desemprego, crescimento do crime organizado, dos tráficos de drogas e armas, da falta de políticas públicas vol-

tadas para a inserção social, dentre outros, torna a violência o fator que mais afeta a população, sendo, portanto, uma questão que exige soluções práticas, rápidas e eficazes.

Nossa proposta é atuar com energia, de forma descentralizada e em sintonia com órgãos de segurança pública dos municípios do Entorno, com objetivo de coibir e reduzir a criminalidade.

Postos Policiais Comunitários

Reduzir todos os índices de criminalidade no primeiro ano de governo em 10% em todo o DF, implantando 300 postos policiais.

300 postos policiais serão criados no Distrito Federal, sendo que cada posto, guarnecido com 30 policiais militares, atenderá a cerca de 2 mil famílias. Esses postos serão suficientes para cobrir todo o território do DF – já que aqui existem 600 mil residências. Os policiais estarão próximos do cidadão fazendo a proteção de sua família. Desta forma, o conceito de Polícia deixa de ser “militar” para tornar-se “comunitária”.

O custo para implantação dos 300 postos policiais está orçado em R\$ 30 milhões, a ser executado no primeiro ano de Governo.

Integração da Segurança

Transformar cada viatura policial em um Posto Volante, integrando as operações das viaturas com o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP).

O Centro Integrado de Operações de Segurança Pública – CIOSP é o local em que será feita a integração dos serviços de segurança pública, onde as polícias Militar, Civil e Bombeiros atuarão em conjunto para atender às necessidades da população por socorro ou segurança. O prédio já está pronto e no local vai funcionar, também, o Centro de Controle Operacional do Trânsito (CCO) que vai monitorar, por meio de câmeras, o tráfego no DF. Ao CCO estarão ligadas câmeras de vídeo instaladas em pontos estratégicos da cidade, sinais luminosos e painéis eletrônicos afixados em pontos de grande fluxo de veículos. Eles avisarão aos motoristas as vias onde existem congestionamentos de carros ou acidentes. Vamos instalar os equipamentos e colocar em funcionamento o CIOSP e o CCO. É a tecnologia em benefício do cidadão. Os equipamentos e a operação do Centro custarão R\$ 25 milhões/ano.

GESTÃO Pública

Para o estabelecimento de um Estado gerencial voltado para o cidadão, básico o redesenho da estrutura da máquina pública e da filosofia de governo. Faz-se necessário reformar esse Estado a fim de aproximá-lo do cidadão, e que este sinta realmente que seus interesses comunitários estão con-

templados pela ação de seus representantes.

É importante, também, a revisão de todos os processos críticos da administração para que eles se articulem com a ajuda dos novos recursos tecnológicos, potencializando os ganhos de eficiência organizacional.

Governo Informatizado

Informatizar os serviços prestados pelo governo.

Serão implantadas medidas para dotar todas as áreas do Estado de mecanismos e instrumentos informatizados que assegurem ao cidadão o pronto atendimento de suas necessidades. Assim impõem-se a revisão dos processos e rotinas de trabalho, para que eles se articulem com a ajuda dos novos recursos tecnológicos, potencializando os ganhos de eficiência organizacional para todos os cidadãos. O custo estimado será da ordem de R\$ 40 milhões, com desembolso anual de R\$ 10 milhões.

Descentralização Administrativa

Aumentar o poder gerencial das regiões administrativas.

Diversos serviços prestados pelo Governo hoje estão centralizados na máquina pública instalada em Brasília forçando a população a deslocamentos desnecessários. Para tanto, será descentralizado o atendimento e aumentada a autonomia das Administrações Regionais, particularmente no que diz respeito a dotações orçamentárias.

Governo Eficiente

Reestruturar e redesenhar os processos críticos da administração pública.

O objetivo é a racionalização, a eliminação do desperdício, o aumento da qualidade dos serviços e a redução dos custos. Parte-se do pressuposto de que a correta e eficiente aplicação do dinheiro público beneficiará um maior número de pessoas, a menores custos, facilitará o desempenho das empresas e impulsionará o desenvolvimento econômico.

Portal do Dinheiro Público

Criar o Portal da Gestão do Dinheiro Público.

Visa facilitar o acompanhamento social das ações do Estado, por meio da ampliação e unificação dos controles formais, auditorias internas e externas, controle judicial e administrativo, permitindo ao cidadão, acompanhar em tempo real, toda a movimentação financeira, pagamentos, precatórios existentes e pagos, Lei de Diretrizes Orçamentárias, planos plurianuais, leis orçamentárias anuais, a responsabilidade fiscal, o balanço geral do Estado. Parte-se da constatação de que a transparência e o controle social, ao reduzir as oportunidades de malversação e desvio dos recursos públicos, contribui para a eficiência, a eficácia e a efetividade da alocação dos recursos e, portanto, para o desenvolvimento.

Novo Centro Administrativo

Implantar o novo Centro Administrativo.

Será construído um novo Centro Administrativo na região de Taguatinga e Ceilândia para onde serão realocadas a sede do Governo e órgãos da administração pública. Esta iniciativa, além de transferir postos de trabalho e criar novos empregos, possibilitará a redução de engarrafamentos e facilitará o atendimento ao cidadão. A implantação do novo Centro Administrativo está orçada em R\$ 120 milhões. Existe a possibilidade que este custo seja objeto de uma operação de PPP.

Desenvolvimento Econômico, Emprego e Geração de Renda

Com vocação cada vez maior para a área de comércio e serviços, as atividades econômicas do Distrito Federal diminuíram a dependência em relação à renda gerada pelos governos Distrital e Federal.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2003, cerca de 33% do Produto Interno Bruto (PIB) do Distrito Federal vêm do terceiro setor, enquanto 59% têm origem estatal. O número de estabelecimentos de comércio representa 93% do volume total de empresas do DF, sem contar com a informalidade. Já a participação da indústria na formação do PIB do Distrito Federal vem caindo ao longo dos últimos anos e chegou, em 2005, ao patamar de 7%.

O futuro Governo dará prosseguimento aos programas de incentivo ao desenvolvimento econômico, tais como os PRO-DF I e II, as implantações da Cidade Digital, do "Parque Tecnológico de Biotecnologia e Agronegócios", entre outros. Principalmente, elaborará políticas visando o desenvolvimento econômico sustentado e a conseqüente redução das taxas de desemprego no Distrito Federal, contemplando ações integradas de dinamização do desenvolvimento do Entorno, considerando a vocação social e econômica da região.

Incentivo ao Setor de Serviços	<p>Racionalizar o sistema tributário modificando as bases de tributação do ISS. Serão tomadas medidas para garantir a racionalidade tributária por meio de ações que equilibrem distorções do sistema, fazendo do modelo tributário do Distrito Federal um exemplo de promoção do desenvolvimento, da geração de emprego e renda, bem como circulação da riqueza.</p> <p>Será elevado em 100% o limite de faturamento para efeito de cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS) simplificado. Atualmente, esse regime tributário prevê cobrança de alíquota de 2% sobre a receita mensal para empresas com receita bruta anual de até R\$ 120 mil, de 3% com receita de até R\$ 240 mil e de 4% com receita de até R\$ 360 mil. Dessa forma, serão incentivadas as micro e pequenas empresas prestadoras de serviços, favorecendo a criação de empregos e a redução da informalidade. Tal ação dar-se-á em articulação com o Governo Federal.</p>
Desburocratização	<p>Facilitar a criação de novas empresas. Consolidar, racionalizar e simplificar toda a legislação tributária do DF, desburocratizando os trâmites legais que dificultam a implantação de novos negócios.</p>
Isonomia Tributária	<p>Garantir tratamento tributário isonômico às empresas do DF em relação às vindas de outros estados. Serão criados mecanismos para evitar que empresas com sedes em outras cidades do País não usem os incentivos aqui concedidos para prejudicar as atividades econômicas em desenvolvimento no Distrito Federal.</p> <p>Com isto, evitar-se-á a competição predatória e o conseqüente prejuízo ao empresariado local.</p>
Regularização dos Imóveis Rurais	<p>Regularizar a titularidade dos imóveis rurais. Muitas das 13.500 fazendas, sítios e chácaras do DF não têm acesso a créditos e financiamentos por falta de documentação, o que lhes entrava o desenvolvimento. Será criada uma solução definitiva que garanta a continuidade da atividade produtiva e que permita o acesso a créditos.</p>
Novo Simples Candango	<p>Reduzir a sonegação de impostos e a informalidade. O limite de faturamento das empresas inscritas no Simples Candango será elevado em 200%. Atualmente o programa está limitado para as empresas com receita bruta anual de até R\$ 120 mil, que representa apenas R\$ 10 mil de faturamento mensal, valor excessivamente baixo, que resulta em sonegação de impostos. Com a elevação desse limite, o micro empresário será estimulado a emitir notas fiscais, sem receio de ultrapassar um limite de faturamento que possa modificar sua situação tributária. Essa medida servirá de incentivo ao pequeno empresário, favorecerá a geração de novos empregos e possibilitará a redução da informalidade.</p>

Infra-Estrutura das ADEs

Implantar e concluir a infra-estrutura nas Áreas de Desenvolvimento Econômico – ADEs.

As ações envolvendo os serviços de drenagem e pavimentação, de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de distribuição de energia elétrica e iluminação pública visa ampliar a capacidade da economia das regiões administrativas na produção de bens e serviços e na efetiva geração de emprego, renda, receita tributária, e de promover o desenvolvimento econômico e social, reduzindo a concentração de empregos do Plano Piloto (71%).

Nesse sentido, serão atendidas 17 Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs): Setor de Múltiplas Atividades do Gama; Setor de Depósitos de Materiais de Construção da Ceilândia; ADE Centro-Norte da Ceilândia; Setor de Expansão Econômica de Sobradinho; Setor Placa da Mercedes; Setor de Indústria da Ceilândia; ADE do Recanto das Emas; ADE de Santa Maria; ADE de Águas Claras; ADE Sul de Samambaia; ADE do Riacho Fundo II; ADE do Núcleo Bandeirante; ADE do Areal; ADE de Bonsucesso de São Sebastião; ADE de Planaltina Leste; ADE do Paranoá e ADE do Itapoã. O custo estimado para a completa implantação das ADEs é de R\$ 160 milhões, sendo que 60% será financiado pelo BID, cabendo ao GDF R\$ 64 milhões a serem aplicados em dois anos.

Pólo de Desenvolvimento Compartilhado

Implantar pólo de atividades econômicas na região de Ceilândia/Águas Lindas.

Implantar um pólo de desenvolvimento econômico nos limites de Ceilândia/Águas Lindas, com o objetivo de criar novos empregos na região. Estudos ambientais e dados sobre a vocação econômica da área apontarão as atividades a serem instaladas no local. O custo de implantação da infra-estrutura do novo pólo é da ordem de R\$ 20 milhões.

BRB Desenvolvimento

Estimular a operação do BRB como agente de desenvolvimento econômico e de fomento do crescimento das atividades produtivas.

O banco deverá ser preparado para atender demandas dos produtores e ser mais pró-ativo em relação aos empresários do DF.

Cidade do Agronegócio

Implantar em Planaltina um Pólo de Desenvolvimento voltado para o agronegócio.

A cidade do Agronegócio tem como objetivo estimular a vocação econômica da região leste e promover o desenvolvimento das atividades agrícolas.

Pacto Tributário

Negociar setorialmente reduções de alíquotas com garantias de manutenção de receita.

Com a finalidade de incentivar a produção e gerar empregos serão negociados pactos com cada setor produtivo para reduzir a carga tributária com a garantia da manutenção da arrecadação.

Desenvolvimento Social

Os programas sociais em andamento no Distrito Federal atendem cerca de 400 mil pessoas. Renda Minha, Renda Solidariade, Cesta de Alimento, Pão e Leite, Restaurantes Comunitários, entre outros, são alguns dos exemplos de programas aplicados à inclusão social e transferência de renda, que serão rigorosamente mantidos e ampliados no futuro Governo, até porque são conquistas da população mais humilde.

É necessário, no entanto, aprimorar os mecanismos de contrapartidas relacionados com a educação formal e com a formação profissional, de maneira a fazerem evoluir os programas, dotando-os de componentes estruturantes que possibilitem a auto-sustentação das famílias beneficiadas.

Exatamente por esta compreensão com relação à necessidade de oferecer caminhos que permitam o alcance da cidadania é que a educação foi definida como política pública prioritária do Governo.

Renda Mínima

Manter os programas de renda mínima, como Cartão Solidariade, Cestas Básicas, Pão e Leite, Restaurantes Populares, entre outros.

Serão reduzidos os custos operacionais desses programas para garantir-lhes a expansão. Um novo enfoque será adotado para essas iniciativas: aos beneficiários, serão oferecidos programas de formação, treinamento e reciclagem que lhes favoreçam a inserção no mercado de trabalho e o acesso a atividades econômicas estáveis e dignas, permitindo-lhes no futuro prescindir dos benefícios.

Cidade dos Meninos

Oferecer educação de qualidade e oficinas técnicas e culturais a 5 mil jovens entre 12 e 18 anos em situação de vulnerabilidade social.

A Casa dos Meninos atenderá jovens cujas famílias tenham renda *per capita* de até R\$ 100,00. O programa será implantado em parceria com a sociedade civil, inicialmente em Sobradinho, utilizando, com as devidas adaptações, a experiência da Cidade dos Meninos de Ribeirão das Neves, Minas Gerais. A contrapartida do GDF para a implantar o programa é da ordem de R\$ 7 milhões.

Acessibilidade para Todos

Adequar os espaços públicos para facilitar o acesso aos cidadãos com dificuldades de locomoção.

Será garantida a participação das pessoas com dificuldades de locomoção em todas as fases de implantação das políticas públicas de interesse dessa parcela da população. Paralelamente, serão reforçados os mecanismos para a aprovação de construções que atendam aos requisitos para acesso (rampas e elevadores), locomoção e áreas destinadas aos portadores de necessidades especiais (como banheiros, auditórios, etc.), além da exigência de adaptações nas construções em que isto for tecnicamente viável. As obras para a adequação dos espaços públicos estão estimadas em R\$ 5 milhões.

DESENVOLVIMENTO Regional

Com área aproximada de 57 mil km², formada por 22 municípios e com cerca de 3,5 milhões de habitantes, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal Entorno - RIDE é uma preocupação para todos.

O crescimento desordenado da Região tem causado desequilíbrios sociais e econômicos, que se manifestam na deficiência da segurança pública, no desemprego, na falta de infra-estrutura, no sistema de transportes ineficaz, na carência dos serviços de saúde e de educação, e em danos ao meio ambiente, entre outros.

Para se ter uma noção da pressão da demanda da população do Entorno sobre os serviços públicos do DF, no Hospital Regional do Gama, metade dos pacientes atendidos nos setores de emergência e de internados são daquela região, enquanto milhares de alunos do Entorno estão matriculados nas escolas públicas do DF. Quanto ao desemprego, o IBGE aponta que existem 193 mil desempregados formais no DF, porém, esse número aumenta para 350 mil se considerada a RIDE.

Diante de tais fatos, não se pode adotar políticas públicas para o DF sem pensar no Entorno. Esse é o grande desafio a ser resolvido, de forma integrada, entre o Governo Federal, do Distrito Federal, de Goiás e de Minas Gerais.

Implementar políticas integradas de desenvolvimento na RIDE.

É preciso planejar e executar de forma integrada políticas e ações de desenvolvimento, em associação com o Governo Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás, especialmente nas áreas de meio ambiente, infra-estrutura, educação, saúde, segurança pública, geração de emprego e renda. Em parceria com a União, estados e municípios da RIDE, serão encaminhadas as seguintes ações:

Entorno

- Iniciar a implantação da primeira etapa do sistema de captação e transporte de água potável da Barragem de Corumbá IV para abastecimento dos municípios do Entorno e complementar o atendimento da demanda do DF. O custo da obra está orçado em R\$ 306 milhões, que pode ser passível de uma operação de PPP ou financiamento do BNDES (60%).
- Apoiar a duplicação da BR - 020 (trecho Planaltina/Divisa com Goiás), com cerca de 40km, para melhorar o tráfego da saída norte.
- Apoiar a duplicação da BR - 080 (trecho Taguatinga/Brazlândia), com cerca de 20km, para facilitar o acesso à Padre Bernardo e à Rodovia Belém/Brasília.
- Interligar os Sistemas de Segurança Pública dos municípios do Entorno ao Centro Integrado de Operações de Segurança Pública.

Estimativa de Custos dos Investimentos

O total de investimentos brutos previstos no Plano de Desenvolvimento Social e Econômico do futuro Governo (2007-2010), é da ordem de R\$ 3,9 bilhões (conforme tabela seguinte), dos quais R\$ 2,6 bilhões, serão cobertos com recursos próprios do GDF e R\$ 1,3 bilhões, serão supridos por operações de crédito (BNDES, BID, BIRD, entre outros), além de Parcerias Público Privadas – PPP e transferências de recursos do orçamento da União.

Em 2005, o GDF gastou cerca de R\$ 5 bilhões do seu orçamento, dos quais, as despesas com o custeio da máquina pública consumiu R\$ 3,5 bilhões, enquanto os recursos aplicados em investimentos foram da ordem de R\$ 1,5 bilhões.

Como consequência das iniciativas que serão implantadas no sentido de racionalizar o gasto público e tornar a gestão mais eficaz, e considerando o aumento de receitas próprias, estima-se um aumento de 30% dos recursos destinados para investimentos nos dois primeiros anos de Governo. Logo, teremos, no mínimo, R\$ 2 bilhões/ano para este fim. No biênio subsequente, as referidas medidas proporcionarão recursos maiores, atingindo cerca de R\$ 3 bilhões/ano. Para os quatro anos de nossa gestão, projetamos uma disponibilidade total de R\$ 10 bilhões para investimentos provenientes de recursos do Tesouro do GDF.

Dessa forma, os investimentos do presente Plano, mesmo se fossem totalmente financiados com recursos próprios, representam menos de 40% da disponibilidade estimada para o período. Se considerar-se também os recursos oriundos de parcerias e de financiamentos, serão usados menos de 30% do total disponível no quadriênio. Isto inclusive permitirá dar continuidade aos programas e projetos ora em curso, como, por exemplo, o Brasília Sustentável, que exigirá no próximo quadriênio cerca de R\$ 30 milhões/ano de recursos próprios do GDF.

O Plano ora apresentado, é, portanto, realista, exeqüível e concreto. Pode-se afirmar, que o documento é cauteloso em sua previsão de gastos, de tal forma que permite receber novas contribuições da sociedade e incorporar outros projetos.

TOTAL DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS (EM R\$ MILHÕES)

Bruto	3.922	951	1.159	942	870
--------------	--------------	------------	--------------	------------	------------

**Foram retirados os custos que envolvem recursos privados de PPP's e financiamentos de agências internacionais ou do BNDES.*

Investimentos Brutos Previstos para o Quadriênio EDUCAÇÃO

Educação Infantil	12	3	3	3	3
Faculdades da Unb	50	15	15	10	10
Renda Universidade	72	18	18	18	18

SAÚDE

Construção e Conclusão de Hospitais	120	30	30	30	30
Cartão Saúde	10	5	5		
Telemedicina	20	10	10		

TRANSPORTE E TRÂNSITO

	2007	2008	2009	2010
Trem da Integração	27	3	8	8
Metro Linha 1	120	60	60	70
Transporte Fácil	100	50	50	50
Sistema Viário	200	50	50	50
Subtotal	1057	253	423	128

MEIO AMBIENTE e SANEAMENTO

	2007	2008	2009	2010
ZEE - DF	1	1		
Coleta Seletiva e Gestão de Recursos Sólidos	100	25	25	25
Subtotal	169	48	47	37

Estimativa de Custos dos Investimentos

TURISMO, ESPORTE, LAZER E CULTURA

Programa / Ação	Total	2007	2008	2009	2010
Tenda da Cultura	15	5	5	5	
Escolas de Música	4	1	1	1	1
Vilas Olímpicas	100	25	25	25	25
Copa 2014	120			80	80
Subtotal	239	31	31	91	86

DESENVOLVIMENTO URBANO

Programa / Ação	Total	2007	2008	2009	2010
Urbanização	200	50	50	50	50
Subtotal	200	50	50	50	50

SEGURANÇA

Programa / Ação	Total	2007	2008	2009	2010
Postos Policiais Comunitários	30	30			
Integração da Segurança	100	25	25	25	25
Subtotal	130	55	25	25	25

GESTÃO PÚBLICA

Programa / Ação	Total	2007	2008	2009	2010
Governo Informatizado	40	10	10	10	10
Novo Governo Eletrônico	120	30	30	30	30
Subtotal	160	40	40	40	40

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Programa / Ação	Total	2007	2008	2009	2010
Cidade dos Meninos	7	5	2		
Qualidade para Todos	5	3	2		
Subtotal	12	8	4		

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA

Programa / Ação	Total	2007	2008	2009	2010
Infra-Estrutura das ADE's	64	32	32		
Pólo de Desenvolvimento Competitivo	20	10	10		
Cidade do Agronegócio	20	10	10		
Subtotal	104	52	52		

DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ENTORNO

Programa / Ação	Total	2007	2008	2009	2010
Água de Corumbá IV	124			50	74
Subtotal	124			50	74

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Senador Paulo Octávio, V. Ex^a será atendido no pleito. Será transcrita nos Anais do Senado Federal a proposta de Governo do Deputado Arruda, candidato a Governador, e de V. Ex^a, candidato a Vice-Governador do Distrito Federal.

Aproveito o momento para cumprimentar V. Ex^a pelas considerações feitas sobre o momento nacional e, de modo especial, sobre Brasília, cidade criada pelo inolvidável Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Cumprimentos a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, da representação de Pernambuco, candidato a Vice-Presidente na chapa do ex-Governador de São Paulo Geraldo Alckmin.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta manhã, os Senadores Tasso Jereissati e Heráclito Fortes tiveram de ir à sede do Banco Central para tentar conseguir informações sobre a origem do dinheiro usado para comprar o dossiê contra a candidatura Alckmin e Serra, R\$ 1,75 milhão em dinheiro vivo.

Esse gesto, quase um grito por justiça, é o último recurso da Oposição para alcançar a verdade que assombra o Governo Lula: a origem dos recursos que financiaram o crime, que está sendo escondida da população brasileira até o próximo domingo, quando ocorrerá o primeiro turno da eleição.

Isto é, foi praticado, há uma semana, um grave crime eleitoral por dois petistas que apóiam a candidatura do Presidente Lula à reeleição e a do Senador Mercadante ao Governo do Estado. Um deles é o tesoureiro da campanha em Mato Grosso – onde fica a sede da Planam e onde se desenvolvem suas operações –, e o outro, assessor da coordenação geral da campanha do Presidente Lula aqui em Brasília. Os dois foram presos após serem pegos em um hotel com R\$ 1,75 milhão em espécie. Isso ocorreu já há quase 15 dias e ainda não se sabe a origem desse dinheiro. A Polícia Federal até agora não fez esclarecimento algum sobre essa questão.

Tenho dito aqui, Senador Marco Maciel, que, mais que a Polícia Federal, quem deveria dizer de onde veio esse dinheiro era o Presidente Lula, porque a Polícia Federal, evidentemente, tem dificuldades em saber, mas o Lula não, porque todos os envolvidos nesse caso – o Sr. Jorge Lorenzetti e os demais, inclusive o Freud Godoy – são amigos íntimos do Presidente. Bastaria o Presidente Lula promover uma reunião, talvez até um churrasco com o Sr. Lorenzetti, e perguntar de onde veio o dinheiro, esclarecendo, depois, esse fato à Nação brasileira.

Então, estamos atrás da Polícia Federal e do Banco Central para tentar identificar isso antes das eleições,

por uma razão muito simples: se a eleição for realizada no domingo, sem que se saiba a origem desse dinheiro, ela estará viciada; não será feita dentro dos moldes que se espera de uma eleição em um País democrático.

O que os dois Senadores citados conseguiram apurar foi que a Polícia Federal e o Ministério da Justiça ainda não pediram informações sobre a origem do dinheiro. Isto é, passadas duas semanas do flagrante envolvendo os amigos de Lula, a Polícia Federal ainda não pediu ao Banco Central para identificar de onde veio esse dinheiro, mesmo porque cerca de um terço do dinheiro estava em notas de dólar, no valor de US\$ 250 mil.

Os avanços da Polícia Federal, nesse período, foram pífios. Os jornais de hoje informam que o homem-mala do mais novo escândalo do Governo é o coordenador da campanha de Aloizio Mercadante, Hamilton Lacerda. Outro petista! Mais um petista envolvido.

Na realidade, acredito até que o Sr. Hamilton Lacerda esteja envolvido, pois ele foi à revista IstoÉ para negociar a entrevista dos Vedoin e, depois, a matéria contra Serra e Geraldo Alckmin. Ele pode até estar envolvido. Agora, não se pode culpar somente a campanha do Senador Mercadante por uma razão simples: entre as principais pessoas envolvidas estão Valdebran Padilha, Gedimar Passos, Jorge Lorenzetti, Oswaldo Bargas, Expedito Veloso, Freud Godoy, e nenhum deles é de São Paulo. De todos os envolvidos, nenhum está diretamente ligado à campanha do Senador Mercadante, exceto esse Hamilton Lacerda. Os outros são ligados à campanha do Presidente Lula. O Freud Godoy é assessor direto de Lula; o Sr. Jorge Lorenzetti, além de amigo de Lula, é Diretor do Banco do Estado de Santa Catarina, que é um banco federal, e é, como todos sabem, o churrasqueiro de Lula. Aparentemente, foi ele quem deu a ordem para fazer a operação.

Diga-se de passagem, hoje a Internet já está mostrando que o Sr. Jorge Lorenzetti, finalmente, pediu demissão do Banco. Quer dizer, também é culpado, tanto que pediu demissão. Então, o Sr. Jorge Lorenzetti já pediu demissão; o Sr. Expedito Veloso já pediu demissão; e todos eles vão saindo do Governo. Eram todos funcionários do Governo que estavam sendo utilizados para comprar dossiês, com dinheiro vivo, para prejudicar as candidaturas do Ministro Serra e do Governador Geraldo Alckmin.

Então, foi ele, Hamilton Lacerda, de acordo com as notícias da Polícia Federal, quem entregou a mala com o dinheiro ao advogado Gedimar Pereira Passos e ao empresário Valdebran Padilha, no hotel Ibis, em São Paulo, no último dia 14.

Pelo que a Polícia Federal tem dito à mídia, esse dinheiro chegou por intermédio do Sr. Hamilton Lacerda, o que se descobriu pelo fato de ele ter sido filmado pelas câmeras do hotel. Todos os hotéis têm câmeras

nos corredores, e ele foi visto com uma mala de dinheiro, entregando-a aos Srs. Gedimar Pereira Passos e Valdebran Padilha.

Agora, é preciso saber de onde veio esse dinheiro; se veio somente da campanha de São Paulo ou se veio da campanha nacional, porque, se for só de São Paulo, não há por que essas pessoas todas participarem. Na realidade, se houve uma participação específica da campanha do Senador Aloizio Mercadante, também houve da campanha nacional. Não foi uma operação paulista, mas brasileira.

Além disso, quase nada se sabe. De onde veio o dinheiro? Esta é a grande pergunta. Nós queremos saber a verdade. Para que a eleição seja realizada, nós temos que saber de onde veio o dinheiro. Queremos saber a verdade.

O Presidente Lula, pelo que se noticia, finalmente decidiu ir ao debate de hoje. Vai participar do debate na Rede Globo. Espero que ele use essa oportunidade para dizer ao povo brasileiro de onde veio esse dinheiro. Imagino que, hoje pela manhã, ele deve ter chamado o Sr. Lorenzetti, o Sr. Valdebran, o Freud, todos esses seus assessores, exigido um esclarecimento – se é que ele não já sabia; é o que imagino – e que vá dizer isso na televisão ao povo brasileiro.

Então, peço que todos assistam hoje, com a maior atenção, ao debate, as palavras do Presidente Lula. Tenho certeza de que ele, como Presidente da República e candidato à Presidência, não quer chegar ao dia da eleição carregando esse fardo.

Lula diz que as pesquisas estão favoráveis. Realmente, as pesquisas ainda são favoráveis ao Presidente Lula, mas já foram mais favoráveis. Vemos uma clara tendência de crescimento de Alckmin e de a eleição ir para o segundo turno, o que, aliás, é bom para a democracia brasileira, porque, com o segundo turno, haverá tempo de esclarecermos de onde veio esse dinheiro. Então, o Presidente Lula terá que esclarecer de onde veio o dinheiro e que não houve participação dele nisso. E, se houve, ele não poderá mais ser candidato, porque estamos no meio de um processo eleitoral.

Trouxe, Sr. Presidente, esta última lei referente ao processo eleitoral, a Lei nº 11.300, de 2006, que versa:

Art. 22. (...)

(...)

§ 3º O uso de recursos financeiros para pagamentos de gastos eleitorais que não provenham da conta específica de que trata o caput deste artigo implicará a desaprovação da prestação de contas do partido ou candidato; comprovado abuso de poder econômico, será

cancelado o registro da candidatura ou cassado o diploma, se já houver sido outorgado.

§ 4º Rejeitadas as contas, a Justiça Eleitoral remeterá cópia de todo o processo ao Ministério Público Eleitoral (...)

Então, na verdade, isso é gravíssimo. O fato de se estar num processo eleitoral com R\$ 1,75 milhão em dinheiro, para comprar um dossiê contra os adversários, pode resultar em cassação da candidatura. E nós não queremos isso. Nós não queremos ganhar no “tapetão”. Nós queremos ganhar na eleição. Mas para isso é preciso que o Presidente Lula esclareça o episódio até o próximo domingo. Hoje já não haverá mais campanha eleitoral depois do debate.

Ele dizia: “Não, não posso dizer, porque a Oposição vai querer tirar proveito eleitoral”. Nós não temos mais condições de tirar proveito, porque a campanha eleitoral termina hoje à noite, antes do debate. O debate é a última etapa da campanha e, portanto, o Presidente Lula não terá prejuízo algum em revelar ao Brasil, hoje, pela Rede Globo, com audiência altíssima, a verdade sobre esse dinheiro. É isso que o Brasil espera dele hoje. Se ele não fizer isso, se ele for ao debate e não fizer isso, será melhor que não vá, porque vai ficar incompleta a sua participação no debate.

Do Poder Judiciário e do Ministério Público não se pode reclamar. Eles têm cumprido com lisura suas funções constitucionais. A Justiça Federal já decretou a prisão dos seus principais envolvidos, inclusive do secretário particular de Lula, Freud Godoy. Aliás, Senador Sérgio Guerra, nunca houve um Presidente, aqui no Brasil, para ter tantos amigos com prisão decretada ao mesmo tempo. São seis amigos dele que tiveram a prisão decretada. Diga-se de passagem, eles só não estão presos porque a legislação eleitoral não permite que alguém seja preso uma semana antes da eleição. Eles estão soltos, mas, na próxima terça-feira, serão presos exatamente para que se comece a esclarecer esse fato.

É verdade que o delegado da Polícia Federal de Mato Grosso reclamou da prisão. Eu até disse aqui ontem que é a primeira vez que vejo um delegado reclamar de prisão de criminosos. Primeira vez, porque a prisão não afeta a investigação, não piora a investigação em nada; se não melhorar, pelo menos piorar não piora.

Agora, também os sigilos telefônico e bancário dos criminosos foram quebrados pela Justiça e há esperança de que do exame do material possa emergir toda a trama criminosa.

Dois foram pegos com dinheiro na mão. Esses dois são criminosos, porque estavam, dentro de um processo eleitoral, tentando comprar um dossiê. É crime

eleitoral e crime comum. Eles estão presos e começaram a dizer quem foram as pessoas que os mandaram fazer isso: Freud Godoy, Lorenzetti...

Também há outros dois. O Diretor do Banco do Brasil, Sr. Expedito Veloso, que, diga-se de passagem, também foi demitido, esteve em Mato Grosso e participou das ligações. Ele já foi qualificado como participante do processo.

Precisamos saber para quem esse pessoal ligou. Quebrando os sigilos telefônico e bancário deles, verificaremos quem foram aqueles outros que participaram da trama. A Justiça Federal fez muito bem em quebrar os sigilos bancário e telefônico dessas pessoas.

Enquanto isso, o Governo Federal nada faz. Ao contrário: em vez de ajudar e aplaudir a iniciativa do Judiciário, o Presidente veio a público para dizer que a prisão é jogada política.

Ora, meus amigos, foram encontrados dois petistas da campanha nacional do Presidente Lula com o equivalente a R\$ 1,75 milhão dentro de uma mala, para comprar um dossiê. A Justiça Federal manda prender essas pessoas a pedido do Ministério Público Federal, e o Presidente Lula diz que isso é uma jogada política! Jogada política de quem? Deve ser dele mesmo, porque foram eles que fizeram toda essa falcaturia.

A Oposição não tem nada a ver com isso; é vítima disso. Ela não tem nada a ver com a prisão, com nada; foi a Polícia Federal que os prendeu, a partir de gravações do telefone do Vedoin, que estava sendo gravado com autorização da Justiça Federal.

Além de agredir um dos Poderes da República, Lula ameaça as instituições, pois declarou o seguinte: “Eu, às vezes, me pergunto se o estrago será para quem está pedindo a prisão dessas pessoas, porque a impressão que tenho é que há precipitação nos fatos”. Quer dizer, há precipitação. Qual é a precipitação? Nós estamos em cima da eleição. Eles são pegos com o equivalente a R\$ 1,75 milhão e há precipitação? Não há precipitação nenhuma; pelo contrário, o que há é uma investigação muito vagarosa. Se o Judiciário e o Ministério Público são precipitados, o que dizer do ritmo impresso pela Polícia Federal na operação do delito eleitoral? A passo de tartaruga, não chegaremos à verdade nem antes do segundo turno, no dia 29 de outubro.

Outro exemplo de desprezo pelas instituições é a iniciativa do Partido dos Trabalhadores em reclamar, junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, da atuação do Procurador da República Mário Lúcio Avelar. O Conselho foi criado na reforma do Judiciário – eu fui o Relator da matéria – para investigar e punir os Procuradores que abusarem de suas funções. Ora, o Procurador Mário Lúcio Avelar, na verdade, não abusou

de nada; ele apenas pediu a prisão das pessoas que estão envolvidas nesse processo, inclusive de algumas que já prestaram depoimento na Polícia Federal e confessaram o seu envolvimento, além dos dois que foram presos com o equivalente a R\$ 1,75 milhão.

Então, o Presidente Lula culpou o Presidente do PT, Ricardo Berzoini, um dos envolvidos. O Presidente Lula disse que foi ele, com um bando de pessoas desqualificadas – não me recordo agora o termo exato usado –, quem, na realidade, comandou o processo.

Não somos nós que estamos dizendo, não foi a Oposição que falou; foi o Presidente Lula que disse que foi o Ricardo Berzoini, tanto que o Presidente Lula o tirou da coordenação da campanha.

Então, o Presidente Ricardo Berzoini é, praticamente, réu confesso, porque, quando foi ouvido pela imprensa, ele disse: “O Presidente Lula falou, está falado”. Quer dizer, o Presidente Lula tem razão em tirá-lo da coordenação da campanha por ele estar envolvido com esse “dossiegate”, pois é ele, um dos envolvidos, que vai ao Ministério Público reclamar contra o Procurador.

Queremos, portanto, dizer da solidariedade da sociedade brasileira ao Procurador e pedir ao Conselho Nacional do Ministério Público que archive, que nem examine essa representação, porque ela realmente não tem razão de ser.

Depois de acusado pelo próprio Lula de chefiar os “meninos aloprados” – essa foi a expressão que o Presidente Lula usou –, Berzoini deveria repensar o seu ímpeto acusatório, em especial atacando um Procurador da República concursado e sobre cuja reputação não repousa qualquer mancha, ao contrário do Ministro Berzoini, que é um dos acusados, e do próprio PT, porque todos os jornais do Brasil, em todos os artigos, reclamam hoje da forma criminosa como o PT vem tratando a política brasileira, inclusive colocando as instituições democráticas em risco, como está acontecendo agora com esta eleição.

Segundo o artigo da Lei que aprovamos neste plenário, na última reforma eleitoral, “o crime de utilização de recurso fruto de caixa dois ficou bastante agravado. Essa já é uma lei nova, aprovada este ano. O texto que aprovamos diz: “O uso de recursos financeiros para pagamentos de gastos eleitorais que não provenham da conta específica de que trata o caput deste artigo implicará a desaprovação da prestação de contas do partido ou candidato. Comprovado o abuso de poder econômico, será cancelado o registro da candidatura ou cassado o diploma, se já houver sido outorgado”.

Imaginem, Srs. Senadores, se isso tivesse ocorrido com um candidato a Governador. Vamos pensar que

dois assessores de um candidato a Governador, em um Estado qualquer do Brasil, fossem pegos com R\$ 1,75 milhão para comprar um dossiê contra um adversário. No outro dia, todos iriam achar que a candidatura desse Governador deveria ser impugnada.

Agora, na verdade, não está havendo um exagerado contra o Presidente Lula; está havendo uma proteção ao Presidente Lula. Como ele é um candidato a Presidente, como é o atual Presidente, ninguém, nem nós da Oposição, – eu imaginava que também ninguém do Governo – tem interesse em que a eleição fique **sub judice**, para que o País não fique como o México, em que um lado ganha e o outro não aceita.

É necessário que os perdedores aceitem. Quando Lula ganhou, na eleição passada, no segundo turno, todos aceitamos: “tudo bem, vamos bater palmas para Lula, vamos para a oposição”. Esta eleição tem que ser assim. Para isso, é necessário que esse pessoal respeite as regras democráticas, respeite as regras de convivência.

Concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador José Jorge, é importante o seu discurso de hoje. Chamo a atenção para o comentário, feito há poucos minutos, de que o Presidente está sendo preservado, está sendo protegido. Rigorosamente, a história deste ano e de parte do ano passado é uma história que os fatos já caracterizaram com muita clareza para um bom entendedor. Com relação à primeira denúncia e à evidente relação do Planalto com ela, no primeiro momento, a Oposição afirmou que queria o esclarecimento dos fatos e que não prejudicava ninguém. O que desejávamos era que as CPIs fossem instaladas. O PT teve uma enorme resistência à instalação dessas CPIs. Somente o aparecimento de novos fatos sobre esse primeiro episódio do mensalão e episódios correlatos é que fizeram com que o Congresso, no plural, fizesse a instalação da CPMI dos Correios. A resistência foi muito forte. Desde o primeiro instante, as Lideranças mais responsáveis do Congresso Nacional preservaram o Presidente da República. Todos pediram – e se empenharam para isso – que o Presidente esclarecesse a participação do Planalto e do Governo no episódio, o que não aconteceu. A partir de um determinado momento, o Presidente Lula começou a dizer que aqueles episódios que caracterizaram desvio de procedimento e corrupção eram habituais na vida pública brasileira. Lembro-me bem de uma entrevista em Paris em que o Presidente Lula, sentado em uma cadeira dourada, disse que tudo aquilo era consequência de um ambiente eleitoral e político que já vinha de muitos anos no Brasil. Foi uma explicação que um Presidente da República, de qualquer Partido, com o

mínimo de responsabilidade e compromisso democrático, não podia dar. O tempo e os fatos foram evoluindo, e o Presidente e os seus foram se envolvendo nesses fatos de forma mais óbvia a cada dia. Demorou muito para que Lideranças como os Senadores José Jorge, Jorge Bornhausen, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e outros indicassem o Presidente da República como o centro da responsabilidade por esses atos. A posição de S. Ex^{as} não foi apressada. Ela se deu com o tempo, com vagar, reflexão e respeito às instituições. Não é essa a contrapartida do PT. A campanha de Geraldo Alckmin para Presidente e José Jorge para Vice-Presidente tem uma característica essencial: tem sido moderada, tem sido legal, não tem sido agressiva, nunca foi ofensiva a ninguém, muito menos ao Presidente da República. De outro lado, a campanha do Presidente Lula, no primeiro momento, fez uma espécie de comemoração de atos econômicos falsos e de atos sociais também enganadores. No segundo momento, o Presidente começou em outro padrão, aquele utilizado no auge da crise do mensalão. Qual padrão? Rico contra pobre, povo contra as elites. Ele, Lula, o protetor dos pobres; nós, a Oposição, os defensores da elite e dos privilégios. Nada mais falso, nada mais antidemocrático, nada mais irresponsável do ponto de vista da Nação e da democracia, nada mais insincero. O Presidente não respeitou a democracia, nem o padrão de comportamento da Oposição e agora não respeita as regras da campanha eleitoral.

Os seus comitês se juntam para montar uma operação fraudulenta e criminoso, que a Polícia Federal faz questão, não por sua vontade própria, mas seguramente por influência superior, de não desvendar até o dia das eleições. A origem do dinheiro, como disse o Senador José Jorge, todos já sabem. Menos nós e o povo. Mas não há dúvida de que o restrito ambiente do Presidente sabe disso. Os que estão envolvidos são seus amigos, são da sua intimidade. No entanto, não aparece o responsável verdadeiro por esses recursos e onde o crime começou a ser estruturado, para que, no final, fosse surpreendido. Penso que nós, da Oposição – que vamos para o segundo turno e que desejamos ganhar no segundo turno –, vamos chegar ao segundo turno com uma política segura, crítica, honesta, consistente com o que sempre fizemos e com aquilo que dizemos. Que tenhamos absoluta clareza neste instante, a clareza que o nosso candidato pernambucano a Vice-Presidente da República tem hoje de expor as idéias com moderação e absoluta segurança. Não estamos preocupados com o debate com o Presidente Lula. O Presidente Lula é que está preocupado com o debate. Vamos para um debate, provavelmente hoje à noite, em que os candidatos da Opo-

sição – no plural – não podem ser defensivos, porque não há como serem ofensivos em relação a eles, mas em que o Presidente da República não terá alternativa, não por conta dele, mas por conta dos fatos que o envolvem, senão a de ser constantemente defensivo. Não tenho a menor dúvida – é uma opinião pessoal – de que seu discurso será populista. Dirá que está sustentando os pobres, que não está servindo aos ricos, que os ricos não gostam dele – e como gostam. Gostam até demais, não os ricos, mas os muito mais ricos. Os que são ricos demais estão muito satisfeitos com o Presidente da República. Não estão satisfeitos com o Presidente da República os que produzem tecidos, por exemplo, os que têm confecções, porque estão tendo que fechar suas fábricas. Os que produzem calçados, que empregam milhares e milhares de trabalhadores, estão tendo que fechar suas fábricas. Os profissionais da agricultura e do agronegócio, que seguram a economia deste País, estão tendo seus negócios rigorosamente inviabilizados. Uma parcela grande da indústria brasileira é obrigada a exportar, não porque é bom negócio exportar, mas porque não tem como vender para o mercado interno, porque nem proteção econômica a política externa deste Presidente é capaz de fazer. Entram aí, às toneladas, resultados de acordos desastrosos de produtos chineses de outra origem, normalmente falsificados. Proteção do ponto de vista de fronteira não existe, nem contra o contrabando, nem contra o contrabando de armas. É um País completamente desmantelado e um Governo absolutamente populista. O Presidente da República é lamentável, deplorável. Só vimos isso uma vez, à época do Presidente Collor. Nada com Getúlio Vargas. É uma comparação infeliz essa do Presidente Lula com Getúlio Vargas – não cabe, não faz o menor sentido. O Presidente Getúlio Vargas teve uma história no Brasil, foi um brasileiro de notáveis qualidades. O Presidente Lula teve uma história no Brasil para, depois, jogá-la fora em três anos de Governo, abandonando o seu discurso, os seus compromissos e promovendo o Governo mais antidemocrático de que se tem notícia nos últimos anos. Vamos tranquilos. Hoje, a propósito, quero até desmentir notícia publicada na **Folha de S. Paulo**, no Painel, motivada, seguramente, por uma incompreensão. Há cerca de 15 ou 20 dias, encontrei a Senadora Heloísa Helena, nossa amiga, num debate numa rede de televisão de São Paulo. Eu disse que gostaria de encontrá-la, e a Senadora disse: “Vamos nos ver por aí”. Não nos encontramos depois. Foi um gesto de elegância e de tranquilidade, dela e nosso. Com o Senador Cristovam, converso desde criança, fui seu aluno, mas não conversei com o Senador Cristovam Buarque nos últimos vinte dias e com nenhum

dos dois sobre debates. Não cabia, nem cabe discutir. O que cabe fazer é dar voz, no debate, à consciência do Brasil, que exige que o Presidente da República do Brasil esclareça, de fato, o que jamais foi capaz de esclarecer: o seu envolvimento, o envolvimento do seu Governo e dos seus aliados nesses episódios; o nome dos traidores, que ele nunca disse quais eram. Ao contrário, os que podiam ser traidores ele já recompôs no plano das suas solidariedades e grupos. Isso é o que existe aí. Tudo isso é uma fraude. Supor que o povo brasileiro só tem barriga, que não tem consciência não é idéia da Esquerda. É idéia da Direita, da Direita mais extremada, mais conservadora, que não tem a consciência popular do Brasil. Subestimar os nordestinos, achar que a sua pobreza vai fazer com que – e apenas ela – o Presidente da República se eleja Presidente é uma imensa subestimação. Seguramente, vamos ter uma grande votação no primeiro turno e, no segundo turno, vamos ganhar também no Nordeste. Os brasileiros vão votar depois de um amplo e alongado esclarecimento, com o Presidente se expondo e não se escondendo. Não vai adiantar esse discurso “eu defendo os pobres; vocês são dos ricos” quando os bancos fazem o maior lucro da sua história. Nada contra o lucro dos bancos, mas tudo contra aqueles que fazem demagogia e não falam a verdade. Vice-Presidente José Jorge, a sua eleição é muito importante para Pernambuco, nosso Estado, muito importante para o Nordeste e, pela sua vida no Congresso e no Senado, muito importante para a democracia. Será seguramente um elo entre o Presidente Geraldo Alckmin, o Brasil real e este Brasil parlamentar aqui, que só fez ser desautorizado, desmoralizado por uma relação de cumplicidade e de promiscuidade com o Executivo. Parabênz V. Ex^a pela sua palavra de hoje. Estamos no caminho certo, todos juntos, para a vitória.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra. V. Ex^a falou muito bem, realmente tem razão em tudo o que disse. O Governo do Presidente Lula, a cada dia, se mete num escândalo novo e não esclarece da maneira devida – mais esconde que esclarece. Diz que quer explicar tudo, mas não explica nada, só confunde, só engana o povo brasileiro. Ele hoje vai para o debate – já foi confirmado. Ontem, todos nós da Oposição fizemos esse apelo para que ele fosse, mas acho também que só vale a pena ele ir se for para esclarecer de onde veio esse dinheiro da compra do dossiê. Se for para ele chegar lá e querer, mais uma vez, usar o seu charme pessoal, a sua palavra para enganar aquela massa da população menos escolarizada do Brasil, acho que não valeria nem a pena ele ir.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador José Jorge, apenas uma rápida palavra: vai para o debate pelas razões que estão sendo aí relacionadas por V. Ex^a e pelo fato de que ele já sabe que está no segundo turno e que, não ir ao debate, agravaria ainda mais essa confirmação de que o segundo turno está garantido para a democracia no Brasil.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a tem razão. Na realidade, o Presidente Lula não foi a debate algum, não foi ao debate da TV Bandeirantes nem ao das duas outras tevês, a SBT e a Record, que cancelaram os debates porque já havia uma decisão do Presidente Lula de não ir. Os jornais **O Globo** e **Folha de S.Paulo** pretendiam promover debates em que seus principais colunistas fariam perguntas ao Presidente, mas ele não foi a nenhum dos dois. Todos os outros candidatos foram, mas ele não foi. Portanto, ele não se interessa pelo diálogo, ele não se interessa pelo debate.

Ele está indo a esse debate hoje, mas não é atendendo ao apelo da Oposição, porque ele não tem esse espírito democrático. Ele vai, porque sabe que o segundo turno está chegando a galope. As pesquisas de ontem mostram que ele teria 53% dos votos válidos, mas mostram também que Geraldo Alckmin vem crescendo, e ele vem caindo, e que essas duas curvas vão se encontrar no dia da eleição, e, portanto, estamos caminhando para o segundo turno, apesar de as pesquisas ainda mostrarem essa pequena vantagem que ele ainda tem, de três pontos. Efetivamente, essa é a razão principal para que ele vá ao debate.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Vi há pouco, no *blog* do renomado jornalista Tão Gomes Pinto, que a decisão do Presidente Lula de ir ao debate foi produto, Senador Sérgio Guerra, de uma acirrada votação; um grupo a favor; outro grupo não, e ganharam por um voto. Tutelado, resolveu submeter-se a seu *politburo*. O marqueteiro não queria que ele fosse; outros queriam que ele fosse. Ele, então, dobrou-se à decisão desse grupo, e não à do povo brasileiro. Ora, a menos de 24 horas do debate, o Presidente da República tomar uma decisão dessa natureza mostra exatamente a maneira pela qual trata as questões nacionais. A participação em debates é uma obrigação e um dever do homem público, mas infelizmente a nossa legislação eleitoral ainda permite esse tipo de omissão. No aperfeiçoamento que será feito logo após as eleições – e tenho certeza de que o nosso Presidente, o Senador Marco Maciel, com sua experiência, dará uma colaboração

importante –, temos de dar uma mexida na participação de candidatos no processo eleitoral, pelo menos tornando obrigatória a participação em debates. O que está acontecendo hoje, Senador José Jorge, é que se conhece mais o talento do marqueteiro do que o que há dentro da cabeça do candidato. O candidato esconde-se por trás da genialidade do marqueteiro – receba ele a remuneração por seu trabalho em dólar aqui ou lá fora, não importa, o que importa é o trabalho –, mas o candidato em si se protege. Depois, o País é que paga o preço. Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

É inacreditável, Senador. Se não fosse V. Ex^a dando voz às palavras dos jornalistas, eu não acreditaria. Não é possível que o Presidente da República, para ir a um debate, submeta-se à votação de seus assessores! Aliás, é preciso ver quem votou, se há algum envolvido, como o Lorenzetti.

Concedo um aparte ao Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador José Jorge, é muito apropriada a afirmação de V. Ex^a quando se refere a abuso de poder econômico no caso do dossiê. O TSE hoje está com um problema muito grande nas mãos para resolver, que é justamente esse caso. Por quê? Tivemos um Senador, João Capiberibe, nosso colega aqui por mais de três anos, que teve seu mandato de Senador cassado – sua esposa teve o mandato de Deputada Federal cassado também. A acusação foi a compra de dois votos por R\$27,00 cada um. Até aí não tem nada. De R\$ 27,00 para R\$1,7 milhão, há uma diferença grande, mas o crime é o mesmo. O mais importante é que, quem denunciou o Senador João Capiberibe, não o fez dizendo que tinha recebido de suas mãos os R\$27,00. No depoimento de quem o acusou, está escrito que o dinheiro foi recebido da mão de assessores do Sr. João Capiberibe quando candidato. Recebeu, repito, da mão de assessores. Esses que foram presos com R\$1,7 milhão não são assessores? São sim, senhor! Até agora não se apurou por quê? Temos certeza de que estão procurando patrono para o dinheiro, mas, se esse patrono aparecer, esse dinheiro terá de estar inscrito e contabilizado na campanha do PT. Mas, mesmo que esse dinheiro esteja contabilizado hoje na contabilidade do PT, com um patrono improvisado como dono do dinheiro ajudando o PT, por que o PT não disse até agora que esse dinheiro está registrado, que é dele e que se encontrava na mão do assessor no hotel? Então, não há saída, o crime está praticado: abuso de poder. Só me estou reportando a isso hoje, Senador, para que o povo brasileiro, aquele que nos

está assistindo, faça uma reflexão e veja que não temos condições de manter esse pessoal tão inescrupuloso à frente do poder deste País. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador João Batista Motta.

Sr. Presidente, antes de encerrar, gostaria de comentar rapidinho duas notícias que saíram hoje.

Esta aqui diz o seguinte: “Banco Central baixa de 4% para 3,5% a projeção de crescimento do PIB para este ano”.

No ano passado, crescemos 2,3%, o que significa que, na América Latina, só crescemos mais do que o Haiti, que é um dos países mais pobres e está em guerra; o resto cresceu mais do que o Brasil.

Todo começo de ano, dizem que vamos crescer mais de 4%, depois baixam para 4%, depois para 3,5%, e, daqui a pouco, vão baixar para menos de 3%. Portanto, está ocorrendo hoje o que aconteceu em todos os outros anos.

Outra notícia, esta nova, diz o seguinte: “Lula perdeu a liderança para Chávez, diz **The Economist**”. A revista **The Economist**, uma das mais importantes do mundo, estampa na capa de sua edição desta semana uma foto do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, abraçando o Presidente Lula, na qual ambos sorriem. E a publicação britânica questiona: “Quem lidera a América Latina?”

Em seu principal editorial, **The Economist** afirma que Lula, um líder dos pobres, “perdeu terreno para a corrupção, torpor econômico e para seu rival venezuelano”.

Liderança na América Latina. Segundo a revista, ao ser eleito, há quatro anos, Lula parecia estar destinado a se tornar o porta-voz de uma nova, mais confiante e mais justa América Latina.

The Economist afirma que não apenas o Brasil, a quarta maior democracia do mundo, tem aspirações legítimas de liderança regional e de um maior papel no mundo, mas a própria história pessoal de Lula o capacitava para assumir a liderança moral de uma nova e democrática esquerda latino-americana que parecia ter-se livrado da adesão, no passado, ao Estado todo poderoso.

Passados quatro anos, Lula parece quase seguro de um segundo mandato, seja na eleição geral do dia 1º de outubro ou no segundo turno, um mês depois. Tristemente, entretanto, ele perdeu parte de seu brilho.

Na verdade, o que essa importante revista diz é que o Presidente Lula está sendo abatido pela corrupção e pela incompetência, o que é a pura verdade, que já está se vendo de longe, já está se vendo do exterior.

Sr. Presidente, talvez esta seja uma das últimas sessões do Senado, e eu queria encerrar dizendo que, na eleição de domingo, esperamos que todos os brasileiros compareçam e votem livremente. Esperamos também que, daqui até lá, saibamos de onde veio esse R\$1,75 milhão que está sujando esta eleição, para que nós possamos votar e trabalhar para um segundo turno.

É muito importante, para a democracia e para aqueles que pensavam em votar em Lula, que haja um segundo turno. Por quê? Porque, se não houver um segundo turno, esta eleição não terá a responsabilidade que deveria ter, uma vez que esse fato efetivamente sujou a eleição. Então, vamos todos votar, vamos todos praticar o regime democrático no Brasil e vamos para o segundo turno, para que, aí sim, possamos ter tempo para esclarecer melhor todas essas questões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Após a palavra do Senador José Jorge, representante de Pernambuco no Senado Federal e candidato a Vice-Presidente na chapa do ex-Governador Geraldo Alckmin, eu tenho prazer de conceder a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, da representação do Piauí nesta Casa e integrante da Bancada do PFL no Congresso Nacional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive o prazer de acompanhar, hoje, o Presidente do PSDB, Senador Tasso Jereissati, a uma audiência com o Presidente do Banco Central, ocasião em que fomos mostrar a preocupação de nossos partidos com a morosidade na apuração dos fatos graves que ocorreram, entre São Paulo e Mato Grosso, na confecção de um dossiê que visava tão-somente prejudicar as candidaturas, consolidadas, de José Serra e de Geraldo Alckmin.

É lamentável que o Partido dos Trabalhadores tenha, em toda sua história, essa vocação de atuação em submundo, de convivência com dossiês e de expedientes que não dignificam a atividade política no Brasil. Se tem credibilidade ou não, o autor do famoso Dossiê Cayman relata, para uma revista que circulou esta semana, telefonemas recebidos de figuras importantes do Partido dos Trabalhadores, querendo tirar proveito daquela peça com o intuito de criar dificuldades em uma campanha eleitoral passada.

Lamentavelmente, este episódio tem sido muito mal coordenado por parte do Governo no que diz respeito a uma apuração transparente. Informações distorcidas: o Ministro da Justiça diz uma coisa, seus subordinados outra, o Banco Central outra. O que nós temos aí é apenas a certeza de que são fatos criados

artificialmente diante de algo grave com o único e exclusivo objetivo de transferir graves apurações do episódio para depois do dia 1º.

Diante disso tudo, não é de se estranhar o estado emocional de Lula, demonstrado em suas aparições como Presidente da República nas televisões brasileiras e em solenidades das quais participa. Vê-se um homem nervoso, desligado daquilo que o cerca e completamente tomado pela angústia.

O jornalista Tão Gomes, que tem toda uma vida dedicada ao jornalismo brasileiro, hoje, no seu blog, “BliG do Tão”, conta como foi decidida a presença de Lula no debate: votação.

O João Santana é contra; o Luiz Dulci, cauteloso, contra; o Gilberto Carvalho, aquele que teve uma atuação brilhante lá no caso de Santo André, também contra. A decisão foi tomada por pressão do Ministro Fernando Haddad e do ex-Senador e candidato a Deputado Federal por Pernambuco, Carlos Wilson.

O mais grave, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que, nas ponderações feitas para convencer o Presidente da República a comparecer ao debate, em nenhum momento se fala da importância do Chefe maior da Nação mostrar ao Brasil os seus quatro anos de Governo; de mostrar ao Brasil, de maneira firme, que não teve participação direta nos episódios. Acima de tudo, fazer com que Sua Excelência tenha uma participação de acordo com o cargo que ocupa.

E aí começam a fazer ilações, aquelas suposições – “Se alguém pergunta o quê, o que é que vai responder”; começam a criticar o Cristovam, dizendo que o ex-Governador do Distrito Federal e ex-Ministro de Lula tem um discurso monotemático e uma força de oratória de segunda categoria. São os conselheiros do Presidente da República.

Imagine, Senador Marco Maciel, com um conselheiro desses, onde é que o Presidente vai parar. É o primeiro conselho.

E aí vai: “O Geraldo é um candidato de tantas falhas, e, quando o assunto for segurança, as propostas dele fazem lembrar o Paulo Maluf”. Em que Geraldo Alckmin pode se parecer com Paulo Maluf? Quer dizer, é o nível da assessoria do Presidente da República e a molecagem a que estão tentando levar o Chefe da Nação, hoje à noite.

Falam aqui de um possível encontro com Heloísa Helena. Mas, em respeito à colega, não vou tratar desse assunto.

E aí dão mais uma sugestão:

“Vá ao debate, candidato Lula. E se Alckmin resolver baixar o nível, perguntando como o presidente não sabia o que estava acontecendo no gabinete ao lado do seu, responda,

distraído – vamos observar se o Presidente vai cumprir a orientação dessa sua nova equipe: Geraldo (chame ele sempre de Geraldo), e você que não sabia o que estava acontecendo dentro do seu guarda-roupa.

As deduções, as insinuações, as maldades inevitáveis ficam por conta do telespectador.”

Conselhos que serão dados ou que foram dados ao Sr. Alckmin.

Nós, da Oposição, temos evitado tratar de assunto dessa natureza, até porque família, para quem preza, para quem tem apreço, é sempre preferível deixar fora dessas questões.

Geralmente, dentro de guarda-roupa tem um cofre. A roupa é mais exposta, senhores conselheiros. E dentro do cofre tem dinheiro. E se o Sr. Geraldo Alckmin perguntar ao Presidente Lula onde o seu filho colocou o dinheiro que recebeu da sua empresa?

Que tipo de debate querem levar nesta noite? Acho que não é o melhor caminho. Acho que esse não é o melhor caminho! Não foi assim que a Oposição procedeu, nem nesse caso, nem em rastreamento de contas de familiares de autoridades do Brasil no exterior. Mas esse assunto pode ser tratado. Foi bom porque os que têm responsabilidade com a candidatura de S. Ex^a o ex-Governador de São Paulo terão agora que minuciá-lo de documentos.

Só acho que o Presidente Lula não está bem assessorado com esse tipo de conselho. Vejam bem, o Ministro da Educação do Brasil, responsável pelo destino de jovens, pelo futuro deste País, aconselhar o Presidente da República a atitudes dessa natureza!

Infelizmente, falta ao Presidente da República autoridade para pôr para fora de uma sala quem lhe dá conselhos como esse. Acho que o Sr. João Santana tem muito mais autoridade e propriedade para ditar comportamentos do que essas maluquices. Aliás, Presidente Lula, pode perguntar episódios envolvendo os que estão na roda. Só lamento. E aqui quero fazê-lo por dever de justiça: pelo que conheço de Luiz Dulci, não acredito, pela sua formação, que tenha concordado com esse tipo de molecagem preparada.

Senador Marco Maciel, Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a que entra no plenário agora, estou lendo o roteiro, o *script* que alguns amigos do Presidente Lula lhe prepararam para o debate de hoje; foi por isso que ele criou coragem para ir ao debate. O que sabemos é que o Presidente Lula se fragiliza com questões dessa natureza.

Em 1989, naquele famoso debate com o Presidente Collor, ao então candidato lhe perguntar pelo três em um, que até hoje eu não sei o que é, Sua

Excelência exasperou-se, ficou nervoso. E a Nação toda reprovou a utilização de episódios pessoais, de episódios familiares em debate. Se o Lula ao longo da vida se queixou – e se queixa desse fato –, como é que seus assessores agora querem aconselhá-lo a entrar exatamente em questões pessoais, em questões familiares?

Meu avô, que viveu, Senador Tasso, até os 96 anos e tinha sabedoria popular, dizia sempre que “quem não pode com o pote não pega na rodilha”. O Brasil quer saber do dinheiro público que está sendo desviado. O Brasil quer saber das apurações feitas na Operação Sanguessuga. O Brasil quer saber de doações que só aparecem quando há um desencontro de quadrilha, e a denúncia faz com que todos sejam flagrados em um quarto de hotel em São Paulo, literalmente com a mão na massa.

É preciso que se explique detalhadamente a origem desse dinheiro. É bom que o Brasil todo se lembre que o PT e as pessoas de sua liderança criaram a CPI do Banestado para investigar fluxo de recursos que entravam e saíam de maneira ilegal de nosso País, e que isso já custou muitas dores de cabeça ao Partido dos Trabalhadores.

Se o Presidente da República vai com esse espírito para o debate, terá uma grande decepção. Lamentavelmente não vi aqui neste comitê, neste politburo a presença do ex-Ministro e agora coordenador de campanha Marco Aurélio, diplomata, homem de hábitos finos, que sabe o que é bom, usa roupas de grife, sapato italiano, óculos de tartaruga e, acima de tudo, tem preocupação de mostrar à Nação que pelo menos alguém do PT tem vocação para lorde, pela sua postura e elegância. Imagino o seu constrangimento em participar dessa roda. Não vi o seu nome citado. Tenho certeza... Pode ser que eu esteja enganado, nos enganamos tanto com algumas figuras do PT que prometeram a salvação da alma e que estão procedendo exatamente de outra maneira.

Dito tudo isso, há uma coisa mais grave. Meu caro Fonseca, decano deste comitê: quem foi que contou sobre a reunião secreta do Presidente para um *blog*? Isso mostra que o Palácio do Planalto é uma tábua de pirulito! Ninguém consegue conversar naquele Palácio. Isso é um tiro no pé. O Presidente conversa de maneira reservada sobre estratégias do seu encontro de hoje à noite e, às 11 horas e 14 minutos, o sempre bem informado Tão Gomes Pinto escreveu no seu *blog* matéria com o título: “Urgente! Lula vai ao debate na Globo” e coloca este roteiro de pastelão mexicano de filme de terceira categoria. Eu lamento, mas esse é o Presidente que temos.

Senador Tasso Jereissati, espero que tenhamos a oportunidade de assistir hoje ao debate que a Nação quer ver, com os candidatos mostrando propostas, prestando conta de suas responsabilidades e esclarecendo questões à Nação.

Neste momento, há muitos brasileiros que ainda querem definir em quem votar, pois estão em dúvida. Para votar em um candidato envolvido nesse esquema de denúncia permanente – até agora, a sua única arma foi dizer que não sabia de nada –, é preciso que seja dada uma resposta objetiva, convincente e forte à Nação. Daí por que lamento que Sua Excelência tenha faltado a outros debates, porque perdeu várias oportunidades de prestar esclarecimentos à Nação.

Aliás, retifico o que disse: se tivesse ido aos debates anteriores e justificado os escândalos passados, o Presidente ia ter que, neste debate agora, justificar e esclarecer os escândalos novos. A capacidade do PT de produzir escândalos no atual Governo é muito maior que a capacidade da Oposição de apurá-los. Vejam que o escândalo das cartilhas, que é um gravíssimo caso de desvio de recursos, foi colocado de lado, embora o Tribunal de Contas esteja apurando. Há pelo menos uma centena de escândalos – na maioria, envolvendo recursos públicos – que os órgãos competentes estão apurando e estão sendo atropelados por escândalos novos, o que mostra a infinita capacidade do atual Governo de conviver com fatos dessa natureza.

Lembro que, no caso José Dirceu, o Presidente disse que colocava a mão no fogo; no caso do Genuíno, também colocava a mão no fogo. Ou essa mão é de amianto, ou ele está pondo a mão no fogo de mentirinha, pois não há mão que resista a tanta prova dessa natureza.

Senador Marco Maciel, o debate de hoje, pelo respeito aos eleitores brasileiros, no meu modo de ver, será marcante para que o eleitor tenha mais oportunidade de realmente saber em quem vota. Se eu pudesse dar um conselho ao Presidente da República, eu lhe diria: jogue as sugestões desses seus companheiros de politburo no lixo, porque estão mostrando que não querem bem nenhum a esse Presidente da República, pois conselho dessa natureza é muito bom para dar a inimigo, Senador Tasso Jereissati.

Imagino o Presidente seguindo essa cartilha dada por esses companheiros que lhe aconselharam e que foram vencedores na decisão tomada por Sua Excelência. O que me deixa triste, Senador Tasso Jereissati, é ver que o Presidente está indo ao debate não por convicção, não por vontade de mostrar ao País suas propostas nem tampouco para esclarecer fatos. É porque sua turma quer e a turma do Lula quando quer fala mais forte do que o Presidente.

Concedo um aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Presidente Marco Maciel, Senador Heráclito Fortes, dentro do tema de que V. Ex^a está tratando, gostaria de comunicar que recebemos do advogado da coligação a confirmação de que deu entrada a pedido de informações no Banco Central para quebra de sigilo das instituições e das pessoas envolvidas na trilha de parte dos dólares encontrados junto com os membros do PT em um hotel de São Paulo. Esse pedido foi encaminhado ao Corregedor-Geral do TSE, Ministro César Rocha, e estamos na expectativa de que esse pedido seja acatado amanhã. Por que isso? Porque, de manhã, Presidente Marco Maciel, em companhia do Senador Heráclito Fortes, estivemos no Banco Central, que, para nossa grande surpresa, nos informou que a Polícia Federal e o Ministério da Justiça não tinham solicitado nenhum tipo de informação, até o presente momento, sobre esse escândalo que deixou o País perplexo. E, ao mesmo tempo, nos informou que, se a Polícia Federal sabe que existe um banco que foi o receptor de notas de dólares seriadas dos Estados Unidos, o rastreamento, a partir do banco e dessas notas, poderia ser feito com a maior eficiência e rapidez pelo Banco Central. Ao ser questionado por que não tinha feito ainda, ele disse que não o fez porque o Banco Central, constitucionalmente, é obrigado ao sigilo bancário e só pode quebrá-lo sob provocação judicial, o que não tinha ocorrido até aquele momento. Como sempre, fomos informados de que a Polícia Federal e o Ministério da Justiça estariam fazendo o maior esforço possível para explicar à Nação de onde veio e de quem era esse dinheiro, e ficamos realmente muito surpresos com a notícia dada pelo Banco Central. Assim, estamos apresentando ao TSE esse pedido de informações e de quebra de sigilo bancário, na expectativa e na esperança de que, pelo menos, possa ser identificado o dono dessa parte seriada do dinheiro, que é dinheiro novo, que está com cinta e com fita. Os outros dólares que não têm essa característica provavelmente são ilegais. Todos são ilegais, ou seja, é clandestino o outro, porque não tem entrada registrada no País. De qualquer maneira, Senador Heráclito Fortes, ainda resta a expectativa de que o Presidente da República hoje à noite possa esclarecer essa enorme questão que paira sobre os ombros dele. Porque mesmo para a saúde da sua eventual e pouco provável vitória no primeiro turno – se vier a ganhar, no que não acredito – será importante que antes das eleições ele esclareça à Nação se esses recursos resultam ou não de lavagem de dinheiro de tráfico de drogas e de armas ou de outro tipo de crime, ou se foram desviados dos cofres públicos, ou

ainda se esse dinheiro realmente tem origem e estava nas mãos dos seus companheiros mais íntimos ou na mão do presidente do seu próprio partido, que, como ele mesmo disse, os comanda. Portanto, não há o que a Nação ficar temendo nem há o que esconder. Isso é fundamental, Senador Heráclito Fortes, Presidente Marco Maciel, para que o País possa respirar aliviado já no dia da eleição. Como votar num Presidente da República sobre o qual existe a suspeita de que estaria envolvido com o uso, na sua campanha, de dinheiro escuso, dinheiro vivo que ninguém sabe a origem e que pode ter até origem no tráfico de entorpecentes, por exemplo? Como votar com essa enorme dúvida na cabeça, na mente, na consciência dos eleitores? Essa, portanto, é uma medida que estamos tomando, na expectativa de que, pelo menos, parte disso venha a ser esclarecido, e que o Brasil possa votar mais consciente no domingo, sabendo realmente a profundidade dessa ilicitude e quem está realmente envolvido, até que profundidade cada uma das pessoas do círculo íntimo do Presidente da República está envolvida nesse crime. É essa a informação que eu queria dar aqui a V. Ex^a em relação ao próprio roteiro que V. Ex^a leu, preparado pelos assessores, sempre nesse clima de desrespeito, não explicando as coisas, não respondendo sobre os problemas mais graves. Não responderam à questão da cartilha, nunca deram explicação clara sobre o relacionamento com o Marcos Valério e em nome de quem o Sr. Delúbio agia. Mas, a grande pergunta que vai estar no ar, nesta noite, no debate é a questão, novamente, do dinheiro na mala, na mão do círculo íntimo do Presidente da República, comandado pelo próprio Presidente do PT. Essa vai ser a grande questão. Podem tentar agredir, ser irônicos até em relação aos outros candidatos, mas essa pergunta, não adianta, vai estar na mente de todo cidadão brasileiro, de todo eleitor brasileiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tem razão. Alguma coisa deve estar acontecendo nessas investigações. Não sei se pressão, excesso de reuniões madrugadas adentro... Mas uma coisa está deixando-me intrigado, Senador Tasso. O Diretor da Polícia Federal, Dr. Lacerda, é sempre um homem equilibrado, discreto, de poucas declarações. E vejo uma declaração aqui que estou achando ainda que possa ser desencontro entre as afirmativas e o que está colocado. Se bem que a matéria tem assinatura de renomado jornalista:

O Diretor da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda, argumentou que buscar informações no Banco Central, neste momento, é irrelevante. Ele disse que a PF já tem todas as informações necessárias para rastrear o dinheiro com base no que foi passado por autoridades

americanas. O que a PF podia colher no Banco Central, o Coafi já colheu e encaminhou à PF.

Veja bem, Senador Tasso, um pouco diferente do que ouvimos hoje no Banco Central:

‘Os dois parlamentares estão fazendo campanha’, disse, referindo-se às declarações dadas mais cedo pelo Presidente do PSDB, Tasso Jereissati e pelo Senador Heráclito Fortes. Se eles têm alguma informação sobre a investigação, que digam o que sabem e que a Polícia Federal não sabe ainda.

Ora, caro Diretor-Geral, Dr. Paulo Lacerda, homem que respeito tanto, que teve uma passagem muito cordial pelo Senado da República, quero apenas, de antemão, que V. S^a releve se, na realidade, essas informações não forem suas. Não cabem ao Senado da República as investigações, mas exatamente à Polícia Federal, enquanto republicana. O que não pode é a Polícia Federal apurar fatos, tê-los em mãos, como as declarações aqui prestadas por V. S^a, e não torná-los públicos no momento em que toda a Nação estranha. Não gostaria de acusar ninguém, mas acho eu que a Polícia Federal prestava um serviço mais importante à Nação. Não ficaria sob a dúvida de ser manipulada, não pelo Dr. Paulo Lacerda, mas pelo Ministro da Justiça.

O Ministro da Justiça, é bom que o Brasil saiba, de dia é Ministro da Justiça, de noite é garoto-propaganda do candidato do PT a Governador de São Paulo. Não podemos tapar o sol com a peneira. Deu declarações para um programa eleitoral de um partido. É exatamente o Ministro que tem sob o seu comando a Polícia Federal.

Daí por que é um direito sagrado que a Oposição tem de colocar sob suspeita a demora em esclarecer alguns fatos. Fazer campanha, Dr. Paulo, faz parte da democracia e do regime em que vivemos. E estamos, aliás, em temporada de campanha. Se episódio dessa natureza não nos tivesse atrapalhado, não estaríamos aqui, Senador Tasso, no plenário do Senado; talvez estivéssemos nas nossas bases ou acompanhando o nosso candidato a Presidente da República. Mas a responsabilidade com esses fatos, ao vermos que o dinheiro público está sendo jogado pelo ralo, para a compra e a montagem de dossiês, faz-nos pedir os devidos esclarecimentos. E, por confiar que a Polícia Federal, republicana, tem o dever de apurar tudo e de deixar claro, é que estamos nessa luta.

Há um desencontro de informações. Ora o dinheiro é seriado, ora não é; ora o dinheiro chegou do estrangeiro de maneira legal, ora não chegou. Esse conflito de informações sobre um fato grave é que nos deixa

de cabelo em pé. De forma que não se presta serviço algum ao País dessa maneira.

Acho o Ministro Márcio Thomaz Bastos o mais competente Ministro do atual Governo. Criminalista, ele vem sugerindo, ora como Ministro, ora como conselheiro, a seus colegas de escritório e estagiários que façam a defesa dos criminosos e dos bandidos que fazem parte deste Governo. Isso é que é preciso que fique bem claro.

Não é com esse tipo de insinuação que vamos recuar, nem tampouco nos amedrontar. Cada um tem uma missão, cada um tem um dever, e seria bom que todos cumprissem com o seu dever por responsabilidade.

Se o Presidente da República tivesse a responsabilidade de presidir o País, não permitindo a convivência com bandidos, não permitindo os Waldomiros, os Delúbios Soares, não permitindo a convivência do seu Palácio com a prática de jogos... Porque tudo isso começou, Senador Marco Maciel, com a negociação de membros do seu Governo e a máfia do jogo do bicho. Quem não se lembra disso? Tudo começou com empréstimos no submundo para sustentar as atividades pouco republicanas do Partido dos Trabalhadores. Quem não sabe disso? E temos o direito de ter angústia, porque nada disso foi apurado. Quantos processos envolvendo pessoas neste Governo estão engavetados? E o que vemos hoje? No seu Ceará, o Lula se abraçando com o homem da cueca e querendo transformá-lo no mais votado.

Em São Paulo, com os cassados e com os que renunciaram, e pelo Brasil afora. Aí, quando surge nova gangue, vai para a televisão e diz: “Tenham paciência com esses meninos. Os meninos erraram”. É por isso que peço ao Presidente Lula, insistentemente: pegue esses seus “meninos” e mande-os para a Febem, porque, senão, vão fazer parte do crime organizado quando crescerem, vão assaltar bancos e traficar armas.

Não é motivo de brincadeira o que estamos tratando aqui, porque isso é apenas o que chegou ao nosso conhecimento. E o que não chegou?

Pergunto ao Senador Tasso: de onde está saindo recurso para essa campanha milionária que o PT faz pelo Brasil inteiro?

Houve decisão da Justiça envolvendo o meu Estado, o Piauí, do Tribunal de Contas da União, suspendendo liberação de recurso feita de maneira ilegal. Houve escândalos por todo o Brasil. O Tribunal de Contas mandou suspender mais de 90 obras por irregularidades. E não querem que tomemos providências e procuremos o Banco Central.

O que nos levou ao Banco Central hoje? A falta de clareza com que os fatos estão sendo apurados,

essa vontade de deixar o tempo passar e deixar tudo para depois do segundo turno. Não aceitamos isso.

Concedo o aparte ao Senador Tasso Jereissati, com a maior alegria.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Heráclito Fortes, pedi a V. Ex^a novo aparte porque estou lendo, agora, a declaração feita pelo Dr. Paulo Lacerda, Superintendente da Polícia Federal, a qual lamento profundamente. Diz ele que estamos em campanha e faz uma certa ironia em torno disso. Primeiramente, Presidente Marco Maciel, a Polícia Federal é uma instituição que respeito profundamente. Tenho a maior admiração pelo trabalho que ela tem feito neste País, nos últimos anos. É uma instituição que merece sempre o nosso carinho e que deve ser protegida de más influências o máximo possível, para que mantenha a sua independência e cumpra os seus deveres. Tenho certeza de que esse é o sentimento da maioria dos seus servidores. No entanto, ultimamente, tem ocorrido o aparelhamento de quase tudo no Brasil. Quem não admira o Banco do Brasil neste País? Quem não zela pelo Banco do Brasil profundamente? Mas estamos vendo o Banco do Brasil ser aparelhado. Aliás, hoje, levamos ao Presidente do Banco Central a nossa preocupação também com o Banco do Brasil. Presidente Marco Maciel, no sistema financeiro de livre mercado, o maior banco do País ter como diretor de análise e risco de crédito uma pessoa que pertence ao serviço de espionagem de um Partido político é algo muito grave. Muito, muito grave! Esse é um dos maiores casos de intromissão do poder no aparelho do Estado e na vida privada do cidadão brasileiro. Lembro que a diretoria de análise de crédito e de risco detém informação a respeito das empresas e das pessoas, e o seu diretor pertence ao serviço de espionagem do PT. Por outro lado, falo do maior banco do Brasil, vital para o sistema financeiro brasileiro e interligado a todos os outros bancos. Olhem bem a gravidade. A meu ver, aí o Banco Central falhou. Esse caso, especificamente, merecia do Banco Central uma intervenção rápida, que já teria acontecido no caso de qualquer outro banco. O Banco do Brasil, com todo o respeito que temos por ele, hoje está sendo aparelhado. Pela Polícia Federal, nosso respeito é o mesmo. Não tenho o prazer de conhecer tão bem o Superintendente Paulo Lacerda, Senador Heráclito, mas, desculpe-me, para mim ele está sob suspeita. Sei que a Polícia Federal não esconderia essa informação do País. Hoje, tivemos a confirmação de que para se conhecer a origem das moedas lacradas basta pedir essa informação à Casa da Moeda americana e ela será dada em horas. Então, a Polícia Federal e o Ministério da Justiça já poderiam ter essa informação um dia depois de ter sido encontrado o di-

neiro. Soubemos hoje que, de posse da informação do banco que recebeu essas cédulas, ainda cintadas, é facilímo se fazer o rastreamento desse dinheiro, mas o Banco Central sequer foi consultado sobre isso. Portanto, o Sr. Paulo Lacerda também está sob suspeita. Ele estranha que V. Ex^a e eu estejamos em campanha, mas esse é nosso papel, isso faz parte de nossa vida, de nossa obrigação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Até porque o Brasil não vive numa ditadura; aqui há eleição.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – O Brasil não quer ditadura e estamos em campanha. Estranho é o Superintendente da Polícia Federal estar participando de campanha. Isso é estranho. E peço que, independentemente do resultado das eleições, revejamos o seu papel, porque, quando ele faz uma declaração como essa, transforma-se num homem que, com uma grande dose de ironia, responde a dois políticos e faz campanha para o seu candidato, o Presidente, a quem serve neste momento. Isso também é sério. Portanto, Sr. Paulo Lacerda, se a questão da origem e da propriedade desse dinheiro não for resolvida até as eleições, não será por incompetência da Polícia Federal, mas por uma manobra propositada sua, a mando de não sei quem. O senhor, com certeza, está envolvido nisso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Tasso Jereissati, é muito oportuno e uma feliz coincidência que estejam nas galerias da Casa estudantes da PUC de Betim, Minas Gerais. Evidentemente, deve haver estudantes que seguirão as várias especialidades do Direito. Aqueles que quiserem ser criminalistas têm um prato cheio no atual Governo.

Quero que vocês entendam que o Sr. Expedito é o responsável, no Banco do Brasil, pela área de risco. Ora, como tal e com a autoridade de diretor do Banco do Brasil, pode telefonar para qualquer entidade bancária brasileira e pedir informação sua, minha ou de quem quiser. Sob qual argumento? “Fulano de tal quer fazer uma operação no Banco do Brasil e quero saber como é a sua ficha.” Qualquer entidade colocará as informações, por dever profissional, ao seu alcance. O mesmo Sr. Expedito colhe as informações sigilosas do tal serviço de avaliação de risco da campanha do Partido dos Trabalhadores – nem com isso tiveram cuidado.

O Sr. Lorenzetti – que, para mim, nunca passou de um chuveiro que dá choque quando mal-instalado – é o diretor do Banco do Estado de Santa Catarina. Sua especialidade anterior era ser farmacêutico e churrasqueiro do Presidente da República. Foi colocado numa função semelhante.

O Banco do Brasil já teve episódios anteriores de diretores também afastados por bisbilhotar a vida alheia. No entanto, o mais grave é o cinismo das informações.

Depois do 11 de setembro, não se tira, em nenhuma instituição bancária americana, nenhum valor acima de US\$10 mil sem se preencher um formulário imenso. Nesse formulário, quando o dinheiro é seriado, com aquela cinta do Banco Central – portanto sem necessidade de conferência -, o banco coloca o número da primeira e da última nota e diz a quem foi entregue. A tecnologia moderna faz com que o sujeito seja fotografado.

Pois bem, quando o dinheiro já foi movimentado, eles, por amostragem, tiram a numeração de dez ou de vinte, dependendo do valor a ser sacado, e colocam, embaixo, que entregaram ao portador Fulano de Tal a quantia tal, em cujo montante encontram-se as cédulas tais, tais e tais, para facilitar rastreamento.

O Banco Central não sabe como esse dinheiro entrou no Brasil. Um joga para a Coafi, outro joga para a Polícia Federal. E o Banco Central não sabe para que a Diretoria Internacional e por que o Banco Central é o guardião da moeda no Brasil!

Qualquer um dos senhores, se chegar aqui no caixa automático e for tirar dinheiro para comprar pipoca ou tomar sorvete, verá que há uma máquina fotográfica automática que registra a sua fisionomia, para evitar que se esteja sendo, naquele momento, coagido por seqüestro ou por outra maneira qualquer. Qual é o espírito? Fotografar quem retira e, eventualmente, quem está ao lado. E tem-se desvendado uma série de seqüestros e saques misteriosos pelo Brasil afora.

Se formos a uma agência bancária, eles fotografam e filmam da hora da chegada à hora da saída. Quando se pede um valor alto, o caixa, ao se dirigir ao local onde está a quantia, aciona um dispositivo, e o circuito interno começa a acompanhá-lo exatamente para protegê-lo no caso de seqüestro. Nesse caso, ninguém sabe, ninguém viu.

Ora! É uma brincadeira, Senador Marco Maciel. O que se está fazendo é uma brincadeira muito parecida com o episódio do dólar na cueca em São Paulo, um produto da venda de verduras na Ceasa. Um mês depois, aperta-se daqui, aperta-se dali, e sabe-se a realidade dos fatos.

Quem se esqueceu do episódio do dinheiro de Cuba? Não foi uísque. “Pegamos as garrafas de uísque, saímos de Brasília e levamos para São Paulo. Chegamos em São Paulo, e não tinha combustível no aeroporto de Campinas.” Imaginem! O aeroporto internacional de Campinas não ter combustível para avião.

“E fomos para Amarais” – um aeroporto de ultraleve e de aviões de pequeno porte.

Ora, era muito mais barato comprar as três caixas de uísque em Campinas e poupar a gasolina, o tempo e os custos do avião.

Eram dólares! São essas coisas que o Brasil todo quer saber. Infelizmente, estamos às vésperas de uma eleição. Mas estamos com esses assuntos atrasados, porque o Governo não se interessa, não quer ou não deve apurá-lo.

Portanto, Sr. Presidente, desejo muita felicidade ao Presidente Lula hoje no debate, mas que ele leve fatos concretos sobre a sua administração, sobre os seus amigos, sobre quem o cerca e tenha muito cuidado com quem o acompanha, inclusive hoje no debate, porque o público de hoje pode ser um grande fiel de amanhã.

Muito obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Senador Tasso Jereissati, tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabamos de ver uma nota da Federação Nacional dos Servidores da Polícia Federal, reclamando do uso político da Polícia Federal pelos próprios funcionários de lá. Isso é muito grave, corrobora o que estamos dizendo e coloca o Superintendente, Paulo Lacerda, em uma situação muito difícil. Ele precisa se explicar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que eu queria observar. É importante que seja do conhecimento de todos essa nota da Federação Nacional dos Servidores da Polícia Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2006

(Nº 7.432/2006, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Denomina “Rodovia Santos-Dumont” a rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero), em Fortaleza, no Estado do Ceará, até o entroncamento com a BR-040, no Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada “rodovia Santos-Dumont” a rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero), em Fortale-

za, no Estado do Ceará, até o entroncamento com a BR-040, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.432, DE 2006

Denomina “Rodovia Santos-Dumont” a rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero) em Fortaleza – CE até o entroncamento com a BR-040, no Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada “Rodovia Santos-Dumont” a rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero) em Fortaleza-CE até o entroncamento com a BR-040, no Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 723, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Denomina ‘Rodovia Santos-Dumont’ a rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero) em Fortaleza-CE até o entroncamento com a BR-040, no Rio de Janeiro”.

Brasília, 22 de agosto de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 23/MT

Brasília, 2 de agosto de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que dispõe sobre a denominação de “Rodovia Santos-Dumont”, a ser dada ao trecho da Rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero) em Fortaleza-CE até o entroncamento com a BR-040, no Rio de Janeiro – RJ.

2. Tal proposta foi apresentada a este Ministério pela Comissão Interministerial do Centenário do Vôo do 14-bis, instituída pelo Decreto de 10 de março de 2005, para planejar, coordenar e estabelecer ações destinadas às celebrações alusivas ao Centenário do Vôo do 14-Bis, a ser comemorado em 2006.

3. Em 23 de outubro de 2006, comemora-se o Centenário do Vôo do 14-Bis. Tendo dedicado sua vida à aviação, Santos Dumont foi o primeiro aeronauta do mundo a alcançar, definitivamente, a dirigibilidade dos balões e a realizar o primeiro Vôo homologado em um aparelho mais pesado que o ar, usando apenas os meios do próprio avião.

4. É notória a atuação do ilustre homenageado, quando em vida, destacando-se como o primeiro aeronauta a realizar, em 23 de outubro de 1906, o primeiro vôo mecânico do mundo. Com esse feito, Santos-Dumont recebeu os três mil francos do prêmio Archdeacon, criado em julho de 1906, pelo americano Ernest Archdeacon, para premiar o primeiro aeronauta que conseguisse voar por mais de vinte e cinco metros em vôo nivelado. Conquistou, também, outro prêmio oferecido pelo Aero clube de França, conferido ao primeiro aeroplano que, levantando-se por si só, fizesse um percurso de cem metros com desnivelamento máximo de 10%.

5. Dessa forma, o homenageado bateu seu recorde de 23 de outubro. Há notícia de que a multidão envolveu o 14-Bis e Santos-Dumont saiu carregado em triunfo pelo povo que ocorrera ao Campo de Bagatelle, sendo divulgado por toda a imprensa mundial os dois grandes feitos do nosso brasileiro.

6. Assim, em não havendo designação oficial para o trecho em questão, a homenagem proposta pela Comissão Interministerial de denominar “Rodovia Santos-Dumont” a BR-116, do quilômetro 0 (zero) em Fortaleza-CE até o entroncamento com a BR-040, no Rio de Janeiro – RJ, atende plenamente aos requisitos da Lei nº 6.682, de 1979.

7. Estas, Senhor Presidente, são as razões que me levam a propor a Vossa Excelência a edição deste projeto de lei.

Respeitosamente, – **Paulo Sérgio Oliveira Passos**.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)
– O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Educação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 26, de 2006-CN (OFÍCIO PGR/GAB/ Nº 1.249/2006, na origem), do Procurador Geral da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, os demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União, referentes aos períodos de setembro de 2005 a agosto de 2006 e de maio de 2005 a abril de 2005 a abril de 2006, este republicado e anexado ao OFN nº 20/2006.

Ofício nº 27, de 2006-CN (OFÍCIO GP-O/Nº 4.675/2006, na origem), do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19-10-2000, o Relatório de Gestão Fiscal

da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2005 a agosto de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Os ofícios que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2006 (nº 2.147/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2006 (nº 1.602/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Nova Missão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 341, de 2006 (nº 1.651/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajati, Estado de São Paulo;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2006 (nº 1.871/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Lavradores Autônomos de Buriti – MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti, Estado do Maranhão;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2006 (nº 2.067/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Jornal de Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirãoascalheira, Estado do Mato Grosso;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2006 (nº 2.156/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Loanda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Loanda, Estado do Paraná;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2006 (nº 2.169/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São João do Ivaí, Estado do Paraná.
- Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2006 (nº 2.049/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Engenheiro Navarro – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2006 (nº 2.149/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Utopia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Distrito Federal;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2006 (nº 2.151/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pontal do Araguaia, Estado do Mato Grosso;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2006 (nº 1.362/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Foz do Iguaçu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2006 (nº 1.916/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência de Goiânia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2006 (nº 2.165/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza permissão à Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FAI-UFSCAR para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2006 (nº 265/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2006 (nº 2.177/2006, na Câmara dos Deputados), que

- aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2006 (nº 2.102/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas;
 - Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2006 (nº 2.148/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais;
 - Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2006 (nº 2.154/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais;
 - Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2006 (nº 2.162/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casca, Estado do Rio Grande do Sul;
 - Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2006 (nº 2.163/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jauru FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul;
 - Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2006 (nº 2.167/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brasil de Arte e Cultura para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraquara, Estado do Paraná;
 - Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2006 (nº 2.176/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia (ACRBL) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;
 - Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2006 (nº 2.179/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais;
 - Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2006 (nº 2.181/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais;
 - Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2006 (nº 2.182/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nelson Rocha para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais;
 - Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2006 (nº 2.183/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo;
 - Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2006 (nº 2.203/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas;
 - Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2006 (nº 2.208/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária – AFIRC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro;
 - Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2006 (nº 2.231/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais;
 - Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2006 (nº 2.233/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;
 - Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2006 (nº 2.241/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Funda-

ção Cândido Garcia para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Umuarama, Estado do Paraná; e

- Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2006 (nº 2.268/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Araguari – AP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cutias, Estado do Amapá.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Os Srs. Senadores Marcos Guerra, Leonel Pavan e Sérgio Guerra e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203, combinando com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nosso País, movimentos que se auto-intitulam “populares” especializaram-se, nos últimos anos, em defender causas ilegítimas, acobertados pela impunidade que lhes facilita o desrespeito à lei, recorrendo a táticas quase sempre equiparáveis à chantagem exercida por quadrilhas de criminosos.

Felizmente, é raro que a população se deixe enganar por manipuladores dessa espécie. Tivemos um bom exemplo disso no Espírito Santo, no final da semana passada: mais de 5 mil pessoas participaram de uma manifestação no município de Aracruz, em protesto contra as ações de supostas tribos indígenas que alegam direito de propriedade sobre uma área de 11 mil hectares cultivada pela empresa Aracruz Celulose.

A manifestação lotou a Praça da Paz, no Centro da cidade, na sexta-feira passada, e contou com o apoio do comércio local, que, para demonstrá-lo, fechou suas portas. Ela foi a expressão visível de um movimento de repúdio que vem crescendo a cada dia, e hoje reúne integrantes de 80 organizações, entre associações profissionais, entidades representativas de diversos setores e sindicatos de trabalhadores – todos unidos contra uma reivindicação que não tem a menor base em dados históricos capazes de comprovar sua legitimidade.

Convém lembrar que, no início deste mês, um grupo que se autodenomina descendente de índios ocupou uma plantação de eucaliptos, em área próxima à fábrica da Aracruz, e passou a derrubar e queimar árvores numa extensão de quase 10 hecta-

res, causando um prejuízo até agora estimado em 1 milhão de reais.

Os cortes e incêndios prosseguirão, segundo afirmaram líderes da invasão, até que o governo federal decida pela incorporação de mais 11 mil hectares, de propriedade da Aracruz, à atual reserva indígena, que hoje tem uma área de 7 mil hectares.

Os invasores não se contentaram em destruir patrimônio alheio e colocar vidas em risco ao provocarem incêndios. Também ameaçaram funcionários da Aracruz que tentavam desobstruir as estradas que levam à região, e roubaram seus equipamentos.

O recurso à violência, à intimidação e ao roubo evidencia o desprezo pelas leis do País. O uso de tais métodos é também mais uma prova de que a legitimidade da reivindicação é mais que duvidosa. Seu único respaldo é um recente laudo favorável da Fundação Nacional do Índio, a Funai – que é desmentido por documentos e relatórios anteriores da própria Funai. Esses documentos provam que os índios tupiniquins viviam em território distante 140 quilômetros da região de Aracruz, e que só em 1967 índios guaranis, vindos do Paraguai e de Estados do Sul do Brasil, chegaram àquela área.

A manipulação é óbvia, assim como é claro que muitos dos invasores devem ter sido “importados” de outras regiões do País para formar o contingente de herdeiros fictícios das terras, que a Aracruz adquiriu de proprietários legítimos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Aracruz é uma empresa que já investiu 4 bilhões de dólares na economia capixaba. Como ressaltou, durante a manifestação, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Madeira de Aracruz, Davi Gomes, estão em jogo cerca de 90 mil empregos diretos e indiretos em todo o Estado, dos quais 10 mil apenas na região do município de Aracruz.

O povo sabe distinguir entre quem está a serviço de suas causas e de seu bem-estar, e grupos de desordeiros que servem aos objetivos de organizações não-governamentais estrangeiras, ao radicalismo e a ideologias totalitárias há muito ultrapassadas. A população do município de Aracruz foi às ruas para manifestar sua rejeição veemente à ação dessas forças que representam o atraso e exigir providências do governo federal. Cabe a nós lutarmos para que sua voz seja ouvida e não prevaleça a pressão de interesses ilegais, exercida por meios violentos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer

o registro da matéria intitulada “Um Lula como nunca se viu”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 30 de agosto do corrente.

Segundo a matéria, o livro *Viagens com o Presidente* mostra a face nada protocolar do petista. Segundo a matéria, o livro relata um Lula vaidoso, a ponto de repreender um assessor por andar mal vestido ao seu lado, e propenso a ataques de fúria, como o que o acometeu diante de um subordinado que se esqueceu de trazer-lhe uma toalha.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

UM LULA COMO NUNCA SE VIU

O livro *Viagens com o Presidente* mostra a face nada protocolar do petista

Thais Oyama

No jargão do jornalismo, um “repórter setorista” é aquele especializado na cobertura de determinado assunto ou instituição. Em Brasília, o Palácio do Planalto é, depois da Câmara e do Senado, o lugar que reúne o maior número de setoristas — são mais de vinte. A serviço de diferentes veículos, eles ocupam uma sala no andar térreo do palácio e têm como principal missão acompanhar o dia-a-dia do presidente da República. Trata-se de uma tarefa ingrata. O aparato que cerca um presidente, que inclui uma pesada estrutura de assessoria de imprensa, tende a burocratizar o trabalho dos repórteres, e o acesso a informações exclusivas muitas vezes é nenhum. Por causa disso, a cobertura do Planalto sempre se notabilizou pelo excesso de notas oficiais e pela escassa produção de “furos” — em suma um terreno árido para a reportagem. Os se-

toristas Eduardo Scolese, do jornal *Folha de S. Paulo*, e Leonencio Nossa, de *O Estado de S. Paulo*, no entanto, escaparam dessa maldição. Tomando como matéria-prima a rotina do palácio e as dezenas de viagens presidenciais que acompanharam nos últimos anos, eles produziram o retrato de um político pouco conhecido dos brasileiros. Ao longo de quase 300 páginas, o livro *Viagens com o Presidente* (Editora Record) descreve um Lula vaidoso a ponto de censurar um assessor por andar malvestido ao seu lado e propenso a ataques de fúria, como o que o acometeu diante de um subordinado que se esqueceu de trazer-lhe uma toalha (veja trechos do livro no quadro abaixo e na pág. 78). Lula, saberá o leitor, mesmo quando não está irritado, recorre com tanta naturalidade ao uso de palavras que, entre os petistas palacianos, se difundiu a crença de que, quanto mais pesado o palavrão proferido por ele, maior é o seu grau de intimidade com o interlocutor. “Daí, ouvir um palavrão (do presidente) pode significar status”, dizem os autores.

Trechos do livro
Viagens com o Presidente

O MELÔ DO DIRCEU

“Nessa viagem ao Rio, o presidente está bem no estilo ‘paz e amor’ da campanha, com sua dose de animação um pouco além do habitual. Naquele dia, talvez por conta do esfriamento da crise política, resolve levar tudo aquilo na brincadeira. Em dado momento, para espanto e depois risos dos que o acompanham, o presidente caminha até a janela de seu luxuoso quarto e passa a cantarolar junto com os manifestantes o refrão de uma paródia feita para o ex-ministro da Casa Civil: ‘Ei, José Dirceu, devolve o dinheiro aí, o dinheiro não é seu’. Saltitante, Lula repete o refrão com um sorriso aberto e os dedos indicadores para o alto como se estivesse num baile de Carnaval.”

CAFÉ E CIGARRILHA

“Lula não mede as palavras e fala o que quer (...). Embora não seja cordial como o antecessor, o presidente é visto com simpatia pelos seguranças por ter, segundo palavras dos próprios, a disposição de trabalho e o jeito durão de um militar. Não tem muita paciência. Para ele, tudo tem que ser na hora. Costuma estressar-se com auxiliares a qualquer vacilo. Fica nervoso, por exemplo, se vai a algum lugar que não tenha um café expresso à disposição. Ajudantes-de-ordens, assessores e seguranças sabem que o bom humor do presidente pode ir para o espaço se ele não conseguir fumar sua cigarrilha com uma xícara de café na mão.”

“LÁ VEM O LEÃO”

“**Nas viagens, em conversas pelo rádio**, os seguranças recorrem a inúmeros códigos para garantir a integridade do chefe do governo. Em cada missão, o presidente é chamado por um apelido, geralmente em referência a mamíferos ou planetas (...). ‘Lá vem o Leão’, ‘a Pantera está a caminho’, ‘Saturno tem pressa e está nervoso’, o ‘Eclipse apareceu’. Já a primeira-dama é muitas vezes chamada de ‘Estrela’ ou ‘Damasco’ (...). Os integrantes do Itamaraty têm um tratamento carinhoso e diferenciado, com direito até a nome de desenho animado. Diante da aproximação dos diplomatas, os seguranças comunicam os sinais de alerta: ‘Lá vêm os Bambis’ ou ‘as Gazelas estão a caminho’.”

Apesar de dizer que seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, viajava demais, Lula, ao assumir o governo, deixou o tucano comendo poeira. Só nos três primeiros anos de sua administração, fez 85 viagens — quase o dobro do que realizou FHC nos quatro anos de seu primeiro mandato. Segundo cálculo dos autores, o petista registrou uma decolagem internacional a cada 23 dias. Em cada uma dessas viagens, teve setoristas em seu encalço. Como toda relação que envolve convivência estreita e diária, a do presidente com os jornalistas do Planalto tem momentos de paz, de conflito e também de pura implicância. Um episódio ocorrido em Pretória, na África do Sul, dá a noção do grau de puerilidade a que as partes podem chegar. Minutos antes de dar uma entrevista, Lula resolve cochichar algo no ouvido de um assessor, observado pela multidão de repórteres que o aguardam. Diz um trecho do livro: “Os jornalistas ficam intrigados. À noite, depois de três copos de cerveja, o assessor relata num bar as palavras do presidente: ‘Tá todo mundo achando que é algo importante o que estou fazendo para você, mas te chamei aqui só para deixar essas caras curiosos: excitados’”. Em outro trecho, mais

adiante, é a vez de os jornalistas reagirem. No ápice da crise do mensalão, Lula foi obrigado a fazer um pronunciamento na TV em que se eximiu de responsabilidade pelo escândalo, atribuindo-o a traidores que jamais identificou. Setoristas do Planalto encontraram nessa fala uma forma de “vingar-se” do constante desprezo presidencial: “A pergunta da traição passou a ser usada por repórteres em dias de mau humor do presidente, só para irritá-lo. Bastava ele passar direto sem responder a questões do dia para um jornalista gritar: ‘Quem traiu o senhor, presidente?’”.

Viagens com o Presidente não analisa nem desvenda questões — li-

mita-se a reportar e, nesse sentido, é superficial. Embora sua graça esteja na trivialidade dos fatos relatados, o que começa como qualidade, de tanto repetir-se, acaba virando defeito — alguns episódios, excessivamente banais, poderiam ter sido dispensados. O livro de Eduardo Scolese e Leoncio Nossa, porém, tem seu mérito ao mostrar o presidente Lula sob um ângulo até agora inédito: o da intimidade só revelada nos bastidores das cerimônias oficiais, nos intervalos de uma entrevista coletiva e na descontração de uma cabine de avião. *Viagens com o Presidente* observa Lula pelas frestas — e o que se vê a partir delas surpreende e diverte. ■

“IGUAL A EXAME DE PRÓSTATA”

“Numa audiência com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na época em que o governo começa a discutir a transposição de parte das águas do rio São Francisco, o presidente ouve a opinião contrária dela às obras e os argumentos favoráveis dos técnicos da área. Após ouvi-los, consoia a ministra: ‘Marina, essa coisa de meio ambiente é igual a um exame de próstata: não dá pra ficar virgem toda a vida. Uma hora eles vão ter que enfiar o dedo no c... da gente. Então, companheira, se é pra enfiar, é melhor que enfiem logo’. Lula, até para mostrar personalidade em relação aos ‘estudiosos’ e ‘professores’ do governo, leva para dentro do Planalto seu jeito descontraído, seu costume de falar palavrões.”

O CIÚME DA PRIMEIRA-DAMA

“Marisa Letícia não se sente bem ao lado de seguranças. Se for mulher, pior ainda. Segurança mulher e ainda mais bonita, sem chance. No início do governo petista, uma militar alta e loira que fazia a segurança de Ruth Cardoso foi logo dispensada. A primeira-dama quer vê-las bem longe do marido (...). Ela gosta de cuidar da privacidade da família. Um exemplo disso ocorreu no início de governo, quando cortou as assinhas de alguns ajudantes-de-ordens que trabalhavam no Alvorada e se achavam no direito de circular livremente nas áreas privativas da residência. Marisa proibiu esse vaivém.”

A “HORA DA PRINCESA”

“Mas isso também não basta para ‘energizar’ o presidente, por isso, a assessoria cria a ‘hora da princesa’. De segunda a sexta, por volta das 15h, o gabinete é aberto para receber vereadores, antigos companheiros de sindicato, padres, princesas de festas regionais (daí o nome), empresários e pessoas simples que telefonam pedindo para tirar uma foto ao lado do presidente (...). Um assessor avalia: ‘A hora da princesa é o momento depois do almoço para o presidente ganhar fôlego. As pessoas não entram no gabinete para pedir nada. Os abraços são gratuitos, fazem muito bem a ele. Podem chamar de populismo. (...) Após a hora da princesa, é outro homem’.”

Trechos do livro *Viagens com o Presidente*

EU ODEIO O SUCATÃO

“A compra de um novo avião presidencial se tornou uma das obsessões do governo Lula. Uma prioridade. Mesmo ciente de que tal iniciativa poderia render-lhe um desgaste na opinião pública, por investir milhões de dólares na compra de uma aeronave diante de milhões de miseráveis no país, o presidente manifestava a certeza de que valia mesmo a pena arriscar. Tudo isso para se livrar do barulho e das constantes oscilações de temperatura no interior do Sucató (...). Em solo, Lula dizia que o Boeing parecia um forno de microondas. No ar, segundo o presidente, um freezer ligado com a máxima potência.”

A “SENZALA” DO AEROLULA

“Ao entrarem no Aerolula, ministros, assessores e demais credenciados encontram seus respectivos nomes em etiquetas coladas pela FAB em cada um dos assentos (...). Em conversas sem a presença do presidente, ministros e integrantes do alto escalão do governo chamam a parte traseira da aeronave de ‘senzala’, enquanto a cabine presidencial leva o apelido de ‘casa-grande’. Ficar na senzala durante todo o voo e não ser chamado por Lula para uma conversa na cabine presidencial é um sinal de falta de prestígio. Muitos preferem o constrangimento de se oferecer para uma conversa a correr o risco de serem ignorados por Lula na viagem.”

DORMINDO NO CINEMA

“Logo na primeira sessão do cine Alvorada, Lula bola uma estratégia para evitar ao máximo o contato com os parlamentares. Chega ao local de exibição com um copo de uísque na mão já com o filme em andamento (...). Naquele dia, aos deputados e senadores ansiosos para pedir liberação de verbas para seus currais eleitorais, resta esperar o fim da sessão para falar com o presidente. Lula, que dormiu e roncou alto durante boa parte da exibição de *Narradores de Javé*, levanta-se rapidamente assim que o filme termina e numa tentativa inócua de ser sutil manda todo mundo embora de sua residência: ‘Gente, vamos embora porque amanhã eu tenho muito o que fazer’.”

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “Lula e a mídia”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 31 de Agosto de 2006.

O artigo destaca a obsessão do presidente Lula em criar Leis que “dão liberdade à imprensa”. O texto alerta para o fato do governo do PT insistir em ordenar o trabalho da imprensa no Brasil e chama a atenção para o fato de que o único período de censura enfrentado pelos meios de comunicação aconteceu regime

militar. O texto esclarece também que somente no governo Lula se tentou, por três vezes, criar limitações à plena liberdade de expressão.

Senhor Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula e a mídia

S em dúvida beneficiado por ter feito um discurso lido, sem acréscimos improvisados, o pronunciamento do presidente Lula na abertura do 6º Congresso Brasileiro de Jornais, terça-feira, em São Paulo, teve uma precisão conceitual irretocável, ao estabelecer o valor da liberdade de expressão e a conexão profunda entre a livre imprensa e a democracia. Mas, como quase sempre acontece, as palavras do presidente não corresponderam – infelizmente – à realidade dos fatos, no que diz respeito a seu próprio governo.

Disse o presidente: “O Estado democrático só existe, se consolida e se fortalece com uma imprensa livre (...) A liberdade de expressão foi uma das maiores conquistas históricas da sociedade humana. É um dos bens mais preciosos da vida social (...) Nossa legislação impede qualquer forma de censura. O Estado tem se pautado por não causar qualquer tipo de interferência nos meios de comunicação social.” E o presidente disse mais, que “o único juiz da atuação da imprensa é a própria população”, que “ela, sim, consegue ver se os problemas do seu cotidiano estão ou não representados nas notícias e nos debates que são veiculados pelos meios de comunicação, e sabe reconhecer quando o jornalismo é, de fato, a grande praça pública onde sua voz pode ser ouvida”.

Sob o ponto de vista institucional, até pelo fato de a sociedade brasileira já ter sofrido severas censuras de ditaduras, nossa legislação é muito mais anticensória do que a de muitas democracias que nunca

passaram por períodos de cerceamento à liberdade de expressão. Mas, suspensa a censura do regime militar, foi somente no governo Lula que se tentou, por duas vezes (e mais uma terceira, como veremos), criar-se limitações à plena liberdade de expressão, sob diferentes roupagens ou disfarces. A primeira tentativa foi a de criação do famigerado Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), projeto enviado pelo governo Lula à Câmara dos Deputados, destinado a “orientar, disciplinar e fiscalizar” o exercício da profissão e a atividade de jornalismo, inclusive com

Palavras que não escondem as duas tentativas de cercear a imprensa

poderes de punir jornalistas. O governo recuou nesse propósito, graças ao firme repúdio da opinião pública, que repercutiu no Congresso.

A segunda tentativa foi a da criação da também famigerada Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) – entidade com poderes discricionários sobre a regulamentação e controle do cinema, televisão, TV por assinatura, rádio e demais empresas de modalidade audiovisual, em qualquer formato. O espírito autoritário – para não dizer totalitário – de tal projeto foi prontamente detectado e, mais uma vez, foi rechaçada a imposição de cerceamento à liberdade de expressão no País. Agora, no assim intitulado “Programa de Governo”, divulgado na campanha reeleitoral, se afirma que

num novo mandato presidencial Lula “incentivará a criação de sistema democrático de comunicação, favorecendo a democratização da produção, da circulação e do acesso aos conteúdos pela população”.

O problema é que, ao achar, corretamente, que “o único juiz da atuação da imprensa é a própria população”, um presidente eleito por essa população dá a impressão de que se sente no direito de decidir ele próprio “se os problemas do seu cotidiano estão ou não representados nas notícias e nos debates que são veiculados pelos meios de comunicação”.

Ante esse sinal de perigo, não dá para deixar de relacionar a idéia de setores do PT, de construir uma cadeia de jornais regionais que apóie as “idéias populares” do governo, e o plano de apoio publicitário (da Casa Civil e da Secretaria de Comunicação Institucional, há dois anos) a jornais de periferia afinados com o Planalto, com a incisiva acusação do coordenador do programa de governo do presidente Lula, Marco Aurélio Garcia, contra “alguns” formadores de opinião do País – que chamou de “golpistas” e “deformadores de opinião”. Para deixar por menos, já conhecemos bem esse filme.

Em sua fala na ANJ, Lula reconheceu que “sua história política deve muito à imprensa”, referindo-se ao apoio que teve da mídia como líder sindical. Esqueceu, no entanto, do apoio que tem obtido da mídia em toda a sua carreira, posto que jamais, “neste país”, homem público algum ocupou tamanho espaço nos veículos de comunicação, principalmente como presidente.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do editorial da **Folha de S.Paulo**, do último dia 25 de agosto do corrente intitulado “Conter os gastos”.

O editorial trata da preocupação existente com a expansão dos gastos do governo acima da evolução da receita e destaca que conveniências puramente eleitorais estão adiando o ajuste necessário. Segundo o editorial, o ajuste provavelmente virá em 2007 e então “ficará explicitado o tamanho do embuste contido

nas ‘bondades’ concedidas e nas promessas de mais ‘bondades’ no futuro – que dão o tom da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido editorial seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Conter os gastos

Preocupa expansão de despesas federais acima da evolução da receita; governo precisa reduzir gastos urgentemente

O SETOR público continua a cumprir as metas de superávit fiscal, mas há sinais preocupantes de que as despesas do governo federal crescem mais rapidamente do que as receitas.

União, Estados, municípios e empresas estatais, considerados em conjunto, apresentaram em julho um superávit entre receitas e despesas, sem considerar os juros da dívida pública, de R\$ 5,6 bilhões —praticamente a metade daquele registrado no mês anterior (R\$ 10,4 bilhões).

Com isso, no período de 12 meses encerrado em julho, o saldo das contas públicas recuou para R\$ 87,5 bilhões, ou 4,33% do PIB. Isso mantém o desempenho do governo acima da meta anual de 4,25% do PIB, porém ainda distante do superávit primário requerido para cobrir as despesas com juros no período.

O desempenho do governo federal, em particular, é preocupante. De janeiro a julho, as suas despesas cresceram 14,8%, enquanto as suas receitas tiveram um aumento de 11,1%.

No acumulado do ano, o superávit do governo federal chegou a R\$ 41,4 bilhões, ou 3,55% do PIB —números bem mais baixos do que os registrados nos sete primeiros meses de 2005.

É verdade que, devido a restrições legais, em anos de eleição presidencial o governo federal procura antecipar despesas, o que conduz a um padrão de distribuição dos gastos ao longo dos

meses distinto daquele característico de anos não-eleitorais —em que tradicionalmente ocorre uma concentração de despesas no final do período.

Assim, se em anos não-eleitorais costuma-se assistir a uma forte deterioração do resultado primário do governo federal nos meses finais do ano, é possível que em 2006 esse movimento não seja verificado em sua intensidade habitual. Significa dizer que a meta de encerrar o ano com um saldo de ~~no~~ menos 4,25% do PIB não está, a princípio, tão ameaçada quanto os números inicialmente sugerem.

Não obstante, é importante alertar para o fato de que o aumento das despesas federais em ritmo superior ao das receitas não é um processo sustentável no médio prazo.

O peso desse alerta aumenta ao se levar em conta que parte considerável do ajuste das contas públicas brasileiras tem sido realizada mediante a elevação da carga tributária. Dados divulgados ontem pela Receita Federal revelam que em 2005 o peso dos impostos voltou a aumentar de modo significativo, chegando a assustadores 37,4% do PIB.

É mais do que evidente que, para poder de fato aliviar a carga de tributos, o governo precisa reduzir as suas despesas. Não é, no entanto, o que se verifica. Conveniências puramente eleitorais estão adiando esse ajuste necessário. Mas ele provavelmente virá já a partir do ano que vem, independentemente de quem vença o pleito. E então ficará explicitado o tamanho do embuste contido nas “bondades” concedidas —e nas promessas de mais “bondades” no futuro— que dão o tom da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que amanhã, sexta-feira, dia 29, haverá sessão não deliberativa ordinária, a realizar-se às nove horas, no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas 47 minutos.)

(O.S.: 15262/2006)

Ata da 159ª Sessão Não Deliberativa, em 29 de Setembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. João Batista Motta e Heráclito Fortes

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Há oradores inscritos.

Temos, em primeiro lugar, o Senador Heráclito Fortes, a quem concedo a palavra pelo tempo que S. Ex^a desejar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cheguei essa madrugada do Rio de Janeiro. Como coordenador da campanha de Geraldo Alckmin à Presidência da República, representando o PFL, fui acompanhar o candidato ao último debate promovido pela Rede Globo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é inadmissível que o Presidente da República deixe de comparecer a um debate como ocorreu ontem.

Desta tribuna, li sobre o encontro de Sua Excelência com seu estado maior de campanha; soube que foi instruído a fazer perguntas, a questionar, a ironizar seus adversários, segundo o BliG do Tão, o **blog** do jornalista Tão Gomes Pinto. Foi estimulado a tratar de assuntos pessoais, o que nem sequer estava de acordo com as regras impostas pela Globo e que não tinha a concordância dos coordenadores e dos representantes dos candidatos.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva comunicou à Rede Globo sua presença; o assessor indicou 30 nomes da comitiva do candidato que compareceriam e dirigiu-se à Base Aérea de Brasília com viagem programada para o Rio de Janeiro. Assessores engratados aguardavam Sua Excelência na Base Aérea, onde o Presidente decidiu tomar outro rumo e seguir para São Paulo.

Ir ou não ir a debate é uma decisão individual de cada um. Mas o Presidente Lula desrespeitou o eleitor, o telespectador e, acima de tudo, a organização de uma

emissora de televisão que promove debate dessa natureza em nome do aperfeiçoamento da democracia. Além de desrespeito e desatenção, a sua atitude foi, acima de tudo, uma demonstração autoritária de que a opinião pública não merece do mandatário maior da Nação nenhuma explicação, nenhuma satisfação.

A carta remetida e lida pelo jornalista William Bonner nos momentos iniciais do debate é de uma insensatez e leviandade que me leva a crer que tenha sido redigida por aqueles mesmos assessores do Presidente Lula que, na calada da noite, nos hotéis de São Paulo, traficavam dólares e dinheiro para finalidades escusas. Tenho certeza de que não passou pelas mãos hábeis e equilibradas de alguns assessores que ainda lhe restam no Palácio e que, pelo menos até o momento, estão imunes a esses escândalos que se sucedem.

Sr. Presidente, é no mínimo uma piada ver temer a agressão quem, reunido com a sua assessoria, se prepara para agredir. Achar que aquele debate seria palco de atitude dessa natureza é mostrar despreparo. O que faltou a Sua Excelência, o Presidente da República, na condição de candidato, foi a humildade de dizer a verdade ao povo brasileiro, que não teria condições morais de olhar na cara da Heloísa Helena e do Cristovam Buarque.

O menor problema para o Sr. Luiz Inácio era exatamente o seu mais forte concorrente Geraldo Alckmin. O que doía na sua consciência – isso ele não conseguia olhar de frente – era o que havia feito à candidata Heloísa Helena, a quem ele expulsou do partido, e ao candidato Cristovam Buarque, que demitiu de um Ministério, por telefone, quando ele se encontrava em Portugal a serviço do Governo brasileiro. E não o demitiu por irregularidade ou por incompetência, mas pela necessidade de substituí-lo para atender aos anseios de uma Base aliada que atabalhoadamente tentou criar e que foi o nascedouro do mensalão e dos escândalos que se sucederam no seu Governo. Tirou Cristovam Buarque do Governo em um momento em que a sua *performance* como Ministro da Educação começava a render ao Brasil os melhores frutos e a

dar os melhores resultados, mas tinha que substituí-lo para atender aos caprichos da Base aliada. Aliás, com Cristovam, a sua relação começou a azedar logo após os primeiros despachos do Ministro; a Nação brasileira já começava a sentir isso.

O Presidente Lula não gosta de quem lhe leva problema. O Presidente Lula gosta daquela patota que o agrada, que joga futebol na Granja do Torto, que participa das noitadas, dos sururus, dos carurus e dos vatapás. Sua Excelência não gosta do Ministro que lhe mostra a realidade brasileira.

Com Heloísa Helena foi mais grave. Comandou a expulsão de Heloísa Helena tendo como testa-de-ferro o Sr. Delúbio Soares, o Sr. Silvinho Pereira e outros menos votados, exatamente porque Heloísa não quis mudar os seus compromissos com o povo brasileiro. O Presidente não tinha força moral para, diante de todo o Brasil, que assistiu àquele debate ontem, encarar, olho a olho, nem Heloísa Helena nem Cristovam Buarque.

As perguntas que, evidentemente, seriam feitas, iriam doer na sua consciência. O Presidente deveria ter a humildade de mostrar à Nação essa fraqueza. Não deveria ter criado a expectativa de que participaria do debate. Hoje os jornais começaram a dar versões de que o Presidente se irritou com a posição do PFL e do PSDB porque esses dois Partidos procuraram, dentro do regime democrático em que vivemos, esclarecimentos sobre os fatos horripilantes que ocorreram no eixo Cuiabá–São Paulo–Palácio do Planalto. Esse triângulo de vergonha, montado no ambiente dos Vedoin, em Cuiabá, num hotel em São Paulo e nos porões do Planalto, obriga-nos, muitas vezes a contragosto, a procurar a verdade e esclarecimentos não por vontade nem tampouco por alegria, mas, acima de tudo, porque é preciso que preservemos neste País algumas instituições, entre elas, neste caso, o secular Banco do Brasil. A irritação manifestada pelo Sr. Presidente como argumento, resultante de uma suposta ida minha ao Banco Central acompanhando o Presidente do PSDB, Tasso Jereissati, não tem nenhuma razão de ser.

Hoje, Sr. Presidente, acordei, abri os jornais e vi uma coisa que me deixou estarecido: declarações atribuídas ao Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles. Segundo a notícia, o Presidente do Banco Central, logo após nossa audiência, teria ligado para o Presidente da República e dito-lhe que mantivemos naquela entidade um diálogo ríspido, cobrando, exigindo explicações.

Não quero crer, nem de longe, que essa informação seja verdadeira. Não posso, Sr. Presidente, pensar, sequer, que o Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, seja um leviano e um mentiroso, porque nas mãos desse cidadão encontram-se

segredos, informações privilegiadas que me remetem – sendo verdade essa informação – à conclusão triste de que temos como guardião da moeda deste País um cidadão sem nenhuma qualificação moral para ocupar esse cargo. É triste que se use de subterfúgios dessa natureza para justificar a covardia de um Presidente da República que tinha o dever para com a Nação brasileira de comparecer ao debate democrático, já que se submete à disputa de um segundo mandato.

Ele não pode justificar a sua ausência, a sua fraqueza, com o fato de dois Senadores da República, representando os seus Partidos e cumprindo com seus deveres, procurar saber a verdade. Se isso irritou muito o Presidente, está aí a prova incontestante do desejo do Governo de colocar embaixo do tapete o que a Nação quer saber.

Sr. Presidente, a conversa com o Sr. Meirelles foi a mais civilizada possível. Trocamos idéias, recebemos informações e chegamos a uma conclusão clara de que havia, por parte do Governo, um jogo de empurra, com o objetivo de ganhar tempo.

Causou-me profunda estranheza o fato de o Banco Central estar alheio à maioria dos episódios. Dissemos isso ao presidente, com a maior franqueza, e recebemos dele, na presença de diretores e assessores, sugestões que não vou revelar aqui, por não ser leviano, mas que as circunstâncias poderão levar-me a fazê-lo.

Saí dali com a impressão de que S. Ex^a procurava cumprir o seu dever, um pouco amarrado na burocracia mas, acima de tudo, pressões que não consegui ainda identificar com mais clareza, vindas de outros setores do Governo, como, por exemplo, do Ministério da Justiça.

Sr. Presidente, as preocupações externadas pelo Senador Tasso Jereissati, corroboradas por mim e por toda a Nação brasileira, foram confirmadas no correr do dia de ontem por meio de nota de uma associação de servidores de delegados da Polícia Federal, que protestam pelos rumos das apurações, pelo uso político da entidade e, acima de tudo, pela vontade de adiar, de levar com a barriga os fatos.

Em nenhum momento, trocamos palavras ríspidas ou desagradáveis com o Presidente do Banco Central. Tanto é verdade que tivemos dele a gentileza e a cortesia de nos levar até o elevador do seu uso privativo e, ali, ficar a nosso lado enquanto o elevador chegava. Não sei a quem interessa informações descabidas, levianas e irresponsáveis dessa natureza. Se o guardião da moeda brasileira deu informações ao Presidente da República com o intuito de fazer média, coitado! Não precisa disso, tem uma biografia que o dispensaria de expedientes dessa natureza. Quero crer

que seja mais uma informação atabalhoada dessa desesperada e despreparada assessoria do Presidente da República, com o intuito de envolver o Presidente do Banco Central, uma vez que sabemos que, nessa comandita palaciana, existem também os que odeiam o Sr. Meirelles por sua origem.

Mas, Sr. Presidente, senhoras e senhores, vejam bem: se não tivéssemos tomado a atitude que tomamos ontem, nós e toda a Nação brasileira continuaríamos a viver dúvidas. Até porque os jornais também noticiam que foi após a visita que fizemos ao Banco Central que algumas providências foram tomadas no sentido de esclarecer esse fato.

É preciso que se veja como estranho é tudo isso. Até a data de ontem, da nossa visita, o Ministério da Justiça não tinha comunicado ao Banco Central, nem pedido ao Banco Central providências sobre os fatos. O Presidente do Banco Central mostrou estranheza sobre um episódio passado – o que me causou estarrecimento pela posição que ocupa e não saber –, envolvendo outro diretor do Banco Central em escutas telefônicas.

Mas, Sr. Presidente, imagine se a Oposição brasileira resolve fazer o que o Presidente da República quer: silenciar e colocar debaixo do tapete todos os escândalos? Waldomiro Diniz ainda estaria negociando com bicheiros; aquele rapaz do Ceará estaria transportando dólares na cueca a seu bel-prazer; o Silvinho Pereira, a essa altura do campeonato, teria uma frota de Land Rover; os dólares transportados, segundo notícias e nenhum desmentido, continuariam percorrendo pelo Brasil; a morte de Celso Daniel continuaria como um crime comum; não se saberia de episódios que envolveram também a morte do Toninho do PT em Campinas; o Brasil estaria enganado, porque enganando a todos estaria o Presidente e seu Governo. Aliás, o Presidente foi Oposição e sabe o que é o dever da Oposição. Um dos fatos mais graves e que o atrapalhou foi querer cooptar quem se elegeu pela Oposição para apoiá-lo no Governo. E aí nasceram o mensalão e os escândalos das mudanças partidárias e da traficância de influência, que tanto desgastaram e macularam o Governo e a imagem de um Presidente de origem trabalhadora.

Não pode Sua Excelência querer calar a voz da Oposição e tampouco cercear os seus companheiros de debate, limitando as perguntas às questões da sua conveniência. Não sei com relação aos outros, mas, para o candidato Geraldo Alckmin, o debate ontem serviria para que Sua Excelência, por exemplo, pudesse explicar o porquê do baixo crescimento do Brasil nos últimos quatro anos, o porquê da divergência entre o

Banco Central e o Ministro Guido Mantega com relação ao crescimento deste ano.

Os jornais hoje começam a mostrar o porquê do não-investimento do Brasil no setor energético, nos últimos três anos e oito meses, para dar continuidade a um programa de prevenção a possíveis crises energéticas que estão próximas. O seu Partido, que, quando Oposição, criticou tanto o episódio do apagão, vivido no Governo anterior, não teve a capacidade sequer de gerar uma nova unidade de energia no Brasil. Sua Excelência não pode deixar que a Oposição queira o esclarecimento de alguns fatos.

O PT, felizmente para todos, tem a sua arrogância, o seu veio autoritário restrito ao Brasil. Se o Presidente tivesse influência lá fora, imagine o que faria hoje com o correspondente do jornal inglês **The Economist**, quando, em uma matéria, diz que Lula perdeu o brilho e hoje é liderado por Hugo Chávez. Mostra razões e apresenta argumentos fantásticos. Por menos disso, pelo fato de o Sr. Larry Rohter, jornalista norte-americano, ter escrito artigo dizendo que o Presidente era chegado ao vício de abusar de copos fora do expediente, o autoritarismo do Governo pediu sua expulsão do País.

Sr. Presidente, enquanto isso, os jornais noticiam que a Polícia faz busca em quatro bancos para identificar a origem do dinheiro e seus sacadores. O jornal **O Estado de S. Paulo** diz com todas as letras: “Banco Central só começa a rastrear dinheiro depois de cobrança da Oposição”. Imagine se a Oposição não cobrasse, não quisesse investigação... Onde é que estaríamos? E aparece um subtítulo segundo o qual, após 14 dias, a Polícia Federal ainda não sabe detalhes sobre a origem do dinheiro.

A manhã do Presidente ontem foi repleta de assessores. Tivemos o seu politburo com disputa de influência. Vários assessores participaram de uma queda-de-braço, uns mostrando a necessidade, outros, a inconveniência da presença de Sua Excelência ao debate. No final da manhã, recebe o seu grande conselheiro, Paulo Okamoto, aquele doador universal, que, às vésperas das eleições, visita o Presidente no Palácio do Planalto.

Pode-se ver no jornal **O Globo** uma frase do Lula que é “perfeita”: “Apreendi muito em quatro anos”. Apreendeu o quê? Creio, Lula, que você aprendeu nas caminhadas das caravanas da cidadania pelo Brasil afora, ao ver a dor dos seus irmãos nordestinos. Mas o Palácio do Planalto lhe fez mal, porque o afastou da pobreza e da miséria. Você trocou as barcaças, as gaiolas do rio São Francisco, os buracos da Transamazônica que prometeu construir por um jato de R\$ 180 milhões, igualzinho ao do Hugo Chávez. Mudou de

costume, sofisticou-se, passou a ter um alfaiate de elite para lhe compor nas suas aparições pelo mundo afora. Gostou dos palácios, como naquela viagem inesquecível que fez à Inglaterra, andando de charrete, ao lado da rainha, enquanto o País inteiro pedia explicações sobre a morte de um brasileiro, de Minas Gerais, que foi assassinado no metrô de Londres.

Mas, quando ele diz que mudou muito em quatro anos, não precisa ir tão longe. Quem não se lembra das campanhas passadas, quando o Lula encerrava, de maneira apoteótica, com compositores brasileiros como Wagner Tiso e Chico Buarque de Holanda? Ele mudou. Ontem, Presidente João Batista, ele encerrou com a sinfonia de Beethoven. Vai ver, inclusive, que, nestes quatro anos de mudança, está aprendendo a tocar piano. Espero que seja aquele piano de tecla e não aquele tradicional e constrangedor das qualificações que todos nós sabemos.

O Presidente Lula se aborrece com a posição indormida da Oposição, que representa aqui o pensamento dos brasileiros em querer saber a verdade. E é preciso que saibamos a verdade, porque, por parte do Governo, ela não virá. O que há são versões que querem que aceitemos como a final. Imaginem se nos tivéssemos calado à primeira informação de que seus assessores nada sabiam e nada viram. Que o Sr. Hamilton Lacerda apenas foi procurar uma revista com o intuito de fornecer dados para uma matéria jornalística. Imaginem se tivéssemos aceitado esse argumento. Jornais, televisão mostraram ontem o circuito fechado do hotel onde o Sr. Hamilton entrou e de onde saiu carregando malas de dinheiro. Vindos de onde? Para quê? Para quem? E esse dólar é ilegal? O dólar era para viagem? Quem viajou? Quem chegou? Quem retirou? Não, Senhor Presidente, Vossa Excelência pode deixar de ir a debate que quiser, quantas vezes quiser, pelas suas fraquezas, pela falta de autoridade de enfrentar Heloísa Helena e Cristovam Buarque, mas não jogue as suas fraquezas, o seu fracasso na conta da Oposição.

Vossa Excelência pode ouvir Beethoven, eu continuo fiel ao Rei do baião. V. Ex^a pode fazer o que quiser, desde que não prejudique nem o povo brasileiro nem os cofres da Nação. Mas Vossa Excelência não tem o direito nem conseguirá calar a voz da Oposição no Brasil, porque ela vai cumprir o seu papel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. João Batista Motta, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)
– Concedo a palavra ao nobre Senador João Batis-

ta Motta, representante do Estado do Espírito Santo nesta Casa.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou tentar hoje, nesta manhã, fazendo um exercício mental com aqueles que estão nos ouvindo em casa, entender por que o Presidente Lula não compareceu ao debate, por que ousou desrespeitar, de maneira tão vergonhosa, os eleitores deste País.

Várias interpretações são dadas. Muita gente tenta explicar os motivos, mas ninguém consegue algo de concreto para fazer uma avaliação. Acredito que um dos motivos seja a propaganda palaciana, que tem mostrado ao País, principalmente fazendo a cabeça de alguns incautos, que o Brasil é o país das maravilhas, que aqui tudo é bom, perfeito, que temos uma educação maravilhosa e uma saúde irreparável.

A Petrobras, por exemplo, faz a propaganda da auto-suficiência de petróleo. Mostra que tem investido em várias partes do mundo, que é uma das maiores multinacionais do planeta. E o Governo Federal chama o fato para si, como se fosse o responsável por essa brilhante empresa nacional. Por acaso foi ele quem criou a Petrobras? Por acaso foi este Governo que investiu na Petrobras? Por acaso esse Governo foi quem acreditou na Petrobras na hora em que os estrangeiros diziam que não tínhamos petróleo? Foi ele quem ousou criar a Petrobras? Não, absolutamente não.

A Petrobras investe hoje, como falei, em várias partes do mundo e tornou-se uma empresa muito rica. Porém, pergunto: e o povo brasileiro, onde fica? E o preço da gasolina, Senador Heráclito Fortes? O que o Presidente diz? O álcool, que é produzido pela iniciativa privada, teve seu preço rebaixado recentemente em razão de a produção ter melhorado. Baixaram o preço do álcool. E o lucro assustador da Petrobras e seu crescimento enorme por que não se revertem em favor do povo brasileiro? Por que o litro da gasolina não custa pelo menos R\$1,50? Temos condições de praticar esse preço. A Petrobras poderia muito bem praticar esse preço. É que o interesse do povo brasileiro sempre esteve em segundo plano. Então, diante de uma pergunta dessa natureza, feita por um de seus concorrentes, por certo o Presidente da República não teria o que responder.

Na propaganda palaciana dizem que a vida do povo melhorou e muito.

O senhor e a senhora que estão me ouvindo neste momento conhecem alguém, na sua rua, conhecem um vizinho que tenha melhorado de vida por ações do Governo Federal? Pergunto mais: a senhora conhece alguém que perdeu o que tinha? Conhece alguém que

está endividado? Conhece alguém que fechou as portas de seu comércio porque não consegue sobreviver, tendo em vista os juros praticados pelo Governo Federal; que não consegue conviver com a burocracia infernal implantada neste País; que consegue sobreviver com a carga tributária que temos?

Tenho certeza de que a senhora conhece dezenas ou centenas de pessoas que perderam o que tinham, que estão falidas, que estão em dificuldade, que não conseguem sobreviver. Tenho certeza de que a senhora conhece muita gente da sua rua que ficou sem emprego, que ganhava R\$4 mil, mas perdeu o emprego para um garoto que entrou no seu lugar ganhando apenas R\$1 mil. A senhora conhece muita gente que vive com dificuldade, que precisa de uma cesta básica para sobreviver. Situação boa? Duvido que a senhora diga que isso existe.

O Presidente de República não poderia responder a essas perguntas no debate de ontem.

E a saúde? Por certo o Presidente de República receberia esta pergunta: Presidente, o senhor disse em sua propaganda que a saúde hoje é invejável; o que o senhor diz à senhora e ao senhor que estão em casa nos ouvindo, assistindo ao debate, que passam por dificuldades, que têm ido ao hospital, mas não conseguem ser atendidos, que estão numa fila imensa para serem consultados por um médico e não conseguem? O que diz àqueles que não conseguem sobreviver, que perderam um filho por falta de recursos, perderam o cônjuge porque não tinham dinheiro para comprar remédio ou porque não foram atendido pelo SUS?

Não há condição, de jeito nenhum, de um Presidente que tem conduzido o nosso País dessa forma ir ao debate na televisão em um dia tão importante como o de ontem.

E o senhor, que produz no agronegócio, o que diz? Está conseguindo exportar? Está conseguindo crescer? Está lucrando com o seu negócio? Tenho certeza de que não, evidentemente, pela cotação do dólar hoje. O senhor está a caminho da falência, fechando as portas, sem lucro para trabalhar, demitindo funcionários. Depois de tudo, não terá como encerrar a empresa, porque a dívida o atralhará. Não conseguirá certidões negativas e, por certo, terá seu nome incluído no cadastro do Serasa, o que fará com que não consiga mais emprego. É essa a situação do povo brasileiro hoje.

Um Presidente que governa um País que vive a situação que nós vivemos não pode mesmo parecer a um debate como aquele que a Globo fez ontem. Quando o Presidente fosse questionado pelos milhares de brasileiros que estão indo para o exterior trabalhar – engenheiros, médicos e advogados que vão lavar

prato, aventurar sua vida para entrar clandestinamente em um país da América do Norte, sofrendo humilhações –, o que diria? Quantos estão presos porque tentaram ir para lá de forma clandestina e estão sofrendo numa prisão, sabendo que seus filhos e sua esposa, que ficaram no Brasil esperando por algum recurso, estão aqui passando necessidade? Presidente Lula, o senhor não poderia realmente ter ido a esse debate, o que é muito triste, porque o Brasil infelizmente vive uma situação vexatória.

Todos os que estão hoje necessitando de uma casa para morar têm facilidades para adquirir uma? Há obras do Governo Federal sendo construídas nesse sentido? O senhor conhece obras habitacionais feitas pelo Governo Federal? Qual o projeto que este Governo tem para habitação brasileira? Quando algum financiamento para aquisição da casa própria aparece nos bancos, vocês que ganham salário-mínimo, vocês que ganham R\$350,00 conseguem, pelo menos, subir as escadas desses bancos para pleitear uma casa? É claro que não! Como um país nessas condições pode imaginar a reeleição de um Presidente que permite a continuidade de tal situação?

E vocês, caminhoneiros que trabalham transportando alimentos e todas as cargas pelas estradas brasileiras, ou melhor, pelas estradas sucateadas do nosso País, vocês têm pelo menos condições de trabalho? Tenho certeza de que todos estarão dizendo: de maneira alguma! As estradas que foram anunciadas estão sendo construídas? E os buracos, para os quais foi feita contratação sem licitação, foram tapados? O que vocês estão fazendo para sobreviver? Eu sei: estão procurando trafegar em estradas estaduais, estão desviando o curso de suas viagens, deixando as rodovias federais e transitando pelas estaduais para, pelo menos, arranjar o pão de cada dia para os filhos de vocês.

Este Presidente tem condições de ir a um debate do tipo daquele que ontem aconteceu? Sr. Presidente, temos aí inúmeras razões para que o Presidente Lula não tivesse ido ao debate. São razões técnicas, por causa da falta de investimento, da falta de habitação, da falta de saúde, da falta de educação, da desorganização do País, por causa da burocracia infernal que atralhar a vida do povo brasileiro.

Agora, se não fosse isso, como o Presidente Lula poderia responder à candidata Heloísa Helena por que foi expulsa do PT? Quando indagado, o que ele poderia ter dito sobre o que Heloísa Helena fez de errado no Partido dos Trabalhadores para ser expulsa da maneira que foi? Realmente, o Presidente ficaria numa situação difícilíssima se essa pergunta lhe fosse feita naquele momento. E se os candidatos ou se o intermediador

da Globo perguntassem sobre assunto de corrupção? E se perguntassem, por exemplo, por que não estão presos os homens que foram encontrados com R\$1,7 milhão num hotel em São Paulo, já que a Justiça decretou a prisão desses indivíduos? A Polícia Federal alega que é por causa da lei que protege as eleições, que estabelece que não pode haver prisões.

Há uma grande confusão nisso aí, e o povo brasileiro vai fazer uma meditação comigo para, juntos, conseguirmos dar uma resposta a isso. Ora, a lei é para proteger as eleições, para proteger o eleitor, não para proteger bandidos e ladrões. A prisão desses indivíduos no hotel com R\$1,7 milhão aconteceu antes do prazo previsto para a proibição de prisões. O fato já havia acontecido e o juiz decretou a prisão. Pergunto: se o Fernandinho Beira-Mar tivesse fugido da prisão há três dias, hoje ele poderia desfilar em qualquer avenida deste País com sua namorada do lado sem ser recapturado, porque a lei que protege as eleições não permite prisões? Será que ele estaria beneficiado pela lei? De maneira alguma. Ele está preso desde antes do dia a partir do qual não poderia ser feita qualquer prisão. É o mesmo caso.

A propaganda governamental também diz, a todo momento, através da imprensa, que a Polícia Federal fez duzentas e tantas operações e acabou com diversas quadrilhas. Pergunto: quem está preso? A revista Veja desta semana publica os nomes de dezenas de auxiliares do Governo Federal que cometeram crimes. Saques de R\$50 milhões no Banco Rural, dinheiro na cueca, toda espécie de crime foi cometida neste País nos últimos quatro anos, e quem está preso?

O Presidente Collor perdeu o mandato por ter usado caixa dois de campanha para comprar um Fiat Elba.

Por conta de R\$25 mil, um Presidente perdeu o mandato!

O Senador João Capiberibe e sua esposa perderam o mandato sob a acusação de terem comprado alguns votos por R\$27,00. E o pior: quem o denunciou não disse que recebeu o dinheiro da mão dele ou de sua esposa; disse que foi de um correligionário, de alguém que estava na campanha. Ele perdeu o mandato de Senador da República, e sua esposa perdeu o mandato de Deputada Federal. O valor denunciado: R\$ 27,00. Enquanto isso, R\$1,7 milhão? Não é nada. Cinquenta milhões do Banco Rural? Não é nada. O escândalo dos Correios? Não é nada.

Do que adiantou o trabalho para o desbaratamento das quadrilhas se não há punição para ninguém, se estão todos aí protegendo os chefes que estão acima, que, na realidade, devem ser os mandantes?

E no caso do mensalão? Toda a imprensa só falou no mensaleiro. Todo mundo aqui falou no corrupto. E o corruptor? Quem deu o dinheiro? Quem pagou? Quem fez a falcatura? Quem bolou? Quem engenhou toda a operação?

Ora, como um Governo mergulhado numa crise desse porte teria condições de participar de um debate?

É claro que ele não iria! É claro que ele tem que arriscar uma reeleição aproveitando-se dos votos das pessoas que, infelizmente, não acompanham a vida nacional, que não sabem do péssimo desempenho que o País tem tido no seu crescimento, inclusive quando lida com países da América do Sul. Todos os jornais publicam que o Presidente Chávez hoje lidera a política do continente. É um absurdo! Quem é Chávez? Quem são esses oportunistas que dirigem países pequenos que não têm crescimento invejável nem as riquezas monumentais, expressivas, que o Brasil possui?

O Presidente Lula, evidentemente, não poderia ter ido ao debate. Até dou razão para que ele não tivesse ido. Agora, o povo brasileiro precisa fazer justiça, e domingo é o dia para banirmos esse pessoal do poder. Devemos fazer uma varredura completa e iniciar, em janeiro do ano que vem, reformas estruturais e de grande porte.

Precisamos acabar com a famigerada reeleição, que até poderia ser admitida no plano estadual. Como ocorreria num município com 5, 10, 15 mil eleitores, em que o político não é profissional, é o dono do posto de gasolina ou da mercearia, é um fazendeiro, um comerciante, um professor, que não são profissionais? O prefeito assume o poder, fica quatro anos, negocia com a Câmara – evidentemente, ninguém lhe tira a reeleição; ele vai ser reeleito, certamente. Depois de oito anos, ele dizimou toda a oposição. Aí pergunto: quem vai ganhar a eleição? É o próprio prefeito que está há oito anos, agora elegendo talvez um poste; ele vai eleger um poste e colocá-lo ali. Quatro anos depois, ele fala: “Poste, saia daqui que estou voltando para mais oito anos”. Esse é o caminho, a chave da corrupção. É isso que leva a sanguessugas, é isso que leva a mensaleiros.

Essa reeleição deve acabar. Temos de praticar o voto distrital, com a eleição de um deputado federal sendo feita identicamente com os prefeitos, para que o povo vibre para ter o seu representante, para ter alguém que possa realmente ter interesse por aquela região do País.

Fidelidade partidária? Lógico, evidente. Não podemos dar o direito a um cidadão de se eleger por um partido e, no outro dia, por causa de emendas, por causa de barganhas, trocar de partido. Não tem cabi-

mento isso. É claro que existem casos em que não há jeito: o cidadão, às vezes, tem de sair por incompatibilidade; então, que saia, mas deixe o mandato para o seu partido. Se ele não quer mais, ele deve sair; do contrário, vai ter de permanecer, vai ter de lutar, vai ter de ganhar daquela facção de que ele discorda no seu partido. Isso só vai, evidentemente, enriquecer a nossa democracia.

Sr. Presidente, o futuro é promissor, dependendo de domingo. Dependendo de domingo – tenho certeza –, teremos uma reforma tributária para diminuir impostos e para acabar ou diminuir com a burocracia na arrecadação dos governos estadual, federal e municipal. Tenho certeza de que, a partir do ano que vem, o futuro governo, dependendo do resultado de domingo, terá a obrigação de remunerar bem a produção, fazer com que aqueles que produzem sejam remunerados – bem remunerados –, os produtores de calçados, de roupa, de carne, de leite, de cereais. Temos de remunerar bem a produção. Depois, pagar um salário compatível, para que as pessoas possam adquirir bens e sobrar alguma coisa para garantir a sua velhice. Isso não é novidade, isso já se pratica em toda a Europa e na maioria dos países. Há um nivelamento por cima. No Brasil, os governos forçam o preço do leite para baixo, forçam o preço do arroz para baixo, forçam o preço da camisa e da calça para baixo e, depois, dão um salário de R\$350,00. Há um nivelamento por baixo.

Por onde vou, cito um exemplo que vi dias atrás: uma moça saiu do Brasil para fazer um curso na Itália, filha de um médico, meu amigo. Chegou lá, ao alugar um apartamento, só conseguiu uma quitinete: R\$3,5 mil por mês. Foi a um restaurante comer um bife, um pouco de arroz, R\$200,00. Ela telefonou para o pai e disse: “estou indo embora, porque não consigo ficar aqui. Aqui é muito caro, não dá para sobreviver”. O pai concordou. Ela já estava arrumando a mala para ir embora, quando alguém lhe disse: “por que você não tenta um emprego para ajudar na sua despesa?” Ela foi procurar emprego no dia seguinte. Não precisou rodar o dia todo. Antes do fim do dia, ela tinha conseguido um emprego. Recebe hoje R\$9 mil por mês de salário. Ela paga a quitinete, come seu bife de R\$200,00 e ainda pôde se dar ao luxo de comprar um automóvel à prestação.

Nesse caso, os senhores podem perceber que há um nivelamento por cima. Todos são bem remunerados, os produtores. Esses recursos capilarizam, descem para os empregados, e o cidadão, funcionário público ou empregado, tem um salário com o qual pode morar e comer bem, educar os filhos e ter uma vida perfeita, sem passar os percalços por que passam os brasileiros.

Também não me canso de falar sobre uma viagem que fiz a Taiwan, um país menor que o Estado do Espírito Santo, com reservas de US\$290 bilhões – mais reservas do que os Estados Unidos, perdendo apenas para o Japão e a China. Lá não tem petróleo, minério e área para plantar arroz, feijão, café, nada. Vivem de ciência, de tecnologia, de inteligência, com renda **per capita** de US\$14 mil, sem violência, assassinato, seqüestro. Trata-se de um povo que tem o budismo como religião – 95% das pessoas são budistas. O budismo não reconhece a existência de Deus, não considera que Buda seja Deus.

Consideram-no simplesmente um cidadão que queria o bem da humanidade e que, por isso, deve ser o exemplo de todos.

À mesa, chegam à conclusão de que somos nós que temos que dar solução aos problemas. Todos agem – mãos à obra – para que os problemas sejam solucionados e vão crescendo, enfrentando os percalços, aí sim, da natureza, porque, infelizmente, convivem com terremoto, maremoto, tudo o que há de ruim, pois lá sempre foi assim.

Nós estamos neste maravilhoso continente, neste País riquíssimo, em que dá prazer sair de Brasília para Belém do Pará, para Fortaleza ou para o Espírito Santo, passando por Minas Gerais. É um celeiro. As estradas que Juscelino Kubitschek construiu são maravilhas que não há como descrever. Estamos entregando as riquezas minerais do País gratuitamente para o mundo, exportando sem beneficiamento algum, sem agregar valor, sem gerar emprego.

Em Taiwan, fui visitar uma feira de objetos produzidos e vi uma árvore de mais ou menos 30 centímetros de altura, feita com pedrinhas preciosas. A folhinha amarela era uma pedrinha; a verde, outra. Era uma coisa linda que estava sendo vendida por US\$6 mil. Era a tecnologia sendo aplicada ali naquelas pedrinhas, e as pedrinhas todas mandadas do Brasil para lá sem nenhum centavo de imposto pago aos cofres brasileiros, assim como acontece com o minério de ferro, que está saindo de nossas jazidas e sendo estocado pela China para amanhã fazer concorrência com o Brasil. E o Governo não tem habilidade, não está preocupado com isso.

A Lei Kandir isentou a exportação de pagar qualquer tipo de tributo. Depois, a MP nº 255, que Lula mandou para esta Casa, foi aprovada apesar do meu voto contrário, assim como o da Senadora Heloísa e do Senador Pedro Simon. Agora, por causa da MP nº 255, também essas empresas não pagam tributos na importação. A Vale do Rio Doce importa grandes máquinas para extrair minério das jazidas e colocá-lo em cima de vagões de cem toneladas, 250 vagões num

comboio. Ao chegar à beira da praia, são virados de cabeça para baixo, despejam tudo dentro do navio e vai tudo embora.

As rochas ornamentais do meu Estado, como o granito, estão todas sendo exportadas sem a cobrança de tributos. A propósito, é preciso ressaltar o esforço hercúleo do Governo Estadual para criar condições para que essas rochas sejam beneficiadas no País. Entretanto, o Governo Estadual ainda não tem condições de proibir que esses produtos saiam **in natura** do País. Isso acontece também com o nióbio, o ouro, com todas as nossas riquezas minerais que são, lembro, não-renováveis – nossos netos e bisnetos vão sentir as conseqüências de nossa irresponsabilidade de hoje.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos diante de uma situação difícilíssima. Estamos passando por um momento em que o Brasil não está sendo governado; o Brasil está à deriva, o Brasil não cresce, o Brasil não está preocupado com seu povo. O Governo que representa este País tão maravilhoso tem sido totalmente irresponsável, incapaz de conduzir seus destinos.

Acredito que familiares de Juscelino Kubitschek, apesar de seu trágico falecimento, em alguns momentos sintam certo conforto, pois Juscelino não poderia estar assistindo ao que está acontecendo hoje, não poderia estar vivo para assistir ao que se pratica hoje no Brasil – ele, que proibiu a importação de automóveis e foi para países como a Alemanha e a Suécia buscar a Mercedes-Benz, que ninguém conhecia, a Volkswagen, o DKV-Vomag e a Scania, porque o norte-americano não queria fabricar aqui o Dodge, que era o carro da época, o Chevrolet, o Ford, etc.

E Juscelino peitou todos. Implantou as indústrias nacionais, proibiu a entrada de carros fabricados em outros países. Isso é que é peito! Isso é que é coragem! Isso é que é ser nacionalista! Isso é que é ter amor por seu torrão! Que diferença em relação a esses vendilhões de hoje, que, em nome da globalização, entregam nossas riquezas gratuitamente e permitem a prática de políticas indecorosas, como a que se reflete no fato de nossos filhos saírem de *shoppings* e chegarem em casa com camisas, bermudas, tênis e relógios fabricados, todos, na China.

Enquanto isso, nós, pais, nós, avós, estamos vendo nossos filhos e nossos netos desempregados dentro de casa, sem ter o que fazer, e isso, repito, por causa da irresponsabilidade daqueles que não sabem administrar, daqueles que dirigem o País sem possuir currículo. Reparem que estou dizendo sem possuir currículo algum; não estou me referindo a um currículo ruim; é que não têm currículo mesmo, eles nunca trabalharam.

Um governo se faz com os seus membros, com o seu partido. Se tivéssemos um Presidente que não

soubesse de nada, que não visse nada, que não soubesse administrar, mas que tivesse uma equipe de primeira grandeza, com técnicos capazes de ajudar esse Presidente a conduzir o País, tudo bem, poderíamos até superar as deficiências do Presidente. Mas, diante da equipe desse Governo, que não tem competência para administrar, todos na porta da cadeia, todos ameaçados de prisão, todos envolvidos em corrupção, o que o nosso povo pode esperar?

Por isso, Sr. Presidente, faço um apelo ao povo brasileiro para que domingo possamos criar um rumo diferente para este Brasil. Vamos analisar quem tem competência, quem mostrou que sabe fazer no debate de ontem, quem pôde mostrar o que fez quando foi Deputado Federal, quando foi Prefeito, quando foi Governador. Vamos prestar atenção a quem pôde mostrar que, com dificuldades, conseguiu um curso superior, conseguiu aprender para poder ministrar aulas, para dar lições de exemplo ao nosso povo.

Quem não se sensibilizou quando Heloísa Helena disse ontem que não tinha dinheiro para nada, que o pai e o irmão morreram e ela ficou pequenininha com a mãe e outro irmão, sem um centavo dentro de casa? Mesmo assim, ela conseguiu, com sua garra, com sua força e com sua vontade, ser professora universitária. Ela conseguiu liderança, sozinha e Deus, para chegar a esta Casa e ser uma das Senadoras mais brilhantes.

Vejam bem: existe um currículo por trás dessa mulher, dessa mulher de garra, dessa mulher que tem condições de representar o povo brasileiro.

E quem não viu o professor Cristovam Buarque falar sobre o que fez como Governador de Brasília? Ele disse o que estava fazendo como Ministro da Educação, algo que só não pôde implantar porque lá em cima não deixavam, lá em cima não permitiam. Por ele ter uma obsessão por nossa educação, por querer realizar, na marra, aquilo que é necessário, foi demitido por telefone. Quem não viu isso ontem no debate?

E quem não viu também o que fez Geraldo Alckmin como Governador de São Paulo? Vocês, caminhoneiros, que andam pelas rodovias federais pelo Brasil afora e depois pelas estradas estaduais de São Paulo, podem fazer uma avaliação. Vocês, que andam por este País e passam por São Paulo e, naturalmente, por outros Estados ao percorrer as estradas brasileiras, podem fazer uma avaliação do que é um bom gerente, do que é gerenciamento no Estado. Pôde-se ver, no próprio programa do candidato Geraldo, dezenove hospitais construídos, cada um mais bem montado que o outro, cada um em melhores condições do que o outro. E pergunto: qual foi o outro Estado brasileiro que conseguiu fazer um hospital? Onde o Governo Federal fez um hospital?

O Governo Federal fica mentindo, inaugurando usinas para as quais nem comprou o terreno, dizendo que tapou buraco que não tapou, que aparelhou portos que não aparelhou, que a Petrobras é uma maravilha. Concordo que seja mesmo, mas cadê o benefício para o povo? Cadê o preço do petróleo? Cadê a Reforma da Previdência? Só fez tirar dinheiro dos velhinhos, dos aposentados. Essa foi a reforma que o Governo Federal desejou para o País.

Então, meu senhor, minha senhora, que estão nos ouvindo nesta hora, não se esqueçam do programa de ontem, não se esqueçam da cadeira vazia. Não se esqueçam do desrespeito do Presidente para com o senhor, a senhora. Não se esqueçam de que ele não foi porque não pôde, mas porque não tinha respostas, não tinha o que mostrar. Não se esqueçam de seus filhos e netos e de que vocês, jovens, têm pais e avós. Não se esqueçam de que vocês têm responsabilidade com esta Pátria linda e maravilhosa.

Domingo, vamos pensar, vamos meditar, vamos fazer com que o segundo turno, que vai existir, nos dê amanhã, trinta dias depois, a eleição de um Presidente que tenha condições de gerenciar este País, um Presidente que tenha moral, que tenha capacidade, que tenha equipe, que tenha pessoas preparadas. E que a nossa democracia possa ter êxito, como todo brasileiro, como todo aquele que viu o sangue de seu parente derramado em favor da democracia. Enfim, que possamos enxergar uma luz no fim do túnel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu primeiro objetivo é fazer um apelo ao *blog* do jornalista Ricardo Noblat. Acredito que ele, a esta hora, ainda esteja em profundo sono, uma vez que foi ao debate no Rio de Janeiro ontem, mas o Recondo, que o substitui, pode fazer esse reparo.

A primeira nota de hoje, postada às 10 horas, sob o título: “Confio nos brasileiros”, traz um artigo muito interessante, assinado por Maria Helena Rubinato Rodrigues de Sousa. Mostra o encanto e o desencanto dos brasileiros com o candidato Lula. Cita as companhias do Presidente textualmente. Fala de Delúbio, de Silvino Pereira, de Okamoto. Nesse contexto, ela comete

um erro imperdoável, daí por que solicito, por dever de justiça, o reparo. Quando se refere a um abraço – e fala de Jader Barbalho, de Newton Cardoso, as novas companhias do Presidente Lula –, cita um abraço em Humberto Souto. Recondo, troque de Humberto. O Humberto não é Souto, mas Costa.

Humberto Costa é o sanguessuga de Pernambuco. Humberto Souto foi Deputado Federal, Presidente e Ministro Conselheiro do Tribunal de Contas da União e é uma das pessoas mais honradas com quem tive oportunidade de conviver. É um cidadão fantástico, com uma vida pública inatacável.

Tenho certeza de que a Maria Helena trocou de Humberto, assim como o Sr. Lacerda ontem, como mostraram as televisões, trocou de pasta, trocou de mala; ele, de propósito, para camuflar; ela, por engano. Por favor, façam essa correção, porque a biografia de Humberto Souto não merece, por tudo o que fez pelo Brasil e por Minas Gerais, principalmente pela sua Montes Claros, estar entre essas companhias. Esse rol de companheiros é um mar de lama, e Humberto Souto não convive com isso.

Sr. Presidente, feito esse registro, queria apenas, com sua permissão, falar de uma matéria muito interessante que li, pois penso que vale a pena o Brasil tomar conhecimento. O Jornal **O Globo**, na página 8, traz matéria assinada por Jailton de Carvalho com o seguinte título: “Petistas tentam comprar dossiê contra tucanos em Minas Gerais”.

Vejam bem, essa é uma tentativa dos petistas para ver se conseguem alavancar a candidatura do Sr. Nilmário Miranda. Pasmem só: durante o Governo atual, o Sr. Nilmário Miranda era o encarregado da Secretaria de Direitos Humanos. Mal sabe ele que é uma desumanidade agredir os direitos humanos procedendo dessa maneira. Pasmem todos: com 8% nas pesquisas, quer comprometer a candidatura de quem tem 70% ou 80%.

O mais importante de tudo é mostrar que o PT é useiro e vezeiro desse tipo de comportamento. Fazer uma tentativa dessa natureza às vésperas de uma eleição é um crime contra Minas Gerais e contra a democracia, até porque Aécio Neves é hoje um exemplo de político da nova geração. Vem de uma escola de homens sérios, teve uma passagem brilhante pela Câmara dos Deputados e está fazendo um Governo que, por si só, o resultado das pesquisas mostra. Enfrenta um candidato que tem a estrutura de Governo, que tem o Presidente de República fazendo plantão em seu Estado semanalmente, e continua com 7% ou 8%.

O Governador Aécio teve também a liderança comprovada agora, ao lançar a candidatura de Eliseu Resende, homem digno, candidato ao Senado por Mi-

nas, que enfrentou, nos primeiros dias, uma candidatura com trinta pontos, e ele, com menos de um dígito. Contudo, hoje, Minas Gerais já mostra exatamente que sabe escolher: o ex-Ministro Eliseu Resende está disparado nas pesquisas para o Senado e vai engrandecer esta Casa, tenho certeza.

Mas não é justo que o PT não aprenda e que essa sua mania de dossiês e de investigações atinja quem tem 70% nas pesquisas – mas aí, quero dizer, poderia até ter 100%. Mas é um homem digno, que não merece esse tipo de comportamento por parte dos seus opositores. O que fez por Minas Gerais agora, respeitando sua tradição e sua história, demonstra que esse ato de desespero do PT é, por todos os seus ângulos, reprovável e, acima de tudo, inaceitável.

Sr. Presidente, antes de encerrar, vou mostrar uma coisa muito curiosa: “Ajuda do ProUni está três meses atrasada”. O ProUni é o programa com que o Presidente encerrou uma de suas últimas apresentações, contando boas e loas. Aí, o MEC diz que vai solucionar o problema dos 1.500 bolsistas até outubro.

O atraso do pagamento mensal de trezentos reais que o MEC dá a cerca de 1.500 bolsistas do Programa Universidade para Todos está completando três meses. O MEC informou ontem que pretende solucionar o problema até o fim de outubro, quando as parcelas em atraso também serão pagas.

Pois bem, enquanto isso, o Ministro Fernando Haddad e sua equipe estavam a tarde toda no Palácio do Planalto, no horário do expediente, ganhando do povo brasileiro, ensinando atitudes comportamentais ao Presidente da República com relação àquele debate a que, na última hora, ele amarelou e não compareceu.

O Ministro da Educação, Fernando Haddad, devia estar tratando de descontingenciar recursos para resolver o problema dos bolsistas e não ensinando o Presidente a ser agressivo e mal-educado num *script* montado para o debate.

Por fim, Sr. Presidente, acabo de ser comunicado que alguns agricultores estão acorrentados por iniciativa própria em frente ao Palácio do Planalto, num protesto pelo não cumprimento de promessas do Presidente Lula com relação à desapropriação e titulação definitiva de áreas no entorno de Brasília.

O Presidente Lula não atende, não recebe os que querem plantar no entorno de Brasília, mas recebe com festas, acolhe no Palácio, na residência oficial o invasor de terras – acima de tudo, invasor do berço da democracia brasileira, que é Congresso Nacional – Sr. Bruno Maranhão, protagonista daquela invasão bárbara contra a Câmara dos Deputados que trouxe tanto abalo, tanta tristeza aos brasileiros. Depredaram o patrimônio da Casa, quebraram terminais bancários,

tombaram e incendiaram carros e, principalmente, mutilaram pessoas. Alguns funcionários da Câmara foram hospitalizados, porque receberam pedradas. Um fotógrafo está ainda hoje incapacitado para retornar ao trabalho. Para aquele não faltam ONGs, para aquele não falta apoio do Presidente da República. Mas quem quer produzir, quem quer plantar, quem cobra compromisso assumido por Sua Excelência quando candidato, esses têm que se acorrentar na porta do Palácio do Planalto para que o Presidente e a Nação tomem conhecimento do drama que passam.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – A Mesa agradece as palavras do Senador Heráclito Fortes.

Os Srs. Senadores Marcos Guerra, Leonel Pavan, Sérgio Guerra e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em várias ocasiões nesta tribuna, tive a oportunidade de protestar contra o que chamo de perversidade tributária do Estado brasileiro. Temos impostos que incidem sobre impostos, uma cascata de incidências que compõem um regime de cálculo capaz de desafiar a compreensão do maior dos especialistas em tributação.

Não é à toa que a carga tributária suportada pelo contribuinte brasileiro atingiu, no primeiro semestre deste ano, 39,41% do Produto Interno Bruto do País, de acordo com o estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. Isso quer dizer que cada um dos habitantes deste País pagou R\$2.132,52 em impostos nos primeiros seis meses de 2006, e até o final do ano pagará cerca de R\$4.302,00. Serão R\$392,54 a mais em relação ao ano passado. São R\$90 milhões arrecadados a cada hora do dia, o dobro de quatro anos atrás.

O mesmo estudo mostra que o Brasil já promoveu 12 reformas tributárias desde 1988 e, em todas, aumentou impostos já existentes ou criou novos. O resultado está aí, bem à vista de todos: os brasileiros destinam quase a metade do que ganham ao pagamento de tributos, enquanto o País não consegue aproveitar o bom momento da economia mundial e mantém uma taxa de crescimento medíocre, que este ano, mais uma vez, não deve ultrapassar os 3%.

Não é a interferência indevida do Poder Executivo junto ao Judiciário que irá resolver o problema dos baixos índices de crescimento do País. Só há um caminho para romper as amarras que nos prendem a essa tendência: precisamos é de menos impostos,

de racionalidade tributária, de contenção e melhor direcionamento dos gastos públicos e de medidas que estimulem a geração de empregos e de renda.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Críticas a encontro secreto”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, de 1º de setembro do corrente.

A matéria trata do encontro secreto no Palácio do Planalto entre o Presidente Lula e o ex-presidente do PT, José Genoino, denunciado como um dos supostos

líderes do esquema do mensalão. Para Parlamentares da oposição, o encontro demonstra que o Presidente sabia de todos os escândalos e comprova que os erros do PT não foram feitos à sua revelia.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CRÍTICAS A ENCONTRO SECRETO

SANDRO LIMA
DA EQUIPE DO CORREIO

A oposição criticou duramente o encontro secreto no Palácio do Planalto entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-presidente do PT José Genoino, na última quarta-feira. Para o líder da minoria na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), há uma tentativa “preocupante” do governo em reabilitar petistas atingidos pelos escândalos de corrupção. “Imagine o que vai acontecer se este governo for reeleito. Todos os envolvidos com o mensalão vão voltar”, reclamou o deputado. Segundo ele, como o presidente Lula tem apresentado bom desempenho nas pesquisas, sentiu-se à vontade para receber Genoino.

O ex-presidente do PT, denunciado pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, como um dos supostos líderes do esquema do mensalão, passou longo tempo afastado da política. Agora, tenta um retorno à vida pública disputando uma vaga na Câmara dos Deputados. Na tarde de quarta-feira, fez uma discreta visita a Lula. A audiência, que durou cerca de meia hora, não entrou na agenda presidencial. Para não chamar atenção, Genoino passou primeiro pela sala do ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro. Os dois foram juntos até a sala do presidente.

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a atitude de Lula em receber Genoino demonstra que o presidente pretende abrigar no governo, em um eventual segundo mandato, o grupo que operou o mensalão. “O presidente sabia de tudo e por isso não é possível que se afaste do grupo que arquitetou o esquema”, afirmou. “Como o Lula sabia do esquema, ele agora é obrigado a receber pessoas envolvidas com o escândalo. Lula e Genoino são companheiros de infortúnio”, atacou Aleluia.

O senador Jefferson Peres (PDT-AM), por sua vez, avaliou que a visita de Genoino ao Palácio do Planalto “comprova que os erros do PT não foram feitos à revelia de Lula”. Segundo Peres, a indignação de Lula no auge do escândalo foi apenas “teatro” e que durante os últimos meses manteve a camaradagem com os petistas envolvidos no mensalão. Na avaliação do senador, Lula se sente seguro e confiante com as pesquisas de opinião que apontam sua vitória no primeiro turno e por isso está perdendo a prudência e começando a se expor, como no caso do encontro com Genoino. “O presidente afastou

auxiliares apenas para dar uma satisfação à opinião pública, mas na verdade, ele nunca se sentiu traído porque ele sabia de tudo”, disse o senador.

Defesa

O encontro entre Genoino e Lula ocorreu pouco antes de Lula receber o presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da China, Wu Bangguo. Genoino foi flagrado pelo Correio ao sair do gabinete presidencial acompanhado de Tarso Genro, circulou pelos corredores e voltou para o gabinete do ministro de Relações Institucionais. À vontade, Genoino foi visto fumando e conversando com alguns funcionários.

O ministro da Secretaria Geral da Presidência, Luiz Dulci, saiu em defesa de Genoino. Para o ministro, é o povo que vai decidir se o ex-presidente do PT retornará ao Congresso. “Na democracia, o juízo é do povo, que é soberano”, disse. Um dos petistas mais próximos de Lula, Genoino perdeu a disputa pelo governo de São Paulo em 2002. Mesmo derrotado, recebeu a missão de substituir José Dirceu na presidência do PT. Caiu em desgraça quando foi revelado que assinara como avalista dois empréstimos feitos pelo empresário Marcos Valério à legenda.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “A nova carreira diplomática”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, de 4 de setembro do corrente ano.

O artigo dá ênfase ao “fiasco” da política externa do Governo Lula nos últimos três anos e meio e destaca que o Presidente Lula baixou uma medida provisória reestruturando as carreiras do Itamaraty para vincular a progressão na carreira diplomática à especialização em países subdesenvolvidos. Segundo o artigo, “não

faltam críticos que atribuem essa inversão de prioridades à intenção de aparelhar ideologicamente os quadros do serviço diplomático”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar este pronunciamento para que, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A nova carreira diplomática

No início de seu governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou a sua política externa como o marco zero de uma nova era, uma ruptura com um passado de dependência e subordinação. Ele faria uma verdadeira revolução: “democratizaria” as relações internacionais e mudaria radicalmente a “geografia comercial” do mundo. Três anos e meio depois, essa política externa – inspirada e executada pelo trio formado pelo chanceler Celso Amorim, pelo secretário-geral do Itamaraty, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, e pelo assessor especial Marco Aurélio Garcia – é um rosário de fiascos.

A sua iniciativa política mais importante – a candidatura a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU – esvaziou-se melancolicamente, na comprovação de que Lula superestimara o seu papel de liderança regional – outra meta de sua política externa. As “alianças estratégicas” com a Rússia, a China e a Índia não mudaram a feição econômica do planeta, principalmente porque os parceiros estavam menos interessados em ideologizar suas políticas externas do que em fazer bons negócios com os EUA e a União Europeia capitalistas. Também as candidaturas à direção da OMC, à secretaria-geral da Cepal e à presidência do BID fracassaram constrangedoramente. A inoportunidade da cúpula com os países árabes foi sentida por todos, menos pelo Itamaraty. O projeto de fazer da América do Sul um espaço único é obra de ficção. O Mercosul é hoje uma esgarçada colcha de retalhos. Bem-sucedida foi a iniciativa de solapar as negociações para a criação da Alca, com o que o Brasil abriu espaço para que alguns países vizinhos fechassem acordos de livre-comércio com os EUA.

Agora, pouco faltando para o fim do governo, o presidente Lula baixou medida provisória reestruturando as carreiras do Itamaraty. Trata-se de um projeto acalentado há muito pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães para vincular a progressão na carreira diplomática à especialização em países subdesenvolvidos. Os serviços diplomáticos de países do porte do Brasil concentram os seus quadros nos países-chave para seus interesses políticos e co-

merciais. O Itamaraty, a partir de agora, fará essa concentração na periferia do sistema internacional. Não faltam críticos que atribuem essa inversão de prioridades à intenção de aparelhar ideologicamente os quadros do serviço diplomático. E, de fato, é a esse resultado que parece conduzir o novo mecanismo de promoções, de extraordinária singeleza.

Em primeiro lugar, diminui-se de quatro para três anos o tempo mínimo (o interstício) que cada diplomata precisa permanecer em uma posição hierárquica para ser promovido para o cargo imediatamente superior. Depois, conta-se em dobro o tempo de serviço em postos do grupo C – países em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia – e em triplo o serviço nos países do grupo D – países mais pobres e com estrutura precária ou de risco.

Como o quadro do serviço exterior acaba de passar de 997 diplomatas para 1.397, aumentado para guarnecer embaixadas e consulados criados principalmente em países subdesenvolvidos, não é difícil antecipar o que ocorrerá. Os diplomatas que servirem nos postos menos importantes, em relação aos reais interesses nacionais, terão carreiras meteóricas, enquanto aqueles que servirão nos países mais avançados – aqueles que realmente importam, tanto do ponto de vista político como do comercial – serão preteridos. E certas promoções deixarão de ser uma questão de mérito, mas de afinidade com a vocação terceiro-mundista da atual cúpula itamaratiana. Isso fica ainda mais visível quando se considera que os conselheiros e secretários que forem removidos para a Secretaria de Estado só poderão receber novo posto no exterior se a sua permanência em Brasília for de um ano, se serviu antes em postos dos grupos C ou D, dois anos, se retornou de posto do grupo B, e de quatro anos, se veio de posto do grupo A. Ou seja, haverá castigo certo para o diplomata que servir nos países industrializados.

Se isso não bastasse, as férias extraordinárias a que têm direito os embaixadores serão usadas para um “estágio de atualização” – ou seja, torna-se legalmente obrigatória a leitura dos livros que o secretário-geral tem impingido a seus subordinados, com fins óbvios de doutrinação terceiro-mundista.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “As virtudes do Enem”, de autoria do economista e ex-Ministro da Educação do governo Fernando Henrique, Paulo Renato Souza, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 27 de agosto do corrente.

Em seu artigo, Paulo Renato destaca o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, criado por ele quando ocupou o Ministério da Educação no governo

Fernando Henrique Cardoso, e sua importância na avaliação do sistema educacional do País

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

As virtudes do Enem

PAULO RENATO SOUZA

A EDIÇÃO 2006 do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) teve quase 4 milhões de inscritos. É uma das coisas que mais me orgulha haver criado quando ocupei o Ministério da Educação no governo passado. Em 1998, quando o realizamos pela primeira vez, pouco mais de 100 mil jovens prestaram o exame; em 2002, foram 1,5 milhão.

Dois fatores contribuíram para o salto inicial: a gratuidade para alunos da escola pública, adotada a partir de 2001, e o aumento do número de universidades públicas que aceitaram colocar o Enem como um dos requisitos para o ingresso no ensino superior.

No atual governo, um novo patamar foi alcançado quando o exame passou a ser adotado como um dos critérios de seleção para o acesso ao Prouni, o programa de compra de vagas no sistema privado de ensino superior para alunos carentes.

O Enem tem como ênfase a avaliação do perfil de saída dos egressos do nível médio de ensino. Ele tem vários objetivos. Do ponto de vista dos alunos, o principal é proporcionar uma avaliação do desempenho ao término da escolaridade básica segundo uma estrutura de competências associadas aos conteúdos disciplinares que se espera tenham sido incorporadas pelo aluno para fazer frente aos crescentes desafios da vida moderna.

Não se trata de um exame de suficiência ou de conteúdo. Para efeito de avaliar a preparação do jovem para viver na sociedade do conhecimento, seria inútil medir só a aprendizagem dos conteúdos escolares, uma vez que eles estão em constante mutação.

Adotaram-se aqui conceitos que não são novos na educação, mas que

O Enem tem como ênfase a avaliação do perfil de saída dos egressos do nível médio de ensino. É um exame que tem vários objetivos

foram aperfeiçoados nas últimas décadas e passaram a ser objetivamente medidos: as habilidades e competências cognitivas desenvolvidas pelos alunos como resultado do processo educativo.

Na mesma direção, o Enem permite ao poder público dimensionar e localizar as lacunas que debilitam o processo de formação dos jovens e dificultam sua realização pessoal e sua inserção no processo de produção da sociedade.

Olhando da perspectiva do sistema educacional, contudo, o principal objetivo do exame é sinalizar para todas as escolas do ensino médio do país o conteúdo da reforma do ensino médio e as habilidades e as competências que, na visão do ministério, deveriam estar desenvolvidas nos alunos ao final do ensino básico. Esse é um aspecto pouco difundido do exame, mas é uma das suas funções mais importantes e, confesso hoje, minha razão maior para implantá-lo.

Eu tinha uma clara lembrança do impacto do vestibular da Unicamp, que tive também a felicidade de criar enquanto reitor da universidade. Naquele ocasião, nós causamos uma mudança importante no ensino médio do Estado ao exigir na primeira fase uma redação que tinha um peso de 50% na nota. Além disso, todas as

questões eram dissertativas.

A lição que tiramos daquele processo é que se pode mudar a maneira que as escolas ensinam simplesmente definindo uma prova final atraente para a maioria dos alunos e que aponte o caminho para um ensino baseado no raciocínio, e não na memorização.

Na última edição do Enem, realizada em 2005, cometeram-se dois grandes equívocos: um na prova, outro na divulgação dos resultados.

Na prova, abandonou-se o conceito de avaliação de habilidades e competências básicas, aumentando a avaliação de conteúdos esperados no ensino médio. Aparentemente, esse aspecto será solucionado no exame de 2006, a julgar pelo retorno à equipe técnica de pessoas comprometidas com a concepção original do Enem.

Por outro lado, na divulgação dos resultados, cometeu-se um grave erro metodológico ao comparar escolas, e mesmo sistemas de ensino, a partir dos resultados do Enem.

Este é um exame de alunos, não de escolas, sendo individual e facultativo. A comparação do desempenho de escolas somente pode ser feita se for universal, ou seja, se todos os alunos prestam determinado exame ou se ele é aplicado a uma amostra representativa da escola. Nenhuma dessas duas situações está presente no Enem e, portanto, não há nenhuma base científica para a comparação entre escolas ou sistemas de ensino. Caiu-se na tentação do sensacionalismo, tão prejudicial para o verdadeiro aprimoramento da educação em nosso país.

PAULO RENATO SOUZA, 60, é economista. Foi ministro da Educação (governo Fernando Henrique Cardoso), gerente de Operações do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), reitor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e secretário da Educação do Estado de São Paulo (governo Montoro).

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que segunda-feira, dia 2 de outubro, haverá sessão não deliberativa ordinária, a realizar-se às 14 horas, no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 55 minutos.)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª Sessão Legislativa Ordinária da
52ª Legislatura -2006

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 30/09/2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL

I - MEDIDAS PROVISÓRIAS

1 - APROVADA NA ÍNTEGRA E ENVIADA À PROMULGAÇÃO:

Total..... 1

Medida Provisória nº 295, de 2006, que dispõe sobre a reestruturação das carreiras de Especialista do Banco Central do Brasil, de Magistério de Ensino Superior e de Magistério de 1º e 2º Graus e da remuneração dessas carreiras, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dos cargos da área de apoio à fiscalização federal agropecuária; estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária – GDATFA aos cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – GDASUS; e dá outras providências.

Sessão: 05.09.2006

II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO:

De iniciativa do Presidente da República .	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados ...	7
De iniciativa do Senado Federal	1
Total.....	9

Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2006 (nº 6.047/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.*

Sessão: 05.09.2006

Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 597, de 1999 (nº 3.073/2000, naquela Casa), de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que *dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos.*

Sessão: 05.09.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.*

Sessão: 06.09.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2005 (nº 2.170/2003, na origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.*

Sessão: 06.09.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2006 (nº 6.467/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Contas da União, que *altera a remuneração dos servidores públicos integrantes do Quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União.*

Sessão: 06.09.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006 (nº 6.469/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que *dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de*

sua remuneração; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências.

Sessão: 06.09.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2006 (nº 5.845/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que *dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências.*

Sessão: 06.09.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2006 (nº 6.612/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que *dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional de Justiça.*

Sessão: 06.09.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2006 (nº 5.819/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que *dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.*

Sessão: 06.09.2006

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal	3
Total.....	3

Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006.*

Sessão: 05.09.2006

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.*

Sessão: 06.09.2006

Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2005, de autoria do Senador Flávio Arns, que *altera o inciso II do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para prorrogar o prazo de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, para fins de isenção previdenciária.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 20.09.2006

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados ..	38
Total.....	38

Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2006 (nº 2.238/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Decisão nº 18 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, que dispõe sobre a integração e funcionamento do Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul – Focem, celebrada em Assunção, em 19 de junho de 2005.*

Sessão: 05.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2006 (nº 2.266/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, aprovado pela Decisão nº 23/05 do Conselho do Mercado Comum e assinado pelos Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados-Partes do Mercosul, celebrado em Montevideu, em 9 de dezembro de 2005.*

Sessão: 05.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2006 (nº 2.349/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infra-Estrutura de Construção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, assinado em Pequim, em 5 de junho de 2006.*

Sessão: 06.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2006 (nº 2.237/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para a Cooperação na Área da Aeronáutica Militar, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005.*

Sessão: 06.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2006 (nº 2.267/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à HP Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 18.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2006 (nº 2.201/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Alto Astral Produções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2006 (nº 2.147/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2006 (nº 1.602/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Nova Missão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 341, de 2006 (nº 1.651/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajati, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2006 (nº 1.871/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Lavradores Autônomos de Buriti - MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2006 (nº 2.067/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rede Jornal de Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2006 (nº 2.156/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Loanda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Loanda, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2006 (nº 2.169/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Máster FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São João do Ivaí, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2006 (nº 2.049/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Engenheiro Navarro – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2006 (nº 2.149/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Utopia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Distrito Federal.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2006 (nº 2.151/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio difusora Colíder Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2006 (nº 1.362/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Foz do Iguaçu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2006 (nº 1.916/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência de Goiânia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2006 (nº 2.165/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outoriza permissão à Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Fai-Ufscar para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2006 (nº 265/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2006 (nº 2.177/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2006 (nº 2.102/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2006 (nº 2.148/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2006 (nº 2.154/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2006 (nº 2.162/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casca, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2006 (nº 2.163/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jauru FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2006 (nº 2.167/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brasil de Arte e Cultura para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraquara, Estado do Paraná..*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2006 (nº 2.176/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Leticia (ACRBL) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2006 (nº 2.179/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2006 (nº 2.181/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco - MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2006 (nº 2.182/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nelson Rocha para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2006 (nº 2.183/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2006 (nº 2.203/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2006 (nº 2.208/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária - Afirc a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2006 (nº 2.231/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2006 (nº 2.233/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2006 (nº 2.241/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cândido Garcia para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2006 (nº 2.268/2006, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Araguari - AP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cutias, Estado do Amapá.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2006

V - REQUERIMENTOS DIVERSOS:

Total.....	2
-------------------	----------

Requerimento nº 955, de 2006, de autoria dos Senadores Renan Calheiros e Heráclito Fortes, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, seja ouvida, também, além do despacho inicial, a Comissão de Assuntos Econômicos.*

Sessão: 04.09.2006

Requerimento nº 940, de 2006, de autoria do Senador Paulo Octávio, *solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição seja ouvida também, a de Comissão de Assuntos Econômicos.*

Sessão: 06.09.2006

VI - MATÉRIA RETIRADA PELO AUTOR:

<i>De iniciativa do Senado Federal</i>	<i>1</i>
Total.....	1

Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, *que estabelece o fim do fator previdenciário para o cálculo do salário-de-benefício do Regime Geral de Previdência Social.*

(Retirado pelo Requerimento nº 867, de 2006)

Sessão: 19.09.2006

VII - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal	22
Total.....	22

Requerimento nº 951, de 2006, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes e Paulo Paim, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. José do Rego Maciel, ex-prefeito de Recife, ex-secretário de fazenda e ex-deputado federal pelo Estado de Pernambuco e pai do Senador Marco Maciel.*

Sessão: 1º.09.2006

Requerimento nº 954, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, *solicitando voto de repúdio às declarações dadas em recente entrevista concedida ao jornal Folha de S.Paulo, pelo Exmo. Sr. Deputado Ricardo Berzoini, Presidente do Partido dos Trabalhadores, sobre a respeitável figura de Carlos Jereissati, falecido em 1963, pai do nobre Senador Tasso Jereissati.*

Sessão: 04.09.2006

Requerimento nº 956, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando voto de pesar pelo falecimento, aos 98 anos, do Dr. José do Rego Maciel, pai do Senador Marco Maciel, ocorrido no dia 1º de setembro de 2006, em Recife.*

Sessão: 04.09.2006

Requerimento nº 959, de 2006, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando voto de aplauso ao professor de informática e engenharia da computação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ariângelo Hauer Dias, pela conquista do Prêmio Internacional Gerdau Melhores da Terra.*

Sessão: 05.09.2006

Requerimento nº 960, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Dom Luciano Mendes de Almeida, ocorrido no dia 27 de agosto de 2006.*

Sessão: 05.09.2006

Requerimento nº 961, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Embrapa Amazônia Ocidental. que comemorou*

Requerimento nº 962, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Dom Luciano Mendes de Almeida, arcebispo de Mariana-MG, ocorrido no dia 27 de agosto de 2006.*

Sessão: 05.09.2006

Requerimento nº 965, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao povo amazonense pelo transcurso do 156º aniversário de criação do Estado do Amazonas, desmembrado da então Província do Grão-Pará.*

Sessão: 05.09.2006

Requerimento nº 966, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao escritor amazonense Raimundo Neves de Almeida, pelo lançamento, em segunda edição, de seus livros “Na Beira do Barraco” e “Retalhos Históricos e Geográficos de Humaitá”.*

Sessão: 05.09.2006

Requerimento nº 967, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso e de êxito aos sete motociclistas amazonenses que participarão, de 8 a 10 de setembro de 2006, do Enduro de Sairé, em Alter do Chão, Estado do Pará.*

Sessão: 05.09.2006

Requerimento nº 968, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Dr. José do Rego Maciel, pai do Senador Marco Maciel, ocorrido no dia 1º de setembro de 2006, em Recife/PE.*

Sessão: 05.09.2006

Requerimento nº 969, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso para o artista plástico Mayr Mendes.*

Sessão: 05.09.2006

Requerimento nº 970, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso para o médico Alcidarta Gadelha.*

Sessão: 05.09.2006

Requerimento nº 971, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso para a empresa MASA pelo anúncio oficial de que foi eleita a melhor empresa do País para se trabalhar no ranking da prestigiada revista econômica “Exame”.*

Sessão: 05.09.2006

Requerimento nº 972, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso para o escritor amazonense Milton Hatoum, pelo recebimento do Prêmio Jabuti de Literatura.*

Sessão: 05.09.2006

Requerimento nº 973, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso para a socióloga e pesquisadora Marilena Corrêa da Silva Freitas, por sua posse no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.*

Sessão: 05.09.2006

Requerimento nº 974, de 2006, de autoria do Senador Marcos Guerra, *solicitando voto de congratulações à ABIT - Associação Brasileira de Indústria Têxtil, que está apoiando a Mobilização Nacional do Setor Têxtil e de Confeção Brasileira.*

Sessão: 05.09.2006

Requerimento nº 994, de 2006, de autoria do Senador Marcelo Crivella, *solicitando que seja encaminhado o presente requerimento ao Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, no sentido de que a Seleção Brasileira de Futebol realize um jogo de solidariedade no Líbano, com a finalidade de angariar fundos para a reconstrução da área afetada, em decorrência dos conflitos causados por grupos terroristas.*

Sessão: 14.09.2006

Requerimento nº 995, de 2006, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes e José Jorge, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Embaixador Aluízio Napoleão de Freitas Rego, ocorrido no dia 14 de setembro de 2006.*

Sessão: 18.09.2006

Requerimento nº 996, de 2006, de autoria do Senador João Alberto Souza, *solicitando condolências à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e à Diocese de Balsas no Maranhão, pela morte de Dom Franco Masserdotti – Bispo Diocesano, ocorrida em 17 de setembro de 2006.*

Sessão: 19.09.2006

Requerimento nº 999, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do economista Ozias Monteiro, ilustre homem público do Amazonas, com 40 anos de carreira na administração pública estadual e federal.*

Sessão: 19.09.2006

Requerimento nº 1.001, de 2006, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, *solicitando voto de aplauso à população gaúcha pelo transcurso, no dia 20 de setembro de 2006, do 171º aniversário da Revolução Farroupilha.*

Sessão: 20.09.2006

VIII - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

Total..... 7

Ato nº 44, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 2 de setembro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 309, de 4 de julho de 2006 que *altera os valores constantes do Anexo II da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.*

(publicado no Diário Oficial da União de 23.08.2006, seção I)

Ato nº 46, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 12 de setembro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 310, de 13 de julho de 2006 que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS, no valor total de R\$ 14.875.000,00, para os fins que especifica.*

(publicado no Diário Oficial da União de 01.09.2006, seção I)

Ato nº 47, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 12 de setembro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 311, de 13 de julho de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 208.000.000,00, para os fins que especifica.*

(publicado no Diário Oficial da União de 01.09.2006, seção I)

Ato nº 48, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 18 de setembro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 312, de 19 de julho de 2006, que *prorroga, para o trabalhador rural empregado, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.*

(publicado no Diário Oficial da União de 08.09.2006, seção I)

Ato nº 49, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 24 de setembro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 313, de 25 de julho de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 10.000.000,00 para o fim que especifica.*

(publicado no Diário Oficial da União de 14.09.2006, seção I)

Ato nº 50, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de setembro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 314, de 31 de julho de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos*

Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 698.797.766,00, para os fins que especifica.

(publicado no Diário Oficial da União de 19.09.2006, seção I)

Ato nº 51, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de outubro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 315, de 3 de agosto de 2006, que *dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.*

(publicado no Diário Oficial da União de 25.09.2006 , seção I)

IX - ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO O TÉRMINO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Total.....	1
-------------------	----------

Ato nº 45, de 2006 – Declara o término do prazo de vigência da Medida Provisória nº 292, de 26 de abril de 2006, que *altera as Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nºs 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15 de julho de 1981, a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 29.08.2006, seção I; e retificado no Diário Oficial da União de 30.08.2006, seção I)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 30 de setembro de 2006)	
Deliberativas Ordinárias	3
Não Deliberativas	12
	15
Reuniões	5

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 30 de setembro de 2006)

MATÉRIAS APROVADAS	53
I – Medidas Provisórias aprovadas.....	1
1 – aprovada na íntegra e enviada à promulgação.....	1
II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção.....	9
III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	3
1 – Por decisão do Plenário.....	2
1.1 - Proposições do Senado	2
2 – Por decisão terminativa.....	1
2.1 - Proposições do Senado	1
IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	38
1 - Concessões de telecomunicações	34
2 – Acordos internacionais	4
V – Requerimentos diversos	2
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	1
I – Matérias retiradas pelos autores	1
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	54
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS.....	7
ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO O TÉRMINO DO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	1

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro
BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão
PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará
PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco
PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais
BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás
PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso
PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Shlessarenko**

Rio Grande do Sul
PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará
PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba
PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo
PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí
PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte
PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina
PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas
P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho**

Sergipe
PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas
PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná
PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre
BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul
PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal
PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins
PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá
PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**^S
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia
PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima
PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
PMDB	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
PDT	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Shhessarenko – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾**

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽⁵⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ^{(1) (5)}	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ^{(2) (6)}	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) ³		
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁶	MG	2244	1. Leomar Quintanilha (PC do B) ⁵	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁷	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) ²⁻⁴		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 5.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ A Senadora Serys Slhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALMEIDA LIMA		Avaliação sobre os escândalos que se sucedem, desde o início do governo do Presidente Lula.	28
Comentários sobre artigo da jornalista Eliane Cantanhêde, intitulado “Lula escala culpado”.....	24	EDUARDO AZEREDO	
Considerações sobre a atual situação política do País.....	24	Registro das comemorações, dia 21 de setembro de 2006, do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.	63
Comentário sobre a distribuição de dinheiro pelos cofres federais. Aparte ao Senador César Borges.	32	Registro do artigo publicado no jornal <i>Hoje em Dia</i> sobre a urna eletrônica.	130
Comentários acerca da decisão do Supremo Tribunal Federal de liberar a divulgação de pesquisas eleitorais por meio de comunicação ampla na imprensa.....	77	Considerações a respeito da política externa brasileira e lamento pelos achaques sucessivos que sofreu a empresa Petrobras, por parte da Bolívia.	130
Apoio à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito pra apurar o que exatamente ocorre no âmbito das Organizações Não Governamentais. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	83	Registro do artigo intitulado “A urna eletrônica saiu de dentro dele”, de autoria do Professor José Anis Leão, publicado no jornal <i>Hoje em Dia</i> , edição de 26 de setembro de 2006.....	147
Apoio ao discurso do Senador Heráclito Fortes criticando o pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti sobre o dossiê contra candidatos do PSDB...	90	EDUARDO SUP LICY	
ALVARO DIAS		Comentário a respeito do debate do qual S. Ex ^a participou com a candidata ao Senado Alda Marco Antônio, em que foi colocado em discussão o tema da ética no parlamento. Aparte ao Senador Pedro Simon.	16
Considerações sobre projeções dada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo – CEPEA, que mostram queda de participação do agronegócio no PIB brasileiro.....	149	Comentário a respeito da campanha feita pela Justiça Eleitoral para incentivar os eleitores brasileiros a votar, para exercer seu direito consagrado na Constituição Federal. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.....	19
Registro do desencanto que varre todo o País, através de atitude da Sra. Ana Elizabeth Prudente, empresária de São Paulo, que encaminhou um requerimento ao Presidente da Câmara, propondo a instauração de procedimentos para o impeachment do atual Presidente da República.....	149	Lamento pelas denúncias e dossiês surgidos nos últimos meses que antecedem as eleições de 2006. Recomendação ao presidente Lula no sentido de que possa aceitar participar de debates eleitorais, através dos meios de comunicação, o que só o engrandeceria perante o povo brasileiro.....	23
CÉSAR BORGES		HERÁCLITO FORTES	
Comentário sobre a conduta dos membros do Partido dos Trabalhadores. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	20	Comentário sobre o discurso da Senadora Ideli Salvatti e sobre o desrespeito à Constituição	

	Pág.		Pág.
demonstrado pelo Partido dos Trabalhadores. Aparte ao Senador Almeida Lima.	27	da República, em canal de televisão, especialmente com relação à presença do Presidente Lula.	201
Anúncio da intenção de instalação de uma CPI destinada a apurar a real utilização de recursos do país com as ONGs.	35	Críticas às palavras do Presidente Lula ao povo brasileiro, comparando-se ao herói Tiradentes e a Jesus Cristo.	201
Análise sobre situação política do Brasil em 2006, eivada de escândalos.	35	Comentário sobre a necessidade de se tornar obrigatória a participação de candidatos em debates. Aparte ao Senador José Jorge.	252
Defesa do Procurador Geral da República pelo exercício íntegro e responsável de suas funções. Aparte ao Senador Sibá Machado.	43	Crítica pela má coordenação por parte do Governo da apuração dos fatos que envolvem o caso do dossiê.	253
Indagações e esclarecimentos sobre a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.	48	Considerações sobre o debate realizado pela Rede Globo, entre os candidatos à Presidência da República e críticas à ausência do presidente Lula no debate no referido debate, de modo que continua a expectativa com relação à origem dos dólares para a compra do dossiê.	269
Considerações sobre a necessidade de investigação das atividades das ONGs neste País.	58	Apelo por reparo no blog do jornalista Ricardo Noblat, que em matéria da jornalista Maria Helena, mostra o encanto e o desencanto com o candidato Lula, mas comete um erro, ao referir-se a Humberto Souto, homem de reputação ilibada, quando deveria referir-se a Humberto Costa.	277
Registro da importância da TV Senado para a manutenção do regime democrático no Brasil.	58		
Esclarecimentos sobre a intenção de apresentar requerimento para a instalação de uma CPI com o escopo de investigar as ONGs e os recursos destinados as mesmas.	82	IDELI SALVATTI	
Comentário a respeito do discurso da Senadora Ideli Salvatti sobre o dossiê contra candidatos do PSDB.	89	Requerimento nº 1.000, de 2006, que solicita Voto de Aplauso para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por ter aprovado no dia 6 de setembro, resolução que institui Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas comarcas de Florianópolis, Chapecó e Tubarão, em cumprimento à Lei nº 11.340/06.	1
Comentário sobre as elites brasileiras no âmbito da política. Aparte ao Senador Roberto Saturnino.	109	Justificação de encaminhamento do requerimento de Voto de Aplauso ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o primeiro no Brasil a instalar três Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nas Comarcas de Florianópolis, Chapecó e Tubarão.	9
Crítica à Senadora Ideli Salvatti por fazer um discurso baseado em fatos passados, enquanto o País deseja saber de fatos atuais.	115	Saudação a todos os gaúchos, pela comemoração do aniversário, dia 20 de setembro de 2006, da Revolução Farroupilha.	18
Críticas ao Partido dos Trabalhadores e ao Governo Federal por se apropriar de obras alheias. Aparte ao Senador José Jorge.	119	Questionamentos sobre a representação apresentada pela coligação PSDB/PFL, acolhida pelo TSE, objetivando cassar o registro da candidatura do presidente Lula à reeleição.	18
Crítica e pedido de explicação ao Governo Federal pelo fato de parte dos membros do seu Palácio estar envolvida em corrupção.	122	Esclarecimentos a respeito da matéria intitulada "Pavan protesta conta 'mentiras deslavadas' de Ideli Salvatti", publicada no <i>Jornal do Senado</i> , na edição de 20 de setembro de 2006.	50
Homenagem e solidariedade ao Banco do Brasil, uma das instituições mais sérias e respeitadas do País.	126	Solicitação de transcrição integral da nota oficial da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - Rede Unitrabalho,	
Considerações sobre a série de escândalos na área política no Brasil.	126		
Demonstração de estarrecimento diante da postura e atuação do Partido dos Trabalhadores e do Governo Federal. Aparte ao Senador Alvaro Dias.	150		
Crítica pela omissão do Senhor Meirelles, Presidente do Banco Central, por se mostrar conivente com a ação criminosa de membros do PT no transporte ilegal de malas com dinheiro. Aparte ao Senador José Jorge.	199		
Expectativa quanto ao debate do dia 28 de setembro de 2006 entre os candidatos à Presidência			

	Pág.		Pág.
a respeito de denúncias publicadas na imprensa de repasses irregulares de recursos pelo Governo Federal para o desenvolvimento de projetos e pesquisas. Transcrição da nota à imprensa, do Ministério do Trabalho e Emprego, sobre a celebração de convênios entre o Ministério e a Rede Unitrabalho. ...	69	Questionamentos com relação ao motivo pelo qual o Presidente Lula não compareceu ao debate entre os candidatos à Presidência da República, na Rede Globo.....	272
Comentário sobre o episódio da tentativa de compra do dossiê que continha documentos a respeito da atuação dos ex-Ministros da Saúde José Serra e Barjas Negri, com a Máfia das Ambulâncias e sobre a existência de uma CPI em funcionamento para apurar esses fatos.	86	JORGE BORNHAUSEN	
Registro da matéria publicada no jornal <i>O Globo</i> , do dia 26 de setembro de 2006, intitulada “Polícia conclui que não houve grampo no TSE. Laudo do Instituto de Criminalística não encontra sequer indícios de escutas clandestinas nos telefones do Tribunal”.....	111	Crítica pela falta de compromisso com a verdade por parte do Presidente Lula e a obrigação da Polícia Federal de informar a verdade sobre a origem do dinheiro que seria usado para a compra do dossiê.	123
Comentário sobre as pesquisas eleitorais, que indicam vitória do Presidente Lula no primeiro turno.	122	JOSÉ JORGE	
JEFFERSON PÉRES		Análise sobre os noticiários da mídia televisiva e impressa no período de pré-eleição. Aparte ao Senador Roberto Saturnino.....	110
Elogios ao Senador Pedro Simon pela figura excepcional que ele é como parlamentar. Aparte ao Senador Pedro Simon.....	15	Esclarecimentos sobre as matérias lidas pela Senadora Ideli Salvatti em Plenário a respeito do Partido dos Trabalhadores. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	113
JOÃO BATISTA MOTTA		Considerações sobre o episódio da compra do dossiê contra candidatos do PSDB.	116
Denúncia sobre fiscalização realizada pela União Européia, estabelecendo novas barreiras para as exportações brasileiras, atingindo o setor de pesca.	125	Comentário sobre os contínuos escândalos que aparecem sucessivamente às vésperas das eleições. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen... ..	124
Requerimento nº 1.003, de 2006, de tramitação conjunta das PECs nos 38, de 1999, 86, de 2003, 3, de 2004 e 31, de 2005.....	141	Comparação entre o sistema eleitoral brasileiro com o do México e Estados Unidos, ressaltando a consolidação da democracia no Brasil e o aprimoramento da regras eleitorais. Aparte ao Senador Marco Maciel.	184
Apelo ao povo brasileiro para meditar bem, a fim de escolher os melhores candidatos aos cargos eletivos nas eleições de 2006.....	192	Críticas ao Partido dos Trabalhadores e ao Presidente Lula pelo jogo sujo na campanha eleitoral da compra do dossiê contra candidatos adversários. Aparte ao Senador Paulo Octávio.	189
Elogios à imprensa brasileira, que tem se destacado na divulgação de detalhes da triste situação política por que passa o País.....	213	Crítica ao Presidente Lula por não dizer a verdade em seu programa eleitoral. Aparte ao Senador João Batista Motta.....	193
Críticas ao governo Lula e ao Partido dos Trabalhadores pelo escândalo do caso do dossiê.	213	Citação de matéria do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , sintetizando a inconsistência da lógica “lulista”. ..	195
Apelo à população no sentido de que reflita bem antes de votar no próximo domingo.....	213	Questionamentos sobre as responsabilidades no episódio do dossiê contra candidatos do PSDB.....	195
Comparação entre o ex-Presidente JK e o candidato Geraldo Alckmin. Aparte ao Senador Paulo Octávio.....	219	Comentário sobre a presença do Presidente Lula no debate eleitoral em canal de televisão. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	202
Críticas ao Partido dos Trabalhadores por demonstrar abuso de poder. Aparte ao Senador José Jorge.....	252	Comentário acerca da necessidade de o Presidente Lula esclarecer no debate do dia 28 de setembro de 2006 os responsáveis pelo caso do dossiê, pra que os eleitores possam ir para a eleição com a consciência tranqüila. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	205

IV

	Pág.		Pág.
Apoio à candidatura de Arruda ao Governo do Distrito Federal. Crítica ao Presidente Lula por não explicitar seu plano de governo na campanha eleitoral. Aparte ao Senador Paulo Octávio.	218	publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 24 de agosto de 2006.	145
Registro de visita feita ao Banco Central, por parlamentares do PFL e do PSDB, a fim de buscar informações sobre os dólares do episódio do dossiê contra a candidatura Alckmin e Serra. Destaque para a importância de um segundo turno nas eleições presidenciais e esperança de que o Presidente Lula revele a origem dos dólares apreendidos pela Polícia Federal, no debate na TV Globo.	247	Comentários sobre a matéria intitulada “Mensalão afastou investimentos do País”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 24 de agosto de 2006.	212
LEONEL PAVAN		Registro do editorial intitulado “Conter os gastos”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 25 de agosto de 2006.	267
Requerimento nº 1.002, de 2006, que solicita seja concedida licença para S. Ex ^a representar o Senado Federal em visita à República Islâmica do Irã e ao seu Parlamento, de 7 a 13 de outubro de 2006.	58	Comentários ao artigo intitulado “As virtudes do Enem”, de autoria do economista e ex-ministro da Educação do governo Fernando Henrique, Paulo Renato Souza, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 27 de agosto de 2006.	281
Registro do artigo intitulado “De ataques e quadrilha”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 22 de agosto de 2006.	61	MARCO MACIEL	
Registro da matéria intitulada “Governo pagou a ONG de amigo de Lula R\$ 7,4 milhões”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 25 de agosto de 2006.	92	Comentário a respeito da contribuição que a transferência da capital brasileira para o Planalto Central trouxe para o crescimento integrado do País. Aparte ao Senador Paulo Octávio.	49
Comentários sobre o artigo intitulado “PMDB alega crime eleitoral para tirar governador do PI da disputa”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 28 de agosto de 2006.	143	Registro de evento ocorrido no Rio de Janeiro, de lançamento do programa do candidato do PSDB/PFL à Presidência da República, Geraldo Alckmin.	54
Registro da matéria intitulada “Presidente diz que varre a corrupção”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 30 de agosto de 2006.	210	Considerações sobre a boa administração financeira do País. Defesa da necessidade de priorização das reformas institucionais, com destaque para uma reforma política que contribua para a melhoria da governabilidade.	65
Registro da matéria intitulada “Um Lula como nunca se viu”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 30 de agosto de 2006.	263	Comentário sobre a grande necessidade de se esclarecer o escândalo político da compra do dossiê contra candidatos do PSDB antes de as eleições acontecerem, para que o eleitor possa votar nas eleições presidenciais sem qualquer dúvida quanto aos envolvidos nesse fato. Aparte ao Senador José Jorge.	118
Comentários à matéria intitulada “Críticas a encontro secreto”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 1º de setembro de 2006.	279	Comentário do discurso do Senador Eduardo Azeredo a respeito da política externa brasileira. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	132
LÚCIA VÂNIA		Registro do artigo intitulado “Dez anos da Lei de Arbitragem”, da autoria de Arnold Wald e Ives Gandra da Silva Martins, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , na edição de 25 de setembro de 2006.	133
Registro da matéria intitulada “PIB brasileiro na lanterna”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 31 de agosto de 2006.	60	Registro do transcurso dos dez anos da sanção da Lei 9.307/96, ocorrido em 23 de setembro, que dispõe sobre a arbitragem no País, lei que representou um avanço muito grande na solução dos conflitos no âmbito da política.	133
Comentários sobre a matéria intitulada “Vou cortar impostos e fazer o País crescer, promete Alckmin”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 17 de agosto de 2006.	93	Registro de dados divulgados pelo IBGE, constatando que o Brasil possui população de cento e oitenta e três milhões de habitantes, bem como 125 milhões de eleitores, dos quais apenas 21 milhões possuem o	

	Pág.	V	Pág.
segundo grau. Considerações sobre o voto obrigatório, sua importância como exercício da cidadania, e apelo pela participação dos brasileiros nas eleições.	183		
Comentário sobre a importância do voto no dia 1º de outubro de 2006 pra decidir novos rumos pra o Brasil. Aparte ao Senador Paulo Octávio.	188		
MARCOS GUERRA			
Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2006, que altera o inciso III do art. 15 da Constituição Federal.	5		
Considerações a respeito da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a exclusão do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, da base de cálculo da Cofins, sinalizada como a correção de uma das injustiças tributárias do País.	63		
Registro das comemorações alusivas ao Dia do Técnico, na Câmara Municipal de São Paulo, no dia 21 de setembro de 2006.	141		
Comentário sobre a implantação do Ensino Técnico Industrial no Brasil.	141		
Transcrição nos Anais do Senado Federal, da matéria intitulada “O pior dos emergentes”, de autoria do Professor Ives Gandra Martins.	141		
Afirmção da importância do segundo turno nas eleições presidenciais de 2006, em que os candidatos assumirão ou não a responsabilidade por alguns atos de corrupção cometidos no Brasil. Aparte ao Senador Paulo Octávio.	192		
Comentário a respeito das declarações do Senador José Jorge em relação às acusações ao Partido dos Trabalhadores de transporte ilegal de dinheiro em viagens aéreas para incriminar candidatos da oposição. Aparte ao Senador José Jorge.	196		
Considerações sobre a necessidade de um sistema educacional eficiente para o País, por ser o mais importante entre os instrumentos capazes de assegurar uma sociedade mais justa que garanta a inclusão social.	208		
Registro da manifestação ocorrida no município de Aracruz, em protesto contra as ações de supostas tribos indígenas, que alegam direito de propriedade sobre área cultivada pela empresa Aracruz Celulose.	263		
Protesto contra a “perversidade tributária” do Estado brasileiro.	278		
PAULO OCTÁVIO			
Registro da matéria publicada no dia 19 de setembro de 2006, no jornal <i>Correio Braziliense</i> ,			
		intitulada “O dia em que o sonho virou lei”, da jornalista Conceição de Freitas.	49
		Comentário sobre a necessidade de acontecer um segundo turno nas eleições presidenciais para que o Presidente Lula compareça aos debates e exponha suas propostas. Aparte ao Senador José Jorge.	121
		Comentários sobre matérias publicadas no jornal <i>O Globo</i> , na página de economia, que trazem um retrato da carga tributária e da queda de competitividade do Brasil no “ranking” mundial.	188
		Comentário sobre a importância de um segundo turno nas eleições para a Presidência da República.	188
		Considerações sobre a proposta de governo de Geraldo Alckmin, intitulada “Coligação por um Brasil decente”. Expectativa de que haja segundo turno nas eleições para Presidente da República. Transcrição, nos Anais do Senado, do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para Brasília, defendido em sua campanha para vice-governador do DF.	217
PEDRO SIMON			
		Requerimento nº 1.001, de 2006, que requer Voto de Aplauso à população gaúcha pelo transcurso, no dia 20 de setembro de 2006, do 171º aniversário da Revolução Farroupilha.	1
		Considerações sobre o tratamento que o Rio Grande do Sul vem recebendo do Governo Federal e comentários sobre acontecimentos ocorridos na área política durante o Governo Lula.	12
		Justificação de encaminhamento do requerimento de Voto de Aplauso à população gaúcha pelo transcurso, no dia 20 de setembro de 2006, do centésimo septuagésimo primeiro aniversário da Revolução Farroupilha.	12
ROBERTO CAVALCANTI			
		Homenagem à figura do paraibano e jornalista Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, que em 5 de outubro de 2006, completaria 114 anos de idade.	10
		Pedido para que seja considerado lido o artigo publicado na <i>Gazeta Mercantil</i> do dia 21 de setembro de 2006, sob o título: “Refis não gera sonegação”, de autoria do Presidente da Abiplast, Sr. Merheg Cachum.	74
		Apelo em favor da oficialização do pacote de incentivo habitacional lançado pelo Governo, tendo em vista que a expectativa em torno do mesmo paralisou os financiamentos.	74

	Pág.		Pág.
ROBERTO SATURNINO			
Análise do quadro político brasileiro e sobre a reeleição do Presidente Lula.	108	Comentários sobre o discurso do Presidente Lula, na sexagésima primeira Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York.....	39
Considerações sobre o episódio da compra do dossiê contra candidatos do PSDB e apelo à Polícia Federal para solucionar esse caso o mais rapidamente possível. Aparte ao Senador José Jorge.....	117	Considerações sobre as negociações do Brasil com a Bolívia.....	39
Comentário favorável à utilização de CPIs como instrumento do Congresso Nacional para apurar fatos e dar satisfação ao País. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.....	128	Comentário sobre a influência da conjuntura econômica mundial na determinação dos preços da agricultura e do agronegócio no Brasil. Aparte ao Senador Alvaro Dias.....	151
ROMEU TUMA			
Comentário sobre a atuação e evolução da Polícia Federal. Aparte ao Senador Almeida Lima....	26	TASSO JEREISSATI	
SÉRGIO GUERRA			
Registro do artigo intitulado “Nem as crianças escapam”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 5 de setembro de 2006.....	62	Solicitação de audiência com o Presidente do Banco Central para que sejam explicados alguns detalhes nebulosos em relação aos dólares encontrados em malas de militantes petistas. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.....	203
Registro do artigo intitulado “A baixaria do presidente”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 22 de agosto de 2006.	94	Comentário sobre a visita feita ao Banco Central, por parlamentares do PFL e do PSDB, a fim de buscar informações sobre os dólares do episódio do dossiê contra a candidatura Alckmin e Serra. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	256
Registro do editorial intitulado “O definitivo divórcio petista”, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 23 de agosto de 2006.....	144	Registro do recebimento da nota da Federação Nacional dos Servidores da Polícia Federal, na qual consta reclamação pelo uso político da Polícia Federal.	259
Registro do artigo intitulado “Os bobos da Corte”, de autoria da jornalista Dora Kramer, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 25 de agosto de 2006.....	211	VALDIR RAUPP	
Comentário sobre a resistência do Partido dos Trabalhadores à instalação de CPI para esclarecer o episódio do dossiê. Aparte ao Senador José Jorge. ...	250	Considerações sobre o Relatório Global, apresentado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, intitulado “A eliminação do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance”.....	95
Registro do artigo intitulado “Lula e a mídia”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 31 de agosto de 2006.....	266	Elogios à iniciativa científica do Instituto Butantan, instalando uma base avançada de pesquisa científica em biodiversidade e bioprospecção, às margens do Rio Tapajós, o que terá como resultado a interiorização da ciência em prol do desenvolvimento da região e do País.....	146
Comentários ao artigo intitulado “A nova carreira diplomática”, publicado na seção Notas & Informações, do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 4 de setembro de 2006.....	280	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
SIBÁ MACHADO			
Comentário a respeito da reunião da CPI, realizada dia 19 de setembro de 2006, que investiga o conteúdo dos documentos apresentados pelo senhor Luiz Antonio Vedoin. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.....	21	Comentário sobre a divulgação de pesquisas eleitorais e sobre o direito que a sociedade tem de acesso à informação. Aparte ao Senador Almeida Lima.....	79